



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LXI - Nº 183 - QUINTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2006 BRASÍLIA-DF

**MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Biênio 2005/2006)**

PRESIDENTE	ALDO REBELO - PCdoB - SP
1º VICE-PRESIDENTE	JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL
2º VICE-PRESIDENTE	CIRO NOGUEIRA - PP - PI
1º SECRETÁRIO	INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE
2º SECRETÁRIO	NILTON CAPIXABA - PTB - RO
3º SECRETÁRIO	EDUARDO GOMES - PSDB - TO
4º SECRETÁRIO	JOÃO CALDAS - PL - AL
1º SUPLENTE	GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL
2º SUPLENTE	JORGE ALBERTO - PMDB - SE
3º SUPLENTE	GERALDO RESENDE - PPS - MS
4º SUPLENTE	MÁRIO HERINGER - PDT - MG

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 58, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002–CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 321, de 12 de setembro de 2006, que “Acréscimo art. 18-A à Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 12 de novembro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 1º de novembro de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEÇÃO I

SUMÁRIO

1 – ATA DA 170ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EXTRAORDINÁRIA, MATUTINA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 1 NOVEMBRO DE 2006	
I – Abertura da sessão	
II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior	
III – Leitura do expediente	
OFÍCIOS	
Nº 1.369/06 – Do Senhor Desembargador Benito A. de Figueiredo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, encaminhando informações sobre a situação dos processos citados no Relatório Final da CPI destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e grupos de extermínio em toda a Região Nordeste.	48937
Nº 54/06 – Do Senhor Deputado Benjamin Maranhão, Presidente da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 203/91 (Política Nacional de Resíduos), comunicando a aprovação, com substitutivo, do referido Projeto.	48938
REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO	
Nº 4.112/2006 – Do Sr. Fernando Gabeira - Solicita informações ao Ministro da Defesa sobre utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo.	48938
Nº 4.113/2006 – Do Sr. Geraldo Resende - Solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, acerca da atuação do Instituto Nacional de	
Colonização e Reforma Agrária – INCRA, junto aos Assentamentos Itamarati I e II, e suas atuais condições de ocupação e produção.	48939
Nº 4.114/2006 – Do Sr. Fernando Gabeira - Solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo.	48942
Nº 4.115/2006 – Do Sr. Miro Teixeira – Solicita informações à Sra. Ministra de Estado da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, sobre denúncias contidas no Dossiê Marambaia – 2006.	48943
INDICAÇÕES	
Nº 9.676/2006 – Do Sr. Geraldo Resende – Sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Extraordinário da Controladoria-Geral da União, a realização de auditoria contábil-financeira acerca dos recursos federais destinados aos Assentamentos Itamarati I e II, em Mato Grosso do Sul.	48944
Nº 9.677/2006 – Do Sr. Sandro Mabel – Sugere a criação de um programa de manutenção e atualização dos computadores instalados nas escolas públicas brasileiras.	48947
Nº 9.678/2006 – Da Srª. Vanessa Grazziotin – Sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de uma Agência da Previdência Social em São Gabriel da Cachoeira (AM).	48947
Nº 9.679/2006 – Da Srª. Vanessa Grazziotin – Sugere ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito da FUNAI, a adoção de medidas urgentes visando	

a extensão dos serviços de internet no posto administrativo da FUNAI localizado no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas.	48948	ZONTA (PP – SC) – Excelência da atuação da Justiça Eleitoral brasileira. Necessidade de cumprimento dos dispositivos legais acerca da divulgação de resultados de pesquisas eleitorais. Avaliação positiva da campanha de Esperidião Amin ao Governo do Estado de Santa Catarina. Apoio do Partido Progressista de Santa Catarina ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Engajamento do Partido dos Trabalhadores na campanha do PP no segundo turno das eleições ao Governo catarinense.	48953
Nº 9.680/2006 – Do Sr. José Carlos Machado – Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), a inclusão do assunto Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal do Brasil no currículo obrigatório do Ensino Fundamental e Médio, nos sistemas Federal, Estadual e Municipal.....	48948	RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE) – Urgente adoção, pela Secretaria Nacional de Defesa Civil, de medidas para complementação do abastecimento de água potável em municípios cearenses.....	48953
Nº 9.681/2006 – Do Sr. Luciano Castro – Sugere ao Poder Executivo, especificamente à Casa Civil, a criação de um Cadastro Nacional de Empresas Privadas Inadimplentes – CaNEPI, onde sejam relacionadas as empresas que não concluírem as obras públicas financiadas com recursos orçamentários federais para as quais foram contratadas pelos governos estaduais ou municipais, dentro dos prazos estipulados nos respectivos Contratos.	48948	EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Prejuízos causados à população do Estado de Rondônia pela conduta eleitoral do Governador Ivo Cassol contra a honra do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Presença no Distrito Federal de Prefeitos Municipais rondonienses.	48954
REQUERIMENTO		NILSON MOURÃO (PT – AC) – Comentários acerca do descontentamento da revista <i>Veja</i> em relação ao tratamento dispensado a jornalistas durante depoimento à Polícia Federal. Caráter parcial da revista no tocante à cobertura política.....	48955
Nº 4.151/06 – Do Senhor Deputado Leonardo Monteiro e outro, requerendo convocação de sessão solene para homenagens póstumas ao servo de Deus Cônego Lafayette da Costa Coelho.	48949	LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Eleição da Deputada Yeda Crusius para Governadora do Estado do Rio Grande do Sul. Repúdio à distribuição aos eleitores de panfletos com insinuações a respeito da legislação trabalhista. Pedido ao Governo Federal de maior atenção com o setor agrícola.	48955
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1-11-2006		JOSÉ LINHARES (PP – CE) – Realização do VII Congresso Internacional das Santas Casas de Misericórdia, em Pamplona, Espanha. Eleição do orador para Presidente da Confederação Internacional das Misericórdias.....	48956
IV – Breves Comunicações		MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS) – Reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Necessidade de celebração de acordo para votação de matérias de interesse nacional.	48957
CHICO ALENCAR (PSOL – RJ) – Propostas do PSOL para discussão sobre plataforma de governo com vistas à união nacional.....	48949	EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Crise financeira enfrentada pelos hospitais filantrópicos do Estado de Santa Catarina. Endividamento do Hospital Nossa Senhora da Conceição, no Município de Tubarão. Defasagem da tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde – SUS. Baixos investimentos governamentais no sistema de saúde pública brasileiro. Recebimento do prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC pelo Sindicato da Indústria da Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina.....	48958
MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Imediata realização da reforma política.....	48950	FERNANDO FERRO (PT – PE) – Ajuizamento pela revista <i>Veja</i> de ação judicial contra a Polícia Federal em face do tratamento dispensado a jornalistas. Natureza tendenciosa das reportagens publicadas pela revista. Encaminhamento, à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, de requerimento para realização de audiência pública	
FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Regozijo com a reeleição do Presidente da República. Reconhecimento, pela população brasileira, de diferenças entre os Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Contentamento com o desempenho do Partido dos Trabalhadores e de forças coligadas ao partido nas eleições realizadas na Região Nordeste. Confiança na consolidação de projeto de desenvolvimento nacional. Saudação à Governadora eleita do Estado do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria.....	48951		
PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Saudação ao Governador eleito do Distrito Federal, Deputado José Roberto Arruda. Confiança na realização de obras de infra-estrutura na Capital Federal durante a sua gestão.....	48952		
JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL – DF) – Agradecimento ao Presidente Inocêncio Oliveira. Anúncio da viagem do orador a Washington, Estados Unidos da América, para discussão de convênios do Governo do Distrito Federal com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Agradecimento a Deputados Federais pelo apoio à eleição do orador para Governador de Brasília. Anúncio de despedida da vida parlamentar.....	48952		

<p>destinada ao debate da atuação da imprensa nas eleições de 2006. 48958</p> <p>COSTA FERREIRA (PSC – MA) – Posição do Brasil no <i>ranking</i> da educação mundial, segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO. Necessidade de melhoria do ambiente de trabalho e dos métodos pedagógicos para evolução do setor educacional brasileiro. 48959</p> <p>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA) – Decisão da Comissão Executiva Nacional do PFL sobre a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Perplexidade ante o constrangimento de jornalistas da revista <i>Veja</i> nas dependências da Polícia Federal. 48960</p> <p>DOMICIANO CABRAL (PSDB – PB) – Regozijo com a reeleição do Governador do Estado da Paraíba, Cássio Cunha Lima, e com a eleição de Cícero Lucena para Senador. Excelência da atuação do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos. Votação expressiva alcançada pela esposa do orador, Sra. Sara Cabral, nas eleições para Deputado Estadual. Importância das políticas sociais desenvolvidas pelo Governo do Estado da Paraíba. 48961</p> <p>IVAN VALENTE (PSOL – SP) – Encaminhamento à Comissão de Defesa do Consumidor de requerimento para a realização de audiência pública destinada ao debate da segurança do tráfego aéreo brasileiro. Protesto contra a violação dos direitos humanos nos Estados Unidos da América, após os atentados terroristas ocorridos em Nova York. 48961</p> <p>RICARDO BARROS (PP, PR. Pela ordem) – Agradecimento aos eleitores do Município de Maringá, Estado do Paraná, pelos votos concedidos aos candidatos do Partido Progressista e coligados..... 48962</p> <p>DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA) – Eleição de Jackson Lago para Governador do Estado do Maranhão. Equívoco do apoio do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à candidata ao cargo de Governadora, Roseana Sarney. Transcurso do 72º aniversário natalício do Governador eleito, Jackson Lago. 48963</p> <p>MANATO (PDT – ES) – Importância para o PDT da eleição de Jackson Lago para Governador do Estado do Maranhão. Agradecimento a lideranças políticas e aos eleitores do Estado do Espírito Santo pela reeleição do orador. 48963</p> <p>ADELOR VIEIRA (PMDB – SC) – Agradecimento ao povo catarinense pelos votos recebidos nas eleições de 2006. Reeleição do Governador do Estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eleição do ex-Deputado Raimundo Colombo para Senador. ... 48964</p> <p>WALTER FELDMAN (PSDB – SP) – Saudações aos Parlamentares e Governadores. Enfraquecimento de partidos políticos no Brasil. Elevação do</p>	<p>papel de lideranças políticas nacionais e estaduais. Indagação sobre os próximos passos do Governo do Presidente Lula da Silva. Constrangimento de jornalistas da revista <i>Veja</i> durante depoimento na Polícia Federal. Imperiosidade de transparência dos atos da Administração Pública e de implementação das reformas estruturais no Estado brasileiro. 48965</p> <p>WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT) – Regozijo com a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi. Realização, pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de obras na Região Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso. Participação em reunião destinada ao debate dos investimentos em infra-estrutura pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva..... 48966</p> <p>FRANCISCO APPIO (PP – RS) – Eleição do orador para Deputado Estadual do Rio Grande do Sul. Defesa de regulamentação do voto em trânsito de caminhoneiros. Estudo realizado pelo Parlamentar em parceria com o ex-Ministro dos Transportes Cloraldino Severo sobre a cobrança abusiva de pedágios no Estado do Rio Grande do Sul. Pedido ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à futura Governadora Yeda Crusius para revisão do modelo de privatização de rodovias federais..... 48968</p> <p>EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem) – Contrariedade ao requerimento de criação de comissão externa destinada à apuração de denúncias de constrangimento de jornalistas da revista <i>Veja</i> durante depoimento à Polícia Federal. 48980</p> <p>MARCELO ORTIZ (PV – SP) – Ampliação do número de leitos da Unidade de Terapia Intensiva da Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo. Atendimento, pela instituição hospitalar, a pessoas carentes do Vale do Paraíba, da Serra da Mantiqueira e do litoral norte paulista. Caráter independente da atuação do Partido Verde na Casa. Importância de preservação dos recursos hídricos. Defesa de apuração de denúncias contra Parlamentares. Votos de sucesso aos Deputados eleitos para a próxima Legislatura. 48981</p> <p>VICENTINHO (PT – SP) – Contentamento com a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 48982</p> <p>FRANCISCO RODRIGUES (PFL, RR) – Urgente necessidade de solução da greve dos controladores de tráfego aéreo. 48982</p> <p>MAURÍCIO RANDS (PT – PE) – Renovação de lideranças políticas na Região Nordeste. Eleição de Eduardo Campos para Governador do Estado de Pernambuco. 48983</p> <p>EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem) – Retração de setores da agroindústria. 48984</p> <p>MARIA DO CARMO LARA (PT – MG) – Reelection do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Agradecimento aos eleitores do Estado de Minas Gerais</p>
--	--

pela reeleição da oradora. Suspensão, pela Justiça, do processo de terceirização de serviços do Hospital Regional de Betim.....	48984	nando Mineiro e da oradora. Tentativa de setores da mídia de desqualificação do Chefe do Poder Executivo durante a campanha eleitoral. Reconfiguração do poder político na Região Nordeste.	48993
CARLOS NADER (PL – RJ) – Reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Expectativa de alteração, pelo Governo Federal, da política de juros vigente. Ocorrência de rebelião na Casa de Custódia de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Necessidade de suspensão da transferência de presos de outras localidades para a unidade prisional e de construção de presídios federais no Estado.....	48985	EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem) – Morosidade na solução dos atrasos de vôos operados pelas companhias aéreas brasileiras.....	48995
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL – PE) – Necessidade de ampliação do Porto de Suape, no Estado de Pernambuco. Estudo desenvolvido pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco sobre a necessidade de investimentos em infra-estrutura na região sul do Estado. Perspectiva de crescimento industrial da região.	48985	JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Urgência na apreciação, pelo Congresso Nacional, do projeto da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Agressões dirigidas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por candidato ao Governo do Estado do Amazonas.	48995
SANDES JÚNIOR (PP – GO) – Conseqüências da operação padrão realizada pelos controladores de tráfego aéreo. Apoio às reivindicações da categoria.	48986	EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Ocupação de instalações da Companhia Vale do Rio Doce na região de Carajás, no Estado do Pará, por indígenas da etnia Xikrin. União da bancada do Estado de Rondônia em torno da apresentação de pauta ao Governo Federal com vistas à minimização do impacto ambiental do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.....	48996
LUIZ PIAUHYLINO (PDT – PE) – Importância da produção de <i>biodiesel</i> para a geração de emprego e renda na Região Nordeste, notadamente no sertão do Estado de Pernambuco. Vantagens advindas da utilização do combustível. Instalação de usinas de <i>biodiesel</i> em Pernambuco. Elogio aos membros do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Casa e ao Presidente do órgão, Deputado Inocêncio Oliveira, pelo convencimento do Governo Federal da importância do uso do <i>biodiesel</i> como fonte alternativa de energia.....	48987	PAULO PIMENTA (PT – RS) – Negociações empreendidas entre os Governos brasileiro e boliviano relativas à produção de hidrocarbonetos no país andino.	48997
V – Encerramento		FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR) – Greve dos controladores de vôo nos aeroportos brasileiros. Urgência do equacionamento, pela Agência Nacional de Aviação Civil, da discrepância entre as remunerações de profissionais civis e militares.	48998
2 – ATA DA 171ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 52ª LEGISLATURA, EM 01 NOVEMBRO DE 2006		GILMAR MACHADO (PT – MG) – Empenho das Lideranças partidárias na votação do Orçamento Geral da União de 2007 na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Realização de seminários regionais sobre o Orçamento Federal. Lançamento do <i>Portal do Orçamento</i> , com vistas ao acompanhamento da elaboração da peça orçamentária pela sociedade civil organizada.....	48999
I – Abertura da sessão		MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Urgência na desobstrução da pauta da Câmara dos Deputados e conseqüente votação de matérias relevantes para o País.	48999
II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior.		ALBERTO FRAGA (PFL – DF. Como Líder) – Utilização da máquina pública em favor da reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Incompetência da campanha eleitoral do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, no segundo turno das eleições presidenciais.	49000
III – Leitura do expediente		GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA) – Financiamento, pelo Estado, da campanha do candidato da Situação como principal razão da derrota da Senadora Roseana Sarney na disputa pelo Governo do Estado do Maranhão.....	49001
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1-11-2006		VICENTINHO (PT – SP) – Descumprimento, pela Prefeitura Municipal de Santos, Estado de São Paulo, de lei municipal proibitiva de atividade concomitante de motorista e cobrador de passagens em	
IV – Pequeno Expediente			
EDINHO BEZ (PMDB – SC) – Instalação da Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina. Urgência na reforma do Poder Judiciário. Reeleição do orador para a próxima Legislatura.	48991		
MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem) – Nomeação do Cardeal-Arcebispo de São Paulo, D. Cláudio Hummes, para a Prefeitura da Congregação para o Clero.....	48992		
FÁTIMA BEZERRA (PT – RN) – Satisfação com as reeleições do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva; da Governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria; do Deputado Estadual Fer-			

transportes coletivos urbanos. Urgência na aprovação do Projeto de Lei nº 2.163, de 2003, sobre o tema. Solicitação à Presidência de posterior concessão da palavra para Comunicação de Liderança.....	49002	e coação praticados pela Polícia Federal contra repórteres da empresa. Encaminhamento de pedido à Comissão de Direitos Humanos e Minorias para realização de audiência pública destinada à análise de restrição à liberdade de imprensa e informação pelo Governo Federal.....	49015
COSTA FERREIRA (PSC – MA) – Importância de investimentos em tecnologia e pesquisa científica para o desenvolvimento do País.....	49004	FERNANDO GABEIRA (PV – RJ. Como Líder) – Apoio à nota do PPS e PV anunciada pelo Deputado Raul Jungmann. Independência de setores da imprensa diante do Governo Federal. Importância da preservação das liberdades democráticas no País...	49015
INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL – PE) – Expectativa quanto ao resultado de investimentos em infraestrutura no Estado de Pernambuco. Resultado de seminário sobre planejamento regional e desenvolvimento realizado pelo Conselho Regional de Economia do Estado de Pernambuco, em conjunto com a Faculdade Frassinetti, do Recife.....	49004	RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Pela ordem) – Pedido ao Presidente em exercício dos trabalhos, Deputado Inocêncio Oliveira, de encaminhamento de solicitação de providências à Presidência da Casa. Contestação a discurso de Parlamentar.....	49016
GUILHERME MENEZES (PT – BA) – Votos de sucesso à nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.....	49006	VICENTINHO (PT – SP. Como Líder) – Ampliação da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Apuração de denúncias de constrangimento de jornalistas da revista <i>Veja</i> durante depoimento à Polícia Federal. Natureza tendenciosa da publicação no tocante à cobertura política. Inconsistência de discurso de Parlamentar opositorista sobre o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Disposição da bancada do PT para retomada da votação de matérias relevantes para o País.....	49016
WALTER FELDMAN (PSDB – SP) – Apoio à produção de contraceptivos orais no rol de medicamentos genéricos.....	49006	JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Pela ordem) – Imediata adoção, pelas autoridades competentes, de providências acerca da greve dos controladores de tráfego aéreo.....	49018
SANDES JÚNIOR (PP – GO) – Transcurso do 73º aniversário de fundação de Goiânia, Estado de Goiás.....	49007	WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT. Como Líder) – Resultado de reunião do orador com o Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos. Excelência da administração do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, Mauro Barbosa da Silva. Anúncio de pavimentação de rodovias no Estado. Importância de investimentos governamentais destinados à continuidade da ferrovia FERRONORTE e da Ferrovia Norte-Sul. Apoio à eleição do Deputado Inocêncio Oliveira à Presidência da Casa na próxima Legislatura.....	49018
CARLOS SOUZA (PP – AM) – Agradecimento ao eleitorado do Estado do Amazonas pela recondução do orador à Câmara dos Deputados. Reclamação contra a baixa qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica em Manaus.....	49008	GILMAR MACHADO (PT – MG) – Transcurso do Dia da Reforma Protestante. Anúncio da distribuição da cartilha simplificada do Orçamento Geral da União de 2007. Maior participação parlamentar na elaboração da peça orçamentária.....	49020
LEANDRO VILELA (PMDB – GO) – Transcurso do Dia do Professor. Homenagem póstuma a D. Juliana Barbosa Ferreira, conhecida como D. Júlia do Mara Hotel.....	49009	MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem) – Transcurso do cinquentenário de ordenação episcopal do Bispo Emérito de Estância, Estado de Sergipe, D. José Bezerra Coutinho.....	49024
JOVAIR ARANTES (PTB – GO) – Transcurso do Dia do Cirurgião Dentista. Conseqüências da operação-padrão realizada pelos controladores de tráfego aéreo.....	49010	Apresentação de proposições: FÉLIX MENDONÇA, CARLOS NADER, CHICO ALENCAR, CARLOS NADER, ANTONIO CARLOS MENDES THAME, CARLOS NADER, FERNANDO CORUJA, EDUARDO SCIARRA, ANDRÉ FIGUEIREDO, COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58-A, DE 2003.....	49024
V – Grande Expediente			
PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM) – Postura da Oposição ante a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Descumprimento da promessa de estabelecimento de teto máximo para a carga tributária. Procrastinação na votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007. Equívoco cometido por medida provisória relativa à redução de impostos para insumos, instrumentos de teste e programas destinados à pesquisa, ao desenvolvimento ou à produção de componentes semicondutores. Prejuízos ao Estado do Amazonas decorrentes do contingenciamento de recursos pelo Governo Federal. Repúdio à política econômica do Governo petista. Vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Estado do Amazonas. Anúncio de visita do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização ao Amazonas.....	49012		
RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Como Líder) – Nota das bancadas do PPS e PV sobre matéria veiculada na revista <i>Veja</i> acerca do constrangimento			

VI – Ordem do dia

(Debates e Trabalho de Comissões)

- ANA ALENCAR (PSDB – TO. Pela ordem)
– Consolidação da democracia no País. Demonstração de maturidade do eleitor brasileiro. Regozijo com a reeleição do Governador do Estado do Tocantins, Marcelo Miranda. Elogio à Justiça Eleitoral pela organização e tranqüilidade do pleito e presteza na apuração dos votos. Expectativa de aperfeiçoamento do processo eleitoral brasileiro com a aprovação do voto distrital e o crescimento das candidaturas de mulheres. 49029
- FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem) – Efeitos das mudanças climáticas decorrentes da ação do homem, segundo estudo realizado por chanceleres britânicos. Empenho da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, na redução do desmatamento no País. Importância do investimento em ciência e tecnologia para melhoria das condições ambientais. 49030
- INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL – PE. Pela ordem)
– Importância da inclusão na pauta de votações da proposta de recriação da SUDENE. Resultados da audiência do Governador eleito do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Apoio à proposta de reconfiguração da SUDAM. 49033
- FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem)
– Necessidade de ratificação, pelo Congresso Nacional, de Convenção Internacional de Combate à Tortura. 49034
- EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem) – Urgente necessidade de adoção de medidas de combate à pirataria de produtos manufaturados no País. . 49034
- NILSON MOURÃO (PT – AC. Pela ordem)
– Considerações acerca de pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em cadeia nacional de rádio e televisão. Necessidade de aliança nacional em torno da retomada do desenvolvimento do País. 49035
- NEUCIMAR FRAGA (PL – ES. Pela ordem)
– Empenho do Governo Federal na conclusão das obras de duplicação de trecho da BR-101 no Estado do Espírito Santo. 49036
- EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem)
– Relação de obras de infra-estruturais de relevante interesse para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Rondônia. 49037
- ZÉ GERALDO (PT – PA. Pela ordem) – Regozijo com a eleição da Senadora Ana Júlia Carepa para o Governo do Estado do Pará. 49038
- DRA . CLAIR (PT – PR. Pela ordem) – Regozijo com a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Governador Roberto Requião. Expectativa

quanto à implementação, pelo Presidente Lula, de novo modelo econômico e social. 49039

MARCONDES GADELHA (PSB – PB. Pela ordem) – Realização do seminário *Internet para todos: uma estratégia focada nos municípios* pela Deputada Luiza Erundina. Visita ao Brasil do professor norte-americano Nicholas Negroponte, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts – MIT. ... 49040

PAES LANDIM (PTB – PI. Pela ordem) – Discurso retirado pelo orador para revisão.) – Excelência da gestão do Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, Mauro Barbosa da Silva. Solicitação ao órgão de conclusão de obras na BR-020. 49041

VII – Comunicações Parlamentares

(Não houve oradores inscritos.)

VIII – Encerramento**3 – ERRATA**

a) Serviço de Publicação no Diário da Câmara Dos Deputados (DCD nº 103, de 13.6.06, página 29824 , coluna 2). 49047

COMISSÕES**4 – ATAS**

a) Comissão de Finanças e Tributação, 1ª Reunião (Extraordinária), em 23.11.05. 49047

b) Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, *29ª Reunião (Audiência Pública), em 2.9.03. . 49051

c) Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 41-A/03 (Reforma Tributária), * 12 Reunião (Ordinária), em 21.8.03 e *14 Reunião (Ordinária), em 26.8.03. 49080

d) Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PLP nº 76/03 (Sudene), Termo de Reunião, em 12.11.03, 7ª Reunião (Ordinária), em 14.2.06, Termos de Reunião, em 8 e 21.2 e 15.3, de 2006 e 8ª Reunião (Ordinária), em 22.3.06 49090

e) Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2.671/89, * 17ª Reunião (Audiência Pública), em 1.8.06. 49180

* Atas com notas taquigráficas

SEÇÃO II**5 – MESA****6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES****7 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO****8 – COMISSÕES****SUPLEMENTO**

PL nº 203-A/01, sairá publicado em suplemento a este Diário

Ata da 170ª Sessão, Extraordinária, Matutina, em 1º de novembro de 2006

*Presidência dos Srs.: Inocêncio Oliveira, 1º Secretário; Wellington Fagundes,
Adelor Vieira, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno*

ÀS 10 HORAS COMPARECEM À CASA

OS SRS.:

Inocêncio Oliveira
Geraldo Resende

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA PTB
FRANCISCO RODRIGUES PFL
Total de Roraima: 2

PARÁ

NILSON PINTO PSDB
VIC PIRES FRANCO PFL
ZÉ LIMA PP
Total de Pará: 3

AMAZONAS

ÁTILA LINS PMDB
CARLOS SOUZA PP
Total de Amazonas: 2

RONDÔNIA

ANSELMO PT
EDUARDO VALVERDE PT
MIGUEL DE SOUZA PL
Total de Rondônia: 3

ACRE

HENRIQUE AFONSO PT
NILSON MOURÃO PT
Total de Acre: 2

TOCANTINS

OSVALDO REIS PMDB
Total de Tocantins: 1

MARANHÃO

CÉSAR BANDEIRA PFL
COSTA FERREIRA PSC
DR. RIBAMAR ALVES PSB
PEDRO FERNANDES PTB
Total de Maranhão: 4

CEARÁ

ANTONIO CAMBRAIA PSDB
GONZAGA MOTA PSDB
JOSÉ LINHARES PP
JOSÉ PIMENTEL PT
MARCELO TEIXEIRA PSDB
MAURO BENEVIDES PMDB
RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB
Total de Ceará: 7

PIAUI

ÁTILA LIRA PSDB
JÚLIO CESAR PFL
MARCELO CASTRO PMDB
NAZARENO FONTELES PT
SIMPLÍCIO MÁRIO PT
Total de Piauí: 5

RIO GRANDE DO NORTE

BETINHO ROSADO PFL
FÁTIMA BEZERRA PT
SANDRA ROSADO PSB
Total de Rio Grande do Norte: 3

PARAÍBA

PHILEMON RODRIGUES PTB
Total de Paraíba: 1

PERNAMBUCO

CARLOS EDUARDO CADUCA PMDB
FERNANDO FERRO PT
JORGE GOMES PSB
PAULO RUBEM SANTIAGO PT
Total de Pernambuco: 4

ALAGOAS

BENEDITO DE LIRA PP
HELENILDO RIBEIRO PSDB
Total de Alagoas: 2

SERGIPE

HELENO SILVA PL
JOSÉ CARLOS MACHADO PFL
Total de Sergipe: 2

BAHIA

COLBERT MARTINS PPS
FÁBIO SOUTO PFL
FÉLIX MENDONÇA PFL
GUILHERME MENEZES PT
JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL
JOSÉ CARLOS ARAÚJO PL
LUIZ BASSUMA PT
WALTER PINHEIRO PT
Total de Bahia: 8

MINAS GERAIS

JOSÉ MILITÃO PTB
JÚLIO DELGADO PSB
LAEL VARELLA PFL
LEONARDO MONTEIRO PT
LINCOLN PORTELA PL
MÁRCIO REINALDO MOREIRA PP
ROMEU QUEIROZ PTB
Total de Minas Gerais: 7

ESPÍRITO SANTO

MANATO PDT
MARCUS VICENTE PTB
RICARDO SANTOS PSDB
Total de Espírito Santo: 3

RIO DE JANEIRO

CARLOS NADER PL
DR. HELENO PSC
EDUARDO CUNHA PMDB
FERNANDO GABEIRA PV
JORGE BITTAR PT
LUIZ SÉRGIO PT
SIMÃO SESSIM PP
Total de Rio de Janeiro: 7

SÃO PAULO

ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB
DIMAS RAMALHO PPS
IVAN VALENTE PSOL
JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT
JULIO SEMEGHINI PSDB
LUIZ EDUARDO GREENHALGH PT
MILTON MONTI PL
RICARDO BERZOINI PT
Total de São Paulo: 8

MATO GROSSO

THELMA DE OLIVEIRA PSDB
Total de Mato Grosso: 1

DISTRITO FEDERAL

ALBERTO FRAGA PFL
TATICO PTB
Total de Distrito Federal: 2

GOIÁS

CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB
LEONARDO VILELA PSDB
SANDES JÚNIOR PP
Total de Goiás: 3

MATO GROSSO DO SUL

JOÃO GRANDÃO PT
VANDER LOUBET PT
Total de Mato Grosso do Sul: 2

PARANÁ

ABELARDO LUPION PFL
AFFONSO CAMARGO PSDB
ANDRÉ ZACHAROW PMDB
DRA. CLAIR PT
IRIS SIMÕES PTB
NELSON MEURER PP
REINHOLD STEPHANES PMDB
RICARDO BARROS PP
SELMA SCHONS PT
VITORASSI PT
Total de Paraná: 10

SANTA CATARINA

CARLITO MERSS PT
EDINHO BEZ PMDB
FERNANDO CORUJA PPS
JOÃO PIZZOLATTI PP
MAURO PASSOS PT
ZONTA PP
Total de Santa Catarina: 6

RIO GRANDE DO SUL

JÚLIO REDECKER PSDB
LUIS CARLOS HEINZE PP
MARCO MAIA PT
MARIA DO ROSÁRIO PT
ORLANDO DESCONSI PT
PASTOR REINALDO PTB
PAULO PIMENTA PT
Total de Rio Grande do Sul: 7

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 107 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. JOSÉ LINHARES, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. JOSÉ LINHARES, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte.

III – EXPEDIENTE

Of. nº 1.369/2006-GP

Salvador, 16 de outubro de 2006

Ao Ex.º Sr.

Aldo Rebelo

D.D. Presidente da Câmara dos Deputados

Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, CEP 70160-900

Brasília – DF

Senhor Presidente:

Pelo presente, atendendo ao quanto solicitado por meio do Ofício nº 315/2006/SGM/P, encaminho a Vossa Excelência informações sobre a situação dos processos citados no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinados a investigar a ação criminosa das milícias privadas e grupos de extermínio em toda região Nordeste, bem como informações de novos processos dessa natureza, pertencentes à jurisdição deste Tribunal.

Processo nº 339189-8/2003 (Comarca de Santo Antônio de Jesus) – Os acusados GILVAN POMPONET DA SILVA, LUÍS DOS SANTOS REIS, VLADÉMIR REIS DE OLIVEIRA, RAIMUNDO RAMOS SANTOS e JOSIAS SILVA foram julgados e, com exceção do último, foram condenados pela prática de tortura e formação de quadrilha, posto que foram acusados de envolvimento em grupo de extermínio na região. O processo está em grau de recurso e encontra-se atualmente na Procuradoria-Geral de Justiça.

Esclareço que em um dos casos descritos no Relatório não foi indicado o suposto autor. Consta, como vítima, GERSON DE JESUS BISPO, cujo processo encontra-se em fase de sentença de pronúncia e tem como acusados REGINALDO DE SOUZA SANTOS,

JOSIVAN DE JESUS SOUZA e MARIA REGINA DOS SANTOS.

Processo nº 746759-2/2005 (2ª Vara Criminal Especializada pela Infância e Juventude – Salvador) – Réus: FRANCISCO CARLOS DE ALMEIDA, RAIMUNDO DE OLIVEIRA PITANGA, SINÉSIO RIBEIRO COSTA e VALDEMI DE JESUS VIANA. Autos com vista para o Defensor Público.

Processo nº 861637-7/2005 (2ª Vara Criminal Especializada pela Infância e Juventude – Salvador) – Réus: JACILANDO SILVA DE ARAÚJO, JOCERVAL DE JESUS LIBERATO, JOSÉ ROBERTO BORGES DA SILVA, JUTAHY SANTOS SOUZA, MÁRIO AUGUSTO CARVALHO SACRAMENTO, PAULO JOSÉ OLIVEIRA DE ANDRADE, ROBSON AUGUSTO DANTAS MENEZES, RONALDO PEDRO DE SOUZA e VANDERSON DA CRUZ RODRIGUES. Autos com carga para o advogado.

Processo nº 07/95 (Comarca de Glória) – Ação referente ao grupo comandado pelo Sargento Martins, sendo seis denunciados. Porém, apenas quatro pronunciados: VALTER LEAL MARTINS, GERÔNIO CAMPOS FONSECA, JENTILSON GOMES DA SILVA e CEZANILDO GOMES CAMPOS, sendo que os três primeiros foram julgados e condenados pelo Tribunal do Júri da Comarca de Feira de Santana, em razão de pedido de desaforamento, e o último encontra-se foragido. Cumpre informar, ainda, que se negou provimento ao recurso de Apelação interposto por Valter Leal Martins e Gerônimo Campos Fonseca.

Processo nº 020/2002 (Comarca de Paramirim) – Suspeita de formação de grupo de extermínio, cujos acusados são LUCIANO MAGALHÃES AZEVEDO, ARNÔ JORGE DOS SANTOS e FRANCISCO BRASIL NETO.

Os autos encontram-se conclusos para nova designação de audiência de instrução.

Processo nº 10/2000 (Comarca de Mutuípe) – Processo desmembrado, tendo sido formados os autos nº 30/2001 em relação aos denunciados EDMILSON DIAS FURTUOSO, PAULO SÉRGIO FORTUNATO SOUZA e ANTÔNIO MARCOS MENEZES ALVES, seguindo o processo original: IDELBRANDO RODRIGUES SANTOS e FURACI CÂNDIDO DOS SANTOS. O Processo nº 10/2000 encontra-se com a instrução praticamente concluída. Os réus foram citados e interrogados, testemunhas ouvidas, estando o processo no aguardo do cumprimento de diligências requeridas pelo Ministério Público, bem como a manifestação do

advogado de um dos acusados, e ainda, diligências determinadas pela juíza a respeito do denunciado Juraci Cândido dos Santos.

Quanto ao Processo nº 30/2001, apenas o denunciado Edmilson Dias Furtuoso foi interrogado; Antônio Marcos Menezes Alves foi citado por edital, não atendendo ao chamamento da Justiça, estando suspensos o processo e o curso da prescrição em relação ao mesmo. Paulo Sérgio Fortunato Souza foi citado por edital e teve audiência de qualificação e interrogatório remarcada em razão de paralisação dos serventuários da Justiça.

Processo nº 61/03 (Comarca de Chorrochó) – Aguarda-se desfecho do julgamento de desaforamento dos réus ALBERTINO BONFIM FILHO e HELENILTON CORREIA LEITE, requerido pelo Ministério Público, em face de vislumbrar dúvida sobre a parcialidade do júri. Com relação aos réus AMANDO NUNES NASCIMENTO NETO e FERNANDO SILVA SANTOS, o processo encontra-se suspenso em autos separados, sob o nº 44/04, vez que os mesmos encontram-se foragidos e não foram interrogados.

Processo nº 16/86 (Comarca de Ituaçu) – Ação Penal movida contra nove denunciados, dos quais dois já faleceram e os demais estão foragidos, tendo sido determinadas diligências para a sua captura. Cumpre informar que os autos do referido processo foram subtraídos e posteriormente reconstituídos, faltando-lhes, porém, algumas peças.

Processo nº 076/04 (Comarca de Sapeaçu) – Ação movida contra ANTÔNIO BORGES NEIVA e PAULO ANTÔNIO DAMASCENO DE BRITO. Houve sentença de pronúncia e recurso em sentido estrito, tendo sido os autos remetidos a este Tribunal para o reexame.

Em relação a JORAM EUSTÁQUIO DA SILVA, trata-se de juiz aposentado compulsoriamente em 27 de junho de 2002, época em que este Tribunal determinou a remessa dos autos à Comarca de Valença, a instrução da *notitia criminis*.

No ensejo, apresento a V. Ex^a protestos de estima e consideração. – Des. **Benito A. de Figueiredo**, Presidente.

Publique-se. Após, archive-se junto aos autos da Comissão Parlamentar do Inquérito destinada a investigar a ação criminosa das milícias privadas e grupos de extermínio em toda Região Nordeste. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

.Ofício nº 54/2006–Pres.

Brasília, 1º de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor
Deputado Aldo Rebelo
DD. Presidente da Câmara dos Deputados

Senhor Presidente,

Em reunião ordinária realizada no dia 4-7-06, esta Comissão Especial aprovou, com substitutivo, o Projeto de Lei nº 203, de 1991, que “Dispõe sobre o acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos de saúde”, e apensados, nos termos do parecer do Relator, Deputado Cezar Silvestri.

Solicito a Vossa Excelência determinar a publicação em avulso da referida matéria, na forma regimental.

Atenciosamente, – Deputado **Benjamin Maranhão**, Presidente.

Em 1-11-06.

Publique-se. – Aldo Rebelo, Presidente.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 4112/06

(Do Dep. Fernando Gabeira)

Solicita informações ao Ministro da Defesa sobre utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo.

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e de acordo com a regulamentação prevista nos arts. 115, inciso I do **caput**, e 116 do Regimento Interno da Casa, solicito sejam requeridas ao Sr. Ministro da Defesa as seguintes informações a respeito da utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo:

1 – Favor indicar as dotações orçamentárias, relacionadas com verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo, nos orçamentos de 2003 até 2005. Discriminar a dotação consignada, o que foi efetivamente realizado (incluindo Restos a Pagar, ano a ano) e a parcela que foi contingenciada.

2.- No mesmo sentido da questão anterior, favor indicar os valores do orçamento do presente ano de 2006, com as mesmas discriminações.

3. Favor indicar o valor, de acordo com o último dado disponível, dos recursos atuais do Fundo Aeronáutico, mencionando suas fontes de receita. Informar se está prevista utilização, ainda este ano, em programas e projetos de proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo. Discriminar as diferentes aplicações previstas (compra de equipamentos, pagamento de pessoal, contratação de assessoria etc.).

4. Favor detalhar a efetivação dos projetos e programas do SICEA – Sistema Integrado do Controle do Espaço Aéreo (em especial “Operação e Manutenção de Equipamentos e Sistemas de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”, “Desenvolvimento e Modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro” e “Proteção ao Vôo e Segurança do Espaço Aéreo”).

5. Favor informar as dotações destinadas ao melhoramento do sistema CINDACTA, de 2002 até o presente, especificando os valores efetivamente recolhidos ao Fundo Aeronáutico pelas diferentes taxas pagas pelos usuários de serviços aéreos e os efetivamente liberados.

6. A não implementação de programas e projetos relacionados com a proteção ao vôo tem a ver com o contingenciamento de verbas orçamentárias? Favor indicar outras razões, se existentes.

Justificação

A recente tragédia do vôo 1907 da GOL impõe uma série de reflexões. Dentre elas, se teriam existido falhas ou imperfeições no sistema brasileiro de proteção ao vôo.

O site www.contasabertas.com.br dá notícia de que “este ano, por exemplo, o programa de “Proteção ao Vôo e Segurança do Espaço Aéreo” gastou apenas 28,4% da dotação autorizada de R\$ 531,7 milhões. Até 03 de outubro de 2006, somente R\$ 151,1 milhões foram aplicados.” Os dados citados na informação “Proteção ao Vôo e Segurança do Espaço Aéreo” não conferem, integralmente, com aqueles fornecidos pelo Ministro da Defesa (Folha de S.Paulo, 09/10/06) que, embora confirme a dotação de R\$ 530 milhões, declara não haver contingenciamento. Existiria um crédito executado de R\$ 284,6 milhões e um crédito disponível de R\$ 245,6 milhões...

É imprescindível que a opinião pública tenha amplos esclarecimentos sobre a efetiva utilização das verbas orçamentárias. Devido ao contingenciamento, poderia estar ocorrendo um sucateamento dos radares?

É nosso dever, como parlamentar, saber se as verbas contingenciadas (cuja utilização poderia ter salvo vidas humanas) estariam sendo utilizadas para criar superavit primário em detrimento da segurança de vôo.

Acreditamos na declaração do Ministro da Defesa de que o Brasil possui um dos melhores padrões do mundo em segurança de vôo, competindo com o dos Estados Unidos e países da União Européia, garantindo ao Brasil baixos índices de acidentes aéreos. Mas, quando se trata de preservar vidas humanas, deve-se buscar atingir a perfeição!

As empresas aéreas pagam taxas a título de auxílio à navegação aérea e uso de telecomunicações. O custo é incluído na planilha, influenciando no preço pago pelo passageiro. Se existe o pagamento de taxa, obviamente deveria haver a contraprestação de serviços. Com o contingenciamento, há um desvio de finalidade dos recursos arrecadados, com evidente prejuízo para a segurança do vôo. O passageiro, que paga essas taxas, tem o direito de receber segurança!

Sala das Sessões, Deputado **Fernando Gabeira**.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 4.112/2006

Autor(a): Deputado Fernando Gabeira

Destinatário(a): Ministro de Estado da Defesa

Assunto: Solicita informações sobre utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo.

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O parecer, dispensado o relatório, em conformidade com o art. 2º, § 1º, do Ato da Mesa nº 11, de 1991, é pelo encaminhamento.

Primeira Vice-Presidência, em // 2006. – Deputado **José Thomaz Nonô**, Primeiro Vice-Presidente, Relator

RIC 4.112/2006

Autor: Fernando Gabeira

Data da Apresentação: 23-10-06

Ementa: Solicita informações ao Ministro da Defesa sobre utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo.

Forma de Apreciação:

Texto Despacho: Aprovação pelo Presidente, Dep. Aldo Rebelo, “Ad Referendum” da Mesa, do relatório do Dep. José Thomaz Nonô, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: Em 1-11-06

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº 4.113 , DE 2006

(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, acerca da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, junto aos Assentamentos Itamarati I e II, e suas atuais condições de ocupação e produção.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, as seguintes informações:

a) porque somente serão liberados em 2007 os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e quando liberados, quanto será destinado aos assentados e quais os critérios para liberação;

b) quais as ações voltadas a evitar o sucateamento do patrimônio dos Assentamentos Itamarati I e II;

c) o que está sendo feito para contemplar a totalidade dos assentados com moradia digna;

d) quais as medidas adotadas para verificação de lotes em situação irregular, e o combate à comercialização e ou arrendamento de lotes pelos assentados.

e) relatório e justificativa sobre os resultados financeiros da produção agropecuária dos Assentamentos Itamarati I e II;

f) informação sobre os procedimentos de regulamentação ambiental dos Assentamentos Itamarati I e II, e justificativa para o atraso destas providências;

g) relatório de arrecadação e destinação de recursos pela Associação Itamarati, que gere espaços e produção coletivizados.

Justificação

O corrente mês de Outubro em Mato Grosso do Sul tem sido tristemente marcado pela revelação de fatos estarrecedores acerca do assentamento da Fazenda Itamarati, todos trazidos à baila pela competente atuação do Jornal Correio do Estado, demonstrando mais uma vez isenção e postando-se como verdadeiro fiscal das ações do poder público, num papel absolutamente necessário e esperado pela população sul-mato-grossense.

Tratava-se de uma das maiores fazendas do mundo, com terra produtiva e dotada de infra-estrutura, como estradas, sistema de irrigação e armazéns, adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, na metade em 2001 ainda com Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, para assentar 1.140 famílias; e depois em 2003, integralmente passada à União, para assentar outras 1.700 famílias, num investimento total de R\$ 193,3 milhões pelo Governo Federal, para transformá-la num modelo de assentamento que abrigaria centenas de famílias, num projeto inovador que incluía a administração coletiva do patrimônio que lá ficou e da futura produção dos assentados, com a criação da Associação Itamarati, formada MST, CUT, Fetagri e FAF,

que acabou se tornando nicho de disputas políticas, perdendo-se de suas funções.

Pois bem, segundo o Correio do Estado, através de seu repórter Edivaldo Bitencourt, o patrimônio de R\$ 55,7 milhões da Fazenda Itamarati, que inclui sete armazéns, três secadores, indústria de beneficiamento de arroz, prédios destinados para escritórios e um posto de combustíveis, está sucateado, abandonado, deteriorado e depredado. A estrutura de escoamento hoje apresenta a estrada de ferro quase soterrada e o aeroporto sem condições apropriadas de uso.

Dos 57 pivôs de irrigação avaliados em R\$ 400 mil cada, apenas três são usados pelos próprios assentados.

Como se vê, a estrutura da fazenda não tem sido sequer utilizada em proveito dos próprios assentados, que apelam muitas vezes para improvisos ou técnicas rudimentares, enquanto armazéns e máquinas abrigam insetos e morcegos.

Dos três secadores de grãos da fazenda, um foi alugado ao Grupo Sperafico que paga R\$ 20 mil por mês; e parte da reserva florestal de 60 hectares de eucalipto, que deveria ser utilizada em cercas e palanques, foi vendida, mas não há informações precisas sobre o destino dos valores obtidos nessas duas transações nem por parte do INCRA nem por parte da Associação Itamarati.

Em nota oficial, o Superintendente Regional do INCRA, Luiz Carlos Bonelli, afirmou que pelo arrendamento do secador, o Grupo Sperafico está reformando armazéns, a fábrica de ração e a empacotadora de arroz.

O fato constatado pelo Correio do Estado é que não existe obra alguma em andamento no assentamento, sendo que no mais, esses recursos não apareceram sob a forma de benefícios às famílias assentadas, algumas mesmo passando fome e outras tanto comendo quirera de milho, produto utilizado para alimentar galinhas, isso quando não vendem suas ferramentas para fazer algum dinheiro.

Se somarmos a isso a falta de liberação, já há doze meses, de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para iniciar a produção, teremos que a maioria das 1.692 famílias, do assentamento Itamarati II, sobrevive graças ao Bolsa Família, situação que a reportagem classifica como “Favela Rural”, aquilo que deveria ser modelo de Reforma Agrária. É de se registrar que o INCRA admite que o dinheiro do PRONAF só deve chegar às famílias da Itamarati a partir do ano que vem, até lá, permanecerão atrelados ao Bolsa-Família. Se é burocracia, estratégia, má-fé ou pura incompetência,

é difícil avaliar, mas inegável é que está instituída a miséria no campo.

Ademais, 42% dos assentados ainda residem em barracos de lona sem energia elétrica, dado que o INCRA credita aos próprios assentados, pois 850 das 1,5 mil casas de 43m² não teriam sido construídas ainda, porque os assentados esperam financiamento da Caixa Econômica Federal, que lhes viabilizaria uma casa de 74,14m².

Neste ponto, reproduzimos *ipsis literis* um dramático trecho do Jornal Correio do Estado:

“Este é o caso de Cristiane Fernandes Nogueira, 20 anos, mãe de Robert, 4, e Cristiele, um ano e oito meses. Há três meses, ela foi excluída do Bolsa Família. Sem a ajuda, teve dia em que só não passaram fome porque comeram bolinhos de trigo. Em troca do leite para as crianças, ela deu a pá cavadeira. Na semana passada, para não ficar sem mercadorias, Cristiane venderia os últimos bens, nove frangos e um porquinho.

Na quarta-feira passada, a pequena Cristiele comia apenas arroz, sobre os olhos atentos do cão Baldock, que emagreceu com a crise dos donos. O outro filho, Robert, só matou a vontade de comer feijão porque ganhou o produto de uma vizinha, que obteve 15 quilos em troca da enxada. Carne, segundo a assentada, foi servida pela última vez no Natal de 2005.

Cristiane contou que está vendendo tudo o que tem para sobreviver. Além de não ter conseguido a casa, mesma situação de outras 716 famílias do MST e FAF, ela não conseguiu dinheiro para preparar a terra para o plantio da próxima safra.”

Para agravar a situação, existe uma inapetência generalizada das administrações públicas quanto a estrutura de saúde do assentamento, que usa para atendimento de mais de 18 mil pessoas, como Unidade Básica de Saúde, em duas vezes na semana, algumas poucas instalações de um hospital da Fazenda Itamarati, com capacidade para 27 leitos, salas de triagem, raio-x, consultas, almoxarifado, lavanderia e centro cirúrgico, equiparável a um hospital de mais de R\$ 1,3 milhão, que está caminhando para o desabamento tantas são as rachaduras no local.

Surpreendentemente o Correio do Estado também revela que “os assentamentos Itamarati I e II foram implantados sem estudos de impacto e licenças ambientais, segundo o promotor de Justiça do Meio Ambiente em Ponta Porã, Paulo César Zeni”. Relata ainda o Promotor que o Ministério Público Estadual, fez uma proposta de ajuste de conduta, recusada pelo INCRA. Resultado disso é que áreas de preservação ambiental não são respeitadas. Agora, moradores do assentamento denunciam a mortandade de peixes e

está sendo apurada a intoxicação de uma criança, após ter se banhado em um dos riachos da região, onde haveria contaminação em virtude de embalagens de agrotóxicos enterradas em suas margens.

A consequência da falência do modelo de Reforma Agrária do Governo Federal, além do assistencialismo que em geral rende votos, é que existem cada vez mais casos de assentados “vendendo” seus lotes de nove hectares, por até R\$ 2 mil. E aí um novo trauma surge pois o INCRA exige a presença dos assentados nos lotes em freqüentes vistorias, não permitido assim, sequer que trabalhem nas fazendas da região para sustentarem dignamente suas famílias.

Na parte I da Fazenda Itamarati, de 20,6 mil hectares, os arrendamentos de assentados a terceiros, já atingem 64% da área segundo o Correio do Estado. Ocorre que nestes cinco anos como assentadas, as 1.145 famílias recebem assistência técnica precária, não gozam de incentivos suficientes para o cultivo da terra, mesmo porque, seus projetos em geral esbarram na burocracia dos órgãos de apoio, ainda que baseados em um dos quatro módulos de produção: pecuária leiteira, olericultura, fruticultura e erva-mate.

Segundo os assentados, vendas e arrendamentos em troca de carros e dinheiro em espécie, das áreas individuais divididas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul, IDATERRA, são facilitados pela ausência do INCRA no local, já que o órgão dedica maior atenção à parte II do assentamento.

O superintendente regional do INCRA, Luiz Carlos Bonelli, afirmou ao Correio do Estado que não há arrendamento. Segundo ele “há parcerias para recuperar as benfeitorias herdadas da fazenda Itamarati”.

O fato é que já são 1,1 mil famílias somando cerca de 13,2 mil hectares que “tercerizaram” a produção das áreas coletivas por 25 % da colheita feita por empresas estranhas ao assentamento, mas que garante pelo menos R\$ 1,5 mil de renda anual às famílias, que em verdade foram levados pelo IDATERRA a acreditar que poderiam ter rendimento de cerca de R\$ 4 mil somente com a gestão coletiva.

Relata o Correio do Estado que: “como resultado, da renda prevista de R\$ 12 mil por ano, quase um terço dos assentados sobrevive com apenas R\$ 2,4 mil anual. Do sonho de R\$ 33 por dia, só sobrou a dura realidade de sustentar a família com R\$ 6,6 diários, como é o caso do produtor Reali Bedin, pai de oito filhos”.

Muito afeito às questões da terra, o Deputado Federal Xico Graziano, em artigo intitulado “Ilusão Produtiva” publicado simultaneamente nos jornais O Globo, O Estado de S.Paulo e O Tempo em 12 de se-

tembro de 2006, faz colocações contundentes, das quais destacamos alguns trechos:

“Passados quatro anos de experiência concreta, quem visita o assentamento Itamaraty teme pelo futuro. Os níveis de produção são baixíssimos, a qualidade de vida sofrível. Campeia a prostituição e a corrupção. Dá pena de ver.

Lotes são vendidos a céu aberto. (...) Nada funciona, porém, sem a comissão do chefe. Sendo tudo irregular, a propina corre solta. Como passe de mágica, autoridades públicas não tomam conhecimento das transações. (...)

A grande jogada econômica reside no arrendamento rural. O frágil sucesso do assentamento da Itamaraty depende de esquema de corrupção jamais visto na reforma agrária. (...)

Os agentes públicos conhecem a maracutaia, mas entendem que, embora proibido, o arrendamento configura a melhor forma de assegurar renda para as famílias assentadas. Assim, ou fingem não ver ou participam do esquema financeiro. A renda é paga diretamente ao chefe do grupo, que a reparte entre os apadrinhados. Parece divisão de furto. (...)

Há, sim, tentativas sérias de aprimoramento técnico. Curiosamente, todavia, uma ONG carioca venceu a licitação para fornecimento de assistência agropecuária aos assentados. Na seqüência, fez uma triangulação financeira e repassou a tarefa para quatro entidades locais ligadas à CUT e MST. Tudo muito estranho”.

Como se vê, a série de matérias do Correio do Estado, não é um trabalho isolado, destoante ou viciado por politicagem. Antes porém, é um trabalho sério e elogiável por nos revelar inúmeros fatos que no mínimo merecem uma resposta mais efetiva do Governo Federal, além de meras notas da Superintendência Regional do INCRA, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário, SDA e do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural IDATERRA.

Enfim, de nossa posição constitucional como fiscalizadores das ações da Administração Pública Federal, nos cabe buscar, entre outras, as informações acima arroladas.

Isto posto, tempos que o presente instrumento presta-se a ser o indutor de um posicionamento mais apropriado e efetivo dos vários órgãos pertinentes aos setores afins, das três esferas de entes públicos federativos.

Este é o fulcro do presente requerimento.

Sala das Sessões, 24 de Outubro de 2006. – **Geraldo Resende** Deputado Federal – PPS/MS.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 4.113/2006

Autor(a): Deputado Geraldo Resende

Destinatário(a): Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

Assunto: Solicita informações acerca da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, junto aos Assentamentos Itamarati I e II e suas atuais condições de ocupação e produção.

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O parecer, dispensado o relatório, em conformidade com o art. 2º, § 1º, do Ato da Mesa nº 11, de 1991, é pelo encaminhamento.

Primeira Vice-Presidência, em // 2006. – Deputado **José Thomaz Nonô**, Primeiro Vice-Presidente relator

RIC 4.113/2006

Autor: Geraldo Resende

Data da Apresentação: 24-10-06

Ementa:

Solicita informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, acerca da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, junto aos Assentamentos Itamarati I e II, e suas atuais condições de ocupação e produção.

Forma de Apreciação:

Texto Despacho:

Aprovação pelo Presidente, Dep. Aldo Rebelo, “Ad Referendum” da Mesa, do relatório do Dep. José Thomaz Nonô, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação:

Em: 1-11-06

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 4.114 /06

(Do Dep. Fernando Gabeira)

Solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo.

Nos termos constitucionais do art. 50, § 2º, e de acordo com a regulamentação prevista nos arts. 115, inciso I do **caput**, e 116 do Regimento Interno da Casa,

solicito sejam requeridas ao Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações a respeito da utilização de v

Ementa:

Solicita informações ao Ministro da Fazenda sobre utilização de verbas direcionadas para a proteção ao vôo e segurança do espaço aéreo.

Forma de Apreciação:

Texto Despacho:

Aprovação pelo Presidente, Dep. Aldo Rebelo, “Ad Referendum” da Mesa, do relatório do Dep. José Thomaz Nonô, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação:

Em 1-11-06

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 4.115 , 2006

(Do Sr. Dr. Miro Teixeira)

Solicita informações a Sra. Ministra de Estado da Casa Civil Dilma Vana Rousseff sobre denúncias contidas no Dossiê Marambaia 2006.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Ex^a, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a Sra. Ministra de Estado da Casa Civil Dilma Vana Rousseff sobre denúncias contidas no Dossiê Marambaia (em apenso), mediante o qual a associação de moradores da Ilha da Marambaia, Estado do Rio de Janeiro, informa que encontra-se em litígio com a Marinha do Brasil pela concessão de “áreas” naquela localidade.

Em 07 de julho de 2006 a Liderança do Partido Democrático Trabalhista – PDT recebeu o Dossiê Marambaia 2006, oportunidade que tomamos conhecimento do relato histórico descrito pela comunidade remanescente de quilombo da Ilha de Marambaia sobre o processo de regularização fundiária da ilha.

Diante dos fatos relatados, cumpre-nos, para melhor compreensão de V. Exa, uma rápida digressão quanto a matéria objeto do mencionado Dossiê.

Relatório

O dossiê apresentado, é verdadeiro relato histórico vivido pela comunidade remanescente de quilombo da Ilha de Marambaia. É formada por cerca de 161 famílias descendentes dos escravos do Comendador Breves, que utilizava a ilha como entreposto do tráfico negreiro. Com o fim da escravatura e com a morte do Comendador, a fazenda entrou em decadência e foi desativada. As famílias negras permaneceram nas

terras em posse pacífica até 1971, quando a ilha foi entregue ao Ministério da Marinha.

Os remanescentes dos quilombos identificam-se como um grupo homogêneo, adotando uma apropriação coletiva da terra e de seus costumes, tanto na atividade da pesca, como também na utilização do solo para cultivo agrícola de subsistência. Afirmam que o grupo permaneceu dentro de um regime próprio de uso do território, ou seja, controle e uso coletivo de caráter tradicional na área de seu domínio, com afirmação

“terras de preto” ou o termo mais apropriado de “terras de uso comum”, nas quais o controle dos recursos básicos se dá por meio de normas específicas instituídas para além

do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, pelos vários grupos familiares que compõem essa unidade social.

Reportam, ainda, que com a chegada da Marinha houve três grandes impactos com os quilombolas: o primeiro, na década de 20, de confronto; o segundo, em 1939, benéfico, com a instalação da Escola de Pesca Darcy Vargas; e, o terceiro, em 1971, com “proibições, arbitrariedades e abuso de poder por parte da Marinha, tais como: construções de casas para os filhos recém-casados; reforma das casas já existentes; derrubadas de casas e realização de roças de subsistência, impedimento a práticas de subsistência; da pesca e da roça; violação ao direito à educação; restrições ao direito de ir e vir; intimidação da população com a retirada de serviços públicos oferecidos; e ações de despejo contra as famílias residentes na ilha”.

Com a intensificação dessas ações da Marinha, mais precisamente de ações judiciais de despejo, reiniciaram-se as mobilizações comunitárias juntamente com a pastoral social da igreja católica de Mangaratiba (cidade a qual pertence a ilha Marambaia), com o propósito de denunciar o que estava ocorrendo e, com essas denúncias, foi elaborado o dossiê pela própria Diocese e entregue à Fundação Cultural Palmares – FCP, KOINONIA, Defensoria Pública e Ministério Público Federal – MPF, que moveu uma Ação Civil Pública contra a Marinha e a Fundação Cultural Palmares – FCP, exigindo da primeira a suspensão das ações (físicas e jurídicas) contra os moradores, e, da segunda, a realização dos estudos para reconhecer a comunidade como remanescente de quilombo.

Ademais, consta do dossiê que em 2004 foi expedida a certidão da Fundação, dando início ao processo de regularização fundiária da ilha, sob a responsabilidade do INCRA, mas a Marinha proibiu a entrada de técnicos e, somente finalizou o trabalho de delimitação da área, através do Ministério Público Federal de

Angra dos Reis, que entrou com liminar para garantir a entrada dos técnicos.

A comunidade remanescente de quilombo da Ilha da Marambaia espera a publicação do relatório técnico de identificação e delimitação de seu território étnico pelo INCRA, diga-se, já pronto, conforme declara Mário Lúcio Melo Junior, superintendente regional e, que, assim, irá conferir o título de propriedade aos que ocupam a região há mais de 150 anos.

Por último, alegam que a Marinha vem intervindo extra-oficialmente contra o documento com o intuito de postergar e modificar o processo de titulação da área e que, em 09 de abril de 2006, essa Arma, por meio de seu Diretor de Relações Públicas, Maurício Farias Alves, declarou que o “assunto está sendo conduzido pela Casa Civil da Presidência da República”. Assim, teme-se que as ingerências políticas possam modificar o resultado e mesmo impedir o andamento do processo.

Diante das informações e documentos em anexo do histórico relatado, vimos requerer as seguintes informações:

1 – Procedem as informações prestadas pelo Diretor de Relações Públicas da Marinha Sr. Maurício Farias Alves?

2 – Se procedem, qual o interesse da Casa Civil no assunto?

3 – Se não procedem, como a Casa Civil poderia interceder visando dar celeridade, uma vez que a questão envolve vários Ministérios? Como poderia atuar objetivamente para o deslinde da lide? Principalmente em relação a Marinha que requer a mesma área?

4 – O que pode esperar a Comunidade de Marambaia quanto aos desdobramentos para a concessão da titulação da área?

Justificação

Essas informações são necessárias e urgentes para a comunidade remanescente do quilombo da Ilha de Marambaia, sobretudo considerando os acontecimentos acima relatados, razão pela qual aguardamos pronto deferimento.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2006. – **Miro Teixeira** Deputado Federal.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 4.115/2006

Autor(a): Deputado MIRO TEIXEIRA

Destinatário(a): Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Assunto: Solicita informações sobre denúncias contidas no Dossiê Marambaia 2006.

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. O parecer, dispensado o relatório, em conformidade com o art. 2º, § 1º, do Ato da Mesa nº 11, de 1991, é pelo encaminhamento.

Primeira Vice-Presidência, em / / 2006. Deputado – **José Thomaz Nonô**, Primeiro Vice-Presidente Relator

RIC 4.115/2006

Autor: Miro Teixeira

Data da Apresentação: 24-10-06

Ementa:

Solicita informações à Sra. Ministra de Estado da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, sobre denúncias contidas no Dossiê Marambaia – 2006.

Forma de Apreciação:

Texto Despacho:

Aprovação pelo Presidente, Dep. Aldo Rebelo, “Ad Referendum” da Mesa, do relatório do Dep. José Thomaz Nonô, pelo encaminhamento.

Regime de tramitação: Em 1-11-06

INDICAÇÃO Nº 9.676, DE 2006

(Do Sr. Geraldo Resende)

Sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Extraordinário da Controladoria-Geral da União, a realização de auditoria contábil-financeira acerca dos recursos federais destinados aos Assentamentos Itamarati I e II, em Mato Grosso do Sul.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro Extraordinário da Controladoria Geral da União:

O corrente mês de Outubro em Mato Grosso do Sul tem sido tristemente marcado pela revelação de fatos estarrecedores acerca do assentamento da Fazenda Itamarati, todos trazidos à baila pela competente atuação do Jornal Correio do Estado, demonstrando mais uma vez isenção e postando-se como verdadeiro fiscal das ações do poder público, num papel absolutamente necessário e esperado pela população sul-mato-grossense.

Tratava-se de uma das maiores fazendas do mundo, com terra produtiva e dotada de infra-estrutura, como estradas, sistema de irrigação e armazéns, adquirida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, na metade em 2001 ainda

com Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, para assentar 1.140 famílias; e depois em 2003, integralmente passada à União, para assentar outras 1.700 famílias, num investimento total de R\$ 193,3 milhões pelo Governo Federal, para transformá-la num modelo de assentamento que abrigaria centenas de famílias, num projeto inovador que incluía a administração coletiva do patrimônio que lá ficou e da futura produção dos assentados, com a criação da Associação Itamarati, formada MST, CUT, Fetagri e FAF, que acabou se tornando nicho de disputas políticas, perdendo-se de suas funções.

Pois bem, segundo o Correio do Estado, através de seu repórter Edivaldo Bitencourt, o patrimônio de R\$ 55,7 milhões da Fazenda Itamarati, que inclui sete armazéns, três secadores, indústria de beneficiamento de arroz, prédios destinados para escritórios e um posto de combustíveis, está sucateado, abandonado, deteriorado e depredado. A estrutura de escoamento hoje apresenta a estrada de ferro quase soterrada e o aeroporto sem condições apropriadas de uso.

Dos 57 pivôs de irrigação avaliados em R\$ 400 mil cada, apenas três são usados pelos próprios assentados.

Como se vê, a estrutura da fazenda não tem sido sequer utilizada em proveito dos próprios assentados, que apelam muitas vezes para improvisos ou técnicas rudimentares, enquanto armazéns e máquinas abrigam insetos e morcegos.

Dos três secadores de grãos da fazenda, um foi alugado ao Grupo Sperafico que paga R\$ 20 mil por mês; e parte da reserva florestal de 60 hectares de eucalipto, que deveria ser utilizada em cercas e palanques, foi vendida, mas não há informações precisas sobre o destino dos valores obtidos nessas duas transações nem por parte do INCRA nem por parte da Associação Itamarati.

Em nota oficial, o Superintendente Regional do INCRA, Luiz Carlos Bonelli, afirmou que pelo arrendamento do secador, o Grupo Sperafico está reformando armazéns, a fábrica de ração e a empacotadora de arroz.

O fato constatado pelo Correio do Estado é que não existe obra alguma em andamento no assentamento, sendo que no mais, esses recursos não apareceram sob a forma de benefícios às famílias assentadas, algumas mesmo passando fome e outras tanto comendo quirera de milho, produto utilizado para alimentar galinhas, isso quando não vendem suas ferramentas para fazer algum dinheiro.

Se somarmos a isso a falta de liberação, já há doze meses, de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para

iniciar a produção, teremos que a maioria das 1.692 famílias, do assentamento Itamarati II, sobrevive graças ao Bolsa Família, situação que a reportagem classifica como “Favela Rural”, aquilo que deveria ser modelo de Reforma Agrária. É de se registrar que o INCRA admite que o dinheiro do PRONAF só deve chegar às famílias da Itamarati a partir do ano que vem, até lá, permanecerão atrelados ao Bolsa-Família. Se é burocracia, estratégia, má-fé ou pura incompetência, é difícil avaliar, mas inegável é que está instituída a miséria no campo.

Ademais, 42% dos assentados ainda residem em barracos de lona sem energia elétrica, dado que o INCRA credita aos próprios assentados, pois 850 das 1,5 mil casas de 43m² não teriam sido construídas ainda, porque os assentados esperam financiamento da Caixa Econômica Federal, que lhes viabilizaria uma casa de 74,14m².

Neste ponto, reproduzimos *ipsis literis* um dramático trecho do Jornal Correio do Estado:

“Este é o caso de Cristiane Fernandes Nogueira, 20 anos, mãe de Robert, 4, e Cristiele, um ano e oito meses. Há três meses, ela foi excluída do Bolsa Família. Sem a ajuda, teve dia em que só não passaram fome porque comeram bolinhos de trigo. Em troca do leite para as crianças, ela deu a pá cavadeira. Na semana passada, para não ficar sem mercadorias, Cristiane venderia os últimos bens, nove frangos e um porquinho.

Na quarta-feira passada, a pequena Cristiele comia apenas arroz, sobre os olhos atentos do cão Baldock, que emagreceu com a crise dos donos. O outro filho, Robert, só matou a vontade de comer feijão porque ganhou o produto de uma vizinha, que obteve 15 quilos em troca da enxada. Carne, segundo a assentada, foi servida pela última vez no Natal de 2005.

Cristiane contou que está vendendo tudo o que tem para sobreviver. Além de não ter conseguido a casa, mesma situação de outras 716 famílias do MST e FAF, ela não conseguiu dinheiro para preparar a terra para o plantio da próxima safra.”

Para agravar a situação, existe uma inapetência generalizada das administrações públicas quanto a estrutura de saúde do assentamento, que usa para atendimento de mais de 18 mil pessoas, como Unidade Básica de Saúde, em duas vezes na semana, algumas poucas instalações de um hospital da Fazenda Itamarati, com capacidade para 27 leitos, salas de triagem, raio-x, consultas, almoxarifado, lavanderia e centro cirúrgico, equiparável a um hospital de mais de R\$ 1,3 milhão, que está caminhando para o desabamento tantas são as rachaduras no local.

Surpreendentemente o Correio do Estado também revela que “os assentamentos Itamarati I e II foram implantados sem estudos de impacto e licenças ambientais, segundo o promotor de Justiça do Meio Ambiente em Ponta Porã, Paulo César Zeni”. Relata ainda o Promotor que o Ministério Público Estadual, fez uma proposta de ajuste de conduta, recusada pelo INCRA. Resultado disso é que áreas de preservação ambiental não são respeitadas. Agora, moradores do assentamento denunciam a mortandade de peixes e está sendo apurada a intoxicação de uma criança, após ter se banhado em um dos riachos da região, onde haveria contaminação em virtude de embalagens de agrotóxicos enterradas em suas margens.

A consequência da falência do modelo de Reforma Agrária do Governo Federal, além do assistencialismo que em geral rende votos, é que existem cada vez mais casos de assentados “vendendo” seus lotes de nove hectares, por até R\$ 2 mil. E aí um novo trauma surge pois o INCRA exige a presença dos assentados nos lotes em freqüentes vistorias, não permitido assim, sequer que trabalhem nas fazendas da região para sustentarem dignamente suas famílias.

Na parte I da Fazenda Itamarati, de 20,6 mil hectares, os arrendamentos de assentados a terceiros, já atingem 64% da área segundo o Correio do Estado. Ocorre que nestes cinco anos como assentadas, as 1.145 famílias recebem assistência técnica precária, não gozam de incentivos suficientes para o cultivo da terra, mesmo porque, seus projetos em geral esbarram na burocracia dos órgãos de apoio, ainda que baseados em um dos quatro módulos de produção: pecuária leiteira, olericultura, fruticultura e erva-mate.

Segundo os assentados, vendas e arrendamentos em troca de carros e dinheiro em espécie, das áreas individuais divididas pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul, IDATERRA, são facilitados pela ausência do INCRA no local, já que o órgão dedica maior atenção à parte II do assentamento.

O superintendente regional do INCRA, Luiz Carlos Bonelli, afirmou ao Correio do Estado que não há arrendamento. Segundo ele “há parcerias para recuperar as benfeitorias herdadas da fazenda Itamarati”.

O fato é que já são 1,1 mil famílias somando cerca de 13,2 mil hectares que “tercerizaram” a produção das áreas coletivas por 25 % da colheita feita por empresas estranhas ao assentamento, mas que garante pelo menos R\$ 1,5 mil de renda anual às famílias, que em verdade foram levados pelo IDATERRA a acreditar que poderiam ter rendimento de cerca de R\$ 4 mil somente com a gestão coletiva.

Relata o Correio do Estado que: “como resultado, da renda prevista de R\$ 12 mil por ano, quase um terço dos assentados sobrevive com apenas R\$ 2,4 mil anual. Do sonho de R\$ 33 por dia, só sobrou a dura realidade de sustentar a família com R\$ 6,6 diários, como é o caso do produtor Reali Bedin, pai de oito filhos”.

Muito afeito às questões da terra, o Deputado Federal Xico Graziano, em artigo intitulado “Ilusão Produtiva” publicado simultaneamente nos jornais O Globo, O Estado de S.Paulo e O Tempo em 12 de setembro de 2006, faz colocações contundentes, das quais destacamos alguns trechos:

“Passados quatro anos de experiência concreta, quem visita o assentamento Itamaraty teme pelo futuro. Os níveis de produção são baixíssimos, a qualidade de vida sofrível. Campeia a prostituição e a corrupção. Dá pena de ver.

Lotes são vendidos a céu aberto. (...) Nada funciona, porém, sem a comissão do chefe. Sendo tudo irregular, a propina corre solta. Como passe de mágica, autoridades públicas não tomam conhecimento das transações. (...)

A grande jogada econômica reside no arrendamento rural. O frágil sucesso do assentamento da Itamaraty depende de esquema de corrupção jamais visto na reforma agrária. (...)

Os agentes públicos conhecem a maracutaia, mas entendem que, embora proibido, o arrendamento configura a melhor forma de assegurar renda para as famílias assentadas. Assim, ou fingem não ver ou participam do esquema financeiro. A renda é paga diretamente ao chefe do grupo, que a reparte entre os apadrinhados. Parece divisão de furto. (...)

Há, sim, tentativas sérias de aprimoramento técnico. Curiosamente, todavia, uma ONG carioca venceu a licitação para fornecimento de assistência agropecuária aos assentados. Na seqüência, fez uma triangulação financeira e repassou a tarefa para quatro entidades locais ligadas à CUT e MST. Tudo muito estranho”.

Como se vê, a série de matérias do Correio do Estado, não é um trabalho isolado, destoante ou viciado por politicagem. Antes porém, é um trabalho sério e elogiável por nos revelar inúmeros fatos que no mínimo merecem uma resposta mais efetiva do Governo Federal, além de meras notas da Superintendência Regional do INCRA, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário, SDA e do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural IDATERRA.

Enfim, de nossa posição constitucional como fiscalizadores das ações da Administração Pública Federal, nos cabe buscar, entre outras, as informações seguintes:

a) porquê somente serão liberados em 2007 os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e quando liberados, quanto será destinado aos assentados e quais os critérios para liberação;

b) quais as ações voltadas a evitar o sucateamento do patrimônio dos Assentamentos Itamarati I e II;

c) o que está sendo feito para contemplar a totalidade dos assentados com moradia digna;

d) quais as medidas adotadas para verificação de lotes em situação irregular, e o combate à comercialização/arrendamento de lotes pelos assentados.

e) relatório e justificativa sobre os resultados financeiros da produção agropecuária dos Assentamentos Itamarati I e II;

f) informação sobre os procedimentos de regularização ambiental dos Assentamentos Itamarati I e II, e justificativa para o atraso destas providências;

g) relatório de arrecadação e destinação de recursos pela Associação Itamarati, que gere espaços e produção coletivizados.

Isto posto, tempos que o presente instrumento presta-se a ser o indutor de um posicionamento mais apropriado e efetivo dos vários órgãos pertinentes aos setores afins, das três esferas de entes públicos federativos.

Este é o fulcro do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 24 de Outubro de 2006.

Geraldo Resende, Deputado Federal – PPS/MS

INDICAÇÃO Nº 9.677, DE 2006

(Do Sr. Sandro Mabel)

Sugere a criação de um programa de manutenção e atualização dos computadores instalados nas escolas públicas brasileiras.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação:

Na atual “sociedade da informação”, é imprescindível se dotar a população, principalmente os jovens, de no mínimo conhecimentos básicos de informática. Exatamente por isso, diversas escolas públicas brasileiras foram contempladas com a instalação de computadores nos últimos anos, com o intuito de levar tais conhecimentos aos estudantes do País. Contudo, podemos notar que boa parte desses equipamentos se encontra sucateada, devido primordialmente à sua obsolescência tecnológica. Há que se ressaltar que tal processo de obsolescência é particularmente rápido quando falamos de informática, devido primordialmente

ao rápido desenvolvimento das tecnologias relacionadas a esse ramo.

Assim, faz-se necessário, no nosso entender, uma ação mais efetiva do Poder Público com o intuito de minimizar ou mesmo de impedir o sucateamento dos equipamentos de informática destinados aos estudantes da rede pública. Sugerimos, por conseguinte, a criação de um programa de manutenção e atualização dos computadores instalados nas escolas públicas brasileiras. Suas ações poderiam ser, por exemplo, a realização de *upgrades* anuais desses equipamentos e a sua substituição automática após um determinado período – de preferência não superior a 4 anos, para que assim possa se manter essa infra-estrutura sempre atualizada do ponto de vista tecnológico.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2006.
Deputado – **Sandro Mabel**

INDICAÇÃO Nº 9.678, DE 2006

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Sugere ao Ministro da Previdência Social a instalação de uma Agência da Previdência Social em São Gabriel da Cachoeira (AM).

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro Da Previdência Social:

A deputada Vanessa Grazziotin se dirige a V. Exa. para apresentar a seguinte indicação:

Segundo informações, a população do município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no noroeste do Estado do Amazonas, tem enfrentado diversas dificuldades no concernente ao acesso dos serviços previdenciários, uma vez que este município está vinculado à Agência da Previdência Social da Zona Leste da cidade de Manaus.

Entretanto, o município supracitado está localizado a 847 quilômetros em linha reta do município de Manaus e a população só pode se deslocar para a capital através dos transportes aéreo ou fluvial, cujos custos são inviáveis para a maior parte dos residentes em São Gabriel da Cachoeira.

Diante do exposto, solicito de V. Exa. providências imediatas no sentido de que o Ministério atenda as justas reivindicações do município, através da implantação de uma Agência da Previdência Social no noroeste do Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2006.
Deputada – **Vanessa Grazziotin** PCdoB/AM

INDICAÇÃO Nº 9.679, DE 2006

(Da Sra. Vanessa Grazziotin)

Sugere ao Senhor Ministro da Justiça, no âmbito da FUNAI, a adoção de medidas urgentes visando a extensão dos serviços de internet no posto administrativo da FUNAI localizado no município de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça :

A deputada Vanessa Grazziotin se dirige a V. Exa. para apresentar a seguinte indicação:

O município de São Gabriel da Cachoeira, localizado no noroeste Estado do Amazonas, é composto por uma população majoritariamente indígena. Portanto, devido a sua composição étnica, o município conta com um estratégico Posto de Administração Executiva da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Contudo, de acordo com informações recebidas, o posto supracitado ainda não dispõe de estrutura adequada para atender as demandas da expressiva população indígena que reside no município. Uma das principais reivindicações é a ampliação do serviço de internet no posto, uma vez que atualmente, o computador do posto tem acesso restrito apenas aos serviços disponibilizados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Diante do exposto, solicito que sejam tomadas providências urgentes, no sentido de garantir a extensão dos serviços de internet no posto administrativo da FUNAI em São Gabriel da Cachoeira, de modo a permitir o melhor funcionamento da unidade da FUNAI neste município.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2006.
Deputada – **Vanessa Grazziotin** PCdoB/AM

INDICAÇÃO Nº 9.680, DE 2006

(Do Sr. José Carlos Machado)

Sugere ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), a inclusão do assunto Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal do Brasil no currículo obrigatório do Ensino Fundamental e Médio, nos sistemas Federal, Estadual e Municipal.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação.

Dirijo-me a Vossa Excelência para expor e solicitar o que segue:

Considerando a busca incessante pelo acesso a uma Justiça mais Justa que vem se verificando no país, sobretudo nas últimas duas décadas;

Considerando o fato de que o acesso à Justiça, corolário da própria Constituição Federal do Brasil, só é possível com a devida divulgação dos direitos, garantias e deveres do cidadão;

Considerando a pouca divulgação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão, inobstante o progresso na área de Direito do Consumidor, e objetivando otimizar o pleno acesso a uma Justiça Justa;

Entendendo que uma ampla divulgação de conhecimentos relativos aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal do Brasil contribuirá enormemente para o alcance pleno de um Estado de Direito e de Justiça Cidadã.

Solicito de Vossa Excelência a especial atenção para que esse Ministério proceda à inclusão obrigatória do assunto Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal do Brasil no currículo obrigatório do Ensino Fundamental e Médio, nos sistemas Federal, Estadual e Municipal.

Destaco por oportuno que esta medida não representa, necessariamente, um aumento no número de disciplinas do currículo, visto que o assunto pode ser tratado, por exemplo, na disciplina de História.

Com esta iniciativa acredito estar contribuindo para a efetivação dos objetivos da educação quais sejam de fornecer ao cidadão subsídios para sua formação e aperfeiçoamento e conseqüente contribuição para o alcance de uma sociedade mais igualitária e equilibrada, sobretudo na garantia dos Direitos Constitucionais.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 2006.
Deputado – **José Carlos Machado**

INDICAÇÃO Nº 9.681, DE 2006

(Do Sr. Luciano Castro)

Sugere ao Poder Executivo, especificamente à Casa Civil, a criação de um Cadastro Nacional de Empresas Privadas Inadimplentes – CaNEPI, onde sejam relacionadas as empresas que não concluírem as obras públicas financiadas com recursos orçamentários federais para as quais foram contratadas pelos governos estaduais ou municipais, dentro dos prazos estipulados nos respectivos Contratos.

Despacho: Publique-se. Encaminhe-se.

Excelentíssima Senhora Chefe da Casa Civil da Presidência da República:

Os Estados, municípios e Distrito Federal têm sido continuamente prejudicados pelo fato de empresas privadas deixarem de cumprir suas obrigações quando da execução de obras públicas e serviços quando contratadas mediante contratos.

Tais fatos se agravam uma vez que recursos públicos são desperdiçados quando tais obras ficam inacabadas, sem contar que toda a comunidade da região deixa de ter a melhoria social que essas obras proporcionam.

Sugerimos assim a criação de um Cadastro Nacional de Empresas Privadas Inadimplentes – CaNEPI, onde sejam relacionadas as empresas que não concluam as obras públicas financiadas com recursos orçamentários federais para as quais forem contratadas, pelos governos estaduais ou municipais, dentro dos prazos estipulados nos respectivos contratos.

A criação do Cadastro ora proposto, o CaNEPI, funcionará como um mecanismo a mais de proteção dos recursos públicos federais além dos já existentes no SIAFI e no CADIN, mas nesse caso especificamente contra empresa privadas que não cumpram suas obrigações contratuais junto aos Estados e municípios que as contratam e não vêm essas obras executadas, no todo ou em parte, prejudicando em decorrência as comunidades envolvidas.

Sugerimos ainda que a inclusão de uma empresa no CaNEPI seja efetuada, na esfera estadual, pelo Secretário de Estado designado pelo Governador, e na esfera municipal, pelo Prefeito.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 2006.
Deputado – **Luciano Castro**, Líder do PL.

REQUERIMENTO Nº 4.151/06

(Do Senhor Leonardo Monteiro e outros)

Requer a convocação de sessão solene da Câmara dos Deputados para o dia 7 de novembro de 2006, às 10 horas.

Senhor Presidente,

Representando um décimo da composição da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 68 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, a convocação de sessão solene desta Casa para o dia 7 de novembro de 2006, às 10h00min, a fim de prestarmos homenagens póstumas ao servo de Deus Cônego Lafayette da Costa Coelho.

Justificação

O Servo de Deus Lafayette da Costa Coelho nasceu em Serro-MG, em 10 de novembro de 1886, e foi ordenado sacerdote em Diamantina-MG em 15 de abril 1917. Desde então exerceu seu ministério sacerdotal

na Paróquia de Santa Maria do Suaçuí-MG durante 44 anos, falecendo em 21 de setembro de 1961.

Homem de intensa oração e freqüentes jejuns, Lafayette cativou o povo do Vale do Suaçuí e adjacências com sua fé e exemplos de humildade. Seu carisma pastoral era, sobretudo, a bênção da saúde. Movidas pela fama de santidade do saudoso sacerdote, milhares de pessoas, de várias cidades de Minas Gerais e outros estados visitam anualmente seu túmulo, em Santa Maria do Suaçuí, principalmente no dia do aniversário de seu falecimento.

No dia 13 de novembro de 2000, a Santa Sé, Roma, autorizou o Bispo Diocesano de Guanhães, Dom Emanuel Messias de Oliveira, a iniciar o Processo de Beatificação do Servo de Deus, o que foi feito solenemente no dia 24 de junho de 2001, com a nomeação do Tribunal Eclesiástico Diocesano e do Postulador da Causa de Beatificação.

No dia 21 de setembro de 2001 foi lançada uma biografia completa do Servo de Deus, com o título “A Grandeza na Simplicidade”, Editora Fumarc, Belo Horizonte, de autoria do Postulador da Causa.

O Servo de Deus é patrono da cadeira nº 26 da Academia Brasileira de Hagiologia, com sede em Fortaleza-CE.

Queremos fazer agora uma justa homenagem ao Cônego Lafayette, nesta Casa, chamando todos que apoiam a beatificação do Servo de Deus.

Portanto, solicito aos nobres pares a aprovação deste requerimento. – Deputado Leonardo Monteiro, PT/MG. – Deputado Henrique Fontana, Líder do PT.

Defiro. **Publique-se.**

Em 1-11-06. **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Finda a leitura do expediente, passa-se às

IV – BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e todos os que assistem a esta sessão ou nela trabalham, temos ouvido o Presidente reeleito Luiz Inácio Lula da Silva fazer um chamamento à união nacional e a um entendimento maduro. Qualquer entendimento, para ser maduro e ter possibilidades de união para o bem do povo trabalhador, tem que ser feito com base em propostas e projetos concretos.

Com esse objetivo, o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, reafirmando seu horizonte socialista e sem se amesquinhar no intestino grosso da pequena política, vai, reconhecendo sua debilidade, inserir-se

nas lutas sociais em curso, para aprender com elas e também animá-las, a fim de construir uma pauta comum à Oposição de esquerda e ajudar a constituir uma frente popular, democrática e antineoliberal. Ela norteará, na conjuntura adversa, nossa atuação política cotidiana. Ela será a base programática de todas as conversas políticas que desenvolveremos.

Como substância para o diálogo com as forças políticas nacionais, em especial os movimentos populares e outros partidos e organizações de esquerda, oferecemos uma contribuição a esta plataforma de lutas com os seguintes pontos:

1) Avanço na democratização da propriedade através da ação popular direta, com apoio à ocupação de latifúndios improdutivos ou imóveis abandonados, alavancando assim a implementação de metas das reformas agrária – 1 milhão de famílias assentadas até 2010 – e urbana, e constituição de grande movimento nacional, com base em cada Estado, contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais;

2) Avanço na democratização institucional de todas as instâncias de poder por meio do protagonismo popular, com forte denúncia da relação fisiológica e corrompida entre Executivos e Legislativos, sob o disfarce da “governabilidade”; regulamentação e utilização de instrumentos constitucionais como o plebiscito e o referendo; cobrança de transparência nos negócios públicos e de uma reforma política que institua, entre outros elementos centrais, a fidelidade partidária programática, o financiamento público exclusivo de campanhas, a revogabilidade dos mandatos e a limitação das reeleições;

3) Intensificação da luta pela democratização dos meios de comunicação de massa, com apoio a jornais, rádios e TVs comunitárias e de outras entidades de trabalhadores, combate ao vigente monopólio dessas concessões públicas e estabelecimento da supervisão social sobre a programação, a fim de que ela resgate nossa riqueza étnica e cultural e tenha limites na publicidade de indução ao consumo individualista como sentido de vida;

4) Avanço na democratização social por meio da luta por remuneração condigna, pleno emprego e contra qualquer ameaça de precarização de direitos securitários, sindicais (aí compreendida a rejeição a qualquer pseudo-reforma) e trabalhistas, e por meio da universalização de políticas públicas permanentes – com destaque para educação e saúde – sem caráter assistencialista e manipulatório, com não-prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU);

5) Reorientação do financiamento público para os setores produtivos (hoje com grande capacidade ociosa) e para a infra-estrutura (estradas, ferrovias,

portos, aeroportos e redes de transmissão de energia elétrica), em detrimento do capital rentista, maior beneficiário das altas taxas de juros, que devem sofrer redução substancial;

6) Controle, por meio de um Banco Central subordinado às políticas de governo, sobre a entrada e saída de capitais, contendo-se seus circuitos meramente especulativos sobre o câmbio, tornando-o menos volátil;

7) Combate às privatizações, com auditoria das já realizadas e suspensão imediata dos leilões de bacias sedimentares de petróleo e gás marcadas pela Agência Nacional do Petróleo;

8) Combate efetivo à corrupção sistêmica, sem óbices a investigações por CPIs, polícias e controladorias, com total transparência das informações à cidadania e rigoroso procedimento para perda de mandato daqueles envolvidos com roubo de dinheiro público, inclusive com a instituição imediata do voto aberto no Parlamento;

9) Implementação efetiva do Sistema Integrado de Segurança Pública, priorizando as ações de inteligência e prevenção na proteção ao cidadão, com controle externo, pelo MP, das atividades policiais; estímulo à unificação das polícias nos Estados; criação de Casas de Transição para ex-presidiários que perderam vínculos familiares; aumento de impostos para importação de armas; proibição da participação de policiais em empresas de segurança privada; autonomia das perícias e retomada de campanha nacional pelo desarmamento e do debate sobre a questão das drogas;

10) Soberania nacional com rejeição à dominação imperialista reiterada pelos EUA de Bush/Condoleezza, retirada de tropas brasileiras do Haiti e aprofundamento das relações com as nações da América Latina, África e Ásia, fortalecendo a pressão sobre o G-7, contra a ALCA e em favor da ALBA e do MERCOSUL.

Esses, Sr. Presidente, são 10 pontos fundamentais sobre o que entendemos ser o melhor caminho para o Brasil superar a injustiça, livrar-se da neurose da pura e simples meta inflacionária e assumir metas de crescimento com distribuição de renda e riqueza, com ênfase no protagonismo popular, para que avancemos na democratização radical da sociedade e das instituições, no combate a todos os crimes de colarinho branco, corrupção e desmandos e, por fim, alcancemos um futuro de paz.

Diluição política, programa neoliberal e aproximação entre quase iguais não são entendimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Ordem dos Advogados do Brasil,

por seu Presidente, Roberto Busato, em matéria divulgada com destaque na mídia, defende, mais uma vez, a reforma política, seqüenciando, assim, manifestações anteriores, que destacavam o tema como prioridade para reformular a atual sistemática eleitoral e partidária.

O próprio Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro discurso após a proclamação dos resultados do segundo turno das eleições presidenciais, já se posicionara da mesma maneira, transformando praticamente em unanimidade aquilo que na atual Legislatura constituiu assunto obrigatório, nesta tribuna e na grande imprensa do País.

Afirmou Busato que “a OAB espera que, já no início das atividades da nova legislatura, haja manifestação objetiva do Congresso e do governo neste sentido. É essa a expectativa da sociedade brasileira”.

Recorde-se que, durante a presente fase de trabalhos, seguidas vezes estive neste microfone situando-me na mesma linha de pensamento, ainda mais porque integrei Comissão Especial dirigida pelo eminente colega Alexandre Cardoso, quando foi elaborada proposição com 3 modificações básicas, cuja aprovação dependeria apenas de maioria simples, sem necessidade, portanto, de quorum_qualified, já que não estava prevista nenhuma alteração que reclamasse três quintos da Casa para a sua viabilização.

Os esforços despendidos foram em vão, por uma inexplicável negligência de todos nós, embora, em determinada ocasião, as Lideranças houvessem firmado requerimento de urgência, formalmente entregue ao então Presidente João Paulo Cunha.

Como tudo indica que haveremos de trabalhar extraordinariamente, até com vistas a receber o compromisso de posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, existirá tempo bastante para que, ainda nesta Legislatura, deliberemos sobre algo que assumiu conotação consensual, inadmitindo mais qualquer tipo de procrastinação.

O Presidente interino do PT, Marco Aurélio Garcia, também assim se posicionou, asseverando: “Estamos convencidos de que o processo democrático ficou fortalecido. Mas precisamos reforçar ainda mais as instituições democráticas. O aprimoramento far-se-á com a reforma política, dentro de uma maior transparência. A reforma vai disciplinar o funcionamento dos partidos”.

Não vejo necessidade, portanto, de aguardar-se, ainda, o advento da nova Legislatura, em 1º de Fevereiro, porque as Comissões somente estarão formalmente estruturadas em março, com as complexas indicações de Lideranças, o que retardará, ina-

pelavelmente, o andamento de qualquer proposta de caráter reformista.

Entendo, por isso, que não remanesce mais dúvida em relação à imprescindibilidade da reforma política, cujo processamento deve revestir-se de celeridade, como exigência de uma realidade premente, comprovada pela atual conjuntura vivenciada pelo País.

Chegou, pois, a hora de enfrentarmos a questão de forma resoluto, sem que haja necessidade de aguardar-se ainda a presença dos novos representantes, entre os quais estarei incluído, para cumprir o meu décimo mandato, conquistado pela força soberana do voto dos cearenses.

A reforma política transformou-se, assim, em bandeira desfraldada por todos os que aspiram o avigoramento dos atuais rumos institucionais, com agrêmiações bem estruturadas, sem os vícios acentuados que, lamentavelmente, perduram entre nós, aviltando, muitos deles, a própria dignidade de nossa investidura como mandatários do povo brasileiro.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, primeiro quero expressar minha alegria pelo resultado do segundo turno das eleições no Brasil, no Nordeste e, em particular, no meu Estado, o Rio Grande do Norte.

Não tenho dúvida de que o povo brasileiro e a democracia saíram vitoriosos. Aliás, foi muito bom, como disse o Presidente Lula, ter havido segundo turno, porque permitiu maior engajamento da militância e politizou mais o debate. Não tenho dúvida também de que a comparação entre o Governo Lula e a gestão tucana constituiu-se na linha de força do debate eleitoral que houve no segundo turno. Por quê? Porque a população se deu conta das diferentes visões de Estado: de um lado, a do Governo tucano-pefelista, de privatização das empresas nacionais e reforço da noção do mercado auto-regulado; de outro lado, a do Governo Lula, que se opõe às privatizações e reconhece a capacidade reguladora do Estado e seu protagonismo no combate às desigualdades sociais, por meio de políticas sociais redistributivas.

Evidenciaram-se também, Sr. Presidente, diferenças em relação ao trabalho, já que Lula apostou nos concursos públicos e no emprego formal, em vez do reforço à terceirização e ao trabalho precarizado implementado pelos tucanos.

Sr. Presidente, também gostaria de externar minha alegria com o resultado extraordinário do meu partido, o Partido dos Trabalhadores. O partido saiu revigorado nacionalmente. Foi a legenda mais votada no âmbito do Legislativo Federal, elegeu 5 Governadores Estaduais, e o Presidente da República foi eleito no segundo turno com mais de 5 milhões de votos a

mais do que em 2002. E, por ironia da história, o PFL, aquele que decretou inclusive a morte antecipada do PT, quando o Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, chegou a dizer que essa crise era muito boa, porque o Brasil se veria livre dessa raça, foi o partido mais derrotado nacionalmente nestas eleições.

O povo brasileiro, que tem sabedoria e conhecimento para separar o joio do trigo, mais uma vez expressou seu respeito pela história do PT. Em comparação com a eleição de 2002, a bancada do PFL perdeu 19 Deputados. O PFL foi banido da região Nordeste e hoje só tem o Governo do Distrito Federal.

Por falar em Região Nordeste, Sr. Presidente, que beleza esta nova correlação de forças que se estabelece com a eleição de Eduardo Campos, de Jacques Wagner, de Marcelo Déda, de Ciro Gomes e de Wilma de Faria!

Ressalto o importante significado da bela e especial vitória da Governadora eleita nesse segundo turno no Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, porque essa eleição, Deputado Inocêncio Oliveira, quebra a hegemonia dos grupos conservadores que se revezaram durante mais de 4 décadas à frente dos destinos daquele Estado. Desta vez, as forças políticas tradicionais, PMDB e PFL, uniram-se, mas Wilma de Faria, com a aliança de mais de 6 partidos, contando com o Partido dos Trabalhadores, colheu bela vitória.

Começa a ser escrita a partir de agora nova página na história política do Rio Grande do Norte, com essa derrota das forças conservadoras, que sempre dominaram aquele Estado.

Sr. Presidente, quero parabenizar o Presidente Lula por sua fala à Nação, quando estendeu as mãos e chamou todos a um entendimento. Agora, o que se espera é que a Oposição, sem abdicar do seu papel de fiscalizar, ser vigilante, não se oponha ao Brasil e que, mais do que nunca, esta Casa vote as matérias que interessam ao povo brasileiro, como o FUNDEB, que até hoje os educadores e a sociedade brasileira esperam ver aprovado.

Não tenho dúvida de que vamos caminhar a passos acelerados para este Brasil avançar cada vez mais na consolidação desse projeto, que está apenas engatinhando, de desenvolvimento nacional, inclusão social, distribuição de renda e educação de qualidade.

Quero saudar a Governadora eleita Wilma de Faria e o povo do meu Estado, o Rio Grande do Norte, pela belíssima vitória que colhemos no último domingo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Roberto Arruda, que cumprimento pela brilhante votação, pela brilhante eleição, em primeiro turno, para o Governo do Distrito Federal.

S.Exa. tem uma vida marcada sobretudo pela defesa da construção de uma infra-estrutura nesta cidade querida, Capital nacional, Capital de todos nós, para que o cidadão tenha condições de viver com dignidade. Essa sua luta é para que possamos ter orgulho de ver a Capital Federal dotada dos instrumentos básicos para o cumprimento das suas atribuições específicas, como Capital de um dos países mais desenvolvidos do mundo, se Deus quiser, em futuro bem próximo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL – DF. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Deputado Inocêncio Oliveira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uma breve comunicação a esta Casa. Em razão de compromissos assumidos como Governador eleito de Brasília, vou me ausentar na próxima semana, para reuniões em Washington, no Banco Mundial e no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Governo do Distrito Federal tem com esses 2 organismos internacionais convênios que são extremamente importantes para o desenvolvimento sustentável da Capital do País.

O primeiro deles, o Brasília Sustentável, busca recursos para investimento na infra-estrutura e no saneamento básico da Estrutural, de Águas Lindas e de algumas outras regiões, exatamente as mais sofridas, as mais pobres, as que têm maiores deficiências em Brasília.

O segundo deles, o Brasília Integrada, visa a uma mudança radical no nosso sistema de transporte coletivo. Hoje, nós temos um transporte ruim e caro. Nós desejamos construir não apenas o metrô do Gama e de Santa Maria, mas também os corredores de ônibus exclusivos nas principais cidades de Brasília. E vamos promover a renovação da frota, a construção de novos terminais e da nova estação rodoviária e implementar o bilhete integrado, para dar mais conforto ao usuário do transporte coletivo.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estarei em Washington na próxima semana e, por isso, não participarei das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.

Desejo também, Sr. Presidente, ao fazer esta breve comunicação, agradecer o apoio, a solidariedade dos Parlamentares federais de outros Estados brasileiros, de diversos partidos, que de alguma maneira torceram pela nossa vitória aqui em Brasília. Sei da dimensão, da responsabilidade de ser Governador da Capital do País, da Capital de todos os brasileiros.

Já inicio aqui um processo de despedida da minha vida parlamentar, de despedida do Congresso Nacional. A vida pública de qualquer um de nós encontra o seu ápice exatamente quando temos a chance de, guinda-

dos pela vontade popular, governar o nosso Estado, a Unidade da Federação a que pertencemos. É com esse espírito que vou deixar o Congresso Nacional, para juntar as experiências desta Casa, a fim de conseguir fazer, no Governo do Distrito Federal, o que for melhor para a população que aqui reside e para resgatar a auto-estima dos brasileiros na sua Capital.

Brasília foi construída por Juscelino Kubitschek, por Israel Pinheiro, numa das páginas mais bonitas da história do Brasil. Esse orgulho que brasileiros de todos os Estados tinham da sua Capital precisa ser resgatado. Brasília interiorizou o desenvolvimento nacional. Brasília é o símbolo de uma época de modernização na história do Brasil. É com esse espírito que desejamos governar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ZONTA (PP – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, funcionários da Casa, visitantes, gostaria de falar sobre as eleições ocorridas nos dias 1º e 29 de outubro, dividindo minha fala em 3 tópicos.

O primeiro registro é de satisfação por ser brasileiro, em razão da alegria pelo exemplo de agilidade e de qualidade que o Brasil deu ao mundo, mostrando rapidez, eficiência e competência da Justiça Eleitoral brasileira, por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral. Em particular, cumprimento o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. Menos de 3 horas depois de encerradas as votações, o Brasil já conhecia o seu Presidente, da mesma forma que ocorreu com os 10 Governadores. O mundo, estupefato, olhou para o Brasil, dando, claramente, credibilidade ao nosso processo eleitoral.

Ao cumprimentar a Justiça Eleitoral, particularmente o Tribunal Superior Eleitoral, reporto-me mais uma vez a Santa Catarina, porque foi lá, no Município de Brusque, que se iniciou o uso da urna eletrônica. Não poderia deixar de fazer esse registro. O sistema, que foi modernizado, pode ser adotado por qualquer país livre e democrático do mundo.

O segundo registro que faço é em relação às pesquisas eleitorais. Há necessidade de fazer valer aquilo que aprovamos nesta Casa. Quinze dias antes das eleições não há possibilidade de se publicarem pesquisas. Os institutos de pesquisa não podem mais definir eleições. Cito o exemplo de Santa Catarina: no sábado à noite, véspera da eleição, o IBOPE publicou vantagem de 14% para o atual Governador, que foi reeleito, em relação a Esperidião Amin. No entanto, no dia seguinte, domingo, a diferença foi de 5%. Em outros Estados tivemos a mesma situação. Não há mais possibilidade de a democracia se consolidar sendo dirigida por institutos de pesquisa. Para as próximas

eleições há a necessidade de se colocar em prática aquilo que aprovamos nesta Casa.

O terceiro registro que faço é para cumprimentar o nosso candidato a Governador, Esperidião Amin, e o candidato a Vice-Governador, Hugo Biehl, pelo desempenho nas eleições. O Governador Esperidião Amin, após o primeiro turno, conquistou 438 mil votos, enquanto o vencedor conquistou apenas 80 mil votos. Cumprimento a liderança de Esperidião Amin e Hugo Biehl. Embora o resultado não tenha sido satisfatório, foi uma vitória moral de Esperidião Amin e de Hugo Biehl.

Registro ainda a fidelidade do Partido dos Trabalhadores em acordo firmado, em Santa Catarina, para o segundo turno. Firmamos acordo para que o Partido dos Trabalhadores apoiasse nosso candidato a Governador, o que o PT efetivamente fez, e nós apoiássemos o Presidente Lula. E a diferença diminuiu. O Partido Progressista, em Santa Catarina, está coeso com o Presidente Lula, e cumprimenta o PT pela vitória em âmbito nacional, somando-se a este novo momento que o Brasil passa a viver.

Nós, empresários do agronegócio, defenderemos propostas concretas em favor do desenvolvimento da pequena agricultura, a agricultura familiar. Vamos discutir o cooperativismo no Governo, em Santa Catarina, e tratar não apenas da governabilidade no momento, mas também das eleições de 2008, junto com o Partido dos Trabalhadores.

Aproveito para registrar a participação efetiva do candidato do PT a Governador, José Fritsch, que, no segundo turno, esteve conosco, coeso e fiel, além da participação da candidata do PT ao Senado, Luci Choinacki, que assumiu com veemência e muita força, no segundo turno, a campanha em favor de Esperidião Amin e Hugo Biehl. Agradeço à Senadora Ideli Salvatti a postura, bem como aos Deputados Carlito Merss, Vignatti, Mauro Passos e demais Deputados do Partido dos Trabalhadores, estaduais, federais.

Vimos a efetivação de acordo claro, objetivo, livre e soberano que nasceu nas bases e elevou a posição e a postura do Partido Progressista em âmbito federal, apoiando o Presidente Lula, o que continuará ocorrendo, em prol da governabilidade. Em Santa Catarina, no segundo turno, contamos com o apoio do PT, que, embora não tenha sido suficiente, foi importante.

Muito obrigado.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos anos, o Estado do Ceará tem desenvolvido uma política de recursos hídricos visando vencer as adversidades impostas pela natureza.

Por meio da construção de barragens, canais de transposição de águas e implantação de poços profundos com sistema simplificado de abastecimento de água, está sendo viabilizada a oferta de água potável, principalmente para a população rural.

A partir de 2003, com o Governo Lúcio Alcântara, o Ceará avançou com o Projeto São José, em parceria com as associações comunitárias, e já garantiu a instalação de 1.174 projetos de abastecimento de água, em 157 municípios, beneficiando 85.290 famílias, com investimentos de 110,229 milhões de reais. O referido projeto, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional e sob a Coordenação o Dr. Josias Farias Neto, tem efetivamente contribuído para diminuir as vulnerabilidades de oferta de água para consumo humano em nosso Estado, que possui 92% de sua área territorial no semi-árido nordestino.

Apesar de toda a atenção do Governo do Estado no enfrentamento das questões hídricas, hoje, segundo o Coordenador Estadual da Defesa Civil no Ceará, coronel Murilo Lobo de Queiroz, 56 municípios já se encontram em situação de emergência e apresentam demandas de abastecimento de água por meio de 193 carros-pipas, para atender a 66.315 famílias, em 2.638 comunidades rurais.

Em virtude do agravamento dessa situação nos próximos meses, torna-se necessário que, urgentemente, a Secretaria Nacional de Defesa Civil defina com o Exército Brasileiro cronograma de operacionalização de oferta de água potável para essas comunidades, visto que no Ceará, até o momento, os recursos financeiros para atender a essas comunidades estão sendo assegurados somente pelo Governo do Estado.

Sr. Presidente, acredito que o nosso grande Parlamentar José Linhares, que representa a região norte do Estado do Ceará, também reforçará nossa reivindicação, para que urgentemente seja feita parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, principalmente no Nordeste, para solução do problema da falta de água.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na disputa político-eleitoral, o embate ideológico e programático é natural e necessário para que o eleitorado saiba o que pensam os candidatos. Quanto mais acalorado o enfrentamento, mais profundas as discussões. No entanto, há um limite que não pode ser ultrapassado, quando esse enfrentamento se dá no campo pessoal.

Na campanha concluída no dia 29, o Governador de Rondônia, Ivo Cassol, que na ocasião apoiava o candidato Geraldo Alckmin, em diversos pronunciamentos, em rádio e palanque, usou palavras chulas

contra o candidato Lula. Chamou-o de quadrilheiro, bandido, chefe de quadrilha. Está à disposição dos Deputados fita gravada de uma rádio.

Imaginem qual será a relação do Governador de um Estado pobre como Rondônia, que depende em quase tudo do Governo Federal, com o Presidente da República? Quem foi eleito não foi Geraldo Alckmin, mas o Presidente Lula! O Governador tinha grande dificuldade de ser recebido no Palácio do Planalto e nos Ministérios, por causa de sua conduta folclórica de um tipo parecido com capataz de fazenda. Imaginem agora depois de uma conduta eleitoral ofensiva à imagem do Presidente! Não era uma divergência meramente programática ou político-ideológica, mas uma ofensa pessoal, à honra. Que cara terá esse Governador para sentar-se à mesa com o Presidente da República e defender os interesses de Rondônia? Que relação será construída entre esse Governador e o Presidente da República? Até o momento, essa relação foi pouco construtiva, nada cortês e até mesmo não compatível para alguém que ocupa um cargo de relevância como o de Governador de Estado.

O resultado disso poderá ser o afastamento do Estado das grandes discussões nacionais. E quem paga esse despreparo verbal do Governador é a população de Rondônia, e não ele, que também não cita nada, porque é um empresário do setor de energia elétrica. Parte das empresas que sua família detém recebeu ajuda de banco público por meio de financiamento, parte da construção das pequenas centrais elétricas foi financiada com crédito de bancos oficiais.

Hoje, grande parte dos investimentos e financiamentos realizados em Rondônia tem sido feita sob o auspício do Governo, por meio de autarquias e bancos oficiais.

Preocupa-me perceber, na condição de Deputado da bancada de Rondônia na Câmara Federal, que haverá ainda maior afastamento. E foi uma luta, na atual Legislatura, aproximar o Estado da temática levada à frente pelo Presidente Lula nesses 3 anos e 10 meses de mandato.

Espero, e isso cabe à bancada federal de Rondônia nesta Casa e no Senado Federal, ter condição de, reconhecendo a fragilidade até mesmo da educação do Governador, não permitir o afastamento do Estado dos grandes debates nacionais e dos investimentos do Governo Federal na região amazônica. Vamos fazer de tudo para superar essa rusga, essa ferida aberta intempestiva e despudoradamente pelo Governador eleito do Estado de Rondônia, na campanha de segundo turno, que, em sua conduta equivocada e esquizofrênica, ofendeu a honra do Presidente da República.

Temos responsabilidade com o povo de Rondônia, não vamos permitir que esse clima eleitoral possa ter desdobramento pós-eleitoral. Vamos fazer o possível para que o Presidente Lula passe a olhar o Estado de maneira muito mais carinhosa, apesar de o Governador não respeitar as instituições republicanas e não ter consciência de sua responsabilidade com uma unidade federada que depende, em quase tudo, do apoio da União.

Neste momento, assumimos a responsabilidade, com a bancada do PT que representa o Estado de Rondônia no Congresso Nacional, de tentar amenizar essas feridas, a fim de que o povo não sofra por causa do destempero verbal do Sr. Ivo Cassol.

Registro a presença de diversos Prefeitos, entre eles o Sr. Luiz Flavio Carvalho, de Machadinho d'Oeste, que está na Capital Federal em busca de apoio do Governo Federal para obras de infra-estrutura em seu município. O Estado de Rondônia depende quase que totalmente do Governo, e infelizmente acabamos elegendo um governante que não tem consciência da sua responsabilidade.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi ontem nos telejornais e leio hoje no jornal Folha de S.Paulo que a revista Veja está profundamente indignada com o tratamento dado aos jornalistas que prestaram depoimento nas dependências da Polícia Federal. A instituição alega que tomou os depoimentos dos jornalistas na presença de uma Procuradora Federal, em total normalidade.

Sr. Presidente, defendo a ampla liberdade de imprensa em qualquer país, mas os jornalistas não estão acima de tudo e de todos. São como qualquer um de nós, devem ser, sim, investigados e, se cometeram erros, devem ser punidos. A Polícia Federal deve investigar mesmo tudo o que eles fizeram. Entretanto, não defendo que a Polícia Federal se utilize da posição que tem para falsear depoimentos e constranger depoentes.

Está mesmo passando da hora de a Veja acertar as contas com o povo brasileiro, já que a grande maioria de seus jornalistas deixaram de informar. A revista se tornou um panfleto da pior qualidade do PSDB. E, nessas eleições, foi derrotada junto com Geraldo Alckmin.

Aliás, parte da mídia brasileira, arrogante, que pensava ser poderosa, pronta a desmontar o Presidente Lula, desmoralizá-lo, trabalhou meses seguidos e foi obrigada a publicar em suas capas e matérias que Lula é o Presidente do povo brasileiro.

Queiram ou não a revista Veja e outros meios de comunicação vão ter de engolir o Presidente Lula por mais 4 anos. E S.Exa. não vai pedir licença para

governar nem vai dar satisfação de seus atos para determinados repórteres ou revistas que não têm interesse em debater os problemas do povo e reconhecer o trabalho do Presidente Lula. Querem apenas fazer politicagem. Publicaram matérias da pior qualidade, mentiras durante semanas inteiras, capas de revistas que não condiziam com a realidade. Sentiam-se inatacáveis, acima de tudo e de todos. Eles foram chamados apenas para prestar depoimentos e estão cheios de pruridos, de faniquitos, dando piti.

Os jornalistas da revista Veja pulam de alegria quando vêem determinadas situações acontecendo, trabalham suas matérias e fazem o que bem entendem. A liberdade de imprensa implica responsabilidade com a verdade. E quem não publica a verdade, quem não trata dela, quem não investiga de modo verdadeiro deve ser investigado.

Portanto, da tribuna desta Casa, quero dizer que não concordo com qualquer tipo de constrangimento, com qualquer tentativa de passar por cima da lei nos processos de investigação feitos na Polícia Federal. Os repórteres da revista Veja não estão acima da lei. Eles têm de esclarecer os fatos como qualquer cidadão; têm de dizer o que pensam, mas têm de assumir a responsabilidade por seus atos. Se mentiram, se erraram, se cometeram ilícitos, têm de pagar por isso, e a Polícia Federal deve mesmo redobrar sua investigação sobre um grupo de jornalistas mentirosos, que atua não para esclarecer a opinião pública brasileira, mas para simplesmente deformar fatos, caluniar e mentir.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Estado do Rio Grande do Sul, a Deputada Yeda Crusius elegeu-se Governadora com o apoio de vários partidos. Cumprimento a Governadora eleita e todos aqueles que se empenharam para que ela fosse vencedora nas eleições do último dia 29 de outubro. Entendemos que sua proposta foi aceita pela maioria do povo gaúcho. Pela primeira vez uma mulher assume esse cargo no Rio Grande do Sul.

Em segundo lugar, lamentamos – Deputado Inocêncio Oliveira, V.Exa. também sofreu na pele – a distribuição de panfletos com insinuações referentes à legislação trabalhista. Há 4 anos enviaram e-mails com denúncias e agora enviaram os mesmos e-mails, inclusive com nomes de Parlamentares já falecidos, como o do Deputado Nelson Marchezan, com listas de Deputados que votaram contra os trabalhadores. Expedientes dessa ordem ocorreram no Rio Grande do Sul. Não sei se ocorreu também em outros Estados da Federação. Tentaram fazer com que o povo

mudasse o seu voto em virtude desse tipo de mentiras e insinuações.

V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, mencionou que no seu Estado houve ações contra a CUT, que se retratou. Sei que inúmeros Parlamentares, já na Legislatura passada, sofreram com inverdades ditas ao povo brasileiro. No meu Estado isso ocorreu novamente, não só por e-mail, mas por meio de panfletos. Sei que no seu Estado, Deputado Edinho Bez, o eminente ex-Deputado Hugo Biehl, candidato ao Senado naquela ocasião, sofreu esse tipo de agressão, que foi uma das razões de sua derrota. Temos de lamentar fatos dessa natureza. As verdades podem ser ditas, mas não podemos aceitar que inverdades sejam espalhadas aos quatro ventos.

A despeito de tudo isso, a Deputada Yeda Crusius elegeu-se Governadora e tem agora a difícil missão de governar um dos Estados mais endividados desta Nação. O Rio Grande do Sul está extremamente endividado, e outros 14 Estados encontram-se na mesma situação. Há dívidas também com o Governo Federal, devido a renegociações anteriores. Agora nos cabe a importante tarefa de ajustar a situação em benefício da governabilidade.

Outro fato importante é que estamos pedindo ao Presidente Lula e a seu Ministro da Agricultura uma atenção especial para a produção primária brasileira, para com os pequenos, médios e grandes agricultores. A baixa votação obtida pelo Presidente Lula nos Estados agrícolas mostra que não só os produtores rurais, mas também os trabalhadores do comércio e do setor de serviços estão insatisfeitos. O fato é que as Prefeituras arrecadam menos em razão da queda de renda dos produtores primários, tanto na Região Sul quanto nas demais. Todo o setor agrícola está sendo extremamente prejudicado pelos baixos preços.

Temos, portanto, a grande e importante missão de ajudar os produtores primários. Os produtores rurais são os vetores de distribuição de riquezas em seus municípios e Estados de atuação. Nesse sentido, a recuperação dos preços pagos a eles deve ser uma meta que todos nós, Parlamentares, devemos buscar junto à Comissão de Agricultura. Precisamos reverter a queda dos preços de seus produtos sofrida nos anos de 2005 e 2006, o que, afinal, ajudou o Presidente Lula a ganhar as eleições, pois os preços dos alimentos estão muito aquém dos custos de produção.

Vamos lutar também pela diminuição dos custos. Não podemos aceitar que os banqueiros de Londres e de Wall Street comemorem a vitória do Lula, pois foram os maiores beneficiários do lucro dos bancos e das megaempresas nestes últimos 4 anos. Enquanto isso, os produtores rurais, as pequenas e médias indústrias,

os comerciantes, os profissionais liberais, aqueles que fazem a riqueza deste País, estão pagando pesados juros justamente para os muito ricos, que têm uma fatia apreciável da economia brasileira.

Os que estão na faixa do meio – produtores rurais, comerciantes, industriais, profissionais liberais – estão dando comida barata para os bem pobres e estão pagando juros; estão pagando aos barões do aço, do diesel, dos combustíveis, aos bem ricos, que estão lucrando como nunca neste País.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LINHARES (PP – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de fazer referência ao VII Congresso Internacional das Santas Casas de Misericórdia, realizado entre os dias 5 e 9 de outubro passado em Pamplona e no qual tive a honra de ser eleito Presidente da Confederação Internacional das Misericórdias.

É uma honra para o nosso País ter um brasileiro administrando 5 continentes, pois existem Santas Casas em todo o mundo. Elas são mais presentes em países como Portugal, França e Itália, mas também existem na Ásia, na África, na Bielorrússia.

O tema fundamental, que talvez merecesse de cada um de nós aqui também uma reflexão, foi a relação entre as gerações contemporâneas. Durante os debates, chegamos à conclusão de que crianças, adolescentes, pessoas maduras e idosos estão formando departamentos estanques. Estamos sentindo que esses segmentos, que formam a unidade e pluralidade rica do universo, em razão da forma como se dá a comunicação entre eles, estão se isolando em compartimentos. É como se a teoria de Descartes estivesse a prevalecer sobre a integração que o mundo hoje está a pedir.

No momento em que enfocávamos as peculiaridades, por exemplo, da realidade da criança e do adolescente, dos jovens entrando na maturidade e da terceira idade, víamos que existe uma distância entre elas e que, realmente, o sistema educacional não contempla o conjunto de todos os que se encontram nessa situação, que independe de cada um. A criança independe de ser criança; o adolescente, de ser adolescente; o jovem adulto, de ser adulto; e também o idoso de ser idoso.

Gostaria de enfatizar que a cidade de Pamplona estava a completar mil anos de existência, ocasião em que aproveita para analisar Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, seu padroeiro, e o seu trabalho de expandir o cristianismo na Ásia e sobretudo nos países em que houve maior resistência, devido à diferença entre ele e a cultura local. Além disso, a Santa Casa de Pamplona estava também a completar 300

anos de existência, de serviço e de amor dedicada a uma comunidade.

Ao fazer este registro, evocamos as belíssimas palestras ali realizadas. Havia pessoas falando em várias línguas: francês, italiano, português, alemão e até em línguas africanas vários países da África se fizeram presentes ao evento. Também estiveram presentes pessoas da Rússia e da Bielorrússia.

O evento valeu não só pelo seu aspecto de enriquecimento intelectual, mas também pela confraternização que proporcionou. Vimos como os povos se aproximam entre si e como essa aproximação pode determinar outro panorama de integração e de inter-relação entre as culturas, as idades e os povos.

Sr. Presidente, deixo registrado nos Anais desta Casa o meu registro da realização do VII Congresso Internacional das Misericórdias, realizado em Pamplona, o qual contou com mais de mil inscritos e teve grande repercussão internacional.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT – RS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna com o objetivo de registrar a importância histórica e como poderia deixar de me pronunciar sobre isso? da vitória do Presidente Lula, a vitória democrática do povo brasileiro, nas eleições do último domingo.

A força do povo na campanha do Presidente Lula não foi apenas um slogan, um texto; não foram apenas palavras. O conteúdo do programa apresentado pelo Presidente que respeita as necessidades da nossa gente e, junto com ele, a força popular, o levou à reeleição e a essa importante vitória.

A vitória se deu embasada na caminhada já feita, no trabalho desenvolvido ao longo do primeiro mandato do Presidente Lula, criando as melhores condições para um segundo mandato, quando haverá mais crescimento econômico, sempre conjugado com distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

No segundo turno, conseguimos estabelecer um diálogo ainda mais amplo com os movimentos sociais organizados das mulheres, das crianças, dos direitos humanos, enfim, todos os movimentos, bem como com sindicatos e associações de trabalhadores no campo. Fomos além do período eleitoral no que tange às relações com os movimentos e a população organizada e dialogamos com setores que até então não eram organizados e que, sentindo a importância do programa desenvolvido ao longo desses 4 anos, fizeram essa vitória acontecer.

Portanto, aqueles que estiveram na ponta de políticas e de programas sociais não realizados do jeito

tradicional, do clientelismo político, mas pelo acesso, talvez pela primeira vez no Brasil, à cidadania, isto é, ao direito de usufruir as riquezas deste País deram a vitória ao Presidente Lula. Essa massa, por tantos anos relegada ao abandono social, compreendeu que as políticas públicas não devem ser um benefício, uma dádiva, pois são um direito inerente à cidadania.

A vitória do Presidente Lula tem a ver com o próprio símbolo que ele representa, com a sua força, com a sua capacidade de diálogo direto com a população e com a sua empatia. Acima de tudo, tem a ver com o programa apresentado e com a certeza de que os passos do Governo são cada vez mais seguros e firmes no rumo do desenvolvimento, do crescimento econômico e, conseqüentemente, de uma vida melhor; de um Brasil mais autônomo e independente dos humores do mercado internacional; de um Brasil que não se submeteu à ALCA, mas constitui uma rede de países na América do Sul que integra o MERCOSUL; um Brasil que se relaciona com o mundo de modo muito mais firme e diretamente voltado para o interesse dos povos mais oprimidos; um Brasil que encontra, na força da nossa população, uma forma de relacionamento que recupera o Partido dos Trabalhadores, apesar de todos os ataques, de todo o cerco.

Com absoluta tranqüilidade, digo aos nobres colegas que o PT foi atacado de todas as formas, tanto por este Plenário quanto por setores organizados da sociedade e também por que não dizer? por setores da própria mídia, por meio de articulistas que viram a população tomar seu próprio rumo, não mais pautada, como tradicionalmente, pelos formadores de opinião, mas por seus próprios interesses de povo, interesses legítimos da nossa gente.

Apesar dos ataques sofridos, o partido continua em pé, porque tem um projeto de sociedade, de presente e de futuro; porque consegue enfrentar as crises; porque consegue separar o joio do trigo; porque se aproxima cada vez mais de cumprir o seu programa. Com autonomia e posicionamento político, estará à frente da defesa do segundo mandato do Presidente Lula, mas de forma propositiva, de forma autônoma, apresentando questões, estabelecendo um vínculo permanente com a sociedade civil, com os setores organizados, com os movimentos sociais, como é a nossa tarefa.

Por fim, Sr. Presidente, é preciso dizer que aqueles que queriam acabar com a nossa raça saíram derrotados do processo eleitoral. Bornhausen, ACM e aqueles mais virulentos contra o PT e contra a Esquerda terão bancada reduzida nesta Casa e no Senado.

Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, mais vale a defesa da democracia e do diálogo pleno. Te-

mos de defender a possibilidade de votarmos matérias como o FUNDEB, a reforma tributária e outras que estão em pauta, assim como nos preparar para apreciar a reforma política no próximo período.

Essa é a missão do Partido dos Trabalhadores, que estende a mão para os demais. Vamos todos trabalhar neste plenário pela sociedade brasileira e por uma nova significação da política neste Parlamento. Para tanto, é fundamental que todos os que, conosco, ganharam a Presidência República e os que perderam votos entre o primeiro e o segundo turnos, como o PSDB e o PFL façamos a leitura mais adequada da realidade. Afinal, devemos trabalhar para o nosso povo, para a democracia e para a sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço este pronunciamento a pedido de vários diretores de hospitais. Vou relatar a situação que enfrenta a maioria dos hospitais do Brasil, em especial os de Santa Catarina, a fim de que possamos, o mais rapidamente possível, unindo esforços, encontrar uma saída para o problema. Os dados que vou apresentar foram fornecidos por hospitais de Santa Catarina, que estiveram em contato com representantes de hospitais do Brasil inteiro.

Alguns hospitais filantrópicos do Estado de Santa Catarina têm passado por situações de penúria, haja vista a ausência de previsão orçamentária destinada à saúde entre as políticas governamentais.

A defasagem da tabela do SUS afeta todos os hospitais, principalmente os filantrópicos, que sobrevivem dos atendimentos de pacientes pelo Sistema Único de Saúde e agora vêm-se obrigados a arcar com o pagamento de pessoal, diferentemente dos hospitais públicos.

No caso do Hospital Nossa Senhora da Conceição, no Município de Tubarão, onde resido, para cada 100 reais gastos na assistência a um paciente, o sistema remunera somente 60 reais. Em razão disso, o hospital tem de recorrer a empréstimos bancários e outros meios ríscos, por exemplo para não acumular dívidas com fornecedores, deixar de recolher tributos, sofrer um sucateamento tecnológico, entre outros problemas. Os valores pagos pelo SUS nem sequer cobrem a maioria dos procedimentos realizados em caráter emergencial.

Por conta dessa baixa remuneração, faltam profissionais. E se a área de saúde no País não for suficientemente remunerada, é óbvio que haverá carência de bons profissionais.

É preciso que essa questão seja discutida pelo Legislativo e pelo Executivo nas esferas federal, estadual e municipal. A responsabilidade por essa área não é apenas de um segmento ou setor.

É inconcebível o ínfimo investimento que se faz no setor Saúde há décadas. Precisamos encontrar uma saída. No Brasil, os gastos públicos nessa área não alcançam 200 reais per capita, ou seja, não alcançam 100 dólares. Os países desenvolvidos investem entre 800 e 2 mil dólares per capita e mesmo países chamados de Terceiro Mundo investem anualmente entre 300 a 500 dólares por cidadão.

Por essas razões, precisamos eliminar os entraves que obstam o desenvolvimento do País, mormente na área da saúde, um direito de todos. Precisamos, juntos, encontrar uma saída. Vamos discutir a melhoria da saúde com outros segmentos, urgentemente, com o intuito de realmente encontrar uma saída e garantir ao povo brasileiro que, se precisar de hospital, receberá atendimento adequado.

Sr. Presidente, outro assunto. No último dia 5, o Sindicato da Indústria de Extração de Carvão do Estado de Santa Catarina recebeu o prêmio Empresa Cidadã ADVB/SC, pelo Programa O Meio Ambiente está em nossas mãos. Preservar é possível”, iniciativa do SIE-CESC e realização do Centro SATC de Meio Ambiente. Essa ação, que envolveu mais de 20 mil alunos de 27 municípios da região, serviu para conscientizá-los e disseminar a idéia de que meio ambiente e desenvolvimento podem caminhar juntos.

Parablenzo esse respeitável sindicato, na pessoa de seu Presidente, Dr. Rui Hülse. Parablenzo o Centro Educacional SATC, na pessoa do Secretário-Executivo e Diretor da SATC, Fernando Luiz Zancan, e o corpo diretivo da escola, que, com mais essa realização, analisou, de forma criativa, os problemas ambientais da região, mostrando preocupação com questões relativas à população. É, sem sombra de dúvida, um assunto importantíssimo.

Colegas Parlamentares, a SATC é uma escola modelo das melhores do Brasil. Eu os convido a fazer uma visita em especial à sua área educacional, haja vista o exemplo que essa escola vem dando ao nosso País, particularmente aos nossos estudantes, atendendo às pessoas carentes.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, temos observado na mídia denúncia de tratamento inadequado que teria sido dispensado a jornalistas da revista Veja na Polícia Federal, onde eles se encontravam na condição de testemunhas.

A revista *Veja* e seus jornalistas têm um prazer quase orgástico quando vêm alguém algemado ou preso, como vimos em episódios recentes. A reclamação, que, se não me engano, foi acompanhada por advogado da própria *Veja*, de que não houve constrangimento físico, mas que teria havido constrangimento de ordem política, é perfeitamente identificável a partir de ação da revista *Veja* contra a Polícia Federal.

O quadro pós-eleição é revelador do papel da mídia. Não é à toa que se diz que a *Veja* pertence à “Editora Primeiro de Abril”. Essa revista tomou partido político, disputou as eleições e não saiu do palanque.

Espero que a *Veja* e a imprensa, que perderam a eleição, desçam do palanque. Não é possível continuarem com esse tipo de procedimento, quererem provocar o terceiro turno na mídia.

Cito frase de um leitor do jornal *Folha de S. Paulo* se não me engano, uma pessoa da Paraíba, que diz: “Em 2002, a esperança venceu o medo. Em 2006, a esperança venceu a mídia”. Isso ficou constatado.

Tenho aqui levantamento do Observatório da Imprensa. Entre os comentários de 14 colunistas que acompanharam o processo eleitoral e alguns jornais, mais notícias negativas foram dedicadas a Lula do que a Geraldo Alckmin cerca de 4 vezes mais. Havia um posicionamento claro contra a candidatura do Presidente Lula.

Agora há pouco, soube que os Deputados Raul Jungmann e Fernando Gabeira estão querendo criar uma comissão para analisar a ação da Polícia Federal contra os repórteres da revista *Veja*.

Eu quero mais: vou apresentar requerimento à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para que seja realizado debate sobre o papel da mídia nas eleições de 2006. Não quero ficar de bem com o setor A ou B da imprensa. Não quero ser foga do jornalismo, como alguns Deputados, que se tornaram fontes de luxo de alguns colunistas. Essa é uma relação muito complicada. Quero uma imprensa livre, democrática e justa. Quero uma imprensa que preste serviço à democracia, não uma imprensa dedicada aos coronéis desse setor. Quero liberdade de imprensa.

Por que alguns colunistas, alguns jornalistas, quando assumem postura mais imparcial, são demitidos? Isso ocorreu com vários. Vejam o caso do Franklin Martins e outros, que de alguma maneira não seguiram a linha política e editorial de empresas e foram perseguidos.

No Congresso Nacional sentimos a ausência de debate sobre esse tema. Temos de discuti-lo e garantir

liberdade de expressão e justiça à imprensa brasileira. Quero promover esse debate.

Portanto, solicito ao Presidente desta Casa, Deputado Aldo Rebelo, que, se possível, faça no plenário desta Casa um debate sobre o papel da mídia nas eleições de 2006. Não seria um debate para tratar especificamente do caso da revista *Veja*; desse e também de outros assuntos.

Solicito, ainda, que determine à TV Câmara e à Rádio Câmara que entrem nessa discussão. Façam um debate na TV Câmara, a rede de televisão mais democrática deste País, onde todas as vozes têm expressão. A Rádio Câmara, a TV Câmara e o Jornal da Câmara permitem que todas as opiniões apareçam. Penso que, mais do que ninguém, a TV Câmara tem condições de chamar diversos articulistas e representantes da imprensa para falar sobre mídia.

Não adianta dar voz apenas ao setor que bate, que faz críticas; os que defendem o Governo também têm o direito de se manifestar. O ideal é que se desse oportunidade às diversas correntes de opinião de se expressarem e debaterem o papel da mídia no Brasil, papel central e decisivo para a democracia; caso contrário, prevaleceria a idéia e a vontade das empresas.

Alguns jornais e televisões, empresas que receberam concessões públicas, não se comportam como tal, mas como empresas com opinião própria. Vejo com naturalidade que a imprensa tenha uma posição, mas ela deve ter a coragem de dizer: “Estou com tal candidato e estou fazendo tal defesa”. É muito mais digno, é muito mais correto assumir publicamente do que fazer críticas debaixo do pano, não assumir que está em campanha e não permitir que a população tenha o direito de receber todas as informações.

Acho, por tudo isso, que a mídia brasileira está na berlinda; pelo menos parte dela precisa fazer esclarecimentos à população. Temos de fortalecer o Estado Democrático de Direito, com imprensa livre e justa, a fim de aprofundar ainda mais a democracia em nosso País. Espero que isso seja possível.

Muito obrigado.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil ainda não conseguiu fazer prosperar o setor educacional. Apesar de ser uma das maiores economias do mundo, ocupa apenas o 72º lugar no ranking da educação, segundo relatório da UNESCO que envolveu 125 países e que foi publicada na semana passada.

O quadro é preocupante por revelar nosso atraso e por ser indicativo de que outros países, mesmo

com menores condições econômicas, estão ganhando a corrida para o futuro.

Os itens que mais pesaram na colocação do Brasil foram a repetência e a evasão no ensino fundamental, fatores que demonstram a precariedade das condições estruturais e pedagógicas e a desvalorização do estudo como meio de redenção social.

Como a maior incidência de evasão e repetência ocorreu no ensino fundamental, pode-se projetar um problema maior, pois é justamente nessa fase que as bases da educação são firmadas.

Nosso País demonstra progresso quanto ao número de alunos alcançados, mas mantém-se atrasado no quesito qualidade, o que resulta em números precários.

O Programa Educação para Todos, do Governo Federal, está no caminho certo ao priorizar a educação infantil e fundamental. Mas é preciso melhorar o ambiente e os métodos pedagógicos, além de prover as famílias das condições mínimas para que seus filhos não sejam desviados para o trabalho infantil.

Esta Casa e o Governo Federal devem harmonizar seus objetivos, para que possamos dar a celeridade necessária ao desenvolvimento educacional em nosso País.

Somente com educação de qualidade, será possível acreditar de fato em um Brasil melhor para os nossos filhos amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no dia de ontem, a Executiva Nacional do PFL realizou uma reunião e deliberou unanimemente sobre uma decisão.

A opinião do partido foi apresentada, através de nota à imprensa, reafirmando, primeiro, que respeita a decisão da população brasileira de reeleger o Presidente Lula; segundo, que continuará na Oposição. Esta foi uma afirmação contundente. Este foi o desejo do eleitor brasileiro, ou seja, que continuássemos na Oposição. E assim o faremos, de cabeça erguida e com espírito público. Será, como sempre foi, uma Oposição responsável, porém extremamente fiscalizadora e combativa. O PFL quer, assim como fez nos últimos 4 anos, protagonizar o trabalho de oposição no Brasil.

Muitos dizem que o partido saiu derrotado dessa eleição. Contesto esse tipo de afirmação, primeiro porque temos a maior bancada do Senado Federal; segundo, porque elegemos 65 Deputados Federais. Além disso, temos capital político espalhado por todo o Brasil, com uma capilaridade fantástica: lideranças,

Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e o Governador do Distrito Federal.

O fato de não termos conseguido eleger um grande número de Governadores pode propiciar maior liberdade na atuação parlamentar do partido, porque o PFL não vai atravessar a rua para dialogar com o Governo Federal; o PFL não pretende atravessar a rua para entrar no Palácio do Planalto e negociar com o Presidente da República.

É claro que temos que estar abertos aqui, nas duas Casas do Congresso Nacional, Câmara e Senado, para discutir uma agenda legislativa para o Brasil. Temos que dar prioridade às reformas política e tributária; votar inúmeros projetos que versam lei fundamentais; limitar, de uma vez por todas, a edição de medidas provisórias e rediscutir o seu modelo de edição.

Entendemos que, na Oposição, aqui, no Congresso Nacional, é possível discutir suprapartidariamente uma agenda para o Brasil, o que não implica, como dissemos anteriormente, negociações e acordos com o Governo, nem termos de atravessar a rua para adentrar o Palácio do Planalto e negociar com o Sr. Presidente da República.

Seremos vigorosos no trabalho de oposição, porque sabemos que, para que o futuro deste País não esteja comprometido, é fundamental que a Oposição, no Congresso Nacional, atue com espírito público e, acima de tudo, consagre a necessidade de sempre cobrar dos políticos brasileiros uma conduta que se baseie na ética, na moralidade e na decência da vida pública. Não podemos deixar de forma alguma que os escândalos que vieram à tona nos últimos anos, principalmente aqueles que se tornaram públicos ao longo da campanha eleitoral, fiquem sem resposta. Temos que investigar tudo. Precisamos usar todos os meios que o Congresso Nacional dispuser para ir fundo no esclarecimento de qualquer dúvida sobre a conduta de quem quer que seja. Daí por que temos de estar sempre preparados para exercer a fiscalização, uma das funções constitucionais mais importantes delegadas ao Congresso, cobrando e acompanhando cada passo dado pelo Governo.

Eu, cidadão brasileiro, espero que o Presidente da República não faça um segundo mandato tão ruim quanto foi o primeiro. Infelizmente nossas esperanças não são muito grandes, mas sempre resta alguma expectativa em relação a isso. Se depender da Oposição, estaremos sempre aqui para cobrar do Governo seus compromissos de campanha e sobretudo para evitar que se permita a continuidade de tantos desvios de conduta ética neste mandato.

Antes de finalizar este pronunciamento, quero dizer também que fico estarelecido quando vejo alguns Parlamentares subirem à tribuna desta Casa para agredir a mídia. A imprensa não quer fazer terceiro turno, não, assim como a Oposição, Mas, para o bem do Brasil, elas precisam dizer as verdades, contar tudo de errado que acontece neste País. Esse é o dever de ambas.

Na qualidade de cidadão, fico perplexo ao ler no noticiário que jornalistas da revista Veja foram constrangidos na Polícia Federal – aliás, conheço 2 deles: Júlia Duailibi e Marcelo Carneiro. São pessoas íntegras, de bem, que não têm coloração partidária. A revista Veja é um dos principais veículos de comunicação do Brasil e do mundo, e não se pode pretender jamais acusá-la de estar fazendo política. Não. Ela está fazendo jornalismo. Política, fazemos nós, na campanha eleitoral e aqui na tribuna da Casa. Mas, certamente, e infelizmente, o Partido dos Trabalhadores não sabe que o exercício do poder de polícia, por intermédio da Polícia Federal, implica responsabilidade, limites e espírito público, o que às vezes falta aos governantes deste País.

Sr. Presidente, estamos fortalecidos e com energia para continuar na Oposição. Esperamos contar com o nosso parceiro PSDB, com o PPS, o PDT, o PV e tantos outros partidos que se possam alinhar nesse trabalho.

O SR. DOMICIANO CABRAL (PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna para registrar a vitória do nosso Governador Cássio Cunha Lima, na Paraíba.

Parabenizo S.Exa. e também o povo paraibano por ter escolhido por mais 4 anos nosso candidato.

Aproveito a oportunidade para parabenizar, mais uma vez, o povo paraibano pela vitória do Senador Cícero Lucena, e o Presidente do TRE por ter conduzido as eleições com isenção. À frente do TRE, estive o Desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos, que teve equilíbrio e fez com que o pleito da Paraíba realmente transcorresse com tranqüilidade. Poucas horas após o encerramento das eleições, foi proclamada a vitória do candidato Cássio Cunha Lima.

Agradeço ainda ao povo da Grande João Pessoa, particularmente ao do Município de Bayeux, por ter destinado à minha esposa, Sara Cabral, candidata a Deputada Estadual, a liderança nas urnas, com quase 11 mil votos, deixando-a à frente dos destinos não só do município, mas da Grande João Pessoa, onde também teve votação expressiva.

Informo ao povo da Grande João Pessoa que o Governador, em conversa comigo, confirmou que prio-

rizará ações para a região. Um dos programas sociais do seu Governo é o Ciranda de Serviços, uma inovação na Paraíba que faz com que o Governador tenha contato, pessoalmente, com a comunidade, sobretudo a carente, que nunca teve oportunidade de chegar nem junto aos Deputados. Com esse trabalho do Ciranda de Serviços, o Governador fica à disposição da população mais carente.

Parabéns, Governador Cássio Cunha Lima, por essa iniciativa. O povo da Paraíba realmente escolheu o melhor para o Estado. S.Exa. tem programas sociais como, por exemplo, o Cheque Moradia, que já foi implantado, mas teve de ser paralisado no período da campanha eleitoral. No começo de novembro, deverá ser dada continuidade a essa ação de autoria do Governador Cássio Cunha Lima, com o intuito de beneficiar o povo.

Deixo registrados nos Anais desta Casa meus parabéns ao Governador e principalmente ao povo paraibano por ter escolhido, no dia 29 de outubro, aquele que realmente pode governar o destino da Paraíba, por meio de ações sociais que promovam o emprego. Ele atrairá grandes empresas para o Estado, o que dará ao cidadão a oportunidade de emprego.

Portanto, digo aos paraibanos que estou sempre à disposição, na condição de Deputado e de cidadão, porque a Paraíba, para mim, está em primeiro lugar. Ela mora no meu coração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Deputada Selma Schons e eu acabamos de dar entrada na Comissão de Defesa do Consumidor a um requerimento de audiência pública para tratar da segurança do tráfego aéreo brasileiro.

Não é a primeira vez que essa questão vem à tona. A Comissão de Defesa do Consumidor já tratou disso em 1996 e 1997, quando do famoso acidente com o avião da TAM, perto do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Eram os mesmos problemas à época: controle do tráfego aéreo, deficiências na segurança, quebra de radares etc.

Evidentemente, o sucateamento do Estado brasileiro leva a um déficit de recursos e gera preocupações com a segurança por parte do povo brasileiro, que não merece isso.

Por essa razão, estamos dando entrada a esse requerimento, que será votado dia 8, semana que vem, na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveite este pronunciamento para comentar fatos que vêm

acontecendo na maior potência imperial do planeta: os Estados Unidos da América. Lá está havendo um processo de brutalização e barbárie, particularmente depois do atentado terrorista de 11 de setembro contra as torres gêmeas.

O referido atentado deu ao Presidente Bush, a Donald Rumsfeld, a Condoleezza Rice e a todas as autoridades americanas o grande álibi para cometerem barbaridades pelo mundo, como a invasão ao Iraque, onde centenas de pessoas foram mortas, a invasão ao Afeganistão, e assim por diante.

Neste momento, com base no medo da sociedade americana, os Estados Unidos estão criando um estado policial, policialesco. A violação dos direitos humanos e a consagração da tortura como instrumento para arrancar confissões estão passando por cima de diplomas legais naquele país. Há um retrocesso à Idade Média, mas como a mídia mundial é controlada pelas grandes agências de informação, que são controladas pelos Estados Unidos, essa questão pouco aparece nos meios de comunicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi aprovada há poucos dias, e já sancionada pelo Presidente Bush, uma lei que, sob o pretexto de preservar vidas americanas, como afirmou aquele Presidente da República, autoriza o uso de tortura, inclusive afogamento simulado de presos, além da prisão de pessoas sem culpa formada ou acusação legal. Quatorze mil presos encontram-se nas bases do Iraque e em Guantánamo, em Cuba. Em outros países há prisões clandestinas da Central de Inteligência Americana CIA. Mais do que isso, sabemos que o Pentágono acabou de receber uma verba extra de 70 bilhões de dólares para fazer parte de um orçamento de 448 bilhões de dólares, ou seja, mais de 1 trilhão de reais, quase 3 vezes o Orçamento brasileiro para guerra, para matar, em nome da defesa dos cidadãos americanos.

Sr. Presidente, ainda assim, a Câmara o Senado, não autorizou o uso em tribunais de depoimentos obtidos sob coerção física, sob tortura ou por meio da nova lei de escuta telefônica sem autorização judicial. Ou seja, a Polícia Federal americana pode auscultar, ouvir, espionar todo e qualquer cidadão a qualquer momento e a qualquer hora, em nome do combate ao terrorismo. E ainda foi autorizada a construção de um muro de quase 1.200 quilômetros na fronteira entre o México e os Estados Unidos. Serão 1.200 quilômetros de muro para impedir mexicanos de trabalhar nos Estados Unidos. Ou seja, quando eles precisam de mão-de-obra barata, permitem a entrada dos mexicanos. Mas quando se trata de controlar a imigração,

pensam em construir muros, prisões etc. Serão 1.200 quilômetros de muro ao custo de 9 milhões de dólares o quilômetro. Ou seja, os Estados Unidos, por meio de sua política de agressão aos povos, bem ao gosto do império americano e de seus interesses econômicos, criou para si mesmo e para o povo americano uma grande prisão.

Ou seja, é o medo constante. E utilizando esse medo se faz até campanha eleitoral. Nessa campanha para a Câmara, os republicanos estão utilizando à falta o argumento de que os democratas teriam deixado os terroristas livres, para justificar inclusive a lei que permite e autoriza a utilização nos tribunais de depoimentos arrancados sob tortura e escuta telefônica não autorizada, encimando todo a rede de controle já feita sobre a cidadania americana. Tudo isso está sendo utilizado pelos republicanos na campanha para a renovação do Congresso dos Estados Unidos.

É realmente um absurdo que não podemos aceitar. Isso vem sendo repudiado pela comunidade internacional, em especial pelas organizações de direitos humanos, em especial pelos países europeus. Os democratas e defensores de direitos humanos do mundo não podem se calar frente a essas arbitrariedades praticadas pelo império norte-americano e pelo Sr. Presidente George Bush.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ivan Valente, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Fagundes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer os eleitores de Maringá, minha cidade natal, por haverem optado por votar, mais uma vez, em nossa chapa completa: a Deputada Cida Borghetti, a Deputada Estadual mais votada em Maringá; a mim, Deputado Federal mais votado naquela cidade; o Senador Álvaro Dias; o nosso candidato a Governador Osmar Dias, que obteve 57% dos votos de Maringá; e o candidato a Presidente, Geraldo Alckmin, que obteve 60% dos votos de Maringá.

Quero agradecer à população de Maringá e de todo o Paraná pela expressiva votação que tivemos. No Paraná venceu Geraldo Alckmin, mas, lamentavel-

mente, a vitória de Osmar Dias não se deu em razão de apenas 10 mil votos. Uma pena o Paraná ter perdido a oportunidade de renovar...

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes) – Esta Presidência parabeniza V.Exa. pela reeleição, Deputado Ricardo Barros, Parlamentar competente que é.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Ribamar Alves. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Maranhão vive hoje um novo clima: liberdade, liberdade e liberdade.

Tanto pedimos que a liberdade abraze as asas sobre nós que, finalmente, ela veio na forma da vitória esmagadora do povo maranhense. Quarenta anos se passaram até que o Maranhão, sob o comando do Governador José Reinaldo, que teve a firme atitude política de romper com o grupo dominante e conceder às oposições a oportunidade que precisavam, conseguiu libertar-se para começar a progredir com Jackson Lago, nosso próximo Governador.

Foi uma eleição bonita, cheia de charme, porque a população em peso se empenhou de livre e espontânea vontade, formando uma ola, a onda da vitória, a onda da mudança. Ventos fortes sopraram sobre o Maranhão e levaram seu povo a refletir e a decidir pelo caminho da democracia, da liberdade, do progresso. Finalmente poderemos dar um basta à exclusão social e mudar os indicadores socioeconômicos que hoje nos apontam como o último colocado entre os Estados brasileiros.

A nota triste dessa libertação do Maranhão ficou por conta do Presidente Lula, que sujou seu nome e sua biografia ao pedir a povo que preservasse a oligarquia que há mais de 40 anos ocupava o poder no Estado.

Um homem como Lula, que tem feito um trabalho revolucionário no Brasil para ajudar os menos favorecidos – principalmente no Maranhão, onde somos excluídos e onde o Presidente obteve 75,5% dos votos no primeiro turno e 84% no segundo –, obterá mais de 90% dos votos daquele Estado se não tivesse ido a Timon levantar a mão da candidata do Sistema Mirante de Comunicação, sistema dominante no Estado, e pedir até pelo amor de Deus que a população continuasse apoiando o último bastião oligárquico do Brasil.

Mas o Maranhão demonstrou amor e carinho por Lula e deu-lhe provas disso ao dizer: “Não, Lula, va-

mos votar no Jackson para libertar você também, no Senado da República e na Câmara dos Deputados, da chantagem que faz o grupo dominante para a obtenção de cargos e benesses, em detrimento do nosso Estado do Maranhão”.

O Presidente Lula cometeu o equívoco de ir ao Maranhão pedir voto para a oligarquia Sarney, equívoco que sujou para o resto da vida sua biografia. S.Exa. não vai mais poder escrever um livro biográfico por conta dessa mancha. Contudo, repito, o Maranhão deu mostras de amor e de carinho por Lula ao não votar naquela candidata; votou pela liberdade do Estado e pela liberdade de Lula no Congresso Nacional.

Viva o Maranhão! Viva o Brasil! Viva Jackson Lago! Viva Lula! Viva o povo brasileiro!

Hoje é aniversário do Governador eleito do Maranhão, o Bolívar do Nordeste, o homem que veio para libertar o Estado. Hoje é aniversário de Jackson Lago. São 72 primaveras de muito amor, carinho e dedicação pelo povo do Maranhão. Hoje, o nosso Governador aniversaria, e o povo do Maranhão ganha o presente: a liberdade. As asas da liberdade bateram sobre nós.

Agradeço ao povo do Maranhão por ter atendido os nossos reclamos, por ter ouvido a nossa voz, a voz dos que conduziram a campanha de Jackson Lago, dos que conduziram a campanha de Lula, os verdadeiros amigos da democracia, do Maranhão e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MANATO (PDT – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Dr. Ribamar Alves, que acabou de se pronunciar da tribuna e citou o nosso partido.

Deputado Dr. Ribamar Alves, agradeço as palavras tão gentis dirigidas ao Dr. Jackson Lago. S.Exa. e o PDT do Maranhão foram muitos importantes para que o nosso partido ultrapassasse a cláusula de barreira.

Mesmo reconhecendo todo o trabalho que o Presidente Lula realizou no Maranhão, a população do Estado quis que ocorresse uma mudança, que o Estado não mais fosse governado pelo grupo político que há mais de 40 anos domina o Maranhão. Agora os maranhenses poderão experimentar a gestão do PDT. Tenho certeza que a população do Maranhão vai ficar muito feliz com o que será implementado lá.

No Maranhão, temos um grande companheiro também, irmão do Governador, o Wagner, que está aqui conosco. Ele não se reelegeu, mas também deu uma contribuição importante nesta Casa e vai continuar dando fazendo isso lá no Maranhão. Quem sabe ele poderá voltar a esta Casa com a ajuda do Governador.

dor, porque é um Parlamentar muito importante para o nosso partido.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade e agradeço a alguns companheiros que me ajudaram nessa caminhada. Agradeço ao Prefeito de Água Doce, que me deu importante contribuição, ao Vereador Paulo Vitor, ao Vereador Sideum, ao Vereador Toninho, ao meu amigo Vial, que foi Presidente da Câmara. Esse grupo de Água Doce, junto com o Fernando, o Carlinhos, entre outros, deram-me quase 10% da votação daquele município. Portanto, agradeço-lhes por essa oportunidade de poder continuar representando Água Doce. Logo que puder, irei pessoalmente agradecer esses votos.

Agradeço especialmente ao Vereador Josué, de Nova Venécia, que também trabalhou para que eu recebesse votação muito expressiva naquele município. É um Vereador que tem feito um trabalho muito dinâmico, de acompanhamento, uma oposição responsável à Prefeitura. O que é bom para o Município de Nova Venécia. O Josué vota e apóia. O que ele acha que não é bom, leva para discussão naquela Casa de Leis, trabalhando assim em defesa dos interesses da população.

Agradeço também ao ex-Prefeito Adel Salvador, que foi um grande parceiro nosso, em Nova Venécia. Com certeza, temos um carinho muito especial por essa região. Apresentamos uma emenda ao Orçamento para melhorar a estrutura e equipar a UTI do Hospital de São Marcos. Neste ano, vamos alocar um pouco mais de recursos para o Município de Nova Venécia.

Um abraço ao Ismael, Prefeito de Sooretama, que muito me ajudou nessa campanha, juntamente com o Gê, que foi o coordenador da minha campanha naquele município, onde tivemos uma votação muito expressiva.

Agradeço ao pessoal de Linhares e, em particular, ao Prefeito José Carlos Elias. Não fui seu candidato, mas tive apoio de S.Exa. e de muitos amigos ligados a ele, que os liberou para que coordenassem a minha campanha. Agradeço ao Vitoriano, ao Fumaça, ao Vereador Milton Colega, ao Vereador Bombom, Carlos Almeida, Vereador Dr. Francisco, Vereador Gélson, a alguns amigos que coordenaram a minha campanha, dando-me mais de 1.800 votos naquele município. Fiquei muito honrado.

Já estou lutando pela duplicação da rodovia que liga Linhares a Lagoa.

Em diversos municípios, tive uma votação expressiva, como em Guaçuí e Alegre. O Gabriel foi incansável em Alegre. Em Guaçuí, o Vereador Russão,

a Vereadora Nina Brasil e o Julinho abraçaram a nossa campanha.

Em Fundão, recebi o apoio do Vereador Adriano, que vai ser o Presidente da Câmara Municipal.

Voltarei a esta tribuna, Sr. Presidente, para, em outra oportunidade, agradecer a votação em outros municípios.

No Município de Serra, não poderia deixar de citar o Vereador Adir Paiva, Presidente da Mesa, o Vereador Aloísio Santana, o Vereador Jorge Euclides, o Vandinho, que se elegeu Deputado Estadual. Caminhamos juntos com diversas lideranças que tivemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ADELOR VIEIRA (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, nesta oportunidade, fazer 2 registros.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao eleitor catarinense, aos mais de 47 mil eleitores que confiaram o seu voto à minha pessoa. Lamentavelmente, não foram suficientes para que eu pudesse retornar a esta Casa na próxima Legislatura. Mas louvo a Deus e agradeço àqueles que estiveram ao meu lado, trabalhando dia a dia para levar nossa mensagem ao eleitor catarinense em todos os municípios do Estado.

Graças a esse eleitor, o Governador Luiz Henrique da Silveira, que passou na prova da primeira eleição mas teve de enfrentar o segundo turno, no último domingo, consagrou-se vencedor, como o primeiro Governador reeleito na história de Santa Catarina. Ainda não tínhamos a experiência de uma reeleição de Governador no Estado. Luiz Henrique da Silveira, enfrentando seu oponente, o respeitado ex-Governador Esperidião Amin Helou Filho, fez com que o povo de Santa Catarina o consagrasse mais uma vez, reelegendo-o como Governador por mais 4 anos.

Posso fazer uma avaliação do que foi o Governo de Luiz Henrique da Silveira nos últimos 4 anos. Foi um Governo voltado aos municípios, que pregou uma administração descentralizada; foi um Governo que se expandiu por todos os 293 municípios, levando ações e obras que o consagraram para a reeleição por mais um mandato.

Tenho certeza de que o povo de Santa Catarina soube escolher quando optou por Luiz Henrique da Silveira para Governador, conferindo-lhe mais um mandato de 4 anos. O Governador vai poder concluir o grande projeto de descentralização do Estado, levando, cada vez mais, ações e obras ao catarinense, eliminando aquele sistema antigo de governar, centralizado na Capital e fazendo com que o Governo e

suas ações estejam presentes em todos os municípios catarinenses.

Cumprimento o Presidente Lula pela reeleição, pois não posso ter outro comportamento. Desejo que tanto o Governador Luiz Henrique da Silveira quanto o Presidente Lula, ambos reeleitos, façam uma administração profícua e correspondam aos anseios das sociedades catarinense e brasileira, porque para isso foram escolhidos.

Cumprimento, ainda, o Senador eleito Raimundo Colombo, que foi Parlamentar desta Casa e Prefeito do Município de Lages por 3 mandatos. Ele trará para o Congresso Nacional, mais especificamente para o Senado, sua experiência de vida pública consagrada pelos catarinenses com o expressivo resultado de mais de 1,7 milhão de votos.

Desejo ao Governador reeleito Luiz Henrique, ao Senador Raimundo Colombo, um dos integrantes da bancada catarinense no Congresso Nacional, e aos demais 16 Parlamentares eleitos, os reconduzidos e os novos que chegarão para a próxima Legislatura, uma profícua gestão. Que todos tenham ação dinâmica e correspondam ao anseio da sociedade catarinense que os elegeu.

Concluo agradecendo mais uma vez aos que depositaram seu voto de confiança na minha pessoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes) – Esta Presidência parabeniza o Deputado Adelor Vieira pelo belo trabalho feito nesta Casa, desejando que realize grande trabalho em seu Estado. Com certeza, em virtude de sua liderança, contribuirá muito ainda com seu Estado.

Tive a oportunidade de estar naquele Estado durante o segundo turno e vi que foi uma eleição bastante difícil. Aproveito a oportunidade para saudar também o Governador eleito, Luiz Henrique, em nome de todo o povo de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Walter Feldman.

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não é a primeira vez que o Deputado Adelor Vieira preside a sessão enquanto nos pronunciamos.

Cumprimento os Srs. Parlamentares eleitos, bem como aqueles outros que não conseguiram alcançar o número de votos necessários, mas que disputaram democraticamente esse pleito complexo e histórico da civilização brasileira.

Cumprimento os Governadores eleitos e reeleitos, mas aqui ressalto que as eleições terminaram.

Encerrado o processo eleitoral, muitas vezes ficamos discutindo, formulando, analisando. É evidente que cientistas sociais, sociólogos, políticos e partidos devem fazer profunda revisão de sua prática, uma autocrítica, na medida em que houve, eu diria, uma pré-falência dos partidos políticos no Brasil e a elevação do papel singular das personalidades, das lideranças políticas nacionais e estaduais, fazendo um contraponto inadequado quanto àquilo que para nós significa processo democrático: partidos fortes, estabelecidos, com programas e projetos, com defesa da sua história e da sua prática, nas fileiras do Governo ou da Oposição, discutindo mudanças e rumos para o País. Infelizmente, esse processo eleitoral não permitiu que isso acontecesse.

Participando de vários debates no rádio e na televisão, após o encerramento do pleito, às 17h do dia 29 de outubro, perguntei a alguns jornalistas: qual será o programa econômico do Presidente Lula? Qual será sua nova prática democrática? Como vamos reduzir, objetivamente, a carga tributária que nos causa enorme dificuldade de crescimento, a partir do trabalho do setor produtivo, das atividades econômicas? Como serão as novas relações de trabalho e sindicais? Como vamos trabalhar, efetivamente, para reduzir a taxa de juros? Como vamos permitir uma taxa de câmbio, controlada ou flutuante, que torne possível a retomada mais vigorosa do processo de exportação? Enfim, como será a relação do Presidente Lula com as forças democráticas eleitas nesse processo?

Um dia após o resultado das eleições, de forma tímida, escondida, muitas vezes obscura, ou obscurantista, houve a revelação do projeto do PT e do Governo no sentido de interferir diretamente no trabalho e no exercício democrático por intermédio da mídia brasileira.

Ontem acompanhamos afirmações de jornalistas da revista Veja que foram, segundo eles, constrangidos quando depuseram na Polícia Federal. Temos de reconhecer o papel que tiveram as várias revistas, periódicos e jornais, a imprensa brasileira, especificamente a Veja, na identificação dos desvios, da falta de decoro, dos problemas éticos que tomaram conta do Brasil nos últimos 2 anos. Graças à ajuda da imprensa, às informações obtidas, ao trabalho das CPIs, do Ministério Público e da Polícia Federal, foi possível a identificação de um esquema, de uma verdadeira quadrilha nos órgãos do Estado que promovia evasão de recursos e, principalmente, desvirtuamento de interesses que deveriam ser a preliminar da atividade pública em nosso País.

Muito preocupados estamos com o novo formato, as novas características, os novos elementos. Que Brasil sairá desse processo eleitoral? Um Brasil que pretende se desconectar da mídia? Um Brasil que pretende interferir diretamente no instrumento mais poderoso que é a transparência da comunicação de massa, a total e plena liberdade dos órgãos de imprensa para investigar, fiscalizar e denunciar práticas equivocadas, absolutamente não transparentes, que só trazem prejuízos ao Brasil?

Um país que não se revela, que tem práticas de Estado e de Governo absolutamente obscurantistas, que não permite a identificação de esquemas de interesses escusos, de compra de votos, de interesses privados no âmbito dos interesses do Estado, e que são identificados, pelo estudo dos sistemas de corrupção na História brasileira, como caçadores de renda, aqueles que se incrustam na máquina do Estado para atrair recursos em benefício de atividades econômicas muito distantes daquilo que consideramos sagrado, o chamado interesse público, que abre campo à prática abusiva de lobby, um país assim não consegue prosperar.

Por isso, Presidente Lula, senhores do Governo, comecem a governar, de maneira democrática, aberta, transparente, fazendo aquilo que o Brasil precisa: a construção das grandes reformas, para que deixemos de patinar, de ficar atrasados no conjunto das forças políticas e econômicas, no processo de globalização, eis que praticamente todos os países estão à frente do Brasil.

Basta de atraso! basta de retrocesso! Vamos mudar a realidade brasileira!

O SR. PRESIDENTE (Adelor Vieira) – Obrigado, Deputado Walter Feldman. V.Exa. nos trouxe assunto da maior importância.

Durante o discurso do Sr. Walter Feldman, o Sr. Wellington Fagundes, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelor Vieira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Adelor Vieira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero parabenizar o Presidente Lula pela retumbante vitória no segundo turno, bem como todos aqueles que apoiaram principalmente o seu partido, o PT.

Nós, do PL, que participamos do primeiro mandato, indicando o Vice-Presidente da República, José Alencar, agora, no segundo mandato, tivemos a felicidade de vê-lo reeleito, mesmo não o tendo mais como companheiro de partido. Ao tempo em que reconhecemos sua liderança, queremos parabenizar essa figura extremamente importante, principalmente no primeiro mandato, para o equilíbrio entre capital e trabalho. Sua experiência ajudou na reeleição do Presidente Lula. Sem dúvida alguma, S.Exa. continuará a ser um experiente conselheiro.

Quero também salientar o papel do Governador Blairo Maggi, do meu Estado, que ganhou as eleições no primeiro turno. Tão logo terminou sua eleição, S.Exa. convocou todas as lideranças políticas a fim de somar esforços e reverter para o Presidente Lula os votos dados a seu adversário, no Estado de Mato Grosso. Aliás, o Presidente Lula perdeu as eleições no primeiro turno no Estado com diferença expressiva. Mas exatamente graças a essa Liderança do Governador, que convocou a todos – nós que já estávamos juntos no primeiro turno permanecemos juntos no segundo –, conseguimos ganhar a eleição. A diferença foi de apenas 8 mil votos.

Todos aqueles que apoiaram a reeleição do Presidente Lula, liderados pelo Governador, têm hoje a certeza de que Mato Grosso vai ganhar muito, já que S.Exa. reconhece a liderança de Mato Grosso não apenas em relação ao Estado, mas também ao agromercado.

O Governador Blairo Maggi trabalhou não apenas pela eleição do Presidente Lula, mas de vários candidatos de outros Estados produtores.

Queremos destacar aqui o papel que o Ministério dos Transportes vem exercendo no centro-oeste de Mato Grosso, liderado pelo Ministro Paulo Sérgio e também pelo Diretor-Geral do DNIT, Dr. Mauro Barbosa. Eles têm efetivamente trabalhado pela nossa região e os resultados começam a aparecer.

Com uma carteira de obras de aproximadamente 14 milhões de reais, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT executa atualmente 4.500 frentes de serviço em todo o território nacional, incluindo as obras voltadas para recuperação, conservação e ampliação da malha rodoviária federal, gerando 50 mil empregos diretos e indiretos.

Nesse novo cenário que se descortina na área infra-estrutura, merece destaque especial a Região Centro-Oeste, onde o DNIT vem investindo só este ano mais de 903 milhões de reais, o que beneficiará os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goi-

ás e também o Distrito Federal. Para o próximo ano, o órgão pretende investir mais 672 milhões, segundo proposta orçamentária já encaminhada ao Congresso Nacional.

Claro que, com a atuação de todas as bancadas desses Estados, haveremos de dobrar esses recursos para a Região Centro-Oeste, garantindo mais de 1 bilhão de reais para o próximo ano.

Nos últimos anos, os recursos destinados à região aumentaram significativamente, dentro do propósito do Governo de melhorar a infra-estrutura de transportes para garantir o escoamento da produção agrícola e demais riquezas geradas na Região Centro-Oeste, como madeira e minérios.

O compromisso do Governo com a região, por meio do Ministério dos Transportes, pode ser comprovado pela evolução dos recursos destinados à região nos últimos 4 anos. De um total de 188 milhões investidos em 2003, 204 milhões, em 2004 e 564 milhões, no ano passado, os recursos saltaram para quase 1 bilhão este ano.

Atualmente, o DNIT possui mais de 100 contratos de obras nos mais de 10 mil quilômetros de extensão da malha viária da Região Centro-Oeste. Em Mato Grosso há frentes de serviços em 2,9 mil quilômetros; em Mato Grosso do Sul, em 3,3 mil quilômetros; em Goiás, em 3 mil quilômetros, além de 240 quilômetros no Distrito Federal.

O vetor crescente de investimentos no setor de infra-estrutura de transportes, tanto em rodovias quanto em ferrovias, hidrovias e portos, contribui para a consolidação de um novo cenário de modernização do sistema viário do País.

Estimulada pela pujança do agronegócio e beneficiada por esses investimentos em infra-estrutura, a Região Centro-Oeste tem mudado seu perfil econômico com o fortalecimento e ampliação do pólo sucoalcooleiro, particularmente nos Estados de Goiás e Mato Grosso.

Atuando em sintonia com essa vocação econômica da região, o DNIT tem priorizado os investimentos exatamente na manutenção e recuperação da malha viária federal, a fim de facilitar o escoamento das safras dos Estados que compreendem a Região Centro-Oeste.

Prova disso são as obras de restauração e duplicação da BR-153, de Aparecida de Goiânia a Itumbiara, no sul de Goiás, e de duplicação da BR-070, entre Anápolis e Brasília, numa extensão de 120 quilômetros.

Em Mato Grosso as rodovias federais compreendem as principais vias de escoamento e integração, cujo tráfego é formado por 70% de veículos pesados. Dentre as principais vias de escoamento da safra, o DNIT priorizou a conclusão da pavimentação da rodovia BR-364, entre o Município de Sapezal e Campos de Júlio, numa extensão total de 54 quilômetros, com investimento de 27,3 milhões de reais.

Ainda na mesma rodovia está sendo pavimentada a travessia urbana de Sapezal, obra estimada em 13 milhões de reais, com 53,73% dos trabalhos concluídos. Outra obra de grande importância nessa rodovia contempla o trecho entre os municípios de Diamantina e Parecis, numa extensão de 61,5 quilômetros, cuja execução alcança 45,7%.

A rodovia BR-364 conta ainda com os serviços de manutenção em 327,8 quilômetros, entre os municípios de Alto Araguaia, Tatuapé, Rondonópolis e São Vicente, cujos investimentos são da ordem de 25 milhões. Na BR-158, o DNIT executa pavimentação de 244,8 quilômetros, obra realizada em convênio com o Governo do Estado.

O órgão investe nesta obra 63,5 milhões de reais, com 11% dos serviços executados. Ao longo da BR-158, o DNIT também executa serviços de manutenção em 5 trechos, numa extensão de 652 quilômetros. Nestas obras são aplicados 19,6 milhões de reais, beneficiando diretamente os Municípios de Confresa, Posto da Mata, Ribeirão Cascalheira, Canarana, Nova Xavantina e Barra do Garças.

Na rodovia BR-242, o DNIT executa contrato de manutenção para todo o trecho entre o município de São Félix do Araguaia e o distrito de Estrela do Araguaia (Posto da Mata), numa extensão de 119 quilômetros, cujos investimentos somam 13,9 milhões de reais.

Simultaneamente a esses investimentos, o DNIT vem desenvolvendo também, na Região Centro-Oeste, o Programa de Sinalização nas Rodovias Federais – PROSINAL, voltado para a melhoria e modernização da sinalização das rodovias federais, a exemplo do que vem sendo realizado em todo o País.

Apenas naquela região, serão sinalizados mais de 8 mil quilômetros das principais rodovias federais que cortam os 3 Estados da região e o Distrito Federal. Até o momento já foram concluídos na região 50% dos serviços de sinalização horizontal.

O programa visa garantir a segurança e trafegabilidade dos usuários e as obras incluem sinalização horizontal, com pintura de faixas, vertical, com placas, e a colocação de dispositivos de segurança, como tachas, balizadores e painéis de mensagens variáveis.

Executado em todo o País, o PROSINAL prevê investimentos da ordem de 275 milhões de reais, dos quais 137 milhões de reais já foram liberados este ano, o que permitirá a conclusão dos serviços de sinalização em 24 mil quilômetros, representando 50% da malha rodoviária federal.

Todo esse volume de investimentos comprova o empenho do Ministério dos Transportes e da direção do DNIT com a melhoria da infra-estrutura de transportes do Centro-Oeste, o que assegurará as condições básicas para a expansão da atividade econômica e do desenvolvimento regional.

Sr. Presidente, estou inscrito para falar pela Liderança do meu partido no período da tarde, mas quero registrar ainda a reunião da qual participamos ontem, no Ministério dos Transportes, para discutir e planejar os próximos 4 anos do Governo Lula e os investimentos na infra-estrutura do nosso Estado. A reunião teve bom resultado.

Mais uma vez, agradeço ao Presidente Lula e ao Ministro dos Transportes.

Vamos trabalhar para federalizar a MT-100, no Vale do Araguaia, uma das regiões com maior capacidade de aumentar a produção do Estado, ligando-a à FERRONORTE e possibilitando o acesso também à Ferrovia Norte-Sul. Esta região terá as melhores condições de logística, caso isso aconteça. Vamos trabalhar para isso no Congresso Nacional, com o apoio de toda a bancada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Adelcor Vieira) – O próximo orador inscrito é o Deputado Francisco Appio, companheiro gaúcho que, preferindo ficar mais próximo de sua base eleitoral, concorreu a Deputado Estadual da colenda Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e foi eleito.

Cumprimento S.Exa. pela brilhante vitória.

O SR. FRANCISCO APPIO (PP – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não foi fácil fazer essa opção. Na verdade, tendo ingressado nesta Casa na condição de suplente, após ter recebido 81 mil votos, julguei à época que seria mais conveniente retornar ao Parlamento Estadual para defender as nossas bandeiras, entre elas a dos caminhoneiros, ausentes do processo eleitoral.

Apelo a esta Casa no sentido de que legisle a respeito – no que, apesar das tentativas havidas, não foi bem-sucedida –, e ao Tribunal Superior Eleitoral para que promova a inclusão eleitoral de quem precisam ter voz e vez.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna da Câmara Federal volto a criticar a cobrança de tarifas abusivas nos contratos de pedágio no Estado do Rio Grande do Sul e nas estradas federais do País. Apelo à Governadora eleita, Yeda Crusius, e ao Presidente Lula, que acaba de ser reeleito, que determinem a avaliação do que está acontecendo com os nossos caminhoneiros.

Punidos com leis que nunca lhes favorecem, por estarem excluídos do processo eleitoral (no dia das eleições, 80% deles estão fora de seu domicílio e apenas justificam o voto), os quase 6 milhões de caminhoneiros do País reclamam de assaltos, buracos, fretes baixos, mas sobretudo dos altos pedágios que proliferam pelo País afora.

Apesar de contarmos com o mais moderno sistema de votação e apuração de votos do mundo, ainda deixamos quase 20 milhões de brasileiros excluídos do processo eleitoral. Eles não se manifestam. Portanto, não têm voz nem representação.

No ano passado lançamos a publicação A Caixa-Preta dos Pedágios, e outra neste ano, intitulada Plebiscito dos Pedágios, ação forte para conter o avanço desse processo que, em última análise, representa o mais deslavado aumento de carga tributária. Mais de 50 mil exemplares foram distribuídos gratuitamente.

Ao final das eleições, antecipando as minhas batalhas na Assembléia Legislativa, onde assumirei o mandato de Deputado Estadual em 1º de fevereiro de 2007, voltarei ao tema com a apresentação desse trabalho que questiona as tarifas e instiga os recém-eleitos: E agora, Yeda? E agora, Lula?

Sabe V.Exa. o quanto é importante para o caminhoneiro reduzir os seus custos. Ele faz transporte que deveria ser reconhecido como de segurança nacional; a sua atividade é um segmento da segurança nacional. Esse setor abastece as cidades com alimentos, roupas, remédios e bens, o que precisa, obviamente, ser valorizado.

É triste constatar que, para pagar o pedágio, o caminhoneiro autônomo alimenta-se mal. Um pastel de rodoviária e um refrigerante são o almoço desse trabalhador. Depois de 5 ou 10 anos, torna-se diabético, hipertenso; reduzida a imunidade orgânica, surge enorme percentual de casos de Hepatite C.

Esta análise que faço tem o sentido de contribuir com os novos governantes. Elogio aqui a determinação da Deputada Yeda Crusius, colega desta Casa recém-eleita Governadora do Rio Grande do Sul, e do Presidente Lula, que terão pela frente o desafio de

conduzir o meu Estado e este País. Peço-lhes que, com responsabilidade, examinem a questão.

O processo de privatização e as concessões não podem ficar sem o acompanhamento e o controle da sociedade. As Agências Reguladoras precisam funcionar, e não para um lado só, porque se não o problema estoura sempre na ponta mais fraca. É preciso haver controle das tarifas e transparência na elaboração das planilhas, para que esse processo seja bem-sucedido.

Não sou contrário à privatização e às concessões, mas o preço atual do pedágio é absurdo. E pesa tanto que está inviabilizando a atividade de representantes comerciais, caminhoneiros e usuários de rodovias.

Vamos analisar o que aconteceu nos 10 anos do Programa de Concessões de Rodovias Federais, seus acertos e desacertos. Mas também vamos cavar trincheiras contra novas privatizações de rodovias. Robustecemos os nossos argumentos com estudos do ex-Ministro dos Transportes Cloraldino Severo, legitimado pela sua experiência e pelo conhecimento que obteve no exercício da presidência do GEIPOT e da Direção-Geral do antigo DNER (hoje DNIT), bem como na condição de professor de Sistemas de Transporte.

Severo faz advertências como estas que antecipamos, para reflexão:

“Governo federal quer privatizar mais 3.100 km de rodovias. Entre outras, a BR-116, com 412,70 Km, de Curitiba até Passo do Socorro, no Rio Pelotas, divisa com o RS.

Apenas 13% da arrecadação se destina à manutenção das rodovias. Pagaremos muito por tão pouco nas estradas, com concessões de 25 anos.

Governo Lula prevê R\$9,4 bilhões em tributos sobre estes novos pedágios. É um novo e brutal aumento da carga tributária, via pedágios.

Tribunal de Contas Da União aponta graves falhas no processo licitatório. Estes apontamentos suspenderam as licitações. Mas até quando?”

Neste trabalho também transcreveremos denúncias feitas por usuários contra o Governo do Estado e o ataque frontal às Agências Reguladoras, que os abandonam e não ouvem a voz que vem das estradas.

Curta História.

A precariedade das rodovias gaúchas – esburacadas, mal sinalizadas e apropriadas para abordagens e assaltos – fertilizou o debate público sobre as concessões rodoviárias em 1995 e 1996. Do ventre destas discussões nasceu o Programa de Restauração e Manutenção de 3 mil quilômetros de rodovias do Estado, algumas federais. A falta de experiência e

de conhecimento embaçou os olhos dos usuários, pois floresciam as vantagens da estrada segura.

A discussão popular também assegurou pelo menos 10 mecanismos de proteção. Cito-os a seguir.

Tarifas e serviços:

1) pagamento num único sentido e uma única vez por dia ao longo de 100 quilômetros;

2) socorro médico e mecânico no trecho, gratuitamente, inclusive a caminhões pesados;

3) serviços complementares, como áreas de repouso, sanitários e fraldários e rede eletrônica para monitorar veículos furtados, através das praças de pedágios;

4) rede de apoio SOS ao longo do trecho, com telefones fixos e sinalização vertical;

5) Agência Reguladora para garantir os direitos dos usuários e o equilíbrio das tarifas.

Compensações:

6) na plataforma das compensações, com recursos das privatizações, foi montado, projetado e iniciado o maior programa de pavimentação, denominado Nenhum Município sem Asfalto, para beneficiar aproximadamente 300 comunidades gaúchas;

7) na linha de proteção dos usuários, reduzimos o IPVA dos veículos, por proposta de nossa autoria; caminhões obtiveram redução de 50%: de 2% para 1% do valor do veículo; o IPVA dos carros de passeio foi reduzido de 5% para 3%;

8) paralelamente às licitações para implantação de pedágios das rodovias, foi criado o Projeto de Perímetros Urbanos. Tinha garantia de financiamento do BIRD e previa ruas paralelas, elevadas e passarelas nas passagens urbanas das rodovias concedidas;

9) no primeiro ano das concessões foi firmado acordo que instituiu o Programa do Usuário Freqüente, com bonificações para caminhoneiros e representantes comerciais;

10) em 2000, a Lei Estadual nº 11.460, de 17 de abril de 2000, com substitutivo de nossa autoria, deu passe livre a veículos das cidades-sede, nas praças do município.

O que aconteceu depois?

- Logo no início do Governo Olívio Dutra, do PT, em 2000, as concessionárias derrubaram a primeira salvaguarda dos usuários. A pretexto de assumirem a manutenção dos trechos urbanos, Governo e concessionárias alteraram os contratos para a cobrança na ida e na volta (item 1);

- o Governo Olívio Dutra suspendeu as obras do Programa Nenhum Município Sem Asfalto (item 6);

- Olívio desistiu do Projeto dos Perímetros Urbanos e do financiamento do BIRD (item 8);

- o Governo não renovou o convênio do Programa de Bonificações do Usuário Freqüente (item 9) – proprietários de veículos foram prejudicados;

- concessionárias não foram sensíveis às demandas para o combate ao furto e ao roubo de cargas. As praças de pedágios não são utilizadas para controlar a passagem de veículos (item 3);

- a modicidade das tarifas, o controle dos reajustes, bem como a transparência das planilhas e o papel da Agência estão distantes da proposta do legislador (item 5).

O Poder do Mais Forte.

Ainda no ano 2000, o *lobby* das concessionárias derrubou a Lei nº 11.460, de 17 de abril de 2000, que esteve em pleno vigor por apenas 84 dias. Os proprietários de veículos, sem esta garantia, viram-se obrigados a pagar tarifa cheia pelo uso de alguns poucos quilômetros de rodovias. Comunidades rurais foram as mais prejudicadas (item 10).

Comprometendo o interesse dos usuários, as composições com indicações políticas da AGERGS (Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul) deixaram os usuários sem representação. Esse fato comprometeu a imparcialidade da fiscalização e o controle das tarifas (item 5). Exemplo: a cobrança do eixo suspenso, a partir de 2006.

E o Direito de Ir e Vir?

Com a sentença da Justiça Federal de Caxias, em primeiro grau (1º de junho de 2001) e o Acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (24 de março de 2004), foi liberada a passagem pelas praças de pedágio da BR-116, trecho Vila Cristina-Caxias do Sul, São Marcos e as duas praças de Vacaria.

Por falta de via alternativa, ferindo o direito de ir e vir, a Justiça reconheceu a ilegalidade das praças, mantendo-as livres por 6 meses. Voltaram a operar com a liminar concedida pelo então Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça. O tema continua pendente de exame na Suprema Corte.

O Procurador Federal, autor da ação popular, e o Juiz Federal que prolatou a sentença acabaram removidos para Varas Federais no interior do Paraná.

O tema foi mais bem abordado em meu livro *A Caixa-Preta dos Pedágios*, que também está disponível em nossa página na Internet – www.soscaminhoneiro.com.br –, bem como a sentença e o acórdão do TRF.

Mas fica a pergunta: quando o STJ julgará o recurso das concessionárias?

O Que Fazer?

A sociedade rejeitou o modelo de pedágios privados. Quando muito, aceita o modelo de pedágios comunitários, que, além da conservação, fazem investimentos. Com certeza, os contratos não serão prorrogados ao final dos 15 anos de concessão. Os eventuais investimentos ficaram sob a responsabilidade do Poder Público, não havendo nenhum tipo de indenização para os investidores. Pode-se questionar, contudo, a revisão do que foi arrecadado e do fiel cumprimento dos contratos e do organograma de obras de proteção das rodovias.

Pedágios: Ruim com Eles, Pior sem Eles?

Nem tanto. Os Governos dispõem de recursos expressivos para a manutenção das rodovias, oriundas da arrecadação da CIDE, incidente no preço dos combustíveis, que abarrota os cofres da União. A sociedade exige que tais recursos sejam devolvidos em forma de manutenção das estradas.

Quem Vai Abrir a Caixa-Preta?

Cabe à sociedade organizada, bem como ao Parlamento Estadual, a iniciativa de exigir transparência na elaboração das planilhas e eventual revisão de custos, para tornar as tarifas mais acessíveis, até o final da concessão. A AGERGS, para demonstrar a sua imparcialidade, deve abrir as planilhas e dar a transparência exigida, indicando quanto é aplicado na rodovia, as despesas operacionais, os impostos, a propaganda e o lucro dos investidores.

Pedágios Privados: Até Quando?

A discussão das Parcerias Público-Privadas passa pelos acertos e desacertos dessa experiência no Rio Grande do Sul nos últimos 10 anos. Devem obrigatoriamente lançar luzes no debate sobre a abertura de novas licitações, como pedágios na BR-116, em Santa Catarina, ou o Polão, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Pedágios: O Que Fará Yeda?

Encerrado o pleito, definidos os responsáveis pelo futuro do Estado e do País, a sociedade quer saber até onde os compromissos firmados nos palanques eleitorais serão cumpridos. Os estudos aqui apresentados devem fazer parte das preocupações do novo Governo do Rio Grande do Sul.

Apelamos à Governadora Yeda Crusius, em nome dos caminhoneiros e dos usuários em geral, para que promova a revisão das tarifas e a diminuição do peso dos pedágios no bolso dos gaúchos.

Governadora, olhe bem ou mande avaliar os estudos do Consultor de Transportes Cloraldino Severo. Em bem acabado estudo contratado pelo Sindicato das

Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Rio Grande do Sul – SETCERGS, o ex-Ministro apresenta fatos e oferece denúncias contra os pedágios federais, que bem podem ser aplicados aos pedágios privados do nosso Estado.

Novas Privatizações – Os Fatos.

Temos excesso de rodovias com pedágio:

1) a partir da metade da década de 90, o Governo Federal transferiu rodovias para concessionárias privadas explorarem com a cobrança de pedágio. São pedagiados no País 9,6 mil quilômetros de rodovias, correspondentes a 5.6% da rede nacional pavimentada. Destas, 4.5 mil quilômetros são federais; 7,9% da rede pavimentada. A média, na Europa, é de 0,4%; nos EUA, de 0,2%; e, na América Latina, de 7,3%.

A falsa idéia de que esta seria a única solução:

2) as sucessivas crises econômicas e a emergência do ajuste do déficit público teriam levado o Governo de alguns países latino-americanos ao aparente “caminho único”, às ditas “parcerias público-privadas”. Dois foram os objetivos principais desta: criar condições de alta atratividade e menos risco ao parceiro privado; reduzir despesas e gerar receitas públicas para os Governos.

Houve destaque às vantagens, e os problemas foram escondidos:

3) à época, a aparente inevitabilidade das concessões de rodovias e as pressões externas de credores e organismos financeiros internacionais não teriam deixado margem para a prudente reflexão sobre as contra-indicações desta solução, os custos para a sociedade, as alternativas de solução e as possíveis causas de rejeição.

É preciso rever os fatos:

4) reflexão abrangente, isenta e profunda sobre resultados alcançados e custos sociais e econômicos não pode deixar de ser feita pelos brasileiros, antes de ir adiante com o Programa de Concessão de Rodovias Federais.

O Brasil Precisa Ser Competitivo.

Custo Brasil:

5) a competitividade da economia assume dimensão imprescindível no cenário do mundo globalizado. O transporte rodoviário de cargas e sua infra-estrutura são estratégicos, pois não têm substituto nas suas funções. O modelo de concessão vigente mostrou-se oneroso e ineficiente para os usuários.

Elevada carga tributária:

6) o Brasil tem uma das mais elevadas cargas tributárias do mundo. Especificamente para o setor de infra-estrutura, dispõe da CIDE – Contribuição de In-

tervenção no Domínio Econômico, que desde 2002 já arrecadou cerca de R\$30 bilhões. Se esse valor fosse devidamente aplicado, não precisaríamos da privatização das estradas.

O pedágio é caro:

7) o transporte rodoviário de cargas é particularmente onerado pelos pedágios. Em determinadas regiões do País, o seu valor chega a impactar em mais de 30% o valor final do frete.

Revisão dos Paradigmas.

No modelo de concessão vigente, só o Governo e as concessionárias se beneficiam:

8) alguns paradigmas e princípios norteadores devem ser incorporados às políticas públicas e aos programas e projetos federais de delegação de rodovias ao setor privado;

- a aceitabilidade social, os direitos dos cidadãos, dos usuários e dos consumidores devem preceder quaisquer outros interesses na análise da viabilidade e na tomada de decisão dos gestores;

- as opções de financiamento são muitas, mas estas não são igualmente favoráveis para os que pagam e para os que aplicam esses recursos. Na escolha da forma mais indicada, há que se buscar o equilíbrio entre os custos e os benefícios para contribuintes, usuários, empresas de engenharia, concessionárias e governos. No modelo de concessão vigente os 2 últimos são os ganhadores;

- os impostos e tributos, as receitas das concessões são, de fato, públicas. Não é admissível, em razão da lógica do modelo de concessão, transformá-las em excedente tributável. A parcela da CIDE e qualquer outra carga fiscal devem ser estornadas no cálculo da tarifa.

- tem faltado a fiscalização adequada, apesar de paga pelos usuários, além de transparência e prestação nas informações. A execução dos serviços e das obras no modelo de concessões vigente, como antes, é privada. A diferença está na globalidade do contrato, na autonomia e na capacidade de gestão de receitas públicas, privilégio que se dá ao concessionário;

- a via alternativa livre de pedágio não é somente questão legal. Antes de tudo, o direito fundamental de livre escolha deve ser cláusula pétrea do contrato entre a concessionária monopolista e o consumidor. A competição é o mais rico e eficaz instrumento de fiscalização de auto-regulamentação, do equilíbrio entre as partes.

O Governo Federal Quer Ampliar as Concessões.

O Governo Federal, após ter sustado a continuidade do programa de privatizações das rodovias, retomou-o com base em decisão do Conselho Nacional de Desestatização – CND, que provocou nova modelagem dos processos de concessão dos 8 trechos constantes da segunda etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais.

TCU detecta licitação com graves falhas:

9) o Tribunal de Contas da União – TCU examinou a outorga de trechos rodoviários. O relatório não se limita a aspectos formais da licitação: é profundo e meticoloso e, com muita acuidade e precisão, arrola graves falhas a serem sanadas em todo o processo. Por fim, condiciona a publicação dos editais relativos à segunda etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais à correção de inconsistência nos estudos de viabilidade.

O novo programa exige revisão total:

10) o novo Programa de Concessão de Rodovias Federais não pode ser apenas corrigido em aspectos pontuais. Ele necessita de estudos de viabilidade adequados, corretos, isentos e idôneos para esclarecer a sociedade civil e instruir a segura tomada de decisão dos gestores públicos. É indispensável ir fundo na revisão deste modelo, sob pena de se repetirem erros consagrados no passado.

Bases Para Futuras Concessões.

Embora de início fosse dito que temos concessões em excesso, haverá situações muito especiais nas quais poderão justificar-se. Cabe definir alguns parâmetros:

- forma de delegação – a mais adequada a cada projeto –; contrato de serviços ou obras; contrato de coleta de pedágio e manutenção; concessão privada, público-privada ou pública;

- máxima competição pelo mercado – licitação de projeto a projeto e não pacotes de lotes em uma mesma ocasião;

- critério de julgamento – menor preço nos contratos e menor valor nas tarifas de outorga;

- cobrança de pedágio – exclusivamente em auto-estradas, grandes obras de arte, pontes e túneis;

- sistema fechado – cobrança de uma taxa em função da distância percorrida entre os pontos de entrada e saída da rodovia;

- investimento antecipado – investir primeiro, cobrar pedágio depois;

- prazo de concessão – de acordo com a complexidade do projeto e das condições econômicas deste. Preferencialmente, não deve ser superior a 20 anos;

- modicidade de tarifa – devem ser adequados à capacidade de pagamento dos usuários e aos respectivos benefícios;

- tarifa por tipo de veículo – em vez da cobrança por número de eixos;

- revisão das tarifas – anual Índice de Preços ao Consumidor;

- via alternativa – somente dispensada nas concessões com pedágio pago pelo Governo;

- sistema financeiro próprio – captação no mercado internacional, com garantias do País de recursos de longo prazo, com taxas de juros favoráveis; agentes financeiros bancos oficiais;

- projeto executivo completo – elaborado antes da licitação, acompanhado e fiscalizado por potenciais concessionários ou contratantes, entidades civis e usuários interessados;

- projeto de impacto ambiental – com aprovação dos órgãos competentes, federais, estaduais e municipais, antes da licitação;

- relatórios mensais da fiscalização – livre acesso aos usuários, disponíveis na Internet.

Esses estudos do Consultor Cloraldino Severo conseguiram conter a desenfreada vontade de conceder rodovias federais do Governo Lula. Pelo menos por enquanto.

Conclusões.

O Interesse Público em Primeiro Lugar.

Para que o País encontre soluções para realizar transformações exigidas na sua infra-estrutura rodoviária, capazes de atender às condições básicas de competitividade, necessita criar bases duradouras para o processo de delegação de serviços e obras à iniciativa privada. Elas não podem ser construídas a favor de um segmento ou ainda segundo modismos impostos por maiorias políticas de ocasião. Se forem fortemente enraizadas no interesse público, poderão alcançar nível amplo de aprovação e respeito de todos os segmentos interessados.

Uma Nova Política se Impõe neste Setor.

A crescente reação de indignação dos usuários com os programas de pedágio implantados, em especial quanto à modicidade da tarifa, é de domínio público. Mais sérias ainda poderão ser as repercussões adversas para a economia brasileira decorrentes dessa expansão imoderada da rede sob concessão. Uma nova política de delegação de serviços e obras rodoviárias ao setor privado necessita ser amplamente discutida com a sociedade.

A Privatização de Mais 3.100 Quilômetros de Rodovias.

A retomada do Programa de Concessão de Rodovias Federais em ano de eleições, dez anos depois de seu início, em ritmo mais forte do que em qualquer outra ocasião no passado, se for bem-sucedida, fará do atual Governo o maior em todos os tempos em privatização de rodovias.

Merece atenção uma sutileza: aberto o processo de licitação antes das eleições, em caso de vitória, o Governo poderá interpretar, por extensão, que recebeu aprovação popular para esta política.

Essa nova etapa, em uma única licitação amplia a rede rodoviária pedagiada brasileira em 3,1 mil quilômetros – extensão maior do que a de um dos países com mais tradição em rodovias com pedágio, a Espanha, que realizou em 39 anos a privatização de 2,6 mil quilômetros, tendo mais uma etapa de 3 mil quilômetros em preparação.

Apenas 13% do valor arrecadado seriam investidos na pista de rodagem (os Governos ficariam com 23% das tarifas na forma de impostos).

Por outro lado, está cada vez mais complicada e comprometida a relação do Estado (Poder concedente) com as concessionárias, os usuários e a Agência Reguladora.

Repactuação na Calada da Noite.

Ato do Governo gaúcho, sem a prévia manifestação da AGERGS e muito menos dos usuários, retroagiu os efeitos da chamada verificação do equilíbrio econômico e financeiro, de forma definitiva. A nova alteração de contratos beneficiou as concessionárias, em detrimento dos usuários.

A denúncia é da Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas – ASSURCON/SERRA e do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Rio Grande Do Sul – SETCERGS, em ofício aos Conselheiros da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul, a AGERGS.

O documento é público e reproduzi-lo ajuda a ampliar o debate sobre o direito da sociedade de exercer o controle dos serviços concedidos.

“Ilmo. Sr. Presidente e Membros do Conselho Superior da AGERGS

Avenida Borges de Medeiros, 659, 14º Andar.
Porto Alegre/RS

Assunto: Revisão do Equilíbrio dos Contratos do PEGR e da Modicidade das Tarifas na Perspectiva da Relação Contratual Concessionário-Usuário (Consumidor).

A Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas – ASSURCON/SERRA, inscrita no CNPJ nº

02.943.503.0001-26, com endereço para correspondência na Rua Maestro Heitor Villa-Lobos, 60 – Bairro Bela Vista – CEP 95.070, Caxias do Sul, expõe:

Senhores Conselheiros,

No início deste ano, o Senhor Governador do Estado aprovou a repactuação dos contratos das concessionárias do PEGR (METROVIAS S/A, CONVIAS S/A, RODOSUL S/A, COVIPLAN S/A, SANTA CRUZ S/A E SULVIAS S/A). Em consequência, conforme a Cláusula 4 – DA RETIFICAÇÃO, o prazo previsto no parágrafo único da cláusula primeira do Termo Aditivo celebrado entre as partes em decorrência da Lei Estadual 11.545, de 22 de novembro de 2000, o prazo da chamada ‘verificação do equilíbrio econômico e financeiro, de forma definitiva’ foi prorrogado para até 31 de dezembro de 2006.

Esse ato do Senhor Governador, sem a prévia manifestação da AGERGS e sem oportunidade para tempestiva manifestação dos USUÁRIOS (e consumidores, terceira parte nesses contratos), tomado intramuros, fundamentado na Decisão nº 10.044, da Direção Executiva Colegiada do DAER/RS, e no Parecer nº 009 da Comissão de Controle, em funcionamento no DAER/RS, ambas datadas de 9 de janeiro de 2006, não teve o conhecimento prévio da sociedade. Esta decisão discutível retroagiu em seus efeitos em benefício dos concessionários e em prejuízo dos usuários e consumidores.

Assim, não foi dada aos USUÁRIOS a oportunidade de manifestarem-se com anterioridade e de impugnar essa esdrúxula transação entre as partes (Governo-Concessionário), e tampouco a circunstância de que foi subscrito o Termo de Rerratificação, em 10 de janeiro do corrente ano, mas com vigência retroativa a 1º de janeiro de 2005, desta forma prorrogando os primeiros Termos Aditivos, que a Assembléia Legislativa já havia se negado a fazer. Destes atos do Poder Executivo resultaram prejuízos irreparáveis aos USUÁRIOS, agravando ainda mais o desequilíbrio dos contratos a favor das concessionárias.

Estamos no mês de outubro, nove meses se passaram sem que se conheça qualquer iniciativa por parte do Governo do Estado, do DAER-RS ou da AGERGS com relação a esta questão. A falta de transparência se repete. Os usuários continuam sem instrumentos adequados na esfera do governo para explicitar previamente as suas posições e para participar do processo de tomada de decisão das autoridades na correção dos desequilíbrios nos contratos e revisão das tarifas vigentes, que não são módicas. É inaceitável que por

falta de decisões oportunas venha a se repetir o ocorrido no início deste ano.

Neste momento particular da vida da Nação, mais do que nunca no país é imperativa a total transparência dos atos dos servidores públicos e dos governos e a criação de condições favoráveis para assegurar a ampla fiscalização destes pelos cidadãos. No trato da questão do reequilíbrio dos contratos e da revisão das tarifas de pedágio, que envolvem bilhões de reais, e conseqüências importantes para os Gaúchos, é requisito essencial para assegurar a lisura dos atos das autoridades competentes que o problema não mais seja tratado à última hora, às escuras e de afogadilho.

Os USUÁRIOS, como parte que são do contrato de concessão, necessitam ver plenamente assegurados, em tempo oportuno, os direitos de conhecer e de se manifestarem na formação do contraditório e na instrução de tomada de decisão dos decisteres públicos referentes à revisão de contratos, de tarifas e na discussão do equilíbrio econômico e financeiro destes, preliminar indispensável à defesa do equilíbrio dos contratos no que se refere às relações entre o concessionário e os usuários.

O Ministério Público Federal, citando Marcello Caetano, nas páginas 33 e 34 da Inicial da Ação Civil Pública referente aos convênios de delegação de rodovias federais para o Estado, diz o seguinte: 'Outra questão (...) é o flagrante desequilíbrio contratual que macula a concessão ora licitada'. Acrescenta ainda: 'Ensina Marcello Caetano que numa concessão de serviços públicos se criam duas ordens de relações jurídicas: (a) as relações entre concedente e concessionários; e (b) as relações entre o concessionário e os utentes do serviço'. Esta mácula inicial, vislumbrada com tanta acuidade pelos procuradores federais signatários da referida ação civil pública, confirmou-se na execução destes contratos, assumindo gravidade ainda muito maior. O interesse público e o direito administrativo são repetidamente descurados, beneficiando assim os concessionários.

A administração pública tem ignorado sistematicamente que, de cada contrato de concessão resulta automaticamente outro coligado, 'acessório' ou 'dependente', entre a Concessionária e o Consumidor, como ensinam juristas consagrados como CAETANO (1974), antes referido, e AMARAL (2006). Este último acrescenta: 'A concessionária é obrigada a prestar o serviço cujo exercício lhe foi atribuído, mas o poder público continua com o dever constitucional de prestá-lo'. Então, o 'Inadimplemento da Concessionária gera sua responsabilidade perante o Usuário'.

Mesmo assim, a defesa do usuário e do consumidor, parte mais fraca em relação às empresas monopolistas em uma concessão de serviço público, que cabe ao Estado, não vem sendo minimamente realizada pelos órgãos de fiscalização e regulação dos contratos.

A ASSURCON, entidade criada para representar usuários dos serviços concedidos, como preconizam a lei e os contratos, quer a oportunidade de se pronunciar perante a AGERGS na defesa dos interesses dos seus representados. No exercício desta representação, através deste expediente, requer do Egrégio Conselho Superior da AGERGS que determine a imediata abertura do processo de 'verificação do equilíbrio econômico e financeiro (...)' dos contratos do PEGR, da perspectiva da relação jurídica entre Concessionários e Usuários (Consumidores).

Pretendendo acompanhar os estudos que com essa finalidade sejam realizados, vem a ASSURCON se credenciar junto a essa agência reguladora para participar dos mesmos. Desde já solicita as seguintes informações:

Existem na AGERGS estudos sobre o equilíbrio dos contratos, centrados na relação Concessionários e Usuários (Consumidores)? Quais? Como proceder para conhecê-los?

Caso estejam em execução, quais os seus termos de referência e a metodologia? Quem está realizando?

Qual a rotina, o fluxograma e o cronograma para o exame desta grave questão?

Quais órgãos da esfera pública, unidades técnicas, diretorias, conselhos, etc. que instruirão a tomada de decisão?

Em discussões envolvendo o equilíbrio dos contratos focados na relação entre Concedente e Concessionária, inclusive em estudo de consultores da AGERGS, tem sido sugerida como alternativa de solução a prorrogação dos contratos de concessão do PEGR. Por este expediente, queremos comunicar a AGERGS, que não consideramos essa alternativa aceitável do ponto de vista dos usuários, é lesiva à economia popular, penaliza a competitividade dos produtores gaúchos, sendo ainda prejudicial ao desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul.

Vejamos algumas razões para não prorrogar esses contratos:

A realidade atual da economia brasileira, seus fundamentos econômicos, a capacidade de captação de recursos externos e as taxas de juros, o nível de endividamento do país, com o ajuste econômico re-

alizado, e os níveis reduzidos de inflação vigentes e outras realidades atuais são muito diversas daquelas vigentes na época da preparação dos editais, das licitações e dos contratos do PECR. As taxas internas de retorno dos empreendimentos resultante das propostas iniciais das concessionárias, dos contratos e dos seus aditivos que já eram muito elevadas, tornaram-se despropositadas e inaceitáveis na realidade da economia brasileira atual e dos anos vindouros.

Existem hoje diversas alternativas mais convenientes aos usuários, ao interesse público e à economia do Estado do que a solução adotada no PECR. A formulação do projeto econômico financeiro das rodovias do PECR, do tipo 'Project Finance', como a utilizada neste caso, promove artificialmente o aumento da carga fiscal, transfere encargos de serviço público aos usuários, como, por exemplo, os trechos de oferta, os elevados valores dos preços dos serviços, decorrentes da forma de licitação que não estimulou a redução do valor da tarifa para os usuários. Enfim, todos esses fatos e outros favorecem as Concessionárias e os Governos em prejuízo dos Usuários.

A União e o Estado hoje possuem recursos tributários destinados a conservação, manutenção e melhoramento das rodovias objeto dos contratos de concessão do PECR – a CIDE. Inclusive vem realizando programas desta natureza. O argumento da retirada dos recursos vinculados para esse fim, com a Constituição Federal de 1988 e a falta de recursos, não mais são válidos.

As tarifas das rodovias do PECR são muito altas, vis-à-vis os investimentos e os benefícios proporcionados. Não existe correspondência entre os benefícios ao consumidor e o valor destas, que resultam muito mais elevadas para os usuários que as tarifas dos pedágios administrados diretamente pelo DAER-RS. A ineficiência desse modelo de concessão, comparado com os pedágios comunitários, também se faz sentir na reduzida parcela dos recursos arrecadados destinada a investimentos na rodovia.

A lógica de avaliação dos projetos do PECR compara benefícios fictícios que somente seriam verdadeiros se os investimentos na rodovia fossem realizados previamente ao uso desta. Como os investimentos são escalonados ao longo do prazo de concessão, isso não ocorre. Assim, a cobrança integral do pedágio lesa os usuários, fere os direitos do consumidor e a economia popular. (Cobrança de pedágio antecipado.)

A prática dos contratos do PECR é ainda mais perversa com usuários e consumidores, pois o escalonamento dos investimentos pactuados nos contratos,

em muitos anos, não foi realizado pelas concessionárias. A fiscalização e a agência reguladora se mostraram ineficazes na solução destes problemas. O ajuste do equilíbrio do contrato com a correspondente redução da tarifa não foi realizado. Assim, na prática o consumidor comprou uma quantidade de serviço que, em tese, corresponderia ao valor da tarifa paga, mas não recebeu os serviços correspondentes.

Como no pedágio do tipo aberto falta uma relação de proporcionalidade entre a extensão percorrida pelo usuário e o valor da tarifa, não ocorre a correspondência entre o serviço prestado ao usuário e o valor das tarifas do PECR. No caso, sendo um preço público, essa correspondência é uma exigência fundamental. Não se verificando, ocorreria a transformação da tarifa em tributo público. Nas tarifas de serviços públicos de energia, água ou telefone, essa correspondência é rigorosamente medida e observada, o que nestas rodovias não ocorre.

A uniformidade do valor da tarifa em diferentes rodovias e trechos com extensões desiguais, localizadas em regiões diferentes, com níveis de investimentos a ressarcir variados, como também são os custos de conservação e manutenção, e as características físicas das rodovias pedagiadas são discriminatórias e ferem a igualdade de direitos dos cidadãos. Assim, não há equidade entre os usuários, tornando a tarifa arbitrária, pois não se verifica a relação entre os serviços a ressarcir e o valor da tarifa.

Pela forma autoritária com que o PECR foi imposto à sociedade, os impactos sociais negativos das praças de pedágio, onerando injustamente comunidades locais e aqueles que obrigatoriamente têm de se deslocar para trabalho, estudo, saúde e outras atividades essenciais, não foram adequadamente tratados e mitigados.

Persiste um estado de insegurança jurídica sob diversos aspectos do PECR, desde a licitação até os contratos, os aditivos e a execução destes.

Por todas essas falhas, insanáveis através de aditivos aos contratos, são impossíveis as prorrogações dos contratos das concessionárias do PECR, observados o interesse público, os direitos dos usuários e dos consumidores e a moralidade administrativa.

Por último, queremos reiterar a este Egrégio Conselho Superior da AGERGS a firme disposição da ASSURCON e demais signatários deste documento de, no momento em que os estudos sobre o equilíbrio contratual entre as Concessionárias e os Usuários e também o exame da modicidade das tarifas forem insti-

tucionalizados, aportar as contribuições pertinentes aos desajustes contratuais que penalizam os usuários.

Atenciosamente, **Juarez Colombo** – Presidente da ASSURCON/SERRA; **Sérgio G. Neto** – Presidente do SETCERGS”.

Usuários Sem Defesa Vão ao Ataque.

Carta da ASSURCON/SERRA comenta a falta de proteção do usuário na relação unilateral das concessionárias, com o manto de proteção do Governo do Estado:

“Agências Reguladoras

Uma solução ou um problema?

Pois as Agências Reguladoras foram sendo criadas no Brasil dentro de um contexto em que privatizar serviços públicos demonstrava ser uma necessidade para a ‘modernização da administração pública’, evidência esta para os dirigentes públicos da época e que permanece viva até hoje na linha de ação de alguns partidos políticos.

Assim sendo, o Poder Público, em suas diferentes esferas, não teria mais ingerência direta nas áreas privatizadas, ficando as concessionárias livres para agirem sob a lei dos mercados, ou seja, da oferta e da procura, na estrita visão do interesse comercial das mesmas, pouco se prestando atenção à condição dos usuários, mas buscando garantir sempre o ‘equilíbrio econômico financeiro das concessionárias’.

Esse fato é uma realidade na Lei Federal nº 8.987/95 – Lei de Permissões e Concessões.

Tanto a referida lei quanto os contratos mencionam a necessidade da modicidade das tarifas para os usuários, mas esta não é garantida na prática, e os valores das tarifas estão várias vezes acima da inflação do período da concessão.

Buscando estabelecer o equilíbrio entre o Poder concedente, as concessionárias e os usuários, os Governos criaram as denominadas Agências Reguladoras, cabendo às mesmas a missão de não permitir desequilíbrios para nenhuma das partes. Pois o que se constata em relação a estas Agências Reguladoras são graves distorções.

As regras para a composição dos Conselhos Superiores das Agências Reguladoras são verdadeiro labirinto, conhecido de poucos. A composição que deveria ser tripartite, ou seja, Poder concedente, concessionárias e usuários, na prática é ficção.

As concessionárias, amparadas em seu imenso poder econômico, sistematicamente estão ‘capturando/cooptando’ seus membros, que agem claramente a favor dos interesses econômicos das mesmas e sob influências nebulosas.

‘Conceder mais independência às agências reguladoras’ é estabelecer um governo paralelo com imenso campo para todos os tipos de ação nefasta contra a sociedade, particularmente em relação ao setor produtivo do nosso País.

Tomemos como exemplo as concessões rodoviárias. Os empresários fazem esforço hercúleo para tornar seus produtos competitivos. Todavia, saem da fábrica e, a cada praça de pedágio, vão agregando custos que limitam o seu poder de competição ou até inviabilizam a comercialização do seu produto.

É urgente a necessidade de reformulação das Agências Reguladoras, tendo como uma das questões principais a garantia da verdadeira participação dos usuários, pois são eles que tudo pagam, mesmo que as concessionárias alardeiem os grandes investimentos e as grandes contribuições que realizam para as diversas esferas dos Poderes Públicos, como se o valores saíssem dos seus cofres.

A liberdade de decidir das Agências Reguladoras precisa de freios, pois o Brasil, em todas as esferas de poder, encontra-se subjugado pelo jogo inescrupuloso do ‘toma lá, dá cá’ e da distorcida expressão de São Francisco, amigo íntimo de todos os tipos de bicho: ‘É dando que se recebe’.

Não existe função mais cobiçada neste País do que a de membro do Conselho Superior de Agência Reguladora, de fazer parte de um pequeno grupo que decide sobre valores estratosféricos, com base em planilhas de custos apresentadas pelas concessionárias. Na prática, simplesmente é impossível verificar a veracidade de todos os itens apresentados.

Na área do transporte rodoviário, as concessionárias estão impacientes para ‘bordarem’ o País com praças de pedágios, pois não existe negócio mais lucrativo. Até os bancos já começam a arregalar os olhos e se manifestam interessados em participar do ‘negócio da China’.

A Lei Federal nº 8.987/95, de Permissões e Concessões, não serve para a nossa realidade. As Agências Reguladoras são uma fonte de problemas para os usuários, que nunca conseguem tarifas módicas. Os contratos de concessão são uma indecência, e a ação das concessionárias, principalmente de rodovias, é deletéria para os caminhoneiros, para os usuários e especialmente para o setor produtivo do nosso País, pois a nossa economia circula sobre rodas, e os custos dos pedágios existentes já são uma carga insuportável.

É um verdadeiro pesadelo para os usuários de rodovias saber que na Agência Nacional de Transportes

Terrestres – ANTT estão ‘cuidadosamente dormitando’, neste período eleitoral, concessões rodoviárias que vão favorecer os mesmos grupos econômicos que já possuem outras concessões, no mínimo por um quarto de século e que serão verdadeiro torniquete a estrangular a economia do País, pois o lucro das concessionárias estará garantido em contratos leoninos e com o tranqüilo respaldo das Agências Reguladoras, cujos membros estão cooptados pelas mesmas.

Dar mais liberdade às Agências Reguladoras é contribuir para que as distorções econômicas e sociais do nosso País sejam aprofundadas, com o retorno ao Brasil das Capitâneas Hereditárias, do baronato das concessionárias. E nós usuários como verdadeiros escravos do poder econômico, garantido mediante ‘direitos absolutos dos contratos’, sujeitos a contribuições obrigatórias, se quisermos passar de um feudo ao outro das concessões rodoviárias, zelosamente garantidos pelas Agências Reguladoras livres para agir.

A sociedade precisa ter a oportunidade de discutir e avaliar esta realidade, para que a decisão do Governo Federal em relação às Agências Reguladoras venha a beneficiar todos e não somente reduzidos grupos econômicos.

Juarez Colombo Presidente da ASSURCON / SERRA e RGS – **Agenor Basso** – Secretário da ASSURCON/SERRA e RGS”.

O tema dos altos custos e das tarifas dos pedágios desafia os novos governantes. E os usuários, representados por diversas entidades, não perdem tempo e se manifestam.

Documento assinado por dirigentes de várias entidades e dirigido aos governantes, pela sua importância e por representar a vontade dos usuários de todo o País, merece ser registrado nos Anais desta Casa.

Leio o que segue:

“Quanto aos Pedágios no Rio Grande do Sul

1 – Temos excesso de rodovias com pedágio.

No Estado, em uma rede de 11,7 mil km de rodovias pavimentadas, 2,7 mil km destas são pedagiados, o que corresponde a 23,2% da rede pavimentada. A média na Europa é de 0,4%; nos USA, de 0,2%; na América Latina, de 7,3%; e, no Brasil, de 5,6%. Estamos sitiados por praças de pedágio por todos os cantos do Rio Grande do Sul.

2 – Pagamos muito pelo que recebemos em troca.

Nas rodovias, delegadas a concessionárias privadas monopolistas, de cada real (R\$1,00) que os usuários pagaram de pedágio entre 1998 e 2005 foram investidos nas estradas 36 centavos (R\$0,36).

Nas rodovias pedagiadas administradas diretamente pelo DAER-RS e COREDEs voltam em média para a rodovia, em investimentos, 70 centavos (R\$0,70) de cada real pago. (Pedágios Comunitários).

3 – As tarifas são muito altas.

Enquanto em rodovias dos pólos privados os automóveis pagam, em média, 45 centavos de real (R\$0,45) para percorrer dez quilômetros (10 km) em rodovia de pista simples, para a mesma distância em rodovia administrada diretamente pelo DAER-RS se pagam 23 centavos (R\$0,23) de pedágio, praticamente a metade.

4 – Para conservar, manter e restaurar as rodovias é paga a CIDE.

Programas com esta finalidade vêm sendo executados no Estado – Programa CREMA; DAER/BIRD (5,3 mil km), DNIT/BIRD CREMA (824,6 km) e PIR IV (2067,4 km de manutenção e revitalização). Em consequência, gradativamente vêm crescendo as rodovias federais e estaduais pavimentadas com adequadas condições de trafegabilidade. Não é necessário pagar pedágio para esse fim: já pagamos.

5 – A sociedade gaúcha está muito onerada.

Como cidadãos, consumidores, usuários, ou contribuintes, pagamos todos os serviços e os investimentos rodoviários pela via fiscal, nos contratos de gestão ou outros contratos, pelo pedágio nas concessões. Não aceitamos pagar entre trezentos e quatrocentos milhões de reais a cada ano, nos sete últimos anos das concessões – algo como 2,7 bilhões em receitas de pedágio, a valores de julho de 2006. É imperiosa uma revisão das tarifas de pedágios.

6 – Falta fiscalização e regulação.

Esta situação gravíssima a que chegamos se origina e mantém pela falta de transparência, omissão dos governos e dos políticos e o descaso dos funcionários do Estado na defesa dos interesses públicos, dos usuários e consumidores. Têm faltado direitos do cidadão, neutralidade e isenção às entidades de fiscalização e regulação do Estado – DAER-RS e AGERGS e respeito no exame das questões de interesse dos usuários.

7 – O usuário das rodovias não é defendido pelo Estado.

Ignora a administração pública que, de cada contrato de concessão, resulta automaticamente outro coligado, ‘acessório ou dependente’, entre a Concessionária e o Consumidor, como ensinam juristas consagrados. Conforme AMARAL (2006), ‘a concessionária é obrigada a prestar o serviço cujo exercício lhe foi atribuído, mas o poder público continua com o dever

constitucional de prestá-lo'. Então, o 'inadimplemento da Concessionária gera sua responsabilidade perante o Usuário'. A defesa do usuário e do consumidor em uma concessão de serviço público, parte mais fraca na relação com as empresas monopolistas, não vem sendo realizada.

8 – Os concessionários devem cumprir os contratos.

Sob o prisma deste segundo contrato, exigimos o pleno cumprimento das obrigações das concessionárias e a fiscalização nas duas dimensões das relações que interessam aos usuários.

- A primeira: a relação jurídica de serviço público. Desta perspectiva, o direito ao serviço adequado e a modicidade das tarifas não vêm sendo verificados e assegurados aos usuários pelo MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, ANTT, DAER e AGERGS. (Lei 8.987/95 – Art. 6º).

- Durante anos as concessionárias deixaram de realizar os investimentos que explicam a tarifa. Serviços executados fora do cronograma não são reajustáveis, nem mesmo ao recuperar o atraso os serviços executados em mora são reajustados. As tarifas foram reajustadas compensando esses períodos. Os usuários pagaram por um produto que não lhes foi entregue. Atualmente, pagam tarifas majoradas acima das prescrições do próprio contrato.

- Ainda na perspectiva de serviço público, exigem revisão e cabal esclarecimento quanto a aspectos legais, técnicos e de observância aos contratos, posições da AGERGS e do DAER, no que se refere: (i) a rotas de fuga e critério de compensação destas, em um contrato do tipo aberto (limite de 7% da receita); (ii) metodologia de verificação do 'serviço adequado'; (iii) reajustamento, no que se refere ao IO do contrato (Fev. 96); conforme o Decreto nº 1.054, de 7 de Fevereiro de 1994 seria a data da licitação; (iv) a falta de verificação do cronograma na ocasião dos reajustamentos, conforme prescreve o mesmo decreto; (v) acréscimos devido à Resolução nº 104/99 do CONTRAN, que amplia a tolerância de excesso de carga; (vi) fatores multiplicadores da tarifa de caminhões; (vii) o crescimento descontrolado dos custos operacionais das concessionárias; (viii) cuidados quanto a opiniões de consultores contratados, expedidas em relatórios contratados sem o exame dos aspectos legais resultantes da proposta; falta de exame da questão da perspectiva da terceira parte no contrato o usuário; (ix) tarifa módica.

- A segunda: a relação jurídica de consumo. Neste contrato o usuário assume a condição de CONSUMIDOR, assistem-lhe amplos direitos que não lhe vêm

sendo assegurados. De nada tem valido o arcabouço legal que, ancorado nos artigos 5º e 170 da Constituição Federal, na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), Lei nº 8.656/93 e Lei nº 10.913/97 e o que prescreve o Contrato de Concessão – 9.3 – DO USUÁRIO – I, II, III e IV.

Quanto aos direitos dos consumidores, as concessionárias têm descumprido os contratos. A concessionária obriga-se, enquanto fornecedora, a prestar o serviço pactuado sendo responsável, como determina o art. 18 da Seção III – Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço do Código de Defesa do Consumidor (CDC) – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 por 'vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios (...) ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes'. As concessionárias têm descumprido os contratos em relação aos direitos dos consumidores. O DAER e a AGERGS têm pleno conhecimento disto, os fatos estão amplamente documentados nos estudos e relatórios de ambas as entidades. O inadimplemento, em um e outro casos, sujeitas à concessionária às sanções estipuladas no art. 56, VIII e XI, do CDC. Tão graves os vícios e os prejuízos irreparáveis impostos aos usuários que poderiam ter justificado a abertura do processo de declaração de caducidade dos contratos.

9 – Os reajustes dos pedágios são lesivos aos consumidores.

A sistemática de reajustamento prevista nos contratos de concessão – item 7.2 – FORMA DE REAJUSTAMENTO – é lesiva aos consumidores. Assiste a estes últimos o direito de questionar as cláusulas 7.2.1 e 7.2.2 – Cláusulas Abusivas, de acordo com estipulado no art. 51, XI, XII, XIII, XV, XVI, §1º, II e III, do mesmo Código (CDC). Os parâmetros, a metodologia e os índices utilizados na fórmula de reajuste não correspondem à estrutura de custos a reajustar.

10 – A sistemática de revisão das tarifas básicas e dos Encargos das concessionárias – item 8, Cláusulas 8.1 e 8.2 –, ao ser aplicado o rito contratual somente considerando o contratante e o contratado, como vem ocorrendo, produz custos sem os correspondentes benefícios para os consumidores. Cabe aplicar as mesmas cláusulas de revisão na perspectiva da relação fornecedoras (concessionárias)/consumidores (usuários). Somente assim será possível assegurar o pleno equilíbrio do contrato”.

Concluindo, Exmo. Presidente, este Deputado, juntamente com as entidades que elenco abaixo, dian-

te do referido manifesto, propõe as seguintes alterações:

- Revisão imediata dos contratos:

1) que os contratos sofram avaliação comprometida com os interesses da sociedade, abrangendo desde a licitação até a contratação dos concessionários, aditivos, e rerratificação fundamentada no descumprimento dos serviços. Que representantes da sociedade tenham acesso e co-participação em estudos, com direito à solicitação de pesquisas pertinentes ao levantamento da equação (desequilíbrio) econômica e financeira dos contratos e, de modo muito particular, no Pólo de Caxias do Sul;

- "Não" à prorrogação das concessões:

2) que de forma alguma, sob nenhum pretexto, prorroguem-se esses contratos, como vêm tentando os concessionários. Os prejuízos ocasionados à sociedade gaúcha têm data marcada para terminar, e esta data é o fim desses contratos, previsto para o ano 2013;

- Inclusão da sociedade na fiscalização das concessões:

3) diante da total ausência da sociedade nas discussões do Programa de Concessões de Rodovias Federais, propomos a criação de um comitê fiscalizador constituído por usuários, dentro da AGERGS, além de projeto de lei que reforme a Agência Reguladora, habilitando a sociedade a participar do efetivo controle das concessões;

- Permanência dos pedágios comunitários:

4) que sejam mantidos os pedágios comunitários hoje operantes, impedindo que manobras diversionistas desmereçam a sua eficácia, estruturada na modalidade combinada com a duplicação das estradas por eles abrangidas.

Entidades que formalmente respaldam a presente manifestação:

1 – ASSURCON/PELOTAS;

2 – ASSURCON/Rio Grande;

3 – ASSURCON/RS – Associação dos Usuários de Rodovias Concedidas;

4 – ASSURCON/SERRA – Pólo Caxias do Sul;

5 – FETRANSUL – Federação das Empresas de Transporte de Carga no Estado do Rio Grande do Sul;

6 – SETCERGS – Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no Estado do Rio Grande do Sul;

7 – SETCESUL – Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Extremo Sul – Pelotas;

8 – SETAL – Sindicato das Empresas de Transporte, Armazenagem e Logística – Uruguiana;

9 – SINDIBENTO – Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Bento Gonçalves;

10 – SINDICAR – Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Carazinho;

11 – SIVECARGA – Sindicato das Empresas de Veículos de Carga de Caxias do Sul;

12 – SINDICAM – Sindicato dos Transportadores Autônomos de Caxias do Sul;

13 – SINDICAM – Sindicato dos Transportadores Autônomos de Rio Grande;

14 – CIC/Farroupilha – Câmara de Indústria e Comércio de Farroupilha;

15 – COOCAVER – Cooperativa de Consumo dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Caxias do Sul;

16 – COREDE/Serra – Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra;

17 – Fröhlich S/A – Indústria e Comércio de Cereais;

18 – MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho;

19 – OAB/RS – Ordem dos Advogados do Brasil/Comissão de Serviços Públicos;

20 – OAB/RS – Ordem dos Advogados do Brasil/Subseção Caxias do Sul;

21 – OAB/RS – Ordem dos Advogados do Brasil/Subseção Farroupilha;

22 – OAB/RS – Subseção Viamão;

23 – Prefeitura de Viamão;

24 – Rotary de Viamão;

25 – SECOVI/Pelotas;

26 – Sindicato dos Empregados do Comércio de Viamão;

27 – Sindicato dos Empregados no Comércio de Farroupilha;

28 – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e Vestuário de Farroupilha;

29 – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Joalheira e Lapidação de Pedras Preciosas, Semi-Preciosas, Bijuterias de Ouro, Prata, Latão, Relojoarias e Assemelhados do Rio Grande do Sul;

30 – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Caxias e Região;

31 – Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande;

32 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxias do Sul;

33 – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Farroupilha;

34 – Sindicato Rural de Caxias do Sul – Patronal;

35 – Sindicato Rural de Viamão;

36 – SINDILÍQUIDA/RS – Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário de Carga Líquida e Gasosa, Derivados de Petróleo e Produtos Químicos do Estado do Rio Grande do Sul;

37 – SINDILOJAS de Farroupilha;

38 – SINDIMADEIRA – Sindicato da Indústria da Madeira do Rio Grande do Sul;

39 – SINDISAMA – Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Santa Maria;

40 – SINDITAXI – Sindicato dos Taxistas de Caxias do Sul;

41 – SIRECOM – Sindicato dos Representantes Comerciais de Caxias do Sul e Região;

42 – UAB/CAXIAS DO SUL – União das Associações de Bairros;

43 – União dos Portuários do Estado do Rio Grande do Sul;

44 – União Tradicionalista Viamonense;

45 – AMORESUL— Associação dos Moradores da Região Sul/Vila Cristina;

46 – Associação Comercial e Industrial de Viamão;

47 – Associação dos Guardas Portuários do Rio Grande do Sul;

48 – Associação dos Moradores de Águas Claras, Viamão;

Por fim, Sr. Presidente, agradeço às cidades de Vacaria e Lagoa Vermelha, que, junto com os municípios do entorno, deram-me mais de 30 mil votos. Com os 3 mil obtidos em Antônio Prado, os 3 mil de São Marcos e os 5.500 de Caxias do Sul, cheguei a algo em torno de 50 mil votos.

Quero ajudar o meu Estado e o meu País. Não abro mão, até o dia 31 de janeiro de 2007, de voltar a esta tribuna, de trabalhar nas Comissões e de buscar recursos para a minha região.

Registro ainda que na minha cidade, Vacaria, e em Lagoa Vermelha, o candidato à Presidência da República Geraldo Alckmin obteve 69% dos votos válidos, e a candidata Yeda Crusius acompanhou igual percentual, que se reproduziu nos municípios da região.

Isso precisa ser lido bem e atentamente. Trata-se de recado claro dos homens do transporte, do campo e da lavoura. Esse resultado não pode ser apenas interpretado como mera conjugação de forças. Um grito forte vem do campo, da lavoura, das estradas, e o Governo precisa naturalmente compreender, ler, anotar e agir.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Adelor Vieira) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, alguns jornais de hoje divulgam a notícia de que os jornalistas da Veja que participaram ontem de inquérito na Polícia Federal teriam sido constrangidos. Aqui, alguns Deputados foram logo à frente e solicitaram a constituição de comissão externa para acompanhar esse constrangimento. Ora, é mais um factóide que querem construir nesta Casa.

É bom fazer uma lembrança. Esses jornalistas, mais um delegado alopado da Polícia Federal, participaram de trama para construir um fato, a divulgação de uma foto de montante de dinheiro – e a própria Polícia Federal sabe que aquela foto foi montada. Pois bem. O delegado alopado, em conluio com alguns jornalistas, combinados no dia anterior com um repórter da Globo, acertaram que fariam a divulgação de uma foto em que aparecia um montante de dinheiro. Qual era o intento dessa articulação? O de criar um fato político que atrapalhasse, que maculasse a imagem do Presidente da República, colocando-o, perante o seu partido, como mentor da compra do dossiê.

Vários jornalistas, principalmente os do Observatório da Imprensa, onde escrevem profissionais de renome, condenaram essa atitude parcial e direcionada de um órgão da imprensa.

Para que serve a imprensa no Brasil, afinal? Essa talvez seja a principal questão. Está claro que setores da imprensa defendem um lado. E, nessa defesa, se vestem com a roupagem da neutralidade, da imparcialidade. Quem lê a Veja, principalmente as edições dos últimos 2 anos, percebe exatamente de que lado está essa revista. Quanto ao conluio entre o delegado alopado da Polícia Federal e esses jornalistas, fez-se exatamente o que se deveria: abriu-se um inquérito policial, e, na qualidade de testemunhas, esses jornalistas foram chamados à Polícia Federal para depor, acompanhados de seus advogados de defesa.

Que constrangimento é esse? Se o cidadão brasileiro cometer qualquer irregularidade que contrarie a lei, cabe à polícia abrir inquérito e investigar.

Que liberdade de imprensa é essa que estabelece um poder absoluto para manchar a imagem e a honra das pessoas? A Constituição Federal estabelece como direito constitucional a liberdade de imprensa, mas também a garantia da imagem e da honra das pessoas. Um não pode ser superior ao outro. São ga-

rantias equivalentes que têm de ser sopesadas. Não podemos manchar a honra de terceiros sob os auspícios da liberdade de imprensa. E foi isso exatamente que a revista *Veja*, em conluio com um delegado aloprado da Polícia Federal, quis impingir à candidatura do Presidente Lula.

Portanto, no Congresso Nacional, não vamos pautar nossa conduta por aquilo que parte da imprensa quer. Este ano, 70% dos discursos e boa parte das ações políticas que fizemos nesta Casa foram pautadas por parte da imprensa brasileira. Ficamos sem ter uma pauta própria de atuação, usando uma linguagem chula, diria que esta virou a casa da mãe Joana. O Poder Legislativo, porém, não pode ser assim, não pode ter suas ações pautadas pelo que pensa parte da imprensa.

Chamo a atenção do Plenário para o fato de que alguns Deputados, para terem visibilidade nessa mesma imprensa, passam a servir de instrumentos dessas vozes. O requerimento dos Deputados Raul Jungmann e Fernando Gabeira de instalação de comissão externa para apurar o caso é apenas um factóide, é um recurso de pessoas que se utilizam dessa parte da imprensa para se promover perante seu público.

É preciso lembrar que os demais Deputados têm igual direito de debater, de buscar evitar que o Poder Legislativo seja direcionado por parte da imprensa nacional. Não podemos permitir que os agentes dessa imprensa tenham condições, nesta Casa, de pautar a nossa conduta.

O Congresso Nacional, particularmente a Câmara Federal, perdeu muito tempo com isso, e o Brasil precisa de mais efetiva atuação do seu Parlamento. Afinal, grandes questões nacionais, questões estratégicas, não podem esperar por aqueles que desejam se fazer visíveis, ter seus 15 segundos de fama, ou que ambicionam estar permanentemente na mídia, utilizando-nos como instrumentos perante essa parte da imprensa que não deseja a democracia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Adelor Vieira) – Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer aos Deputados Vicentinho, Francisco Rodrigues e Maurício Rands a gentileza, que lhes é tão comum, de me cederem a vez para que eu fizesse uma breve manifestação.

Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para dar uma informação ao povo do Vale do Paraíba, lito-

ral norte e Serra da Mantiqueira, no meu Estado de São Paulo.

A Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá tem atendido às populações daquela região, primordialmente às do vale histórico e às do que chamamos – e realmente é – de fundo do vale. Essa instituição tem procurado, de todas as maneiras, socorrer pessoas carentes. Por isso, cerca de 83% dos atendimentos que faz são pelo Sistema Único de Saúde.

Ainda que o SUS seja um sistema pré-falido e precise de aprimoramento, o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Saúde, em determinados casos, deve ser mencionado e elogiado – o que faço neste momento. Caso digno de reconhecimento ocorre agora, quando o Ministério da Saúde acaba de autorizar a criação de mais 1 leito na Unidade de Terapia Intensiva da Santa Casa de Misericórdia de Guaratinguetá, além da conversão dos 6 leitos já existentes para a UTI-2.

A medida, sem dúvida alguma, permitirá à instituição melhorar o atendimento a toda a região do Vale do Paraíba, inclusive aos cidadãos de Guaratinguetá, o que nos satisfaz muito e justifica a nossa presença nesta Casa, onde procuramos, de todas as formas, atender à região do litoral norte, da Serra da Mantiqueira e do Vale do Paraíba.

Portanto, agradecemos ao Ministério a iniciativa, que reconhecemos. Estamos aqui também para isso.

Apesar de o meu partido ter estado durante um bom tempo nesta Casa na condição que chamávamos de regime de independência, eu procurei, de todas as maneiras, nos momentos próprios, quando me era devido e necessário, votar com o Governo. Em outros momentos, votei contrariamente aos seus interesses, por entender que, com isso, estava atendendo às pessoas carentes, necessitadas, enfim, atendendo aos objetivos do nosso partido.

Primordialmente, quando se tratava de dar proteção à vida, ao meio ambiente, à nossa água, à nossa Amazônia, enfim, quando uma matéria dizia respeito à preocupação que o Partido Verde tem com a preservação desses bens, que são inalienáveis e que devemos preservar de todas as formas, eu votava de maneira bem particular, conforme minhas convicções, consonantes com a do meu partido. E vou continuar agindo assim.

Poucas pessoas sabem que, se não cuidarmos da nossa água, em 20 anos poderemos ter problemas de abastecimento, ainda que tenhamos no nosso País o Aquífero Guarani, o maior do mundo. Aliás, a preservação desse manancial pode nos deixar, daqui a algum tempo, na mesma situação da Arábia Saudita

em relação ao petróleo, porque teremos algo vital, de grande importância para o nosso País.

Enquanto faço este pronunciamento, tenho a satisfação de ver assumir a cadeira da Presidência, mais uma vez, o Deputado Inocêncio Oliveira, companheiro de vários momentos e que muito bem dirigiu nossos trabalhos em várias oportunidades. Não poderia deixar de fazer esta manifestação, ao mesmo tempo em que reitero o meu agradecimento aos Deputados que permitiram que eu falasse antes deles.

Desejo a todos aqueles que foram eleitos e reeleitos um bom mandato. Espero que protejam este País, e que não se preocupem com o individual, mas com o coletivo. Os novos Deputados têm uma responsabilidade muito grande, pois esta Casa foi massacrada durante um bom tempo nesta Legislatura, muitas vezes espezinhada por informações inverídicas, como as que ontem mesmo tivemos oportunidade de rechaçar no Conselho de Ética, quando ouvíamos uma testemunha que mentia descaradamente, nos tratando como zumbis, como pessoas sem posicionamento, sem personalidade, sem conhecimento. Caberá aos Deputados da próxima Legislatura reverter o atual quadro.

O que queremos é que a Casa apure as denúncias, efetivamente responsabilize os culpados e identifique os inocentes injustamente acusados. Porque não podemos admitir que nos joguem na vala comum. Não podemos admitir que se diga que Deputados são ladrões e safados, que recebem mensalão ou que são sanguessugas. As pessoas devem ser tratadas individualmente, e, quanto àquelas que devem responder por fatos dessa natureza, tenho certeza absoluta de que esta Casa haverá de puni-las.

Na nova Legislatura, que se aproxima, teremos uma Casa mais tranqüila, sem os problemas desta que termina.

Desejo a todos os eleitos um bom mandato!

Durante o discurso do Sr. Marcelo Ortiz, o Sr. Adelor Vieira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Vicentinho.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna manifestar minha alegria pela reeleição do Presidente Lula.

Confesso que, na minha opinião, Lula deveria ter comparecido ao último debate entre os candida-

tos antes do primeiro turno, realizado pela TV Globo. Acho até que, se tivesse ido, teria resolvido a eleição já no primeiro turno, pois certamente conquistaria ali aquele 1% que faltou. Mas o povo brasileiro é sábio, quis ouvir o debate, quis participar, quis ser também ator desse processo de mudança.

No segundo turno, a militância envolveu-se ainda mais, bem como os Governadores, e o debate foi ficando cada vez mais claro. A sociedade percebeu claramente a existência de 2 projetos distintos. Sobre tudo o povo pobre, a classe média e os ricos que não são egoístas e que são patriotas perceberam que o melhor projeto era o do Presidente Lula e que esse era o melhor caminho para o Brasil.

O Governador Alckmin teve um comportamento agressivo e falso. Ele não era assim. A Oposição errou muito. Contudo, não quero abordar os erros, mas parabenizar os acertos. E a nossa campanha foi realmente bem-feita – vejam que até a música Deixa o homem trabalhar foi muito marcante.

Dessa forma, parabeno os companheiros do movimento sindical e todos os que participaram da campanha. Para fechar com chave de ouro, o Presidente Lula foi de uma generosidade tão grande, que, declarada a sua vitória, em vez criticar a Oposição, disse: “A oposição agora é o desemprego, o adversário agora é a fome. Vamos lutar por um País melhor”. Foi uma demonstração maravilhosa. Aliás, ao aparecer com uma camiseta em que se lia “A vitória é do Brasil”, o Presidente demonstrou sua magnanimidade, o seu respeito ao povo e até mesmo aos seus adversários, que muitas vezes o maltrataram e o desrespeitaram.

De anteontem para cá, o Presidente Lula tem dito “Vamos dialogar, vamos construir um novo Brasil”. Esse é o estadista com quem deveremos conviver durante os próximos 4 anos. E, com certeza, o Brasil será muito melhor do que foi nos últimos 4 anos ou nos últimos 12 anos.

Parabéns, Presidente Lula! Parabéns também ao PT e a todos os partidos que estiveram com o Presidente Lula. Parabéns sobretudo ao povo brasileiro, que mais uma vez foi sábio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os jornais do País estão estampando em manchetes a situação dos nossos aeroportos, em função da greve dos controladores de voo. Isso nos tem preocupado. A situação é muito grave, muito perigosa. Não se trata apenas de uma manifestação de

controladores de vôo; militares e civis dividem a mesa de operações do controle de vôos do País.

Para que V.Exas. tenham idéia da gravidade do problema, houve uma audiência com o Ministro da Defesa sem a participação dos superiores hierárquicos dos militares que atuam nessa função. Isso quebra a disciplina, rompe a hierarquia e, acima de tudo, acaba com a verticalização da responsabilidade a que estão sujeitos os oficiais, de soldados a generais, considerada o bem mais sagrado das Forças Armadas. Isso é grave.

Vejam a que ponto chegamos. O Presidente da República teve de intervir para tentar resolver o problema de um Ministério, a fim de evitar uma reação em cadeia. S.Exa. tem coisas muito maiores a tratar do que se preocupar com uma área isolada.

O País precisa, urgentemente, definir essa questão, a fim de manter a segurança de vôo das nossas aeronaves e evitar que esses militares que se rebelaram e estão fazendo uma negociação isolada não quebrem a cadeia de comando tida como maior patrimônio dos militares.

Portanto, o Ministério da Defesa tem de negociar de cima para baixo, por intermédio do Sr. Comandante da Aeronáutica. O Governo tem de entender que essa questão sensível precisa ser resolvida, para que seja garantida a segurança de vôo.

Aqueles que se utilizam de aeronaves, principalmente as comerciais, começam a preocupar-se com essa greve, com a operação tartaruga que vêm fazendo os controladores de vôo, principalmente os militares.

Sabemos que os salários pagos a eles são aviltantes, mas isso não justifica os episódios que estamos vendo dia a dia. Há quase 6 dias estamos vivendo esse problema. Não é possível suportar essa situação.

Faço um alerta. Imaginem se os sargentos que fazem a segurança do Presidente da República resolverem se rebelar, porque estão em situação de alto risco e querem receber gratificação à parte!

Não estou questionando a necessidade de os controladores de vôo receberem melhores salários. Absolutamente. Entretanto, não se pode quebrar a hierarquia e a disciplina dentro das Forças Armadas.

Sr. Presidente, preocupa-me que a situação venha a agravar-se mais ainda e haja desdobramentos perigosos no curso dessa discussão, que já começa a interferir nos quartéis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURÍCIO RANDS (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, nobres pares, venho à tribuna para realçar a capacidade de discernimento político revelada pelo povo brasileiro nessas eleições.

O segundo turno, que a princípio, para nós da base de sustentação do Governo Lula, soou como notícia não muito agradável, acabou se revelando mais um ato de sabedoria do eleitorado brasileiro. Permitiu que a Nação inteira conhecesse mais a fundo as realizações do Governo Lula e os projetos que terão continuidade ou serão iniciados nesse segundo mandato.

O povo deu uma demonstração de muito discernimento. Na Região Nordeste foram varridas as oligarquias. As forças mais conservadoras, que até então se mantinham nos poderes estaduais – sobretudo a força do clientelismo – foram afastadas. Do Maranhão à Bahia, o Nordeste deu uma guinada à esquerda. Deu uma guinada na direção de uma maior sintonia com as forças populares, com a sociedade civil organizada, com os partidos de esquerda e com todos os partidos que aqui, no plano federal, dão sustentação ao Governo Lula.

O mesmo aconteceu no meu Estado, Pernambuco, com a eleição do nosso companheiro Eduardo Campos, a quem neste momento quero parabenizar pela competência e pela habilidade que teve. No segundo turno, reuniu todas as forças de oposição numa grande frente que reeditou as antigas e memoráveis jornadas democráticas da frente de esquerda feitas ao longo da história política de Pernambuco, que se caracteriza por ser um Estado politizado, cuja população participa da política e a vive no seu sentido mais nobre. Eduardo Campos, portanto, reuniu todas as condições políticas para fazer um grande governo.

Sr. Presidente, ainda na noite em que foi anunciado o resultado, o nosso candidato do Partido dos Trabalhadores, o companheiro Humberto Costa – vítima de uma campanha de baixaria e de desconstrução – e nós, junto com o Prefeito João Paulo e com o Presidente do Partido, Dilson Peixoto, anunciamos o apoio incondicional, sem barganhas, do Partido dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Brasil à candidatura de Eduardo Campos.

Essa unidade da Esquerda, em Pernambuco, viabilizou a vitória, com 65% dos votos válidos consagrados a Eduardo Campos, e a derrota das forças mais conservadoras do Estado, que falavam em continuar governando por mais 15, 20 anos. Agora, elas terão de fazer o papel de oposição.

Um novo projeto vai ser liderado pelo Governador Eduardo Campos, projeto que irá sintonizar o Governo de Pernambuco com as mudanças que já vêm sendo feitas no plano nacional pelo Presidente Lula.

Vamos avançar na reestruturação do Estado de Pernambuco, com a refinaria da PETROBRAS, a Transnordestina, a integração da Bacia do São Francisco, a EMOBRAS, a duplicação da BR-101 e da BR-232, o

aumento do microcrédito para a agricultura familiar, as obras na área da saúde e o reforço na interiorização da nossa universidade. Tudo isso com Eduardo Campos, com as esquerdas unidas em todo o Estado, a fim de retirar Pernambuco do atraso em que se encontra. Iremos sintonizar, como disse antes, as mudanças em Pernambuco com as que vêm acontecendo no plano nacional.

Parabenizo o Governador Eduardo Campos, o povo de Pernambuco e do Nordeste por essa guinada à esquerda. Ela representa discernimento político, união e força dos movimentos sociais, daqueles que querem justiça social e o desenvolvimento do Estado de Pernambuco, do Nordeste e de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. EDINHO BEZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os segmentos da agroindústria que dependem dos investimentos no campo vêm apresentando desempenhos medíocres em 2006, segundo mostra levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

No acumulado de janeiro a agosto deste ano, na comparação com igual período do ano passado, houve queda na produção de alimentos para animais e rações de 1,9%; adubos, fertilizantes e corretivos para o solo também 1,9%; defensivos agrícolas 5,2% e tratores, máquinas e equipamentos agrícolas 19,6%.

O segmento de tratores e máquinas é o que mais depende de financiamento e os produtores agrícolas estão amargando dívidas.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional, o Governo, a equipe econômica, o Banco do Brasil, todos juntos precisamos encontrar uma solução para os nossos agricultores.

O setor de produtos industriais derivados da pecuária mostrou retração de 0,9% no primeiro semestre. Os derivados de aves recuaram 3,56% devido, sobretudo, ao alastramento da gripe aviária pela Ásia, África e Europa, o que causou forte retração nos principais mercados consumidores e importadores do Brasil, o maior exportador mundial. Já os derivados de bovinos e suínos sofreram as consequências dos casos de febre aftosa registrados em Mato Grosso do Sul e Paraná em 2005, o que levou diversos países a embargarem as exportações brasileiras.

Esse é um panorama da conjuntura do País hoje.

Por tudo isso, é importante encontrarmos o ponto de equilíbrio desse setor.

Era o que tinha a dizer.

06. Defiro. Publique-se. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à Sra. Deputada Maria do Carmo Lara.

A SRA. MARIA DO CARMO LARA (PT-MG. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço aqui 2 registros. O primeiro é para agradecer à população mineira e à população brasileira pela reeleição do Presidente Lula, bem como pela minha reeleição. Agradeço ao povo de Minas Gerais, especialmente o das regiões metropolitana e centro-oeste do Estado.

Ressalto a importância de Minas Gerais no processo da reeleição. O Presidente Lula obteve 65% dos votos no Estado de Minas Gerais, no segundo turno das eleições presidenciais, e, com certeza, S.Exa. cumprirá o compromisso de sempre apoiar o Estado, mandando recursos quando se fizer necessário. Além disso, o Vice-Presidente da República, Sr. José Alencar, é das Minas Gerais. S.Exa. foi muito importante no primeiro mandato e será fundamental no segundo.

Quero deixar meu muito obrigado à população brasileira, sobretudo à mineira, e meus parabéns ao Presidente Lula e ao Vice-Presidente José Alencar.

Em segundo lugar, registro que em Betim, nossa cidade, o Prefeito do PSDB vinha tentando terceirizar os serviços de farmácia e almoxarifado do Hospital Regional, um hospital público construído com o dinheiro do povo, mas o Promotor de Justiça impediu o processo de terceirização, com a suspensão da licitação. A terceirização desses 2 setores do hospital público da cidade seria o primeiro passo para a privatização do Hospital Regional.

Quero solidarizar-me com o Promotor por ser contra a licitação. É óbvio que a Prefeitura recorrerá, mas está claro que o dinheiro do Sistema Único de Saúde é público e não pode haver terceirização dessas áreas. Parabenizo a população da cidade, que estava contra a terceirização. Ela sabe que o Hospital Regional foi construído com dinheiro público e deve ser mantido como um hospital público, sem terceirização dos seus setores. Essas seriam as primeiras terceirizações. Com certeza, depois viriam outras.

O Hospital Regional de Betim, repito, é um hospital público. O Prefeito deve respeitar a decisão do Promotor e a vontade da população, no sentido de que esse hospital continue sendo público e preste assistência de qualidade.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS NADER (PL-RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a vitória do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha pela reeleição encerrou mais um processo democrático no País. O povo brasileiro deu, nesse domingo, mais um exemplo ao mundo de participação democrática na livre escolha de seus governantes. Estão de parabéns todos os brasileiros, assim como a Justiça Eleitoral, que mais uma vez conduziu um pleito de âmbito nacional com transparência, segurança e eficiência, permitindo a realização da verdadeira vontade dos eleitores.

Quero deixar registrada minha sincera torcida para que o Presidente da República possa desenvolver um segundo mandato dentro das aspirações de todos os cidadãos, não apenas daqueles que sufragaram seu nome nas urnas. O Brasil tem muitos desafios pela frente em todas as áreas: na economia, na saúde, na educação, na infra-estrutura, na segurança. São muitos os temas prioritários de qualquer governo que se disponha a trabalhar voltado para as aspirações populares.

O resultado nas urnas mostra que a maioria do povo brasileiro aprovou o Governo do Presidente Lula, confiando-lhe um novo mandato. O resultado, no entanto, não exime o Presidente e seus auxiliares de uma leitura mais ampla do que a vitória, pois os resultados no Sudeste e no Sul do País mostram que há também significativa parcela de brasileiros, notadamente da classe média, que espera ansiosamente a atenção do Governo, pois vem sendo ano a ano sacrificada, com uma carga tributária entre as mais altas do mundo e que já foi tema de diversos pronunciamentos de minha autoria.

O Brasil precisa rever esta situação, que contribui para o desemprego, estrangula a atividade econômica e cria no cidadão a terrível sensação de que só é lembrado no momento de pagar impostos. Espero que o Governo olhe com atenção essa questão, pois nenhum país nas condições do Brasil pode sustentar uma carga de impostos tão pesada para uma parcela tão significativa dos seus cidadãos.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente. Na noite de sábado para domingo, uma rebelião de presos eclodiu na Casa de Custódia de Volta Redonda, no sul fluminense. A rebelião terminou com 3 mortos, sendo 2 presos e 1 agente penitenciário. A Casa de Custódia foi inaugurada há pouco mais de 2 anos, no atual Governo do Rio, pelo então secretário de Segurança Anthony Garotinho, também ex-Governador do Estado.

A promessa do Estado, quando da inauguração, era de que a Casa de Custódia não receberia presos de outras cidades, senão de Volta Redonda, onde foi

construída após certa resistência da população, e de Barra Mansa, município vizinho. Com capacidade para 300 pessoas, ela foi projetada para abrigar pessoas ainda não levadas a julgamento.

No entanto, o que foi prometido não está sendo cumprido. A unidade, já há algum tempo, vem recebendo não somente presos de fora, mas, inclusive, condenados que estavam cumprindo pena em outros presídios. O resultado não poderia ser outro: a primeira rebelião já foi registrada, pois a partir do momento em que presos do Rio de Janeiro são transferidos para o interior, tem início o confronto de facções, comum nas unidades prisionais da Capital fluminense.

O Governo do Rio de Janeiro precisa rever essa situação e, ao mesmo tempo, o Governo Federal tem que investir na construção de presídios no Estado para abrigar os presos mais perigosos, pondo fim à superlotação que acaba contribuindo para a tensão nas carceragens, pondo em risco a vida dos próprios detentos, de seus familiares e dos agentes penitenciários. Na rebelião ocorrida em Volta Redonda, um agente acabou morto pelos presos rebeldes.

Este é mais um exemplo, infelizmente mais um triste exemplo, do quanto o País precisa rever, urgentemente, a política penitenciária. É preciso investir em mais unidades prisionais, é necessário proporcionar aos presos ocupação que evite rebeliões e tentativas de fuga, que quase sempre terminam de forma trágica.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Carlos Nader, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelor Vieira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Adelor Vieira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o próximo Governo de Pernambuco tem pela frente o desafio de ampliar o Porto de Suape, dentro de um plano de organização do território que inclua os Municípios de Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Moreno, Escada e, certamente, Ipojuca.

Essa é uma necessidade ditada pela instalação de novas indústrias na região sul do Recife, incluindo a refinaria de petróleo, o pólo têxtil, o pólo farmacológico e de hemoderivados, o estaleiro naval e toda uma gama de indústrias auxiliares e oficinas mecânicas satélites, o que implica na criação, também, de uma estrutura de serviços. A Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco – CONDEPE já

detém os primeiros estudos para a elaboração desse plano sub-regional, incluindo a participação de vários especialistas nos campos de engenharia, economia, sociologia, urbanismo e arquitetura.

O impacto dessas novas indústrias sobre aquela região será muito forte, com repercussões no plano econômico e social desses municípios e na infra-estrutura de transportes e comunicações. A área total a ser abrangida é de 8.311 quilômetros quadrados, onde vive quase 1 milhão de habitantes em mais de 226 mil domicílios.

O pré-plano da CONDEPE contempla as seguintes vias: anel viário do contorno da região metropolitana do Recife, Jaboatão a Igarassu, já anunciado pelo Ministro dos Transportes, Paulo Sérgio Passos, quando da assinatura dos lotes 7 e 8 da duplicação da BR-101 – estivemos presentes à assinatura desse convênio; perimetral oeste (estudo alternativo), acesso do Porto de Suape, já em construção.

Também nessa região prevê-se, no próximo decênio, um aumento populacional significativo (entre 60 e 120 mil pessoas), com uma nova demanda de hospitais, escolas e serviços para o cotidiano do povo e também uma pressão extraordinária sobre os equipamentos de uso coletivo, em particular o metrô de superfície, que terá de ser ampliado, ônibus e vans, e sobre os sistemas de comunicações – telefonia fixa e móvel. Além disso, a infra-estrutura de estradas deve ser conservada e ampliada para servir ao novo e intenso tráfego de veículos pessoais e de carga. Mais ainda: a demanda habitacional aumentará, o que vai implicar no estímulo ao setor de construção civil em todos esses municípios.

Nesse contexto, vejo com muito otimismo o crescimento da região sul do Recife, onde já existe, em pleno desenvolvimento, um complexo turístico que atrai cada vez mais novos investimentos.

Evidentemente, os municípios vão ter de arcar com novas responsabilidades e, portanto, terão de cobrir novos custos financeiros nos próximos anos. Onde encontrar fontes de receita para enfrentar essas despesas? Técnicos acreditam no aumento substancial de receitas, quer do IPTU, quer do ICMS no Estado. Isoladamente, as Prefeituras não poderão cobrir as despesas decorrentes dessa mudança nas estruturas físicas de cada município. Um dos caminhos viáveis será o financiamento da nova infra-estrutura pelo BNDES. Essa é uma preocupação do Plano que a CONDEPE prepara para o novo Governo.

Esse é o perfil, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de um novo Pernambuco no campo da economia, cujos resultados serão certamente desfrutados por toda a população do meu Estado.

Esse perfil exigirá que se cogite, no plano institucional, a existência de uma alta autoridade transmunicipal, uma espécie de conselho transmunicipal que examine, discuta e, por meio de um consenso, recomende as medidas de interação e integração entre esses municípios para as suas respectivas Câmaras Legislativas e Poderes Executivos e, nos planos estadual e federal, ao Governador e à União.

Muito obrigado.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna falar de assunto que tem ocupado as manchetes dos jornais nos últimos dias: o caos nos aeroportos brasileiros. O dado concreto é que a vida dos passageiros está muito difícil com os atrasos provocados pela operação padrão dos controladores de vôos.

Há vários órgãos do Governo envolvidos, mas, por enquanto, as ações para reduzir os danos não surtirão efeito. Com essa crise, o brasileiro precisa pensar antes de marcar uma viagem aérea. É importante que os órgãos de defesa do consumidor orientem os passageiros sobre como proceder nesse momento difícil. Há, sem dúvida, grande bagunça nos aeroportos devido à superposição de vários órgãos no segmento aéreo, sem que qualquer um deles saiba como resolver a crise.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o colapso no sistema de controle aéreo, agora às claras, mostra o risco que estávamos correndo, sem saber. Pior é que as medidas anunciadas pelo Governo parecem improvisação e não nos tranquilizam quanto à segurança dos vôos. Quem perdeu compromissos, negócios ou dinheiro por conta da onda de atrasos de vôos em todo o País terá dificuldades em achar quem responsabilizar para pedir indenização. Há um jogo de empurra. As companhias aéreas tentam empurrar a responsabilidade pelo atraso de vôo para os órgãos do Governo Federal, como a INFRAERO, que não estão operando normalmente o tráfego aéreo brasileiro.

É importante dizer que por mais que as empresas possam ser questionadas em relação a procedimentos do dia-a-dia, elas não controlam o tráfego aéreo, nem os aeroportos. Só respondem pela segurança de suas aeronaves e tripulações, não pelas rotas, pela superlotação de aeroportos ou pela falta de investimento em segurança. Quem investiu menos do que deveria foi o Governo. O consumidor deve reclamar nas companhias aéreas, pois foi lá que comprou seu bilhete, mas precisa saber quem provocou todo esse caos.

A respeito do assunto, a edição de hoje da Folha de S.Paulo traz elucidativo editorial. Diz o jornal:

“A operação padrão deflagrada pelos controladores de vôo causa muitos transtornos e grandes prejuízos. O movimento, porém, tem o mérito de chamar a atenção para os problemas que cercam o controle de tráfego aéreo no Brasil. E, ao que tudo indica, o acidente com o Boeing-737/800 da Gol há um mês é um dos fatores que determinaram o protesto, cuja eclosão, aliás, reforça as suspeitas de que falhas no controle contribuíram para o desastre.

Parte das reivindicações da categoria procede. É consenso no meio aeroviário que faltam controladores. A carência força os profissionais a submeter-se a sobrecarga de trabalho que pode ameaçar a segurança. Os manuais da Aeronáutica determinam que cada controlador monitore um máximo de 14 aparelhos nas aerovias. Por vezes, o profissional se encarrega de até 20.

Resolver o problema, porém, é mais difícil do que diagnosticá-lo. O tempo de formação de um controlador é dilatado – cerca de três anos –, e a rotatividade, alta, por conta da combinação de alto estresse com baixos salários.

Para agravar mais um pouco a situação, o sistema de controle de tráfego aéreo no Brasil ainda é híbrido, sendo em parte militar, em parte civil. Isso dificulta a introdução de mudanças e favorece soluções corporativistas.

Como se não bastasse, há a questão da falta de verbas, que afeta não apenas o quadro de pessoal como também a manutenção do equipamento. Já é hora de remodelar o sistema a fim de que ele seja gerenciado de forma mais eficaz. Os passageiros pagam – e muito – por seus bilhetes e taxas de embarque, aos quais deve corresponder a melhor segurança possível.”

O desafio nesse momento, Sr. Presidente, é garantir que os profissionais que trabalham no controle do tráfego aéreo tenham as garantias mínimas de trabalho, e isso inclui salários mais justos e melhores condições de trabalho.

Era o que eu tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Sandes Júnior, o Sr. Adelor Vieira, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Piauhyllino.

O SR. LUIZ PIAUHYLLINO (PDT – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer hoje, ainda que sob o calor do processo eleitoral, um pronunciamento sobre um dos

temas debatidos durante esta campanha política, notadamente pelo Senhor Presidente da República.

Refiro-me ao biodiesel, essa alternativa energética de grande importância para nossa economia, especialmente a do Nordeste, cujas populações pobres poderão ser beneficiadas, uma vez que a matéria-prima utilizada é a mamona, o babaçu, a soja, o dendê, o amendoim, o girassol e até o coco.

Trata-se de uma alternativa energética que pode gerar emprego e renda para muitas famílias. O mercado brasileiro e mundial poderão dar sustentação a um imenso programa de geração de emprego e renda a partir da produção do biodiesel. Esperamos que os novos Governadores eleitos nos 2 turnos nas eleições do mês passado atentem para essa alternativa e criem condições em seus Estados para atuar em conjunto com o Governo Federal, deixando de lado eventuais divergências políticas que possam ter.

Quero aproveitar a oportunidade para lançar essa sugestão ao novo Governador do meu Estado, Eduardo Campos, nosso aliado e a quem desejamos todos o êxito nestes próximos 4 anos de mandato, até porque ele tem todas as condições de fazer um governo histórico em Pernambuco, a partir de uma revolução com melhorias em todas as áreas da economia. Isso sem falar que se trata de um aliado de primeira hora do Presidente da República.

Mas em Pernambuco, Sras. e Srs. Deputados, o biodiesel pode promover melhorias significativas na vida da população do Estado, especialmente nas regiões do sertão e semi-árido.

Essa será a grande saída do futuro, pois o biodiesel pode ser usado em carros e qualquer outro veículo com motor diesel. Fabricado a partir de fontes renováveis, o girassol, a soja e a mamona, é um combustível menos poluente que o diesel.

Cada vez mais o preço da gasolina, do diesel e de derivados do petróleo tendem a subir. A cada ano o consumo aumenta e as reservas diminuem. Além do problema físico, há o problema político: a cada ameaça de guerra ou crise internacional, o preço do barril de petróleo sobe.

Para aumentar sua competitividade, os custos de produção do biodiesel podem ser minimizados por meio da venda dos subprodutos gerados durante o processo de transdesertificação, tais como a glicerina, adubo e ração protéica vegetal.

Quero, portanto, Sras. e Srs. Deputados, alertá-los sobre a importância do tema e falar também sobre a origem do biodiesel, que num futuro próximo será de grande importância estratégica para o nosso País.

Durante a Exposição Mundial de Paris, em 1900, um motor diesel foi apresentado ao público funcionan-

do com óleo de amendoim. Os primeiros motores tipo diesel eram de injeção indireta. Tais motores eram alimentados por petróleo filtrado, óleos vegetais e até mesmo por óleo de peixe.

Naquela época foi um sucesso, embora não se tenha dado muita importância ao fato. Somente décadas depois se constatou que a utilização do biocombustível seria de grande importância para qualquer nação.

O Brasil apresenta grandes vantagens para produção de biocombustíveis, pois conta com geografia favorável, situa-se em uma região tropical com altas taxas de luminosidade e temperaturas médias anuais. Tudo isso, associado à disponibilidade hídrica e à regularidade de chuvas, faz do Brasil o país com maior potencial para produção de energia renovável.

No entanto, a atual estrutura nacional de produção de biodiesel ainda resulta num volume de produção bastante reduzido. Fato que está sendo mudado pela vontade política do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de investir fortemente nesta opção energética.

A Alemanha hoje é o maior produtor de biodiesel do mundo, embora o Brasil domine a tecnologia há mais de 20 anos. Mas governos anteriores não quiseram investir no biodiesel.

Em Varginha, Minas Gerais, está sendo construído um complexo para produção de biodiesel cuja matéria-prima é a mamona, o babaçu, a soja, o dendê, o amendoim, o girassol, o coco e até a gordura animal. Em Pernambuco o então Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, hoje eleito Governador, aprovou projetos de instalações de uma unidade em Pesqueira e outra em Caetés, que já estão sendo implantadas, e tenho certeza de que teremos outras unidades em Pernambuco, valendo ressaltar que o município de Mirandiba foi identificado como o detentor de uma das melhores áreas de terras propícias ao plantio de oleaginosos e, por certo, será contemplado com uma usina de biodiesel, assegurando assim novas oportunidades de empregos na região.

Os Deputados que integram o Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica desta Casa, Conselho este que tive a honra de presidir, discutiram esse tema exaustivamente há 3 anos.

Quero aqui render minhas homenagens ao Deputado Ariosto Holanda, o primeiro a trazer este tema para o Parlamento, e aos demais integrantes, Deputados Luiz Carreira, João Paulo Gomes da Silva, Luiza Erundina, Telma de Souza e Félix Mendonça, que nos ajudaram a dirigir o Conselho. Cumprimento o Deputado Inocêncio Oliveira que me substituiu na Presidência do Conselho de Altos Estudos e que vem conduzindo esse Conselho com acerto e brilhantismo.

O propósito do nosso trabalho no Conselho foi convencer o Governo a adotar o biodiesel, por se tratar de um combustível renovável, biodegradável e ambientalmente correto.

Discutimos durante anos essa alternativa energética para o País, principalmente para atender às populações mais carentes. E graças a Deus fomos bem-sucedidos neste propósito, pois o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, logo na primeira hora encampou esta bandeira e tornou realidade nossa ação parlamentar. O biodiesel hoje é uma realidade nacional.

O grande mercado energético brasileiro e mundial poderá dar sustentação a um imenso programa de geração de emprego a partir da produção do biodiesel.

A produção de oleaginosas em lavouras familiares faz com que o biodiesel seja uma alternativa importante para a erradicação da miséria no País.

Internacionalmente o biodiesel não é reconhecido como competitivo em relação ao óleo diesel devido à ausência de incentivos fiscais. Mas o Governo Lula já tomou medidas para resolver essa questão. O BNDES já conta com o Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Energia. Esse programa tem por objetivo financiar a produção, aumentar a oferta, a otimização do consumo atual e a atração de novos investidores.

O PROÁLCOOL foi um programa bem-sucedido, de substituição em larga escala dos derivados de petróleo. Foi desenvolvido para evitar o aumento da dependência externa de divisas quando dos choques de preço de petróleo.

Hoje é um exemplo copiado pelo mundo. O mesmo vai ocorrer com o *biodiesel*. Com a diferença de que este constitui uma alternativa importante para a erradicação da miséria no nosso País.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Neste momento o painel eletrônico registra a presença de 196 Sras Deputadas e Srs. Deputados.

PRESENTES AS SEGUINTE SENHORAS DEPUTADAS E OS SENHORES DEPUTADOS:

RORAIMA

Alceste Almeida PTB
Francisco Rodrigues PFL
Luciano Castro PL
Total de Roraima: 3

PARÁ

Ann Pontes PMDB
Nilson Pinto PSDB

Zé Lima PP

Total de Pará: 3

AMAZONAS

Átila Lins PMDB

Pauderney Avelino PFL

Silas Câmara PTB

Total de Amazonas: 3

RONDONIA

Agnaldo Muniz PP

Anselmo PT

Eduardo Valverde PT

Marinha Raupp PMDB

Miguel de Souza PL

Total de Rondonia: 5

ACRE

Henrique Afonso PT

Nilson Mourão PT

Perpétua Almeida PCdoB

Zico Bronzeado PT

Total de Acre: 4

TOCANTINS

Ana Alencar PSDB

Darci Coelho PP

Maurício Rabelo PL

Oswaldo Reis PMDB

Total de Tocantins: 4

MARANHÃO

César Bandeira PFL

Costa Ferreira PSC

Dr. Ribamar Alves PSB

Gastão Vieira PMDB

Pedro Fernandes PTB

Pedro Novais PMDB

Total de Maranhão: 6

CEARÁ

André Figueiredo PDT

Antonio Cambraia PSDB

Ariosto Holanda PSB

Gonzaga Mota PSDB

Inácio Arruda PCdoB

José Linhares PP

José Pimentel PT

Marcelo Teixeira PSDB

Mauro Benevides PMDB

Moroni Torgan PFL

Raimundo Gomes de Matos PSDB

Total de Ceará: 11

PIAUI

Átila Lira PSDB

B. Sá PSB

Júlio Cesar PFL

Marcelo Castro PMDB

Moraes Souza PMDB

Mussa Demes PFL

Nazareno Fonteles PT

Simplício Mário PT

Total de Piauí: 8

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado PFL

Fátima Bezerra PT

Ney Lopes PFL

Sandra Rosado PSB

Total de Rio Grande Do Norte: 4

PARAÍBA

Domiciano Cabral PSDB

Philemon Rodrigues PTB

Total de Paraíba: 2

PERNAMBUCO

Carlos Eduardo Cadoca PMDB

Fernando Ferro PT

Inocência Oliveira PL

Jorge Gomes PSB

José Múcio Monteiro PTB

Luiz Piauhyllino PDT

Maurício Rands PT

Roberto Magalhães PFL

Total de Pernambuco: 8

ALAGOAS

Benedito de Lira PP

Helenildo Ribeiro PSDB

Olavo Calheiros PMDB

Total de Alagoas: 3

SERGIPE

Bosco Costa PSDB

Heleno Silva PL

José Carlos Machado PFL

Total de Sergipe: 3

BAHIA

Antonio Carlos Magalhães Neto PFL

Colbert Martins PPS

Fábio Souto PFL

Félix Mendonça PFL

Guilherme Menezes PT

Jairo Carneiro PFL

João Almeida PSDB

João Leão PP
José Carlos Aleluia PFL
José Carlos Araújo PL
José Rocha PFL
Jutahy Junior PSDB
Luiz Bassuma PT
Mário Negromonte PP
Walter Pinheiro PT
Zelinda Novaes PFL

Total de Bahia: 16

MINAS GERAIS

Bonifácio de Andrada PSDB
Cabo Júlio PMDB
Eduardo Barbosa PSDB
Fernando Diniz PMDB
Gilmar Machado PT
Herculano Anghinetti PP
Isaías Silvestre PSB
Ivo José PT
José Militão PTB
Júlio Delgado PSB
Lael Varella PFL
Leonardo Monteiro PT
Lincoln Portela PL
Márcio Reinaldo Moreira PP
Maria do Carmo Lara PT
Osmânio Pereira PTB
Romeu Queiroz PTB
Sérgio Miranda PDT

Total de Minas Gerais: 18

ESPÍRITO SANTO

Manato PDT
Marcus Vicente PTB
Renato Casagrande PSB
Ricardo Santos PSDB
Rose de Freitas PMDB

Total de Espírito Santo: 5

RIO DE JANEIRO

Alexandre Santos PMDB
Carlos Nader PL
Chico Alencar PSOL
Dr. Heleno PSC
Eduardo Cunha PMDB
Fernando Gabeira PV
Jorge Bittar PT
Laura Carneiro PFL
Leonardo Picciani PMDB
Luiz Sérgio PT
Miro Teixeira PDT
Sandro Matos PTB
Simão Sessim PP

Total de Rio De Janeiro: 13

SÃO PAULO

Antonio Carlos Mendes Thame PSDB
Antonio Carlos Pannunzio PSDB
Arlindo Chinaglia PT
Cláudio Magrão PPS
Dimas Ramalho PPS
Durval Orlato PT
Enéas PRONA
Fleury PTB
Ildeu Araujo PP
Ivan Valente PSOL
José Eduardo Cardozo PT
Julio Semeghini PSDB
Luiz Eduardo Greenhalgh PT
Marcelo Ortiz PV
Milton Monti PL
Orlando Fantazzini PSOL
Professor Irapuan Teixeira PP
Ricardo Berzoini PT
Ricardo Izar PTB
Robson Tuma PFL
Salvador Zimbaldi PSB
Vicentinho PT
Walter Feldman PSDB

Total de São Paulo: 23

MATO GROSSO

Lino Rossi PP
Thelma de Oliveira PSDB
Wellington Fagundes PL

Total de Mato Grosso: 3

DISTRITO FEDERAL

Agnelo Queiroz PCdoB
José Roberto Arruda PFL
Maninha PSOL
Sigmaringa Seixas PT
Tadeu Filippelli PMDB
Tatico PTB

Total de Distrito Federal: 6

GOIÁS

Carlos Alberto Leréia PSDB
Leonardo Vilela PSDB
Luiz Bittencourt PMDB
Pedro Chaves PMDB
Sandes Júnior PP
Vilmar Rocha PFL

Total de Goiás: 6

MATO GROSSO DO SUL

Antônio Carlos Biffi PT

Geraldo Resende PPS
 João Grandão PT
 Vander Loubet PT

Total de Mato Grosso Do Sul: 4

PARANÁ

Abelardo Lupion PFL
 Affonso Camargo PSDB
 Alex Canziani PTB
 André Zacharow PMDB
 Dra. Clair PT
 Eduardo Sciarra PFL
 Hermes Parcianello PMDB
 Iris Simões PTB
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Nelson Meurer PP
 Reinhold Stephanes PMDB
 Ricardo Barros PP
 Selma Schons PT
 Vitorassi PT

Total de Paraná: 14

SANTA CATARINA

Adelor Vieira PMDB
 Carlito Merss PT
 Edinho Bez PMDB
 Fernando Coruja PPS
 Gervásio Silva PFL
 João Matos PMDB
 João Pizzolatti PP
 Leodegar Tiscoski PP
 Paulo Afonso PMDB
 Zonta PP

Total de Santa Catarina: 10

RIO GRANDE DO SUL

Francisco Appio PP
 Francisco Turra PP
 Henrique Fontana PT
 Júlio Redecker PSDB
 Luis Carlos Heinze PP
 Marco Maia PT
 Maria do Rosário PT
 Onyx Lorenzoni PFL
 Orlando Desconsi PT
 Pastor Reinaldo PTB
 Paulo Pimenta PT

Total de Rio Grande do Sul: 11

O Sr. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Está cancelada a Ordem do Dia, mediante acordo, devido à evidente falta de quorum.

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Encerro a sessão, convocando outra para hoje, quarta-feira, dia 1º de novembro, às 14h, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Debates e trabalho de Comissões

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 46 minutos.)

Ata da 171ª Sessão, em 01 de novembro de 2006

Presidência dos Srs.: Inocência Oliveira, 1º Secretário; Mauro Benevides, Zico Bronzeado, Neucimar Fraga, Zé Geraldo, Dra. Clair, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. EDINHO BEZ, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edinho Bez.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares,

uso a tribuna para falar da instalação da Defensoria Pública em Santa Catarina.

Santa Catarina é o único Estado brasileiro que ainda não conta com uma estrutura de Defensoria Pública. Na sexta-feira passada, em Chapecó, Santa Catarina, foi realizado encontro para discutir a instalação da Defensoria no Estado. Lamento não ter estado presente por compromissos assumidos. O evento reuniu representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Associação Nacional dos Defensores Públicos, defensores públicos de vários Estados do País, estudantes e professores de Direito.

O Secretário-Geral Adjunto da ABM, Juiz Francisco Neto, representou a entidade no encontro. Neto destacou a importância da discussão: “A Constituição de 1988 se preocupou não só em determinar o direito à Justiça, mas principalmente em garantir a efetivação desse direito”.

E o povo não agüenta mais a lentidão da Justiça, porquanto, além da injustiça, em razão da demora, vem trazendo sérios prejuízos ao Brasil.

O Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União ANDPU, Holden Macedo, afirmou que a participação da ABM no evento foi de grande importância para qualificar a discussão: “Os magistrados são os que mais sentem a falta de uma Defensoria Pública”.

É evidente que, com um número tão grande de processos, falta de profissionais e um sistema Judiciário arcaico e ultrapassado, a instalação da Defensoria é muito importante para agilizar a tramitação dos processos na Justiça de um modo geral.

O Presidente da ANDPU explicou que a primeira tarefa dos defensores é justamente buscar a conciliação e evitar o conflito judicial, o que contribui para desafogar o trabalho da magistratura. Parabens-o pela iniciativa. Na verdade, precisamos fazer alguma coisa o mais rápido possível.

Repito: o povo brasileiro não agüenta mais a lentidão da Justiça. Com a velocidade do mundo atual, não se justifica uma Justiça em que processos tramitem 10, 15, 20 anos.

O momento é propício para, já a partir de março, constituirmos aqui uma Comissão Especial a fim de tratar da reforma do Poder Judiciário. Precisamos trazer para a discussão representantes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, da OAB e de outros segmentos. É necessário encontrar um modo de agilizar a tramitação dos processos no Poder Judiciário.

Segundo estudo divulgado pelo Ministério da Justiça em 2005 – Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil –, o número de defensores públicos no País, 3.440, é insuficiente para atender à parcela da popu-

lação que depende da prestação gratuita dos serviços de orientação jurídica. O Brasil dispõe de apenas 1,86 defensor público para cada 100 mil habitantes, enquanto a proporção de juizes é de 7,7 para cada 100 mil habitantes. Além da falta de profissionais, o sistema precisa ser mudado, com boa reforma no sistema, no todo.

Faço este pronunciamento para parabenizar os responsáveis pela grande iniciativa e agradecer-lhes, pois preguei durante a campanha eleitoral que precisamos fazer algo o mais rápido possível, porque a população não mais suporta a demora e a sensação de impunidade neste País. Temos de nos unir com diversos segmentos, com o objetivo de encontrar uma saída.

Caro Deputado Mauro Benevides – vejo aqui também o ex-Governador e Deputado Gonzaga Mota –, todos sabemos da preocupação dos brasileiros, em todos os segmentos, com a demora na tramitação dos processos na Justiça.

Já disse reiteradas vezes que não se trata de crítica ao juiz “a” ou “b”, ao desembargador “a” ou “b”, ao ministro “a” ou “b”, mas ao sistema ultrapassado, que não corresponde à velocidade exigida pelo mundo moderNº

Repito, Deputado Alberto Fraga, temos de ter a coragem de constituir aqui uma Comissão para tratar da reforma do Poder Judiciário – queira Deus em março ou abril do ano que vem –, com o objetivo de agilizar a tramitação dos processos.

A população não agüenta mais. A sensação de impunidade está concebida no seio da população. Os marginais já sabem que não serão punidos. Os punidos são tão poucos que o número nem é levado em consideração.

Hoje, a exceção é punir, quando a regra geral é de punição. A pessoa estupra, mata, rouba, assalta banco, e a punição, quando vem, demora, o que incentiva esse tipo de prática.

Então, quero dizer que, a partir do ano que vem, no novo mandato – aproveito a oportunidade para agradecer aos catarinenses que me deram 121.571 votos na eleição de 1º de outubro passado –, junto com os meus colegas, lutarei por um Poder Judiciário que corresponda às exigências do mundo moderNº

Muito obrigado.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, repercutiu, intensamente, nos círculos religiosos do País, a notícia da nomeação do Cardeal

de São Paulo, D. Cláudio Hummes, para a Prefeitura da Congregação para o Clero, incumbida de orientar 400 mil sacerdotes e diáconos no mundo inteiro, transmitindo-lhes orientação emanada de Bento XVI, que há mais de 1 ano se acha à frente do Vaticano, na posição de sucessor de João Paulo II, considerado o “Pastor Peregrino”, cuja memória continua a ser lembrada, na expectativa de que a sua beatificação ocorra nos próximos meses, antecedendo a santificação por todos ardentemente desejada.

O novo Prefeito, que integrará a cúpula da Santa Sé, nasceu no Rio Grande do Sul, integrado à Ordem Franciscana. Ordenou-se padre bem jovem ainda, para, anos depois, ser eleito Bispo, passando a atuar na Diocese de Santo André.

Foi, ali, que conheceu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda líder sindical, que sempre buscava a ajuda da autoridade eclesiástica para a concretização de pretensões justas das várias categorias que atuavam naquela região, concentradora de grande massa do operariado nacional.

Ao ser guindado à condição de Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, na década de 90, tive o privilégio de identificar-me com o ilustre Antístite, a cujo pastoreio emprestei a minha modesta colaboração, ainda na condição de Senador da República, em meu segundo mandato naquela outra Casa do nosso Parlamento. Ali ele pontificou pelas suas qualidades excepcionais e, especialmente, pela sensibilidade em atender às reivindicações dos oprimidos, humildes, desassistidos, dos marginalizados no nosso mosaico social.

Transferido para a Arquidiocese de São Paulo, em substituição a D. Paulo Evaristo Arns, o Cardeal Hummes projetou-se internacionalmente, a ponto de haver sido seguidamente referenciado na fase que antecedeu à ascensão de Bento XVI, durante o Conclave de que resultou a escolha final de Joseph Ratzinger para liderar a Igreja Católica.

Em São Paulo, a sua atuação tem sido realmente fecunda. As suas homilias passam a constituir peças da oratória sacra que sempre são aplaudidas pelo povo de São Paulo.

Ao ser notificado da nova e importante missão, o Cardeal de São Paulo teve palavras de agradecimentos dirigidas ao Papa, prontificando-se a cumprir o novo encargo com “extrema dedicação à causa da Igreja”.

Para o professor de Teologia da PUC, Fernando Altemeyer, “há uma perspectiva simbólica de Hummes influenciar as raízes da Igreja. Isso é um reconhecimento para o Brasil, onde vive um em cada 10 católicos (do mundo) e onde a Igreja é estreitamente ligada às classes pobres”.

Por sua vez, o Cardeal Primaz do Brasil, D. Geraldo Magela Agnello, também se rejubilou pela acertada escolha, destacando que o Arcebispo de São Paulo reúne todos os atributos para desempenhar o novo múnus com firmeza e sapiência.

O Cardeal Emérito de Brasília, D. José Freire Falcão, igualmente saudou a escolha de seu preclaro colega, realçando-lhe os méritos incontáveis que demonstrou possuir ao longo de sua marcante trajetória.

Ressalte-se que o antecessor na Prefeitura da Congregação para o Clero, ainda em exercício, é o Cardeal colombiano, Darío Castrillon, que permanecerá, em Roma, no comando do Departamento da denominada Igreja Dei, cuja atribuição é solucionar o cisma com os católicos ultraconservadores, que romperam com o Vaticano em 1988, numa discordância pública, habilmente suavizada pela clarividência de João Paulo II.

Ao registrar, desta tribuna, a escolha do Cardeal Cláudio Hummes, desejo, como seu sincero admirador, augurar-lhe atuação proficiente, em perfeita sintonia com o seu passado e com as diretrizes emanadas de Sua Santidade, o Papa Bento XVI, de quem tanto se espera, pela extraordinária sensibilidade em entender as aspirações da Humanidade.

Esperamos que Sua Eminência o Cardeal Cláudio Hummes possa, no exercício da Prefeitura da Congregação do Clero, coadjuvar o trabalho que ali vem sendo realizado por Bento XVI, que teve a inspiração de escolhê-lo para essa missão de tamanha importância no contexto da Santa Sé.

Eram as congratulações que, em nome da bancada do Estado do Ceará nesta Casa, desejava transmitir a D. Cláudio Hummes, que exerceu, como já disse, o arcebispado de Fortaleza com excepcional brilhantismo.

Que Sua Eminência corresponda à confiança de quem inspiradamente o escolheu para a honrosa incumbência.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra à ilustre Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero voltar ao tema das eleições e, mais uma vez, expressar nossa alegria.

Sr. Presidente, a vitória foi incontestável: as eleições do Presidente Lula, da Governadora Wilma, do Deputado Estadual Fernando Mineiro e a minha para a Câmara Federal. Apesar da campanha dura, da travessia marcada por intempéries e obstáculos, não nos faltou o apoio e a solidariedade do contingente de homens, mulheres e jovens, conhecidos e anônimos que construíram conosco esta bela vitória.

Portanto, as primeiras palavras são de agradecimento aos companheiros e companheiras do meu partido, aos aliados, aos colegas professores e professoras, aos eleitores que votaram em nossos candidatos e a todos os que se empenharam na reeleição do Presidente.

Apurado o segundo turno, temos resultados eleitorais incontestáveis. O Presidente Lula obteve votação consagradora e já conta com o apoio de 16 dos 27 Governadores eleitos, fundamental para a governabilidade. Apesar do bombardeio de setores da mídia, a Esquerda cresceu. O PT saiu mais forte das urnas: mais uma vez foi o partido mais votado, fizemos o presidente, 5 governadores, 83 deputados federais, 10 senadores e centenas de deputados estaduais por todo o País. O PSB derrotou a aliança PSDB—PFL em Pernambuco, no Ceará, e reelegeu a Governadora Wilma de Faria.

O resultado eleitoral na Região Nordeste, com as vitórias de Jaques Wagner (BA), Eduardo Campos (PE), Marcelo Déda (SE), Cid Comes (CE), Wellington Dias (PI), Jackson Lago (MA) e Wilma de Faria, reeleita Governadora no meu Estado do Rio Grande do Norte, apontam para um novo e alvissareiro ciclo no Nordeste brasileiro, na medida em que conseguimos derrotar o consórcio oligárquico que durante décadas dominou aquela região.

A vitória da Governadora Wilma de Faria no Rio Grande do Norte é bem emblemática dessa avaliação que eu faço. Juntaram-se as duas forças políticas tradicionais, conservadoras – PMDB e PFL, que deram as cartas naquele Estado durante mais de 4 décadas e agora foram derrotadas, numa aliança de perfil progressista, de centro-esquerda.

Esse resultado da Região Nordeste é muito alvissareiro, Sr. Presidente, porque cria para nós, nordestinos e nordestinas, a perspectiva real e concreta de que agora, sim, sob o comando, sob a liderança desses Governadores, nós vamos poder intensificar a política de combate às desigualdades regionais e inserir definitivamente o Nordeste no contexto do desenvolvimento econômico e social do País.

Em contrapartida, as eleições evidenciaram a acachapante derrota do pensamento conservador, daqueles que partilham idéias preconceituosas de exclusão social, que confundem políticas públicas com assistencialismo, que apostam no Estado mínimo e no mercado auto-regulado. Ao PFL, que decretou a morte do PT – que ironia! –, desapareceu do mapa na Região Nordeste, restou apenas 1 Governador, além de ter perdido 19 Deputados. E o PSDB, que governava 8 Estados, elegeu apenas 6, tendo perdido 5 Deputados. Derrotando o ideário neoliberal, a sociedade brasileira

concedeu a aposentadoria política a figuras como ACM, Jorge Bornhausen, FHC e Tasso Jereissati.

As urnas trouxeram um recado explícito: a questão social entra definitivamente na agenda do País, legitimada que foi pelo voto livre e soberano de milhares de brasileiros.

O segundo mandato presidencial conta com duas linhas fortes para alavancar o tão sonhado desenvolvimento com equidade social: as condições estruturais construídas no primeiro mandato e o apoio da população. Ele avançará muito mais na priorização da educação, no crescimento econômico e no combate às desigualdades sociais. As condições para que isso aconteça, já estão dadas, pois foram laboriosamente construídas durante o primeiro mandato.

Outro recado importante das urnas aponta o amadurecimento político da sociedade brasileira. Porquê? Porque, há 4 anos que podem parecer distantes, quando tivemos a alegria de eleger e festejar a vitória de Lula e das forças da Esquerda, dissemos “não” às propostas neoliberais de privatização de nossas riquezas e dos direitos sociais dos setores mais frágeis da população.

Pois bem. Hoje, 4 anos depois, a sociedade brasileira refletiu, comparou e reafirmou sua opção pela agenda social do Governo Lula. A comparação entre as linhas mestras dos Governos petista e tucano-pefelista, politizou o debate e permitiu compreender o que estava em jogo e de que lado ficar. Abriu-se assim um novo capítulo da nossa história onde os movimentos sociais, os direitos humanos, a equidade social, numa palavra, a democracia, terão a primazia.

Neste momento histórico em que recebemos pelo voto o recado para prosseguir na agenda social não apenas nós, do Partido dos Trabalhadores, mas toda a população que abraçou este projeto político, elegendo Lula e seus aliados, temos muito a comemorar, mas muito mais a fazer. Trata-se agora de nos empenharmos ainda mais, para corrigir os erros cometidos e nos lançar no imenso desafio de inverter os números da desigualdade social que penaliza milhões de brasileiros, discriminados e excluídos da educação, da saúde, do trabalho e de todo o projeto civilizatório.

Agora, trata-se de alargar a democracia em nosso País, por meio da ampliação das políticas sociais, da inclusão educacional, da participação política, do diálogo com os movimentos sociais, da universalização dos direitos, de democratização da mídia, de socialização da política e do poder e da construção de formas democráticas de comunicação e de expressão da opinião pública.

Eis o recado das urnas: a sociedade tem a grande tarefa de ajudar Lula a governar o País, mantendo

a prioridade do social, de modo a construir um Brasil justo, solidário, democrático e humanista.

Muito obrigada.

O SR. EDINHO BEZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, está havendo uma inquietação no Congresso Nacional em virtude dos atrasos dos vôos operados pelas companhias aéreas brasileiras em todo o País.

O povo brasileiro não está entendendo a demora na solução do problema. Há algo errado, pois a velocidade de que o mundo atual exige não justifica tal demora.

O tráfego aéreo é muito importante para o desenvolvimento do País. Precisamos de uma explicação rápida da Agência Nacional de Aviação Civil e do próprio Govern^o. A situação está ficando cada vez mais grave, e não temos expectativa de resposta rápida.

Sugiro aos meus colegas que aguardemos mais 3 dias. Caso permaneça a situação, teremos de convidar todas as autoridades competentes para que venham ao Congresso Nacional explicar os fatos. Sugiro ainda nos colocarmos à disposição para juntos encontrarmos uma saída, uma vez que a população não tolera os atrasos nos vôos.

Esse assunto tem ocupado os noticiários do rádio e da televisão, mas vejo certa lentidão para solucionar o problema. Precisamos trazer a esta Casa as principais autoridades da área, para buscarmos uma saída.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passado o processo eleitoral, espero que o Congresso Nacional consiga votar importantes matérias para o Brasil, como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada nesta Casa, ainda no mês de setembro, por 328 votos a 2.

Chegando ao Senado, a proposição tinha todas as condições de ter sido votada ainda no mês de outubro, mas, por divergências políticas, em especial por conta do segundo turno das eleições, a Oposição não permitiu que fosse apreciada. A matéria esteve na pauta nos dias 9 e 10 de outubro, com a mesma redação aprovada nesta Casa, sob a orientação dos Líderes partidários da Situação, da base de apoio ao Governo, e da Oposição.

Lamentavelmente, no Senado Federal, as Oposições não tiveram a mesma compreensão. Deixaram para votar a Lei Geral após o segundo turno, pensan-

do que assim poderiam prejudicar a candidatura Lula. Esqueceram que essa postura estava prejudicando os empreendedores do Brasil.

Passada a eleição, o embate, todos estamos aguardando que o Senado Federal reafirme as posições da Câmara dos Deputados, consolidadas após um longo debate. Elaboramos um projeto de lei complementar que envolveu todo o setor produtivo; os 5.562 Municípios, por intermédio de suas entidades representativas; os 27 Governadores, por intermédio dos seus órgãos próprios; todo o Governo Federal, com ampla participação deste Congresso. Foi indicado para relatar essa importante matéria o Deputado Luiz Carlos Hauly, do PSDB, que realizou excelente trabalho.

O Presidente dessa Comissão foi o Deputado Carlos Melles, do PFL, que conduziu com toda a tranquilidade os trabalhos. Chegando ao Senado, lamentavelmente, os Senadores não tiveram essa compreensão.

Queremos premiar a sociedade brasileira e o setor produtivo, em especial o SEBRAE, que coordenou a matéria em nome da iniciativa privada, e iniciar 2007 com a lei em vigor. Estamos estabelecendo zero de contribuição sobre a parte patronal no que diz respeito à Previdência Social. De imediato, a medida permitirá redução de 20% sobre a folha salarial bruta praticada hoje no País.

Por que fazemos isso? Porque o Brasil é o único País do mundo que premia o empreendedor que gera desemprego quando troca mão-de-obra humana pela automação, e prejudica o empreendedor que gera emprego e trabalho ao cobrar 20% sobre a folha bruta para a Previdência Social. O Senado, ao não votar a matéria em outubro, prejudicou os empregadores e empreendedores brasileiros.

Defendemos a simplificação do processo de criação de empresas. Hoje se levam em média 150 dias para criar uma empresa. Com o sistema simplificado, que está na Lei Geral, o prazo será reduzido para algo em torno de 5 dias. Basta que a empresa seja criada com cadastro único no Município, o que resolverá as questões nos Estados e na União.

O Senado, quando não quis votar a matéria em outubro, embora tenha sido objeto de amplo acordo na Câmara Federal, causou prejuízos, fazendo com que a criação de uma empresa continue a demorar cerca de 150 dias.

A Lei simplifica as compras governamentais, determinando que, até 80 mil reais, as compras municipais, dos Governos estaduais e do Governo Federal, sejam feitas prioritariamente do micro e pequeno empreendedor. O Senado, mais uma vez, ao não votar a

matéria em outubro, prejudicou os empreendedores que querem fazer negócios com o Estado brasileiro.

A Lei simplifica o processo de exportação e importação, criando o consórcio como forma de facilitar o atendimento desse importante mercado. O Senado, quando não quis votar a matéria em outubro, também prejudicou o setor exportador do micro e pequeno empreendedor, que precisa urgentemente que a Lei seja aprovada.

É verdade também que um Senador, candidato a Governador do Estado do Amazonas, disse que daria uma surra no Presidente Lula, mas não obteve sequer 4% dos votos em seu Estado de origem. Se alguém merecia uma pisa, levou dos eleitores do seu Estado, uma vez que essa não é a postura de um Senador, de um Republicano, daqueles que respeitam o Estado de Direito.

O Presidente é instituição do Estado Democrático. E quando os que não têm proposta, votos, não têm condições de votar matérias importantes para o Brasil resolvem agredir o Presidente da República, na verdade agridem o Estado Democrático brasileiro, não a figura do Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Por isso, durante o processo eleitoral, em que amplos setores da imprensa resolveram abandonar seu papel ético de imprensa independente, como deve ser, e decidiram partidarizar, não permitindo o direito de defesa dos que possuem um projeto vitorioso para a Nação, a sociedade brasileira teve muita clareza: e deu 58 milhões de votos a esse projeto, como que dizendo para amplo setor da imprensa que este Estado é democrático e não tem medo de dizer a verdade.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, nos principais jornais do Brasil, a Vale do Rio Doce publicou matéria paga para informar que vai desfazer o termo de compromisso assinado com diversas etnias indígenas da região onde explora minério de ferro.

Há uns 20 dias, a comunidade Xikrin, no Pará, ocupou as instalações da Vale do Rio Doce, em Carajás, para reivindicar, de maneira legítima, o cumprimento de antiga legislação federal, segundo a qual quem explora minério, riquezas naturais em território indígena ou próximo dele tem o dever de compensar aquelas populações.

A Vale assinou esse termo de compromisso com a FUNAI e essas populações, o que não é nenhum favor, mas uma obrigação.

É bom lembrar que o Estado brasileiro possui dívida histórica com as populações indígenas. O Brasil era deles, os índios. A colonização fez com que eles

fossem afastados de suas regiões, do seu território. Vários deles foram aldeados durante séculos, perderam sua identidade étnico-cultural, e os que resistiram foram confinados em microterritórios. A Amazônia, hoje, tem a maior quantidade de populações indígenas e também a maior riqueza natural do País.

Imaginem, população brasileira, se qualquer empresa nacional, binacional, multinacional ou até não-nacional resolver explorar essa riqueza e afastar essas populações do seu direito originário, legítimo, de serem compensadas pelos transtornos causados pela exploração mineral próxima aos seus territórios.

Refiro-me às populações indígenas, que têm diferença em relação aos não-indígenas porque pensam e vêem o mundo de forma diferente. A exploração mineral próxima às áreas de reserva causa impacto cultural imenso, com prejuízo incalculável a essas populações.

E não me venham dizer que a Vale do Rio Doce faz essa compensação por favor, como se não fosse obrigação, como se aquelas riquezas que ela extrai não lhe proporcionasse lucros fabulosos. Hoje, a Vale do Rio Doce é a segunda empresa mineral do mundo, graças à riqueza extraída de Carajás.

É atitude até fascista empresa privatizada, que explora riqueza no subsolo brasileiro, causar transtorno étnico-cultural a essas populações que legitimamente protestam, como qualquer cidadão brasileiro que vê seu direito violado.

A Vale do Rio Doce chantageia essas populações ao lhes tirar aquilo a que têm direito e se propõe a dar muito pouco, não passa de 25 milhões de reais a compensação que paga para extrair fabulosos lucros da região dos Carajás.

Peço à FUNAI que cumpra seu papel de órgão de proteção a essas populações e ao Ministério da Justiça que atue e não permita que a Vale do Rio Doce continue a causar transtorno às populações indígenas do Estado do Pará.

Sr. Presidente, a bancada de Rondônia apoiou a candidatura do Presidente Lula, haja vista que sendo Estado da região amazônica precisa muito do Governo Federal.

O Presidente Lula anunciou, no seu programa de ontem, a intenção de construir a hidrelétrica do Rio Madeira, obra fabulosa que, a despeito de causar transtornos e impacto socioambientais, é necessária. Na condição de ex-eletricário, posso afirmar que a hidreletricidade é, ainda, a forma mais barata para gerar energia elétrica, porque causa menos impacto, mas ainda assim causa impacto.

A bancada quer estabelecer com o Governo Federal uma pauta propositiva. O Estado precisa de-

envolver-se, mas precisa fazê-lo sem comprometer o meio ambiente. A obra do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é importante, estruturante, para Rondônia. Agora, inicia-se uma série de audiências públicas para debater o que pensa a população e qual o menor impacto.

Queremos, porém, algo mais. Temos estradas federais que precisam ser recuperadas, temos o zoneamento agroecológico do Estado que ordena a ocupação do território e, conforme a vocação de cada território, estabelece prioridade no uso desse solo. Precisamos criar condições para que o Estado de Rondônia cumpra a lei que zoneou o Estado, instrumentalizando o órgão ambiental local e criando linhas de financiamento para que a população rural possa reflorestar as áreas desmatadas, que superou os 50%.

É necessário estabelecer, no ano que vem, as duas escolas técnicas federais no Estado para melhorar a qualidade da mão-de-obra, uma vez que a construção da hidrelétrica do Rio Madeira vai precisar de quase 10 mil operários, entre os quais 4 mil técnicos especializados. Temos de capacitar a mão-de-obra. Assim, é importante que se implemente uma escola técnica federal no Estado de Rondônia.

Somente com a pauta propositiva a ser apresentada ao Presidente da República é que se poderá promover a regularização fundiária no Estado de Rondônia. O INCRA, principal órgão fundiário do Estado, dispõe de um cadastro imenso, mas precisa acelerar a regularização da posse da terra. Vários hectares estão, indevidamente, nas mãos de grileiros e há áreas nas mãos de pequenos proprietários, que têm o perfil da reforma agrária, mas não têm o título.

Precisamos acelerar esse processo de regularização para permitir que essas populações tenham acesso a financiamentos e para retirar das mãos de grileiros as terras públicas. Além disso, é nossa intenção ordenar o setor madeireiro, que precisa de áreas para fazer o manejo florestal e o reflorestamento.

Esta é a pauta que levaremos ao Presidente Lula, para tentar colocar Rondônia no eixo principal das atenções do Governo Federal.

O SR. PAULO PIMENTA (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo manifestar opinião a respeito do processo de negociação que envolve os interesses do Brasil e da Bolívia no tema relativo à produção do gás e do petróleo, o chamado processo de nacionalização das reservas bolivianas.

Chamo a atenção para a forma adequada e correta como o Governo brasileiro tem se portado nessa negociação, bem como a PETROBRAS. É natural que possamos identificar a existência de interesses contraditórios e conflitantes nesse processo.

Quando o Governo boliviano afirma o seu desejo de nacionalização das reservas de gás e de petróleo do país, não está defendendo nada mais do que aquilo que a grande maioria dos países do mundo têm. No Brasil,

mesmo com o processo de abertura do capital privado para a exploração do petróleo e do gás, mantivemos as reservas nacionalizadas, diferentemente da experiência boliviana, em que o processo de privatização, de entrega do patrimônio do povo às multinacionais, levou junto suas reservas.

Como, então, a partir desse ponto de vista, deve se portar o Governo brasileiro e a PETROBRAS? Alguns mais afoitos, talvez em razão do calendário eleitoral, chegaram a propor que o Brasil abdicasse de sua tradição, que, inclusive, norteia princípios da política de relações exteriores, da busca da solução de conflitos pela paz, da defesa da autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Chegaram a fazer bravatas por aí de que deveríamos mobilizar as Forças Armadas.

Ora, Sr. Presidente, não é da nossa tradição solucionar conflitos por esse caminho.

Foi dado o primeiro passo importante com a assinatura desses contratos, que não são quebras, mas renegociações. Dez empresas multinacionais que atuam em território boliviano na exploração de gás e petróleo igualmente refizeram esses contratos. Foi garantida não só a manutenção da PETROBRAS, como também remuneração em torno de 15% do investimento, acima do valor médio do mercado mundial para esse tipo de investimento.

Acredito que o tema relativo à exploração da produção do gás e do petróleo está razoavelmente equacionado porque foram preservados os interesses da sociedade brasileira. No entanto, existem outros pontos polêmicos e delicados, e este Congresso não pode abrir mão inclusive de acompanhar os seus desdobramentos. Um deles se refere às refinarias, ao investimento feito pela PETROBRAS em território boliviano. Existe uma negociação em curso e, em princípio, até o dia 10 do mês de novembro, novos contratos terão de ser refeitos.

Acredito que boa parte do que lemos pela imprensa sobre as manifestações do Presidente ou dos ministros bolivianos são muito mais para consumo interno da política daquele país, já que eles sequer dispõem de tecnologia, de know-how ou mesmo de recursos humanos adequados para assumir de maneira categórica e solitária a gestão dessas refinarias.

As manifestações mais recentes revelam com clareza que qualquer tipo de maior participação do Estado boliviano na gestão dessas refinarias teria de ser obrigatoriamente mediante justa remuneração e adequada indenização aos investimentos feitos naquele país pelo Brasil, especialmente pela PETROBRAS.

Conforme prevê o contrato, a Bolívia fornecerá gás para o Brasil até 2019, o que é de grande relevância para a indústria paulista, que depende do fornecimento do gás boliviano para sua manutenção. Esse o tempo necessário para continuarmos a investir em outras energias alternativas, como campos de exploração de gás no Brasil, à produção de biodiesel, à retomada da política energética do carvão. Com isso, por meio da

política desenvolvida pelo nosso Governo, tornar este País auto-suficiente e menos dependente das conjunções externas quanto ao fornecimento do gás.

Por fim, há ainda os aspectos relativos ao preço do gás até 2019. Está em curso processo de negociação para estabelecer preço justo, conforme os parâmetros do mercado mundial. Assim, o Brasil estará defendendo o seu interesse e o da PETROBRAS.

Saliento ainda, Sr. Presidente, os novos investimentos a serem feitos pela PETROBRAS no país vizinho, onde sua presença, do ponto de vista estratégico, é fundamental para a política de integração da América do Sul. Devemos ter visão estratégica também a outros temas envolvidos neste debate, como sua eventual saída daquele mercado, abrindo oportunidade para multinacionais americanas, francesas, espanholas e outras ocuparem esse papel de protagonismo na geração, exploração e distribuição das diferentes matrizes energéticas em todo o continente.

Estão, portanto, de parabéns os negociadores do nosso Governo e da PETROBRAS, pela postura correta, adequada, firme e que tem garantido, em todos os aspectos, os interesses do povo brasileiro nessa negociação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO RODRIGUES (PFL – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupamos hoje pela manhã esta tribuna para falar de tema recorrente em toda a imprensa brasileira quanto à greve, se assim podemos dizer, dos controladores de vôo no nosso País.

O problema vem se agravando, porque os operadores militares, aqueles sargentos do grupo de controladores, estão praticando ato de insubordinação, pois se utilizam de expediente pouco ortodoxo no meio militar: a quebra da hierarquia.

Na verdade, estamos preocupados e angustiados, porque há coletiva insatisfação de outros segmentos. Alguém comentou comigo hoje se os sargentos responsáveis pela guarda do Presidente da República pedissem adicional por periculosidade simplesmente estariam infringindo o código de ética, o regulamento e a hierarquia militar, quebrando inclusive a cadeia da disciplina.

Temos de encontrar urgentemente mecanismos para que a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, que foi criada sob protestos e hoje enfrenta esse seriíssimo problema nos aeroportos brasileiros, possa efetivamente encontrar o caminho para solucionar o problema do tráfego aéreo.

Esse problema é muito grave. Pior ainda é a falta de preocupação da ANAC com esse setor. Cito um dado para exemplificar: o número de pousos e decolagens em todos os aeroportos brasileiros correspondem a mais de 18 milhões por ano. Não são 1.800 pousos e decolagens, mas 18 milhões, o que agrava ainda mais o problema, pois o espaço aéreo é dividido em aerovias, que, de acordo com o tamanho da aeronave, têm

a sua altitude de deslocamento, o que é autorizado pelas torres que controlam o espaço aéreo.

Os controladores de vôo recebem salários diferenciados para realizar o mesmo trabalho. Os controladores civis ganham em torno de 3 mil e 500 reais; e os controladores militares, os sargentos, em torno de 1 mil e 700 reais. Faz-se, portanto, necessário que a Agência Nacional de Aviação Civil tome medidas urgentes para evitar brutal queda da auto-estima daqueles que prestam importantíssimo serviço ao País e lidam diariamente com milhares de vidas.

Essa preocupação tem de se multiplicar imediatamente no Govern^o. A imprensa deve divulgar com maior veemência esses números. Temos de preparar novos grupos de controladores de vôo e contratar mais funcionários, já que a expectativa é de que até 2013, ou seja, em 7 anos, esses números se multipliquem de 18 milhões para 32 milhões.

A Agência Nacional de Aviação Civil, assim como as demais agências nacionais, tem tido problemas desde sua criação e estes têm de ser sanados. Compreendemos que seus dirigentes estão comprometidos com aquela instituição, preocupados com a atual crise da aviação civil brasileira. Por esse motivo, devem exigir do Governo imediatas providências, para que em todos os CINDACTAs, que monitoram o espaço aéreo, seus controladores de vôo tenham dignas condições de trabalho, para que operem com segurança e recebam melhor remuneração.

É um serviço absolutamente estressante e de cuidado talvez superior ao que exigem muitos outros setores da vida do nosso País. Comparo ao trabalho de um cirurgião, de um especialista, que não pode errar, sob pena de colocar a vida de um ou mais seres humanos em risco. A crise da aviação civil brasileira é tão séria que diariamente são publicadas manchetes a respeito do assunto em todos os jornais do País e demais meios de comunicações. Seria bom a imprensa repassar para a opinião pública os números a que me referi: 18 milhões de pousos e decolagens por ano nos nossos aeroportos. Portanto, é necessário que o Ministério da Defesa tome providências urgentíssimas em relação a esse assunto.

Ouvi o Ministro da Defesa, o nobre ex-Deputado Waldir Pires, dizer que não tem idéia de quando a situação estará resolvida. Há que se tomar providências. Por exemplo, mais de 60 controladores de vôos aposentados podem ser chamados imediatamente para preencher lacunas. Inclusive, os 10 funcionários afastados estão emocionalmente abalados após as suspeitas levantadas.

Sr. Presidente, é necessário que o Governo definitivamente resolva esse problema o mais rápido possível, para dar tranquilidade aos usuários da aviação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, agradeço aos Líderes de todos os partidos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pelo bom senso que está prevalecendo na Comissão para dotar o País da peça orçamentária no período constitucional e regimental, ou seja, até 20 de dezembro.

Todos sabem do esforço que está sendo feito. Neste momento, ressalto a colaboração dos Srs. Líderes de todos os partidos e do Relator, Senador Valdir Raupp, que têm entendido o nosso trabalho.

Todos se envolveram na disputa eleitoral com muita paixão, defendendo com garra suas candidaturas. Agora teremos de nos esforçar para cumprir os prazos para a votação da peça orçamentária.

Nesta semana tivemos dificuldades de quorum em virtude de vários problemas, entre eles a falta de pessoal nos aeroportos, a necessidade de mais concursos e planos de carreira para a categoria, enfim, todo esse problema que envolve os aeroportos brasileiros e que precisa ser discutido. E nada melhor do que analisá-lo à luz do Orçamento, já que estão na peça orçamentária os recursos necessários para contratação de controladores de voo.

Sr. Presidente, nosso calendário está apertado, mas temos reafirmado junto aos Líderes a necessidade de votar de acordo com os prazos. Depois farei um pronunciamento no Grande Expediente com mais dados do Orçamento.

Neste momento, gostaria apenas de fazer o registro dos seminários que serão realizados na próxima semana.

Eu e o Senador Valdir Raupp iniciaremos, na segunda-feira, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, às 14h, o primeiro seminário sobre o Orçamento de 2007. Aproveito a oportunidade para estender o convite a todos os Parlamentares da Região Sul.

O seminário da Região Sudeste será realizado na próxima terça-feira, às 10 horas da manhã, no Plenário Juscelino Kubitschek da Assembléia Legislativa do Estado.

No dia 8 acontecerá o seminário da Região Centro-Oeste, aqui em Brasília, no Plenário 2, às 14h.

No dia 9 será a vez do Estado do Amazonas. A audiência da Região Norte acontecerá às 9h.

No dia 10, será realizado, em Recife, Pernambuco, no plenário da Assembléia Legislativa do Estado, o seminário do Nordeste.

No dia 11 nós realizaremos o mesmo evento na cidade de Uberlândia, quando estaremos debatendo e discutindo os recursos para a nossa região, especial-

mente os das nossas emendas individuais. Repito essa prática há 16 anos. Desde o meu primeiro mandato de Deputado Estadual, sempre realizei, em Uberlândia, audiência pública para definir qual cidade ou entidade receberia os recursos das emendas individuais a que tenho direito. Neste ano pretendo repetir essa prática, contando com mais recursos a cada ano, por definição desta Casa. E neste ano também o Senador Valdir Raupp apresentará em seu relatório se o valor das emendas individuais será mesmo de 5 milhões de reais, o que será votado na próxima quarta-feira.

Esses seminários terão o objetivo de fazer com que cidades e entidades, por intermédio de suas Prefeituras ou de seus Vereadores, definam o local para aplicação dos recursos das emendas. Trata-se de uma mudança.

Agradeço à bancada do Partido dos Trabalhadores a oportunidade de presidir a Comissão de Orçamento deste aNº Estamos levando à Comissão prática que sempre defendemos: o debate do Orçamento no País, o Orçamento participativo.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a possibilidade de lançarmos na próxima quarta-feira o Portal do Orçamento, que permitirá ao cidadão o acompanhamento da elaboração do Orçamento e sua fiscalização. Nesse portal estará o contracheque, que desde junho enviamos a todas as Prefeituras e Câmaras de Municipais, com todos os recursos, mês a mês, de cada município. O cidadão poderá acompanhar o que chega a cada município, como, por exemplo, quantas famílias estão sendo atendidas. Os Vereadores são nossos parceiros do Legislativo e têm de acompanhar a execução e a fiscalização de tudo.

Queremos deixar nossa colaboração à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização, a fim de que cada vez mais debatamos o Orçamento com a população, possibilitando maior transparência, democratização e controle do gasto público. O Orçamento nada mais é do que o imposto pago pelo povo. Portanto, a população brasileira tem o direito de participar da sua elaboração e de fiscalizar sua aplicação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, nobre Deputado Inocêncio Oliveira, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara, a retomada das atividades parlamentares, em função do término da campanha do segundo turno, no último domingo, ensejará, ou deveria ensejar, a apreciação de matérias relevantes, a começar pela pletera de medidas provisórias que embargam a pauta da Ordem do Dia, impedindo

que outras proposições relevantes sejam votadas com maior celeridade.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, no âmbito do Congresso, deve revestir-se de máxima prioridade, a fim de que as suas normas orientem a elaboração da Lei de Meios do próximo exercício, já com a consignação de recursos destinados a políticas públicas de vital importância para o País.

Acresça-se a tudo isso a minirreforma tributária, favorecendo o FPM com mais 1% da receita, o que possibilitará às nossas comunas arcar com compromissos inadiáveis, como o pagamento do 13º salário em dezembro vindouro.

Além dessa PEC, uma outra, de interesse dos Vereadores suplentes, fundamentada na iniciativa do Deputado Pompeo de Mattos, pode ser perfeitamente submetida a este Plenário, restaurando a composição numérica de nossos Legislativos Municipais.

Mencione-se, por outro lado, que a recriação da SUDENE insere-se neste elenco de temas inadiáveis, esperando-se apenas que as nossas lideranças acertem o respectivo acolhimento por parte de todas as bancadas.

Ressalte-se que, desde 2003, a mensagem do Presidente Lula da Silva tramita nas duas Casas, faltando apenas a chancela de todos nós, o que viabilizaria, ainda neste exercício, o ressurgimento da tradicional autarquia, agora blindada contra distorções ocorridas anteriormente na esfera de aplicação dos incentivos fiscais.

No que concerne aos vetos presidenciais, confia-se em que o Presidente Renan Calheiros diligenciará o seu exame formal, contando com quorum qualificado de maioria absoluta à sua aprovação pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Igualmente, a PEC dos servidores requisitados aguarda a sinalização do Presidente Aldo Rebelo, para que a mesma seja remetida ao Senado, pondo fim a uma longa espera, superior a dois anos, o que gera desgaste para nossa instituição parlamentar.

Não será demasiado enfatizar – ainda há pouco citava este fato ao Deputado Gastão Vieira, Presidente da Comissão Especial – que a reforma universitária merece andamento mais ágil, sem prejuízo de audiências públicas que contemplem manifestação da sociedade e de setores acadêmicos diretamente interessados na magna questão.

Dentro de tal roteiro de tarefas, recuperaremos o tempo perdido, na axiomática expressão de Proust, ajustável à presente conjuntura em que trabalhamos, no desempenho dos encargos inerentes ao nosso mandato.

Esse, Sr. Presidente, é o apelo que entendi do meu dever transmitir a V.Exa. – que dirige os destinos

da Casa neste momento, substituindo o Presidente Aldo Rebelo – e a todas as Lideranças partidárias, a fim de que, se nos manifestarmos em torno de todas essas proposições, não há dúvida de que estaremos despendendo um esforço significativo para restaurar a imagem da Câmara dos Deputados e do Poder Legislativo com um todo, desgastado por aquilo que no entender de muitos pode ser considerado desídia, omissão, negligência de Senadores e Deputados.

É esse o apelo que dirijo ao Presidente Aldo Rebelo e aos nossos eminentes colegas, que têm a responsabilidade de comandar as suas respectivas bancadas, a fim de que tenhamos condições de promover a apreciação dessas matérias, que são inquestionavelmente relevantes aos interesses do País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alberto Fraga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PFL.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna, contrariamente à maioria dos Deputados que a ocupou, lamentar os resultados da eleição. Tenho de reconhecer que o PT foi competente quando transformou sua poderosa máquina em dinheiro, que comprou tudo, e todo mundo sabe que isso aconteceu.

Foi uma campanha com muita demagogia e, principalmente, com muita hipocrisia. Nunca vi uma campanha tão ganha, na minha vida, em que um candidato pudesse ter conseguido prevalecer sobre um outro bom. O PT mentia ao dizer que o candidato disse isso ou aquilo, mas, se Alckmin fizesse o mesmo com Lula, logo eles reclamavam e diziam que aquilo não era aceitável, etc. O PT voltou a seu velho estilo. Se outros são acusados, as acusações são verdadeiras, mas quaisquer acusações feitas ao PT são calúnias ou difamações.

Portanto, o partido contou, sim, com uma mídia muito obediente, que blindou totalmente o Presidente Lula, com exceção da revista Veja, a qual não tiveram como prejudicar. Ontem, a Polícia Federal fez o papelão de constranger e de intimidar os repórteres da revista Veja. Para o que não conseguiram comprar, usam a Polícia Federal, que não é do Sr. Presidente Lula e também não é desse abafador de escândalos chamado Ministro Márcio Thomaz Bastos. A Polícia Federal pertence à União, ao Brasil. Infelizmente, alguns delegados, malformados e mal-informados, prestam-se ao papel deplorável de fazer o que o abafador de plantão pede para ser feito.

O que dizer ao povo brasileiro depois das eleições? Só há uma coisa a dizer: o crime compensa. O que vimos nessa eleição foi roubo em cima de roubo, escândalos em cima de escândalos. Parece-me que o Presidente Lula estava blindado a tudo isso. Serão nossos colegas na próxima Legislatura: uma pessoa,

que foi Ministro do Presidente Lula, para a qual foi pedida prisão preventiva e, se for condenada, pegará 225 anos de cadeia; outras 4 que foram Ministros e demitidos por corrupção, e mais 40 companheiros que foram denunciados pelo Procurador-Geral da República.

O que dizer aos meus filhos? O que dizer àqueles que nos procuram na rua e perguntam como um homem acusado de tanto desvio de dinheiro consegue 58 milhões de votos? Com certeza, cai bem aquele velho ditado de Rui Barbosa: de tanto ver triunfar as nulidades, o homem vai se envergonhar de dizer que é honesto. Foram 58 milhões de votos. A lição que tiramos é que o crime no Brasil compensa. O crime no Brasil compensa! Roubar neste País parece-me que virou banalidade.

Quero criticar, sim, a campanha do candidato Geraldo Alckmin, que foi de uma incompetência a toda prova. No primeiro turno, o PT perdeu as eleições. Geraldo Alckmin terminou apenas 7 pontos atrás do Presidente Lula. Aí, algum grande engenheiro que desconheço resolveu dar um intervalo na campanha, dando fôlego para que os petistas começassem a se distanciar. Como se perdem 2 milhões de votos em menos de 30 dias? Pura incompetência.

Havia vídeos mostrando o Presidente Lula mentindo ao povo brasileiro. Num deles, S.Exa. dizia ao povo do Rio Grande do Norte que era favorável à transposição das águas do Rio São Francisco. Noutro, gravado duas horas depois, o Presidente, usando a mesma roupa e suado do mesmo jeito, falava ao povo sergipano que suas mãos seriam incapazes de fazer a transposição das águas do Velho Chico. Pedimos encarecidamente ao marqueteiro de Geraldo Alckmin que exibisse esses vídeos, mas parece que era algo do outro mundo falar que o Presidente mentia. Na verdade, Lula mentiu ao dizer que Geraldo Alckmin iria privatizar empresas públicas, mas ninguém respondeu a essa infâmia.

Tiro de tudo isso outra lição. Parece que o resultado estava encomendado, porque não vi Deputados do PSDB ou até mesmo de outros partidos aliados trabalhando na campanha de Alckmin. Exemplo disso é que, mesmo tendo sido o segundo Deputado Federal mais votado, com 7,5% dos votos do Distrito Federal, não recebi uma ligação sequer dos coordenadores de campanha de Geraldo pedindo ajuda. Nunca tinha visto isso, mas aconteceu em plena Capital da República. Faltou a competência que sobrou ao PT, que, além disso, tinha dinheiro, mala.

Vi o desespero dos petistas neste plenário quando, ao final do primeiro turno, a diferença era de 7 pontos. Foi aí que começaram os ataques, a movimentação, mas algum inteligente do PSDB pediu para que fosse dada uma trégua de uns 8 ou 10 dias na campanha, e o resultado foi o que vimos.

Ainda há pouco, uma Deputada do PT disse que o PFL levou uma surra. Isso não é verdade. Lamentavelmente, no Nordeste tivemos um mal desempenho, mas o resultado das urnas S.Exa. não revelou realmente. O resultado das urnas foi o de que roubar verdadeiramente

te compensa no Brasil. Desviar dinheiro é compensatório, já que todos os meios de comunicação mostraram o escândalo do grande roubo aos cofres públicos e mesmo assim o Presidente Lula obteve 58 milhões de votos! Ou seja, dê-me uma cota do Bolsa-Família, uma cesta básica e pode roubar. Esta é outra lição que vamos levar, porque a classe média não votou.

Parabenizo o jornalista Diogo Mainardi e registro, assim com ele, que o meu Presidente nunca foi e nunca será um ladrão do dinheiro do povo.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao ilustre Deputado Gastão Vieira. S.Exa. disporá de até 5 minutos.

O SR. GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em editoriais, a imprensa, principalmente a nacional, e alguns Parlamentares, desta tribuna, têm comentado a derrota da Senadora Roseana Sarney no pleito disputado no Maranhão. Hoje, aliás, um Parlamentar maranhense, meu amigo, chegou a dizer que o novo Governador do Maranhão era o Simón Bolívar do Maranhão, por ter libertado o Estado.

Observo que muitos gostam de fazer discurso sem olhar para os números. A vitória do nosso adversário no Maranhão deu-se apenas por 3,6%. A Governadora Roseana Sarney obteve 48,2% dos votos e o Sr. Jackson Lago, 51,8%. Perdemos a eleição na Capital do Estado, São Luís, porém no conjunto dos Municípios do Maranhão a diferença a nosso favor foi de mais de 57 mil votos.

Houve uma disputa em que a máquina administrativa do Governo do Estado operou desafiadoramente contra o Tribunal de Contas, contra a Justiça Eleitoral e contra a lei. Nos últimos 10 dias da campanha do segundo turno, mais de 26 milhões de reais foram creditados nas contas dos Municípios cujos Prefeitos apoiavam ou tinham sido cooptados naqueles dias a apoiarem o candidato da Situação. Basta acionarmos o Tribunal de Contas do Estado para encontrar a relação dos depósitos que então foram feitos.

O jornalista Décio Sá revela, em seu blog, que a despesa do Governo do Estado com comunicação era de 1,5 milhão de reais por mês. Vejam os senhores: o Maranhão, vendido nacionalmente como pobre – essa era a bandeira política de alguns –, gastava 1,5 milhão de reais por mês com jornais, televisões, jornalistas e comentaristas os mais diversos. E todo esse recurso foi destinado para destruir a imagem da Senadora Roseana Sarney na Capital do Estado. Encenações teatrais eram realizados nas portas das escolas de ensino médio da Capital. Trupes andavam pelo interior do Estado levando essas encenações. E, como o jornalista Décio Sá mostra, tudo financiado com o dinheiro do Palácio dos Leões.

Não quero – e jamais o faria – buscar justificativas políticas para o que aconteceu no meu Estado, principalmente na Capital, porque o povo é sábio. Havia, é verdade, um cansaço com relação ao longo tempo em que mantí-

nhamos o poder no Maranhão, mas tudo isso aflorou com o financiamento público, transformando-se numa grande onda. Mesmo assim, saímos das eleições empatados como nosso adversário na preferência do eleitor e, acima de tudo, mostramos a força da nossa liderança política.

Cometemos, talvez, um erro estratégico, ao imaginar que, colando a imagem da Senadora Roseana Sarney à do Presidente Lula, automaticamente, ele transferiria a ela os votos de que precisávamos para ganhar as eleições. Mas, como percebemos, o eleitor vota pela sua cabeça. Ele decide em quem quer votar e quem quer eleger, e a transferência de votos se dá de uma forma muito reduzida, se é que de fato ocorre.

O Presidente Lula cresceu 10 pontos percentuais no Maranhão. Portanto, sua presença ao nosso lado não o prejudicou, absolutamente. Apenas, não houve a transferência.

Vamos esperar o tempo passar e analisar as eleições sem as emoções da hora presente. O que houve no Maranhão foi uma disputa eleitoral acirrada, cujo resultado tendeu para um lado em virtude do financiamento público, feito pelo Governo do Estado, para um dos candidatos.

Muito obrigado.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores da TV Câmara e ouvintes da Rádio Câmara, quero registrar nos Anais da Casa ofício que recebi da Câmara Municipal de Santos, assinada pelo seu Presidente, Vereador Paulo Gomes Barbosa, no qual S.Exa. informa que a instituição aprovou requerimento, de autoria do Vereador Ademir Pestana, cobrando do Poder Executivo o cumprimento de lei que proíbe os motoristas de ônibus de transporte coletivo serem, ao mesmo tempo, motorista e cobrador.

Desejo incorporar à minha fala a justificativa apresentada pelo Vereador Ademir Pestana, na qual ele destaca a gravidade do problema vivido pelos companheiros motoristas e cobradores, cada vez mais ameaçados, no caso do cobrador, de perda de emprego e, no caso do motorista, de perda de saúde, visto que lhe impõem a obrigação de ser motorista e cobrador ao mesmo tempo.

Sou autor do Projeto de Lei nº 2.163/03, que proíbe o exercício dessa dupla função. O nobre Deputado Beto Albuquerque, Relator do projeto, já se manifestou favoravelmente. Falta o parecer da Comissão de Transportes.

Queremos vê-lo aprovado o mais rapidamente possível. A situação está ficando grave. Segundo a FUNDACENTRO, o motorista começa sofrer de doenças mentais e problemas do coração pelo fato de ter que dirigir, cobrar passagens, ajudar pessoas portadoras de deficiências físicas a subirem no ônibus e rodearem a catraca. Isso sem falar que muitos são assaltadas na hora de recolher os ônibus. E quando isso ocorre, Sr. Presidente, o dinheiro roubado é descontado do seu salário; quando também, por qualquer razão – nervo-

sismo, por exemplo –, acontece um acidente, o motorista sofre desconto no seu salário. A verdade é que essa categoria vive sob permanente tortura.

Visitei a garagem da SBCTrans, em São Bernardo do Campo, para cumprimentar meus companheiros motoristas e cobradores. Em uníssono, eles se referiam ao sofrimento por que passavam.

Chamo a atenção do Sindicato dos Condutores de Veículos para esse fato. É importante que marque presença nesta Casa, que mande telegramas de estímulo ao Deputado Beto Albuquerque e à Comissão de Viação e Transportes, para que o projeto em referência seja logo aprovado. Além de ajudar a gerar empregos, sua aprovação dará tranquilidade aos motoristas, aos cobradores e aos passageiros, porque os acidentes ocorridos, como relata Ademir Pestana, são muito graves no cotidiano dessa tão digna categoria.

Quero mandar um abraço à diretoria do Sindicato dos Condutores de Veículos do ABC, na pessoa do companheiro e Presidente Chicão, e a todos os que lutam em defesa da dignidade no trabalho, da melhoria das condições de vida.

Em breve, pretendo voltar à garagem para fazer um agradecimento aos trabalhadores. Além do mais, quero levar para eles uma notícia alvissareira: a de que esta Casa se sensibilizou e aprovou o projeto. Esta Casa é o eco da sociedade. Os empresários não podem inventar modernidades que obriguem os motoristas a assumir dupla função, com o mesmo salário. Não se pode aceitar modernidades que apenas facilitem a obtenção de lucro. Qualquer empresa que se preze trata bem seus trabalhadores, pois sabe que o trabalhador satisfeito – no caso, o motorista – produz mais, atende bem o cliente, e a empresa ganha com isso.

Chega! Isso é assédio moral sobre trabalhadores, que, por vezes, dormem à meia-noite e já às 2h têm de acordar. Inclusive, muitas empresas não fazem contratos com eles e os obrigam a fazer horas extras.

Daí o nosso alerta. Que os Parlamentares aprovem o PL nº 2.163, de 2003, de minha autoria, importante para o bem dos trabalhadores, empresários e dos passageiros.

Sr. Presidente, eu havia me inscrito para falar no Pequeno Expediente, mas acabo de receber da Liderança o direito de fazer uma Comunicação de Liderança. Portanto, peço a V.Exa. que, posteriormente, me conceda a palavra para fazer uma Comunicação de Liderança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – A Presidência consulta V.Exa. sobre se deseja utilizar agora o período destinado à Comunicação de Liderança do PT.

O SR. VICENTINHO – Sr. Presidente, prefiro falar daqui a pouco.

OFÍCIO A QUE SE REFERE O ORADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

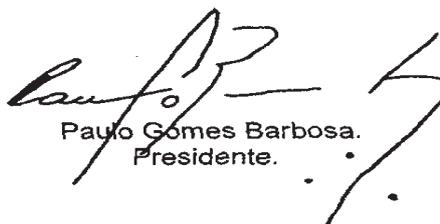
Santos, 18 de setembro de 2006.

Of. Nº 4.432/2006-SR.
Ref. Req. Nº 2.763/2006.

Exmo. Sr.:

A Câmara Municipal de Santos, em sessão realizada no dia 14 do mês fluente, aprovou requerimento de autoria do Vereador Ademir Pestana, solicitando ao Executivo que, através do setor competente, providencie a imediata volta dos cobradores ao serviço público de transporte coletivo, conforme justificativa em anexo.

À oportunidade, apresento a V. Exa. protestos de elevada consideração.



Paulo Gomes Barbosa.
Presidente.

Exmo. Sr.
Vicente Paulo da Silva,
DD. Deputado Federal.
Brasília-DF.
Msh.

JUSTIFICATIVA

Ref. Reqto. nº. 2763/2006.

"Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores:

TRAGÉDIA NO ÔNIBUS: Não se deve tripudiar sobre ela. Mas o que fazer, se calar é permitir sua repetição? "Quando calar é um crime tão grande...", diria Brecht. Neste onze de setembro marcado, falamos de nossa missão de cinco anos de denunciar esta barbárie da dupla função do motorista, que tem outro fato marcante. Mas que alguns se põe prontos a defender. Quanta atenção e caridade recebe esta empresa, todos os que poderiam mudar justificam seus desatinos. Há que bom seria se os fracos tivessem sentimentos da mesma ordem - e nossa cidade e nosso país seriam outros...

Mas um governo municipal indicado, apontado e herdado de Oswaldo Justo, um homem ligado por toda vida às causas do transporte coletivo, que fez um livro sobre a recuperação da empresa pública CSTC que promoveu, não pode permitir a continuidade da barbárie. Barbárie significada pela dupla função dos motoristas de ônibus, que causam crimes e mortes em série. Que recentemente, em 18 de abril, causou o atropelamento fatal de um dentista Abraão Mansur Neto, no Canal 3.

O crime é que o ônibus estava, neste caso, sem o disco do tacógrafo, que mede a velocidade. Foi retirado antes ou depois? É crime, nos dois. E, mais recentemente ainda o assassinato de um passageiro. Lá atrás, a morte de Claudia Celico, há 20 anos, em 1984. Sim, após isso derrubamos o "chiqueirinho" aquela época com o apoio do prefeito Justo. E agora, onde fica sua memória? Não seria na aprovação pelo Prefeito : de nossos projetos fazendo voltar o cobrador?

Foi um drama urbano, revelou o jornalismo da Tribuna: os três personagens da tragédia recente tiveram filhos com necessidades especiais. E o motorista do ônibus que matou, além disso, vive ainda atormentado por passageiros que exigem o trôco que não tem, pela obrigação de olhar para frente e para o lado, cobrar e dirigir e auxiliar e dar informações, ouvir redamações, liberar a catraca. São centenas de afastamentos e funcionários por estafa (mal) pagos pelo povo duas vezes, na passagem e no INSS, com fome, sede e anseio e Justiça, que recebem pressões insuportáveis, que são descontados por liberarem a catraca para deficientes, idosos - o que os faz passar direto no ponto para evitar perdas salariais.

Há histórias sobre panes mentais durante o trabalho, que abandonam o veículo na rua. E o Sindicato da categoria se cala e só fez assembléia para reduzir o ganho do motorista-cobrador sobre os passageiros que cobra. Sim, eles só ganham sobre as tarifas pagas em dinheiro, antes sobre todas. Os patrões do transporte tripudiam, dizem que o micro-ônibus tem "software" que impedem superlotações, embora elas continuem ocorrendo. Confessam retirada de ônibus superlotando os restantes, que enlouquecem

motoristas-cobreadores.

Até quando isso vai ocorrer? A CET apresenta pesquisas em que o povo aplaude o transporte coletivo, que contrariam os depoimentos das pessoas nos jornais, falando do sofrimento na precariedade do sistema, que desobedece leis nacionais, códigos trabalhistas de segurança e medicina do trabalho, CLT, tratados de direitos humanos, leis de trânsito. Mas a defesa da empresa não tarda, adia-se a inevitável volta do cobreadores, no abaixo-assinado ignorado é que enviamos ao deputado federal Vicente Paulo da Silva, que fizemos, com mais de 50 mil assinaturas - no tema que saiu daqui para a Assembléia Legislativa e Câmara federal, mas não sensibilizou ainda o Prefeito."

(a) Vereador Ademir Pestana.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Costa Ferreira.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC – MA. Pronuncia os seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a tecnologia se transforma com surpreendente rapidez e condena ao atraso os que não seguirem no mesmo ritmo.

Nesses momentos de definição do Orçamento para 2007 faz-se mister consignar recursos para o incremento da pesquisa científica em nosso País.

Especialistas apontam que a falta de um planejamento a longo prazo é um agravante à crônica falta de recursos. Por isso, é importante a imediata discussão no sentido da confecção de uma agenda suprapartidária de longo prazo, que garanta tranqüilidade ao setor e o estabelecimento criterioso de aumento gradual da receita orçamentária às pesquisas, tendo como meta superar 2% do PIB.

O planejamento é vital na aquisição de equipamentos específicos e na projeção das pesquisas. A garantia orçamentária traz tranqüilidade aos investimentos; composição de parcerias e crédito.

Afigura-se urgente a manutenção de pessoal qualificado no País. O êxodo de técnicos e cientistas qualificados para centros mais desenvolvidos é grande e representa um prejuízo inestimável.

Essa realidade revela uma falha justamente no final da formação. A maioria dos nossos melhores profissionais da ciência recebeu sua formação de instituição pública gratuita e, no momento de servir seu país, vêem-se compelidos a aceitar propostas em outra nação.

Os países desenvolvidos dão prioridade ao desenvolvimento científico-tecnológico por saberem do

retorno econômico, geração de emprego, desenvolvimento da cidadania e orgulho pátrio, dentre tantos.

Dar praticidade a esses programas e anseios agora, sem dúvida, será um passo importante rumo ao futuro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Costa Ferreira, o Sr. Inocência Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento InterNº

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Inocência Oliveira.

O SR. INOCÊNCIA OLIVEIRA (PL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há um clima de euforia e otimismo em meu Estado em decorrência de novos investimentos estratégicos e estruturadores em andamento, cujo impacto socioeconômico se dará, de modo mais forte, no próximo decênio, tais como a Refinaria de Petróleo e o Pólo Petroquímico, a nova Ferrovia Transnordestina, o Pólo Fármaco e de Hemoderivados, o estaleiro Atlântico-Sul e o Pólo Naval, além do megaprojeto que é a transposição de águas do Rio São Francisco.

Sob essa perspectiva, com agentes econômicos pró-ativos, Pernambuco certamente vai recuperar, nos cenários regional e nacional, sua antiga posição de relevo e, no plano regional nordestino, de liderança.

Quero fazer referência ao recente seminário sobre planejamento regional e desenvolvimento, organizado pelo Conselho Regional de Economia e pela Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE, que reuniu especialistas de alto nível para discutir os novos rumos do Nordeste, em especial de Pernambuco.

Três etapas constituíram o seminário: 1ª) a discussão sobre a dinâmica macroeconômica e seus reflexos; 2ª) a experiência de planejamento regional, incluindo a análise dos Planos Diretores de Desenvolvimento do Nordeste, desde Celso Furtado; e 3ª) os novos investimentos estruturadores em Pernambuco.

O Seminário realizou-se em julho último, mas, lamentavelmente, não teve a repercussão esperada nos meios de imprensa, televisão e rádio regionais e passou despercebido da mídia nacional.

Uma das premissas da discussão macroeconômica é o fato de que o Brasil tem, hoje, uma das mais elevadas taxas de juros do mundo, que inibe e contrai os investimentos privados. Isto nos confronta com a taxa aplicada em países que concorrem com o Brasil em vários setores, a exemplo da China, da Índia, da Argentina e da Coreia do Sul.

Ora, sabe-se que uma taxa de juros elevada – mantida, no caso brasileiro, pela autoridade monetária – estabelece restrições em vários níveis importantes da economia, induzindo os que têm poupança a fazer aplicações financeiras de curto prazo. Taxas elevadas de juros também restringem os investimentos públicos.

Segundo o Prof. João Sicsú, da UFRJ, hoje, o orçamento da União é distribuído de forma extremamente desfavorável ao desenvolvimento e à geração de emprego. Por conta da alta taxa de juros, o Governo paga por ano cerca de 150 bilhões de reais em juros. Para se ter uma idéia, o gasto, hoje, com educação está em torno de 14 bilhões de reais ao ano, que é considerado um investimento necessário para que se mantenha, a longo prazo, a onda de investimentos. Em saúde, por exemplo, gastamos cerca de 30 bilhões anualmente. Outro investimento extremamente necessário, diz o professor, é em infra-estrutura, na qual gastamos em torno de 6 a 7 bilhões de reais ao ano.

Em que pese o fato de as exportações brasileiras terem crescido, substancialmente, nos últimos anos, a manutenção do real valorizado não torna os nossos produtos competitivos com os similares concorrentes de outros países. É o caso da indústria calçadista do sul e de outras regiões que vem sofrendo com a permanência de uma moeda muito valorizada que serve, tão-somente, para incentivar o turismo externo dos brasileiros. As exportações sofrem, também, o estrangulamento da malha rodoviária deteriorada em muitos trechos das BRs e da precariedade operacional de alguns dos nossos portos.

Outro aspecto que o seminário destacou foi o direcionamento dos investimentos do principal banco de fomento do País, o BNDES. Suas aplicações ainda são voltadas para as Regiões Sul e Sudeste do País – 80%,

aproximadamente, enquanto a fatia apropriada para o Nordeste chega, tão-somente, a cerca de 9,5%.

Estou certo de que o Presidente Lula está vendo esse cenário macroeconômico com preocupação e saberá, oportunamente, fazer as correções de rumos.

No caso de desenvolvimento regional, quero destacar as indicações do economista Adalberto Arruda, que já foi diretor da antiga SUDENE, sugerindo a retomada do planejamento regional, com pleno engajamento político do Govern^o. Uma nova SUDENE teria de ser repensada para:

- elaborar e executar um plano de desenvolvimento regional;
- traçar estratégias articuladas com o Governo Estatal e Federal;
- apresentar força ideológica;
- repensar as prioridades segundo as demandas;
- direcionar ações para a questão da infra-estrutura e repensar o Nordeste para o longo prazo.

Os novos investimentos projetados para Pernambuco terão a vantagem adicional de mudar a face do PIB estadual, hoje dominado pelo setor terciário. Pernambuco mostra que o setor de serviços contribui com 60% na sua estrutura produtiva (PIB) enquanto a indústria aparece com 31% e a agricultura, com 8,5%.

A refinaria, o pólo têxtil, o estaleiro, o pólo de fármacos e derivados farão os setores industrial e comercial crescerem mais, ao lado do setor da construção civil, que cresce até taxas estáveis.

O pólo têxtil, tradicional no Estado, será reforçado com a criação da fábrica de PTA e outra de resina PET. Elas vão permitir, segundo estudo do Banco do Nordeste (BNB), a produção de material sintético para cerca de 200 malharias e tecelagens de Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

A indústria têxtil no Brasil está sendo ameaçada. A nossa principal concorrente, a China, está estruturada na cadeia produtiva de sintético e não proporciona espaço para a competitividade brasileira. O Brasil deve se recolocar nesse mercado pelo Nordeste, onde várias empresas do Sul já pensam em se instalar.

Em relação ao algodão, o Nordeste planta 300 mil hectares de algodão, dos quais 200 mil no sul do Piauí, Maranhão e Bahia e 100 mil no interior dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Bahia, sendo que nesses últimos são plantados por meio da agricultura familiar.

Com a construção do Estaleiro Atlântico Sul, outro grande investimento estruturador para o Estado, está prevista a geração de 20 mil empregos diretos e indiretos. A vinda do Estaleiro para Pernambuco está ligada à decisão governamental de estabelecer-se a

recuperação da indústria naval por meio da utilização de barcos próprios através da TRANSPETRO, que é uma subsidiária da PETROBRAS. Esta decisão permitiu que Pernambuco entrasse na disputa pela construção do estaleiro.

Com a construção da Nova Transnordestina, por meio da CFN, prevê-se a geração de 600 mil novos empregos, em 10 anos. O investimento será de 4 bilhões de reais, grande parte deles provenientes do BNDES, cerca de 1 bilhão de recursos próprios e o restante do FNDE.

Eis aí, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma radiografia do Estado de Pernambuco, que mostra um novo perfil econômico e sustenta e justifica o clima de otimismo que vivenciamos.

Muito obrigado.

O SR. GUILHERME MENEZES (PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parabênzo a nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, empossada no último dia 31 de outubro.

Os sindicatos rurais existem, na lei brasileira, desde 1903. Porém, somente em 1961 conseguiram dar visibilidade a suas reivindicações. A grande importância dessas organizações pode ser evidenciada em conquistas no campo dos direitos trabalhistas, no acesso a terra, no desenvolvimento da agricultura familiar, entre outras.

Assim, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, fundado em 1972 e atualmente com cerca de 7 mil associados, dá exemplo de amadurecimento na organização das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais naquele município-polo de uma região de cerca de 1.500 habitantes, distribuídos em 65 outros municípios.

Parabéns a todos os seus associados e, em especial, a Érico Oliveira Soares, atual presidente; Balbino Vieira Santos, presidente da diretoria anterior; Josefino Alves Pereira; Deusdedit Rodrigues de Oliveira; Nailton Vieira da Rocha; Agripino Oliveira Cruz; Vitória Alves dos Santos; Manoel Moitinho de Oliveira; João Lélis Gomes de Oliveira; Vital Pereira de Oliveira; Jaci de Oliveira Chagas e Lucileide Alves da Rocha, que conduzirão as causas daquela entidade nos próximos 4 anos.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Guilherme Menezes, o Sr. Mauro Benevides, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Walter Feldman.

O SR. WALTER FELDMAN (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a importância dos medicamentos genéricos na melhoria da assistência farmacêutica já é algo notório para os brasileiros. Os genéricos chegam a custar, em média, 50% menos que os produtos de referência, o que possibilita a ampliação do acesso da população aos medicamentos. Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos, estima-se que a população brasileira, ao optar pelos genéricos, fez uma economia da ordem de R\$3,4 bilhões, nos últimos 5 anos.

Atualmente, existem produtos genéricos em diversas classes terapêuticas, como antibióticos, anti-inflamatórios, anti-hipertensivos, hipoglicemiantes, entre outras. Todavia, a produção de genéricos de determinadas classes terapêuticas, como os contraceptivos orais, sofrem restrições na sua produção em face de proibição imposta pela Resolução RDC nº 135, de 29 de maio de 2003, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A exclusão de determinadas classes de medicamentos do rol dos produtos passíveis de serem produzidos como genéricos foi justificável, no princípio, tendo em vista a complexidade da comprovação, por meio de testes laboratoriais, da bioequivalência, característica necessária para a intercambialidade entre o genérico e o seu produto de referência. No início, o setor farmacêutico e as autoridades sanitárias precisavam adequar-se à nova política de medicamentos adotada pelo Brasil.

Contudo, a proibição da produção de contraceptivos orais como medicamentos genéricos deixou de ser plausível diante da rápida evolução do setor farmacêutico e, principalmente, das indústrias que produzem tais produtos. A experiência nacional, angariada ao longo de 5 anos, aliada à evolução tecnológica do setor produtivo de medicamentos e à capacidade dos centros de bioequivalência em aferirem a qualidade dos produtos em tela revelam a plena capacitação das indústrias farmacêuticas em produzirem contraceptivos orais genéricos, bioequivalentes a um referencial, portanto, intercambiável com este.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os mercados internacionais, como o europeu e o norte-americano, já possuem regulamentação que fixa os critérios necessários para garantir a eficácia e a segurança dos contraceptivos orais genéricos. Os referidos critérios são do conhecimento da indústria nacional e da ANVISA, a qual considerou as normas internacionais e incorporou as respectivas diretrizes, quando da edição

da Resolução RE nº 1.170, de 19 de abril de 2006, que aprovou o Guia para Provas de Biodisponibilidade Relativa/Bioequivalência de Medicamentos.

Apesar de a ANVISA já ter feito a previsão da realização de testes de bioequivalência para os contraceptivos orais, a norma que regula o registro e comercialização dos medicamentos genéricos no Brasil, a Resolução RDC nº 135, de 29 de maio de 2003, da ANVISA, ainda não foi alterada no sentido de permitir a produção de genéricos dos medicamentos em comento.

Impende ressaltar que o uso de medicamento anticoncepcional é o segundo método contraceptivo mais usado no País pelas mulheres em idade fértil, só perdendo para a esterilização feminina. Assim, tais medicamentos representam fatia significativa do mercado farmacêutico, com vendas da ordem de 91 milhões de unidades ao ano, correspondentes ao montante de 421 milhões de dólares. Três empresas multinacionais detêm cerca de 70% desse mercado, fato que traz conseqüências perversas às consumidoras, principalmente no que tange aos preços praticados nesse típico mercado oligopolista. Além dos produtos das multinacionais, existem similares, que são cópias não-testadas e que não comprovaram a qualidade e a intercambialidade com o produto referência.

Nesse contexto, a inserção, no País, dos genéricos de contraceptivos orais passa a ser extremamente desejável e útil às mulheres em idade fértil. A permissão para a produção desses medicamentos traria benefícios enormes à população brasileira, em especial às usuárias dos contraceptivos orais como método anticoncepcional, pois favoreceria a redução dos preços desses produtos, sem comprometer a segurança e qualidade que devem estar presentes em quaisquer medicamentos.

Portanto, se o País já apresenta as condições técnicas para a introdução de genéricos dos contraceptivos orais, se tal permissão beneficiará todas as usuárias desse método anticoncepcional, a partir da redução dos preços e conseqüente melhoria da assistência farmacêutica, só nos resta clamar pela atualização da regulamentação, no sentido de franquear a produção de contraceptivos orais genéricos, atendendo, assim, ao interesse social.

Muito obrigado.

O SR. SANDES JÚNIOR (PP – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje para fazer referência a uma data emblemática para os goianos: o aniversário da nossa querida Goiânia, que completou 73 anos, no último dia 24 de outubro.

Goiânia surgiu de um sonho e de uma escolha, há 73 anos. Atraiu centenas de milhares de pessoas em busca de educação, oportunidades de trabalho, qualidade de vida.

Com o lançamento de sua pedra fundamental, em 24 de outubro de 1933, precisamente no local onde está o Palácio das Esmeraldas, inicialmente denominado de Casa Verde, começa a odisséia da mudança da capital da antiga Vila Boa.

O médico Pedro Ludovico Teixeira, que foi o primeiro interventor federal do Estado e Governador por várias vezes, se imortalizou como idealizador e fundador de Goiânia, cuja mudança definitiva da cidade de Goiás, para a nova sede, ocorreu em abril de 1937, sob a égide do Estado Novo implantado por Getúlio Vargas. O batismo cultural se deu a 5 de julho de 1942, sendo a missa campal celebrada nesse dia por D. Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá. Seu primeiro Prefeito foi o Prof. Venerando de Freitas Borges.

Ao visitar a nova Capital do Estado, em 1940, Vargas deixou claro que Goiânia incentivou a Marcha para o Oeste, enquanto o Presidente Juscelino Kubitschek, certa feita, disse a Pedro Ludovico que Goiânia serviu de exemplo para a construção de Brasília. O fundador venceu uma série de obstáculos para mudar a capital, que já é considerada a metrópole do Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, embora nascido na cidade de Goiás – antiga Vila Boa –, Pedro Ludovico enfrentou antimudancistas, que não se conformavam com a transferência da capital para Goiânia. Todavia, o revolucionário de 30, que viveu sob o signo da honradez, homem de pulso firme e de vontade férrea, não teve outra alternativa: assinou o decreto de mudança a 23 de março de 1937.

Planejada para 50 mil habitantes pelos urbanistas Atilio Corrêa Lima e Armando Augusto de Godoy, a Capital do Estado tem atualmente 1,2 milhão de habitantes, com vertiginosa expansão horizontal e agora vertical. Seus bairros proliferam e sua população enfrenta uma série de problemas, sobretudo nos setores de saúde, educação, mercado de trabalho, segurança pública, transporte coletivo e moradias populares. É evidente que os múltiplos problemas surgidos foram e são para os governantes posteriores.

Ao cumprir a difícil missão de mudar a capital em época adversa, a começar por setores de oposição parlamentar, havia os descontentes com a importante iniciativa. Mais ainda: as condições orçamentárias do Estado eram insuficientes e servidores federais se recusavam a vir para Goiânia. Foi preciso que o plantador da nova cidade, a qual o Bispo-poeta D. Aquino Corrêa qualificou de “uma jóia incrustada no Planalto”, apelasse para seu grande amigo Getúlio Vargas, a fim

de que os chefes de repartições federais para Goiânia fossem. Vargas atendeu ao justo pleito do último ocupante do Palácio Conde dos Arcos. Posteriormente, conferiu aos engenheiros Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno (irmãos) o título honorífico de construtores oficiais de Goiânia.

Um dia, em meio à sua luta para construir Brasília, o saudoso Juscelino Kubitschek revelou a Pedro Ludovico que para construir a nova Capital Federal se inspirou em Goiânia.

Ao festejar seus 73 anos, Goiânia abraça seu imortal fundador, assim como todos aqueles que, como eu, amam a querida Capital; e todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para incrustar a jóia do Planalto e inspirar JK na implantação de Brasília.

Parabéns Goiânia, parabéns Goiás!

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. Agradeço a atenção a mim dispensa pelos nobres pares desta ilustre Casa.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SOUZA (PP – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago hoje à tribuna desta Casa um problema que tem afligido a população de Manaus: a baixa qualidade do serviço de fornecimento de energia elétrica.

Cabe à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) exigir que sejam tomadas providências para sanar o problema das constantes quedas do sistema de fornecimento de energia na capital do Estado do Amazonas, problema esse que se tem agravado ainda mais em razão da chegada da estação de chuvas.

Em Manaus, ocorrem até 6 quedas de energia consecutivas, o que provoca graves prejuízos aos consumidores residenciais, comerciais e às indústrias que, constantemente, têm de paralisar suas linhas de produção.

Há pelo menos 3 anos, a classe empresarial, principalmente aquela estabelecida no pólo industrial de Manaus, vem discutindo o assunto com a Manaus Energia, concessionária desse importante serviço público. Instada a dar explicações, a empresa tem-se negado a discutir seriamente o problema. Segundo a Manaus Energia, não há problema e tudo está normal.

De acordo com o índice de satisfação do consumidor de 2005, publicado pela ANEEL, em junho de 2006, o desempenho da Manaus Energia tem caído ao longo dos anos e, atualmente, está muito abaixo da média nacional.

Na avaliação da confiabilidade dos serviços, por exemplo, o desempenho da Manaus Energia foi de 47,43%, enquanto que a média nacional foi de 62,71%.

A verdade é que precisam ser buscadas soluções estruturais para o fornecimento de energia elétrica em Manaus, que, atualmente, é atendida por um parque gerador de cerca de 1.000 megawatts de potência. Desse total, 750 megawatts são de origem térmica, a maioria dos quais no final da sua vida útil.

A cidade de Manaus, planejada para ser Zona Franca, apresenta, de fato, fortes restrições de disponibilidade de energia elétrica. As atuais condições do parque gerador da Manaus Energia não proporcionam a confiabilidade desejada ao sistema de fornecimento.

Fatores como a reduzida capacidade operativa, a extensão da vida útil de equipamentos e o encerramento dos contratos de operação comercial de plantas de produtores independentes de energia têm caracterizado o aspecto emergencial da situação.

Para resolver essa situação, devem ser implementados projetos, com visões de médio e longo prazo, que aproveitem o potencial hidráulico e o gás natural da Região Norte.

Nesse contexto, a interligação de Manaus ao sistema interligado nacional, por meio da linha de transmissão Tucuruí/Manaus, e o gasoduto Coari/Manaus são fundamentais.

A interligação Tucuruí/Manaus teria uma extensão de 1.500 quilômetros. A travessia do Rio Amazonas, ponto técnico mais crítico do projeto, pode ser feita por via aérea ou subaquática.

Esse projeto apresenta vários benefícios, destacando-se o aumento da confiabilidade e a economia, já que sua implantação evitaria o consumo de combustíveis fósseis, como o óleo combustível e o diesel.

Registre-se que os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), relativa ao Sistema Manaus, que é paga pelo restante do País, em decorrência dos altos custos de geração dessa cidade, chegam a mais de 1,5 bilhão de reais por aN^e

Vale ressaltar ainda que a Central Hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, deve ser concebida para suprir, além das Regiões Nordeste e Sudeste, também a Região Norte.

É importante destacar a importância do gás natural de Urucu. Produzido em vazões acima de 7 milhões de metros cúbicos, esse gás vem sendo reinjetado nos reservatórios, até que seja construído o gasoduto para Manaus.

Destaque-se ainda que a interligação a Tucuruí e o aproveitamento do gás natural são importantes não apenas para o Sistema Manaus, mas sobretudo para a consolidação da matriz energética da região amazônica. Os investimentos totais desses empreendimentos podem ser pagos em 4 anos de operação.

Ressalte-se que esses projetos são complementares e não-excludentes, haja vista o grande potencial de consumo de energia em Manaus e em outras áreas.

As peculiaridades da Amazônia, em especial do Sistema Manaus, e a situação operacional dos atuais sistemas de geração, transmissão e distribuição apontam para a necessidade imediata de implementação dessas soluções estruturais.

Conclamo, então, os nobres pares desta Casa a que se engajem nesta luta para que os cidadãos de Manaus, bem como os das demais áreas da Região Norte, deixem de ser tratados como cidadãos de segunda categoria e possam contar com um sistema de fornecimento de energia elétrica tão confiável quanto o das demais Regiões do Brasil.

Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, em pouco mais de meio século de vida, fui agraciado com o privilégio a mim concedido, pela nobre população do Estado do Amazonas, de ter sido por ela reeleito na posição de primeiro colocado naquela unidade federativa na eleição de 1º de outubro último.

Com 147.212 votos, ou mais de 10% dos votos válidos, não apenas fui destaque em meu Estado como fui o quarto colocado em todo o País em termos percentuais, volto a dizer, pela confiança em mim depositada pelos amazonenses.

Para um homem público, é vital que o termômetro de seu sucesso junto à população (o montante de votos) esteja sempre em movimento ascendente, indicando assim que seu trabalho vai ao encontro dos anseios de seus eleitores.

Desta tribuna, quero não apenas agradecer por mais esta vitória, mas também renovar meu firme compromisso de exercer mais um mandato legislativo com verdadeira lisura e extremada dedicação às causas que interessam à região amazônica e ao Brasil.

De minha experiência como radialista, professor e biólogo, de meu mandato de vereador, deste meu primeiro mandato como Deputado Federal, pretendo construir um segundo mandato nesta Casa que continue pautado pela ética, pela organização e pela empatia com o cidadão brasileiro. Continuarei sendo um porta-voz dos interesses daqueles que represento neste fórum e buscarei implementar meus compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Num tempo em que a vida pública, de maneira geral, é vista com reservas, dadas as lamentáveis ocorrências que volta e meia ocupam os noticiários, creio que, se, de um lado, cabe ao eleitor punir os maus políticos negando-lhes sufrágio, por outro, cabe aos homens e mulheres investidos em um mandato em-

prender esforços para que a probidade, a honradez e a honestidade sejam-lhes sinônimos.

E é no intuito de ajudar a construir um futuro melhor que vou continuar trabalhando nesta Câmara dos Deputados – Casa dos representantes do povo brasileiro, como reza a Carta Magna.

Para concluir, nobres colegas, aproveito a oportunidade para relembrar uma conhecida alegoria em que 3 operários burilavam pedras a serem utilizadas na construção de uma catedral. O primeiro, diante da indagação acerca do que fazia, disse: “Ganho o pão de cada dia”. O segundo, ante a mesma pergunta, respondeu que sua tarefa não passava de lavar pedras. O terceiro, cantarolando enquanto trabalhava, respondeu: “Estou ajudando a construir uma bela catedral”. É exatamente como esse homem – de nobre espírito – que pretendo levar adiante meus propósitos.

Obrigado, eleitores do Amazonas, pois, no exercício do mandato novamente a mim outorgado, estarei pronto a oferecer minha contribuição para a construção de bela catedral, qual seja, o fortalecimento da democracia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. LEANDRO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 15 de outubro, comemoramos o Dia do Professor. E quero prestar homenagens às pessoas que dedicam parte da vida ao ofício de ensinar, de educar e de preparar os cidadãos para a vida. Acredito que desde o descobrimento do Brasil, fala-se em valorização do professor neste País. Mas tudo indica que temos uma categoria que ainda não é e nunca foi devidamente valorizada e reconhecida por sua importância.

Essa é uma dívida que, infelizmente, o Brasil ainda não conseguiu saldar com esses profissionais. Pelo País afora percebemos escolas sem estrutura mínima e professores desestimulados pelos baixos salários e falta de condições decentes de trabalho.

Essa é a triste situação no País. Mas não quero falar sobre os problemas, quero ressaltar o importante trabalho que milhares de educadores desenvolvem por este Brasil afora. São professores conhecidos, outros anônimos, mas todos responsáveis por acender a luz do conhecimento em nossas crianças todos os dias, o tempo todo.

Sr. Presidente, o fundamento do trabalho do educador não está apenas no que ele ensina, mas, sim, em como ele transmite ou transfere conhecimentos úteis de uma geração a outra.

Isso é importante, mas é apenas complementar. O que dá ao educador a sua identidade e ao seu ofício o seu sentido é que ele responde, no universo de

símbolos e de significados de seu cotidiano de vida social, pelo trabalho de recriar o saber através do gesto de recolocá-lo de volta em um momento de vida da própria existência da cultura humana.

É assim a vida de um educador. Sempre recriando. Sempre estimulando as crianças a absorverem o conhecimento e a educação necessários para um futuro melhor, mais digno e socialmente melhor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que o futuro de uma criança só pode ser medido pela qualidade do ensino que o Estado e a sociedade lhe podem dar. E hoje, lamentavelmente, muitas das nossas crianças não terão o seu futuro garantido. Um porque ainda não têm e não terão acesso ao ensino. Outras, simplesmente porque os seus mestres não têm os instrumentos necessários para educá-las adequadamente. Deixo claro que no momento em que isso acontece, a culpa não é do professor. A culpa é de todos nós. A culpa é da sociedade, que ainda não entendeu a importância do mestre e da escola na vida de uma criança.

Vamos comemorar essa data importante, o Dia do Professor. Mas vamos deixar os olhos bem abertos para a realidade do ensino neste País. E que esta data seja mais uma oportunidade para refletirmos e propor ações afirmativas em defesa do ensino e da profissão de educador.

Aproveito a oportunidade para tratar de outro assunto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Catalão está de luto pela morte de D. Juliana Barbosa Ferreira, pioneira no ramo da hotelaria naquela cidade. Lamentavelmente, ela veio a óbito no dia 23 de setembro de 2006, depois de sofrer uma parada cardíaca. E pelos laços de amizade que mantenho com seus familiares, faço as minhas homenagens póstumas à família dessa mulher, verdadeiro exemplo a ser seguido por todos nós.

D. Juliana, que todos chamavam carinhosamente de D. Júlia do Mara Hotel, teve uma vida de muita luta, trabalho, alegria e certeza de que é possível construir uma história vitoriosa sempre ao lado das filhas e dos amigos. Ainda muito jovem, ela perdeu o marido e coube a ela a missão de criar e educar as 5 filhas. E o fez com competência e muito amor.

Se hoje as mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades para trabalhar e suprir a família, imaginem essa situação há 50 anos. E, ainda por cima, sozinha. Mas D. Júlia soube superar as imensas dificuldades e transpor barreiras. Num primeiro momento, ela chegou a vender lenha e geléia para garantir a subsistência da família.

Destinada a romper obstáculos, D. Júlia, depois de muitas dificuldades e de muito trabalho, foi responsável pela construção da primeira pensão em Catalão, numa época em que a cidade sequer contava com energia elétrica. Foi mesmo um exemplo de empreendedorismo para todos nós. Da falta de energia à era do e-mail e da rede de Internet, D. Júlia foi uma mulher à frente do seu tempo. Tanto que ela mantinha vivo o interesse de conhecer sempre e buscava, com os netos e filhas, como aprender a lidar com as mensagens via Internet. Espero que todos nós tenhamos a sensibilidade suficiente para aprender com este exemplo vivo de amor à vida e de responsabilidade.

Hoje o hotel, idealizado e criado por ela, é o principal da cidade, estando sob a responsabilidade da filha Helena Ferreira Barreto, outra figura que também merece nosso respeito e admiração pela capacidade de gerenciamento e de trabalho.

Quis Deus que D. Júlia se fosse no dia 23 de setembro, início da primavera, justamente na estação em que há o renascimento da vida de um modo flexível e com todo o esplendor da natureza. Quem sabe não foi uma mensagem de Deus a dizer-nos que todos os dias devemos semear as sementes que produzem os bons frutos da amizade, do trabalho, da luta e do amor ao próximo.

A todos os familiares, deixo as minhas condolências e votos de pesar. D. Júlia deixou 5 filhas: Joana D'Arc, Helena, Marli, Celina e Lili (Maria), além de 16 netos e 10 bisnetos. Peço que Deus lhes dê a tranquilidade e paz para aceitar essa perda e a lacuna que, certamente, ficará na vida de cada um.

Muito obrigado.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é do conhecimento de todos que sou profissional formado na área de Odontologia. E é nesta condição que hoje venho ao plenário desta Casa para benizar meus colegas de profissão. No dia 25 de outubro último comemorou-se no Brasil o Dia do Cirurgião Dentista. No mesmo dia do ano de 1884, foi criada a primeira Faculdade de Odontologia do Brasil.

A história da Odontologia no Brasil teve início ainda em 1500 com a descoberta do País por Pedro Álvares Cabral, porém a atividade restringia-se quase a extrações dentárias.

Vislumbramos no decorrer dos anos que a profissão se modernizou e atualmente o Brasil é um dos países com maior número de profissionais da área: cerca de 211 mil Cirurgiões Dentistas cadastrados junto aos Conselhos Regionais de Odontologia. Apesar desse alto índice de dentistas no País, infelizmente ainda temos registros de que existem brasileiros que nunca foram a

um consultório dentário. Diante dos números tão desfavoráveis estão a falta de informações e a dificuldade de acesso a tratamentos na rede pública.

A família deve agir de forma preventiva, proporcionando a educação de uma boa higiene bucal. Nesse sentido, é necessário que a população tenha acesso às informações necessárias para a aquisição de hábitos saudáveis.

A saúde bucal e a qualidade de vida têm sido cada vez mais o objetivo de todos. Os profissionais da área têm buscado sempre mais informações e melhores qualificações para proporcionar à população um melhor atendimento.

Atualmente, contamos com o Programa Brasil Sorridente, do Governo Federal, que pretende democratizar a saúde bucal e melhorar a auto-estima da população com a construção de Centros de Especialidades Odontológicas.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muitas ações ainda carecem de implementação, pois o acesso à saúde bucal ainda é privilégio de poucos. Tramitam nesta Casa importantes proposições na área de saúde bucal. Dentre essas, o Projeto de Lei nº 5.032, de 2005, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exame odontológico gratuito em alunos da pré-escola e do ensino fundamental da rede pública e dá outras providências; o Projeto de Lei nº 3.520, de 2004, que obriga as empresas a manter serviço de assistência odontológica para os empregados, dentre outros, também de grande relevância, que aguardam aprovação.

Neste momento de comemoração, cabe uma reflexão acerca da realidade vivida pela classe odontológica, cujas reivindicações pude recolher por meio do permanente contato que mantenho com a classe, que precisa do apoio desta Casa para votação dos Projetos nºs 4.556, de 1994 – sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões dentistas, e 4.732, de 2001 –, que trata da elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais.

Na qualidade de Deputado Federal, tenho me empenhado na luta empreendida pela classe odontológica. Para mim, é uma honra, na qualidade de cirurgião dentista, representar esses profissionais, meus colegas, do Estado de Goiás.

Os Conselhos Regionais de Odontologia, em todo o País, organizaram-se e marcaram aquela data com a realização de seminários, palestras de especialização, ações comunitárias, enfim, solenidades em reconhecimento ao profissional da saúde bucal.

O Conselho Regional de Odontologia em Goiás organizou uma programação especial em comemoração ao Dia do Cirurgião Dentista, realizou os tradicio-

nais cursos de atualização científica, sessões solenes, além de atividades nas ruas e parques, para mostrar à comunidade que esse profissional e a saúde bucal são importantes. A programação se estendeu do dia 20 ao dia 28 de outubro.

Parabenizamos todos os profissionais que vivem diariamente trabalhando pela manutenção da saúde bucal, que implica invariavelmente na melhoria da qualidade de vida, tendo em vista o significado mais profundo que é a certeza do sorrir bem a cada pessoa no nosso País.

Parabéns a todos os meus colegas dentistas.

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para tratar de outro tema.

Demonstro minha insatisfação com a caótica situação aérea do País, que tem causado transtornos enormes à população, e também para cobrar providências urgentes e precisas.

Pelo sexto dia consecutivo, os passageiros sofrem com atrasos nos vôos em diversos aeroportos brasileiros, em virtude da implantação da chamada “operação-padrão”, pelos controladores de vôo, que justificam estar sobrecarregados.

Os controladores estão corretos ao reivindicar o número regulamentar de aeronaves e o intervalo adequado entre os aviões. Porém, com paralisação, a situação não será solucionada. Esse episódio gera um transtorno a mais aos passageiros, que agora se sentem mais inseguros para voar.

A solução seria aumentar o número do efetivo que controla os vôos e tratar o assunto de maneira clara, pois os passageiros além de lidarem com atrasos que vão de duas a oito horas, ainda têm de se contentar com a falta de informação. Não sabemos ao certo se se trata de uma greve, de um protesto dos servidores, ou ainda da admissão de falha no sistema aéreo.

Sr. Presidente, até o momento, as informações acerca do procedimento adotado pelos controladores que chegam à população são as que repórteres pesquisaram, e não pronunciamentos de representantes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC ou da Força Aérea Brasileira – FAB, e isso é inadmissível.

Além dos atrasos de aviões comerciais, têm ocorrido restrições aos aviões de pequeno porte e, segundo a INFRAERO, são regras determinadas pelo Cindacta 1, do Ministério da Aeronáutica.

Tais fatos levam qualquer cidadão a refletir: “Por que, logo após o trágico acidente aéreo da Gol, cujas causas não estão esclarecidas ainda, um verdadeiro caos tem pairado sob o sistema aéreo brasileiro? Por que só após a tragédia, que levou a morte 154 passageiros, os controladores de vôos resolveram reivindicar por melhores condições de trabalho?”

Essas e outras perguntas ainda não têm respostas. Enquanto isso, sofrem os usuários que pagam uma das mais caras taxas aeroportuárias do mundo, que no mínimo deveriam receber em contrapartida um serviço de qualidade e segurança.

Para se ter uma noção do quanto esse episódio tem gerado prejuízos ao País, hoje provavelmente as atividades da Câmara, que possuem projetos relevantes em pauta, serão prejudicadas, pois muitos colegas Parlamentares de Estados distantes encontram-se nos aeroportos no aguardo dos vôos, que chegam a atrasar até oito horas. Além do mais, estão impossibilitados de fretar táxi aéreo, que nos horários de pico não podem decolar.

No jornal O Popular, de circulação no Estado de Goiás, foi publicado que a Aeronáutica suspendeu na tarde de ontem as decolagens nos aeroportos de Brasília, Rio, São Paulo, Minas Gerais e Vitória. Segundo a matéria, as mudanças no gerenciamento do tráfego aéreo são atribuídos à INFRAERO, estatal que administra os aeroportos.

Aviões de pequeno porte enfrentaram dificuldades no Aeroporto Santa Genoveva, em Goiânia, para obter planos de vôos e autorização para decolagem, o que gerou inúmeros protestos.

Soma-se a esta situação o fato dos dez controladores e supervisores que seriam ouvidos pela Polícia Federal estarem afastados para tratamento psiquiátrico, o que gera mais dúvidas e incertezas para a população.

Cobro, portanto, um posicionamento preciso das autoridades competentes, seja da INFRAERO, do DAC, da ANAC, da Aeronáutica. Reitero a necessidade de que informações claras cheguem à população, público alvo do setor aéreo.

Exigimos providências, como a contratação de mais servidores, e a conseqüente normalização do serviço aéreo brasileiro.

Eram essas as considerações que tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pauderney Avelino⁹

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assistimos ao Presidente da República reeleito dirigir-se aos partidos políticos sobre a governabilidade.

Entendo que S.Exa. tem de fazer um esforço gigantesco para superar as dificuldades em que seu

Governo se meteu – e nem falo da questão policial, mas das questões fiscais e econômicas – e governar o País.

Para que o Presidente Lula possa conversar com os partidos, porém, vai ter de apresentar propostas sobre como tirar o País da situação em que se encontra.

A Oposição deve conversar, sim, com o Governo sobre governabilidade, mas o local para se debaterem idéias e as questões de interesse nacional é o Parlamento.

O PFL vai permanecer na Oposição fiscalizadora, mas não vai trabalhar contra os interesses nacionais maiores. Vai ser uma Oposição propositiva, a fim de que o Brasil tenha menos dissabores do que aqueles que se apresentam. É assim que entendo esse diálogo entre o Governo e a Oposição.

Ainda temos inúmeros problemas para resolver na economia brasileira. A questão orçamentária, por exemplo, assunto que sempre discuti na Casa, está comprometida exatamente pelo fato de que o Governo do PT, mesmo falando mal do Governo anterior, vem aumentando a carga tributária de ano para ano⁹

Vamos ter de resolver, até o final do ano, alguns problemas graves que se apresentam para o Orçamento, setor em que há um gargalo: as despesas correntes dos gastos públicos.

O Governo não cumpriu sua disposição de estabelecer um teto para a carga tributária do Tesouro Nacional em 16%, no Orçamento de 2004 para 2005. Neste ano de 2006, já há aumento de mais 1,12% acima dos 16% do PIB das receitas administradas pela Receita Federal, sem contar – outra contrapartida – com as despesas de que falava há pouco, estabelecidas em 17%. Nem no primeiro ano, 2004, quando proposto, foi cumprido o estabelecido.

No ano passado, tivemos 17,6% a mais de despesas. Portanto, 0,6% do PIB, cerca de 12 bilhões de reais a mais.

Neste ano de 2006 – pasmem! – as despesas correntes já correspondem a 18,5% do PIB. Isso porque, no segundo ano, foi flexibilizado o teto, no sentido de que as despesas poderiam ser maiores em razão do crescimento da receita. Ora, se as receitas ultrapassassem aqueles 16%, o excedente poderia ser gasto. Gastou-se! Mas o limite seria até 18,1% do PIB. As despesas este ano já passam de 18,5% do PIB, o que é um absurdo. Isso porque 1% do PIB representa 20 bilhões de reais, e estamos com aproximadamente 30 bilhões de reais de despesas a mais do que o permitido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelo Congresso Nacional. É um absurdo!

Para cumprir a LDO, o Governo terá de cortar, até o final do ano – mantendo os 18,5% do PIB –, 0,4% das despesas correntes, ou seja, 8 bilhões de reais. O corte vai ser no custeio, porque não pode cortar no salário mínimo, na folha de pagamento, nas aposentadorias. Como cortar despesas correntes no custeio? O Governo descumprir o que ele próprio propôs e que está estabelecido na lei.

Além do mais, ainda não se votou a LDO de 2007. Diga-se de passagem: estamos em novembro, e não se votou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deveria ter sido aprovada até 30 de junho do ano em curso. Vamos esperar que Deus nos dê bom tempo e que o Congresso Nacional, por convocação de seu Presidente, reúna-se para apreciá-la.

Aliás, ainda não há previsão para essa apreciação. Não me lembro de nenhum caso – estou aqui há 16 anos – em que a Lei Orçamentária Anual tenha chegado ao Congresso Nacional sem que se tenha aprovado a Lei de Diretrizes Orçamentária, em que se discutam ambas as propostas ao mesmo tempo. É um caso a se perguntar ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que foi Presidente da Comissão de Orçamento.

Não há limites para a receita. Ela pode crescer que a carga tributária vai continuar aumentando. Pior: já não há determinação explícita para as despesas, a não ser o corte de 0,1% do PIB sobre a despesa realizada no ano anterior, portanto em 2006.

Sr. Presidente, prevejo maior arrocho fiscal para o ano que vem. Estou aqui anunciando para os Srs. Parlamentares que não há mais como o Governo executar investimentos porque já se alcançou o limite. Dos recursos para investimento, foram executados simplesmente 11%. E não vai se executar mais nada, porque não tem como gastar. Como disse, atingiu-se o limite. Vai-se deixar de pagar as emendas e de fazer investimentos.

O Governo utilizou antecipadamente recursos orçamentários em virtude da campanha eleitoral. Essa é a realidade. Deu início à campanha da reeleição, mas, antes, liberou recursos que já deveriam ter sido liberados. Foram 10 bilhões de reais de Restos a Pagar, mas, do Orçamento deste ano, foram liberados apenas 3 bilhões de reais, ou seja, 11,2%.

Também há a revisão orçamentária em razão da revisão do crescimento do PIB. O crescimento do Produto Interno Bruto, que havia sido estimado em 4,5%, já está sendo revisto para 3,7%. No entanto, o mercado prevê que será no máximo de 3%. E, quando há menor crescimento, os parâmetros do Orçamento também ficam menores. O Governo prevê mais cortes devido à revisão do crescimento do PIB.

Além disso, Sr. Presidente, há outras questões que entendo graves. Lá no meu querido Estado do Amazonas, estamos nos defrontando com um problema gravíssimo e que veio para a campanha eleitoral, porque tanto um quanto o outro candidato tiveram de ir ao Amazonas tratar da questão. Trata-se de medida provisória que ainda não foi editada, mas já está aqui e que foi retirada do Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais – SIDOF.

Essa medida provisória, que se encontra na Casa Civil, entre outras questões, prevê a instituição de programa de apoio à capacitação em microeletrônica e drástica redução de IPI dos semicondutores. Ela também reduz a zero as alíquotas da CIDE, do PIS e da COFINS incidente sobre a importação de muitos produtos.

Dessa forma, Sr. Presidente, a medida, que deverá ser editada em breve, vai criar inúmeros problemas para o Amazonas no caso dos conversores da TV Digital e dos próprios televisores do futuro, as TVs de plasma e de LCD. Se o Governo retirar, como diz aqui, a CIDE, o PIS e a COFINS, vai ser um deus-nos-acuda, porque não vai haver emprego no Amazonas. Essa MP vai suprimir os empregos dos trabalhadores amazonenses do Distrito Industrial. Vai, enfim, criar inúmeros problemas no meu Estado, porque deixarão de ser feitos lá os televisores de plasma e de LCD, que serão importados ou, em alguns casos, produzidos em São Paulo, Estado mais industrializado do Brasil. Isso vai decretar uma crise sem precedentes na Zona Franca de Manaus.

E a medida provisória trata não só dessa questão dos conversores da TV analógica para a TV Digital, mas também do display das telas de plasma e de cristal líquido que hoje estão sendo importadas da China com imposto bastante elevado.

Tenho aqui um documento extraído da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no qual estão expressos os valores referentes à importação dessas telas. Cito apenas um item: dispositivos de cristais líquidos. A importação dessas telas representa hoje – e a produção ainda é pequena no Brasil – 212 milhões de dólares.

Assim, meu Deus do céu, não vamos gerar empregos em Manaus, na Bahia, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, ou mesmo em Minas Gerais, Estado do Ministro Hélio Costa, que, covardemente, não respondeu às minhas indagações quando esteve nesta Casa no final do ano passado e no início deste ano para falar sobre a TV Digital. S.Exa. foi covarde e não quis responder às minhas indagações. Disse que faria a posteriori e fugiu. Quando retornou, voltou com

uma medida provisória que está escondida por causa das eleições, mas logo aparecerá no Diário Oficial e chegará a esta Casa.

Ministro Hélio Costa, não vai haver produção no seu Estado de Minas Gerais porque está se desonrando esses impostos. Serão importados da China microcontroladores montados, fios texturizados de poliéster, partes e peças para máquinas automáticas, tubos catódicos, placas de monitores, mecanismos de toca-discos, partes de aparelhos receptores e outros aparelhos, circuitos impressos, dispositivos terminais, portáteis de telefonia celular, brinquedos, microprocessadores, memórias tipo RAM, circuitos impressos montados, mecanismos de impressora a laser, outros circuitos impressos.

É isso que o Brasil importará da China, Deputado Inocêncio Oliveira, quando essa medida provisória estiver em vigor.

Não estaremos gerando empregos no Brasil, mas na China, em Taiwan, na Coreia do Sul e em outros países que produzem em escala para o mercado mundial.

O Brasil, infelizmente, não tem plataforma para exportar microeletrônica. Não temos consumo interno, nem plataforma de exportação. E, este ano, por causa das dificuldades, serão reduzidas as exportações do meu Estado, mas o Governo vai editar uma medida provisória que melhorará o desempenho da China nas exportações para o Brasil.

Hoje, ainda temos um superávit de 800 milhões de dólares. O Brasil exportou para a China 6,4 bilhões de dólares e a China exportou para o Brasil 5,6 bilhões de dólares. O Brasil exporta soja, minério de ferro, óleo bruto, pasta de madeira, madeira serrada, commodities, matéria-prima, enquanto a China exporta para cá produtos de alta tecnologia.

Está equivocada a política do Govern^o. Estão equivocados o Presidente Lula e o Ministro das Comunicações quando acreditam que poderão fazer uma política industrial baseada na redução de impostos. Vamos continuar importadores. Vamos criar uma dificuldade a mais, porque importaremos mais e serão gerados menos empregos no Brasil. Vamos reduzir o nosso balanço cambial e aumentar os empregos na China. Essa é a realidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há outra questão que diz respeito ao contingenciamento de recursos. O Governo poderia perfeitamente mostrar ao povo brasileiro que é melhor fazer uma política de investimento público que ajude à iniciativa privada a investir no que o Brasil precisa. Um país que investe 19% a 20% do seu PIB, não vai crescer 4% ou 5%. Para atingir um crescimento de 5%, ele teria que in-

vestir 25% de seu PIB. Mas o Governo Federal, que deveria ser o indutor desse desenvolvimento, está investindo menos que 2%. Neste ano, ele ficará a pouco mais de 1% do PIB.

Essa é a comprovação das mentiras do Govern^o. Como o País vai crescer, com esses gargalos?! Acabei de mostrar o gargalo das despesas correntes e o das despesas com o custeio de uma máquina ineficiente. Outro gargalo é o câmbio, com o qual este Governo, dito de esquerda, tem tido uma postura ultra-ortodoxa. Não há notícia de que algum outro país do mundo tenha atitude tão danosa em relação à sua moeda como está tendo o Governo brasileiro.

É um absurdo! É um absurdo o que o Governo brasileiro faz com os produtores nacionais!

Pois bem. Outro problema se agrava no meu Amazonas em relação à SUFRAMA. O Governo estabeleceu que toda a reserva de contingência do Ministério da Indústria e Comércio era de responsabilidade da Superintendência da Zona Franca de Manaus.

O esforço fiscal do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior foi de 174 milhões. Que Ministério é esse? O novo Governo deveria rebatizá-lo, tirando de seu nome a palavra “desenvolvimento”, aliás, poderia até suprimir a metade dos Ministérios, que não iria fazer nenhuma falta. Eles não trabalham, mesmo. O nome é folclore, é fantasia.

Como vão fazer superávit utilizando uma autarquia do meio da selva, do extremo norte do País, do meu Amazonas? Só neste ano, meu caro Deputado Fernando Gabeira, o contingenciamento já chega a mais de 700 milhões de reais, para um modelo que tem salvado a Floresta Amazônica brasileira. E não há infra-estrutura no Amazonas. Diga-se de passagem, este Governo saiu de um contingenciamento de 16% no Governo Fernando Henrique Cardoso – a herança maldita, segundo o PT –, para mais de 60%, ano a ano. Neste ano, a novidade: o Governo Federal exige que seja da SUFRAMA todo o esforço fiscal de reserva de contingência para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Isso é um absurdo!

Espero que o Presidente Lula, que teve o maior percentual de votação em meu Estado, não cumpra a determinação dessa medida provisória. Se o fizer, estará decretando o começo do fim de um modelo de desenvolvimento regional que deu certo, talvez o único no País.

Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, espero que o tratamento dispensado ao meu Estado seja melhor. Na próxima semana, o Presidente da Comissão Mista de Orçamento irá ao Amazonas para a reunião regional de discussão com Parlamentares, Prefeitos, Governadores e segmentos sociais.

Prometeram mundos e fundos no meu Estado. Aliás, a campanha vitoriosa foi mentirosa, tanto a do candidato ao Governo do Estado, como as dos candidatos à Presidência da República e ao Senado Federal. Enganaram meus irmãos caboclos do interior, prometendo portos que não existem – só há outdoors nas cidades do interior – e obras nas BRs 319, 174 e 317. E não cumprirão nada do que prometeram.

Para o ano de 2007, Deputado Gilmar Machado, não há um projeto para o Estado do Amazonas no PPI. Nem mesmo esse programa que o FMI deixou o Governo executar sem que pesasse no superávit primário foi realizado. E é um programa prioritário de investimento, Deputado Raul Jungmann.

Eu vou me reservar o direito de fazer as críticas no meu Estado, na presença do Presidente e do Relator-Geral da Comissão Mista de Orçamento. Vou mostrar as mentiras que o Governo Lula – com seus Ministros e o Governador do Estado – pregou ao povo do Amazonas.

E não foi só lá. Mentiram para todo o Brasil. Mentiram tanto, que acabaram ganhando a eleição. Mas mentira tem pernas curtas, e as pernas curtas desses mentirosos logo irão se cansar e tropeçar. E o povo brasileiro vai se dar conta de que entrou numa armadilha, num engodo, numa grande mentira.

O povo é sábio e vai tirar do poder quem lá colocou.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Jungmann, para uma Comunicação de Liderança, pelo PPS.

O SR. RAUL JUNGMMANN (PPS – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, neste instante, leio uma nota das bancadas do PPS e PV a respeito de fatos recentes em que foram envolvidos jornalistas de um órgão de imprensa, a revista Veja.

Passo à leitura, Sr. Presidente:

“Diante da denúncia da revista Veja de que 3 dos seus repórteres sofreram constrangimentos e coação na Polícia Federal de São Paulo, expressamos, neste momento, nossa preocupação com a liberdade de imprensa e expressão no Brasil, ameaçada por uma série de pequenos fatos que, somados, nos fazem soar o alarme democrático.

Entendemos que os órgãos de imprensa são livres para expressar suas posições, Sr. Presidente, e lembramos que essa defesa nós a fizemos também no período da ditadura militar, onde as forças que ameaçavam a liberdade de expressão, situando-se à direita do espectro político, assim procediam.

Com esta declaração, apenas afirmamos a continuidade de nossa luta pela liberdade de expressão e

de informação, comprometendo-nos a mobilizar todas as forças parlamentares em defesa do exercício livre de informação e opinião no Brasil.

Requeremos, nesse sentido, que o Presidente desta Casa, Aldo Rebelo, determine que seja feito o acompanhamento deste caso, dado envolver liberdades constitucionais básicas das quais esta Casa e o Sr. Presidente são guardiães”.

Sr. Presidente, o documento foi assinado por mim, na qualidade de Vice-Líder da bancada do PPS, e pelo Deputado Fernando Gabeira, Vice-Líder do PV.

Quero dizer, à guisa de conclusão, que nosso partido, por meio do seu Vice-Presidente Geraldo Thadeu, está encaminhando um requerimento à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa para, em audiência pública, serem analisadas as tentativas de restrição à liberdade de imprensa e de informação que vem procedendo o atual Govern^o. Evidentemente, a reunião contará com audiência e participação de representantes dos meios de comunicação e autoridades relacionadas ao assunto.

Antes de passar a palavra ao Líder Fernando Gabeira, quero enfatizar o nosso repúdio. É preciso que esses fatos sejam ampla e profundamente esclarecidos, em nome da liberdade de expressão e de informação do povo brasileiro.

Fatos como esses, Sr. Presidente, não constroem apenas um órgão ou alguns repórteres, mas todos aqueles que prezam a liberdade de comunicação e informação, direitos constitucionais básicos, cláusulas pétreas da Constituição brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Fernando Gabeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PV.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apóio a nota agora apresentada pelo Deputado Raul Jungmann. Dirijo-me principalmente aos vencedores dessa eleição, com a experiência de quem já lutou contra a ditadura militar, na época em que eu era jornalista e também fazia política.

Vi o empastelamento do jornal Binômio, em Minas Gerais. Depois, trabalhando no jornal Panfleto, de Leonel Brizola, fomos de novo empastelados no golpe. Sempre tivemos preocupação muito grande com a liberdade de expressão, com o fato de que ela tinha de existir não só contra a vontade de governos de direita, mas também contra a vontade de governos de esquerda.

Não é à toa que tenho participado e falado muito aqui por um jornalista cubano Raúl Rivero e outros

jornalistas cubanos que foram presos por tentar exercer sua liberdade de expressão. O Brasil não é Cuba, mas um País democrático.

O Governo acaba de obter grande vitória. Temos a experiência histórica de pós-vitória de as pessoas e os governos se preocuparem com as esperanças que suscitaram, com os projetos que vão desenvolver, em vez de se preocuparem com retaliações e perseguições a jornalistas ou a órgãos que não os apóiam.

Independente de coincidir ou não com a posição desses jornais, vivemos um processo novo na sociedade brasileira que vem do período de democratização. Os jornais e algumas revistas se tornaram independentes do Govern^o. Passaram a não depender mais do dinheiro do Govern^o. Não é à toa que surgiu em determinado momento a campanha da Folha de S. Paulo dizendo “de rabo preso com o leitor”. Quer dizer que não tem nenhum compromisso com o Governo, apenas com seus leitores. Da mesma maneira, a Veja fez uma campanha há anos mostrando que ninguém conseguia tirar uma notícia da revista, nem seu dono, reforçando o compromisso com o leitor.

E sentimos que esse compromisso é permanentemente questionado, revitalizado, revisto, por meio da Carta dos Leitores, que é a relação destes com o jornal ou a revista que compram. Essa é realmente a argamassa da relação da democracia entre a revista, o jornal e seus leitores.

Portanto, acho que todos lucraríamos muito se pensássemos no processo de democratização, que já existe hoje no Brasil. Parte da imprensa tradicional liberta do Governo, a Internet abrindo a possibilidade para que todos tenham seus blogs, suas páginas, suas estações de televisão e de rádio. Não posso, sendo Deputado Federal, reclamar pura e simplesmente da imprensa quando esta não faz o que eu quero ou o que gostaria. Tenho minha página e em determinados momentos houve 1 milhão de consultas.

Então, atualmente todos podemos falar. A beleza da democracia moderna é que todos podem falar. Os instrumentos em nossas mãos permitem a todos falarem.

Portanto, Sr. Presidente, acho que o discurso do Presidente tem sido o do caminho da conciliação, da mão estendida, da superação das divergências, e com o tempo chegaremos lá. Esses problemas são pequenos espasmos ainda do pós-eleição, mas acho que serão superados. Agora, para isso, no caso da liberdade de imprensa, temos de acender a luz amarela. Ela está acesa, e a liberdade democrática no Brasil não pode sofrer com o processo de luta política no qual estamos envolvidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RAUL JUNGSMANN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. RAUL JUNGSMANN (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tentamos um contato com o Presidente Aldo Rebelo, mas, talvez por outros compromissos, S.Exa. não nos retornou a ligação. Para nós é da maior importância que V.Exa., Sr. Presidente Inocêncio Oliveira, seja o portador de nosso pedido ao Presidente Aldo Rebelo, ou seja, que esta Casa acompanhe esse caso que nos parece da maior gravidade.

Por fim, outros Deputados nos fizeram acusações e trataram o assunto sem a seriedade, a dimensão, a importância e, sobretudo, a necessária preocupação que ele merece. A esses Deputados nossa resposta é o silêncio, e que S.Exas. se qualifiquem para o debate de forma democrática, porque dessa forma eles só terão de nós e, acredito, da opinião pública, o desprezo.

Democracia é debate informado, respeito; não é vitupério, não é desqualificar. Não vou, tampouco o Deputado Fernando Gabeira, descer a esse nível.

Era isso o que tinha a dizer, agradecendo ao ilustre Deputado Vicentinho a paciência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicentinho, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. disporá de 10 minutos na tribuna.

O SR. VICENTINHO (PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, agradeço ao Líder Henrique Fontana a honra de falar neste momento em nome do meu partido, antes do Dia de Finados.

Primeiro, agradeço em nome de todos os Deputados da nossa bancada a reeleição dos nossos irmãos. É bom lembrar que, neste caso, quando diziam que o PT acabaria, o partido aumentou sua bancada de 82 para 83 Deputados. Evidentemente, perdemos muitos bons companheiros, Deputados que mereciam a reeleição e que poderiam estar aqui conosco. A S.Exas. o agradecimento da bancada e de seu Líder, pois seu esforço e seu sacrifício fizeram com que, na somatória dos votos, o PT continuasse como referência na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. Foi o partido mais votado do Brasil, em termos de indicação partidária.

Em segundo lugar, refiro-me a alguns aspectos do debate de hoje. Um deles, que acabo de ouvir, com muito respeito, refere-se a uma nota conjunta do Partido Verde e do partido representado pelo nobre Deputado

que acabou de se pronunciar. Cada um tem seu tipo de avaliação, e é importante que todos os fatos sejam apurados. Cada vez mais queremos liberdade. No entanto, nobres Deputados, digo-lhes com sinceridade: duvido que a Polícia Federal tenha apresentado postura inadequada, ainda mais com jornalistas; duvido. A Polícia Federal tem mostrado fantásticas atitudes, que, aliás, foram reforçadas pelo Governo Lula. Ela aumentou seu efetivo de 5 mil para 11 mil; teve autonomia de prender muitas pessoas que, no passado, jamais seriam presas; antigamente, pegava-se o bode expiatório; hoje, prendem-se pobres, ricos, gente do meu partido, Prefeitos, juízes.

Reafirmo minha dúvida no sentido de que a Polícia Federal tenha agido de tal forma, ainda mais que a denúncia partiu da revista Veja, que se transformou, nos últimos tempos, em um panfleto contrário à candidatura do Presidente Lula, de maneira desrespeitosa, quando apresentou imagens depreciativas de S.Exa., como a de barro e como a que mostrava 2 pés de lama no traseiro. Poucos Deputados reclamaram dessa postura panfletária, partidária, preconceituosa da revista Veja.

Embora duvide que isso tenha acontecido, nós não concordamos de maneira alguma com tal postura. Agora, é preciso que se expliquem esses fatos. Como um caso tratado em segredo de justiça foi publicado? Como um delegado diz que quer ferrar o PT, os jornalistas sabem e nada publicam? Os jornalistas poderiam ter publicado a fotografia, afirmando que a receberam de um delegado que disse querer prejudicar o PT. Essas perguntas são normais.

Por isso, manifesto meu respeito à Polícia Federal pelo seu trabalho sério, pelas apurações que continuarão ao longo deste período. E que os culpados sejam punidos. É isso o que queremos. Não podem fazer disso uma batalha, dizendo que o Presidente Lula vai fechar a boca da imprensa, controlar a mídia, ser um ditador. É muito fácil cair no encanto de um factóide apresentado agora por uma revista que está, do ponto de vista da comunicação social, da informação à sociedade, sob suspeita. E digo isso não pelo que ela vai fazer, mas pelo que ela fez nas últimas semanas, durante toda a campanha para Presidente da República.

Nosso partido quer esclarecimento, mas manifesto minha confiança de que a Polícia Federal agiu corretamente, mesmo porque o Presidente Lula não é vingativo. Ouvi aqui há pouco pronunciamento de Deputado do PFL horrorizado, xingando, chamando a todos de mentirosos, com ódio. Precisamos aceitar o resultado da eleição. O povo é bobo? O povo votou de forma muito consciente. O povo teve a chance de avaliar as histórias de cada candidatura, suas propostas.

Então, temos de respeitar sua vontade, não é possível desconsiderar isso.

Quero falar agora em nome pessoal. No dia em que Lula foi eleito Presidente, minha primeira declaração foi: “A esperança venceu a mídia”. Sobre tudo uma mídia como a da revista Veja.

Lula foi muito mais generoso. Abriu o coração e disse: “Quem ganhou foi o Brasil. Meu adversário não é mais Geraldo Alckmin. Meu adversário é o desafio que tenho pela frente. Meus adversários são a luta para continuar acabando com a fome. Meus adversários são o desemprego. Meus adversários são todos os aspectos negativos que envolvem este País”.

O Presidente Lula abriu os braços e conclamou todos ao diálogo. E esta Casa precisa dialogar. Não vale mais dizer: “Vou dar uma surra no homem.” Não adianta mais dizer: “Vamos acabar com esta raça.” Até porque o partido de quem disse isso quase foi dizimado, elegeu só um Governador. Não adiantam mais os xingamentos.

Esta Casa precisa atuar com autonomia, mas em sintonia com o novo tempo que o Governo Lula quer implementar no Brasil. Que bom o povo ter sido capaz de compreender os caminhos que queremos percorrer.

Sr. Presidente, caro companheiro Gilmar Machado e demais Parlamentares, é importante que abramos o coração. O Lula que vi não entrou em baixaria, debateu com respeito, chamando o adversário de Governador Alckmin, enquanto este dizia: “Candidato Lula, você mente”.

Esquecemos tudo isso agora porque devemos nos debruçar sobre o Brasil. Esta Casa tem uma grande responsabilidade. Não pode mais ficar obstruindo caminhos que o Brasil precisa percorrer nos aspectos nacional – da educação, da saúde, da moradia – e internacional.

O Governo surpreendeu os que achavam que o Governo Lula acabaria e desejavam que não existisse mais, mas não surpreendeu os que o acompanharam e sentiram na pele o quanto é importante ter um Governo que, pela primeira vez neste País, se preocupa com o povo pobre.

Então, Presidente Lula, nossa bancada estará à disposição de V.Exa., para debater idéias e construir um caminho. A nossa bancada estará aqui humildemente dialogando com as outras, tanto da base governista quanto da Oposição, para que possamos construir caminhos que coloquem o País no melhor dos patamares do mundo, com distribuição de renda, crescimento econômico, controle da inflação, diálogo permanente entre as Casas e os Poderes, a fim de que, garantindo

sua autonomia, também haja colaboração conjunta na construção desse novo Brasil.

Esta é a mensagem da nossa bancada; esta é a mensagem do Partido dos Trabalhadores; esta é a mensagem dos nossos Parlamentares, que estão aqui de coração aberto, para que travemos os melhores debates na defesa de um projeto de Brasil e de um projeto de Govern^o

O Presidente Lula abre os braços. A nossa bancada abre os braços. E o povo está acompanhando. Espero que logo comecemos a colocar esse trem na linha para funcionar cada vez mais em defesa do nosso povo, principalmente do povo pobre e da classe média, que tanto precisa crescer.

Muito obrigado.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Zico Bronzeado, § 2º do art. 18 do Regimento InterNº

O SR. JOVAIR ARANTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zico Bronzeado) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOVAIR ARANTES (PTB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela gravidade da situação, volto a falar sobre essa loucura que está acontecendo nos aeroportos.

Alguma coisa está errada. Antes do grave acidente aéreo envolvendo a Gol, em que morreram 154 pessoas inocentes, não se falava sobre crise, sobre falta de controladores de voo. Não se falava nada disso no Brasil. De repente, porque se direcionam as investigações para achar os culpados, inventam essa greve dizendo que são mal remunerados e que falta pessoal. Por que não faltava antes do acidente da Gol e falta agora?

No meu entendimento, essa é uma sórdida corporação. Estão querendo encobrir erros de alguns de seus integrantes, o que não pode acontecer. O Brasil não pode aceitar isso. As autoridades brasileiras, principalmente da Aeronáutica, não podem deixar que meia dúzia de pessoas mal-intencionadas tente encobrir crime que outras cometeram. Mataram 154 pessoas inocentes no Brasil, e agora não querem que os culpados sejam penalizados. Essa questão cheira muito mal. É necessária uma solução rápida. O Brasil não suporta essa situação.

Muita gente que programou viajar hoje ou amanhã para aproveitar o feriado prolongado não poderá fazê-lo, porque não há previsão de horário de saída dos vôos. Os brasileiros que têm pequenas aeronaves

também não poderão utilizá-las porque há restrição de horário para viagem.

A Aeronáutica, a Agência, enfim, os responsáveis pelo setor têm de dar uma solução para esse problema, sob pena de a sociedade não acreditar mais nas autoridades brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Zico Bronzeado) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Wellington Fagundes, para uma Comunicação de Liderança, pelo PL. S.Exa. dispõe de 4 minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PL – MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, participamos ontem de reunião com o Ministro dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos; com o Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, Sr. Miguel Mário Bianco Masella; com o Chefe da Casa Civil do Governo de Mato Grosso, Sr. Antonio Katot; com o Secretário de Infra-Estrutura do Estado de Mato Grosso, Sr. Vilceu Francisco Marcheti; com o Superintendente do DNIT em Mato Grosso, Sr. Laércio Pina; com o Chefe de Engenharia, Sr. Rui, e com outros técnicos.

Começo este pronunciamento enaltecendo o trabalho realizado pelo DNIT. A Diretoria-Geral, comandada pelo Dr. Mauro Barbosa da Silva, tem implementado forte processo de organização, com a modernização do órgão, sua informatização e conseqüente agilização dos processos. Os técnicos das unidades descentralizadas podem agora agilizar os processos, bem como os projetos em andamento. Isso faz com que a vida nos Estados seja mais fácil.

A reunião com o Ministro dos Transportes foi a primeira que realizamos após as eleições. Estamos preocupados em planejar os próximos 4 anos. A reeleição do Presidente Lula foi importante. Mato Grosso deu boa resposta no segundo turNº Junto com o Governador Blairo Maggi, desenvolvemos trabalho nesse sentido, e agora estamos preocupados em apresentar os resultados à população brasileira e, em especial, à população mato-grossense.

Nosso Estado é eminentemente produtor de commodities. São produtos de alto volume, a maioria transportada por rodovias. Todavia, algumas das nossas rodovias foram construídas há 10, 15, 20 anos, não tiveram a manutenção satisfatória e praticamente será necessário reconstruí-las. Fomos planejar o que fazer nos próximos 4 anos também em termos de conservação.

Na semana passada, estive no Estado o Ministro dos Transportes, mais uma vez em menos de 30 dias, onde assinou o edital para a reconstrução da BR-163 e da BR-364, trecho Cuiabá a Jangada – com a travessia urbana de Jangada. Também começará a restauração

da BR-070, no trecho de São Vicente até a divisa de Goiás. Do lado de Goiás, já está sendo construído o trecho de Aragarças até Montes Claros de Goiás, que encurta a distância em 100 quilômetros. Lá, tivemos a notícia da autorização para licitação do trecho de Jangada ao Posto Gil, na BR-163/BR-364.

Além disso, hoje foi assinado o empenho para a obra de travessia urbana de Primavera do Leste. E aqui registro o trabalho do ex-Prefeito Érico Piana e do atual Prefeito, Getúlio Viana, que muito nos cobrou esse trabalho. Agora, graças aos esforços do Dr. Mauro Barbosa e do Dr. Ideraldo Caron, conseguimos que o empenho fosse feito, para que a obra não fique paralisada.

Estamos trabalhando várias travessias urbanas em Municípios como Matupá, Peixoto de Azevedo, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Guarantã do Norte – na BR-163. Essas obras são extremamente importantes, porque toda travessia urbana é um ponto crítico, um local de acidentes. E essas obras não apenas proporcionam segurança para as pessoas, mas também embelezam a cidade e levam o desenvolvimento às regiões.

Na reunião antes referida, Sr. Presidente, também conversamos sobre as estradas estruturantes do Estado. Em parceria com o Governo do Estado, já está sendo construída a BR-158, que liga toda a região do Vale do Araguaia. Discutimos igualmente a federalização da MT-100, que liga Alto Araguaia, Alto Garças, Alto Taquari – todo o Vale do Araguaia – a Barra do Garças. Isso vai permitir a ligação, por rodovia, da região do Vale do Araguaia com a ferrovia FERRONORTE, no Alto Araguaia.

Hoje ainda, na cidade de Rondonópolis, discutiremos com a sociedade organizada a continuidade da FERRONORTE. Atualmente, essa obra é tocada pela iniciativa privada, mas, sem dúvida nenhuma, sua construção só foi possível graças ao financiamento do BNDES e da antiga SUDAM e à participação dos fundos de pensão. É extremamente importante a participação do Governo Federal, principalmente com recursos públicos para o trecho de Rondonópolis a Cuiabá, assunto que discutiremos hoje.

A Ferrovia Norte—Sul também é extremamente importante, não só para a Região Centro-Oeste, mas para todo o Brasil – e o Presidente da VALEC, o companheiro Dr. Juquinha, tem administrado aquela empresa com muita competência. Trata-se de obra que trará desenvolvimento a toda a Região Centro-Oeste brasileira. O lado mato-grossense da região do Vale do Araguaia será extremamente beneficiada, uma vez que terá uma das melhores condições logísticas do Brasil, podendo, assim, escoar sua produção pelo Porto de Itaquí, no Maranhão, pela Ferrovia Norte—Sul ou

pela FERRONORTE, através do Porto de Santos. Os produtores terão menor custo e melhores condições de competir no mercado internacional.

Por outro lado, discutimos a questão da BR-242, que liga São Félix do Araguaia à BR-158 e facilitará a ligação intermodal da Hidrovia Araguaia—Tocantins. Lutaremos para que, nos próximos anos, se construa uma estrada transversal ligando a região do Araguaia à BR-060, na cidade de Cocalinho, onde já está sendo construída uma ponte de 30 milhões de reais, graças ao Governo do Estado de Goiás, o que tornará mais fácil a ligação da região do Vale do Araguaia com o norte de Mato Grosso.

Tudo isso foi discutido. O Brasil precisa de planejamento. Com a reeleição do Presidente Lula, teremos oportunidade de começar a planejar o que poderemos fazer nos próximos 4 anos.

Queremos deixar clara a posição do nosso partido, o PL, agora associado a outros, graças à liderança do companheiro Valdemar Costa Neto, já com novo Presidente, o ex-Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento. Somado à sua liderança, o Partido Republicano – PR já nasce com muita força.

Com certeza, continuaremos contribuindo para, no próximo Governo, avançar mais ainda na área da infra-estrutura. Esperamos que o Presidente Lula faça um segundo Governo com muito mais realizações e mais distribuição de renda, principalmente aos menos favorecidos.

Mais uma vez, desta tribuna, queremos empunhar a bandeira da campanha de V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, a Presidente desta Casa. Esperamos que V.Exa. encampe esta campanha, porque, pelo tempo de Casa, pela experiência e pela amizade que tem com os demais companheiros, terá amplas condições não só de ser eleito, bem como de ser o grande Presidente de que esta Casa tanto precisa.

Muito obrigado.

O Sr. Zico Bronzeado, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Peço desculpas ao segundo orador do Grande Expediente pelo tempo tomado pelas Comunicações de Liderança.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Gilmar Machado, ilustre representante do PT de Minas Gerais e grande Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde fez um belíssimo trabalho para que aquele órgão técnico pudesse votar a LDO, que servirá de diretriz para a elaboração

do Orçamento da União de 2007. Meus cumprimentos e minhas homenagens.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, que nos tem dado uma grande contribuição. Todas as vezes em que a Comissão Mista precisou de sua colaboração, V.Exa. sempre esteve presente, ajudando-nos. Primeiro, na democratização do trabalho, por intermédio da Mesa Diretora. Em momento algum, quando o procuramos, V.Exa. recusou-se a ajudar no trabalho da Comissão. Segundo, ao exercer a Presidência do Congresso Nacional, ajudou-nos muito nas votações das leis. Tenho certeza de que continuará nos ajudando agora, nos novos créditos que estão chegando, para que o País possa continuar andando. V.Exa. é um Parlamentar que tem dado grande contribuição ao País, principalmente para o andamento dos trabalhos desta Casa.

Tenho 2 assuntos a tratar, Sr. Presidente. Ontem não tive oportunidade de falar, mas hoje gostaria de reportar-me ao Dia da Reforma Protestante, comemorado no último 31 de outubro. Na condição de evangélico, não poderia deixar de falar sobre esse assunto.

No século XVI, o velho continente europeu foi abalado pelo pensamento de Martinho Lutero, que cunhou as 95 teses que modificaram e marcaram profundamente a história da Igreja cristã no mundo contemporâneo.

Lutero foi motivado e impulsionado a dar o seu grito teológico e ético em face da decadência do império eclesiástico. Tradicionalmente, quando lembramos de Lutero, pensamos apenas na sua luta contra a decadência moral. A questão da moralidade do clero era apenas um dos pontos do seu conjunto de propostas de mudança na moral e política eclesiástica.

No entanto, poucos sabem que no campo da filosofia Lutero incorpora o espírito humanista que permeava a Europa. Foi crítico mordaz da religiosidade estética, formal, das pompas, do luxo e da ociosidade clerical. Lutero, influenciado pelo ambiente filosófico dos primeiros ensaios críticos, a exemplo de Erasmo de Rotterdam, encampa o pensamento humanista na sua luta de rompimento contra a Igreja medieval que detinha todos os poderes eclesiásticos e políticos da sua época. A população vivia sob o julgo da tirania eclesiástica.

A Reforma Protestante, sedimentada nos ideais de Lutero, tornou-se um dos principais marcos da história da tradição ocidental. Lutero tornou-se o grande responsável pelo acesso direto da população à Bíblia Sagrada e ao próprio Deus. Antes, a população era tutelada e manietada pela corte clerical. As missas eram em latim, numa linguagem totalmente

distante do cotidiano lingüístico. A população pagava pesados tributos, e o discurso da Igreja era de total cerceamento da liberdade e dos direitos individuais da pessoa humana.

Lutero se insurgiu, de forma intrépida, contra uma Igreja que detinha o total controle da vida privada, pública e política. Insurgiu-se contra uma Igreja que praticava o controle social por intermédio do discurso do medo, da culpa e da inquisição como forma de impedir as pessoas de terem acesso a Deus e à Bíblia Sagrada.

Temos de destacar que Lutero, ao promover a reforma, advertiu que a Igreja é sempre reformada. Ou seja, Lutero creu numa Igreja dinâmica e pronta para acompanhar as mudanças que fazem parte da própria condição humana e da vida em sociedade.

A Igreja de Lutero é caminhante e presente. Assim, a tradição protestante sempre buscou carregar sobre si os ideais de Lutero, ou seja, de uma Igreja participante e integrante, co-participante da criatividade humana.

Assim celebramos, com a comunidade evangélica protestante, esse dia tão importante para o Brasil e o mundo contemporâneo. Celebramos com bastante intensidade, por sabermos que os ideais da reforma encontram-se em diversos tratados de direitos humanos, civis e jurídicos.

Celebramos a Reforma Protestante por sua importante contribuição aos ideais de liberdade e fraternidade humana. Celebramos a Reforma Protestante por sua trajetória e seu legado deixado ao pensamento e à mística humana.

Lutero nos trouxe uma nova forma de expressarmos a religiosidade e espiritualidade, prescindindo da tutela de qualquer outra pessoa que esteja abaixo dos céus e do nosso Deus e Senhor Jesus Cristo.

Graças a Martinho Lutero, pudemos ter, na história das Igrejas cristãs, cristãos que estiveram presentes em grandes eventos da história da humanidade. Lutero coloca a Igreja a serviço da história da humanidade.

A Reforma Protestante nos propiciou uma nova ética. A partir dela, a Igreja transformou-se numa das principais instituições de apoio na luta pela dignidade humana no mundo do trabalho.

As Igrejas Protestantes brasileiras estão em festa. Mais do que uma festa, muitas delas estão promovendo eventos pastorais e homilias no sentido de lembrar e reforçar os ideais de Martinho Lutero, que sem dúvida ultrapassou a própria fronteira do mundo eclesiástico.

Ao lembrarmos esse importante dia para a história do pensamento ocidental, estamos aqui reafirmando a importância de Lutero na nossa trajetória de vida cris-

tã. Estamos reafirmando a importância do pensamento de Lutero. Que seu espírito revolucionário e ousado sempre continue pairando sobre nós cristãos, enquanto Igreja portadora de uma reforma permanente.

Parabenizo as diversas denominações evangélicas herdeiras da tradição da homilia e teologia luterana, em particular as Igrejas Evangélicas da região de Uberlândia, Minas Gerais, importantes para minha reeleição a um novo mandato.

Que o espírito da Reforma Protestante continue povoando sobre nós, para que continuemos nossa luta por um mundo mais justo, humano e, em particular, um Brasil sem preconceito, ódio e injustiça social.

É o que esperamos continuar tendo aqui, com esse espírito da Reforma Protestante.

Sr. Presidente, o segundo tema que gostaria de mais uma vez abordar é a distribuição de material institucional sobre o Orçamento da União. Temos um exemplo de cartaz que está sendo feito para cada região. Mais uma vez, Sr. Presidente, Deputado Inocêncio Oliveira, agradeço à Direção da Casa o apoio institucional para que pudéssemos trabalhar na confecção da cartilha simplificada do Orçamento da União, que será distribuída em cada região do Brasil.

O Deputado Pauderney Avelino, no seu pronunciamento, disse que vai, na Região Norte, em Manaus, fazer críticas ao Orçamento. Isso é importante. Espero que em todas as regiões do Brasil os Parlamentares possam de fato fazer o mesmo.

Fizemos uma síntese do Orçamento: em cada região com as 5 obras mais importantes, as obras do PPI, as emendas que cada bancada está apresentando por ano, para que as pessoas, as entidades possam conhecer um pouquinho melhor como é montado o Orçamento, qual é a época e por que temos de fazer a revisão.

Ontem o Governo teve de encaminhar a revisão, uma vez que o Orçamento é encaminhado para o Congresso Nacional no dia 31 de agosto. Então, os dados do Orçamento que estamos discutindo abrangem até 31 de julho, porque depois, no mês de agosto, fecha.

Depois temos de reformular os dados. É por isso também que, de certa forma, temos algum atraso nessa avaliação. Agora temos dados mais precisos do crescimento econômico, da taxa de inflação, da SELIC e do preço do petróleo.

Quando o Orçamento foi formulado trabalhávamos com o preço do petróleo a 75 dólares o barril. Hoje, está a 65. Há diferença de quase 10 dólares por barril. Basta verificar quanto importamos, para saber quanto economizamos.

Tudo isso, então, tem reflexo no Orçamento.

É esse debate que queremos fazer para que o País comece a entender que o Orçamento não é tão complexo.

Tenho a honra, em nome da bancada do PT, de hoje exercer a Presidência da Comissão Mista de Orçamento e a minha formação é em História. A nossa contribuição ao debater a peça orçamentária é no sentido de mostrar que o Orçamento não é algo dado apenas a economistas, a grandes entendidos em números, mas que todos nós, cidadãos, podemos colaborar e participar da sua elaboração.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Deputado Gilmar Machado, cumprimento V.Exa. por essa iniciativa que, sem dúvida alguma, vai ser timbrada pela marca da transparência do que se vai fazer na Comissão Mista de Orçamento. V.Exa., ao dirigir aquele órgão, que, sem dúvida alguma, é da maior expressão no contexto do funcionamento do Congresso Nacional, praticamente quer trazer a população, os interessados, os segmentos em condições de debater esse tema para conhecê-lo em profundidade nas angulações que formula na cartilha que será divulgada, para conhecimento, ao povo brasileiro. Neste plenário, ao participar do debate, não poderia me eximir de aplaudir a iniciativa da Comissão, hoje presidida por V.Exa., porque ela vem ao encontro dos nossos interesses, a fim de que daqui para frente não se irroque à face dos Parlamentares qualquer tipo de increpação que possa denegrir nosso trabalho, nosso esforço de representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional. Cumprimento V.Exa. pela iniciativa.

O SR. GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Esse trabalho é coletivo e conta com o apoio de todos os Líderes e do Relator, Senador Waldir Raupp, para que ninguém diga que estamos votando o Orçamento na Comissão Mista com os lobistas ao apagar das luzes. Queremos desmontar as teses armadas que tentavam diminuir nosso trabalho e que diziam que os Parlamentares estavam votando o Orçamento de qualquer jeito. Isso não vai ocorrer com o Orçamento de 2007. Essa a orientação do Govern^o Inclusive o Ministro Paulo Bernardo está enviando 1 Diretor da Secretaria de Orçamento do Ministério do Planejamento para acompanhar todas as audiências e expor por que o Governo está apresentando determinadas obras e não outras.

Alguns Ministros comprometeram-se a participar dos eventos. Inclusive o Ministro da Integração Nacional vai estar em Recife, porque quer discutir o Orçamento conosco. É a demonstração de que o Congresso Nacio-

nal, especialmente depois da reeleição do Presidente Lula, mostra cabalmente a visão do povo brasileiro de que não aceita mais essa conversa de que o Parlamento não faz nada.

Hoje temos em cada região do Brasil muitas entidades inscritas para participar, e o material já está disponível na Internet para que qualquer cidadão possa acompanhar todos os passos da elaboração.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Zezéu Ribeiro.

O Sr. Zezéu Ribeiro – Deputado Gilmar Machado, parabênzo V.Exa. por esta iniciativa. Nos 2 primeiros anos do meu primeiro mandato fiz parte da Comissão de Orçamento e fiz questão de voltar agora. Encantei-me com a proposta organizada e sugerida por V.Exa. e estarei em Recife no dia 10. Conclamo os Srs. Deputados para estarem presentes ao evento a fim de que possamos interagir. Quero, em Recife, voltar à discussão da questão da SUDENE e do Plano de Desenvolvimento Regional. O projeto que relatamos sobre a SUDENE contempla um plano de desenvolvimento regional que seria o instrumento maior de articulação daquele órgão. V.Exa., ao promover a discussão regional, caminha no mesmo sentido, vai ao encontro dessa proposta, que ainda não virou lei, mas que se afirma numa prática implementada no Congresso Nacional com a discussão do Orçamento. Felicito V.Exa. pela oportunidade e me coloco como soldado nessa luta.

O SR. GILMAR MACHADO – Muito obrigado, Deputado Zezéu, grande colaborador da Comissão Mista de Orçamento. Esperamos realmente realizar reuniões em todo o Brasil. O Orçamento deve ser elaborado pelas regiões, pelos municípios, pelos Estados. E saúdo o Presidente Lula por ter enviado a proposta ao Congresso Nacional. Vamos fazer a votação final do relatório da Deputada Iara Bernardi sobre o FUNDEB. São 2 bilhões a mais no Orçamento para 2007. Com essa verba, o Congresso Nacional ajudará os municípios; o Governo Federal poderá apoiá-los na inclusão das crianças nas creches. Precisamos de recursos para a educação básica, em especial para o ensino médio, para a volta do ensino profissionalizante às nossas escolas.

A proposta do Presidente Lula de descentralização da universidade é fundamental, por garantir que as cidades de porte médio tenham a extensão universitária, o que é extraordinário, representa mudança de comportamento e de visão, porque o Brasil só vai conseguir crescer e desenvolver-se se investir na educação.

As teses são boas, mas se não estão incluídas na peça orçamentária, não podem ser concretizadas. Hoje podemos viajar pelo País para discutir propostas

porque há verbas no Orçamento. O que se discute sobre a expansão da universidade, da creche, por exemplo, tem verba carimbada; o processo está garantido.

A política de reajuste do salário mínimo vai continuar. Além dos índices da inflação, será levado em conta o crescimento real do PIB. A previsão é de que, no Orçamento, o salário mínimo chegue a 374 reais e 93 centavos ou, num reajuste maior, a 380 reais.

Ainda é preciso debater e enfrentar a questão dos aposentados no que diz respeito à correção de quem ganha mais que o salário mínimo, porque só há correção além da inflação para quem ganha o mínimo.

Temos de fazer o debate na Comissão de Orçamento, temos de enfrentar o reajuste dos servidores públicos. É necessário continuarmos a política de recuperação dos salários dos servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário.

Vivemos o problema dos controladores de vó, mas não existe apenas esse, temos outros problemas na aviação e em outros órgãos que precisam ser discutidos. E o momento é agora, no debate do Orçamento. Se não houver previsão de verba orçamentária, não há como implementar nada.

Queremos discutir o perfil da dívida. A política econômica atual é de redução das taxas de juros. A previsão é de que a SELIC chegue ao final do ano que vem a 13%, mas se a inflação mantiver-se em 3% ao ano, continuaremos com taxa de juro de 10%, extremamente elevada. Se a reduzirmos, teremos de discutir. Este é o momento ideal para fazermos o debate real sobre o endividamento.

A dívida externa está praticamente resolvida. Agora temos de enfrentar a dívida interna, que está em títulos e aplicações. Ninguém quer novamente o confisco que aconteceu no Governo Collor. Quem tem aplicação na poupança, em fundo DI ou outro não quer que o dinheiro seja confiscado. O debate é difícil. Poderiam dizer: “É simples, é só acabar com todas as taxas, quem tem dinheiro aplicado deixa de ter qualquer tipo de rendimento”. Ninguém aceita isso.

Temos de saber fazer o debate, para que a taxa de juro diminua e, ao mesmo tempo, mantenha-se sob controle, sem medidas bruscas. Acima de tudo, o País precisa continuar crescendo. Esse é o debate de que precisamos e vamos continuar a fazer. É necessário reduzir a taxa de juro.

Precisamos renegociar as dívidas dos Estados. Deputado Bonifácio de Andrada, V.Exa. sabe que Minas Gerais não pode continuar a comprometer 13% do seu orçamento apenas com o pagamento de juros. O acordo da época foi malfeito. Temos de rever o endividamento dos Estados e Municípios. Hoje o BNDES e a Caixa Econômica Federal têm recursos para em-

prestar para saneamento. Se não for por empréstimo, não conseguiremos fazer grandes projetos. Devemos rever o endividamento dos Estados e dos Municípios. O BNDES e a Caixa Econômica Federal têm recursos para emprestar à área de saneamento. E se não for por meio de empréstimo, não conseguiremos realizar grandes projetos. Apesar de haver recursos para Estados e Municípios fazerem financiamentos, esses são insuficientes, tornando necessária a renegociação de suas dívidas.

Para tanto, faz-se necessário modificar a Lei de Responsabilidade Fiscal, para permitir maior folga aos Estados e Municípios. O cidadão que mora no município precisa do investimento ali. E temos de fazer esse debate agora, senão ficaremos apenas no discurso.

Mais de 50% dos Governos Municipais não sabem como pagarão o décimo terceiro salário ao servidor no final do ano. Temos de discutir a reforma fiscal, realizar a reforma tributária, ampliar o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Essa é a hora. Se agirmos agora, mudaremos o Orçamento do ano que vem. Temos de fazer essa adequação, inclusive para modificarmos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Mas não podemos dizer que haverá “irresponsabilidade fiscal”. Devemos entender que a responsabilidade não pode ser apenas fiscal; tem de ser também social. E é exatamente sobre a responsabilidade social que precisamos debater.

Precisamos continuar a aumentar os recursos previstos no Orçamento para os programas sociais do Governo. Quando aumentamos o valor do Bolsa-Família, por exemplo, melhoramos o poder de compra dos cidadãos das pequenas e grandes cidades. Em Uberlândia, por exemplo, minha cidade, esses recursos fazem grande diferença, assim como em Minas Novas, em Comercinho, Itaobim e outras cidades do Vale do Jequitinhonha. Faz grande diferença porque ativa o comércio. Tudo isso está contemplado na peça orçamentária.

O debate que desejamos fazer é discutir o Orçamento no momento correto. Caso contrário, tentaremos votar durante todo o ano e não conseguiremos, pois não há previsão orçamentária.

Precisamos regulamentar a Emenda nº 29, de 2000, que trata da área da saúde. Não só Uberlândia, mas vários municípios têm reivindicado maior percentual para o setor, com o objetivo de prestar melhor atendimento à população.

Por isso, Sr. Presidente, conclamo todos os Senadores e Deputados para cumprirem uma das nossas principais responsabilidades: elaborar o Orçamento. Espero que todos dêem sua contribuição, a fim de democratizá-lo. É necessário cada vez mais darmos transparência ao Orçamento e, acima de tudo, pos-

sibilitarmos maior envolvimento dos recursos, para gastarmos bem cada centavo que o Estado recebe do imposto da população. Para isso, temos de fiscalizar onde cada recurso está sendo aplicado, para que seja realmente destinado à melhoria da condição de vida de cada cidadão. Que esse recurso se transforme em casas, em atendimento à escola, à saúde, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à infra-estrutura, sobretudo para as rodovias deste País. Que cada centavo do imposto pago pelos cidadãos possa verdadeiramente se reverter em benefício de cada contribuinte. Isso significa desenvolvimento regional e correção do atual desequilíbrio nas regiões do Brasil.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Nilson Mourão.

O Sr. Nilson Mourão – Agradeço ao Deputado Gilmar Machado o aparte. Cumprimento V.Exa. pelo substancial e fundamentado pronunciamento que traz ao debate 2 importantes questões. A primeira se refere à homenagem ao movimento de renovação do cristianismo, liderado por Martinho Lutero. A segunda se refere ao debate que faz, na qualidade de Presidente da Comissão de Orçamento, sobre a peça orçamentária do Governo Federal. Mas, ilustre Deputado, desejo reportar-me à Reforma Protestante, à base do pensamento das Igrejas Protestantes, que surgiram a partir daquele movimento, encabeçado por Martinho Lutero e outros, em vários países da Europa. Creio – nós que somos cristãos, V.Exa., de tradição evangélica, eu, de tradição católica – que temos grande compromisso de buscar a unidade de todos os cristãos e das religiões para fazermos frente aos grandes desafios da humanidade. E o principal deles é o cumprimento daquele mandato evangélico: as pessoas não podem morrer de fome e devemos dar dignidade de vida aos seres humanos. Devemos reunir todos, independentemente de religião, e centrar nossa atenção nesse sentido, para que todos possam viver com dignidade, num contínuo desabrochar, enquanto trilhamos nossa histórica trajetória. Parabenizo V.Exa. pela oportuna homenagem prestada a Martinho Lutero e a outros reformadores, ao grande movimento protestante nascido na Europa.

O SR. GILMAR MACHADO – Agradeço ao Deputado Nilson Mourão as palavras. Todos realmente fazemos parte de uma Igreja permanentemente em reforma, que tem como compromisso fundamental os seres humanos.

Para encerrar, no tocante ao grande sonho do Presidente Lula – o de garantir às pessoas pelo menos 3 refeições ao dia até o final do seu primeiro mandato –, espero que no próximo Orçamento possamos dar ao povo brasileiro não só condições de fazer 3 refeições ao dia, como também dar-lhe dignidade, com melhor

distribuição de renda, e continuar a fazer o País a desenvolver-se. Estou certo de que esta Casa dará sua contribuição.

O SR. MAURO BENEVIDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em meio a programação festiva, os católicos do Ceará regozijaram-se, no sábado passado, com a passagem do Cinqüentenário de Ordenação Episcopal de D. José Bezerra Coutinho, já com 95 anos, mas em plena atividade, cercado da admiração de todos quantos acompanham sua trajetória, desde quando exercia seu primeiro múnus pastoral, na Diocese de Sobral, na condição de Bispo Auxiliar de D. José Tupinambá da Frota, de saudosa memória.

Antigo pároco do Município de São Benedito, na zona norte do Estado, no topo da Serra da Ibiapaba, o homenageado projetou-se por suas virtudes excepcionais, que o tornaram respeitado pelo clero e por toda massa de fiéis.

Em 1961, D. Coutinho foi nomeado para a Diocese de Estância, em Sergipe, ali exercendo, durante 4 décadas, as suas tarefas religiosas, cercado do carinho de seus diocesanos e do povo sergipano⁹

Como primoroso orador sacro, o ilustre antístite, conquistou a confiança dos fiéis por sua palavra convincente, recheada de citações dos textos sagrados, ajustando-as à realidade da própria atualidade.

Depois de completar o tempo de permanência na sua diocese, D. Coutinho voltou a radicar-se no Ceará, na condição de Bispo Emérito de sua antiga diocese e atendendo na Capelania do Hospital Geral de Fortaleza, sempre solícito para atender a pacientes que ali buscam a recuperação da saúde.

Na noite de sábado, na Igreja dos Sacramentinos, em Fortaleza, o Arcebispo D. José Antônio Tosi Marques oficiou concorrida concelebração, cabendo-lhe exaltar as virtudes excepcionais que caracterizaram, ao longo do tempo, o exemplar desempenho do ilustre homenageado.

Com um de seus admiradores, fiz-lhe chegar mensagem de congratulações, pondo em relevo os seus atributos e os inestimáveis serviços prestados ao Povo de Deus.

O cinqüentenário de ordenação episcopal de D. José Bezerra Coutinho bem que merecia o realce deste registro, como reconhecimento às suas qualidades excepcionais, entre as quais a humildade, traço marcante de personalidade inconfundível a quem tanto devem cearenses e sergipanos.

Prosseguindo na sua faina cotidiana, aquele ilustre conterrâneo haverá de continuar a pregar o Evangelho, colhendo as admiráveis lições que dele se extrai para que os mesmos se tornem diretrizes de ação aos homens de Fé.

A D. Coutinho a justa homenagem da bancada cearense nesta Casa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Apresentação de proposições.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES:

Autor

Proposição

Ementa

Félix Mendonça – PL 7533/2006. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de Itabuna.

CARLOS NADER – PL 7534/2006. Dispõe sobre a obrigatoriedade das pessoas jurídicas de direito privado, que realizem campanhas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente e recebam doações monetárias, a divulgar detalhadamente bimestralmente os investimentos sociais ao infante e ao jovem oriundas das arrecadações auferidas, preferencialmente através da imprensa escrita periódica.

CARLOS NADER – PL 7535/2006. Dispõe sobre a obrigatoriedade de coletes salva-vidas individuais, para os usuários dos veículos aquáticos tais como “Pedalinhos” e outros que transitam em lagos e lagoas de todo o Território Nacional.

CARLOS NADER – INC 9686/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Magé / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9687/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Mangaratiba / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9688/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Maricá / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9689/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Mendes / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9690/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Mesquita / RJ, com a adoção do pro-

grama Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9691/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Miguel Pereira / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CHICO ALENCAR – PL 7536/2006. Altera as Leis nºs 10.406 de 10 de janeiro de 2002 e 9.472 de 16 de julho 1997.

CARLOS NADER – INC 9692/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Miracema / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9693/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Cantagalo / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9694/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Carapebús / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9695/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Cardoso Moreira/RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9696/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Carmo / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9697/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Casimiro de Abreu / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9698/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Comendador Levy Gasparian / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9699/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Conceição de Macabu / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9700/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Cordeiro / RJ, com a adoção do pro-

grama Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9701/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Duas Barras / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9702/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Duque de Caxias / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9703/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Angra dos Reis / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9704/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Aperibé / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9705/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Araruama / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9706/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Areal / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9707/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Arraial do Cabo / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9708/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Armação de Búzios / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9709/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Barra do Piraí / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9710/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Barra Mansa / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9711/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Belford Roxo/RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9712/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Bom Jardim/RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9713/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Bom Jesus de Itabapoana / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9714/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Cabo Frio / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9715/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Cachoeiras de Macacu / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9716/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Cambuci / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9717/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Laje do Muriaé/RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9718/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Macaé / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9719/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Macuco / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9720/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Paty do Alferes / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9721/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Petrópolis / RJ, com a adoção do

programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9722/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Pinheiral/RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9723/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Piraí / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9724/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município do Rio de Janeiro/RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9725/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Santa Maria Madalena/RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9726/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Santo Antônio de Pádua / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9727/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São Fidélis / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9728/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São Francisco de Itabapoana / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9729/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São Gonçalo / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9730/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Engenheiro Paulo de Frontim / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9731/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Guapimirim / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9732/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Iguaba Grande / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9733/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Itaboraí / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9734/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Itaguaí / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9735/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Italva / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9736/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Itaocara / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9737/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Itaperuna / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9738/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Itatiaia / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9739/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Campos dos Goytacazes / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9740/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São João da Barra / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9741/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São João de Meriti / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9742/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São José de Ubá / RJ, com a adoção

do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9743/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São José do Rio Preto / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9744/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São Pedro da Aldeia / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

ANTONIO CARLOS MENDES THAME – PL 7537/2006. Institui sistema proporcional de voto distrital para eleição de Deputados Federais e Estaduais, e dá outras providências.

CARLOS NADER – INC 9746/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Sumidouro / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9747/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Tanguá / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9748/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Teresópolis / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9749/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Trajano de Moraes / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9750/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Japeri / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9751/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Nova Iguaçu / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9752/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Paracambi / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9753/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação

do município de Paraíba do Sul / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9754/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Paraty / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9755/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Natividade / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9756/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Nilópolis / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9757/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Niterói / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9758/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Nova Friburgo / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9759/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Porciúncula / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9760/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Porto Real / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9761/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Quatis / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9762/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Queimados / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9763/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Quissamã / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9764/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Resende / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9765/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Rio Bonito / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9766/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Rio Claro / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9767/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Rio das Flores / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9768/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Rio das Ostras / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9769/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de São Sebastião do Alto / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9770/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Sapucaia / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9771/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Saquarema / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9772/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Seropédica / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9773/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Três Rios / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9774/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Valença / RJ, com a adoção do pro-

grama Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9775/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Varre-Sai / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9776/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Vassouras / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

CARLOS NADER – INC 9777/2006. Sugere a adoção de medidas relativas ao sistema de educação do município de Volta Redonda / RJ, com a adoção do programa Educação Inclusiva: Direito a Diversidade do Ministério da Educação.

FERNANDO CORUJA – PRC 324/2006. Denomina “Espaço Deputado Leonel Brizola” o local que especifica.

EDUARDO SCIARRA – INC 9778/2006. Sugere adoção de providências, pelo Ministério de Educação, para incluir disciplina obrigatória que debata questões ligadas à Política no currículo das escolas públicas e privadas dos ensinos médio e fundamental.

ANDRÉ FIGUEIREDO – PL 7538/2006. Dispõe sobre a remuneração da categoria profissional de Garçom.

ANDRÉ FIGUEIREDO – PL 7539/2006. Obriga a instalação gratuita, nos estabelecimentos comerciais, de equipamento de transmissão eletrônica de dados para transações feitas por meio de cartão de crédito ou de débito.

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 58-A, de 2003, que “dispõe sobre a convalidação de alienações de terras procedidas pelos Estados na Faixa de Fronteira”.

REQ 4362/2006

Solicita prorrogação do prazo da Comissão para proferir parecer à PEC 58/A, de 2003.

VI – ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)

O SR. ANA ALENCAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. ANA ALENCAR (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil viveu no domingo, dia 29 de outubro, um dos momentos mais importantes de sua história. Confirmando a vocação natural do povo

brasileiro para o entendimento, para o diálogo e para a paz, tivemos pleito eleitoral absolutamente tranqüilo, pacífico e, por que não dizer, exemplar, eis que o cidadão e a cidadã puderam escolher democraticamente seus candidatos.

Quando digo que este é um dos mais importantes momentos na história do nosso País, refiro-me, sobretudo, ao que isso representa para nós enquanto nação. O Brasil que surge desse processo eleitoral não é o mesmo de antes: temos um País mais maduro politicamente, com instituições mais fortes e respeitadas, numa democracia consolidada que caminha para sua plenitude. Temos, acima de tudo, uma sociedade cada vez mais consciente do seu papel enquanto agente transformador da sua própria realidade. Apesar de campanhas, no País inteiro, pelo “voto nulo” ou pelo “voto em branco”, o cidadão brasileiro respondeu, votando expressivamente no candidato de sua preferência.

Vimos que o debate na TV transformou a política e os problemas no Brasil em corriqueira questão nas conversas entre famílias, nas conversas nos supermercados, por exemplo, atingindo os que mais deveriam ter sido atingidos e que antigamente só impressionava a classe mais entendida, por assim dizer: os economistas. Os debates na TV atingiram o povo, que começou a entender o seu papel definitivo nessa escolha.

Sr. Presidente, destaco também o trabalho da nossa Justiça Eleitoral, por meio dos Tribunais Regionais e do TSE, que, em sintonia técnica perfeita, fizeram primoroso trabalho, digno de todos os elogios e do nosso reconhecimento. Países do Primeiro Mundo não têm a facilidade que aqui encontramos. Como disse o Ministro Marco Aurélio, o TSE superou a própria expectativa, totalizando os votos numa velocidade jamais vista. No segundo turno, das 361.431 urnas colocadas em atividade, apenas 2.628 precisaram ser substituídas.

Fico particularmente feliz em poder dizer que o Estado de Tocantins, o qual orgulhosamente represento nesta Casa, também alcançou um feito inédito: concluiu a totalização dos votos de todos os 139 Municípios em apenas 3 horas após o encerramento da votação. Também naquele Estado assistimos a uma árdua luta entre os 2 principais candidatos, que travaram um combate ético, apresentando propostas de trabalho.

Além da eficiência da Justiça Eleitoral, temos outras razões para comemorar o sucesso das últimas eleições. As mudanças introduzidas pela minirreforma eleitoral são bom exemplo disso. Graças às novas regras aprovadas pelo Congresso Nacional, prontamente adotadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, tivemos campanha um pouco mais limpa, sem showmícios, sem distribuição de brindes, sem camisetas, sem bocas-de-

urna, na grande maioria, e sem tantas outras práticas viciosas que acabavam encarecendo as campanhas e, por conseqüência, tornando o processo muito mais desigual. Precisamos votar, para o próximo pleito, a proibição de muros pintados, a fim de diminuir a poluição visual. Estamos convictos de que as grandes conquistas da sociedade se dão por etapas. Nesse sentido, esse pleito teve seu lugar especial.

Já que não me candidatei à reeleição, por opção pessoal, aguardo que V.Exas., que ficarão nesta Casa, num futuro bem próximo, aprovelem o voto distrital, que tornará a disputa muito mais pelo que o candidato é como representante de sua região, dando também mais oportunidades às mulheres, que geralmente têm menos condições financeiras de enfrentar um pleito eleitoral, eis que não mais será necessário buscar votos em inúmeros Municípios de diferentes distâncias, o que encarece o processo.

Senhores, parabeno o Brasil! A vitória é da democracia, que mais uma vez nos deu provas de seu amadurecimento. A vontade do eleitor brasileiro foi respeitada, o sentimento nacional foi captado, tornando-se cristalino aos olhos dos nossos cidadãos e do mundo.

Parabeno também o povo tocantinense, em especial o Governador reeleito, Marcelo Miranda, que soube, ainda na sua juventude, apesar de sua jovem carreira política, administrar nosso Estado de tal forma que, além de melhorias físicas, também trouxe a todos um sentimento de humanização; valorizou os funcionários públicos com o Plano de Cargos e Salários e se aproximou dos cidadãos de maneira pessoal quando propôs e implantou o programa Governo Mais Perto de Você. Esse programa foi comandado de perto pela Primeira Dama, D. Dulce, uma combativa mulher que conseguiu, juntamente com o Governador Marcelo Miranda e seus filhos, repassar ao povo tocantinense a importância da célula familiar na sociedade. Aliás, o resgate dessa célula é muito importante. Hoje, a marginalidade, o uso de drogas, enfim, tudo que permeia a juventude causa desastres no seio da família.

Parabéns ao Governador Marcelo Miranda, ao povo tocantinense, aos reeleitos e ao Brasil! A demonstração de uma democracia cada vez mais consolidada nos é de grande valia. Continuaremos lutando por ela.

Muito obrigada.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocência Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras.

e Srs. Deputados, senhoras e senhores, nesta semana, publicação da chancelaria britânica nos deu conta de estudos feitos sobre mudanças climáticas e fez um alerta impressionante a todos. Estamos diante de uma oportunidade desafiadora, urgente e preocupante. Constatações de diversos estudos de especialistas no acompanhamento da mudança do clima no mundo são extremamente preocupantes.

Estamos diante do crescimento de emissões de gases do efeito estufa, que provoca aumento da temperatura na Terra. A expectativa de que, nos próximos 30 ou 40 anos, haja um incremento de 4 a 5 graus na temperatura da Terra significa, para os países em desenvolvimento, principalmente os que estão abaixo da linha do Equador, uma mudança preocupante de nossas condições ambientais.

Os sinais da mudança do clima na Terra são visíveis e já existem indicativos seguros de especialistas que estudam essa área. A seqüência de tormentas, grandes tempestades e furacões, que têm a cada ano ampliado de intensidade e quantidade, revela essa mudança de clima no mundo.

Os impactos do aumento da temperatura da Terra se anunciam como extremamente preocupantes para os países em desenvolvimento. O aumento da temperatura em 2 graus, nos próximos 20 anos, provocará inundações em várias cidades costeiras do mundo. As cidades costeiras do Brasil estarão, sem sombra de dúvida, ameaçadas por essa realidade. Já são visíveis hoje, em várias cidades do nosso País, os estragos provocados pelo avanço do mar. Temos feito investimentos em contenção dos efeitos da água do mar, o que é revelador dessa problemática.

Estaremos diante da possibilidade de desaparecimento de diversas espécies de animais e plantas provocado pela mudança do clima, do agravamento do processo de desertificação e de uma série de alterações climáticas com implicações diretas na produção agrícola, o que alterará, sem sombra de dúvida, os pólos de produção agrícola em escala mundial.

O trabalho feito pelos cientistas da Inglaterra e apresentado pela Chancelaria inglesa nos últimos dias (conforme documento que peço seja transcrito nos Anais desta Casa) alerta para a gravidade do momento, mas, como conclusão, aponta que se algumas medidas forem tomadas reverteremos o grau de degradação ambiental que poderá ser provocada pelo crescimento da poluição ambiental e do desenvolvimento em escala mundial.

O estudo é corajoso, correto, não alarmista e indica que, se tomarmos algumas providências, reverteremos a situação atual. Entre essas providências está: redução de emissão de gases; mudança da

matriz energética; ampliação das fontes renováveis na nossa matriz energética; desenvolvimento de tecnologias que filtrem as emissões de gases, o que já está hoje disponível em diversos países, inclusive com estudos nessa área; ampliação de uma consciência ambiental na população que permita sua contribuição com a redução das emissões de gases que causam o efeito estufa.

O trabalho é extremamente importante, sério, com base científica. Ele aponta saídas e sugere mudanças de procedimentos culturais e governamentais.

O Brasil tem grande contribuição a dar nessa área. Apesar de nosso País ter uma imensa riqueza ambiental, hoje é um dos que mais emitem gases que provocam o efeito estufa devido ao processo de desflorestamento.

Ao mesmo tempo em que temos uma matriz energética das mais limpas do mundo – nosso País tem contribuído muito nessa área –, participamos com países desenvolvidos do processo de agravamento das condições ambientais devido à devastação das nossas florestas. São muito importantes as iniciativas do Governo brasileiro nessa área.

Aproveito para registrar o esforço da Ministra Marina Silva, que conseguiu reduzir em mais de 30% a devastação de florestas nos últimos anos. Isso nos dá a certeza de que estamos no rumo certo, mas essas medidas têm de ser aprofundadas e tomadas em escala internacional. Um país só não resolverá o problema ambiental se não houver uma ação planetária com investimentos econômicos nessa área e o comprometimento ético com a justiça ambiental.

Estamos postulando a ampliação dos esforços do Governo do Brasil e mais recursos em tecnologia e desenvolvimento de procedimentos que melhorem a nossa presença no cenário internacional com relação à questão ambiental.

Por último, quero dizer que é preciso investir em ciência, tecnologia e recursos, sob pena de a humanidade pagar seriamente pelo agravamento das condições ambientais, como hoje se verifica em diversos estudos feitos em escala planetária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
ORADOR:*

30 October 2006

Publication of the Stern Review on the Economics of Climate change

The most comprehensive review ever carried out on the economics of climate change was published today.

The Review, which reports to the Prime Minister and Chancellor, was commissioned by the Chancellor in July last year. It has been carried out by Sir Nicholas Stern, Head of the Government Economic Service and former World Bank Chief Economist.

Sir Nicholas said today:

“The conclusion of the Review is essentially optimistic. There is still time to avoid the worst impacts of climate change, if we act now and act internationally. Governments, businesses and individuals all need to work together to respond to the challenge. Strong, deliberate policy choices by governments are essential to motivate change.

But the task is urgent. Delaying action, even by a decade or two, will take us into dangerous territory. We must not let this window of opportunity close.”

The first half of the Review focuses on the impacts and risks arising from uncontrolled climate change, and on the costs and opportunities associated with action to tackle it. A sound understanding of the economics of risk is critical here. The Review emphasises that economic models over timescales of centuries do not offer precise forecasts – but they are an important way to illustrate the scale of effects we might see.

The Review finds that all countries will be affected by climate change, but it is the poorest countries that will suffer earliest and most. Unabated climate change risks raising average temperatures by over 5°C from pre-industrial levels. Such changes would transform the physical geography of our planet, as well as the human geography – how and where we live our lives.

Adding up the costs of a narrow range of the effects, based on the assessment of the science carried out by the Intergovernmental Panel on Climate Change in 2001, the Review calculates that the dangers of unabated climate change would be equivalent to at least 5% of GDP each year.

The Review goes on to consider more recent scientific evidence (for example, of the risks that greenhouse gases will be released naturally as the permafrost melts), the economic effects on human life and the environment, and approaches to modelling that ensure the impacts that affect poor people are weighted appropriately. Taking these together, the Review estimates that the dangers could be equivalent to 20% of GDP or more.

In contrast, the costs of action to reduce greenhouse gas emissions to avoid the worst impacts of climate change can be limited to around 1% of global GDP each year. People would pay a little more for carbon-intensive goods, but our economies could continue to grow strongly.

If we take no action to control emissions, each tonne of CO₂ that we emit now is causing damage worth at least \$85 – but these costs are not included when investors and consumers make decisions about how to spend their money. Emerging schemes that allow people to trade reductions in CO₂ have demonstrated that there are many opportunities to cut emissions for less than \$25 a tonne. In other words, reducing emissions will make us better off. According to one measure, the benefits over time of actions to shift the world onto a low-carbon path could be in the order of \$2.5 trillion each year.

The shift to a low-carbon economy will also bring huge opportunities. Markets for low-carbon technologies will be worth at least \$500bn, and perhaps much more, by 2050 if the world acts on the scale required.

Tackling climate change is the pro-growth strategy; ignoring it will ultimately undermine economic growth.

The Review looks at what this analysis means for the level of ambition of global action. It concludes that the levels of greenhouse gases in the atmosphere should be limited to somewhere within the range 450-550ppm CO₂e (CO₂ equivalent). Anything higher would substantially increase risks of very harmful impacts but would only reduce the expected costs of mitigation by comparatively little. Anything lower would impose very high adjustment costs in the near term and might not even be feasible, not least because of past delays in taking strong action.

The second half of the Review examines the national and international policy challenges of moving to a low-carbon global economy.

Climate change is the greatest market failure the world has seen. Three elements of policy are required for an effective response.

The first is carbon pricing, through taxation, emissions trading or regulation, so that people are faced with the full social costs of their actions. The aim should be to build a common global carbon price across countries and sectors.

The second is technology policy, to drive the development and deployment at scale of a range of low-carbon and high-efficiency products. And the third is action to remove barriers to energy efficiency, and to inform, educate and persuade individuals about what they can do to respond to climate change. Fostering a shared understanding of the nature of climate change, and its consequences, is critical in shaping behaviour, as well as in underpinning both national and international action.

Effective action requires a global policy response, guided by a common international understanding

of the long-term goals for climate policy and strong frameworks for co-operation. Key elements of future international frameworks should include:

Emissions trading:

- Expanding and linking the growing number of emissions trading schemes around the world is a powerful way to promote cost-effective reductions in emissions and to bring forward action in developing countries.

- Strong targets in rich countries could drive flows amounting to tens of billions of dollars each year to support the transition to low-carbon development paths.

Technology co-operation:

- Informal co-ordination as well as formal agreements can boost the effectiveness of investments in innovation around the world.

- Globally, support for energy research and development should at least double, and support for the deployment of low-carbon technologies should increase up to five-fold.

- International co-operation on product standards is a powerful way to boost energy efficiency.

Action to reduce deforestation:

- The loss of natural forests around the world contributes more to global emissions each year than the transport sector. Curbing deforestation is a highly cost-effective way to reduce emissions; large-scale international pilot programmes to explore the best ways to do this should get underway very quickly.

Adaptation:

- The poorest countries are most vulnerable to climate change. It is essential that climate change be fully integrated into development policy, and that rich countries honour their pledges to increase support through overseas development assistance.

- International funding should also support improved regional information on climate change impacts, and research into new crop varieties that will be more resilient to drought and flood.

Notes for editors

- Pre-industrial levels of greenhouse gases in the atmosphere were 280ppm CO₂ equivalent (CO₂e). The current concentration is 430ppm CO₂e.

- The Review examined evidence from many different economic models of the impacts of climate change and of the costs and benefits of mitigation. One model, PAGE2002, was used to illustrate the results from considering new scientific evidence and a wider range of impacts. This model was chosen because it specifically allows for a rigorous statistical treatment of risk and uncertainty.

- The Stern Review can be downloaded at www.sternreview.org.uk. Background on the Review, inclu-

ding the terms of reference and responses to the Call for Evidence, can also be found here.

- Sir Nicholas Stern is Head of the Government Economic Service, and Adviser to the UK Government on the Economics of Climate Change and Development. He is a former Chief Economist of the World Bank.

- For media enquiries, please call 020 7270 6280, or e-mail sterninvides@hm-treasury.gsi.gov.uk.

O Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Neucimar Fraga, § 2º do art. 18 do Regimento InterNº

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Neucimar Fraga) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fui procurado hoje por vários Parlamentares da bancada do Nordeste, inclusive pelo Relator do projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que me fizeram um apelo no sentido de que envidássemos esforços junto ao Presidente Aldo Rebelo para que a matéria fosse incluída em pauta o mais rapidamente possível.

Já entrei em contato com o coordenador da bancada do Nordeste com vistas à convocação de uma reunião de bancada. Conclamo também os companheiros do Norte – vejo aqui os ilustres Parlamentares Eduardo Valverde e Nilson Mourão, assim como o meu colega Fernando Ferro, de Pernambuco, da bancada do Nordeste – para que façamos um esforço a fim de que essa matéria saia imediatamente desta Casa e vá ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para sanção.

Vale salientar que a matéria foi discutida amplamente. Nosso Relator, Zezéu Ribeiro, fez um belíssimo trabalho. A matéria foi ao Senado Federal. Naquela Casa mais alta do nosso Poder Legislativo do Brasil, sofreu algumas emendas e voltou à Câmara. Portanto, ela está devidamente pronta para ser votada.

Isso surgiu devido ao empenho do nosso Governador de Pernambuco, o qual tivemos a honra de apoiar, juntamente com o do nobre Deputado Fernando Ferro e um conjunto de forças das unidades de oposição de Pernambuco, com 18 partidos. Nunca houve na história de Pernambuco um apoio tão grande em segundo turno como esse. Vencemos as eleições com mais de 1,2 milhão de votos, o que representa a maior vitória da história política de Pernambuco em todos os tempos!

O nosso Governador foi o primeiro a ser chamado pelo Presidente Lula para uma audiência. Naquele momento, pediu ao Presidente 3 coisas, no que foi prontamente atendido. A primeira diz respeito a uma refinaria de petróleo a ser instalada em Suape. O Presidente vai visitar a Venezuela e aproveitou e me fez um convite para que o acompanhasse na viagem, quando espera, junto ao Presidente Hugo Chávez, resolver definitivamente o assunto.

A segunda é sobre a dívida da COMPESA – que era de 138 milhões e hoje representa mais de 250 milhões de reais –, que vem impedindo que o Estado de Pernambuco receba recursos no campo da habitação junto à Caixa Econômica Federal. É um absurdo que a Prefeitura do Recife tenha construído mais casas do que o Estado de Pernambuco. Logo, Pernambuco precisa disso o mais rapidamente possível, meu caro Fernando Ferro. V.Exa. é conhecedor profundo desse assunto. Em Suape vamos ter aqueles grandes projetos estruturadores, como a refinaria de petróleo, o Estaleiro Atlântico Sul, o pólo de PET e poliéster e outros empreendimentos que precisam ser devidamente estruturados para que o Estado disponha realmente de benefícios ensejados por esse investimento.

E o terceiro fato referido pelo Governador eleito, Deputado Eduardo Campos, também se enquadra nessa mesma disposição: a recriação da SUDENE. V.Exas. sabem que novos Governadores vêm aí. Antes não conseguimos implementá-la porque alguns queriam que a SUDENE já nascesse natimorta, como ocorreu com a ADENE. Não aceitamos isso. Em nome da bancada do Nordeste, quero dizer, em alto e bom som, que fizemos várias reuniões sobre o assunto e não aceitamos que a nova instituição seja tão-somente um fundo de desenvolvimento regional. Não é possível que um órgão da importância da SUDENE, que planeja e executa obras fundamentais para o desenvolvimento de nossa Região, renasça natimorto. Já é natimorto; afinal, sem recursos, como pode funcionar um órgão público?

Então, o Fundo de Desenvolvimento Regional, que é uma questão fechada em nossa bancada, deve pertencer, sim, à nova SUDENE, para fortalecê-la e para que, cada vez mais, ela sirva de instrumento de planejamento e desenvolvimento de ações, sobretudo quando temos um Presidente da República que tem sido o maior Presidente da história do Brasil em todos os tempos, que vem investindo no Nordeste, que acredita na Região. E, principalmente para nós, de Pernambuco, e para o Brasil inteiro, é uma honra e um orgulho sua reeleição porque S.Exa. tem feito um governo voltado para o povo, para aquelas carências maiores da sociedade, sem se descuidar dos investimentos, da infra-es-

trutura, a fim de permitir que o Brasil realmente ocupe seu lugar de destaque no cenário mundial.

Portanto, meu caro Deputado Fernando Ferro, vamos fazer um trabalho em conjunto com todas as bancadas. Inclusive, quero dizer também aos nobres Deputados Eduardo Valverde e Nilson Mourão, e a todos os Deputados da Região Norte, que, também, do mesmo modo, devemos recriar a SUDAM. Deve-se fazer um trabalho para que seja recriada também a SUDAM, importante instrumento de planejamento e desenvolvimento de ações para o crescimento da Região Norte. Contaríamos, assim, com esses 2 instrumentos importantes para diminuir, cada vez mais, as desigualdades existentes entre as regiões menos desenvolvidas e as mais prósperas de todo o País.

Por isso, com este sentimento, é que tenho certeza absoluta, nobre Deputado Fernando Ferro, de que o Presidente Lula, que se tem mostrado sempre à altura deste momento decisivo que vivemos na vida do País, dará total apoio a essa medida, já que disse ao novo Governador Eduardo Campos, de Pernambuco, que tomará posse em 1º de janeiro do próximo ano, se Deus quiser, que daria todo o apoio para que tudo isso se concretizasse, porque ao Presidente interessa dar mais a quem tem menos. As prioridades de S.Exa. são sobretudo desenvolver o País como um todo, para que o cidadão, em qualquer lugar que viva ou exerça suas atividades, tenha os mesmos direitos e as mesmas oportunidades dos que residem nos grandes centros urbanos.

Tenho confiança absoluta de que não terminaremos este ano sem a recriação da SUDENE e da SUDAM, a fim de que os Governadores eleitos e reeleitos disponham desses importantes instrumentos de planejamento e desenvolvimento regional.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Neucimar Fraga) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por sugestão do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, gostaria de registrar que ontem conversamos com o Deputado Aldo Rebelo no sentido de incluir na pauta de votação desta Casa importantíssimo projeto de decreto legislativo que aprova a Convenção Internacional de Combate à Tortura. O Brasil precisa ratificar essa convenção, e será um dos últimos países a fazê-lo.

Esse instrumento precisa ser viabilizado para garantir que nosso País se some internacionalmente a outros que realizam esse esforço de aplicação de uma política de humanização e de definição de uma

cultura de paz. Esse projeto de decreto legislativo está para ser votado no Congresso Nacional – e isso será importantíssimo para o Brasil. Trata-se de um compromisso ético, moral e político da nossa Nação com o mundo. E a Câmara dos Deputados não pode faltar neste momento. Em conversa que tive com o Líder da Oposição, percebi a vontade de ratificar essa importante convenção. Será um grande momento da nossa Nação no sentido de somar-se aos países que lutam pelo fim da tortura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Neucimar Fraga, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário.

O SR. EDINHO BEZ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB – SC. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, sem sombra de dúvida, o Brasil é um dos países constantes da lista negra elaborada pela União Européia onde a pirataria é generalizada e afeta as empresas européias.

Obviamente, no mundo inteiro, em alguns países mais, em outros menos, a pirataria toma conta. Recente levantamento feito com o setor privado sugere que países devem tomar medidas mais efetivas para combater as falhas no sistema de proteção intelectual. Empresas se queixam de que informações prestadas para o registro de patentes farmacêuticas são usadas por companhias de produtos genéricos e que não é prioridade política do País destinar recursos para combater a pirataria.

O Brasil, porém, não lidera a lista. A China, Rússia, Ucrânia, Chile e Turquia são as maiores preocupações da Europa. Além de alertar para o fato de não ter excluído a opção de levar esses países aos tribunais da Organização Mundial do Comércio, o relatório da União Européia dividiu as economias nas quais o problema é grave em 3 categorias: na primeira delas está a China, responsável por 60% dos bens falsificados que entram todos os anos no mercado europeu, segundo dados por mim recebidos, e também em nosso País; na segunda categoria estão a Rússia, a Ucrânia, a Turquia e o Chile. O Brasil está na terceira categoria.

Medidas de educação e de sensibilização da sociedade para desestimular a aquisição de produtos piratas devem ser disseminadas. Há, entre nós, clara sensação de impunidade. Tenho tratado desse assunto inúmeras vezes da tribuna desta Casa e em entrevistas

a emissoras de televisão e de rádio. Precisamos dar um basta à impunidade reinante no Brasil.

A adoção de medidas de caráter econômico que permitam a redução da diferença de preços entre produtos legais e ilegais certamente seria uma das principais saídas no combate à pirataria.

Sei do sério trabalho dos meus colegas da Frente Parlamentar e das CPIs de combate à pirataria e à sonegação fiscal na busca de opções que combatam essa prática nociva, que degrada a economia e a cultura do País. Mas é preciso continuar a lutar, a punir os responsáveis e a desestimular tal prática. Não é possível que continuemos acobertando esse tipo de coisa. Não é possível que a pirataria seja concorrente dos fabricantes de produtos de primeira qualidade, isto é, daqueles que efetivamente pagam impostos. Precisamos estar atentos a isso.

Com a experiência adquirida pelo Governo no primeiro mandato e com a unidade desta Casa em assuntos polêmicos e importantes para o País, haveremos de combater tudo isso.

Precisamos fazer reformas nas áreas de segurança, tributária e fiscal e político-partidária e estabelecer em definitivo um projeto agrícola para este País.

Precisamos ainda fazer várias outras alterações, inclusive na Constituição, mas há uma que considero fundamental, a reforma do Poder Judiciário, com a participação do Executivo, do Legislativo e de segmentos da sociedade, como a OAB. Não é possível, Sr. Presidente, um processo ficar 20 anos sem ser julgado pelo Poder Judiciário. O Poder Judiciário é o grande responsável pela demora. Aliás, costumo dizer nos debates de que participo que não critico o profissional A ou B. Há profissionais bons e ruins em todos os setores da sociedade, mas no sistema é preciso pôr a mão. E nós, desta Casa, somos e seremos responsáveis se não fizermos algo nesse sentido.

Muito obrigado.

O SR. NILSON MOURÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, em cadeia nacional de rádio e televisão, o Presidente Lula fez um pronunciamento à Nação, depois de ter sido consagrado nas urnas para exercer um segundo mandato.

Foi um pronunciamento fundamentado, equilibrado, eu diria extremamente maduro, no qual S.Exa. mostrou ao povo brasileiro o quanto aprendeu no primeiro mandato.

Afirmou ele, por exemplo, que, nesse segundo mandato, vai concentrar seus esforços para acelerar o processo de desenvolvimento do País. Mas o Presidente Lula afirmou a palavra desenvolvimento, e não simplesmente, como alguns fazem até de modo vulgar, crescimento econômico, como se isso fosse tudo, como se isso fosse um dogma.

Ora, desenvolvimento é muito mais do que simples crescimento econômico; é crescimento econômico, sim, mas não só. Desenvolvimento implica justiça social, distribuição de renda, enfrentamento das desigualdades regionais.

Já vivemos um período no Brasil em que o crescimento econômico chegava a 10% ao ano, um dos maiores do mundo, mas a maioria do povo brasileiro vivia no desemprego, na miséria, na fome – verdadeira tragédia social espalhada pelo Brasil inteiro –, porque era crescimento econômico sem distribuição de renda, sem justiça social, sem enfrentamento das desigualdades regionais

O Presidente Lula usou, portanto, a palavra correta – desenvolvimento –, e acentuou outro aspecto fundamental: o diálogo construtivo que deve haver entre todos os setores da sociedade. O Presidente Lula conclamou empresários, trabalhadores, intelectuais, políticos e os movimentos sociais. Todos devemos dialogar sobre os rumos que queremos para o Brasil, e o Presidente Lula está de braços abertos para promover esse diálogo. Mas que fique bem claro desde logo: o Presidente Lula não será refém de qualquer grupo político desta Casa ou do Senado Federal que queira chantagear ao invés de dialogar.

O PSDB está dando demonstrações de que reconhece a derrota no pleito eleitoral e que quer dialogar pelos interesses maiores da Nação, interesses que estão acima dos partidos políticos. O PFL, porém, ainda liderado pelo Sr. Bornhausen, está possuído daquele sectarismo e radicalismo infantis de quem perdeu e está com raiva. Perdeu, perdeu. No Acre, dizemos que quem perde tem direito a uns dias do choro do surubim. Depois, pára. O Senador Bornhausen carrega uma carga muito grande de ressentimentos, expressando-se como alguém um pouco afetado e despreparado para o exercício do mandato parlamentar. E se quiser sobreviver politicamente, porque foi o maior derrotado nas eleições, o PFL deveria colocar-se também como interlocutor nesse diálogo.

Precisamos fazer uma grande aliança nacional em torno do Brasil. O PT está de braços abertos; o Presidente Lula está de braços abertos; o PMDB está ajudando; os demais partidos da base aliada e o PSDB estão sinalizando a respeito. Vai o PFL ficar sozinho e isolado? Deveria participar. Aliás, todos devemos parti-

cipar com vistas a propor soluções e encontrar saídas para os grandes gargalos e problemas do nosso País, como aqueles que enfrentam os nossos irmãos do Nordeste. O ilustre Presidente desta sessão, Deputado Inocêncio Oliveira, é um ardoroso defensor do Estado de Pernambuco e dos demais Estados do Nordeste.

Estamos aqui levantando a bandeira dos Estados da Região Norte, onde o Presidente Lula teve histórica votação. Em termos percentuais, a maior votação de S.Exa. foi no Amazonas. A Senadora Ana Júlia conseguiu eleger-se Governadora do Estado do Pará, onde predominaram as oligarquias durante longo tempo.

Este, portanto, é o momento certo para nos unir em torno do Brasil. E o Presidente Lula quer fazer essa grande aliança.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NEUCIMAR FRAGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. NEUCIMAR FRAGA (PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o trecho da BR-101 que corta o Estado do Espírito Santo está passando por sérios problemas. A bancada federal e o Governo do Estado há anos têm lutado pela duplicação daquele trecho da BR-101, um dos mais perigosos da rodovia. Há muito tempo, faz parte dos projetos do Ministério dos Transportes a duplicação do trecho que compõe o perímetro urbano chamado de contorno da cidade de Vitória.

A obra se arrasta há mais de 6 anos, fazendo com que a população capixaba sofra com os constantes acidentes ocorridos no trecho da BR-101 entre Cariacica e a cidade de Serra.

Durante este ano, o Governador Paulo Hartung, reeleito com quase 80% dos votos, o maior índice do Brasil, e os integrantes da bancada federal no Congresso estivemos por diversas vezes nos Ministérios dos Transportes e do Planejamento e na Casa Civil. Efetivamos, assim, um acordo entre o Governo Federal, a bancada federal e o Governo do Estado do Espírito Santo, incluindo no PPI do Orçamento de 2007 as obras de duplicação do contorno de Vitória.

Os projetos estão em andamento, a bancada federal está acompanhando e estamos em fase final de licitação do processo. Nos entendimentos entre o Governo do Estado, a Casa Civil, o Ministério do Planejamento e o Ministério dos Transportes ficou decidido que a partir de 2007 as obras da BR-101, no Espírito Santo, seriam incluídas no Plano Preferencial de Investimento, do Orçamento do Governo Federal. Os recursos orçamentários destinados a essa rubrica não podem ser contingenciados, por isso as obras contem-

pladas no PPI têm andamento e desempenho muito melhores na sua execução do que as demais incluídas no Orçamento normal do Governo Federal.

O Ministério dos Transportes informou ao Governo do Espírito Santo e à bancada federal que os orçamentos para as obras da BR-101 no Estado já estavam incluídos no Orçamento enviado ao Congresso Nacional na rubrica do PPI. Ontem, Sr. Presidente, a bancada federal, acompanhada pelo Secretário de Estado William Galvão e do Diretor da UNIT no Estado do Espírito Santo, Dr. Élio Bahia, esteve no Ministério dos Transportes para pedir prioridade no processo de licitação do contorno de Vitória.

Para nossa surpresa, inclusive do Ministro Paulo Sérgio Passos, que, diga-se de passagem, tem feito belíssimo trabalho à frente do Ministério dos Transportes, herdado do ex-Ministro Alfredo Nascimento, eleito Senador pelo Amazonas, ao analisarmos o Orçamento da União enviado ao Congresso Nacional, verificamos que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não cumpriu o acordo. Os recursos previstos fazem parte do Orçamento, mas não da rubrica especial do PPI. Isso nos trouxe preocupação.

Apelamos ao Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e à Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que cumpram o acordo feito com a bancada federal e com o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, e enviem emenda modificativa ao Orçamento, por meio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, corrigindo esse erro. Os capixabas não mais agüentam a prorrogação da conclusão daquelas obras da BR-101.

Ontem, houve mais um acidente naquele perímetro, trecho em que mais ocorreu acidente rodoviário no Espírito Santo. Enquanto estávamos reunidos com o Ministro dos Transportes, um caminhão-tanque, transportando 10 mil litros de combustível, bateu em uma carreta e explodiu, causando pânico nos moradores daquela área.

Apelo ao Ministro Paulo Bernardo para que, com bom senso, atenda à reivindicação da bancada federal e do Ministro Paulo Sérgio Passos – em parceria com a bancada, S.Exa. está empenhado em resolver esse problema – e encaminhe ao Congresso Nacional emenda modificativa corrigindo erro.

A bancada federal do Espírito Santo, apesar de pequena, não vai admitir que o Estado, novamente, fique fora do PPI. Aliás, temos de acompanhar mais de perto os projetos priorizados para saber se todas as regiões do Brasil estão sendo contempladas ou apenas os Estados onde há predominância de representantes nos Ministérios.

Apelo ao Ministros Paulo Bernardo e Dilma Rouseff para que enviem ao Congresso Nacional emenda modificativa que corrija o Orçamento e inclua os trechos da BR-101 no PPI.

Essa é a um reivindicação da bancada federal do Espírito Santo – 10 Deputados e 3 Senadores – e do Governador Paulo Hartung, eleito com o maior índice de aprovação popular em 2006.

Sr. Presidente, V.Exa. também é capixaba, de São Gabriel da Palha. Hoje representa o Pará. Queremos, portanto, contar com o apoio de V.Exa. nessa luta da nossa bancada federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) – V.Exas. podem contar com meu integral apoio, até porque as rodovias são essenciais para a melhoria da vida do povo de cada Estado. Eu, no Pará, tenho enfrentado situações iguais a que V.Exa enfrenta. Graças aos investimentos do Presidente Lula, estamos mudando a situação de abandono das rodovias paraenses, principalmente da Transamazônica, onde esteve presente o Ministro dos Transportes, no último dia 25, em Altamira, Medicilândia, e da Cuiabá—Santarém, que, provavelmente, durante o próximo mandato do Presidente Lula, será asfaltada.

Durante o discurso do Sr. Neucimar Fraga, o Sr. Inocêncio Oliveira, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Zé Geraldo, § 2º do art. 18 do Regimento InterNº

O SR. EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) – Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, reeleito para mais 4 anos nesta Casa, para continuar seu brilhante trabalho.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ilustre representante do Pará, na condição de amazônida, nossa preocupação é promover o desenvolvimento da nossa região. Aquela população precisa melhorar sua qualidade de vida. Só que esse desenvolvimento tem de ser feito em bases diferentes, em conformidade com a proteção ambiental.

O desenvolvimento da Amazônia foi feito com alto custo ambiental, seja pelo desflorestamento, pela poluição dos seus rios, pelo esgotamento dos seus recursos minerais, seja não observância, muitas vezes, da cultura da população tradicional – índios, ribeirinhos, seringueiros.

Rondônia foi o Estado da região amazônica mais antropizado, porque foi palco de uma expansão da

fronteira agrícola, do forte fluxo migratório, nas décadas de 60, 70 e 80. Lá se praticaram vários desastres ambientais que não melhoraram a qualidade de vida da sua população. Ao contrário, hoje pagamos um custo elevado, em consequência do que foi feito por outros governos.

Hoje, no limiar de um novo Governo do Presidente Lula, cabe a nós, da bancada federal do Partido dos Trabalhadores, repensar um modelo de desenvolvimento, uma alternativa para melhorar a qualidade de vida da população de Rondônia, composta por quilombos, populações indígenas, migrantes que foram para lá nas décadas de 40 e 50, e por recém-migrantes, que para lá se dirigiram na década de 80.

O que temos a apresentar? O que queremos? Há perspectiva da construção de uma hidrelétrica no Rio Madeira. Trata-se de obra importante, a segunda a ser construída, aproveitando-se aquele potencial hídrico. Essa hidrelétrica tem de ser feita com todo o cuidado. Esse tipo de investimento, de empreendimento, deve respeitar as condições ambientais e as populações tradicionais.

Há também o asfaltamento da BR-319, trecho que liga Porto Velho a Manaus, uma via de acesso ao Caribe, já que os trechos de Manaus a Boa Vista e Boa Vista a Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, também estão asfaltados, assim como o trecho venezuelano. Isso vai permitir a interligação com o MERCOSUL.

Há também o zoneamento agroecológico de Rondônia. É importante que essa questão seja enfrentada, porque se trata do único Estado que tem toda a sua região zoneada, em que é destinada área para agricultura, pecuária e conservação e uso múltiplo da floresta. A lei ambiental agroecológica jamais foi cumprida pelo Governo local. E hoje há um passivo a ser feito, que é a recuperação das áreas desflorestadas.

É necessário o empenho do Governo Federal para financiar esse reflorestamento, sob pena de continuar a ilegalidade e o desmatamento. É necessário proteger as unidades de conservação e as reservas indígenas. Para isso, o suporte federal é indispensável.

Outra questão importante se refere aoanel viário da cidade de Ji-Paraná. Rondônia tem uma estrada que corta o Estado todo, a BR-364. Novecentas carretas, por dia, passam de Vilhena a Porto Velho para embarcar e ir até o Porto de Santarém. Essa rodovia perpassa cidades importantes, como Ji-Paraná. O anel viário impediria que 900 carretas trafegassem no meio da cidade, causando transtornos e acidentes.

É necessário também ampliar a capacidade do porto de Porto Velho, tirá-lo de onde se encontra, fixá-lo um pouco mais a montante do rio, a fim de tirar da

Capital esse fluxo de carretas e permitir que, com a instalação do Gasoduto Urucu—Porto Velho, saia um ramal para fortalecer uma zona industrial movida a gás que utilizaria o porto para o transporte de mercadorias.

É necessário, para fortalecer a economia rondoniense, a industrialização da produção agrícola. Rondônia é o quarto Estado brasileiro em rebanho bovino⁹ Parte dessa produção sai semi-elaborada. É necessário agregar valor à cadeia produtiva da carne, a fim de que toda a produção bovina saia industrializada do Estado. Já há investimentos do BASA da ordem de quase 30 milhões de reais para fortalecer cooperativas de produtores que vão beneficiar a produção da carne bovina e a transformação do leite em leite em pó.

É preciso também discutir novamente a potencialidade agroflorestal do Estado. Toda a região do Vale do Guaporé é rica em ecossistemas que poderiam ser aproveitados de forma racional, principalmente os produtos florestais. É óbvio que tecnologia apropriada tem de ser utilizada para fazer o uso correto das florestas disponíveis para o manejo florestal, para a utilização de essências, raízes, enfim, de todo o potencial disponível, bastando tão-somente tecnologias apropriadas.

É preciso fortalecer a educação pública, porque não há como utilizar tecnologia apropriada se populações tradicionais – índios, seringueiros, quilombolas – não se apropriarem de conhecimentos e os utilizarem para fazer valer as riquezas agroflorestais.

O setor madeireiro, que é importante, mas num determinado momento foi taxado de destruidor de floresta, hoje, está consciente de que tem que manter as florestas em pé para obter matéria-prima para manejar.

É necessário que o INCRA regularize as terras. Durante 20 anos, houve uma permissão oficial para grilagem de terra pública no Estado de Rondônia. O INCRA, que fez vista grossa à grilagem de terras públicas, poderia recomeçar a regularização dessas áreas dando terra pública para quem tem o perfil da reforma agrária e retirando terra pública de quem não tem o perfil da reforma agrária.

Só que isso precisa ser estruturado. Com o quadro atual do INCRA, é impossível fazer cumprir a lei. Com isso, centenas de pessoas que tiveram poder no passado, atualmente, apropriam-se de milhares de hectares de terras públicas no Estado de Rondônia.

O Sr. Zé Geraldo, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Dra. Clair, § 2º do art. 18 do Regimento InterNº

O SR. ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Dra. Clair) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que me ouvem neste momento, trago a esta tribuna ainda a emoção da vitória que o partido que presido no Pará, o Partido dos Trabalhadores, obteve no segundo turno das eleições, quando elegeu Ana Júlia Carepa Governadora do Estado enfrentando o núcleo intelectual do PSDB, que combateu o Governo Lula durante todo o tempo. Esse grupo, que governa o Estado do Pará há 12 anos, parecia imbatível. O ex-Senador Almir Gabriel, Governador do Estado por 2 mandatos, achava que iria ganhar as eleições no primeiro turno⁹ Estou no Pará há 26 anos – fui eleito pela primeira vez Deputado Estadual, em seguida reeleito e depois Deputado Federal; desde então, acompanho a política paraense, conheço os anseios do nosso povo e tinha a avaliação de que era o momento de o PT ganhar as eleições no Estado.

A princípio, Ana Júlia não queria ser candidata. Tanto é que seu nome só foi oficializado no último dia da convenção partidária. Promovemos um movimento dentro do partido, conversamos com aliados e enfrentamos as maiores dificuldades nas últimas eleições.

Não tínhamos recursos. Na maioria dos municípios do Pará, no dia das eleições no primeiro turno, não havia chegado nenhum material da Senadora Ana Júlia. Ainda no início da campanha, quando visitávamos os municípios, S.Exa. quebrou a perna. Até hoje, ela está numa cadeira de rodas, e se submete a tratamento para ver se no dia da posse poderá andar pelo menos de muleta.

No segundo turno, não foi diferente: 48 horas antes das eleições, na maioria dos 143 municípios paraenses, o material de campanha ainda não tinha chegado.

Mas o povo tinha vontade de mudar. O PSDB, há 12 anos no governo do Estado do Pará, não fez as mudanças que poderia ter feito, nem as obras que poderia ter implementado, como, por exemplo, no que se refere ao abastecimento d'água. O Pará é banhado por caudalosos rios. Temos o Rio Amazonas, o Rio Tapajós, o Rio Xingu, o Rio Araguaia, o Rio Tocantins, o Rio Guamá e outros. No entanto, as vilas e cidades na beira desses rios não têm água. Setenta por cento do povo paraense não tem água tratada em casa.

Na questão fundiária, o Instituto de Terras do Pará nunca executou um projeto de assentamento em 12 anos. A SECTAM não tem escritório instalado em ne-

nhum município do Estado do Pará. Apenas em Belém existe a estrutura da Secretaria do Meio Ambiente.

Os peessedebistas cometeram outro erro estratégico: fizeram o enfrentamento com o Presidente Lula. Em outros Estados, como Minas Gerais, o PSDB não se lançou ao enfrentamento que fez no Pará.

Esses fatores levaram-nos a ter uma oportunidade, e soubemos aproveitá-la.

Conduzi o partido no primeiro turno com as alianças possíveis. Começamos a conversar com o PMDB ainda no primeiro turno, para que o candidato que fosse ao segundo turno tivesse o apoio de quem perdesse. Naturalmente, Ana Júlia tinha mais chance. E foi o que aconteceu: Ana Júlia foi eleita Governadora do Estado do Pará, e, na próxima semana, já terá uma audiência com o Presidente Lula.

Agora, o Pará terá uma Governadora que vai valorizar tudo aquilo que já foi, que está chegando e que chegará ao Estado.

Na campanha, a candidata Ana Júlia comprometeu-se a ajudar o Governo Federal na implementação das políticas federais, e elas não são poucas no Estado. Só o Programa Luz para Todos tem este ano 160 milhões de reais. Na reforma agrária, as 3 superintendências contam com um orçamento de 450 milhões de reais. Do 1 bilhão de reais que o PRONAF destinou para a Amazônia, 500 milhões de reais foram para o Estado do Pará. No ordenamento fundiário, a Rodovia Cuiabá – Santarém está pronta para o próximo Governo concluir seu asfaltamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente Lula ganhou no primeiro turno no Estado do Pará – não foi só no Amazonas, não. No Pará, com todo o enfrentamento do PSDB, Lula ganhou no primeiro turno e ampliou a vantagem no segundo turno.

Portanto, aqueles que elegeram Ana Júlia Governadora, aqueles que novamente apostaram no Presidente Lula podem ter certeza de que o Pará é um Estado que vai crescer.

Temos um Estado forte na mineração, nos recursos florestais, na pesca, na agropecuária. Há mais de 30 anos, homens e mulheres de todos os Estados do Brasil têm se dirigido para lá. É um Estado muito próspero, e agora terá um Governo que vai fazer muito mais.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Dra. Clair) – Deputado Zé Geraldo, cumprimento V.Exa. e também o Partido dos Trabalhadores e os partidos coligados pela vitória da Ana Júlia no Pará.

Gostaria que V.Exa. transmitisse à Senadora meus cumprimentos.

A Sra. Dra. Clair, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Zé Geraldo, § 2º do art. 18 do Regimento InterNº

A SRA. DRA. CLAIR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) – Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DRA. CLAIR (PT – PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, quero parabenizar o Presidente Lula pela sua reeleição.

Também quero parabenizar o Governador Roberto Requião pela vitória no Estado do Paraná.

Cumprimento ainda os eleitores, os partidos e as entidades que participaram das eleições.

Foi um período difícil, marcado por inúmeras denúncias, mas o que prevaleceu tanto em nível nacional como em nível do nosso Estado foi a opção por um modelo de governo antiprivatizante e voltado para o social.

O povo brasileiro percebeu a diferença deste Governo com os anteriores e deu uma vitória esmagadora a Lula nas eleições, concedendo-lhe mais um mandato de 4 anos. O Presidente Lula, reeleito com mais de 58 milhões de votos, está credenciado pela população para realizar as mudanças de que o Brasil precisa.

Espero que no próximo mandato Lula implemente um novo modelo econômico e social, estabeleça metas de crescimento do PIB acima de 5%, nível correspondente às potencialidades do nosso País.

Este é o choque de gestão de que precisamos: reduzir de forma mais acelerada os juros que impactam nossa dívida e nosso Orçamento a fim de ter mais recursos para investir em infra-estrutura, para gerar os empregos necessários e proporcionar bem-estar à população.

Tendo mais recursos para investimentos públicos, reduzindo os gastos com juros, nosso PIB crescerá e os gastos com a máquina administrativa ficarão equilibrados.

Rejeitamos as receitas neoliberais que estão sendo propostas por muitos setores da Oposição, por muitos economistas e até por alguns membros do nosso partido e do próprio Governo, que querem ajuste fiscal duro, corte drástico nas despesas da máquina administrativa, déficit nominal zero, reformas trabalhista e previdenciária para retirar direitos dos trabalhadores e servidores públicos. O PT e os partidos da coligação, pela importância do seu desempenho nas eleições, têm de exercer um papel de protagonista. Não podem se omitir neste momento em que as diretrizes do novo mandato estão sendo implementadas.

Reunida, a Executiva Nacional do PT, em nota, posicionou-se nesse sentido.

Quero solidarizar-me com o Ministro Tarso Genro. Espero que no próximo mandato a política econômica seja menos ortodoxa. Estamos realmente numa nova era, a do crescimento econômico, da geração de empregos, dos investimentos no setor produtivo e da distribuição de renda. Juntamente com os movimentos sociais, lutaremos pelas mudanças estruturais que se fazem necessárias em nosso País.

Em meu Estado, o Paraná, também houve duro enfrentamento entre 2 projetos antagônicos. O Governador Roberto Requião saiu-se vitorioso das urnas com sua proposta de recuperação da COPEL, da SANEPAR, de redução das tarifas dos pedágios, de luta contra os transgênicos, de programas sociais de grande importância para a população mais pobre do Estado.

Por último, Sr. Presidente, parabeno o povo brasileiro e, particularmente, a população do meu Estado pela escolha dos representantes eleitos, pela confiança na proposta de construção de um Estado forte, com capacidade de enfrentar os interesses neoliberais e voltada para o bem-estar da população.

Muito obrigada.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zé Geraldo) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, louvo a iniciativa da Deputada Luiza Erundina de promover, no próximo dia 7, na Câmara dos Deputados, o seminário intitulado Internet para todos: uma estratégia focada nos municípios.

Sr. Presidente, a Deputada Luiza Erundina pretende que a Internet seja oferecida à população como um serviço público, semelhante ao de distribuição de água ou de iluminação pública.

Esta é, sem dúvida, uma idéia instigante, que merece discussão aprofundada e a atenção de todas as autoridades brasileiras. Neste momento, apenas 8% da população brasileira têm acesso à Internet. Trata-se de uma forma de segregação, de discriminação tão grave quanto o analfabetismo, pois separa pessoas que têm acesso a essa ambiência digital, a esse admirável mundo novo, daqueles que ficam perdidos no século XX para trás, sem terem a menor condição de disputar competitivamente o mercado, porque não sabem manejar um computador.

Na sua proposta, S.Exa. sugere que sejam utilizados recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, que dispõe de 4 bilhões de reais, Sr. Presidente, que, evidente-

mente, resolveriam adequada e convenientemente essa proposta.

Devo informar à Casa que a iniciativa da Deputada coincide, por um desses lances felizes do acaso, com a vinda ao Brasil, no começo de novembro, do Prof. Nicholas Negroponte, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, fundador e Presidente da One Laptop Per Child – OLPC, que se propõe a distribuir notebooks à razão de 100 dólares por unidade.

A inclusão digital hoje é uma preocupação mundial. O MIT desenvolveu esse laptop a 100 dólares, cujo hardware será produzido por uma empresa de Taiwan. O Brasil receberá em novembro os primeiros 50 laptops, que serão encaminhados à Universidade de São Paulo, para os primeiros testes de utilização, principalmente em educação de crianças.

Em janeiro chegará um novo lote de mais mil laptops a um custo realmente irrisório, que se adapta como a mão à luva à proposta da Deputada de inclusão digital e universalização da população ao computador e, principalmente, à iniciação de jovens estudantes no uso desses equipamentos, que são a própria marca do nosso tempo.

Sr. Presidente, no momento em que o Presidente Lula manifesta preocupação com as desigualdades, manifesta querer promover a equanimidade e a igualdade social entre regiões, segmentos da população e grupos de pessoas, nada mais pertinente e justo do que essa preocupação revelada pela Deputada Luiza Erundina, a qual acolhemos com o maior entusiasmo.

Vamos submeter essa proposta também ao Conselho de Altos Estudos de Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, uma das sedes adequadas para discussão dessa matéria. Eventualmente, oficializaremos em um documento que venha enfeixar as linhas básicas e diretrizes para a proposta de universalização do acesso à Internet e da utilização de computadores pelos extratos inferiores da população, aqueles desfavorecidos da sorte e que não têm, mesmo no mercado de trabalho analógico, qualquer acesso, e que se perdem ainda mais na distância com a institucionalização de todos os métodos digitais nas diversas atividades humanas que vão plasmar a sociedade do futuro.

Nossos cumprimentos, uma vez mais, à Deputada Luiza Erundina e votos de sucesso na sua iniciativa.

A SRA. PRESIDENTA (Dra. Clair) – Cumprimento também a Deputada Luiza Erundina por sua iniciativa, somando-me às palavras do nobre Deputado.

O Sr. Zé Geraldo, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Dra. Clair, § 2º do art. 18 do Regimento InterNº

O SR. PAES LANDIM – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SR. PRESIDENTE (Dra. Clair) – Tem V.Exa. a palavra.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO PAES LANDIM QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ POSTERIORMENTE PUBLICADO.

A SRA. PRESIDENTA (Dra. Clair) – Vai-se passar ao horário de

VII – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

(Não há oradores inscritos)

VIII – ENCERRAMENTO

A SRA. PRESIDENTA (Dra. Clair) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Dra. Clair) – Encerro a sessão, convocando outra para a próxima sexta-feira, dia 3 de novembro, às 9 horas.

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I – EMENDAS

1. PROJETOS COM URGÊNCIA – ART. 64, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Prazo para apresentação de emendas: 5 Sessões (Ato da Mesa nº 177, de 1989).

PROJETO DE LEI

Nº 7.514/2006 (PODER EXECUTIVO) – Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

SOBRESTA A PAUTA EM: 8/12/2006 (46º dia)

ÚLTIMA SESSÃO: 3/11/2006

II – RECURSOS

1. CONTRA APRECIÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO – ART. 24, II, DO RICD

INTERPOSIÇÃO DE RECURSO: art. 58, § 3º, c/c o art. 132, § 2º (PARECERES FAVORÁVEIS), ou com o art. 133 (PARECERES CONTRÁRIOS), todos do RICD.

Prazo para apresentação de recurso: 5 sessões (art. 58, § 1º do RICD).

1.1 COM PARECERES FAVORÁVEIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 2.108/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que auto-

riza a Associação Comunitária dos Moradores do João XXIII a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

2.173/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Jovens Unidos de Lagoa Real a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Real, Estado da Bahia.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.191/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Marco Zero Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Amapá, Estado do Amapá.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.192/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mampituba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Três Cachoeiras, Estado do Rio Grande do Sul.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.194/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Ação Social e Cultural 22 de Dezembro a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador, Estado da Bahia.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.245/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Gaivota FM de Barra do Mendes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Barra do Mendes, Estado da Bahia.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.255/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos/Rádio Comunitária São Domingos FM a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Domingos, Estado de Sergipe.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.261/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza

a Associação Cultural Rádio Comunitária de Mirandiba – PE a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirandiba, Estado de Pernambuco.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.263/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa Jorge Elias para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Patrocínio, Estado de Minas Gerais.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.281/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vida Nova a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.300/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Três Forquilhas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Forquilhas, Estado do Rio Grande do Sul.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.307/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária, Cultural, Recreativa e Social Bauru Centro Leste a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bauru, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.312/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária da Fercal – ARC a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.315/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Carnaubais / RN – ACCRN a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carnaubais, Estado do Rio Grande do Norte.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.321/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio A Tribuna de Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santos, Estado de São Paulo.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.324/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão do Município de Bom Jardim a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jardim, Estado do Rio de Janeiro.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.331/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que outorga permissão ao Estúdio Roquete Pinto de Comunicações Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ibituva, Estado do Paraná.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.332/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária do Bairro Salgado Filho e Região Norte de Santa Maria a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.336/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Fundação Marica Saraiva a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Longá, Estado do Piauí.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.342/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária de Peixoto de Azevedo a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.
ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

Nº 2.362/2006 (Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática) – Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural e Ecológica Santo Antonio – ACESA a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná.
 ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

PROJETO DE LEI

Nº 5.57/2003 (João Herrmann Neto) – Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 1985.

ÚLTIMA SESSÃO: 3-11-06

ORADORES SORTEADOS PARA O GRANDE EXPEDIENTE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2006

Dia 3, 6ª-feira

10:00 RENATO CASAGRANDE (PSB – ES)
 10:25 LEONARDO MONTEIRO (PT – MG)
 10:50 ARACELY DE PAULA (PL – MG)
 11:15 MARCELO CASTRO (PMDB – PI)
 11:40 MARCUS VICENTE (PTB – ES)

Dia 6, 2ª-feira

15:00 NATAN DONADON (PMDB – RO)
 15:25 GASTÃO VIEIRA (PMDB – MA)
 15:50 DURVAL ORLATO (PT – SP)
 16:15 JOÃO MAGNO (PT – MG)
 16:40 VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG)

Dia 7, 3ª-feira

15:00 IRINY LOPES (PT – ES)
 15:25 ALMIR MOURA (PFL – RJ)

Dia 8, 4ª-feira

15:00 JÚLIO REDECKER (PSDB – RS)
 15:25 JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL – DF)

Dia 9, 5ª-feira

15:00 MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PSB – MG)
 15:25 LINO ROSSI (PP – MT)

Dia 10, 6ª-feira

10:00 CÉSAR MEDEIROS (PT – MG)
 10:25 EDINHO MONTEMOR (PSB – SP)
 10:50 LUIZ SÉRGIO (PT – RJ)
 11:15 RICARDO RIQUE (PL – PB)
 11:40 RICARDO BARROS (PP – PR)

Dia 13, 2ª-feira

15:00 MEDEIROS (PL – SP)
 15:25 ZÉ LIMA (PP – PA)
 15:50 JOÃO CALDAS (PL – AL)
 16:15 FERNANDO CORUJA (PPS – SC)
 16:40 ANDRÉ COSTA (PDT – RJ)

Dia 14, 3ª-feira

15:00 LÚCIA BRAGA (PMDB – PB)
 15:25 HENRIQUE FONTANA (PT – RS)

Dia 16, 5ª-feira

15:00 WAGNER LAGO (PDT – MA)
 15:25 MARCOS ABRAMO (PP – SP)

Dia 17, 6ª-feira

10:00 B. SÁ (PSB – PI)
 10:25 PEDRO CHAVES (PMDB – GO)
 10:50 JÚLIO DELGADO (PSB – MG)
 11:15 VANDERLEI ASSIS (PP – SP)
 11:40 FLEURY (PTB – SP)

Dia 20, 2ª-feira

15:00 MARIA DO CARMO LARA (PT – MG)
 15:25 JORGE ALBERTO (PMDB – SE)
 15:50 DIMAS RAMALHO (PPS – SP)
 16:15 FRANCISCO APPIO (PP – RS)
 16:40 MANOEL SALVIANO (PSDB – CE)

Dia 21, 3ª-feira

15:00 NELSON BORNIER (PMDB – RJ)
 15:25 MILTON BARBOSA (PSC – BA)

Dia 22, 4ª-feira

15:00 WELLINGTON ROBERTO (PL – PB)
 15:25 DR. HELENO (PSC – RJ)

Dia 23, 5ª-feira

15:00 LUCIANO CASTRO (PL – RR)
 15:25 JOÃO ALMEIDA (PSDB – BA)

Dia 24, 6ª-feira

10:00 ALEXANDRE CARDOSO (PSB – RJ)
 10:25 SEBASTIÃO MADEIRA (PSDB – MA)
 10:50 GILBERTO NASCIMENTO (PMDB – SP)
 11:15 CARLOS SAMPAIO (PSDB – SP)
 11:40 BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB – MG)

Dia 27, 2ª-feira

15:00 COLBERT MARTINS (PPS – BA)
 15:25 ELAINE COSTA (PTB – RJ)
 15:50 JOÃO MATOS (PMDB – SC)
 16:15 MARCOS DE JESUS (S.PART. – PE)
 16:40 HENRIQUE AFONSO (PT – AC)

Dia 28, 3ª-feira

15:00 JOÃO BATISTA (PP – SP)
 15:25 OSMÂNIO PEREIRA (PTB – MG)

Dia 29, 4ª-feira

15:00 VICENTINHO (PT – SP)
 15:25 DR. RIBAMAR ALVES (PSB – MA)

Dia 30, 5ª-feira

15:00 JOÃO CASTELO (PSDB – MA)

15:25 ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT – MS)

ORDEM DO DIA DAS COMISSÕES**I – COMISSÕES PERMANENTES****COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA,
ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA
(DIA 06-11-06)****Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 7.435/06 – da Sra. Selma Schons – que “estende aos sericicultores o benefício do seguro-desemprego, concedido ao pescador profissional durante o período de defeso, conforme previsto pela Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003”.

RELATOR: Deputado CEZAR SILVESTRI.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.234/05 – do Sr. Ivo José – que “acrescenta dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, estabelecendo estímulos à recuperação de áreas degradadas pela exploração integrada da fruticultura e da apicultura”.

RELATOR: Deputado OSVALDO COELHO.

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-11-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 7.100/06 – do Senado Federal-Sérgio Zambiasi – (PLS 341/2005) – que “altera os arts. 48 e 103 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com a finalidade de instituir, dentre os objetivos do crédito rural, o estímulo à substituição da cultura do tabaco por atividades alternativas, e de conceder, pelo Poder Público, incentivos especiais ao proprietário

rural que substituir a cultura do tabaco por atividades alternativas”.

RELATOR: Deputado FRANCISCO TURRA.

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 07-11-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 6.919/06 – do Sr. Leonardo Vilela – que “altera a Lei nº 11.265, de 04 de janeiro de 2006, que “Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também de produtos de puericultura correlatos””.

RELATOR: Deputado ZONTA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.820/06 – do Sr. Xico Graziano – que “altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que regulamenta dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária”.

RELATOR: Deputado LEONARDO VILELA.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE
CIDADANIA****AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 5ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 03-11-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

A – Da Análise da Constitucionalidade, Juridicidade e Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 7.245/06 – do Sr. Leonardo Monteiro – que “altera os artigos 50 e 77 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado OSMAR SERRAGLIO.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE
EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA
(DIA 06-11-06)****Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)**

PROJETO DE LEI Nº 7.476/06 – do Poder Executivo – que “dispõe sobre as prescrições médicas e odon-

tológicas, em garantia do princípio da transparência e do direito do consumidor de medicamentos à informação”.

RELATOR: Deputado JONIVAL LUCAS JUNIOR.

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-11-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 1.469/03 – do Sr. Ronaldo Vasconcellos – que “dispõe sobre a suspensão dos serviços de telefonia móvel por falta de pagamento da conta dos serviços”.

RELATOR: Deputado ANTONIO CRUZ.

PROJETO DE LEI Nº 2.921/04 – do Sr. Luiz Piauhyllino – que “dispõe sobre as condições de uso e de tarifação do Serviço de Informação de Código de Acesso de Assinante do Sistema Telefônico Fixo Comutado para as informações dos códigos dos serviços de emergência e de utilidade pública, assim como das chamadas para os citados serviços”. (Apensados: PL 5319/2005 e PL 5926/2005)

RELATOR: Deputado PASTOR PEDRO RIBEIRO.

PROJETO DE LEI Nº 7.132/06 – do Sr. João Herrmann Neto – que “dispõe sobre a padronização, pelo Poder Executivo, das denominações e siglas dos serviços bancários oferecidos aos clientes”.

RELATOR: Deputado MARCELO GUIMARÃES FILHO.

PROJETO DE LEI Nº 7.188/06 – do Sr. Enio Bacci – que “determina a inclusão obrigatória de informações claras e precisas, nas embalagens, sobre a utilidade de todos os medicamentos”.

RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNº

PROJETO DE LEI Nº 7.318/06 – do Sr. Celso Russomanno – que “altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para ampliar o conceito de fornecedor, aumentar os prazos para reclamação por vícios aparentes e determinar o reinício da contagem desses prazos, após o atendimento da reclamação pelo fornecedor”.

RELATOR: Deputado ROBÉRIO NUNES.

PROJETO DE LEI Nº 4.664/04 – do Sr. Antonio Cambraia – que “proíbe a venda de álcool etílico 96 ° GL no País”. (Apensado: PL 6320/2005)

RELATOR: Deputado OSMÂNIO PEREIRA.

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 6.914/06 – do Sr. Luiz Antonio Fleury – que “obriga a empresa administradora de cartão de crédito a inscrever no cartão de crédito seu endereço para fins de citação e número de telefone para reclamações”.

RELATOR: Deputado IRIS SIMÕES.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 3ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 07-11-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 3.613/00 – do Sr. Ricardo Izar – que “dispõe sobre a venda fracionada de medicamentos nas farmácias”.

RELATOR: Deputado RONALDO DIMAS.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA (DIA 06/11/2006)

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.156/04 – do Sr. Ivan Valente – que “dispõe sobre o dever das empresas de rádio ou televisão de informar aos ouvintes ou telespectadores os dados das obras musicais executadas em sua programação”. (Apensado: PL 3364/2004)

RELATOR: Deputado CHICO ALENCAR.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)

DECURSO: 1ª SESSÃO

ÚLTIMA SESSÃO: 09-11-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

A – Da Análise da Adequação Financeira e Orçamentária e do Mérito:

PROJETO DE LEI Nº 4.132/04 – do Sr. José Carlos Aleluia – que “dispõe sobre a isenção do pagamento da contribuição previdenciária prevista no art. 4º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no § 18 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, aos servidores inativos e os pensionistas da União portadores de doença grave.” (Apensado: PL 4.205/2004)

RELATOR: Deputado JOSÉ CARLOS MACHADO.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 03-11-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.252/06 – do Poder Executivo – que “dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios”.

RELATOR: Deputado ANDRÉ DE PAULA.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07-11-06

Projetos de Lei (Art. 119, I e §1º)

PROJETO DE LEI Nº 7.269/06 – do Sr. Jair Bolsonaro – que “Altera a redação do § 1º do art. 6º, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado ALBERTO FRAGA.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 5ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 03-11-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.324/05 – do Sr. Geraldo Thadeu – que “dispõe sobre o parcelamento dos débitos previdenciários de entidades filantrópicas e de assistência social”. (Apensados: PL 5496/2005 e PL 6556/2006)

RELATOR: Deputado VANDERLEI ASSIS.

PROJETO DE LEI Nº 6.644/06 – do Sr. Carlos Nader – que “torna obrigatória a fixação de cartaz contendo relação de medicamentos proibidos, no estabelecimento que os comercializa e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado JAMIL MURAD.

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**AVISOS****PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (5 SESSÕES)**

DECURSO: 3ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 07-11-06

Substitutivo (Art. 119, II e §1º)

AS PROPOSIÇÕES ABAIXO SOMENTE RECEBERÃO EMENDAS APRESENTADAS POR MEMBROS DESTA COMISSÃO

PROJETO DE LEI Nº 5.614/05 – do Sr. Nelson Proença – que “acrescenta parágrafos ao art. 790-B da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943”.

RELATOR: Deputado LEONARDO PICCIANI.

PROJETO DE LEI Nº 6.746/06 – do Sr. Júlio Redecker – que “dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho”.

RELATOR: Deputado SANDRO MABEL.

II – COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

AVISOS

PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS (2 DIAS ÚTEIS)

Decurso: 2º dia
Último Dia: 03-11-06

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, referente ao Aviso nº 28/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1259, de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinentes à auditoria realizada nos procedimentos da Agência Espacial Brasileira – AEB para contratação de empresas para execução de obras no Centro de Lançamento de Alcântara – CLA – TC 009.484/2006-2.”.

RELATOR: Deputado OSVALDO REIS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO, referente ao Aviso nº 29/2006-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1322, de 2006 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, atinentes à auditoria realizada nas obras rodoviárias emergenciais na BR-163/PR, trecho Cândido Rondon até o entroncamento com a BR-272 (km 282,6 ao km 346,8), incluídas no Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – TC 002.003/2006-0.”.

RELATOR: Deputado CARLITO MERSS

III – COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA ÀS COMISSÕES

EM 01-11-06:

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

PROJETO DE LEI Nº 7.510/2006

PROJETO DE RESOLUÇÃO (CD) Nº 323/2006

Comissão de Seguridade Social e Família:

PROJETO DE LEI Nº 7.511/2006

PROJETO DE LEI Nº 7.517/2006

NOTA: FORMULÁRIO PARA EMENDAS DISPONÍVEL NA INTRANET: http://intranet/Diretoria/Decom/Formulario/Form_EMENDAS.doc

(Encerra-se a sessão às 18 horas e 14 minutos.)

ERRATA

SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

No DCD nº 103, de 13.6.06, página 29824 , coluna 2.

Onde se lê:

.....
Ofício nº 824(SF) – Do Senhor Primeiro-Secretário, encaminha a vossa Excelência, para os devidos fins, o autógrafo do Decreto Legislativo nº /64/06.

.....
- Decreto Legislativo nº 64, de 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Maranata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte.

.....
Leia-se:

.....
Ofício nº 824(SF) – Do Senhor Primeiro-Secretário, encaminha a vossa Excelência, para os devidos fins, o autógrafo do Decreto Legislativo nº 164/06.

.....
- Decreto Legislativo nº 164, de 2006

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Maranata a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guamaré, Estado do Rio Grande do Norte.

COMISSÕES

ATAS COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

52ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 1ª Reunião Extraordinária realizada em 23 de novembro de 2005.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e cinco, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, no plenário nº 4 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Eduardo Cunha, 1º Vice-Presidente; e com a presença dos Senhores Deputados Geddel Vieira Lima, Presidente; Luiz Carlos Hauly e Carlito Merss, respectivamente 2º e 3º Vice-Presidentes; Armando Monteiro, Coriolano Sales, Delfim Netto, Enivaldo Ribeiro, Félix Mendonça, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, João Magalhães, José Carlos Machado, José Pimentel, Luiz Carreira, Max Rosenmann, Moreira Franco, Mussa Demes, Nazareno Fonteles, Osório Adriano, Pauderney Avelino, Pedro Novais, Ricardo Berzoini, Roberto Brant, Silvio Torres, Vignat-

ti, Virgílio Guimarães, Wasny de Roure e Yeda Crusius (Titulares); Ademir Camilo, André Figueiredo, Antonio Cambraia, Eliseu Padilha, Feu Rosa, Júlio Cesar, Nelson Bornier, Odílio Balbinotti, Paulo Rubem Santiago, Ronaldo Caiado, Vadinho Baião e Zonta (Suplentes). Deixaram de comparecer os Deputados Gonzaga Mota, José Militão, José Priante e Marcelino Fraga. O Deputado Silvio Torres justificou ausência na reunião do dia 07 de junho do corrente em razão de compromissos político-partidários. Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos. EXPEDIENTE: O Presidente informou aos membros que retirou de pauta o Projeto de Lei nº 5.235/05 – do Poder Executivo, item 08, para aguardar a apreciação, primeiramente, pela Comissão de Seguridade Social e Família, por ter sido alterado o regime de tramitação do Projeto de urgente para ordinário. ORDEM DO DIA: Por acordo dos membros da Comissão, foram votadas preferencialmente e em bloco as seguintes matérias: Bloco I – Projetos pela incompatibilidade e/ou inadequação financeira e orçamentária: 11) PROJETO DE LEI Nº 1.783-B/99 – do Sr. Walter Pinheiro – que “dispõe sobre o acesso gratuito ao serviço de Internet via rede de TV a cabo para hospitais e posto de saúde da rede pública, estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus da rede pública, museus e bibliotecas públicas”. RELATOR: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO. 17) PROJETO DE LEI Nº 2.780-A/03 – do Sr. Carlos Sampaio – que “concede benefício fiscal às pessoas físicas e jurídicas que apoiarem, mediante doações ou investimentos, projetos e programas que estejam dentro dos propósitos da segurança pública estadual”. RELATOR: Deputado RICARDO BERZOINI. Sobre a mesa REQUERIMENTO – do Sr. Carlos Sampaio – para que seja retirado de pauta o item 17, na qualidade de autor. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. Retirado de pauta o item 17. Seguiu-se a votação do item 11. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. Bloco II – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação: 02) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.713/05 – do Senado Federal (PDS nº 241/05) – que “aprova a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2004”. RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO. 03) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.714/05 – do Senado Federal (PDS nº 242/05) – que “aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2004”. RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO. 04) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.715/05 – do Senado Federal (PDS nº 243/05) – que “aprova

a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2005”. RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO. 05) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.716/05 – do Senado Federal (PDS nº 244/05) – que “aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2005”. RELATOR: Deputado ARMANDO MONTEIRO. 23) PROJETO DE LEI Nº 5.103/05 – do Sr. Francisco Garcia – que “dispõe sobre a obrigação de o Poder Executivo dar ampla publicidade aos dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas com projetos de financiamento aprovados pelos bancos administradores de fundos públicos federais, assim como dos bens oferecidos como garantia para assegurar a liberação dos financiamentos”. RELATOR: Deputado CARLOS SOUZA. RELATOR-SUBSTITUTO: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. O Deputado Vignatti solicitou a discussão em separado do item 23. Seguiu-se a votação dos itens 02 a 05. EM VOTAÇÃO: aprovados, unanimemente, os pareceres. Bloco III – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo: 16) PROJETO DE LEI Nº 457-A/03 – do Sr. Carlos Nader – que “estabelece a publicação de custos operacionais de bancos e dá outras providências”. (Apenso: PL nº 2.007/03). RELATOR: Deputado LUIZ CARREIRA. 19) PROJETO DE LEI Nº 3.344/04 – da Sra. Juíza Denise Frossard – que “acrescenta parágrafo ao artigo 40, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências”. RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA. 20) PROJETO DE LEI Nº 3.792-A/04 – da Sra. Laura Carneiro – que “dispõe sobre a concessão de empréstimo financeiro a pessoas que queiram empreender e gerar emprego e renda, criando o programa ‘Talento Empreendedor’ “. RELATOR: Deputado FÉLIX MENDONÇA. Sobre a mesa REQUERIMENTO – do Sr. Luiz Carreira – para que seja retirado de pauta o item 16, na qualidade de relator. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. Retirado de pauta o item 16. Sobre a mesa REQUERIMENTO – do Sr. Félix Mendonça – para que seja retirado de pauta o item 20, na qualidade de relator. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. Retirado de pauta o item 20. Em seguida o Deputado Vignatti solicitou a discussão em separado do item 19. Desfeito o bloco. Bloco IV – Projetos pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição: 06) PROJETO DE LEI Nº 6.604-B/02 – do Senado Fe-

deral (PLS nº 41/01) – que “acrescenta o art. 41-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estabelecer que até que seja publicada a lei que institui diretrizes nacionais para o saneamento básico, as concessões para exploração desse serviço serão feitas em caráter não-oneroso e define outras condições mínimas”. RELATOR: Deputado JOSÉ MILITÃO. 21) PROJETO DE LEI Nº 4.468-A/04 – do Sr. Fernando Lopes – que “dispõe sobre a exigibilidade do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana a imóveis situados em área urbana ou de expansão urbana, assim definidos em lei municipal, e dá outras providências”. RELATORA: Deputada YEDA CRUSIUS. Ao item 06, foi concedida vista conjunta aos Deputados Eduardo Cunha e Vignatti. O Deputado Eduardo Cunha solicitou discussão em separado do item 21. Desfeito o bloco. Bloco V – Projetos pela compatibilidade e/ou adequação financeira e orçamentária: 08) PROJETO DE LEI Nº 5.235/05 – do Poder Executivo (MSC nº 273/05) – que “autoriza o Poder Executivo a instituir subvenção econômica para disponibilização de medicamentos a baixo custo, dispõe sobre o sistema de co-participação, institui o Comitê Gestor Interministerial do Sistema de Co-Participação e dá outras providências”. RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA. 12) PROJETO DE LEI Nº 3.073-A/00 – do Senado Federal (PLS nº 597/99) – que “dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos e materiais necessários à sua aplicação e à monitoração da glicemia capilar aos portadores de diabetes inscritos em programas de educação para diabéticos”. (Apensados: PLs nºs 5.664/01, 6.321/02, 533/03 e 3.522/04). RELATOR: Deputado FERNANDO CORUJA. O item 08 foi retirado de pauta pelo Presidente conforme informado no expediente. Seguiu-se a votação do item 12. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. Encerradas as votações em bloco, procedeu-se à apreciação dos demais itens da pauta. 01) PROJETO DE LEI Nº 6.187/02 – da Sra. Rose de Freitas – que “dispõe sobre a alteração do prazo para que a União possa adquirir, dos Estados e do Distrito Federal, créditos relativos à participação governamental em royalties, participações especiais e compensações financeiras, relativos à exploração de petróleo, gás natural e de recursos hídricos”. (Apensado: PL nº 7.028/02). RELATOR: Deputado MOREIRA FRANCO. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 7.028/02, apensado, e, no mérito, pela rejeição do Projeto e pela aprovação do PL nº 7.028/02, apensado. Discutiu a matéria o Deputado Francisco Dornelles, que solicitou ao relator que complementasse seu voto para estender o prazo até 31 de dezembro de 2006, o que foi acatado pelo Depu-

tado Moreira Franco. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer, com complementação de voto. 07) PROJETO DE LEI Nº 4.559/04 – do Poder Executivo (MSC nº 782/04) – que “cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências”. (Apensados: PLs nºs 4.958/05 e 5.335/05). RELATORA: Deputada YEDA CRUSIUS. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto, dos PLs nºs 4.958/05 e 5.335/05, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, com emendas. Discutiram a matéria os Deputados Vignatti, Ricardo Berzoini, Wasny de Roure, Fernando Coruja, Francisco Dornelles, Luiz Carlos Hauly e Yeda Crusius. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer. 09) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 331/02 – do Sr. Mendes Ribeiro Filho – que “dispõe sobre a criação do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional da Defensoria Pública da União – FUNADP, constituído pelos honorários de sucumbência, devidos aos Defensores Públicos da União nas ações em que participem, assim como pelas receitas que especifica”. (Apensado: PLP nº 124/04). RELATOR: Deputado ELISEU PADILHA. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com emenda; pela inadequação financeira e orçamentária do PLP nº 124/04, apensado; e, no mérito, pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo da CTASP. Vista ao Deputado Vignatti. 10) PROJETO DE LEI Nº 3.814/89 – do Sr. Paulo Paim – que “dispõe sobre a aposentadoria dos trabalhadores e dá outras providências”. (Apensados: PLs nºs 3.772/00, 6.620/02 e 4.417/04). RELATOR: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. PARECER: pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do Projeto e pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PLs nºs 3.772/00, 6.620/02 e 4.417/04, apensados. EM VOTAÇÃO: aprovado o parecer, contra o voto do Deputado Eduardo Cunha. 13) PROJETO DE LEI Nº 2.719/03 – do Sr. Eduardo Cunha – que “acresce dispositivo ao artigo 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências”. (Apensado: PL nº 3.331/04). RELATOR: Deputado VIGNATTI. PARECER VENCEDOR: pela inadequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 3.331/04, apensado. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer vencedor. O parecer dos Deputados Carlos Willian e João Magalhães passou a constituir voto em separado. 14) PROJETO

DE LEI Nº 4.139-A/04 – do Sr. Jefferson Campos – que “altera a legislação do Imposto de Renda, limita a dedução de despesas de depreciação, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado VIGNATTI. PARECER VENCEDOR: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer vencedor. O parecer do Deputado Eduardo Cunha passou a constituir voto em separado. 15) PROJETO DE LEI Nº 5.454/05 – do Sr. Vanderlei Assis – que “altera a tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física”. RELATOR: Deputado VIGNATTI. PARECER VENCEDOR: pela inadequação financeira e orçamentária. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o parecer vencedor. O parecer do Deputado Eduardo Cunha passou a constituir voto em separado. Em seguida, nos termos do art. 52, § 5º, do Regimento Interno, foi aprovado, por unanimidade, em votação nominal, o requerimento para apreciação *extrapauta* do REQUERIMENTO Nº 98/05 – do Sr. Nelson Bornier – para que sejam convidados, a fim de prestar esclarecimentos acerca do acordo PUT firmado entre o Banco Opportunity e os fundos de pensão PREVI, FUNCEF e PETROS, o representante legal do Banco Opportunity; os Ministros do Tribunal de Contas da União – TCU, Srs. Benjamin Zymler e Lincoln Magalhães, relatores dos processos que tramitam sobre esse tema no Tribunal, ou pessoa por eles credenciada; e o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Sr. Lucas Furtado. Discutiram a matéria os Deputados Francisco Dornelles, Fernando Coruja, Eliseu Padilha, Ricardo Berzoini, Pedro Novais e Luiz Carlos Haully. O Deputado Ricardo Berzoini sugeriu a exclusão do convite ao representante legal do Banco Opportunity, o que foi acatado pelo autor. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento, com alteração. 18) PROJETO DE LEI Nº 2.964-A/04 – do Sr. Wladimir Costa – que “dispõe sobre a criação do Vale Turismo, nas condições que especifica”. RELATOR: Deputado NELSON BORNIER. PARECER: pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Vista ao Deputado Vignatti. Sobre a mesa REQUERIMENTO – da Sra. Denise Frossard – para que seja retirado de pauta o item 19, na qualidade de autora. EM VOTAÇÃO: aprovado, unanimemente, o requerimento. 19) PROJETO DE LEI Nº 3.344/04 – da Sra. Juíza Denise Frossard – que “acrescenta parágrafo ao artigo 40, da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências”. RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas,

não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo. Retirado de pauta pela autora. 21) PROJETO DE LEI Nº 4.468-A/04 – do Sr. Fernando Lopes – que “dispõe sobre a exigibilidade do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana a imóveis situados em área urbana ou de expansão urbana, assim definidos em lei municipal, e dá outras providências”. RELATORA: Deputada YEDA CRUSIUS. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela rejeição. Discutiram a matéria os Deputados Fernando Coruja, Virgílio Guimarães, Francisco Dornelles, Luiz Carlos Haully e Eduardo Cunha. EM VOTAÇÃO: aprovado o parecer, contra os votos dos Deputados Francisco Dornelles, Virgílio Guimarães e Eduardo Cunha. 22) PROJETO DE LEI Nº 4.469-B/04 – do Sr. Paulo Gouvêa – que “acrescenta Capítulo III, à Lei nº 9.807, de 1999, que estabelece normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas”. (Apensado: PL nº 4.793/05). RELATORA: Deputada YEDA CRUSIUS. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto e do PL nº 4.793/05, apensado, nos termos do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público. Discutiram a matéria os Deputados Fernando Coruja, Virgílio Guimarães, Yeda Crusius, Vignatti e Eduardo Cunha. Retirado de pauta pela relatora. 23) PROJETO DE LEI Nº 5.103/05 – do Sr. Francisco Garcia – que “dispõe sobre a obrigação de o Poder Executivo dar ampla publicidade aos dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas com projetos de financiamento aprovados pelos bancos administradores de fundos públicos federais, assim como dos bens oferecidos como garantia para assegurar a liberação dos financiamentos”. RELATOR: Deputado CARLOS SOUZA. RELATOR-SUBSTITUTO: Deputado ANTONIO CAMBRAIA. PARECER: pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Discutiram a matéria os Deputados Virgílio Guimarães, Vignatti, Antonio Cambraia, Francisco Dornelles e Moreira Franco. Em votação pelo processo simbólico, foi rejeitado o parecer, contra os votos dos Deputados Luiz Carlos Haully e Antonio Cambraia. Na seqüência, o Deputado Luiz Carlos Haully requereu verificação de votação. Sendo evidente a falta de quorum regimental

para deliberação, o Presidente encerrou os trabalhos, ficando a votação adiada. 24) PROJETO DE LEI Nº 5.507-A/05 – do Sr. Ronaldo Caiado e outros – que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas originárias de operações de crédito rural, altera a Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e dá outras providências”. RELATOR: Deputado MOREIRA FRANCO. PARECER: pela adequação financeira e orçamentária e, no mérito, pela aprovação. Não deliberado em face do encerramento da reunião. 25) PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 56/05 – do Sr. João Magalhães – que “propõe, nos termos regimentais, a realização de uma PFC – Proposta de Fiscalização e Controle, para apurar denúncias sobre fraude em empréstimo tomado pela Light para comprar a Eletropaulo”. RELATOR: Deputado EDUARDO CUNHA. RELATÓRIO PRÉVIO: pela implementação. Não deliberada em face do encerramento da reunião. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente em exercício, Deputado Eduardo Cunha, encerrou os trabalhos às onze horas e cinquenta e três minutos, antes convocando os senhores membros para reunião deliberativa para apreciar projetos, dia 30 de novembro, às 10h, no plenário nº 04. E, para constar, eu, Marcelle R. Campello Cavalcanti, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada à publicação no Diário da Câmara dos Deputados. Deputado Eduardo Cunha, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da vigésima nona reunião ordinária audiência pública realizada em 2 de setembro de 2003.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia dois de setembro de dois mil e três, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário 09 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Simão Sessim – Presidente; Almerinda de Carvalho – Vice-Presidente; Agnaldo Muniz, Eduardo Valverde, Elaine Costa, João Magalhães, João Magno, Machado, Manoel Salviano, Mauro Benevides, Neucimar Fraga, Orlando Fantazzini e Wladimir Costa – Titulares; Alexandre Santos, Barbosa Neto, Eduardo Cunha, Francisco Garcia, João Fontes, João Grandão, Jorge Alberto, Manato, Paes Landim e Romeu Queiroz – Suplentes. Compareceram também os Deputados Almir Moura, Dr. Heleno, Jamil Murad, João Caldas, Luciano Zica, Mariângela Duarte, Nelson Bornier, Reinaldo Betão e Serafim Venzon, como não-membros. Deixaram de comparecer

os Deputados André Luiz, Aníbal Gomes, Herculano Anghinetti, Hermes Parcianello, José Carlos Aleluia, José Rajão, Marcondes Gadelha, Pompeo de Mattos e Wellington Roberto. ABERTURA: O Deputado Simão Sessim declarou aberta a reunião ordinária de audiência pública, destinada a “prestar esclarecimentos sobre a PETROBRÁS”, em atendimento ao requerimento número onze de dois mil e três, de autoria do Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em reunião ordinária deliberativa realizada no dia vinte e seis de março de dois mil e três, com a presença do senhor José Eduardo de Barros Dutra – Presidente da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS. O Presidente convidou o senhor José Eduardo de Barros Dutra para compor a mesa e comunicou ao convidado que ele teria o prazo de vinte minutos para fazer sua exposição, prorrogáveis por mais dez, por deliberação do plenário, não podendo ser aparteados e aos senhores Deputados que dispõem de três minutos cada, para interpellar o convidado. O Presidente convidou também os senhores Écio Costa Júnior – Gerente do Jurídico Contencioso da Petrobrás; Claudio Nunes – Gerente-Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde da Petrobrás; e a senhora Claudia Zaccour – Gerente do Jurídico Exploração e Produção da Petrobrás para comporem a mesa. O Presidente passou a palavra ao senhor José Eduardo de Barros Dutra. Ao término da exposição o Presidente, concedeu a palavra ao autor do requerimento, Deputado Eduardo Cunha, para formular questões ao convidado. Participaram do debate, pela ordem de inscrição, os Deputados Almir Moura, Eduardo Valverde, João Magalhães, Reinaldo Betão, Nelson Bornier, Elaine Costa, Alexandre Santos, João Caldas, Dr. Heleno e Luciano Zica e os senhores Écio Costa Júnior e Claudio Nunes; e a senhora Claudia Zaccour. Ao final, o Presidente agradeceu a presença do expositor. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente encerrou os trabalhos, tendo antes, convocado reunião ordinária deliberativa, para o dia três de setembro, quarta-feira, às nove horas e trinta minutos, neste Plenário. O inteiro teor desta reunião foi gravado, devendo ser transcrito e publicado posteriormente, passando a fazer parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Edilson Saraiva Alencar, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Simão Sessim, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião ordinária de audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e

Controle, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2003, de autoria do nobre Deputado Eduardo Cunha, aprovado na reunião ordinária do dia 26 de março de 2003, que solicita seja convidado o Sr. Presidente da PETROBRAS para prestar esclarecimentos sobre a empresa.

Convido a fazer parte da Mesa o Presidente da PETROBRAS, Senador José Eduardo de Barros Dutra, a quem agradeço a presença. Também conosco, fazendo parte da Mesa, estão o Sr. Cláudio Nunes, Gerente-Executivo de Segurança, Meio Ambiente e Saúde; a Sra. Cláudia Zaccour, Gerente do Jurídico de Exploração e Produção; e o Sr. Renato Duque, Diretor de Serviços da PETROBRAS.

Comunico que o tempo reservado ao expositor é de 20 minutos, podendo S.Exa. dispor de mais, se necessário.

Quero dizer aos nobres Deputados que a lista de inscrição está aberta, para que se colham as assinaturas. Os inscritos farão suas intervenções estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, não sendo permitido ao expositor interpelar quaisquer dos presentes.

Dando início aos trabalhos, passo a palavra ao nobre Senador José Eduardo de Barros Dutra, Presidente da PETROBRAS.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA

– Sr. Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Simão Sessim, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente gostaria de externar minha satisfação por voltar a esta Casa e a esta Comissão para prestar esclarecimentos, atendendo a requerimento feito pelo Deputado Eduardo Cunha.

De antemão, quero pedir desculpas publicamente à Comissão e ao Deputado Eduardo Cunha, já que, em contato com S.Exa. no primeiro semestre, havia assumido o compromisso de vir a esta Comissão ainda naquele período. Infelizmente, em função de uma série de questões alheias à minha vontade, não me foi possível cumprir o compromisso, razão pela qual estou aqui procurando me redimir, declarando-me à disposição dos Srs. Deputados.

O requerimento apresentado pelo Deputado Eduardo Cunha, e depois adendado, trata de diversos assuntos relativos à PETROBRAS. Parte deles referente a períodos anteriores à nossa gestão, razão pela qual vou fazer uma exposição geral sobre todos os assuntos objeto do requerimento. Para tanto, trouxe comigo o Diretor Renato Duque, o Sr. Cláudio, a Sra. Cláudia e técnicos da empresa, tanto da área de serviços quanto

de engenharia, exploração e proteção, bem como do setor jurídico, que carregam memória relativa a diversos episódios que suscitaram a apresentação do requerimento e que poderão ajudar, se o Sr. Presidente permitir, no sentido de dar maiores detalhes quando das perguntas que porventura forem feitas pelos Srs. Deputados.

Passemos à projeção dos slides.

(Exibição de imagens.)

Inicialmente, vamos apresentar uma visão geral sobre a PETROBRAS, hoje, sobre seu plano estratégico, sobre seu plano de investimentos e também sobre modificações do nosso processo de contratação que, nesse caso específico, são objeto do requerimento apresentado.

A PETROBRAS é uma companhia de energia integrada – na transparência vemos as diversas áreas de negócios: exploração e produção, gás e energia, abastecimento internacional e distribuição – que opera no Brasil, Estados Unidos, Argentina, Colômbia, Bolívia e África Ocidental, e é líder mundial em exploração e produção em águas profundas.

Vemos agora a missão e a visão 2010 da PETROBRAS, previstas no plano estratégico da companhia, que visa atuar de forma segura e rentável na indústria de óleo, gás e energia, nos mercados nacional e internacional, fornecendo produtos e serviços de qualidade, respeitando o meio ambiente, considerando os interesses dos seus acionistas e contribuindo para o desenvolvimento do País. Nossa visão da PETROBRAS para 2010 é de uma empresa de energia com forte (ininteligível) internacional e líder na América Latina, atuando com foco na rentabilidade e na responsabilidade social.

Aqui mostramos alguns dos pilares que orientam a condução da companhia, ressaltando que damos importância equivalente à rentabilidade e à responsabilidade social da PETROBRAS. Aliás, é nesse contexto que está inserido o Programa Fome Zero, que nós apresentamos ontem, no Palácio do Planalto, na presença do Sr. Presidente da República, à sociedade brasileira, programa que prevê investimentos da ordem de 303 milhões nos próximos 4 anos.

Quando estabelecemos nosso plano de negócios e definimos o plano estratégico, naturalmente nos baseamos em algumas premissas. Uma delas é a demanda doméstica de derivados, que, de acordo com nossas projeções, crescerá a uma taxa média anual de 2,8% entre 2003 e 2007, chegando a 2 milhões de barris por dia em 2007.

Aí temos a distribuição, por produto, da demanda de derivados – demanda doméstica –, passando de 1,75 milhão em 2002, para 2,01 milhões de barris por

dia em 2007, com as respectivas porcentagens dos diversos produtos.

Também em relação à demanda doméstica potencial de gás natural, fazemos uma projeção de que, em 2007, atingirá 49 milhões de metros cúbicos por dia, com taxa de crescimento médio anual da ordem de 11,3%, saltando de um consumo de 28,5 milhões de metros cúbicos em 2002 para 48,7 milhões de metros cúbicos em 2007, aí também com a distribuição dos diversos usos do gás natural.

Vemos agora o resumo operacional do que é hoje a PETROBRAS. Possui uma frota de 55 navios próprios e de 60 navios fretados, e 7.301 estações de serviços. Os Srs. Parlamentares vão receber cópia desse material, de modo que não vou me alongar na citação desses números, procurando limitar a exposição aos 20 minutos regimentais.

No próximo quadro temos resultados comparativos entre o primeiro semestre de 2003 e o primeiro semestre de 2002. A produção média diária, incluindo óleo e gás, em milhões de barris de óleo equivalente, de 1 milhão e 826 mil no primeiro semestre de 2002 passou para 2 milhões e 22 mil em 2003, com crescimento da ordem de 11%. Registro que esta é a produção em milhões de barris de óleo equivalente do Brasil e do exterior.

As reservas em 31 de dezembro de 2002 são de 11 bilhões de barris de óleo equivalente. É notório que já fizemos algumas descobertas substanciais no ano 2003. Temos a expectativa de que ao final do mesmo ano faremos apropriação que manterá o crescimento das reservas da PETROBRAS em índices superiores aos das grandes empresas de petróleo do mundo. Houve também crescimento da participação do óleo nacional na carga processada no Brasil, decorrente de uma série de investimentos feitos na área do refiN^o

Neste caso há queda na venda de derivados – esse dado já foi divulgado pela ANP e talvez reflita a situação econômica do País – como óleo, gás e outros, da ordem de 1%. A venda média de 2 milhões e 386 mil, no primeiro semestre de 2002 passou para 2 milhões e 367 mil no primeiro semestre de 2003.

Com relação aos dados financeiros, as vendas em valor, no primeiro semestre de 2002 foram 40 bilhões e 640 milhões, passando para 65 bilhões no primeiro semestre de 2003. Variação de 62%.

O lucro líquido no primeiro semestre de 2002, de 2 bilhões e 901 milhões, passou para 9 bilhões e 372 milhões em 2003. Variação de 233%. Registro que no primeiro semestre de 2003 a PETROBRAS já atingiu lucro líquido superior ao que foi atingido durante todo o ano de 2002. Crescimento de 116%.

A PETROBRAS tem hoje valor de mercado da ordem de 58 bilhões de reais. No primeiro semestre, investimos 8 bilhões e 910 milhões de dólares. Em impostos e contribuições, no primeiro semestre pagamos 23 bilhões e 907 milhões de reais, e em participações governamentais, 5 bilhões e 269 milhões de reais. Este quadro mostra, em termos percentuais, os tributos e participações governamentais, num total de 29 bilhões e 176 milhões, sendo que 65.3% em tributos próprios; 18.1%, participações governamentais; 15.7%, tributos retidos de terceiros; e 0.9%, tributos retidos por terceiros.

O próximo quadro detalha os 65.3% de tributos próprios. Em tributos municipais, em 2003, são 20 milhões; estaduais, 6 bilhões; federais, 19 bilhões, 46 milhões e 517 mil. Crescimento, em relação ao mesmo período de 2002, de 59%.

O outro quadro mostra a evolução das ações da PETROBRAS, cotadas pela BOVESPA a partir do dia 1º de janeiro deste ano. Analisando os dados mais atualizados, verifiquei que as nossas ações preferenciais estão em 60.24 e as ordinárias em 65.10. Este quadro mostra franca recuperação do valor de mercado das ações e, conseqüentemente, da PETROBRAS, durante o ano de 2003. O mesmo vale para o valor da BR, financiada na bolsa de Nova Iorque. E passa, no caso das preferenciais, para menos de 14 dólares ou 20.3, e no caso das ordinárias, em torno de 15 dólares, chegando a 21.9.

Elaboramos um programa de investimento bastante ambicioso e agressivo que visa atingir algumas metas que vamos detalhar nos próximos slides. Para os próximos 5 anos, entre 2003 e 2007, nosso programa de investimento vai atingir 34.3 bilhões de dólares, sendo que 85% desse investimento são feitos no Brasil, no mercado doméstico, e 15% são feitos no exterior.

Embora esses números mostrem que a PETROBRAS vem ampliando a sua participação no mercado internacional – e, aliás, essa é estratégia natural, decorrente da quebra do monopólio do petróleo e da perda de mercado no Brasil –, o seu grande mercado ainda é o Brasil. Para a PETROBRAS, quanto melhor estiver o Brasil do ponto de vista econômico, mais benefícios terá a companhia e, conseqüentemente, o nosso povo.

O segundo gráfico mostra a distribuição por área de negócio. Nos setores de exploração e produção há maior volume de investimentos a serem feitos: da ordem de 65%, portanto, um total de 22,4 bilhões de dólares nos próximos 5 anos.

O próximo quadro apenas detalha isso em relação aos investimentos nesse período, por área de negócio. No quadro anterior estava incluído o investimento

em exploração e produção na área internacional. Por área de negócio, a distribuição é de 18 bilhões em exploração e produção. A PETROBRAS também tem o maior percentual de investimentos no Brasil: 65% nas áreas de exploração e produção. Projetamos investir 85% dos 34,3 bilhões no Brasil, e 65% deverão ser destinados ao mercado fornecedor nacional, ou seja, 19 bilhões de dólares.

Este quadro mostra que os investimentos nos setores de construção e montagem têm índice de nacionalização de 59%; na aquisição de materiais e equipamentos, o índice de nacionalização é de 75%; impostos, 59%; outros, 75%. Esse volume de investimentos junto ao mercado fornecedor nacional demandará 141 mil empregos diretos e indiretos no período de 2003 a 2007. Não estou dizendo que vamos gerar 141 mil empregos, mas que esse investimento demanda a existência de 141 mil empregos diretos e indiretos no nosso País, o que reflete de forma muito clara o fator indutor do desenvolvimento, do crescimento da indústria nacional. Para a PETROBRAS, do ponto de vista estratégico da companhia, é importante que haja esse desenvolvimento da indústria nacional, porque quanto maior o número de empresas capacitadas para participar das nossas licitações, conseqüentemente, maior será a concorrência e menores os preços, o que propiciará melhor qualidade e maiores prazos.

O próximo quadro mostra a evolução da produção de petróleo na PETROBRAS e a projeção para a demanda nacional. O nosso plano estratégico e os investimentos de 34,2 bilhões de dólares visam atingir a meta de auto-suficiência do Brasil no ano de 2006.

O próximo quadro mostra os 13 projetos que viabilizarão essa meta. Estão aí os campos de Bijupira-Salema, que já entrou em operação com 20 mil barris – se não me engano, a Shell é majoritária, mas a PETROBRAS tem participação de 20% —; Marlim Sul; Barracuda-Caratinga; Marlim Leste; Albacora Leste; Jubarte fase 1; Roncador módulo 2; Marlim Sul módulo 2; Roncador módulo 1-A/fase 2; Frade, Marlim Sul módulo 3; Jubarte fase 2; e Roncador módulo 3.

Como eu disse, o nosso programa de investimentos prevê colocar em operação, nos próximos 4 anos, volume grande de projetos, um desafio que a companhia realmente quer enfrentar. A empresa, ao longo dos seus 50 anos, caracterizou-se por superar desafios. Acreditamos que esse desafio será ultrapassado e que conseguiremos a tão sonhada auto-suficiência do Brasil em produção de petróleo no ano de 2006.

O próximo slide detalha a situação de cada uma das plataformas, de cada um dos projetos que deverão entrar em operação: P-43, P-48, P-50, Peroá e Cangoá em construção, P-51 e P-52 em processo de

licitação. Sobre esses 2 pontos vamos entrar em detalhes daqui a pouco.

A plataforma de rebombeio PRA-1, em licitação, não representará aumento de produção, mas possibilitará maior variedade do modal de escoamento de petróleo da Bacia de Campos, já que hoje 80% desse escoamento são feitos por meio de navios e apenas 20% por dutos. A PRA-1 faz parte de um projeto de modificação do perfil desse modal, com vistas a diminuir a exposição e os riscos da PETROBRAS, fazendo com que em torno de 60% do escoamento seja feito por meio de navios e 40%, por dutos.

Entrando no mérito das diversas questões levantadas pelo autor do requerimento, vamos expor visão geral sobre os diversos sistemas de produção de petróleo em águas profundas utilizados pela PETROBRAS.

Aqui vemos uma plataforma semi-submersível, combinada com um navio de estocagem, um FSO, e um navio aliviador. Esta é a situação da P-36, da P-47, da P-40 e da P-38, que fazem parte desse modelo de produção de escoamento de petróleo.

O próximo quadro mostra outro modelo de produção e de escoamento, através de um SPSO, navio de produção e estocagem. Portanto, o próprio navio-plataforma produz e armazena. Nesse modelo, há um navio aliviador, que escoar uma parte da produção, e o resto é escoado por dutos.

No outro modelo, da P-51 e da P-52, plataformas semi-submersíveis, não há a necessidade de navio aliviador. Todo o escoamento do petróleo produzido é feito por essa plataforma, através de dutos.

A P-51 e a P-52 estão previstas para os Campos de Marlim Sul e Roncador, atualmente em processo de licitação. A contratação é convite internacional, de acordo com o Decreto nº 2.745, feito logo depois da quebra do monopólio do petróleo e da aprovação da lei que garante maior agilidade à PETROBRAS nas suas contratações.

Temos aí algumas características técnicas de cada uma das plataformas. Profundidade de água: 1.255 metros, no caso da P-51, e 1.800 metro, no caso da P-52. Número de poços: 19 e 30. Planta de óleo e barris por dia: ambas com 180 mil barris por dia. Compressor do gás: respectivamente, 7.2 milhões e 9.3 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Ingestão de água em barris por dia: 280 mil e 300 mil.

Aqui vemos os critérios de seleção das empresas convidadas para o processo licitatório, de acordo com o Decreto nº 2.745: experiência prévia em contratos do tipo EPC para obras off-shore como contratado principal; experiência em obras off-shore de porte similar; não ter em carteira quantidade significativa de obras da

PETROBRAS, o que pode tornar a empresa vulnerável, na medida em que ela fica dependente de muitas obras de uma mesma empresa; desempenho satisfatório em obras anteriores contratadas pela PETROBRAS; e porte empresarial compatível com a obra.

Estas foram as empresas convidadas: ABB, Norberto Odebrecht, Marítima, Daewoo, Dragados, Pem Setal, Hyundai, ISA, Aker Kvaern, Sansung. Outras foram convidadas e apresentadas, já que são permitidos consórcios dentro da empresa. Houve 6 propostas: uma da Norberto Odebrecht; uma da Dragados; uma da Pem Setal; uma da Aker Kvaern; uma da Sansung; e a Marítima não foi convidada para participar da licitação relativa à P-51 e à P-52. Esse processo foi iniciado na gestão anterior, mas, naturalmente, a decisão foi tomada com base naqueles critérios que eu listei inicialmente. Entendeu-se que a empresa Marítima não atende alguns daqueles critérios. No entanto, ela entrou na Justiça e conseguiu liminar garantidora do seu direito de participar da licitação. Portanto, ela apresentou proposta, embora não tenha sido convidada, apresentou a proposta em função de decisão judicial que a PETROBRAS acatou, naturalmente.

V.Exas. devem se lembrar desse assunto. Houve até uma dose de politização durante a campanha eleitoral do ano passado, e a atual direção da companhia resolveu estabelecer modificações no edital de licitação da P-51 e da P-52 quanto a exigências de conteúdo para permitir maior geração de empregos no Brasil. Além do que, quanto àquela estratégia a que me referi anteriormente, para a PETROBRAS, enquanto empresa, a médio e longo prazos, sem colocar qualquer questão ideológica ou política nessa discussão, é importante que cada vez mais empresas brasileiras se capacitem a participar das licitações.

As modificações foram as seguintes. Primeiro, estabelecer que, para a P-51 e a P-52, a licitação seria feita em 3 etapas separadas: uma para o módulo de compressão de gás; uma para os módulos de geração de energia elétrica; e outra para a construção do casco, as plantas de processo e utilidades.

E quais foram as modificações que estabelecemos? No caso dos módulos de compressão, a obrigatoriedade da execução de alguns itens no Brasil, a saber: engenharia de detalhamento, construção, montagem e comissionamento. O conteúdo nacional mínimo é 75% do valor do contrato, excluído o valor dos módulos compressores, caso em que não há sentido exigir conteúdo nacional porque não são fabricados no Brasil. Eles só são fabricados no exterior e, portanto, o valor dos módulos compressores está excluído dessa exigência de 75% de conteúdo nacional em valor. No caso dos módulos de geração de energia elétrica, também

engenharia e detalhamento, construção, montagem e comissionamento, é obrigatório que sejam realizados no Brasil, além de uma situação semelhante: de que as turbinas não são fabricadas no Brasil. Portanto, exclui-se o valor das turbinas e se exige em valor o conteúdo nacional da ordem de 75%. No caso da construção do casco, plantas de processo e utilidades, também é obrigatório que sejam realizados no Brasil a engenharia e detalhamento, a construção e montagem dos top-sides e a integração da unidade – e o conteúdo nacional mínimo é 60% dos top-sides.

Não houve exigência de conteúdo nacional para o casco, não porque se avaliou que a indústria nacional não tivesse capacidade de realizá-lo, mas em função dos prazos necessários para conclusão dessa plataforma.

É público e notório que a indústria naval brasileira ainda está se recuperando de um período em que esteve francamente desativada e se analisou que não atingiria os objetivos da PETROBRAS. Inclusive, para atingir aquela meta de auto-suficiência em 2006, como já expus, exigir a construção do casco no Brasil provocaria esse atraso; portanto, exige-se um conteúdo nacional de 60% dos top-sides.

Espera-se que a introdução dessas exigências, tanto de realização de serviço no Brasil quanto de conteúdo nacional, gere 5 mil novos postos diretos de trabalho no País e crie empregos indiretos na indústria brasileira relacionados ao apoio de serviço de engenharia, construção e montagem e atendimento do conteúdo nacional mínimo. Considerando uma relação mais ou menos avaliada em termos de 4 para 1, teríamos algo em torno de 20 mil empregos gerados a partir dessas modificações que foram introduzidas na licitação da P-51 e da P-52.

A situação hoje é a seguinte. Módulo de geração: a licitação original foi encerrada por preço excessivo, e está em curso e em fase de conclusão uma negociação direta com todos os participantes. O Decreto nº 2.745 permite que, se a PETROBRAS entender que há um preço excessivo apresentado na licitação, pode-se cancelar o processo licitatório e estabelecer uma negociação com todas as empresas que apresentaram propostas no processo licitatório. No caso do módulo de geração, está praticamente concluído o processo de negociação, e se conseguiu, inclusive, substancial redução na proposta inicial da ordem de 20 milhões de dólares – e se está chegando, inclusive, a um valor, no caso dos módulos de geração, dentro da faixa esperada orçada pelos técnicos da empresa.

Com os módulos de compressão é a mesma situação, ou seja, também foi encerrada a licitação por preço excessivo e, nesse caso, está ainda em fase

inicial o processo de negociação direta. No caso da construção do casco, planos e processos, está em andamento a análise das propostas comerciais, principalmente os efeitos tributários. Essa, objetivamente, é uma situação que está encarecendo significativamente esses projetos, já que, quando foi feito o estudo de viabilização técnico-econômica dos mesmos e foi iniciado o processo, havia uma relação tributária diferenciada, e, hoje, no caso do casco top-side, o valor está em cerca de 130 milhões só em ICMS. Logo, essa é uma discussão que naturalmente o Congresso Nacional, que está agora debatendo sobre a reforma tributária, deverá analisar, já que temos tido efetivamente impactos bastante significativos na indústria do petróleo em função das mudanças tributárias e até da incerteza em relação a cenários tributários, o que realmente afeta a indústria de petróleo, afasta investidores e pode, inclusive, colocar em risco a viabilidade de alguns desses projetos que, como já disse, estão relacionados à meta de se atingir a auto-suficiência de petróleo em 2006.

Também já colocamos na rua a licitação para a P-54, com o mesmo modelo de convite e seguindo aqueles critérios listados anteriormente, isto é, com 3 licitações separadas: uma para o módulo de geração, outra para o módulo de compressão e outra para o contrato de EPC da conversão da P-54. Nesse caso específico, essa plataforma será feita a partir da conversão de um navio de propriedade da PETROBRAS, o Barão de Mauá, que terá de ser convertido e terá de sofrer reforma e troca de chapas. Assim, será realizado um processo de negociação direta para esse serviço de docagem do navio Barão de Mauá, já que no Brasil há apenas um dique onde é possível fazer essa reforma do casco do navio. E a estratégia é a seguinte: a PETROBRAS vai fazer um processo de negociação direta com essa empresa, e esse contrato, se chegarmos a bom termo, será transferido para o epecista que ganhar a concorrência.

Conforme falei, é basicamente o mesmo critério para os módulos de geração e compressão, o mesmo modelo da P-51 e da P-52: 75% em valor, excetuadas as turbinas e os compressores.

No caso dos epecistas, 12 empresas foram convidadas, todas atendendo àqueles critérios que expus anteriormente. O conteúdo nacional mínimo exigido era de 65%. Quer dizer, já estamos avançando em comparação com a P-51 e a P-52, e, como disse, a PETROBRAS irá estabelecer um processo de negociação direta com a... (ininteligível), único estaleiro nacional com capacidade adequada para docar navio do porte do Barão de Mauá.

Das diversas obras que estavam sendo encomendadas, falei que a PRA-1 não visa a aumentar a produção; é uma plataforma que viabiliza o bombeio de 800 mil barris de petróleo. E há aí um esquema do Plano Diretor de Escoamento e Tratamento de Óleo da Bacia de Campos, que visa exatamente a modificar a atual realidade do modal de escoamento de petróleo da Bacia de Campos. Esse plano inclui a PRA-1, que é uma unidade com capacidade de bombeio de 815 mil barris por dia; inclui mais de mil quilômetros de dutos; e espera-se a geração de 2.500 empregos diretos. Com a construção da PRA-1 no Brasil, isso vai possibilitar a modificação do atual modal de escoamento de 20 e 80, comparando navios e dutos, para algo em torno de 40% e 60%, o que garante segurança no processo de escoamento de petróleo da Bacia de Campos.

Ali estão os valores movimentados por cada mudança de modal. Vemos ali que há uma modificação na mudança em termos de 2006, ano em que se prevê a entrada em operação. Essa mudança gera menor risco ambiental e também maior flexibilidade operacional, como eu disse, à medida que a PETROBRAS disponha, em termos quase equivalentes, de 2 modais diferenciados.

Esse é um resumo de como está hoje o processo licitatório da PRA-1. No caso da Jaqueira, está em andamento a análise técnica das propostas. Módulos: recebendo as propostas previstas para setembro de 2003; bombas e análise técnica das propostas em andamento; e a análise técnica das propostas para os tubos geradores estão em andamento.

Esses são dados gerais sobre as modificações e novas regras de contratação para as plataformas da PETROBRAS, que é um dos pontos levantados pelo requerimento do Deputado.

Vou passar a outro ponto, levantado pelo requerimento, que é o conflito que existe entre a PETROBRAS e a Marítima em relação a diversas obras que foram executadas por aquela empresa. Em termos de unidade de produção, foram 4 plataformas: P-36, P-37, P-38 e P-40. A P-36 é a do Cabo do Roncador; a P-37 é Marlim; P-38 é Marlim Sul e a P-40 é a Marlim Sul também.

No caso da P-36, estão aí algumas características e alguns dados: a construção original, a conversão, a negociação direta e o início da operação em maio de 2000. Para quem não se lembra, a P-36 foi aquela plataforma que infelizmente afundou no ano de 2001. Há alguns dados operacionais como profundidade, número de poços, planta de óleo, compressão de gás, ingestão de água.

No caso da P-36, há 2 tipos de contenciosos judiciais entre a PETROBRAS e a Marítima. Uma é a ação

relativa aos custos da obra. As afiliadas da Marítima se julgam credoras de diferenças de custo de conversão da plataforma; a PETROBRAS pretende provar que já pagou todas essas diferenças. E a PETROBRAS pleiteia também ser ressarcida pelo custo do petróleo que importou em razão do atraso na entrega da plataforma. Essa plataforma – todo mundo sabe – ela afundou, mas ela entrou em operação com atraso em relação àquilo que havia sido previsto. Isso gerou todo esse contencioso na corte de Londres entre a PETROBRAS e a Marítima. O julgamento está previsto para outubro deste ano⁹

Existem também ações relativas ao seguro pago em função do afundamento. A PETROBRAS, por meio da BRASOLEO, recebeu a indenização do seguro quando a plataforma afundou. As afiliadas da Marítima se julgam credoras de uma parte dessa indenização, e a ação será julgada em 2004. E ainda não há data prevista para o julgamento.

Além disso, ações judiciais no Brasil que foram ajuizadas pelos dependentes das vítimas do acidente, postulando indenizações por danos materiais e morais. Em todos os processos houve acordo, com o pagamento de indenização no valor de 500 salários mínimos por dependente a título de danos morais. Por conta dos danos materiais, foi calculado o valor total das pensões mensais com base no salário das vítimas, considerando a sobrevivência de 65 anos de idade, dividindo-se o valor encontrado entre os dependentes. Além disso, os dependentes vêm recebendo pensionamento pela Fundação PETRUS, já tendo recebido pecúlio por morte. E para os dependentes menores de 24 anos é concedida a bolsa de estudo integral, incluindo os reembolsos das despesas com material escolar.

Essa foi uma ação que conseguimos realizar no âmbito da alta administração, registrando, inclusive, que, na administração anterior, as viúvas dos empregados da P-36 foram barradas e não foram recebidas pelo Presidente. Essa é uma ação que consideramos emblemática. Sempre fiz questão de dizer que isso de forma alguma repõe a perda que essas famílias tiveram com a morte desses trabalhadores, mas entendíamos que era obrigação da PETROBRAS trabalhar para viabilizar esse acordo. Era o mínimo que se esperava de uma companhia do porte da PETROBRAS, e conseguimos realizar esse acordo com todas as viúvas.

Aqui a P-37, também outra plataforma que foi objeto de contencioso entre PETROBRAS e a Marítima. Aí estão alguns dados sobre ela, no Campo de Marlim; construção original, Japão; conversão, Singapura; contratação, concorrência pública; início das operações, junho de 2000. E aqui estão as caracterís-

ticas técnicas como quantidade de água, número de poços, conta de óleo etc.

Existe também ação judicial nos Estados Unidos relativa a essa plataforma. A PETROBRAS e a BRASOLEO pleitearam, perante a corte de Nova Iorque, recebimento de garantia de desempenho contra a UQ Guarantee, que foi o banco apresentado como garantidor da operação pela Marítima, e a MODEC, sócia da Marítima Empreendimentos. Também não há data prevista para o julgamento dessa ação.

Ainda na P-37, aquela era uma ação na corte dos Estados Unidos. E há ações no Brasil. Em dezembro de 2002, a PETROBRAS e a BRASOLEO ajuizaram ação contra a Marítima e a MODEC, objetivando também ser ressarcida por custos incorridos para a conclusão da obra. Essa foi uma obra que se atrasou. A PETROBRAS assumiu a construção. Esses custos foram adiantados pela PETROBRAS aos fornecedores, com base em documentos assinados pela Marítima, comprometendo-se ao ressarcimento. Também não há data prevista para julgamento. Essa é uma ação que corre no Brasil, relativa à P-37.

Em relação à P-38 e à P-40, há também aí alguns dados operacionais e técnicos de cada uma das plataformas.

As ações relativas a essa plataforma são essas. A PETROBRAS pleiteia ser ressarcida de custos incorridos para concluir as obras. Também é uma situação semelhante à da P-37. Esses custos foram adiantados pela PETROBRAS aos fornecedores, com base em documentos assinados pelas empresas da Marítima, comprometendo-se ao ressarcimento. Também não há data prevista para o julgamento.

Agora é um outro grupo de plataformas, plataformas de perfuração, que era um contrato de arrendamento de serviços entre a PETROBRAS e a Marítima. Diversas plataformas flutuantes de perfuração destinadas a operar nos poços de água profunda da Bacia de Campos foram contratadas pela PETROBRAS por meio de concorrências públicas nos anos de 1996 e 1997. Neste caso, ainda vigorava a 8.666, porque ainda era um monopólio de petróleo e, portanto, essas concorrências foram feitas à luz da 8.666. Cinco dessas concorrências foram vencidas pela Marítima. Devido ao grande atraso na apresentação das plataformas, todos os contratos foram rescindidos pela PETROBRAS.

Essas foram as empresas habilitadas e participantes dos diversos processos das Ametistas. Como havia um contrato assinado com a Marítima para 5 plataformas e informações de que elas não ficariam prontas nem mesmo dentro do prazo de tolerância dos contratos, que era de 180 dias, a PETROBRAS contratou a empresa Modu Spec para auditar a construção das

plataformas Ametistas 4, 5, 6 e 7. A auditoria feita por essa empresa independente constatou que os atrasos em todas essas plataformas eram superiores à prorrogação prevista no próprio contrato, que era de 180 dias. Então, em função disso, houve o cancelamento desses contratos por parte da PETROBRAS.

Então, a Marítima ajuizou a ação, de preceito declaratório, em face da PETROBRAS, objetivando a não-rescisão dos respectivos contratos. A situação dessa ação hoje é a seguinte. Em junho deste ano, em decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, por maioria, foi confirmada a legalidade das decisões. É lógico que ainda há instâncias recursais e, possivelmente, haverá recurso aos Tribunais Superiores feitos pela Marítima em relação a esse contencioso. É de se registrar que atualmente a decisão na instância do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro dá ganho de causa à PETROBRAS, dizendo que ela efetivamente tinha instrumentos legais para fazer a revisão daquele contrato, em função de que os prazos não seriam cumpridos.

Para concluir, o último ponto levantado no requerimento diz respeito a um aditamento relativo a multas e investimentos na recuperação da área afetada por ocasião daquele grande vazamento de óleo na Baía de Guanabara.

Devo registrar que, na ocasião, foi aplicada pelo IBAMA uma multa de 50 milhões. A normatização previa um desconto, caso houvesse o pagamento à vista dessa multa. Então, foi pago à vista um valor de 35 milhões de reais e foi firmado um convênio com o IBAMA no valor do desconto da multa, 15 milhões. Respondendo objetivamente à pergunta com relação à multa, destaco que ela foi imposta pelo IBAMA no valor de 50 milhões; a PETROBRAS pagou 35 milhões à vista e firmou convênios com o IBAMA relativos aos 15 milhões anteriores. O destino dado ao dinheiro desse convênio cabe ao IBAMA responder. A PETROBRAS pagou a multa relativa aos 35 milhões.

Quanto à pergunta sobre se houve investimento na recuperação, esclareço que, entre 2002 e 2003, a PETROBRAS investiu em projetos sociais de proteção e recuperação do meio ambiente 283 milhões de reais e em combate a emergência 36 milhões. Totalizando, portanto, um investimento de 2000 a 2003 da ordem de 319 milhões. Registro que esse montante não foi decorrente de multa, mas de uma ação pró-ativa da PETROBRAS. Efetivamente, a partir daquele episódio em que ficou constatado que ela não estava tratando as questões de meio ambiente com a importância com que deviam ser tratadas por uma empresa daquele porte, instituiu-se o Programa Pegasus, um programa de excelência em gestão ambiental e segurança ope-

racional no âmbito da PETROBRAS, que demandou investimentos da ordem de 5 bilhões de reais. Entre esses estão os 319 milhões de reais investidos em diversos projetos de recuperação dessa área.

Aqui está um detalhamento – os Srs. Deputados já receberam o material – desses 283 milhões.

Projetos com o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Termo de compromisso da REDUC, 6 milhões; projeto de recuperação de praias e educação ambiental da comunidade; termo de compromisso para ajuste ambiental na REDUC, 200 milhões; melhoria das condições de segurança e gestão ambiental.

Termos de colaboração: 40 milhões com investimentos em educação ambiental em Municípios da Baía da Guanabara; apoio institucional aos órgãos ambientais e estaduais; investimentos para melhoria e da qualidade ambiental, limpeza e urbanização das praias (Parques Ambientais de Ramos, São Gonçalo e estação de tratamento de esgoto na Praia do Flamengo)

Convênio para monitoramento ambiental da Baía de Guanabara – 2,7 milhões; convênio para execução de obras complementares no Parque Ambiental de São Gonçalo – 1,4 milhão.

Projetos com Governos Municipais.

Com o Município do Rio de Janeiro: convênios destinados a educação ambiental, limpeza e recuperação de praias e espaços públicos nas Ilhas de Paquetá e Governador – 5,8 milhões.

Município de São Gonçalo: convênios destinados à mobilização social, educação ambiental e geração de renda, restauração arquitetônica e implantação de lucros de orientação e educação – 1,7 milhão.

Projetos com o IBAMA.

Convênio destinado a ações ambientais da Baía de Guanabara, que foi o desconto de 15 milhões de reais da multa. Um convênio do IBAMA com a UFPR, Universidade Federal do Paraná, para repovoamento de caranguejos em manguezais na Baía de Guanabara, no valor de 380 mil. Já há 2 milhões de larvas de caranguejo uçá nos manguezais da REDUC, na Área de Preservação Ambiental de Guapimirim.

Projetos com a Marinha do Brasil.

Convênio com a Diretoria de Portos e Costas da Marinha visando ao monitoramento e prevenção da poluição hídrica da Baía de Guanabara, com análises periódicas de água e sedimentos, elaboração de carta náutica e sobrevôos diários por helicópteros – 2,8 milhões.

Projeto com a Fundação COPPETEC.

Implementação de gestão ambiental da atividade de comunitária de cultivo e extração, beneficiamento e

comercialização de mexilhões na Baía de Guanabara, no valor de 299 mil.

Projetos com a Fundação BioRio.

Serviços de recomposição de manguezal adjacente à REDUC, visando à recuperação da vegetação e mitigação dos efeitos do óleo derramado no acidente de janeiro de 2000, 514 mil reais. Estudo em quantificação da pesca de camarão na Baía de Guanabara – 154 mil.

Ações da PETROBRAS de contingenciamento que chamamos de combate a emergências.

Instalação do Centro de Defesa Ambiental do Rio de Janeiro, dotado de modernos equipamentos de controle e poluição por óleo, com barreiras e recolhedores, embarcações especiais de apoio, sistemas de comunicação e pessoal treinado – um projeto de 14, 6 milhões de reais.

Ainda dentro dessas ações de combate a emergências: sistema de monitoramento da presença de hidrocarbonetos na água através de bóias de sensoriamento remoto – 4,9 milhões; embarcação destinada ao combate à poluição por óleo no mar mantida em operação 24 horas por dia, equipada com barreiras absorventes e capacidade para recolhimento de 150 mil litros de óleo por hora – 16,8 milhões.

Enfim, essas são as explicações que tínhamos a dar, em nome da PETROBRAS. Espero ter conseguido abordar todos os tópicos do requerimento do Deputado, que recebeu adendos posteriores.

Como disse, eu e os técnicos da PETROBRAS aqui presentes estamos à disposição para responder às perguntas dos Srs. Deputados e detalhar as informações que apresentamos de forma geral.

Desculpem-me por haver extrapolado o tempo regimental. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sesim) – Nós que agradecemos ao Senador José Dutra a brilhante e didática exposição. Apesar de havermos dito que S.Exa. poderia dispor do tempo necessário, tudo o que havia sido indagado no requerimento foi respondido.

Antes de passarmos ao debate, registro a presença, na comitiva do Senador, do Dr. Cláudio Nunes, Gerente-Executivo de Segurança, Ambiente e Saúde, da Dra. Cláudia Zaccour, da Dra. Maria Augusta Ribeiro, do Dr. Renato Duque, do Dr. Paulo Sperling e da Dra. Míriam Guaraciaba.

Agradeço a presença de Deputados de outras Comissões que hoje participam desta audiência pública.

Passaremos aos debates. Para tanto, solicito aos Srs. Deputados que se identifiquem, no momento em

que usarem do microfone, para efeito de gravação e posterior transcrição dos debates.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, nobre Deputado Eduardo Cunha, que disporá de 10 minutos para sua exposição – tempo que poderá ser prorrogado, se necessário.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da PETROBRAS e demais membros da comitiva. Cumprimento o Presidente da empresa não apenas pela presença, mas também pelo esforço de detalhar, em sua exposição, o maior número possível de informações para elas serem por nós analisadas.

O primeiro registro que tenho a fazer, e o faço muito a cavaleiro, é que, em nenhuma parte da proposição do requerimento pretendeu este Parlamentar fazer qualquer menção à atual gestão. Todo o requerimento teve em vista problemas ocasionados no passado. Então, de nossa parte, não está sendo feito qualquer questionamento sobre as ações do atual Governo na PETROBRAS, até porque ainda não há conhecimento de quaisquer problemas, como o Presidente disse.

Nesse sentido, cumprimento o Presidente pelas mudanças promovidas no processo licitatório da P-51 e da P-52. E o faço não apenas por causa do aspecto político de tentar atender à indústria naval do Rio de Janeiro, Estado que aqui represento – e, como todo Parlamentar desse Estado, louvo e brigo pela indústria naval do Rio de Janeiro –, mas, principalmente, porque, se os critérios adotados para a contratação de epecistas tivessem sido adotados no passado pela PETROBRAS, certamente não teria existido o contrato com a empresa Marítima. Foi extremamente positivo o estabelecimento da experiência anterior como condição para uma empresa participar de um contrato como epecista – e a Marítima, quando firmou o primeiro contrato com a PETROBRAS, o fez sem possuir qualquer experiência anterior em epecista; e, como segunda condição, a necessidade de lastro financeiro. E Marítima não tinha nenhum. Se essas condições tivessem sido exigidas no passado, certamente não teríamos presenciado o afundamento da P-36, mortes de funcionários da PETROBRAS e a perda financeira que se estende até hoje, já que essa plataforma não foi repostada até o momento.

O prejuízo que tivemos talvez seja o maior escândalo do Governo passado e, com certeza, o maior assalto aos cofres da PETROBRAS, em toda a sua história. O afundamento da P-36, a sua própria contratação e as ramificações que a empresa Marítima deteve na PETROBRAS são verdadeiros escândalos.

De passagem, podemos dizer que a Marítima não poderia ter feito tudo sozinha. Se ela fez, foi com

a convivência da então diretoria e de funcionários qualificados. Posso fazer essa afirmação porque, na época do afundamento, eu, como Deputado Estadual, fui Vice-Presidente de uma CPI na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que apurou as razões do afundamento da P-36. Depois, quando ocorreu o acidente com a P-34, fui Presidente da CPI que apurou as razões desse acidente. Nessas ocasiões, tivemos a oportunidade de conhecer os detalhes de tudo o que se passou nas contratações da PETROBRAS com a empresa Marítima.

Desejo corrigir a exposição de V.Exa. em um ponto. A Marítima não se ateve às participações descritas. Ela participou muito intensamente da P-34, a tal ponto que, como apurado no relatório enviado ao Ministério Público, essa empresa havia sido representante da empresa... (ininteligível). Depois, ela repassou o contrato para a empresa que havia ficado em 3º lugar na licitação, a IVI, e recebeu uma comissão de cerca de 10 milhões de dólares por essa passagem, que foi oficialmente aprovada pela PETROBRAS. E, como podemos ver, houve problemas com a P-34.

O próprio problema pelo qual a PETROBRAS hoje passa, e que V.Exa. não teve oportunidade de comentar, refere-se a uma demanda da Halliburton sobre Barracuda e Caratinga, na P-48 e na P-50. Sabemos que a Marítima é subcontratada dessa empresa e participou ativamente do processo de licitação, conduzindo para que sua associação pudesse ser vencedora.

A P-36 teve origem na Spirit of Columbus, uma plataforma abandonada no estaleiro Fia Cantare, na Itália, que estava parada há 6 anos e tinha um custo de manutenção diária de 15 mil dólares, e também num outro estaleiro. Depois de haver recebido várias ofertas de outras empresas, a PETROBRAS simplesmente estimulou essa contratação e disse à Marítima que fizesse, a seu mando. A PETROBRAS negociou tudo pela Marítima. O contrato foi firmado em condições desfavoráveis para a PETROBRAS. Ela começou a pagar antes mesmo de assinado o contrato, quando todo o arrendamento é feito depois de a plataforma ser entregue. A PETROBRAS pagava 13 milhões e 428 mil dólares por trimestre de arrendamento, sem qualquer garantia de que essa plataforma fosse entregue, como, de fato, não o foi, no prazo devido. Além desses pagamentos, a PETROBRAS assumiu todas as obrigações decorrentes da falta de lastro financeiro da Marítima.

Para não cansar os nobres colegas e devido ao exíguo tempo que me foi concedido pelo Presidente – e que respeito, pois esse assunto atrai as atenções –, digo que o seguro recebido pela PETROBRAS já acarretou um prejuízo de cerca de 51 milhões de dó-

lares entre o valor que ela pagou pelas parcelas do arrendamento trimestral e o dinheiro que gastou com a conversão, pois várias chãs de ordem foram colocadas a posteriori – todas em detrimento da PETROBRAS e com demandas. O problema mais grave disso tudo é que havia um laudo técnico da PETROBRAS afirmando que a Spirit of Columbus era única plataforma do mundo possível para o campo de Marlim Sul. Depois, descobriram a Roncador. Entretanto, assinaram com a Marlim Sul, mesmo sabendo que iria para a Roncador. De repente, descobriram a DB-100, que havia sido a terceira colocada na licitação da P-37, como a outra única empresa capaz de caber em Marlim Sul. Portanto, foram 2 dispensas de licitação nas quais a Marítima se beneficiou. A Marítima recebeu bilhões de dólares da PETROBRAS, algumas vezes de forma escusa. E o próprio contrato com a Sana 2000, que tinha subsídio do Governo italiano para a construção original da Spirit of Columbus, previa pagamento à Marítima de 6 milhões de dólares por ano em subsídios italianos, que não foram repassados à PETROBRAS, e um pagamento final de 100 milhões de dólares, no encerramento de tudo isso, para a equalização do financiamento.

Então, a primeira pergunta que deixo a V.Exa., e que tem relação com todo o processo da PETROBRAS, é a seguinte: que providências a PETROBRAS tomou para que a Marítima, dentro desse processo, fosse considerada inidônea e, assim, não pudesse participar de nenhuma licitação com o Poder Público? Afinal, as provas são fartas em relação à inidoneidade da Marítima.

A segunda pergunta que deixo a V.Exa. refere-se ao processo das Ametistas. Os processos das Ametistas são tão escandalosos que a Marítima ofertava um prazo irreal de construção e, por isso, ganhava as licitações. Nenhuma empresa séria poderia ofertar tais construções naqueles prazos. Como os contratos da P-36 e da P-37 não estabeleciam multas pelo atraso ou não-pagamento, as Ametistas tinham uma multa irrisória. E, quando a PETROBRAS foi ver, constatou que já havia sido entregue praticamente toda a produção das suas plataformas de exploração para a Marítima. A partir daí, ela não se interessou a praticar preços mais baixos, só nos casos de arrendamento mais alto.

E o que aconteceu? Com o cancelamento dos contratos – o senhor está certo em todos os argumentos, houve um processo judicial; só está errado ao afirmar que a Marítima ganhou no 1º grau e no 2º grau –, a PETROBRAS ganhou, não porque foram consideradas legais as rescisões, mas por causa de uma filigrana jurídica, o que não impede a Marítima de entrar com uma nova ação. Isso nos preocupa muito

porque ela pleiteou uma indenização de 2 bilhões de reais naquele momento. E o que mais nos espantou foi o departamento jurídico da PETROBRAS, que defendeu a ação. E tenho todo o teor da inicial, todas as contestações e sentenças. O engenheiro Luiz Eduardo Carneiro, estranhamente, continua trabalhando na PETROBRAS. Foi ele quem assinou as tais cartas, consideradas prorrogação de prazo por um aNº Ele assinou um aditivo contratual 53 dias depois da assinatura das cartas. Esse aditivo contratual revalidava os prazos e condições do aditivo anterior. Esse é um argumento mortal para a ação e em nenhum momento foi utilizado pela PETROBRAS no processo, o que demonstra que os advogados foram ineficientes ou que houve alguma conivência para que a Marítima pudesse ganhar as ações, porque com esse argumento a PETROBRAS não haveria perdido as ações em 1º grau. Eu gostaria de saber por que o engenheiro Luiz Eduardo Carneiro continua trabalhando na PETROBRAS e por que não foram considerados esse argumento dos aditivos .

Também gostaria de saber a participação exata da PETROBRAS nas licitações da Halliburton, vencedora da licitação de Barracuda e Caratinga. Que providências e demandas estão acontecendo em decorrência dessas ações? Complementando, as análises da... (ininteligível) ...que foram pagas ou que estão demandadas pela PETROBRAS ou pela Marítima, com relação à PETROBRAS nas convenções das suas plataformas, foram objeto de análise? Foi instaurado algum inquérito administrativo para apurar se as aceitações dessas... (ininteligível) ...foram feitas de modo a causar prejuízo deliberado à PETROBRAS? Que outras providências a PETROBRAS adotou em relação aos funcionários que foram coniventes? Sabemos, por exemplo, que a P-40 teve um funcionário demitido por justa causa, o Sr. Roberto Orzechowsky. Descobriu-se, no meio do processo de licitação, que não havia sistema de ancoragem de energia elétrica, contrataram então mais 40 milhões de dólares pelo serviço de ancoragem de energia elétrica, que não existia originalmente. O Sr. Roberto Orzechowsky foi readmitido por decisão judicial e depois pediu desligamento. Gostaríamos de saber se houve efetivamente alguma outra medida para o ressarcimento da PETROBRAS.

Por último, V.Exa. disse que a PETROBRAS admitiu a Marítima através de uma liminar no processo da P-51 e da P-52. Gostaria de saber em que situação está isso, o que a PETROBRAS está fazendo para cassar a liminar e se existe alguma chance de essa empresa continuar assaltando os cofres públicos da PETROBRAS.

Essas as perguntas iniciais que gostaria de fazer a V.Exa., cumprimentando-o pela exposição e pro-

cedimentos adotados na PETROBRAS durante sua gestão, que foi realmente transparente. V.Exa. está de parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Agradeço ao Deputado Eduardo Cunha as perguntas feitas dentro do prazo, que, concordo, é exíguo.

Passo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, Presidente da PETROBRAS. Queria que S.Exa. designasse os assessores que deverão responder.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA

– Vou responder pessoalmente a algumas perguntas do Deputado; as que não puder responder, encaminharei aos técnicos da PETROBRAS.

Primeiro, em relação à condição da participação da P-51 e da P-52. A Marítima não foi convidada, como eu disse, porque entendeu-se que não preenchia alguns requisitos. A participação da Marítima deu-se por decisão liminar. A Marítima apresentou uma proposta, que foi desqualificada na fase técnica, porque, primeiro, entendeu-se que o garantidor que a Marítima apresentava como garantia do contrato era uma empresa de um paraíso fiscal e não tinha condições efetivas de defesa garantida, situação semelhante, aliás, a um outro contencioso, da P-37, no qual o capital do banco apresentado como garantia era de 50 mil dólares, se não me enganar. Então, esse foi um dos motivos pelo qual ela foi desclassificada. Entretanto, quando íamos abrir os envelopes com os preços das propostas tecnicamente aprovadas, mesmo tendo sido desclassificada na fase técnica ela conseguiu uma liminar determinando que o seu preço fosse aberto. Conseguimos derrubar essa liminar, portanto seu preço não foi aberto, já que ela foi desqualificada na fase técnica.

Com relação às informações a respeito do contencioso com a Halliburton, isso não fazia parte do requerimento, mas posso encaminhar para V.Exa. uma boa parte, em linhas gerais. Chegou-se a acordo em relação a algumas questões de prazos, mas vai para arbitragem internacional um contencioso da ordem de 370 milhões de dólares envolvendo a PETROBRAS e a Halliburton.

Com relação à questão de funcionários, efetivamente nesse episódio entre a PETROBRAS e a Marítima dois funcionários foram demitidos por justa causa. No caso do Carneiro, que é empregado da PETROBRAS, houve inclusive uma ação no Tribunal de Contas relativa à responsabilidade que ele teria em função daquela carta. A Marítima utiliza a carta sob a alegação de que a mesma prorrogaria o prazo. Até o momento, houve absolvição no Tribunal de Contas da União, por 4 votos a 3, se não me enganar. Portanto não há, do ponto de vista jurídico, nenhuma questão relativa ao engenheiro Carneiro.

Com relação às questões sobre idoneidade e os comentários de natureza jurídica...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – V.Exa. falou sobre o processo da Halliburton, mas eu queria ter conhecimento da participação da Marítima nesse processo. Qual o conhecimento da PETROBRAS sobre a participação da Marítima nesse processo da Halliburton?

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA – Vou convidar o Dr. Éσιο Costa Júnior para assessorar na parte jurídica do contencioso. A Cláudia Zaccour vai responder à questão relativa à Halliburton.

A SRA. CLAUDIA ZACCOUR – A PETROBRAS desconhece qualquer diferença existente entre a Marítima e a empresa KBR no Projeto Barracuda/Caratina. Nosso relacionamento é com a empresa KBR e eventuais diferenças da PETROBRAS é apenas com a KBR. Em nenhum momento a Marítima aparece juridicamente, ou pessoalmente, através de seus representantes legais.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Mas haveria algum conhecimento da PETROBRAS do ponto de vista da subcontratação? Não do ponto de vista jurídico, mas do ponto de vista efetivo da prestação de serviço?

A SRA. CLAUDIA ZACCOUR – Não é do conhecimento dos advogados da PETROBRAS de que haja subcontratação. Não sei se o pessoal da área técnica tem conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Pode ter certeza de que participa.

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Também não há conhecimento oficial por parte da equipe técnica de nenhum envolvimento da Marítima com a empresa KBR.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Estou deixando que o Deputado Eduardo Cunha faça as observações porque acredito que ele dispensará a réplica.

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Nobre Deputado, gostaria de fazer alguns esclarecimentos acerca da ação das Ametistas, já que V.Exa. quis tratar primeiro a questão da P-51 e P-52. Como foi esclarecido pelo Presidente da PETROBRAS, antes da Ametistas, quando houve o ingresso da nova diretoria da PETROBRAS, na gestão de Henri Philippe Reichstul, foi feita uma denúncia de que havia uma concentração muito grande de contratos de construção de plataformas em favor da Marítima. Isso fez com que fosse contratada a empresa MODEC, americana, para verificar se ela teria condições de honrar os contratos nos prazos estabelecidos. Quando chegou o relatório final, a diretoria reuniu-se e decidiu pela rescisão dos contratos. Esse

é na verdade um esclarecimento que deve ser feito. V.Exa. certamente sabe, porque foi objeto de debate na ALERJ, onde também estive presente. Esses contratos tinham prazo de 180 dias de tolerância entre a data prevista para início de operação da plataforma, da chegada, e o efetivo início. Esse prazo de 180 dias foi examinado pela Modu Spec, que apurou, em relação às Ametistas nºs 2 e 3, que jamais tinha sido iniciada a construção daquelas plataformas; e, quanto às Plataformas de nºs 4, 5, 6 e 7, o atraso era superior aos 180 dias, o que fez com que a PETROBRAS, verificando que atrapalharia e atrasaria todo o seu projeto de exploração de petróleo, partisse para contratações de outras plataformas. Assim, comunicou à Marítima, através de correspondência da diretoria, que iria rescindir os contratos o quanto antes.

Esclareço a V.Exas. que, na verdade, o contrato era de afretamento de plataforma que a Marítima estava construindo através de financiamento. A PETROBRAS não gastou um centavo na construção da plataforma e, recebendo-a, tomaria a plataforma por afretamento mediante pagamento de diária.

Quando recebeu a carta da PETROBRAS anunciando que, em razão dos levantamentos feitos pela Modu Spec de atrasos superiores aos 180 dias previstos no contrato, rescindiria o contrato, a Marítima ingressou com uma ação judicial em face da PETROBRAS e, nessa ação, obteve liminar que proibia a rescisão dos contratos por parte da PETROBRAS.

Essa liminar foi dada às vésperas do recesso do final de ano e a PETROBRAS travou, durante todo o período de recesso e início do ano seguinte, uma luta árdua buscando a revogação dessa liminar, o que conseguiu. Ao longo de alguns meses de árdua luta no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a PETROBRAS, através de mandado de segurança e de agravo de instrumento, conseguiu reverter a decisão e, efetivamente, rescindiu esses contratos.

A ação, todavia, prosseguia, porque a Marítima... E aí peço vênias a V.Exa. para um esclarecimento adicional. A ação proposta pela Marítima não tinha cunho indenizatório. Era uma ação de preceito declaratório, que não pedia indenização alguma pela rescisão. A Marítima pedia 3 coisas fundamentais nessa ação. Primeiro, que a PETROBRAS não rescindisse os contratos; segundo, o reconhecimento judicial de que teria havido a prorrogação daqueles 180 dias por força de uma carta firmada pelo engenheiro Carneiro, a qual a Marítima deu conotação de prorrogação contratual. O terceiro pedido é que a PETROBRAS não pudesse contratar outras plataformas em substituição àquelas que pretendia rescindir dos contratos das Ametistas.

O processo efetivamente foi sentenciado, como bem esclareceu V.Exa., pela procedência, e a PETROBRAS – em junho último houve o julgamento – obteve a reversão por 2 a 1.

Faço aqui mais uma vez um reparo, se V.Exa. me permite. Há julgamento de mérito, sim, e não uma filigrana jurídica na decisão. O voto vencedor é muito claro no sentido de que não houve prorrogação de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Gostaria de pedir ao Dr. Éσιο que seja mais conciso. Há ainda 10 Deputados inscritos para argüir o Presidente da PETROBRAS.

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Farei isso.

Na realidade, a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça, ainda passível de recurso por parte da Marítima, enfrenta o mérito, sim, no sentido de que não houve prorrogação de contrato algum e que aquela carta não tinha essa finalidade. E, mais do que isso, nem poderia o engenheiro que a assinou ter tido essa intenção, porque não tinha poderes para tanto. Realmente, há julgamento de mérito quanto a isso e não há pleito indenizatório.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Sr. Presidente, para evitar réplica, vou fazer uma pergunta. Por que não se considerou o argumento de o contrato ter sido aditado por ele 53 dias depois da data de assinatura dessa carta?

Essa carta foi feita *a posteriori*. Isso ficou claro, pois não tinha numeração da PETROBRAS. Foi uma carta fraudada para beneficiar a Marítima. Se ele assinou um aditivo 53 dias depois, por que esse argumento não foi usado? A PETROBRAS não teria perdido em primeiro grau.

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Não sei o que V.Exa. refere como aditivo. Todos esses contratos sofreram aditamentos; às vezes, até para mudança de nome da própria Marítima.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Mas em qualquer aditamento de uma cláusula, ficavam válidas todas as cláusulas anteriores que não foram acertadas pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Não pode haver debate paralelo, Deputado Eduardo Cunha. Registre-se sempre que for falar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Todo aditivo torna iguais aquelas cláusulas que não foram modificadas do contrato anterior. Então, ratifica. Não pode haver uma mudança e uma ratificação logo em seguida. É um argumento jurídico que teria matado a ação. Este é o questionamento.

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Pelo aditamento feito no contrato vimos que não resvalava em nada, porque a carta não teve a intenção de prorrogar e seu

conteúdo foi distorcido. É a posição da PETROBRAS, que foi reconhecida no Tribunal de Justiça e...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – O.K. Se foi reconhecida...

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – ... e também no Tribunal de Contas da União, em julgamento ocorrido na terça-feira da semana passada.

Em relação à indagação de V.Exa. quanto às P51 e P52, na verdade de igual forma a PETROBRAS, pelos motivos já expostos pelo Presidente José Eduardo Dutra, não convidou a Marítima, que obteve liminar judicial para participar. Conseguimos reverter essa situação no momento em que haveria a abertura das propostas comerciais e, por causa disso, a proposta comercial da Marítima foi devolvida e ela alijada do certame por força de decisão obtida junto à Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em atuação direta do jurídico da PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Não há risco de a Marítima voltar a participar desse processo?

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Trata-se de uma decisão judicial que comportaria recurso, mas, *a priori*, não, porque a proposta comercial foi devolvida e ela estaria alijada desse processo licitatório.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – O.K., Sr. Presidente. Vou abrir mão da réplica, até para que os outros colegas participem. É um tema muito complexo e não se esgotaria com mais 10 ou 15 minutos.

Sr. Presidente, espero que, quanto àquela pergunta que fiz, e que não foi totalmente respondida, o Presidente da PETROBRAS possa ter oportunidade de responder. Por que não se tomou uma atitude para tornar a Marítima inidônea em virtude de tudo o que já causou de prejuízos e contenciosos à PETROBRAS e pela sua inadimplência em todas as contratações com a PETROBRAS?

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Pela ordem?

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA – Sim, pois gostaria de fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Espero que seja dentro do assunto.

Com a palavra o Deputado Almir Moura.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA – Se é dentro do assunto?! Claro que sim.

Gostaria de sugerir simplesmente que se pudessem falar em blocos de 3 Deputados a cada vez e, em seguida, os convidados responderiam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Agradeço a sua sugestão e vou acatá-la, porém sempre o autor fala antes dos outros.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA Não tenho objeção a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Terminando o autor, vou passar a atender a sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Deputado Eduardo Cunha, estava agradecendo a V.Exa. por ter dispensado a réplica...

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA – Dispensaria e deixaria a pergunta sobre a razão de ainda não se ter tomado uma atitude para tornar a Marítima inidônea. É a pergunta que deixaria, e agradeço a participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o Senador José Eduardo de Barros Dutra, Presidente da PETROBRAS. (*Pausa.*)

Falará o Dr. Éσιο?

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Sim, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o Dr. Éσιο Costa Júnior.

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Sr. Deputado, a PETROBRAS abriu procedimento interno com vistas ao afastamento da Marítima do quadro de empresas cadastradas. E, uma vez mais, a Marítima logrou, por força de uma liminar, a suspensão desse processo punitivo ao argumento de que, se a Marítima teria causado prejuízos à PETROBRAS na construção de plataformas, estaria cadastrada na PETROBRAS para outras atividades, como mergulho saturado, lançamento de linhas. E, por força disso, a decisão judicial suspendeu o processo de punição pela PETROBRAS, que está sendo revisto em âmbito interNº

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Vou aceitar a sugestão do Deputado Almir Moura e conceder a palavra a 3 Deputados inscritos, que vou anunciar: Deputados Eduardo Valverde, João Magalhães e Reinaldo Betão.

Convido o nobre Deputado Eduardo Valverde para fazer suas perguntas. Peço-lhe, se puder colaborar, que use o tempo determinado pelo Regimento, que faculta 3 minutos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sou sempre disciplinado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – É verdade.

O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE – Sr. Presidente, cumprimento o nosso companheiro José

Eduardo Dutra e os demais diretores que se fazem presentes na Casa. Quero externar a nossa satisfação por verificar que a PETROBRAS, empresa estatal com importante papel no desenvolvimento do Brasil, passa a tomar algumas cautelas com relação à relação tão promíscua que existia entre a PETROBRAS e algumas empresas de notória inidoneidade e que só agora começa a ser afastada de qualquer tipo de contratação, como empresa que tem de se esmerar para manter a sua reputação como estatal.

Ouvi atentamente a exposição do Presidente da PETROBRAS. Estou satisfeito com os termos debatidos e com a temática apresentada à Comissão. A única pergunta que faço é com relação à frota. Fui marítimo algum tempo atrás. A minha pergunta é com relação à renovação da frota, já que tem papel não só de transportar, mas também de dinamizar a indústria da construção naval do Rio de Janeiro. Ouvi na exposição que são 60 navios fretados e 50 próprios. No plano de expansão e de investimentos da PETROBRAS, está prevista a construção de novos petroleiros, bem como a troca de navios fretados por navios próprios para fortalecer a Marinha Mercante brasileira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Passo então a palavra ao próximo orador, o nobre Deputado João Magalhães.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – V.Exa. dispõe de 3 minutos, se puder nos atender.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Vamos tentar, Sr. Presidente. Sr. Presidente, José Eduardo, gostaria de fazer 4 considerações a V.Exa. A primeira delas é esta. Naqueles primeiros quadros, fala-se do valor de mercado da PETROBRAS. Aqui fala-se em algo em torno de quase 59 bilhões. Eu gostaria de saber se essa participação é o valor de mercado das cotas do Governo, e se esses valores estão em reais ou em dólares.

A segunda consideração: parece que ficou latente que essa empresa marítima apareceu do nada e transformou-se numa das maiores construtoras de plataformas do mundo. Parece que isso se deu numa única administração. Eu gostaria que V.Exa. me confirmasse essa informação e se realmente todas essas licitações que essa empresa veio a ganhar na PETROBRAS aconteceram dentro da mesma administração, e quem era o Presidente da Companhia na época.

O terceiro questionamento. V.Exa. diz da situação atual da licitação P-51 e P-52. Aqui diz: “*Modo de geração: a licitação original foi encerrada por preço excessivo*”. Logo abaixo vêm outros itens que falam a mesma coisa: “*licitação original foi encerrada por preço*

excessivo”. O preço excessivo, na licitação, foi o preço elevado para o custo dessa plataforma?! Eu gostaria que o senhor falasse um pouco mais sobre isso.

O quarto ponto. Quando V.Exa. fala dessas ações relativas da P-38 e P-40, diz que a PETROBRAS pleiteia ser ressarcida de custos incorridos para concluir as obras. Pois bem. A PETROBRAS está tentando ser ressarcida. Mas são esses custos só por conta do atraso ou também ocorreram pagamentos antecipados para a construção dessas plataformas?

Por ora é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Concluindo o primeiro grupo, convido o nobre Deputado Reinaldo Betão. S.Exa dispõe de 3 minutos, se puder colaborar.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO – Sr. Presidente, demais membros que compõem a Mesa, Presidente da PETROBRAS, empresa que nos orgulha de ser a maior da América Latina. A minha pergunta primeira até o nobre Deputado já fez, é sobre a frota de navios nacionais. Eu queria saber o custo de uma diária de um navio, um petroleiro desses que nós pagamos de frete a outras bandeiras, e qual o incentivo para que sejam feitos esses navios aqui no País.

Outra pergunta: quantas plataformas estão previstas para serem construídas no Brasil, apesar de que o Governo anterior estaria fazendo concorrências para serem essas plataformas fabricadas fora do País?

E a terceira é sobre esses números aqui sobre a Bahia de Guanabara. Eu sou de Município de Magé, o segundo mais antigo do Estado – 438 anos –, e que até hoje sofre danos por causa daquele derramamento de óleo. Por que a PETROBRAS não tem uma política de investimento na REDUC, haja vista que aqueles oleodutos, o último que se rompeu, ficou várias horas bombeando após ele se ter rompido? E os danos que causou ferem o meio ambiente até hoje, haja vista na área social, os pescadores – muitos viraram alcoólatras por não terem mais o que fazer. E isso até acarretou exclusão social naquela região, com separações de casais, brigas... Eu sou um pequeno empresário naquela região, e digo que temos muitos danos ainda provenientes desse acidente, e que também está correndo um processo dos pescadores. E por que até hoje não houve um interesse da PETROBRAS sobre esse acordo com as colônias de pescadores, sobre o montante de indenizações devidas a esses pescadores? Porque eles dependem exclusivamente da pesca para sua sobrevivência. E que esses investimentos aqui – 299 milhões... Vocês receberam uma multa do IBAMA de 50 milhões e pagaram apenas 35 milhões, multa essa até irrisória pela proporção do acidente. E que foram investidos... 50 milhões, não; 50 mil. Repo-

voamento de caranguejo, 380 mil reais; e outros aqui... Estudo quantitativo da pesca do camarão, 154 mil reais; serviços de recomposição do manguezal adjacente à REDUC. Eu queria que uma hora os diretores sobrevoassem a área, se possível, passassem numa embarcação ao redor, em torno da REDUC, para constatarem a degradação ambiental que aquela empresa fez ao redor daquela região – Duque de Caxias, Magé, Apa de Guapimirim e outras, para que esses valores sejam revistos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO – Porque é brincadeira! Esses valores... O montante do que foi pago de multa ao IBAMA, e o desconto que se teve, e o investimento que está sendo feito, especialmente na Guia de Pacopaíba, Praia de Mauá, Magé e adjacências. Então, que a PETROBRAS possa ainda, em tempo, reparar esses danos que causou àquela região, com investimentos e com outros recursos para que aquela região possa se recuperar desse grande acidente que ainda causa muitos danos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Agradeço ao nobre Deputado Reinaldo Betão.

Passo, então, a palavra ao Presidente da PETROBRAS, Senador José Dutra; e ele direcionará, naturalmente se quiser, perguntas para seus assessores.

O SR. JOSE EDUARDO DE BARROS DUTRA

– Primeiro, em relação à pergunta do Deputado Eduardo Valverde. Nós, recentemente, agora estamos conseguindo desenrolar uma situação que vinha se eternizando, que era uma licitação feita pela PETROBRAS há 3 anos, se não me engano, para construção de 4 novos navios, o que estava dependendo de um processo de financiamento do BNDES, que agora foi equacionado. Então, são 4 navios que já foram licitados. E, dentro desse plano estratégico a que me referi quanto ao investimento de 34 bilhões de reais, está prevista a aquisição de 12 novos navios. É lógico que o processo de renovação acaba sendo um pouco mais lento do que o processo de substituição. Há um fato que hoje vai estar com mais navios fretados do que navios próprios, mas dentro desse plano estratégico existe a intenção de se encomendar navios, nesse processo de reposição, como também de fixar um programa de restabelecimento da indústria naval brasileira.

Com relação à pergunta do Deputado João Magalhães, esse é o valor de mercado, quer dizer, o valor... Se se pegar o valor das ações da PETROBRAS e multiplicá-lo pelo número de ações, dá o valor de mercado do total da PETROBRAS. Não é só a parte da União. É lógico que sempre se pode questionar, porque a PETROBRAS tem 11 bilhões de barris em reservas

etc. Então, se você for monetizar isso, dá muito mais. Mas, objetivamente, o valor de mercado é esse.

Com relação ao que é preço excessivo, a PETROBRAS faz em cada licitação dessas, até porque nossos técnicos têm conhecimento do mercado, uma avaliação de qual o preço esperado dentro da realidade da indústria, se tem um valor mínimo, se tem um valor médio e se tem um valor máximo; e aí esses preços que foram citados eles estavam bem acima daquele valor máximo dentro desse *ranking* que é estabelecido pela área técnica da PETROBRAS. Mas, como eu disse, no caso do módulo de geração, nesse processo de negociação, já se permitiu uma redução da ordem de 20 milhões de dólares, e está-se chegando a um preço que está dentro desse valor orçado pela PETROBRAS.

Com relação ao custo, sobre o que significam os custos que estão ressarcidos, o Dr. Nunes poderia esclarecer. É da P-37, não é isso?

O SR. CLAUDIO NUNES – DA P-38 e P-40.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA

– Cláudia, por favor.

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Os valores que estão sendo pleiteados, da P-38 e da P-40, na Corte de Londres, são relativos a adiantamentos que a PETROBRAS fez aos fornecedores de equipamentos e serviços. A Marítima não teve condição de concluir a obra. A PETROBRAS, então, assumiu a obra, porque precisava cumprir os seus cronogramas. Agora, então, ela pleiteia esses valores que ela adiantou diretamente aos fornecedores na Corte de Londres.

É importante ressaltar que as empresas da Marítima assinaram um documento se comprometendo com esse ressarcimento. Quer dizer, a PETROBRAS não fez esses adiantamentos aos fornecedores sem antes obter das empresas da Marítima esses documentos, em que ela se comprometia ao ressarcimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA

– Há a outra pergunta do Deputado João Magalhães a respeito do período em que houve esses contratos e todo esse contencioso. Quer dizer, objetivamente, foi durante uma mesma administração. O presidente da época era o Dr. Joel Rennó.

Com relação ao Deputado Reinaldo Betão, o custo de frete varia entre 20 mil e 30 mil dólares por dia, a depender do tamanho da embarcação. Objetivamente, é um custo alto, como tudo o que envolve a indústria de petróleo.

Não há dúvida de que há ainda muitos passivos ambientais da PETROBRAS. Não só no Rio de Janeiro, como em outros Estados, temos procurado trabalhar no sentido de corrigir esses passivos. Os dados que apresentamos mostram, no caso específico da REDUC,

que há um termo de compromisso para ajuste ambiental. Porque, efetivamente, já estão melhorando e vão melhorar ainda mais as condições de segurança e de gestão ambiental da administração da REDUC. É algo da ordem de 200 milhões de reais. Inclusive, esse é o maior valor desse valor total de 283 milhões, que incluímos na rubrica de Sociais – Proteção e Recuperação do Meio Ambiente. O valor maior é exatamente esse termo de compromisso para ajuste ambiental, que inclui modernização e tratamento, melhorando sensivelmente a situação ambiental da REDUC. No caso específico, investimento de 200 milhões de reais.

Com relação ao número de plataformas, apresentei um *slide* que mostra os diversos projetos para atender àquela meta de auto-suficiência 2006. Já estão em construção a P-43, 48 e 50; em licitação, a P-51, P-52. A P-54 já está também em licitação. Estão em fase de estudo de viabilidade técnica e econômica a P-53, a conversão da P-34, a P-55 e P-56. Em todas essas nós pretendemos manter em linhas gerais esse modelo que estamos construindo em exigência de conteúdo nacional, de forma que, cada vez mais, a indústria naval brasileira venha a capacitar-se para atender a essa demanda da PETROBRAS. É uma política que pretendemos não só manter, como também aperfeiçoar.

Não sei se V.Exa. reparou, mas, quando apresentei a P-51, P-52, depois da P-54, o conteúdo nacional da P-54, que já está também na solicitação, é maior do que aquele que foi exigido na P-58, P-52. Nós habilitamos esse processo de retomada da indústria naval brasileira, a partir, inclusive, de encomendas que são feitas. E que tenhamos, com o passar dos anos, a possibilidade de contar, cada vez mais, com um conteúdo nacional na construção de diversas plataformas.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO – Na realidade, muitas dessas plataformas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Deputado Betão, aguarde um pouco. Pergunto ao nobre Deputado João Magalhães, que está inscrito primeiro, se vai precisar da réplica.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Com a palavra o nobre Deputado João Magalhães, e, posteriormente, o Deputado Reinaldo Betão.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Obrigado, Sr. Presidente.

Novamente, gostaria de fazer uma pergunta à Dra. Cláudia para eu entender melhor. A PETROBRAS contratou a Marítima para fazer uma plataforma. Antecipou recursos para que ela contratasse as empresas que forneceriam os equipamentos?

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Não, ela fez pagamentos. A PETROBRAS fez pagamentos diretos aos fornecedores, sem intermediação da empresa Marítima.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Ah, sim. E esses fornecedores...

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – E a partir de um certo momento. A Marítima entregou a obra já em estado bastante avançado. Os meus colegas técnicos talvez possam precisar em que momento da construção as plataformas foram entregues. Elas foram entregues à PETROBRAS já num estágio avançado da obra. Então, a PETROBRAS adiantou aos fornecedores de serviços e materiais a conclusão da obra, para que as duas plataformas estivessem em condição de...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – A senhora não entendeu. A PETROBRAS fez uma licitação; a Marítima ganhou. Tudo bem. A PETROBRAS fez um antecipações para a Marítima, para construção?!

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Não fez nenhum tipo de pagamento?

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Não houve prejuízo financeiro para a PETROBRAS com essa plataforma?

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Isso é objeto da ação judicial também.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Sim. Qual é o prejuízo? Foi só pelo atraso?

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Não, o objeto da ação judicial, como já adiantei anteriormente... A PETROBRAS pretende ser ressarcida por causa das diferenças que ela adiantou aos fornecedores após a entrega da plataforma. Quer dizer, não está em questão aqui...

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – E a PETROBRAS pagou por essa plataforma?

A SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Pagou por essas plataformas.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Pagou antecipado?

O SRA. CLÁUDIA ZACCOUR – Pagou pela sua construção.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Antecipado?!

O SR. ÉSIO COSTA JÚNIOR – Doutora, permita-me um esclarecimento. Vencido o orçamento da plataforma e a obra estando inconclusa, a PETROBRAS assumiu, com dinheiro próprio, o pagamento diretamente aos fornecedores para a conclusão da obra. E é sobre esse montante que a PETROBRAS está aplicando o ressarcimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES – Estou satisfeito, Sr. Presidente. Acho que vamos ter muitos esclarecimentos hoje, mas o mais interessante seria esta Comissão propor uma nova audiência pública com a presença do ex-Presidente da PETROBRAS e com o dono da Marítima, pois eles têm muitos mais esclarecimentos a prestar do que o próprio Presidente. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Nós que agradecemos a V.Exa.

Passamos a palavra, para réplica, ao nobre Deputado Reinaldo Betão, que disporá de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO REINALDO BETÃO – Na realidade, muitas dessas plataformas são navios sendo transformados. A P-43 parece que já está atracada no porto do Rio pela ULTRATEC. São navios com grande capacidade de armazenagem que vão fazer esse serviço. Quanto às plataformas novas, o senhor falou existe planos para 2006.

Queria também saber se há algum plano de expansão da REDUC, em especial para o Município de Magé, vizinho à refinaria, até porque todos sabemos que na produção de petróleo no Brasil, 80% é do Estado. Mas vejo pouco investimento da PETROBRAS no Estado do Rio, haja vista na área de expansão. Estão falando que se vai fazer refinaria no Nordeste. O risco ambiental é nosso, a produção é nossa e não vi ainda um plano da PETROBRAS, investimento no Estado do Rio, Estado esse que sofre com problemas de violência. Precisamos que a PETROBRAS venha a fazer grandes investimentos no Estado do Rio. Lá vamos ter o PAN de 2007 e talvez sediar as Olimpíadas de 2012. Esse investimento será de vital importância para o Estado do Rio, especialmente na expansão da refinaria de Caxias, tanto que a de Paulínia já ganhou expansão. E o petróleo... Ficava muito mais fácil transportá-lo para a REDUC do que levá-lo para São Paulo e de lá ser bombeado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o nobre Senador José Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA – Deputado Reinaldo Betão, a PETROBRAS, a valores de hoje, já investiu 40 bilhões de dólares no Estado do Rio de Janeiro. Desse investimento previsto no plano estratégico, estão previstos investimentos de 16 bilhões de dólares no Estado do Rio de Janeiro. Especificamente na REDUC, está previsto investimento de 1 bilhão de dólares, que já vem sendo feito. Hoje, quem visitar a REDUC vai ver que lá, além dos empregados da PETROBRAS, daqueles contratados permanentemente, há mais de 5 mil operários que estão trabalhando no processo de modernização e ampliação da REDUC. Isso já vem sendo feito, ou seja, o processo de moder-

nização, de conversão das refinarias brasileiras, para possibilitar uma maior presença do petróleo nacional dentro do processo de refino global. Porque, como nós, cada vez mais, estamos produzindo petróleo pesado, é preciso um processo de conversão, modernização e adaptação das refinarias atuais para que possamos refinar cada vez mais petróleo nacional. Isso já vem sendo feito. Apresentei uma projeção que mostra que já chegamos a um índice da ordem de 81% de refino de petróleo nacional. A REDUC é uma das refinarias que vêm recebendo esses investimentos.

Como disse, está previsto dentro desse plano estratégico, apenas na REDUC, um investimento de 1 bilhão de dólares, nesse processo de modernização e ampliação. Esse processo de modernização vai possibilitar até uma ampliação da capacidade de refino da REDUC, da ordem de 20 mil barris por dia.

Com relação ao investimento em meio ambiente, pediria ao Dr. Cláudio que desse mais alguns detalhes a respeito desse investimento no Rio de Janeiro.

O SR. CLÁUDIO NUNES – Com relação à questão dos vazamentos na Baía de Guanabara, aquele duto que vazou por horas e horas está sendo totalmente reconstruído. Não só aquele duto como todos os demais da PETROBRAS. São 7 mil quilômetros de dutos que passaram por um profundo processo de reparação e reabilitação, automação e supervisão automatizada.

Então, temos hoje a rede de dutos da PETROBRAS equipada com o que há de mais moderno no mundo em termos de supervisão. E mais do que isso: temos uma orientação gerencial no sentido de respeitar, sobretudo, o meio ambiente. A cada sinalização que os nossos sensores instalados hoje nos dutos emitem, com relação à variação de pressão, a balanço de massa – e até mesmo medidores sônicos temos instalados –, a cada variação um pouco além dos limites, a ordem é a de parar a produção. Então, hoje priorizamos o meio ambiente, parando a produção a qualquer sinal suspeito. Obviamente isso tem até repercussão no resultado da empresa, mas sobretudo procuramos parar a produção, dessa forma minimizando o risco de vazamentos. Essa tubulação hoje está sendo toca trocada, assim como muitas outras no Brasil.

Com relação à Baía da Guanabara propriamente dita, os exemplos que V.Exa. citou são projetos de cunho científico e de pesquisa aos quais pretendemos dar andamento e, aí sim, iniciar projetos verdadeiros com as comunidades. Existem também outros projetos, Deputado, principalmente de educação ambiental, que estão sendo desenvolvidos com as comunidades da Baía de Guanabara, que chegou a 5 milhões.

Uma coisa tem que ficar clara: o Presidente citou os 200 milhões que estão sendo gastos na REDUC e no terminal da Ilha D'água, que vão praticamente zerar a contribuição da PETROBRAS para a despoluição da Baía de Guanabara. Sabemos claramente que não é a PETROBRAS a maior poluidora da Baía de Guanabara, mas, mesmo assim, vamos zerar a poluição na Baía de Guanabara causada pela PETROBRAS. O Governo tem um plano de recuperação da Baía de Guanabara e é este que tem de ser implementado. Adicionalmente aos 200 milhões, para não ficar olhando só para os projetos com valores pequenos, vamos olhar para os 40 milhões que foram levantados no convênio com o Estado, voltados para a aplicação na recuperação da Baía da Guanabara.

O que acontece é que a PETROBRAS não pode responder sobre isto, se os projetos estão sendo priorizados adequadamente ou não, porque não é um critério de seleção da empresa. O procedimento que a empresa adotou foi pagar a multa para o IBAMA, a multa que o senhor disse que foi num valor pequeno, mas que foi no valor máximo que a legislação permite: 50 milhões. A legislação não permite aplicação de multa maior do que essa. Além dos 50 milhões que foram pagos, a PETROBRAS fez um convênio de mais 40 milhões com o Estado para aplicação na Baía de Guanabara, dinheiro esse que é gerenciado pelo Estado e a quem compete.

Além disso, foram mais 5 milhões, é óbvio, em limpeza, mais 5 milhões na educação ambiental, e mais 3,7 milhões em indenização aos pescadores.

Então, esse é um conjunto de ações que a PETROBRAS vem fazendo. Hoje vimos tentando nortear realmente com uma responsabilidade social e ambiental as nossas ações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Vamos passar agora então ao segundo grupo de argüidores.

Convido o nobre Deputado Nelson Bornier. S.Exa. dispõe de 3 minutos, se puder colaborar. Depois chamaria a Deputada Elaine Costa e o Deputado Alexandre Santos.

Com a palavra o Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Presidente, as perguntas que teria que fazer foram feitas pelo autor do requerimento, Deputado Eduardo Cunha. Vi, porém, alguns companheiros saírem um pouco da questão maior desta audiência pública; ou seja, ela teve uma finalidade, pelo menos na sua justificativa, que é a questão do P-51 e do P-52, com referência à denúncia de favorecimento à Marítima.

O que gostaria era desde já requerer a V.Exa. as notas taquigráficas desta audiência, já que ouvi aqui

algumas controvérsias com relação ao que ouvi na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Ratifico o que o João Magalhães disse: estamos precisando ouvir realmente as diretorias anteriores da PETROBRAS e também a Diretoria da Marítima. Mais do que isso, Sr. Presidente: já que também saímos um pouco da finalidade principal da audiência, gostaria de solicitar do seu Presidente, Senador Eduardo Dutra, que não deixe de nos remeter, o mais rápido possível, os documentos, os ofícios que foram encaminhados para a CPI dos Combustíveis, pois esta CPI já completa os 90 dias. Estamos prorrogando, e isso está atrapalhando o nosso trabalho. Temos os ofícios encaminhados que o senhor nos respondeu. Já ultrapassou o prazo, e não recebemos a documentação nem os contratos de escritórios de advocacia.

Sr. Presidente, agradeço a presença ao Presidente e a sua equipe, aos companheiros, e, desde já, requeiro as notas taquigráficas desta audiência até o seu final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Quanto às notas taquigráficas, V.Exa. já tem o deferimento do Presidente. Agradecemos a V.Exa. também a participação.

Passo a palavra à Deputada Elaine Costa. V.Exa. dispõe de 3 minutos, se pode colaborar.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Sr. Presidente, no convênio assinado entre a PETROBRAS e o Governo do Estado para a implantação dos chamados piscinões, considerando que o primeiro termo aditivo alterou a destinação dos recursos pactuados inicialmente, de que forma a PETROBRAS fiscaliza a aplicação desses recursos quer quanto a valores, quer quanto a prazos de execução? Qual o prazo informado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro à PETROBRAS para a conclusão do piscinão de São Gonçalo? De que forma a PETROBRAS, em conjunto com o Governo do Estado, pretende garantir a sustentabilidade do projeto Piscinão de São Gonçalo, sua manutenção e operação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra, que poderá direcionar as perguntas aos seus assessores.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Perdão, ainda faltava o Deputado Alexandre Santos. Com a palavra o Deputado Alexandre Santos por 3 minutos, se puder colaborar, para encerrar o segundo grupo de Deputados arguidores. Peço-lhe desculpas, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a vinda ao Dr. José

Eduardo Dutra; ao Dr. Renato Duque; ao Dr. Écio Costa Júnior; ao Cláudio e à Cláudia.

Quero dizer da importância da PETROBRAS para o Brasil e para todos nós. Quero deixar patenteado que os senhores podem contar com os Deputados do Rio de Janeiro, principalmente porque é de lá que vêm 80% do petróleo produzido pela PETROBRAS. Quero dizer da minha alegria de ver que muitas ações já foram feitas, e também da minha preocupação por ver que ainda muito há que se fazer.

Queria, Sr. Presidente, iniciar sobre o preço da P-51 e da P-52, que, pelo que tomamos conhecimento, foi de 450 milhões de dólares. As licitações foram ganhas por 800 milhões, se não me engano, o outro é quase 1 bilhão de dólares. Existe, realmente, um preço para simplesmente figurar? Os técnicos da PETROBRAS considerados os melhores pelo nosso País e pelo mundo afora. Quando eles colocam um preço e as licitações da PETROBRAS saem pelo dobro do preço, há de ter alguma coisa errada. Acho que deveríamos analisar isso em profundidade, porque fica muito difícil explicarmos que a PETROBRAS, com o nível e a qualidade de seus técnicos, coloca um valor e as licitações sempre saem por quase o dobro. Quando não há os aditivos, que duplicam ou triplicam, como é o caso das plataformas anteriores. Eu queria saber se é um preço para valer ou se é feito de forma figurada, até para nos orientarmos em alguns procedimentos que teremos no futuro, principalmente nesta Comissão de Fiscalização e Controle. Quando em uma empresa como PETROBRAS, que acima de tudo queremos preservar, há uma distância tão grande entre o preço colocado e o preço ganho, causa-nos perplexidade.

Queria também saber se o senhor tem conhecimento de que o Tribunal de Contas da União multou antigos dirigentes por normas, vamos dizer assim, feitas sem o devido amparo legal nas licitações, e se houve isso. Eles inclusive receberam a multa, é o que consta do noticiário que temos aqui. Se isso é de seu conhecimento e se houve algum procedimento interno na instituição.

Terceiro. Há poucos dias, em Cachoeira de Macacu, houve um vazamento – acho que não foi de grandes proporções. Após o derramamento anterior, que causou grandes prejuízos em termos ambientais, foram feitas algumas ações, principalmente no que se refere a como agir a tempo para que os problemas não se agravassem. Este ano, estão previstos investimentos da ordem de 9 bilhões de reais, se não me enganar. Conseguiremos realmente aplicar 9 bilhões de reais em investimentos?

Ainda sobre o meio ambiente, área comandada pelo Dr. Cláudio Nunes: as ações na área de meio am-

biente estão dentro de um cronograma considerado satisfatório? Há alguma novidade, principalmente nos dutos, em relação ao que aconteceu no Rio de Janeiro, em Cachoeira de Macacu? Estão sendo supervisionados ou trocados? Tenho conhecimento de algumas ações, mas queria ouvir um pouco disso, para que possamos – Cachoeira de Macacu é um reduto político meu –, dar algumas explicações e fazer a defesa, porque isso preocupa muito a população local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Encerrado o grupo de argüidores, passo a palavra ao Senador José Dutra, Presidente da PETROBRAS, e ele direcionará aos assessores as perguntas que não possa responder diretamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA

– Primeiro, em relação à questão levantada pelo Deputado Nelson Bornier, os documentos solicitados pela CPI dos Combustíveis. Tratava-se de um volume imenso de documentos, inclusive notas fiscais de vendas de combustível de um período muito amplo. Pedimos a prorrogação do prazo. O prazo da prorrogação ainda não venceu. Vence na próxima sexta-feira, e estamos trabalhando para mandar os documentos dentro do prazo que foi estabelecido pela Comissão. A direção da PETROBRAS tem todo o interesse em contribuir para o bom andamento das comissões parlamentares de inquérito e de qualquer comissão do Congresso Nacional. Portanto, todo empenho sempre será feito no sentido de atender aos requerimentos que emanarem desta Casa em direção à PETROBRAS.

As perguntas relativas à SMS, tanto da Deputada Elaine Costa quanto do Deputado Alexandre Santos, vou pedir para o Cláudio Nunes responder.

Com relação à questão da P-51 e da P-52, a PETROBRAS nunca divulgou que o preço delas fosse 500 milhões de dólares. Essa era uma especulação que havia na imprensa, até porque num processo licitatório a PETROBRAS não divulga sua expectativa de preço. Esse processo está sendo concluído. Como eu disse, no caso dos módulos de geração, o processo de negociação está chegando a preços dentro do orçado. Esse processo de negociação vai se dar inclusive em relação aos outros aspectos. Depois que a licitação estiver concluída, naturalmente ao Congresso Nacional, desde que tenha interesse, e com certeza haverá esse interesse, poderemos expor qual era o valor mínimo previsto, qual era o médio, qual era o valor máximo e quanto foi acordado. Agora, como eu disse na minha exposição, há uma situação de fato que está encarecendo esses empreendimentos em comparação com outras plataformas, que é a mudança da tributação, especificamente no caso do Estado do Rio de Janeiro.

Com relação à questão da multa do TCU, tenho conhecimento de que houve uma multa de, parece-me, 20 mil reais. Trata-se do mesmo episódio a que fiz referência aqui, do engenheiro Carneiro, que havia sido absolvido, relativamente àquela carta envolvendo a empresa Marítima. Os então diretores foram multados em, se não me engano, 20 mil reais, por assinar uma licitação não considerando a capacidade financeira da empresa. Naturalmente, uma empresa como a PETROBRAS tem regras e seguros com referência a seus dirigentes, e há espaço para recurso no que se refere a essa condenação.

Peço agora ao Cláudio Nunes para responder as perguntas relativas a meio ambiente.

O SR. CLÁUDIO NUNES – Com relação aos parques ambientais de Ramos e São Gonçalo, conhecidos como piscinões, na verdade os convênios assinados pela PETROBRAS com o Estado para construção desses parques ambientais foram frutos daquele termo de colaboração que citei anteriormente. São projetos selecionados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e que a PETROBRAS, por conta desse termo de colaboração, financia.

O primeiro deles foi o Parque Ambiental de Ramos. A PETROBRAS, conforme conveniado, pagou a construção e durante um período de, se não me engano, 2 anos, pagou – como também previsto no convênio original – a sua operação e manutenção. Findos esses 2 anos, o Governo se viu em dificuldades para dar continuidade à operação do parque. Também não interessava à PETROBRAS, que tinha sua marca atrelada àquele empreendimento, que de repente acontecesse o que estava acontecendo: a falta de limpeza da água e a interdição da área. A PETROBRAS assinou, então, novo convênio com o Estado para retomar o pagamento da manutenção e da operação do parque durante mais 2 anos, se não me engano, incluindo nesse convênio de agora a obrigatoriedade, por parte do Estado, de fazer um projeto que garanta que, ao final desses 2 anos, o próprio Estado ou o próprio parque tenham condições de sustentar o empreendimento.

Há uma verba orçamentária destinada exclusivamente a isso, separada. Ela não pode ser misturada com a verba do convênio de operação do piscinão: uma empresa tem que ser contratada para desenvolver o projeto, e a PETROBRAS o acompanhará. O convênio foi assinado no final do semestre passado, e a PETROBRAS está acompanhando os movimentos do Estado no sentido de garantir a contratação dessa empresa para fazer esse projeto de sustentabilidade, porque também é nosso interesse que o projeto seja sustentável. É da filosofia da PETROBRAS – sempre que ela entra nos projetos das áreas em que ela im-

pacta ou das comunidades que ela impacta – fazer com que esses projetos ganhem sustentabilidade, para evitar que suas ações tenham caráter assistencialista, que não é nossa obrigação. Da mesma forma agimos com referência ao Piscinão de São Gonçalo, cuja obra também ainda está em andamento.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Está parada.

O SR. CLAUDIO NUNES – Ainda. A obra também teve problema na assinatura do convênio. Ele foi reassinado.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Está aqui.

O SR. CLAUDIO NUNES – Está aí. Então, nesse convênio em São Gonçalo, houve acréscimo por conta de um escopo. O projeto inicial não previa passarela sobre a BR, não previa determinadas grades de proteção, enfim, não previa determinadas melhorias. Também não interessava à PETROBRÁS fazer parte de um empreendimento que poderia, ao final, em vez de diversão, educação ambiental, preservação do meio ambiente, trazer risco à vida das pessoas, por atropelamento na estrada. Então, isso foi incorporado ao projeto e aumentou o valor do convênio. O convênio está assinado, e compete agora ao Estado implementar a obra.

O papel da fiscalização da PETROBRÁS é no sentido de verificar o andamento dos planos de ação. Os valores apresentados inicialmente são submetidos à PETROBRÁS. Ela os analisa na sua área de engenharia, atesta que aqueles valores são os praticados pelo mercado, assina um convênio, acompanha a elaboração das obras e faz os pagamentos à medida que o Governo certifica que a etapa foi cumprida. Temos um esquema de fiscalização através do qual verificamos se realmente as etapas estão em andamento. É assim que trabalhamos com esses convênios.

Com relação à pergunta do Deputado Alexandre Santos, quanto a Papucaia/Macacu, nós tivemos um vazamento da ordem, segundo o órgão estadual, nem é estimativa da PETROBRAS, de 20 litros. Vinte litros foi a estimativa da FEEMA. Vou repetir: 20 litros foi a estimativa do órgão estadual, a FEEMA, da quantidade vazada naquele dia.

O vazamento foi detectado pelo nosso sistema de prevenção, a operação foi interrompida, a obra foi feita. E isso tem acontecido porque, na dúvida, temos ido com todo o aparato de combate à emergência. Então, entramos com um aparato muito forte, o que chama muito a atenção, porque é um equipamento atraente para se colocar em matérias na imprensa que obrigatoriamente não se coadunam com o que

realmente aconteceu. Foi um vazamento considerado bem pequeno, felizmente.

Não quero dizer, Deputado, que nunca mais vão acontecer vazamentos. Não posso dar essa garantia – seria leviandade, seria contra a técnica fazer tal afirmação. Existe risco, sim. O que estamos fazendo é adotar as melhores práticas atualmente disponíveis, seja do ponto de vista da supervisão e da operação, seja do ponto de vista da integridade dos dutos, da instrumentação e da gestão, para parar a operação quando esse aparato todo indicar alguma ameaça. Isso é o que nós podemos fazer.

Estamos trabalhando hoje na direção, ainda não concluímos – eu vou responder a sua outra pergunta agora –, de operarmos nos menores patamares de risco da indústria de petróleo internacional, o que não quer dizer que não haverá vazamentos. É para isso que temos um tremendo aparato de contingência e de resposta rápida, o que também nos custa muito, mas que é da nossa obrigação, para minimizar o impacto para pessoas e para o meio ambiente.

Com referência ao cronograma das obras, hoje as obras do Pégaso estão com atraso, sim. Não vamos conseguir encerrar a carteira prevista até dezembro de 2003, e prevemos que isso vá até abril de 2004. Agora, temos obviamente uma concentração das obras já realizadas do que chamamos de Grupo 1, o qual procuramos priorizar, porque nele identificamos o maior risco, que são as obras que estão feitas. Mesmo dentro do Grupo 1, ainda temos algum atraso.

Hoje, ainda estamos sujeitos a vazamentos em alguns projetos, já previstos em carteira, que ainda não conseguimos realizar por conta do volume de investimentos e até da capacidade física de se fazerem essas obras todas. Mas a nossa expectativa é de que, até abril de 2004, nós encerremos essa carteira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Para réplica, com a palavra a Deputada Elaine Costa.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Eu desejo agradecer ao Dr. Cláudio Nunes os esclarecimentos, mas devo dizer que ele não respondeu a minha pergunta. A pergunta que eu fiz foi a seguinte: qual o valor separado para a multa de São Gonçalo?

O SR. CLAUDIO NUNES – A senhora não está se referindo ao valor deste convênio do piscinão?

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Pelo que nós sabemos, em São Gonçalo – eu faço parte do Governo –, a multa aplicada pelo IBAMA à PETROBRÁS foi revertida para a construção dos piscinões de Ramos e de São Gonçalo. Isso é o que o Governo do Estado comunicou à Prefeitura de São Gonçalo. Então, é por isso que eu insisto em perguntar qual foi o valor repas-

sado a São Gonçalo pelos prejuízos ambientais que sofreu com aquele derramamento de óleo?

O SR. CLAUDIO NUNES – A multa que foi paga ao IBAMA teve a aplicação que o IBAMA lhe deu. Realmente, não nos compete acompanhar a destinação do valor de multa. Nós pagamos a multa: foram 35 milhões. Adicionalmente a isso, fizemos um convênio com o IBAMA de 15 milhões para aplicação na Baía de Guanabara.

Com o Governo do Estado, fizemos um termo de colaboração de 40 milhões. Já estamos em 90. Esses 40 milhões são divididos em diversos convênios, entre eles a construção, operação e manutenção do Parque Ambiental de São Gonçalo.

A seleção e definição dos projetos compete ao Estado. A filosofia adotada foi de fazer o acordo com o Estado, destinar 40 milhões, e o Estado definir onde eles seriam aplicados. A PETROBRÁS não participa da decisão de se vai ser um São Gonçalo ou em Bagé ou em Caxias ou em qualquer outro Município. A PETROBRÁS não participa nem participou em momento algum dessa decisão. Eu até posso até levantar o que teria ficado...

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Eu gostaria, porque, nos termos que nos é dito, esse dinheiro seria para investimentos em São Gonçalo, Ramos e Bagé. Pelo que eu sei, porque o meu marido é o Prefeito da cidade, só chegou a São Gonçalo – confirmei agora com o Secretário de Meio Ambiente – 1,7 milhão para a recuperação da Praia da Luz. Mesmo assim, a Prefeitura teve que dar a contrapartida quando nós recuperamos a Capela da Luz.

Então, eu gostaria de pedir ao senhor que mandasse a esta Comissão, ou ao meu gabinete ou até mesmo à Prefeitura os valores repassados pela PETROBRAS ao Governo do Estado para que fossem investidos nessas áreas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA – Deputada, esse valor de 1,7 milhão está inclusive na matéria que nós distribuímos, e é resultado de projetos com os Governos Municipais. O percentual que foi para São Gonçalo, relativo ao convênio com o Governo Estadual, nós vamos levantar e encaminhar a V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Sim. Eu até pedi ao Secretário que fizesse um levantamento de convênios entre a PETROBRAS e o Governo do Estado. Então, só foi esse o valor que nós recebemos em São Gonçalo.

Eu gostaria ainda de saber de que maneira podemos colaborar com a PETROBRÁS para fiscalizar esses recursos que não estão chegando a São Gonçalo.

O SR. CLAUDIO NUNES – Só reforçando: o Presidente levantou que esse 1,7 milhão citado é relativo

a um convênio municipal. Com relação aos convênios estaduais, se a senhora, depois, puder me mostrar quais são os dados que a s tem, eu mostro quais são os nossos. Temos todo o interesse; não há problema nenhum. Nós destinamos 40 milhões; os convênios estão assinados. Como eu disse anteriormente, o funcionamento é o seguinte: o Governo seleciona os projetos e nós fazemos os convênios. Eu posso lhe mostrar quais são aqueles que dizem respeito a São Gonçalo.

A SRA. DEPUTADA ELAINE COSTA – Muito obrigada.

O SR. CLAUDIO NUNES – Agora, só voltando a confirmar: os pagamentos são feitos depois do O.K do Govern^o

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Pergunto ao nobre Deputado Alexandre Santos: com relação à réplica, V.Exa. dispensa?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente, daqui a pouco, vou pensar que o senhor está me perseguindo. (Risos.) Eu não acredito, tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Ao contrário, V.Exa. sabe do carinho que tenho pela sua atuação na Comissão.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Quero aproveitar este momento e parabenizar os dirigentes da PETROBRAS. Esta Casa tem que ficar em constante sintonia com a PETROBRAS. Em alguns momentos propícios, acho que se deveria convidar alguns Parlamentares para terem a oportunidade, que eu já tive, de visitar a PETROBRAS, as plataformas de prospecção e ver a grandeza e a importância dessa empresa para o Brasil e para formarmos aqui uma frente de defesa da PETROBRAS, porque assim sempre estaremos defendendo nosso País. Eu queria só agradecer a presença

Agradeço aos senhores a presença e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Obrigado, Deputado Alexandre Santos. Queria dizer a V.Exa. que minha preocupação com o tempo deve-se ao fato de já ter iniciado a sessão extraordinária convocada pelo Presidente João Paulo Cunha para discutir a reforma tributária. Teremos, talvez, de suspender esta reunião, mas acredito que vamos levá-la até o final, porque a lista de inscitos ainda acusa 3 arguidores: os Deputados João Caldas, Almir Moura e Dr. HeleN^o Não estou vendo o Deputado Neucimar Fraga. O Deputado Luciano Zica também vai argüir. Vou pedir permissão ao Presidente da PETROBRAS para conceder a palavra aos 4 Deputados.

Concedo a palavra ao Deputado João Caldas, primeiro orador do último grupo.

Antes de S.Exa. começar sua arguição, queria agradecer, Presidente José Dutra, ao Deputado João Caldas, autor de requerimento a esta Comissão no sentido de se fazer uma nova convocação a V.Sa. e ao Conselho Diretor da PETROBRAS. Nós procuramos o Deputado, reconhecemos a importância de seu requerimento, mas pedimos a S.Exa. para aproveitar a audiência de hoje, com o que poderíamos dispensar uma segunda vinda de V.Sa. a esta Comissão, caso o requerimento fosse aprovado. S.Exa. prontamente atendeu às nossas ponderações. Por isso, agradeço de público ao Deputado João Caldas, a quem concedo a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela deferência.

Sr. Presidente, antes de começar minha breve fala como Coordenador Parlamentar da Frente Parlamentar de Combate à Fome, Pobreza e Miséria, quero mais uma vez congratular-me com a PETROBRAS. Fiz um pronunciamento ontem no Grande Expediente da Casa relatando que estive no lançamento do programa com o Presidente Lula, o Ministro José Graziano, o Presidente da PETROBRAS, José Eduardo Dutra, e toda a equipe da PETROBRAS, que agora é parceira do Programa Fome Zero. É uma boa iniciativa a PETROBRAS prestar serviços às comunidades mais carentes, principalmente no Nordeste brasileiro, a exemplo do que vimos ontem, a perfuração de poços para múltiplos usos, como irrigação.

Gostaria que o Presidente Simão Sessim fizesse constar dos Anais desta Comissão exemplar do Jornal de Câmara de hoje, que dá destaque à matéria. Aqui está o jornal.

Sr. Presidente, parto do ensinamento dos mais antigos, como uma frase sempre dita pelo Vice-Presidente, nosso amigo Zé Alencar: a princípio, todas as pessoas são boas e honestas; não existe ninguém ruim, até que se prove o contrário. Vimos aqui, para os que não estão acostumados aos trabalhos desta Comissão, o Deputado Eduardo Cunha falar e ir embora, mas claro que S.Exa. sabe, uma vez que isto aqui é tudo público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Permita-me defender o Deputado Eduardo Cunha. Antes de começar a sessão, S.Exa. nos informou que acompanharia a Governadora do Rio de Janeiro na discussão da reforma tributária.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sim, tudo bem. Registro o fato para que não sejam entendidas de outra forma a ausência do Deputado e a minha fala. S.Exa. vem de uma cruzada contra a Marítima desde

que, não sei nem se ele foi para a Assembléia Legislativa do Rio ou se foi colocado lá, na época do pleito estadual, para fazer isso. Não sei. Nota-se pela veemência, tenacidade e colocações como no Brasil não nos acostumamos ao ônus da prova. Em Direito, o ônus da prova compete a quem alega. Aqui é o contrário. O acusado tem de provar que é inocente. Quem acusou não está nem aí. Ele joga a calúnia ao vento. Isso se dissemina e o resultado é difícil de se juntar.

Fiz parte, Deputado Simão Sessim, da Comissão Mista do Orçamento durante 4 anos. Vou dizer sem medo de errar: todas as grandes empreiteiras do Brasil – todas – foram denunciadas pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público, por Vereadores, por Deputados Estaduais, em ações populares, e, relatórios de comissões etc. Daí as bancadas partidárias, no Congresso Nacional, rediscutem e elaboram outro parecer na Comissão. Bom, as obras e as empresas continuam, as mesmas conhecidas, com esse mesmo tipo de acusação.

Vejo a preocupação de uma empresa brasileira que construiu, só ela deve saber como. Defendo todas, inclusive a Marítima, pois esta possui negócios no meu Estado. Defendo aqui, ali, alhures. Agora, espero ver nesta Comissão o que falei ao seu Presidente na semana passada: que ela assegure o direito ao contraditório. Como diz um humorista: há controvérsias, litígios, discussões quando a matéria está no Judiciário. Portanto, só quem pode dirimir todas essas dúvidas são as duas partes.

Estranha-me o Deputado João Magalhães dizer: essa firma começou do nada. Ora, nós nascemos do nada e depois voltamos para o nada. E toda conta começa por um. Se não fosse assim, Bill Gates estava condenado a ser pobre. E todos nós a não crescer nunca, se nos baseássemos nesse enfoque. Muitos dos nossos colegas são objeto de notícias de jornais, cartas anônimas, denúncias de Tribunal de Contas, do Ministério Público, mas ninguém os acusa, ninguém dá o veredito final. Nem por isso perdem o apreço, o respeito e são colocados na lata de lixo. Trabalho nesta Casa para que isso não aconteça.

As empresas brasileiras são geradoras de emprego, de impostos, inclusive para pagar o salário dos Deputados e toda a máquina estatal. Esses recursos são produzidos pelo suor do empresário brasileiro.

Estamos aqui discutindo a reforma tributária para desonerar a produção, para que o País cresça. Porém, quem está produzindo na outra ponta sabe o que são os impostos e todo o tipo de achaque, tudo. Quando o empresário brasileiro cresce, aparecem os mais diversos tipos de pessoas à sua porta. Quase todos sofrem

com as pressões, que vêm do guarda municipal aos ocupantes dos mais altos escalões.

Sr. Presidente, acusações de mortes, afundamentos, convivência em processos licitatórios, licitações conduzidas, atestados de idoneidade... Não vou entrar no mérito. Havia muita gente querendo a PETROBRAS. Não sei se iam afundá-la, mas muita gente estava atrás dela. Estava, não, está. Muita gente aqui do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Deputado João Caldas, apelo para que V.Exa. formule suas perguntas, devido ao tempo que nos resta.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Vou concluir, Deputado Simão Sessim, fazendo uma proposta: que seja convocado para esta Comissão o Dr. German, dono da Marítima, porque sua empresa tem vida, capital, funcionário, ativo, passivo e demanda judicial. Não podemos chegar aqui e sair com um pensamento unilateral. Então, proponho que o Presidente convoque o Dr. German para fazer seu direito de defesa, inclusive, se for possível, dentro de um entendimento com a PETROBRAS, que é interessada, para debater isso publicamente ou em outro fórum. Talvez não queira polemizar, porque isso não é bom para nós e para a PETROBRAS, que tem imbricações de capital externo, de bolsa, de acionistas e tal e está num mercado competidor muito pesado.

Além de requisitar as cópias taquigráficas que gostaria que me fossem entregues, Sr. Presidente, deixo essa questão levantada e comunico a V.Exa. que meu partido já me indicou para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– É uma honra para nós.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Outras questões foram levantadas, mas não vou entrar no mérito. Mas já entrei em reuniões secretas da CPI dos Combustíveis. Há colegas nossos que ficam mudos quando eu me posiciono. Ficam calados na reunião da CPI. Não sei por que não reagem. Amanhã vou estar na reunião pública.

Cada fórum com sua competência. Gostaria de fazer uma pergunta à PETROBRAS: o que a empresa entende por paper company? E se a BRASOIL, por exemplo, estaria enquadrada nessa empresa paper company.

Queria então deixar essa sugestão da convocação da Marítima para que tenha o direito do contraditório e seu amplo e irrestrito direito legal e constitucional. Principalmente nós, que representamos a sociedade, temos que lhe dar esse direito. Pode ser neste fórum, em outro lugar ou uma reunião na sala de V.Exa. Não é bom polemizar esse assunto, mas, sim, que haja o esclarecimento.

Era só, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Deputado João Caldas, primeiro, é uma honra tê-lo na nossa Comissão. Agradeço ao seu Líder a sua indicação. Mas digo a V.Exa. que não a convocação, mas o convite ao presidente da Marítima só se dará com o requerimento que V.Exa. deverá apresentar na reunião ordinária e, nessa reunião, então, o plenário decidirá.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, pelo Regimento Interno, não posso fazer verbalmente? Agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Não. V.Exa. tem que fazer por escrito.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, gostaria de registrar a presença do Líder do PT nesta Comissão e dizer que S.Exa., se quiser, pode ficar na Mesa Diretora conosco.

Passo a palavra, então, ao Deputado Almir Moura.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA – Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, quero registrar a minha perplexidade com o número que ouvi sobre o investimento feito no meu Estado, Rio de Janeiro. São 40 bilhões de dólares. Foi isso? Ou seja, todo o investimento já feito. Tentei fazer uma conta. Dariam 3 milhões 636 mil reais para cada habitante do Rio de Janeiro. Isso significa que cada habitante do Rio de Janeiro teria 10 milhões 908 mil reais. A gente nem sabe para onde vai esse dinheiro. Escuto o Prefeito do Rio de Janeiro abrir uma garganta enorme para dizer que não precisa ter miséria no Rio de Janeiro, e o Rio tem uma miséria só.

Tive um debate com o Governador Moreira Franco na CNT, no tempo de Fernando Henrique Cardoso, e ele dizia que gastaram 123 bilhões na área social. Fiz uma breve conta e vi que cada família com 4 habitantes teria, pelo menos, 4 milhões de reais na conta ao ano. Esse dinheiro não chega para ninguém. É só para registrar a minha perplexidade.

Há uma CPI hoje, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, tratando do dinheiro que não chega para poder trabalhar no meio ambiente da Baía da Guanabara. Não sei se a CPI já terminou. O Presidente é Alessandro Calazans.

Alguns dos senhores conhecem Campos Elísios? Nunca passaram por lá em dias de chuva? Não dá para passar, nem ônibus passa, tamanha a degradação que a PETROBRAS faz naquela região da REDUC e da FABOR. É por isso que o nobre Deputado Reinaldo Betão estava falando a respeito.

Sofri muito quando namorava a Noeli, hoje minha esposa, e pegava o ônibus PETROBRAS, que passa de

3 em 3 horas pela FABOR. Quando chovia, não tinha como passar. Então conheço bem aquela região.

Não sou tão filosófico como o nobre Deputado João Caldas, mas também estudei Filosofia no Centro de Ensino Superior em Belo Horizonte, Instituto Santo Inácio de Loyola. Sei também que as grandes coisas passam longe da praça pública e não vão ser discutidas aqui.

Nobre Deputado João Caldas, alguém tem sempre muita razão até vir outra e questioná-lo. Por isso aprovo e aplaudo a iniciativa de V.Exa. quando diz para convidar, pelo menos, a Marítima para também falar nesse fórum. É aqui que tem que falar, como a PETROBRAS está aqui cheia de assessores, como a Dra. Cláudia Zaccour, Cláudio Nunes, Renato Duque. Tenho visto, ao longo de minha vida pública, há 25 anos – faço televisão e programas de rádio –, muitas situações que parecem ser verdade e não são.

Quero só ilustrar isso com uma história. Maria saiu com uma sacola de compras. No meio do caminho, encontrou João, que pegou sua marmita e entregou para Maria. Esta pediu que levasse a sacola de compras dela. Chegando no meio do caminho, a vizinha fofoqueira viu, chamou a Setembrina e disse: “Olha lá, João está fazendo compras para a Maria. Vou contar para a mulher dele”. Correu na frente, contou para a mulher do João e disse que seu marido estava de caso com a Maria e fez até compras com ela. Disse também que a Setembrina tinha visto. Setembrina confirmou que viu. Chegando em casa, a mulher do João bota as trouxas dele na rua e o expulsa de casa sem saber da verdade. Isso acontece muito. Um cidadão foi ajudar de alguma forma e acabou sendo penalizado com a separação.

Não quero dizer que a Marítima e a PETROBRAS sejam inocentes ou culpadas. Não conheço a Marítima e tenho dificuldade até de entrar na PETROBRAS. Na última vez que fui lá, tiveram que me filmar de frente, de lado, de costas e de tudo quanto é jeito como Parlamentar para poder entrar, e não fomos recebidos pelo diretor. Isso foi no Rio de Janeiro. Fomos com o Ministro dos Transportes, numa comitiva de 5 Deputados e mais o ministro. Não sei se V.Exa. tem conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Peço ao Deputado que seja breve. Nossa luz já está acusando o início da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA – Obrigada. Estou concluindo. Serei breve. Eu queria só fazer duas perguntas. Vou deixar os “entretanto”, como diria o Odorico Paguaçu, e ir aos “finalmente”. A passarela de São Gonçalo. A PETROBRAS tem um acordo com o Governo do Estado para pagar a passarela? Esse

é o acordo com o Governo do Estado, tendo em vista que o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, está providenciando a passarela? Quero saber sobre isso. E o Governo do Estado está noticiando que o Governo hoje está assumindo todas as obras do Rio de Janeiro, que é o Governo do Estado que vai fazer o arco rodoviário, não é mais... É RJ-109, não é BR-493. Então, estou querendo saber de algumas coisas assim. De quanto é o convênio para a construção dessa passarela? E quanto custa o convênio mensal com o Piscinão? São essas as minhas colocações, deixando registrado mais uma vez que eu concordo com o Deputado João Caldas que deveria chamar a Marítima para se pronunciar também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Deputado Dr. Heleno, V.Exa. é o próximo, e eu gostaria que V.Exa. fosse bem rápido, pelo seguinte: essa luzinha aqui manda que se encerre a nossa audiência pública, porque foi iniciada a Ordem do Dia e já deve estar havendo votação. Então, por favor. V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Perfeito. Serei breve, Sr. Presidente. Primeiro, não estou aqui para acusar, apenas presenciei um cenário de perguntas e uma exposição completa. Cada um puxando para o seu lado, cada um mostrando a sua realidade, dentro da sua região. Moro em Duque de Caxias, sou Deputado de Duque de Caxias. Quando se fala em refinaria, sei como começou, porque moro lá há 56 anos. Corro todos os arrabaldes de Duque de Caxias e sei quando houve o primeiro derramamento. Esse derramamento não foi da refinaria Duque de Caxias, foi da TRANSPETRO. Mas isso foi um acidente que já foi justificado aqui como está melhorando, com um super-reforço. Daquele dia em diante começou o meio ambiente a funcionar, porque até então se fazia, mas não se declarava o que se fazia. Hoje notamos a olho nu o trabalho e a defesa do meio ambiente que a PETROBRAS implanta, e isso posso dizer aos senhores porque sobre o derramamento eu segui o Presidente Felipe Reichstul em quase todos os lugares onde ele estava para dizer: “Eu sou morador de Duque de Caxias, eu sei o que Duque de Caxias sofreu”. E, com isso, faço uma pergunta ao Dr. Cláudio, rapidamente, antes de terminar a exposição: o senhor respondeu para a minha colega dizendo que 3 cidades receberam essa indenização: Magé, São Gonçalo e Cachoeira de Macacu. Qual é a outra? Estou em dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – V.Exa. quer que o Dr. Cláudio...

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Sim, por gentileza, só para começar e esclarecer isso aqui.

O SR. CLÁUDIO NUNES – Não foram especificadas as cidades no termo de cooperação que a PETROBRAS assinou com o Governo do Estado. Ela assinou um termo de cooperação de 40 milhões e não foram especificadas que cidades seriam.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Perfeito. As cidades que mais sofreram foram aquelas onde tudo aconteceu, como Duque de Caxias. E eu não deixei nem a Prefeitura multar a PETROBRAS. O Renato Duque sabe disso. Nem multar. Eu disse que não permitia isso. E, com isso, aconteceu que começamos a estudar e fizemos um projeto. Esse projeto está aí há 2 anos. Conversei com o Presidente José Eduardo Barros, que ele não sabia, e contei que eu nesse projeto fui enrolado pelo Reichstul, sendo meu amigo, e pelo Gros. Aquele projeto vem trazer justamente a restauração do mangue dali, que vai equivaler ao dos Estados Unidos e será referência para todo o Brasil, para mostrar, com quiosque, os peixes para as universidades. Ali seria o modelo de fato da Baía da Guanabara.

Sobre esse projeto eu conversei no primeiro encontro que tive com o José Eduardo Barros. Esse projeto talvez seja inviável. Mas tem uma maquete que gastamos um dinheiro tremendo para fazer, e é uma coisa linda, é uma coisa que qualquer um que olha fica apaixonado, porque aquilo é de fato uma necessidade, e Duque de Caxias não foi contemplado, porque, quando vai para o Governo do Estado, o Governo do Estado não reparte, não. Se houver algum problema político, não repassa. Mas, como digo sempre, político tem de aprender que, depois da eleição, o Governador eleito é Governador de todos e o Deputado eleito é Deputado de todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)
– Deputado Dr. Heleno, por favor.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Por isso passei a ser o padrinho da PETROBRAS em todos os sentidos. Trabalhei com o Deputado Zica na P-36, e ele viu minha posição, desde o início defendendo a PETROBRAS, sem interesse nenhum. Aí perguntam: “Está levando alguma coisa?”. Não, não estou levando, não, porque o Dr. Heleno não tem preço. Eu tenho raízes na minha terra. O Deputado Reinaldo Betão falou aqui de Magé, mas também respondo por Magé. Ele tem razão em dizer que não recebeu o que deveria receber, mas a culpa não é da PETROBRAS. Orgulho eu tenho dessa empresa, como tenho do INMETRO. Sendo a PETROBRAS para mim referência nacional, tenho essa bandeira para levantar sem ganhar nenhum tostão, podem acreditar. Tenho a obrigação de defendê-la. E, se aqui houvesse alguma acusação escusa, eu estaria na frente para defender, mesmo que os senho-

res não pedissem, porque essa é a minha obrigação. O Deputado Zica está aí como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)
– Deputado Dr. Heleno, por favor, para concluir.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Diante dessa luz infernal e terrorista...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)
– O problema é que a Ordem do Dia já começou.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – ...quero dizer aos diretores e ao Presidente que sejam bem-vindos. É a primeira vez que o estamos recebendo aqui. Esta Casa está à sua disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)
– Dr. Heleno, o Senador já esteve conosco 3 vezes. Essa é a terceira vez.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Mas estou dizendo comigo. (Risos.) Eu tenho direito, não é verdade? O que eu tinha de falar era isso.

Quanto à instalação de mais uma refinaria, quero dizer que Duque de Caxias sofreu 40 anos. A primeira refinaria foi implantada naquele Município. Ali seria o Pólo Gás-Químico. Foi para São Paulo. Não havia Deputado para defender. Depois de algum tempo, iria ser implantado o Pólo Gás-Químico, mas foi para o Rio Grande do Sul. Não havia Deputado para defender. Na terceira vez, defendemos que fosse implantado ali, mas foi para a Bahia. Na quarta vez, houve Deputado para reclamar, e, por isso, conseguimos, implantá-lo lá. Esse é um dos pontos.

A outra questão é que o Estado do Rio de Janeiro não precisa que seja implantada mais uma refinaria em seu território, mas apenas que seja repotencializada a Refinaria de Duque de Caxias, como está se fazendo agora, com a aplicação de 1 bilhão de reais. Isso que é, de fato, um plano majestoso, completo e racional.

Para finalizar, quero dizer que estou à disposição dos senhores para qualquer coisa, junto com todos os colegas que defendem a bandeira da PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)
– Concedo a palavra ao nobre Deputado Luciano Zica. Se puder colaborar, peça-lhe que seja breve.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Serei rápido, Sr. Presidente.

Cumprimento os membros da Comissão e, evidentemente, confirmo as palavras do Deputado Dr. HeleN^o Saúdo os representantes da PETROBRAS e reafirmo minha absoluta confiança de que a direção da PETROBRAS está fazendo, com a maior transparência e respeito ao interesse público, o processo de licitação, de acordo com o compromisso do Presidente Lula.

Fiz questão de falar para, além de saudar o Senador José Eduardo Dutra e a equipe, fazer uma denúncia nesta Comissão.

Na semana passada, acabei fazendo um pronunciamento bastante duro a respeito dos pleitos da Marítima. Em razão do conhecimento que tenho, ao longo dos anos, da forma como essa empresa tem atuado e buscado exercer os seus interesses diante da PETROBRAS, fiz um pronunciamento dentro da minha competência parlamentar, com os limites que o meu papel de Parlamentar me impõe.

Fui procurado na quinta-feira por um Deputado desta Casa, que me perguntou se eu concordaria em receber o Dr. German Eframovich para conversar. Eu disse que sozinho não, mas que junto com ele eu o receberia. Marquei para amanhã, às 10h, na Ouvidoria Parlamentar.

Retornando ao meu gabinete, depois de confirmar que teria essa conversa com o Dr. German, recebi uma informação vinda do Estado de São Paulo de um representante dele que não sabia que eu tinha assumido o compromisso de recebê-lo. Disse que ele queria conversar comigo, mas, se eu não marcasse a conversa com ele, ele me processaria. Eu liguei para o Deputado que me solicitou a conversa e disse que não conversaria mais, que eu queria ser processado pelo Sr. German, e estou aguardando o processo.

Reafirmo que assino em baixo de tudo o que disse no plenário da Câmara dos Deputados e que tenho absoluta confiança que, mesmo que a PETROBRAS venha, por força da injunção das negociações, ter que contratar serviços da Marítima, o que absolutamente não gostaria que acontecesse, se isso acontecer, terá sido pela imposição de uma realidade que tem base legal e sobre a qual não terei a menor dúvida. Mantenho, repito, integralmente o pronunciamento que fiz semana passada no plenário desta Casa e atesto que não receberei o Sr. German Eframovich, sozinho ou acompanhado de quem quer que seja, e que aguardarei o processo que ele ajuizará contra mim, porque tenho absoluta tranqüilidade que falei o que de fato penso e que a história me faz concluir que será verdade.

Portanto, saúdo os membros da Comissão, o Presidente Simão Sessim, que sempre agiu com democracia, e a equipe pelo trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Nós que agradecemos a V.Exa., Deputado Luciano Zica. Ressalto que temos o maior respeito por V.Exa., como deve saber, até porque é um dos Parlamentares que mais domina o assunto.

Passo, então, a palavra ao Presidente da PETROBRAS, Senador José Eduardo de Barros Dutra, para que S.Exa. possa responder aos Deputados João Caldas, Almir Moura, Dr. Heleno e Luciano Zica. Desta forma, encerra-se a lista de oradores inscritos.

Com a palavra o Senador José Eduardo de Barros Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA

– Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas perguntas relativas ao convênio, no Rio de Janeiro, da Passarela e do Piscinão de São Gonçalo serão respondidas pelo Dr. Cláudio Nunes.

Primeiro gostaria de fazer comentários sobre algumas intervenções e sobre o próprio andamento desta sessão. Vim a esta Casa para responder a um requerimento aprovado por esta Comissão. Procurei apresentar este contencioso empresarial, que existe hoje entre a PETROBRAS e a Marítima, estritamente em relação aos fatos e à situação que se encontram hoje. Evitei, o tempo todo, fazer qualquer juízo de valor. Se dependesse apenas de mim, inclusive não teria feito referência a administrações anteriores, mas fui perguntado objetivamente sobre o presidente de determinada administração. Como passei pelo Congresso e sei que os Parlamentares não gostam de ver perguntas feitas a pessoas que estão depondo não serem respondidas, respondi objetivamente à pergunta de quem era o presidente daquele período.

Sempre tenho feito questão de dizer que assumi a PETROBRAS com os olhos voltados para frente, para o futuro. Não me interessa ficar olhando pelo retrovisor, mas objetivamente existe hoje uma situação de contencioso empresarial, entre a PETROBRAS e a Marítima, que procurei expor. Listei os critérios de seleção de empresas que a Companhia adota para fazer os convites e, pelo menos em um deles – e os próprios fatos apresentados mostram isso –, a Marítima não se enquadrava, como ter tido o desempenho satisfatório em obras anteriores contratadas pela PETROBRAS. É lógico que alguns poderão dizer que existem outras empresas que também não se enquadram, mas objetivamente isso – e a própria quantidade de contenciosos mostra esse fato – foi suficiente para que a Marítima não fosse convidada. Foi nesse sentido que ela não foi convidada. Nós acatamos à decisão judicial e inclusive por isso ela participou da licitação da P-51 e da P-52. Não vou fazer nenhum juízo de valor a respeito do assunto porque é uma relação empresarial que está no âmbito da Justiça, no Brasil, em Londres, nos Estados Unidos, e também porque objetivamente esse contraditório já está se dando nas diversas ações que estão sendo julgadas.

O Deputado João Caldas disse que vai fazer um requerimento para convidar o representante da Marítima para talvez realizar um debate. Sinceramente, Deputado, a PETROBRAS não se dispõe a debater uma relação empresarial, que inclusive está na Justiça, num fórum no Congresso Nacional. Respeito profun-

damente o Congresso Nacional e esta Comissão, mas entendo que esta Comissão não é fórum para haver esse debate. Naturalmente, a PETROBRAS veio hoje atendendo a requerimento, a Marítima virá atendendo a outros requerimentos, mas sinceramente, como já disse, coloco-me à disposição desta Comissão para aqui vir quantas e quantas vezes forem necessárias, mas não para travar um debate dessa natureza, que diz respeito a um contencioso empresarial que está em discussão no Judiciário.

Com relação à pergunta sobre a Paper Company, na verdade, o motivo pelo qual não se aceitou essa empresa como garantidora não foi simplesmente o fato de entendermos que essa empresa fosse, no jargão econômico, uma fábrica de papel, mas uma empresa que tem um caso, como V.Exa. citou, semelhante ao da BRASOIL. Se por acaso apresentarem a BRASOIL como garantia de qualquer empreendimento, a empresa que estará por trás será a PETROBRAS e efetivamente ela será a garantidora. A situação de não aceitarmos essa empresa como garantidora da P-51 e da P-52 é porque ela tem um capital de 50 mil dólares, que, entendemos, não é suficiente para emitir garantias para um projeto desse porte, até porque essa questão de garantia, apresentada pela Marítima, é um dos contenciosos que apresentei, como o caso da P-37, que apresentou o Banco Guaranty, cujo capital é de 5 mil dólares. Esse foi um dos motivos pelo qual a Marítima foi desclassificada na seleção técnica.

Na verdade, não houve perguntas do Deputado Dr. Heleno, mas agradeço-lhe as palavras. Apenas digo ao Deputado Almir Moura que o Dr. Cláudio Nunes irá responder às perguntas de V.Exa.

Quanto ao fato que envolveu o Ministro dos Transportes, tenho tido agendas permanentes com Deputados e procurado, sempre que há pedido de Deputados e Senadores, atender a reuniões, seja no Rio de Janeiro, seja nesta Casa, sempre realçando o respeito que tenho pela Câmara dos Deputados. Portanto, não tomei conhecimento realmente desse episódio. Não fui informado sobre ele. Se tivesse sido informado, com certeza o Ministro dos Transportes teria sido por mim recebido, como já o foi outras vezes.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio Nunes para responder especificamente às demais perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Antes de passar a palavra ao Dr. Cláudio, gostaria de dizer que o nosso Senador conhece bem o Regimento e baseou-se no art. 256, segundo o qual o convidado só é obrigado a responder sobre aquilo que é estritamente assunto da exposição para a qual foi convocado, e S.Exa. assim o fez. Penso até que S.Exa. se estendeu respondendo a outras perguntas, como a

do Deputado Nelson Bornier com relação à CPI dos Combustíveis. Portanto, era só para esclarecer que o Regimento o amparava.

Passo a palavra ao Dr. Cláudio Nunes.

O SR. CLÁUDIO NUNES – Respondendo à primeira pergunta sobre a passarela de São Gonçalo, ela agora foi incluída no convênio, que está contemplando obras adicionais, a maioria delas exigência do próprio Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transporte – DNIT. Atendendo a exigências do DNIT essas obras complementares estão sendo incluídas. Então essas obras complementares, inclusive talvez Deputado, posteriormente possa lhe passar os valores detalhadamente, não há problema nenhum, são documentos públicos, mas esse convênio para obras complementares é de 1,4 milhões de reais e com relação aos custos para manutenção e operação dos parques ambientais de Ramos e São Gonçalo, o convênio de Ramos custa 3,9 milhões em 24 meses. Não pode dividir por 24 por aí tem um custo da contratação daquele projeto de sustentabilidade incluído, que não me lembro agora exatamente quanto é que é. O Convênio de São Gonçalo é de 2,4 milhões por 24 meses.

Com relação a questão da multa que foi citada aqui, gostaria de esclarecer também, e com relação a alguns Municípios, na verdade, pela legislação, a competência para aplicação das penalidades por infrações ambientais é do Estado, ou do IBAMA em caráter suplementar, não é do Município, pelo aspecto de legislação. Acho que respondi a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Simão Sessim) – Réplica, Deputado?

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA – Não compreendi direito a situação da passarela. Foi feito convênio com o Governo do Estado, para o Governo do Estado concluir, fazer a passarela, é isso?

O SR. CLÁUDIO NUNES – O convênio que a PETROBRAS assina com o Governo do Estado, ele tem o objetivo da construção do parque ambiental de São Gonçalo. Então este convênio está em andamento. Recentemente foi assinado um convênio complementar, com obras complementares para atender a exigências do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, o DNIT, aumentando o valor do convênio da construção. Quem contrata a construção é o Governo do Estado; a PETROBRAS repassa o dinheiro à medida em que as etapas são cumpridas.

O SR. DEPUTADO ALMIR MOURA – Só para concluir minha fala, Sr. Presidente, é para informar que acabamos de aprovar, inclusive o valor de 523 milhões para construção dessa passarela, no Ministério dos Transportes. É em decorrência disso a minha estranheza, do convênio com o Governo do Estado. E

o Governo do Estado está dizendo que vai construir a passarela e está pedindo dinheiro também ao Ministério dos Transportes para concluir. Isso é só para mostrar minha estranheza. Também vejo nos jornais que sobre as obras do Governo Federal, o Governo Estadual está dizendo que é ele que vai fazer, a BR-493, a RJ-109. E estamos querendo deixar claro que a comunicação do nosso Governo, sou da base do Governo, ela tem que ser firme e eficaz, para dizer de onde está vindo o recurso para poder construir, senão vai ficar igual o Governo Fernando Henrique: ter que colocar placa em todas as obras federais para dizer que foi ele que fez com as Prefeituras.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Minha réplica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Deputado João Caldas, até vou lhe permitir a réplica, mas solicito a V.Exa. que seja muito rápido, porque eu quero respeitar aquilo que o nosso Presidente João Paulo Cunha tem exigido. Quando iniciada a Ordem do Dia, encerra-se qualquer trabalho que esteja sendo feito fora do plenário da Casa.

Com a palavra o Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Disse bem o Presidente Dutra que há o contencioso empresarial e que ele está olhando para a frente. Sabemos, mesmo depois da quebra do monopólio, quem é maior, que é a PETROBRAS. Uma empresa que se notabiliza, se especializa numa área, entra em litígio e conflito com a PETROBRAS, e os empregos que ela criou. Quer dizer, temos que olhar de vários ângulos, é uma preocupação e até aproveitamos parte da fala do Deputado Luciano Zica, do que S.Exa. deixou bem claro.

Acredito no bom senso de todos nós, e que haja um caminho, até porque existem as formas legais do Parlamento, e meu requerimento que V.Exa. pediu que eu tirasse, referia-se à PETROBRAS. Diretores da PETROBRAS não, apenas convoca os conselheiros, a Ministra Dilma Roussef, o Ministro Jacques Wagner e o Ministro Antonio Palocci. E para convocar a PETROBRAS tem outro fórum, que é o da Comissão Parlamentar dos Combustíveis, que tem tudo a ver. Então, cada coisa em seu lugar. Mas isso está longe de mim. O que queremos é bom senso, promover contraditório, o que é direito, o que é de quem; é isso simplesmente.

Por isso, proponho até que o Presidente Simão Sessim, que é do Estado do Rio de Janeiro, ajude-nos a chegar a um denominador comum, a um entendimento transparente, legal, com toda acuidade necessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Deputado Dr. Heleno.

O SR. DEPUTADO DR. HELENO – Só para lembrar: aquele projeto Duque de Caxias tem a zona de fuga, que é a parte principal, é a tônica da coisa – zona de fuga no caso de desastre na PETROBRAS. Quer dizer, isso é mais um pigmento que estou colocando. E, segundo, dizer que a PETROBRAS passou a restaurar e resgatar um débito social, um débito ambiental de 8 anos para cá, mas antes temos ainda alguma coisa, resíduo do passado, mas que existe a boa vontade da PETROBRAS, em todos os sentidos, de restaurar. Parabéns aos senhores, e é a única companhia que mais gasta no setor ambiental no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Obrigado, Dr. Heleno. Antes de encerrar a reunião, agradeço ao Presidente da PETROBRAS a presença. S.Exa. pediu a palavra para encerrar a sua exposição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA – Só para fazer uma correção. Quando me referi ao banco, que é o garantidor da P-37, disse que o capital era não só 5 mil dólares, mas também 50 mil dólares, o mesmo valor dessa que está sendo apresentada da P-51. Mais uma vez agradeço a V.Exa. o convite. Estarei à disposição de qualquer outra Comissão do Congresso Nacional. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Antes gostaria de agradecer à Dra. Maria Augusta Ribeiro, ao Dr. Renato Duque, Dr. Écio Costa Júnior, ao Dr. Claudio Nunes, à Dra. Claudia Zaccour, ao Dr. Paulo Otto Von Sperling, à Dra. Mirian Guaraciaba e, de modo especial, esta Comissão agradece ao Senador José Dutra por ter comparecido a convite nosso – é a terceira vez que comparece à Comissão – e pela forma brilhante como se houve diante da extensa pauta contida no requerimento do nobre Deputado Eduardo Cunha. Além de ter atendido a todos os quesitos do requerimento, S.Exa. respondeu a perguntas que estavam no objeto da convocação.

Por isso, Senador José Dutra, esta Comissão também se coloca à sua disposição, não só para defender a nossa querida PETROBRAS e saudá-la nos seus 50 anos, mas também para debater os problemas da empresa e emprestar sua humilde colaboração para o seu devido encaminhamento.

Antes de encerrar os trabalhos convoco os Srs. Deputados para reunião ordinária deliberativa no dia 3 de setembro, às 9h30min, excepcionalmente no plenário 15, uma vez que estaremos emprestando este plenário para a Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional.

Está encerrada a presente reunião.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41-A, DE 2003, DO PODER EXECUTIVO, QUE “ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” E APENSADAS. (REFORMA TRIBUTÁRIA)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária.

Ata da 12ª Reunião Ordinária, realizada em 21 de agosto de 2003.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, que “altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências” e apensadas, no Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Mussa Demes – Presidente; Gerson Gabrielli, Pedro Novais e Luiz Carlos Haully – Vice-Presidentes; Virgílio Guimarães – Relator; André Zacharow, Antonio Cambraia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Armando Monteiro, Barbosa Neto, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Delfim Netto, Francisco Dornelles, Humberto Michiles, Jorge Bittar, José Priante, José Roberto Arruda, Julio Semeghini, Lupércio Ramos, Machado, Miguel de Souza, Narcio Rodrigues, Osmar Serraglio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Renato Casagrande, Romel Anízio, Ronaldo Vasconcellos, Sandro Mabel, Sarney Filho, Sérgio Miranda, Walter Feldman e Walter Pinheiro – Titulares; Anivaldo Vale, Ary Vanazzi, Augusto Nardes, Eduardo Cunha, Eduardo Paes, Eduardo Sciarra, Eliseu Resende, Fernando Gabeira, Jaime Martins, Júlio Cesar, Júlio Redecker, Márcio Reinaldo Moreira, Max Rosenmann, Nelson Marquezelli, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Afonso, Paulo Lima, Pedro Fernandes, Reginaldo Lopes, Ronaldo Dimas, Vignatti e Wasny de Roure – Suplentes. Compareceram também os Deputados Almerinda de Carvalho, Dra. Clair, José Carlos Aleluia, Laura Carneiro, Nelson Pellegrino, Professor Luizinho e Vicente Cascione – não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Carlos Eduardo Cadoca, José Mentor e José Militão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. O Deputado Pauderney Avelino levantou questão de ordem, com base no art. 79, § 3º do RICD, solicitando o cancelamento da reunião, uma vez que não havia quorum regimental, trinta minutos após o horário marcado para início da reunião. Manifestaram-se a cerca da questão de ordem os Deputados Eduardo Paes, Walter Feldman, Paulo Bernardo, Beto Albuquerque, Wasny de Roure, Antônio Carlos Magalhães Neto, Júlio Redecker, José Roberto Arruda, Walter Pinheiro, Paulo Rubem

Santiago e Antônio Cambraia. Fizeram comunicações de Lideranças os Deputados Vicente Cascione, José Carlos Aleluia e Nelson Pelegrino. O Senhor Presidente concluiu, após ouvir as manifestações sobre a questão de ordem e fazendo analogia com o procedimento adotado no Plenário da Câmara, que marcada reunião para às nove horas e transcorrida meia hora após este horário, sem quorum regimental, teria que encerrar a reunião, inclusive para evitar que a apresentação de um recurso viesse a tornar ainda mais demorada a tramitação da matéria. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a reunião às dez horas e quarenta e dois minutos, antes convocando outra para a próxima terça-feira, às quinze horas. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas farão parte integrante desta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Pauderney Avelino. Peço silêncio ao Plenário.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, o § 3º do art. 79 do Regimento Interno diz:

“**Art. 79**

§ 3º Não se verificando quorum de presença, o Presidente aguardará, durante meia hora, que ele se complete, sendo o retardamento deduzido do tempo destinado ao expediente. Se persistir a falta de número, o Presidente declarará que não pode haver sessão, determinando atribuição de faltas aos ausentes para os efeitos legais.”

Sr. Presidente, 40 minutos se passaram, e não havia **quorum** aos 30 minutos. Portanto, solicito a V.Exa. que cancele esta reunião.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, quero falar aqui com muita tranqüilidade. Houve um debate aí na frente antes da reunião começar, e me

parece que não é uma discussão saudável para esta Casa e para esta Comissão, principalmente.

O Deputado Pauderney Avelino já levantou aqui o dispositivo que se aplica ao Plenário da Casa e que, por consequência, também deve ser aplicado a esta Comissão. Fiz uma solicitação às 9h30min, ou seja, assim que havia passado o prazo regimental, de 30 minutos, para o *quorum*. Solicitei à Secretária da Comissão que se certificasse, inclusive com várias testemunhas presentes, de que havia somente 15 Srs. Deputados presentes nesta reunião.

Sr. Presidente, temos que observar o Regimento. Sou da tese de que a Oposição tem que fazer suas ponderações e o Governo, no mínimo, tem de apresentar placar. O Governo não foi competente suficientemente para ter aqui, até às 9h30min, 20 Srs. Deputados presentes.

Solicitamos, portanto, que não haja reunião. Ela não poderia ter sido aberta, uma vez que, às 9h30min, não havia o *quorum* mínimo necessário para esta reunião acontecer.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, vamos tentar manter a calma. Alguns Deputados chegaram aqui à 7h15min, outros, entre 7h30min e 8h. Às 9h, toda a Oposição estava presente. Estávamos esperando que a base aliada chegasse para que pudéssemos iniciar a reunião.

V.Exa., na função de Presidente desta Comissão, conduziu os trabalhos de maneira brilhante até agora, construindo uma relação democrática e adequada. Trata-se de um péssimo começo iniciarmos o processo de discussão e votação desta maneira, lesando o Regimento Interno. Ele é muito claro no seu art. 79.

Reivindicamos, solicitamos, imploramos, então, que possamos dar seqüência ao brilhante trabalho que esta Comissão realizou até agora. Vamos respeitar o Regimento Interno. Que esta reunião, portanto, não prossiga, não se desdobre, e que possamos, a partir deste processo, dar um novo conteúdo às negociações que ainda podem surgir.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pela ordem o Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – Sr. Presidente, concordo com o Deputado Walter Feldman num ponto essencial: a cordialidade, a tranqüilidade com que nos temos conduzido, especialmente V.Exa., que vem fazendo um belo trabalho como Presidente desta

Comissão. Também concordo que muitos Deputados chegaram entre 7h e 7h30min. Mas, Sr. Presidente, lamentavelmente, é usual nesta Casa que as reuniões de Comissões se atrasem e que se aguarde às vezes entre 45 minutos e 1 hora. Isso acontece no dia-a-dia. A Comissão não deliberou quanto tempo aguardaria para que o *quorum* fosse atingido. Não decidimos isso. O art. 79 não pode ser transposto automaticamente, pois ele se aplica à presença no plenário, para efeito de sessão ordinária. Portanto, não pode ser transposto.

Sr. Presidente, temos de ver que, no momento em que os Deputados Eduardo Paes e Walter Feldman argumentaram, havia 19 Parlamentares presentes, sem se computar a presença do nobre Deputado Eduardo Paes, que ainda nem assinou a lista, mas está arguindo a falta de presença.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – V. Exa. está equivocado. Já assinei a lista.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – Deputado Mussa Demes, naquele momento, às 9h30min, inclusive V.Exa., certamente por distração, não havia assinado a lista.

Temos de dar aqui o exemplo de discussão do mérito da questão da reforma tributária, de qual a sua importância para o País, e manifestar nossas divergências. Sabemos que a catimba, a tentativa de dificultar o processo por parte da Oposição faz parte do jogo parlamentar. Isso é normal. Mas querer se apegar a uma coisa dessas! Deputado que está ausente não pode arguir que não há presença no plenário.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não é hora de contradita ainda, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Pela ordem, Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço silêncio ao Plenário, senão mando evacuar as galerias.

A palavra está com o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer, contraditando a intenção protelatória – legítima, reconheço –, de alguns

Deputados, que o principal do debate que nos reúne aqui não são as filigranas regimentais, mas o conteúdo da reforma de que este País precisa. Quero dizer também que, à luz do chamado Regimento, quando o Deputado Pauderney Avelino, abalizado pelo Regimento, atribuía falta de quorum, usava da palavra para uma questão de ordem sem estar presente, porque recém assinou sua presença. Às 9h40min, o Deputado Pauderney Avelino não havia registrado sua presença na Comissão e levantava questão de ordem. O Deputado Eduardo Paes também deu presença, em espírito, às 8h, mas, em assinatura, muito posteriormente. Portanto, Sr. Presidente, se formos ficar presos ao debate regimental, desconhecendo a importância do conteúdo que hoje temos de dar curso aqui, sinceramente vamos fazer o Brasil perder tempo. Por isso, solicito a V.Exa. que, havendo absoluto, tranqüilo e inquestionável quorum, bem como disposição majoritária de enfrentar o conteúdo, o mérito do relatório do Deputado Virgílio Guimarães, prossiga esta sessão, desconhecendo as questões de ordem levantadas. Assim, poderemos enfrentar, no mérito, a matéria objeto desta reunião, a qual justifica a nossa convocação para a manhã de hoje.

É a defesa que faço.

Peço a V.Exa., portanto, que desconsidere as questões de ordem levantadas até o presente momento, por absoluta ausência de conteúdo, e também indefira a questão de ordem recém-formulada.

É o pedido que faço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pela ordem, tem a palavra o Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, uma questão de ordem. Já pedi a palavra a V.Exa. 10 vezes e não me foi concedida. Estou me sentindo discriminado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Mas V.Exa. não está sendo discriminado, de forma alguma. Estou seguindo a ordem dos que levantaram a mão, V.Exa. não está vendo quem está às suas costas.

Pela ordem, Deputado Wasny de Roure.

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, gostaria de registrar que cheguei a esta reunião às 9h30min, porém, não consegui me identificar junto à Secretaria devido ao tumulto instalado já há algum tempo.

Creio que muitos aqui estão fazendo prejulgamento sem, de fato, avaliar a listagem. Esse tipo de comportamento não contribui para o País, muito menos para a proposta de reforma tributária, haja vista nunca a termos aprovado – em que pese alguns avanços –,

em razão da dificuldade de os Srs. Parlamentares reconhecerem a necessidade do País, que é maior do que as divergências políticas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pela ordem, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, estranha-me a solicitação do Deputado Beto Albuquerque, esse competente Vice-Líder do Governo, no sentido de que desconsideremos as questões regimentais levantadas, sob o argumento de que a matéria é importante. Até concordo com o argumento de S.Exa., mas é exatamente por isso que precisamos nos aprofundar na discussão. O Governo não deve passar um rolo compressor, como já demonstrou ser sua intenção. Apesar disso, o Governo já demonstrou que não é tão competente, até porque não conseguiu reunir número suficiente de Deputados, às 9h30min, para compor o quorum que justifique a abertura da sessão.

Preocupa-me, também – e agora quero contraditar o Deputado Paulo Bernardo –, que esta reunião tenha sua validade e eficácia questionada, se vier a acontecer, de nada adiantando todo o trabalho que realizamos durante esta manhã.

Invoco, Sr. Presidente, o Regimento Interno, no seu art. 24, § 1º, que diz: “Aplicam-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições previstas para as matérias submetidas à apreciação do Plenário da Câmara.”

Quero somar a este dispositivo o teor do art. 202, § 8º, cuja redação é a seguinte: “Aplicam-se à proposta de emenda à constituição, no que não colidir com o estatuído neste artigo, as disposições regimentais relativas ao trâmite e à apreciação dos projetos de lei.”

Com isso, quero justificar que as regras previstas para o Plenário da Câmara são aplicadas supletivamente às Comissões. De tal forma que esta sessão não pode acontecer. Ela tem que ser suspensa por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pela ordem, Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, com base no art. 95 do Regimento Interno, quero formular uma questão de ordem. Gostaria de pedir a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço a atenção do Plenário. Vamos trabalhar em ordem, caso contrário, esta reunião será ainda mais tumultuada do que se esperava. Vamos pelo menos ouvir os Deputados que estão com a palavra.

A palavra está com o Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de me associar aos argumentos do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, por não entender como o meu coestaduano, Deputado Beto Albuquerque, que afirma ser o conteúdo da matéria mais importante que o Regimento Interno. Se a matéria em discussão fosse, por exemplo, a pena de morte, certamente haveria uma guerra civil, porque não precisaríamos respeitar mais nada, sob o argumento de que a vida é a mais importante das matérias. Mas também é verdade que a matéria tributária fuzila milhares de empregos e empresas, devido ao aumento da carga tributária de 36% para 41%, contrariando a vontade da Nação.

Por isso, Sr. Presidente, reveste-se de especial cuidado a condução de V.Exa. dos trabalhos, quando este Plenário reclama que o art. 79, § 3º – regra de plenário –, também deva ser aplicado, de maneira supletiva, à Comissão.

Peço a V.Exa. que solicite à Secretaria apontar nominalmente quais eram os Deputados presentes até às 9h30min, para que possamos chegar à solução. Devemos saber se V.Exa. atenderá ao pedido do Líder do Governo. Devo dizer que nunca vi o Governo Federal passar de patrola por cima do Regimento desta Casa.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Isso não é verdade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – O próprio Presidente da República disse que aprovaria essa reforma temendo somente a Deus, nem ao Judiciário nem ao Congresso Nacional. Creio que o porta-voz do Presidente, Beto Albuquerque, está aqui pedindo que sejam desrespeitadas todas as regras que firmaram a história desta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, peço que V.Exa. se atenha ao Regimento e nos informe quais eram os Deputados presentes às 9h30min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Vicente Cascione.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que estamos falando sobre Regimento, quero informar ao Plenário que levantei uma questão de ordem para dizer que já há jurisprudência da Mesa desta Casa, a qual sempre é seguida pelas Comissões. E creio que ninguém discordará dessa afirmação que faço aqui. Tenho em mãos uma resposta da Mesa da Câmara quando suscitada questão idêntica à que se levanta neste instante. Trata-se de uma decisão de 3 de dezembro de 1999, assinada pelo Presidente Michel Temer, que diz o seguinte: “Realmente não encontro no Capítulo destinado a regular

os trabalhos das Comissões nenhuma regra definindo claramente um prazo a ser observado para o início dos trabalhos, tal como ocorre em relação à sessão da Câmara. Não posso estender às reuniões das Comissões as regras que o Regimento previu apenas para as sessões da Câmara, notadamente por não ser viável tal equiparação em face da distinção de situações que se verificam nas Comissões ou no plenário da Casa. Tenho a considerar que a dinâmica dos trabalhos das Comissões difere da que se desenvolve no plenário da Câmara, onde a sessão se inicia com apenas um décimo da composição da Casa, e não com metade dos membros, havendo hora marcada no próprio Regimento para o início efetivo das deliberações”.

É verdade. O Regimento fixa os horários para as sessões do plenário, mas não há previsão de número, ou seja, quorum composto da metade dos membros. Para o plenário há hora marcada no próprio Regimento para o início efetivo das deliberações, ou seja, para o início da Ordem do Dia, o que não ocorre no âmbito das Comissões. Em razão disso, o art. 51 do Regimento previu para as Comissões o estabelecimento de regras e condições específicas. Portanto, não se aplica o art. 79. É preciso que se tenha em conta a regra do art. 46.

Não bastasse a jurisprudência que fecha a questão sobre o assunto, no art. 46 fica dito que, a partir das 9h, as sessões das Comissões serão realizadas. A partir das 9h. Não significa que seja necessariamente às 9h.

Além do mais, Sr. Presidente, essa questão de ordem me parece uma grande contradição, pois os membros da Oposição diziam que estavam presentes na Casa desde determinado horário, mas pareciam Deputados virtuais, porque, na verdade, estavam presentes, requeriam a V.Exa. providências, mas não tinham assinado o Livro de Presenças.

De qualquer maneira, a jurisprudência firmada pela Mesa, acatada sempre nas Comissões, fixa que não há um horário fatal para o início das reuniões de Comissões.

A questão de ordem que levanto, portanto, é no sentido de que V.Exa. julgue prejudicado o pedido e indeferido o adiamento desta reunião.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pela ordem, Deputado José Roberto Arruda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, acredito que estamos diante de uma questão regimental muito clara. O art. 79 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados diz que à hora do início da sessão, os membros da Mesa ocuparão os seus lugares.

“§ 2º Achando-se presentes na Casa pelo menos a décima parte do número de Deputados, o Presidente declarará aberta a sessão.”

Muito bem, na última sexta-feira, às 9h, havia 50 Deputados no plenário da Câmara. Às 9h30min, presentes 50 Deputados, não tendo chegado o 51º, a sessão foi encerrada. E esta semana a Câmara dos Deputados não está votando o segundo turno da reforma da Previdência porque o Presidente desta Casa, Deputado João Paulo Cunha, cumpriu o Regimento Interno.

Fica, então, a segunda questão: o art. 79, que está sendo obedecido pelo Presidente João Paulo, contra o interesse do Governo, no plenário, aplica-se também à Comissão ou não?

Vamos ao art. 24 do Regimento Interno. O art. 24 do Regimento Interno, no seu § 1º, diz:

“Art. 24. Às comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

§ 1º Aplicam-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições previstas para as matérias submetidas à apreciação do Plenário da Câmara.”

Deputado Vicente Cascione, se o art. 79 prevê meia hora para o início das sessões do Congresso e se o art. 24, § 1º, determina a obediência a essa regra, ainda resta uma dúvida, Sr. Presidente: se o § 1º traz a expressão “projetos de lei” – e está muito claro que vale para projetos de lei, Presidente Mussa Demes –, vale também para uma emenda constitucional?

Para dirimir essa dúvida vamos ao art. 202, § 8º, do Regimento Interno:

“§ 8º. Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidir com o estatuído neste artigo, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.”

Claríssimo, Sr. Presidentel!

Resta ainda uma dúvida: o art. 79 do Regimento Interno dispõe sobre a hora da abertura da sessão. A questão colocada é: o que vale no plenário é que se pode marcar sessão a partir das 9h, e o Presidente da Casa marca na hora que lhe aprouver. O Presidente João Paulo marcou às 9h, não havia quorum, portanto, não valeu a sessão.

(Não Identificado) – Presidente, isso é pura obstrução, vamos resolver a questão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA

– Muito bem, o art. 79, do Regimento Interno diz que

V.Exa. pode marcar a sessão da Comissão a partir das 9h. V.Exa. poderia ter marcado às 10h.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Na Comissão não há horário, nunca teve.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA

– Eu responderei à provocação de V.Exa.

(Não Identificado) – Presidente, garanta a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Está com a palavra o Deputado José Roberto Arruda. Asseguro a palavra ao Deputado José Roberto Arruda. Deputado Carlito Merss, há um orador com a palavra.

(Não Identificado) – Pedimos à Presidência que garanta a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Asseguro a palavra ao Deputado José Roberto Arruda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA

– Sr. Presidente, V.Exa. poderia ter marcado a reunião para a partir das 9h, ou seja, no horário que lhe aprouvesse. Marcada para as 9h – V.Exa. estava presente às 9h, e nós chegamos antes das 8h –, se, às 9h30min, não houvesse o número de Deputados suficiente para o início da sessão, regimentalmente não haveria outra alternativa a esta Comissão senão fazer o mesmo que o Deputado João Paulo na sessão plenária da Casa.

Quero apenas responder à provocação do Deputado Carlito Merss.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não vou deixar que a provocação seja respondida agora.

Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Desculpe-me, mil perdões, Deputado. Estou pedindo desculpas publicamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA

– Que erros que eu tenha cometido não sirvam de desculpa para outros o cometerem nesta Comissão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Walter Pinheiro, pela ordem.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Se o Deputado Eduardo me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Walter Pinheiro. Peço silêncio ao Plenário.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr.

Presidente, quero manifestar-me à luz do Regimento desta Casa. Vários Deputados leram os artigos do Regimento e invocaram a suspensão desta reunião arguindo exatamente a mesma deliberação que o

Deputado João Paulo tomou em relação ao quorum de portaria. O quorum de portaria, às 9h, apontava o número de 60 Deputados. Portanto, quorum suficiente para dar início a qualquer sessão nesta Casa. Se a arguição feita pelos Deputados toma como referência o que prevê o artigo do Regimento no caso de ausência de deliberação acerca do horário de Comissão, deve-se ressaltar o teor do art. 51, o qual atribui ao trabalho da Comissão o seguinte aspecto: “As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para sua organização.”

Esta Comissão, previamente instalada, não estabeleceu regra alguma para o seu funcionamento.

Segunda questão: o art. 50 do Regimento diz: “Os trabalhos da Comissão serão iniciados com a presença de pelo menos metade mais um de seus membros, ou com qualquer número, se não houver matéria sujeita à deliberação”. Neste caso, a verificação teria que ser inclusive da quantidade de membros presentes, para saber se, pelo fato de termos nesta reunião a intenção efetiva da deliberação, a questão de ordem poderia ser para comprovar-se ou não a existência de número suficiente para os trabalhos da Comissão.

Logo, Sr. Presidente, se lermos ainda outros artigos desse mesmo Regimento que todos estão invocando, não podemos nos esquecer do § 2º, do art. 50, do Regimento desta Casa, que diz o seguinte: “Para efeito de quorum de abertura, o comparecimento dos Deputados verificar-se-á pela sua presença na Casa, e do quorum de votação por sua presença no recinto onde se realize a reunião.”

Ora, feito isso, Sr. Presidente, estar-se-á adotando o mesmo rito exigido pelo art. 79, levantado como questão de ordem pelos Deputados, preliminarmente, no início desta sessão.

Dessa forma, Sr. Presidente, creio que V.Exa. deve seguir o Regimento, deixando bem claro que o art. 24, § 1º, citado pelo eminente Deputado José Roberto Aruda, refere-se a matéria a que, conforme o art. 202, deve ser dado o mesmo tratamento de projeto de lei. Portanto, o tratamento é de matéria ainda não sujeita à deliberação, pois ainda em conclusão. Trata-se de início de discussão da matéria nesta Comissão.

Ainda mais: trata-se de matéria que não contempla as hipóteses de caráter conclusivo da Comissão, não se sujeita à competência terminativa. Sua deliberação ainda terá que ser apreciada pelo plenário da Câmara dos Deputados, em dois turnos.

Sendo assim, logicamente temos que aplicar os mesmos critérios adotados para os projetos de lei.

Tomando portanto esses argumentos como referência, encerro dizendo que o quorum de portaria, fornecido pela mesma pessoa que nos informou sobre

a impossibilidade de sessão na Câmara dos Deputados na sexta-feira, consignou que, às 9h, 60 Srs. Deputados tinham adentrado o recinto da Câmara dos Deputados.

Assim, Sr. Presidente, temos quorum e condições ideais e necessárias para o início desta sessão.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pela ordem, como Líder, concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr. Presidente, gostaria de secundar todos os argumentos aduzidos pelos Deputados que me antecederam, para sustentar que há quorum regimental para que a sessão prossiga.

Quero lembrar que quando V.Exa. abriu os trabalhos, 18 Deputados tinham assinado a lista de presença. Se contarmos a assinatura de V.Exa., Presidente da Comissão, serão 19 Deputados. A Comissão tem 38 Deputados, portanto, 19 Deputados completam o quorum regimental para a abertura dos trabalhos.

Os argumentos trazidos em relação ao art. 79, pelo Deputado Walter Pinheiro e por outros, já demonstraram que havia quorum na Casa e, portanto, quorum para instalação.

Sr. Presidente, gostaria de lembrar, no entanto, que o ex-Presidente da Câmara, Michel Temer, no dia 23 de dezembro de 1999, respondendo a uma questão de ordem do Deputado Gilmar Machado, concluiu nos seguintes termos: “Embora entenda que assista inteira razão ao autor da questão de ordem, posto que é mesmo incorreto que os Srs. Deputados tenham que esperar indefinidamente pelo início de uma reunião, em face da ausência dos que deveriam comparecer na hora previamente marcada, não posso me imiscuir nos assuntos atinentes à organização das atividades das Comissões, a ponto de determinar providências que escapam à competência regimental do Presidente da Câmara dos Deputados. Assim posto, e com fulcro no disposto no art. 51, do Regimento Interno, opto por recomendar a todos as Comissões que estabeleçam prazo para que se complete o quorum de abertura de suas reuniões, tal como acontece no plenário da Câmara.”

Na verdade, o Presidente da Câmara à época, Deputado Michel Temer, entendeu que o prazo para o início das sessões é o que a Comissão estabelecer. Como esta Comissão não estabeleceu prazos, acaba valendo o prazo previsto no art. 79, que é o prazo na Casa.

Sr. Presidente, sustento, como outros o fizeram, que quando V.Exa. abriu a sessão existia quorum regimental porque existia quorum na Casa. Portanto, a reunião tem que prosseguir.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem a palavra, pela ordem, como Líder, o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, quero contraditar tanto o Deputado Walter Pinheiro quanto o Líder Nelson Pellegrino, para dizer que a reunião foi marcada por V.Exa. para ter início às 9h da manhã, e o art. 227 do Regimento Interno da Casa diz exatamente o seguinte:

“Art. 227. O comparecimento efetivo do Deputado à Casa será registrado diariamente, sob responsabilidade da Mesa e da Presidência das Comissões, da seguinte forma:

.....
III – nas Comissões pelo controle da presença às suas reuniões”.

Nas Comissões, o que vale é a lista de presença. Invoco, ainda, Sr. Presidente, a Carta Maior do País. No capítulo que se refere ao Poder Legislativo, em seu art. 47, diz:

“Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Quero, Sr. Presidente, dizer aqui que esta contradita faz parte da questão de ordem que levantei preliminarmente. Portanto, peço a V.Exa. que tome a decisão de encerrar esta sessão e convocar nova reunião para outra data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, levantei uma questão de ordem...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. me assegurasse a palavra, pois esperei pacientemente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Levantei uma questão de ordem e não obtive a decisão de V.Exa. Quando se levanta uma questão de ordem, há uma contradita e, depois, V.Exa. tem que decidir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Eu estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – V.Exa. está aceitando contradita em cima de contradita, mas a decisão da questão de ordem deve imediatamente ser dada. Senão vamos ficar aqui com contradita em cima de contradita até às 10h da noite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Lembro que a questão de ordem de V.Exa. não foi a primeira a ser levantada e ouvi V.Exa. depois de outras contraditas também. Então, vou ouvir todos para depois decidir, não apenas a questão de V.Exa. Decidirei depois que todos se manifestarem. (Palmas.) V.Exa. não tem a prioridade absoluta sobre os demais.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Agora, não. O Deputado Paulo Rubem Santiago está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é profundamente lamentável que esta Comissão esteja dando ao País uma demonstração de que só age quando alguém tem que abrir o Regimento desta Casa. Este Regimento hoje se parece mais com uma lagoa em dia de pescaria: cada Deputado vai lá e joga o seu anzol, pescando o artigo que lhe interessa, sem observar o todo.

Seria muito importante registrar a estranheza de chegarmos aqui no início dos trabalhos e já termos encontrado vários Deputados, antes mesmo da abertura da reunião, questionando a existência ou não de quorum. Deputados que formalmente não estavam nesta Casa, que sequer tinham assinado a lista, quase que transformando esta reunião em exibição de audiovisual. Não eram Deputados, eram projeções audiovisuais. Mas o fato é que eles estavam ali, em carne e osso, para questionar o quorum da Comissão, mas não estavam para a assinatura da lista.

Ora, se queremos, democraticamente, exercer qualquer tipo de obstrução, devemos, sobretudo, ter coerência. Se quero, em qualquer Comissão, inclusive no plenário, obstruir o trabalho desta Casa, a primeira obrigação é registrar presença, até para que eu possa fazer uso da palavra. E o que aconteceu aqui desde o início não foi uma obstrução, foi um desrespeito ao Regimento. Repito: se eu quero ter o direito constituído de pedir verificação de quorum ou argüir à Presidência ou à Secretaria o cumprimento das normas para a abertura de uma sessão, presume-se que, antes, eu me faça presente de fato e de direito, ou seja, assinando a lista.

Este é o primeiro fato lamentável: em nome de uma democrática e regimental obstrução, faz-se algo inexplicável. Não há presença de fato e de direito, mas há manifestações de imagens audiovisuais desse ou daquele Deputado.

Em segundo lugar, já se disse aqui como devem ser desenvolvidos os trabalhos nas Comissões. Estamos numa Comissão Especial, cuja competência está claramente estabelecida nos arts. 22, 23 e 24. A natureza desta Comissão Especial nos remete aos arts. 33 e 34. Não há nesses artigos nada que possa indicar para tais Comissões tratamento diferente ou regras diferenciadas das que se aplicam ao Plenário desta Casa. Isso foi dito aqui muito claramente pelo Deputado Walter Pinheiro. Se quiséssemos aplicar as mesmas regras, de forma global ou proporcionalmente – como muito bem disse o Líder Deputado Nelson Pellegrino –, já o teríamos feito, mas o fato é que alguns não se preocuparam com a lista. Inobstante, estávamos lá e contamos: havia pelo menos a metade dos 38 Deputados. Havendo a metade do número de Deputados titulares, aplicam-se às normas das Comissões Especiais as mesmas que se aplicam ao Plenário. Se o Regimento trata da presença eletrônica registrada nas portarias, o que falta para deliberarmos pela abertura e pela efetiva realização desta reunião?

Sr. Presidente, de fato não há obstrução, mas, sim, a tentativa de, defendendo-se do Regimento, se dar as costas às próprias normas do Regimento que implicam o registro da presença dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para complementar a questão de ordem, concedo a palavra ao Deputado Vicente Cascione.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, o Deputado Vicente Cascione não é membro efetivo desta Comissão e, portanto, não pode levantar questão de ordem, segundo o art. 57, inciso XXI, do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vou examinar a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, estou falando pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Regimento proíbe V.Exa. de levantar questão de ordem. Por isso não posso me manifestar a respeito dela.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, o Regimento deixa claro que há uma diferença entre a possibilidade de uso da palavra pelo Líder de bancada e de partido – arts. 10, 11 e 89 do Regimento. Mas o regimento traz a expressão “liderança”, e não Líder. A entidade “liderança”, diz o Regimento,

é composta pelo Líder e 5 Vice-Líderes. O Regimento veda o Vice-Líder de bancada e de partido usarem da palavra. Liderança de Governo é uma entidade única composta pelo Líder e 5 Vice-Líderes.

Portanto, estou pedindo a palavra como Vice-Líder de Governo, em nome da Liderança do Governo. O Regimento me faculta essa possibilidade.

O Dr. Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa, já confirmou que há uma diferença entre a prerrogativa de Vice-Líder de bancada e a de Vice-Líder de Governo. Essa questão foi colocada à Mesa, e o Dr. Mozart, juntamente com o colegiado que se manifesta sobre o Regimento, interpretaram-na dessa forma. Da mesma maneira foi decidido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, ou seja, que o Vice-Líder de Governo fala pela Liderança. Insisto: o Regimento fala em Liderança de Governo e em Líder de bancada e de partido.

Estou, portanto, requerendo a palavra na condição de integrante da Liderança do Governo, para dizer apenas que, quando fiz a contradita à questão de ordem apresentada pela Oposição, nesse momento cumpro o que dispõe o art. 95, § 6º, do Regimento, ou seja, fala somente o autor da questão de ordem e o contra-argumentante.

O que eu estava pedindo a V.Exa. é que, apresentada a questão sobre a existência ou não de quorum, sobre a necessidade de se adiar esta reunião, sustentei no sentido contrário, apresentei à jurisprudência da Mesa e estou pedindo a V.Exa. que decida essa questão de ordem pendente e a que foi levantada pela Oposição, no sentido de que não deve haver sessão. Fiz minha contradita com base no Regimento e na jurisprudência da Mesa, no sentido de que deve haver sessão.

Peço a V.Exa., portanto, que regimentalmente decida a questão pendente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Revejo minha decisão anterior e admito a manifestação do Deputado Vicente Cascione pela Liderança do Governo. Passo a decidir agora a questão de ordem.

O Deputado Pauderney Avelino já se manifestou, bem como os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Apenas para complementar.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Apenas para dizer, Sr. Presidente, que o Líder ou o Vice-Líder...

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Há ainda o Deputado Antonio Cambraia esperando

para usar a palavra. Depois disso, vou decidir a questão de ordem.

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, os procedimentos no dia-a-dia desta Casa e das Comissões têm de ser regidos pelo nosso Regimento, que é a Bíblia para nossa vida e trabalho parlamentar.

Houve dita, contradita, questões de ordem em cima de questões de ordem, mas o art. 79 é muito claro, tanto no § 2º quanto no § 3º, que foi motivo da questão de ordem levantada pelo Deputado Pauderney Avelino.

Fala-se muito aqui que a presença deve ser na Casa. A presença deve ser na Casa para se iniciarem os trabalhos, mas não para dar prosseguimento à sessão ou à reunião. Para tanto, há necessidade da presença no recinto do plenário ou da Comissão. E essa presença é verificada pela assinatura na lista de presenças. Está muito claro em nosso Regimento Interno.

Dizer que as reuniões das Comissões se iniciam a partir de um determinado horário não é um raciocínio correto. Elas se iniciam em determinada hora, de acordo com a convocação do Presidente. E a convocação de V.Exa. para esta reunião diz exatamente que ela ocorrerá às 9h, no Plenário II, do Anexo II. Portanto, não há o que se discutir. Poderia até V.Exa., às 9h, como havia presença na Casa de número suficiente de Deputados, haver iniciado os trabalhos, aguardando por meia hora as presenças na lista para, e só então, decidir se a sessão teria continuidade ou não. Como se passaram mais de 30 minutos das 9h e a lista não atingiu o quorum, a questão de ordem tem perfeita fundamentação. Eu também solicito a V.Exa. que não dê continuidade aos trabalhos desta reunião, segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, gostaria de apresentar dois artigos que não foram...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vou decidir a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação, art. 96.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço apenas como Líder, em razão do Regimento, o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, muito obrigado por ter concedido a palavra na forma regimental, como V.Exa. sempre faz. V.Exa. é um dos Deputados mais experientes e é uma referência nesta Casa. Longe de fazer qualquer pressão para que V.Exa. atue como membro do PFL, porque V.Exa. é um Deputado da Casa e tem todas as condições para atuar como um Deputado que representa a Instituição.

Quero fazer um paralelo com o que ocorreu com relação à reforma da Previdência. Todos nós sabemos que a base do Governo estava extremamente interessada em votar a reforma da Previdência no dia de ontem. Isso não foi realizado porque o Governo não conseguiu fazer a sua parte, pois não colocou, na sexta-feira, os 52 Deputados necessários para realizar a sessão. Da mesma forma, hoje, entendemos que o Governo não cumpriu sua parte. Então, na condição de Líder do PFL, um partido da Oposição, solicito a V.Exa. que atenda à questão de ordem apresentada, suspendendo a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vou decidir a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Para uma reclamação, Sr. Presidente, art. 96 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para uma reclamação, tem a palavra o Deputado Júlio Redecker, de acordo com o art. 96.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, quero...

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, a sessão ainda não está aberta. Não pode haver reclamação. Vamos decidir, primeiro, se a sessão estará aberta e depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Está aberta a sessão, sim.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Então, já atingiu o quorum, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Na realidade, quero dizer ao ilustre Vice-Líder do Governo que se a sessão não estivesse aberta ainda estaríamos questionando o quorum da abertura da sessão, porque não foi decidida a questão de ordem. Mas a sessão já está em discussão, então, posso pedir a palavra para uma reclamação, em qualquer tempo, de acordo com o art. 96. Como não foi possível fazer a contradita ao Vice-Líder do Governo, Deputado Vicente Cascione, e também ao Líder, no que se refere ao tema suscitado por uma jurisprudência da Casa, suscitadas as palavras de decisão do ex-Presidente Michel Temer, quero aqui trazer, apenas a título de ilustração, a questão de como muda a opinião nesta Casa em questões

fundamentais. Estou aqui com uma questão de ordem suscitada com base no art. 6º, § 3º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, pelo ilustre Líder do PP, Deputado Pedro Henry, que naquela ocasião solicitou uma questão de ordem para requerer o prazo da sessão para exame do projeto de lei de conversão apresentado à época da Medida Provisória nº 83. A decisão, Sr. Presidente, naquela ocasião, por parte do Deputado João Paulo Cunha, diz que: “apresentado um projeto de lei de conversão, é facultado aos Líderes o pedido de prazo de uma sessão para melhor apreciá-lo”. Portanto, de pronto, defiro a questão de ordem de V.Exa. e suspendo as inscrições para discussão do projeto. Pois, numa outra sessão, o mesmo Deputado Pedro Henry – está aqui nos Anais da Câmara – apresentou uma questão igual, e o Presidente decidiu de maneira contrária. Nada aqui tem a ver com essa jurisprudência apresentada pelo Deputado Vice-Líder do Governo, Vicente Cascione, e pelo Líder do PT, Nelson Pellegrino, no sentido de que o Presidente pode ter se equivocado, não respeitando o nosso Regimento Interno. Parece-me que, dependendo do conteúdo, a bancada do Governo acha que o Regimento Interno é dispensável.

Sr. Presidente, devemos ter claro que, com base no § 3º, art. 6º, da Resolução nº 1, há um projeto de resolução do PPS no sentido de suprimi-lo pelo que ele contém, a dubiedade de decisão do Presidente da Casa.

Não quero crer, com todo respeito aos juristas que representam a bancada do Governo, que eles venham aqui dizer que temos de seguir, em matéria, a coerência de uma decisão que não está de acordo com os princípios da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Tenho 3 minutos e falei só 2.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Já falou por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Não. Falei 2. Estou com meu cronômetro ligado, Sr. Presidente. Se V.Exa. está com o cronômetro ligado, temos de conferir. Ainda tenho 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – E peço a V.Exa. que considere o tempo que V.Exa. me retirou, para que eu possa concluir.

Sr. Presidente, eu gostaria muito que V.Exa. não levasse em consideração as palavras do ilustre Vice-Líder, porque elas não relatam, de maneira alguma,

a circunstância passada com os fatos atuais. E é por isso, Sr. Presidente, que eu quero aqui agradecer a V.Exa., um regimentalista, um Deputado experimentado, por tornar este debate amplo. Discutir e aprimorar as regras desta Casa é fundamental para que possamos nos organizar nas discussões da matéria. Nós não podemos aqui instituir, Sr. Presidente, que o conteúdo suprima a lei. Daqui a uns dias, o conteúdo vai suprimir a Constituição Federal e nós não teremos mais direitos e garantias individuais neste País. Esta não é uma regra boa, Sr. Presidente. Gostaria que V.Exa., com veemência, não permitisse que isso aqui acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Cumprindo o Regimento, qual é a reclamação?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A Mesa concedeu, por mera liberalidade, a palavra ao Deputado Júlio Redecker a respeito do assunto, porque o art. 96, § 2º, estabelece que membro da Comissão pode formular reclamação sobre ação ou omissão do órgão técnico que integre.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A reclamação foi mais uma maneira que o Deputado Júlio Redecker encontrou para se manifestar. Vou decidir a questão de ordem agora. Já ouvi o suficiente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, suspenda a sessão para decidir com calma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não vou suspender a sessão, vou decidir a questão de ordem agora.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, uma questão só. O Deputado Aleluia falou pela Liderança do PFL. Eu quero, regimentalmente, falar pela Liderança do PSDB. São os 2 partidos de oposição. Nós temos que nos manifestar aqui, Deputado.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Só o Líder.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Deputado Mussa Demes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A prerrogativa do Líder é indelegável, Deputado Walter Feldman. V.Exa. é Vice-Líder. Por isso, vou decidir a questão de ordem.

(*Tumulto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Por favor, peço ao Plenário atenção. V.Exa. é Vice-

Líder, portanto, não tem a mesma prerrogativa que tem o Líder. Por isso vou decidir a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Apenas uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Já estou iniciando, Deputado Walter Feldman. O Presidente da Comissão é escravo do Regimento, não pode se manifestar fora dele. O Presidente da Comissão tem de atuar como magistrado. De tudo que ouvi sobre a questão de ordem e as contraditas que foram apresentadas, cheguei à seguinte conclusão: primeiro, o Regimento estabelece que a reunião deve ser iniciada a partir das 9h. Não significa que o Presidente, portanto, não tem o poder e o direito de determinar o momento em que ela se inicia. E eu fiz isso ao proceder à convocação, marcando o início da sessão para às 9h. Tampouco me parece racional ou razoável que eu tome como jurisprudência na Casa uma decisão isolada do Presidente da Câmara em 1999, até porque outras decisões, seguramente, aconteceram ao longo desse tempo que, provavelmente, modificaram o entendimento dele. Jurisprudência, no sentido amplo do termo, é a decisão continuada e consolidada dos procedimentos. Isso não aconteceu, portanto, até agora. Para mim restam 2 pontos a serem analisados. Primeiro, se eu marquei para as 9h, tenho comigo, e assim vou decidir, que eu teria de encerrar a reunião às 9h30min se não houvesse *quorum*. Consultei a Secretaria e esta me informou que às 9h30min, quando usualmente também, em razão do Regimento, encerram-se no plenário as reuniões, tínhamos um *quorum* de apenas 15 Deputados. Mesmo admitindo a minha presença, que deixei de assinar – confesso que me esqueci realmente de assinar –, seriam 16, ainda assim *quorum* suficiente para iniciar os trabalhos.

Em razão disso e antevendo a possibilidade de um recurso vir a tornar ainda mais demorada a tramitação da matéria, encerro a sessão, marcando outra para as 15h da próxima terça-feira, quando então será iniciada a discussão. (*Palmas.*)

Está encerrada a sessão.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 41-A, DE 2003, DO PODER EXECUTIVO, QUE “ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” E APENSADAS. (REFORMA TRIBUTÁRIA)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária.

Ata da 14ª reunião ordinária, realizada em 26 de agosto de 2003.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comis-

são Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, que “altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências” e apensadas, no Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados. A lista de presença registrou o comparecimento dos Senhores Deputados Mussa Demes – Presidente; Gerson Gabrielli, Pedro Novais e Luiz Carlos Hauly – Vice-Presidentes; Virgílio Guimarães – Relator; André Zacharow, Antonio Cambraia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Barbosa Neto, Beto Albuquerque, Carlito Merss, Francisco Dornelles, Humberto Michiles, Jorge Bittar, José Borba, José Roberto Arruda, Júlio Semeghini, Lupércio Ramos, Machado, Miguel de Souza, Narcio Rodrigues, Nelson Marquezelli, Osmar Serraglio, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Henry, Renato Casagrande, Roberto Jefferson, Sandro Mabel, Sarney Filho, Sérgio Miranda, Walter Feldman, Walter Pinheiro, José Priante e Romel Anizio – Titulares; Alexandre Santos, André Luiz, Ann Pontes, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Mendes Thame, Aroldo Cedraz, Devanir Ribeiro, Edson Duarte, Eduardo Cunha, Eduardo Paes, Eduardo Sciarra, Eliseu Resende, Fernando Ferro, Giacobbo, Gonzaga Patriota, Jaime Martins, Júlio César, Júlio Redecker, Luiz Antonio Fleury, Mário Negramonte, Nilson Mourão, Onix Lorenzoni, Pastor Francisco Olímpio, Paulo Delgado, Paulo Lima, Philemon Rodrigues, Professor Luizinho, Ronaldo Dimas, Vanessa Grazziotin, Vic Pires Franco, Vicente Cascione e Wasny de Roure – Suplentes; e Aldo Rebelo, Augusto Nardes, Delfin Netto, Eduardo Campos, Henrique Fontana, Inaldo Leitão, José Carlos Aleluia, José Carlos Araújo, Juthay Júnior, Max Rosenmann, Nelson Pellegrino, Nelson Proença, Reginaldo Lopes, Roberto Balestra, Silas Brasileiro, Vignatti, Zico Bronzeado, João Campos, Ronaldo Caiado e Zezeu Ribeiro – não-membros. Deixaram de registrar suas presenças os Senhores Deputados José Mentor e Pedro Corrêa. ABERTURA: Havendo número regimental, o Deputado Mussa Demes, Presidente, declarou abertos os trabalhos. ATA: Os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Eduardo Paes solicitaram a leitura da Ata da 13ª reunião, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. O Deputado Gerson Gabrielli procedeu à leitura da Ata. Em discussão e votação, a Ata foi aprovada. EXPEDIENTE: 1) Ofício da Liderança do PFL indicando o Deputado Vic Pires Franco para integrar a Comissão, na qualidade de suplente, em substituição ao Deputado Osório Adriano; 2) Ofício do Líder do PFL, indicando o Deputado Eduardo Sciarra como suplente desta Comissão, em substituição ao Deputado Luiz Carreira; 3) Ofício do Líder do PFL, indicando o Deputado Onyx Lorenzoni para integrar esta

Comissão, na qualidade de suplente, em substituição ao Deputado Gervásio Silva; 4) Ofício do Líder do PMDB, indicando o Deputado José Priante para integrar esta Comissão, na qualidade de titular, em substituição ao Deputado Silas Brasileiro; 5) Ofício do Líder do PFL, indicando como suplente desta Comissão, o Deputado Gervásio Silva, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia; 6) Ofício do Líder do PP, indicando como titular desta Comissão, o Deputado Romel Anizio, em substituição ao Deputado Pedro Corrêa. ORDEM DO DIA: Votação dos Destaques. O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto levantou questão de ordem, com base nos §§ 1º e 2º do art. 46. O Deputado Professor Luizinho contraditou. O Senhor Presidente indeferiu com base no § 7º do art. 46 c/c o inciso XII do art. 24. Na seqüência, o Senhor Presidente deu conhecimento à Comissão da Complementação de voto, elaborada segundo acordo de Lideranças Partidárias, do Deputado Virgílio Guimarães. Fizeram comunicações de lideranças os Deputados Pedro Henry, pelo PP; e Roberto Jefferson, pelo PTB. O Deputado José Roberto Arruda questionou o acolhimento, na complementação de voto, das Emendas nºs 5, 9, 14, 52, 153, 222, 312, 383 e 395. O Deputado Professor Luizinho contraditou. O Senhor Presidente esclareceu que a complementação de voto do Relator só poderia ser acolhida se houvesse acordo de todas as lideranças partidárias. Manifestaram-se acerca da questão em tela, os representantes partidários: Deputados José Carlos Aleluia, pelo PFL; Eduardo Campos, pelo PSB; Nelson Peregrino, pelo PT; Júlio Semeghini, pelo PSDB; José Priante, pelo PMDB; Francisco Dornelles, pelo PP; Sandro Mabel, pelo PL; Sarney Filho, pelo PV; e os Deputados, Pauderney Avelino, Eduardo Paes, Vanessa Grazziotin, Renato Casagrande e Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Ronaldo Dimas, Anivaldo Vale, Walter Pinheiro. Em votação, a complementação de voto do Senhor Relator, foi aprovada. Passou-se à votação dos destaques. Antes de dar início a votação dos destaques, o Senhor Presidente concedeu, ainda, a palavra aos Senhores Deputados José Carlos Aleluia e Francisco Dornelles para comunicações de Liderança. Na seqüência, anunciou que havia sobre a Mesa os seguintes requerimentos: 1 – Requerimento de autoria do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, que requeria nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno, a retirada da ordem do dia da PEC 41-A, de 2003. Encaminhou a votação o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, autor. Orientaram os Deputados Eduardo Paes, pelo PSDB; e Machado, pelo PFL. Em votação, o requerimento foi rejeitado. O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto solicitou verificação de votação. Votaram sim os Deputados An-

tônio Carlos Magalhães Neto, Gerson Gabrielli, Machado, Mussa Demes, Eduardo Sciarra, Júlio César, Antonio Cambraia, Júlio Semeghini, Luiz Carlos Haully, Walter Feldman e Antonio Carlos Mendes Thame. Votaram não os Deputados Carlito Merss, Jorge Bittar, Paulo Bernardo, Virgílio Guimarães, Walter Pinheiro, Barbosa Neto, José Borba, José Priante, Osmar Seraglio, Pedro Novaes, Francisco Dornelles, Romel Anizio, Pedro Henry, Pedro Fernandes, Roberto Jefferson, Humberto Michiles, Miguel de Souza, Sandro Mabel, Beto Albuquerque, Renato Casagrande, Lupércio Ramos, Sérgio Miranda, Sarney Filho, Devanir Ribeiro, Nilson Mourão e Luiz Antonio Fleury. Tendo 26 votos “não” e 11 votos “sim”, o requerimento foi rejeitado. Antes de anunciar a votação do próximo requerimento, o Senhor Presidente informou que foram prejudicados os destaques de nºs 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 81, 82, 86, 90, 99, 105, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 195, 219, 222 e 226, devido ao fato de seus autores não integrarem a Comissão Especial da Reforma Tributária; bem como os destaques de nºs 186 e 187 em razão de as emendas objeto destes destaques não terem alcançado o *quorum* mínimo de 171 assinaturas; 2 – Requerimento de autoria dos Líderes do PV, PL, PT e do Governo, que requeria, “nos termos do art. 162, inciso XIV do Regimento Interno, votação em globo dos destaques apresentados à PEC 41-A/03 e seu substitutivo, à exceção dos destaques dos para votação em separado previstos no art. 161, § 2º (DVS de Bancada). Encaminhou a votação o Deputado Antonio Cambraia. Orientaram os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, pelo PFL e Beto Albuquerque, pela Liderança do Governo. Em votação, o requerimento foi aprovado. A seguir, passou-se à votação da admissibilidade de todos os destaques simples. Em votação simbólica, foram todos rejeitados. O Deputado José Carlos Aleluia solicitou verificação de votação, com base no § 4º do art. 185 do RICD. Em votação, o requerimento foi rejeitado. Passou-se à votação dos destaques de Bancada; 3 – Requerimento de destaque nº 177, de autoria da Bancada do PSDB, que requeria “destaque para a Emenda nº 241, do Senhor Jutahy Junior”. Encaminharam a votação o autor, Deputado Eduardo Paes, e o Relator. Orientaram a votação os Deputados Antônio Carlos Magalhães, pelo PFL e Antonio Carlos Mendes Thame, pelo PSDB. O Deputado Eduardo Paes solicitou verificação de votação. Votaram sim os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Gerson Gabrielli, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Júlio César, Onyx Lorenzoni, Antonio Cambraia, Luiz Carlos Haully, Walter Feldman, Antonio Carlos Mendes Thame e Eduardo Paes. Votaram não

os Deputados Carlito Merss, Jorge Bittar, Paulo Bernardo, Virgílio Guimarães, Barbosa Neto, José Borba, José Priante, Osmar Serraglio, Francisco Dornelles, Pedro Henry, Romel Anízio, Nelson Marquezelli, Pedro Fernandes, Roberto Jefferson, Humberto Michiles, Miguel de Souza, Beto Albuquerque, Renato Casagrande, Lupércio Ramos, André Zacharow, Sérgio Miranda, Sarney Filho, Devanir Ribeiro, Fernando Ferro, Nilson Mourão, e Ann Pontes. Tendo obtido 26 votos “não” e 11 votos “sim”, o requerimento foi rejeitado; 3 – Requerimento de destaque nº 185, de autoria da Bancada do PV. Retirado pela Bancada do PV; 4 – Requerimento de destaque nº 229, de autoria da Bancada do PFL, que requeria “ a votação da Emenda nº 193, com o objetivo de acrescentar parágrafo ao art. 150 do substitutivo”. O Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, passou a Presidência ao Deputado Gerson Gabrielli com o objetivo fazer o encaminhamento da votação do destaque nº 229. Encaminharam a votação os Deputados Mussa Demes, autor da emenda; o Relator; e Antônio Carlos Magalhães, autor do destaque. Orientaram os votos de suas Bancadas os Deputados Osmar Serraglio, pelo PMDB; Pedro Henry, pelo PP; Onyx Lorenzoni, pelo PFL; Jorge Bittar, pelo PT; e Beto Albuquerque, pela Liderança do Governo. O Senhor Presidente anunciou que havia sobre a Mesa requerimento, nos termos do inciso II do art. 186, solicitando que a votação do destaque nº 229 fosse realizada pelo processo nominal. Em votação, este requerimento foi rejeitado. Na seqüência, o requerimento de destaque nº 229 foi submetido à votação e rejeitado; 5 – Requerimento de destaque nº 230, de autoria da Bancada do PFL, que requeria a votação da Emenda nº 240, com o objetivo de acrescentar parágrafo ao art. 150 do substitutivo. Encaminharam a votação os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, como autor do destaque; José Carlos Aleluia, como autor da emenda; e o Relator. Orientaram o voto de suas Bancadas, os Deputados Eduardo Paes, pelo PSDB; e Antônio Carlos Magalhães, pelo PFL. Em votação, o requerimento foi rejeitado. Concedida a verificação de votação, votaram sim os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Gerson Gabrielli, Machado, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Antonio Cambraia, Julio Semeghini, Luiz Carlos Haully, Walter Feldman, Eliseu Resende e Anivaldo Vale; votaram não os Deputados Carlito Merss, Jorge Bittar, Paulo Benardo, Virgílio Guimarães, Barbosa Neto, José Priante, Osmar Serraglio, Pedro Novaes, Francisco Dornelles, Pedro Henry, Pedro Fernandes, Roberto Jefferson, Humberto Michiles, Miguel de Souza, Sandro Mabel, Beto Albuquerque, Renato Casagrande, Lupércio Ramos, André Zacharow, Sérgio Miranda, Sarney Filho, Deva-

nir Ribeiro, Paulo Delgado, Professor Luizinho, André Luiz, Alexandre Santos e Luiz Antonio Fleury. Tendo 11 votos “sim” e 27 votos “não”, o requerimento foi rejeitado; 6 – Requerimento de destaque nº 176, de autoria da Bancada do PSDB, que requeria a inclusão do inciso IV, do art. 151, constante da Emenda nº 228, no substitutivo. Encaminharam o Deputado Walter Feldman, pelo Bancada do PSDB, e o Relator. Orientaram o voto de suas Bancadas, os Deputados José Carlos Aleluia, pelo PFL; Antonio Cambraia, pelo PSDB; Roberto Jefferson, pelo PTB. Em votação, o destaque foi rejeitado. O Deputado José Carlos Aleluia, com base no § 4º, do art. 185, solicitou verificação de votação. Em votação, foi rejeitado o requerimento do Líder do PFL que requeria verificação da votação do destaque de nº 176; 7 – Requerimento de Destaque nº 250: declarado prejudicado, em razão do acordo dos Líderes constante da complementação de voto do Relator; 8 – Requerimento de Destaque nº 178, de autoria da Bancada do PSDB, que requeria a substituição da redação da alínea “a” do inciso X, do § 2º do art. 155, constante no art. 1º do substitutivo, pela redação da emenda 233. Encaminharam a votação o Deputado Anivaldo Vale, pela Bancada do PSDB; e o Relator. Orientaram os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, pelo PSDB; e José Priante, pelo PMDB. Em votação, o destaque foi rejeitado; 9 – Requerimento de Destaque nº 16, de autoria da Bancada do PFL, que requeria a inclusão das alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso I, do art. 159, constantes da Emenda nº 1, no substitutivo do Relator. Encaminharam a votação os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, autor do destaque; Júlio César, autor da emenda; e o Relator. Orientaram o voto de suas Bancadas, os Deputados Eduardo Paes, pelo PSDB; Osmar Serraglio, pelo PMDB; José Roberto Arruda, pelo PFL. O Deputado José Carlos Aleluia, Líder do PFL, solicitou o encerramento da reunião, nos termos do § 1º do art. 46 do RICD. O Deputado Beto Albuquerque contraditou. O Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, comunicou que o Senhor Presidente da Câmara dos Deputados havia informado que a Ordem do Dia se encerraria por volta das dezenove horas, e sendo assim, suspenderia a reunião até as dezenove horas e trinta minutos. Reaberto os trabalhos, às dezenove horas e trinta e quatro minutos, o Senhor Presidente passou a palavra aos Deputados Jytahy Júnior, Líder do PSDB e José Carlos Aleluia, Líder do PFL, para Comunicações de Liderança. A seguir, o Senhor Presidente deu seqüência a orientação das Bancadas referente a votação do Destaque de nº 16. Orientaram o voto de suas Bancadas os Deputados Francisco Dornelles (PP) e Vicente Cascione (Liderança do Governo). Em votação, o des-

taque foi rejeitado. Concedida a verificação, procedeu-se a votação nominal: votaram sim os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Gerson Gabrielli, Machado, Mussa Demes, Antonio Cambraia, Luiz Carlos Haully, Walter Feldman, Eduardo Sciarra, Júlio César, Anivaldo Vale e Antonio Carlos Mendes Thame; votaram não Carlito Merss, Jorge Bittar, Paulo Bernardo, Virgílio Guimarães, Walter Pinheiro, José Priante, Osmar Serraglio, Pedro Novais, Francisco Dornelles, Pedro Henry, Romel Anízio, Pedro Fernandes, Roberto Jefferson, Humberto Michiles, Miguel de Souza, Sandro Mabel, Beto Albuquerque, Renato Casagrande, Lupércio Ramos, André Zacharow, Sarney Filho, Devanir Ribeiro, Nilson Mourão, André Luiz, Ann Pontes, Luiz Antonio Fleury e Vanessa Grazziotin. Tendo 27 votos “não” e 11 votos “sim”, o requerimento foi rejeitado; 10 – Requerimentos de Destaque de nºs 231, 56, 247 e 193 : foram retirados pelos autores. ENCERRAMENTO: Às vinte e uma hora e treze minutos, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a reunião. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após, decodificadas serão publicadas juntamente com esta Ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL – PEC 41- A/03 –
REFORMA TRIBUTÁRIA

EVENTO: Reunião Ordinária

Nº: 1226-A/03

DATA: 26/08/03

INÍCIO: 10h37min

TÉRMINO: 21h13min

DURAÇÃO: 08h47min

TEMPO DE GRAVAÇÃO: 08h17min

PÁGINAS: 206

QUARTOS: 53

REVISÃO: Madalena, Marlúcia, Odilon, Patrícia Maciel, Silvia, Eliana, Gilberto, Irma, Lia, Liz, Maria Teresa, Marlúcia, Tatiana, Veiga, Gilberto, Maria Teresa, Carla, Lia, Odilon, Rosa Aragão

SUPERVISÃO: Maria Luíza, Myrinha, Estela, Graça, Luci, Letícia

CONCATENAÇÃO: Amanda, Maria Luíza, Luci, Letícia

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Complementação do texto da proposta encaminhada pelo Relator. Apreciação de matérias. Votação de destaques.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.

Há intervenções simultâneas ininteligíveis.

Há intervenção inaudível.

A reunião foi suspensa e reaberta.

Houve tumulto no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, do Poder Executivo.

Peço silêncio. Não posso iniciar os trabalhos com todo este barulho.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas cópias da ata da 13ª reunião ordinária desta Comissão Especial, realizada no último dia 22 de agosto. Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, solicito a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, há requerimento solicitando dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Um de cada vez.

Com a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, solicito a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Eduardo Paes solicita a leitura da ata.

Há requerimento dos Deputados Pauderney Avellino e Paulo Bernardo solicitando a dispensa da leitura da ata. Uma vez que há Deputados interessados na sua leitura, regimentalmente sou obrigado a mandar que se proceda a ela.

Peço ao Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, que faça a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, solicito apenas um tempo para que a cópia da ata seja distribuída a todos os Srs. Parlamentares.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI -

Ata da 13ª reunião ordinária, realizada em 22 de agosto de 2003.

Às dez horas e quatro minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e três, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, que 'altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências' e apensados, no Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados. A lista de presença registrou o comparecimento dos Senhores Deputados Mussa Demes – Presidente; Gerson Gabrielli, Pedro Novais e Luiz Carlos Hauly – Vice-Presidentes; Virgílio Guimarães – Relator; André Zacharow, Antonio Cambraia, Antônio Carlos Magalhães Neto, Barbosa Neto, Beto Albuquerque, Carlito Meress, Francisco Dornelles, Humberto Michiles, Jorge Bittar, José Mentor, José Roberto Aruda, Julio Semeghini, Pauderney Avelino, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Pedro Fernandes, Pedro Henry, Renato Casagrande, Roberto Jefferson, Sandro Mabel, Sarney Filho, Sérgio Miranda, Walter Feldman, Walter Pinheiro – Titulares; André Luiz, Anivaldo Vale, Aroldo Cedraz, Devanir Ribeiro, Eduardo Cunha, Eduardo Paes, Eliseu Resende, Fernando Ferro, Giacobbo, Gonzaga Patriota, José Borba, Júlio Cesar, Luiz Antonio Fleury, Luiz Carreira, Mário Negromonte, Nilson Mourão, Osório Adriano, Paulo Delgado, Paulo Lima, Philemon Rodrigues, Professor Luizinho, Rodrigo Maia, Ronaldo Dimas, Silas Brasileiro, Suely Campos, Telma de Souza, Vanessa Grazziotin, Vicente Cascione, Wasny de Roure – Suplentes; Aldo Rebelo, José Carlos Aleluia, Nelson Pellegrino, Nelson Proença – não-membros. Deixaram de registrar suas presenças os Senhores Deputados José Priante, Paulo Afonso e Pedro Corrêa. Abertura: havendo número regimental, o Deputado Mussa Demes, Presidente, declarou abertos os trabalhos. Ata: o Deputado Eduardo Paes solicitou leitura das atas das 11ª e 12ª reuniões, cujas cópias haviam sido distribuídas antecipadamente. O Deputado Gerson Gabrielli procedeu à leitura das atas. Em discussão, usaram da palavra os Senhores Deputados Eduardo Paes, Antônio Carlos Magalhães Neto, Antônio Cambraia e Anivaldo Vale. Em votação, as atas foram aprovadas sem restrições. Expediente: 1) Ofício da Liderança do PP, indicando o Deputado Pedro Henry para integrar a Comissão na qualidade de suplente; 2) Ofício do Líder do PV, nº 66/03, indicando o Deputado Jovino Cândido como titular desta Comissão, em substituição ao Deputado Sarney Filho; 3) Ofício do Líder do PFL, indicando o Deputado Vic Pires Franco para integrar esta Comissão, em substituição ao Deputado Roberto Pessoa; 4) Ofício do Líder do PP, solicitando a retirada da indicação do Deputado Eduardo Cunha para suplente desta

Comissão Especial; 5) Ofício do Líder do PT, indicando, como suplente desta Comissão, o Deputado Professor Luizinho, em substituição ao Deputado Paulo Pimenta; 6) Ofício do Líder do PT, indicando o Deputado Fernando Ferro, em substituição ao Deputado Ary Vanazzi; 7) Ofício do Líder do PT, indicando como suplente o Deputado Devanir Ribeiro, em substituição ao Deputado Vignatti; 8) Ofício do Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Paulo Afonso passa a participar na qualidade de titular desta Comissão, em substituição ao Deputado Carlos Eduardo Cadoca, que passa à condição de suplente desta Comissão Especial; 9) Ofício do Líder do PMDB, comunicando que o Deputado José Borba passa a integrar a Comissão na qualidade de suplente; 10) Ofício do Líder do PMDB, comunicando que o Deputado André Luiz passa a integrar esta Comissão na qualidade de suplente. 11) Ofício do Líder do Bloco Parlamentar PL/PSL, comunicando a substituição do Deputado Wellington Roberto, suplente desta Comissão, pelo Deputado Giacobbo; 12) Ofício do Líder do PTB, indicando os Deputados Nelson Marquezelli e Pedro Fernandes, na qualidade de titulares, e os Deputados Enio Tatico, Ricardo Izar e Ronaldo Vasconcellos, na qualidade de suplentes desta Comissão Especial; 13) Ofício do Líder do PTB, indicando, na qualidade de suplentes, os Deputados Vicente Cascione, Philemon Rodrigues e Luiz Antonio Fleury, em substituição aos Deputados Enio Tatico, Ricardo Izar e Ronaldo Vasconcellos; 14) Ofício do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, indicando o Deputado Luiz Carreira para integrar, como suplente, esta Comissão; 15) Ofício do Líder do PP, indicando para integrar esta Comissão os Deputados Pedro Corrêa, Pedro Henry, como titulares, em substituição aos Deputados Delfim Netto e Romel Anizio, e os Deputados Mário Negromonte, Alexandre Santos e Suely Campos, como suplentes, em substituição aos Deputados Márcio Reinaldo Moreira e Augusto Nardes; 16) Ofício do Líder do PT, indicando o Deputado Paulo Delgado para integrar esta Comissão, em substituição ao Deputado Fernando Gabeira; 17) Ofício do Líder do PMDB, comunicando que o Deputado José Borba passa a integrar esta Comissão, em substituição ao Deputado José Priante; 18) Ofício do Líder do PV, solicitando a substituição do Deputado Jovino Cândido pelo Deputado Sarney Filho, como titular desta Comissão; 19) Ofício do Líder do PMDB, indicando o Deputado Silas Brasileiro para integrar, na condição de suplente, esta Comissão, em substituição à Deputada Ann Pontes; 20) Ofício do Líder do PFL, indicando o Deputado Osório Adriano para integrar, como membro suplente, esta Comissão, em substituição ao Deputado Vic Pires Franco; 21) Ofício do Líder do PFL, indican-

do o Deputado Rodrigo Maia para integrar, como membro suplente, esta Comissão, em substituição ao Deputado Gervásio Silva; 22) Ofício do Líder do PMDB, indicando o Deputado Eduardo Cunha para integrar, na qualidade de suplente, esta Comissão; 23) Ofício do Líder do PMDB, comunicando que o Deputado Silas Brasileiro passa a integrar, na qualidade de titular, esta Comissão, em substituição ao Deputado Paulo Afonso. Ordem do Dia: Discussão do parecer do Relator. O Senhor Presidente anunciou que havia sobre a Mesa os seguintes requerimentos: 1 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, que solicitava a retirada, nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno, da Ordem do Dia da PEC nº 41 de 2003. Foi indeferido, uma vez que a Comissão Especial foi criada com o objetivo específico de proferir parecer à PEC nº 41-A/03 e a convocação da presente reunião foi para a discussão do parecer do Relator à referida proposta. 2 – Requerimento de autoria do Deputado Machado, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por 10 sessões. O Deputado Professor Luizinho apresentou questão de ordem, com base no inciso IV do art. 159. Contraditaram os Deputados Pauderney Avelino e Antônio Carlos Magalhães Neto. O Senhor Presidente informou haver requerimentos de adiamento da discussão por dez, nove, oito, sete, seis, cinco, quatro, três, duas e uma sessões, e, sobre eles, requerimentos de preferência para cada um deles. A seguir, o Senhor Presidente fez a leitura do § 1º do art. 160, para possibilitar o encaminhamento único dos requerimentos de adiamento da discussão e a votação individual de cada um deles. Usaram da palavra para encaminhar a votação do requerimento de adiamento de discussão por 10 sessões: o Deputado Machado, autor, e o Deputado Beto Albuquerque (contra). Orientaram o voto de suas bancadas os Senhores Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, pelo PFL (a favor); Walter Feldman, pelo PSDB (a favor); Roberto Jefferson, pelo PTB (contra); Sandro Mabel, pelo PL (contra); Nelson Proença, pelo PL (contra); André Zacharow, pelo PDT (contra); Osmar Serraglio, pelo PMDB (contra); Vanessa Grazziotin, pelo PCdoB (contra); Sarney Filho, pelo PV (contra); Renato Casagrande, pelo PSB (contra) e Paulo Rubem Santiago, pelo PT (contra). O Deputado Pauderney Avelino solicitou verificação de votação. Concedida a verificação, o Deputado Mussa Demes, Presidente, em razão das alterações ocorridas na composição do Colegiado, deu ciência ao Plenário do espelho da Comissão e, na seqüência, procedeu à chamada nominal dos Deputados. Votaram ‘sim’ os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Gerson Gabrielli, José Roberto Arruda, Machado, Mussa Demes, Pauderney Ave-

lino, Antonio Cambraia, Julio Semeghini, Luiz Carlos Hauly, Walter Feldman e Anivaldo Vale. Votaram ‘não’ os Deputados Carlito Merss, Jorge Bittar, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Virgílio Guimarães, Walter Pinheiro, Barbosa Neto, José Borba, Osmar Serraglio, Pedro Novais, Francisco Dornelles, Pedro Henry, Nelson Marquezelli, Pedro Fernandes, Roberto Jefferson, Humberto Michiles, Miguel de Souza, Sandro Mabel, Beto Albuquerque, Renato Casagrande, Lupércio Ramos, André Zacharow, Sarney Filho, Devanir Ribeiro, André Luiz, Suely Campos e Vanessa Grazziotin. Foram apurados 28 votos contrários e 11 favoráveis: o requerimento foi rejeitado. Após a proclamação do resultado da votação, o Senhor Presidente indeferiu questão de ordem levantada, com base no caput e § 4º do art. 187, pelo Deputado Pauderney Avelino; 3 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por nove sessões. Em votação, foi rejeitado; 4 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por oito sessões. Em votação, foi rejeitado. 5 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por sete sessões. Em votação, foi rejeitado. 6 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por seis sessões. Em votação, foi rejeitado. 7 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por seis sessões. Em votação, foi rejeitado;”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço atenção do Plenário.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Continuando, Sr. Presidente:

“8 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por cinco sessões. Em votação, foi rejeitado. 9 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por quatro sessões. Em votação, foi rejeitado. 10 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por três sessões. Em votação, foi rejeitado. 11 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por duas sessões. Em votação, foi rejeitado. 12 – Requerimento de autoria do Deputado Rodrigo Maia, Vice-Líder do PFL, que requeria o adiamento da discussão por uma sessão. Em votação, foi rejeitado. O Deputado Eduardo Paes levantou questão de ordem, com base no inciso III do art. 57 c/c § 8º do art. 202. O

Senhor Presidente indeferiu. Passou-se à discussão do parecer do Relator. Discutiram a matéria os Deputados Antonio Cambraia, Walter Feldman, Pauderney Avelino, Luiz Carlos Haully, Eduardo Paes, Francisco Dornelles, Machado, Júlio Cesar, Antônio Carlos Magalhães Neto e José Roberto Arruda. Fizeram Comunicações de Liderança os Deputados José Carlos Aleluia, pelo PFL; Aldo Rebelo, pela Liderança do Governo; e Walter Feldman, pelo PSDB. Na seqüência, o Senhor Presidente anunciou que havia sobre a mesa requerimento dos Líderes Beto Albuquerque (Liderança do Governo); André Zacharow (PDT); Miguel de Souza (PL); Vanessa Grazziotin (PCdoB); Nelson Pellegrino (PT); Sarney Filho (PV); Nelson Proença (PPS); Pedro Henry (PP); Eunício Oliveira (PMDB); Roberto Jefferson (PTB); e Renato Casagrande (PSB), solicitando o encerramento da discussão do parecer do Relator. O Deputado Anivaldo Vale solicitou a palavra para orientar o voto da bancada do PSDB. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, concedeu a palavra ao Relator. Após a exposição do Deputado Virgílio Guimarães, passou-se à votação do parecer do Relator. Os requerimentos de adiamento de votação apresentados à Mesa foram retirados pelos autores. Na seqüência, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, anunciou a votação do parecer do Deputado Virgílio Guimarães e declarou encerrado o prazo para apresentação de destaques. Encaminharam a votação os Deputados Ronaldo Dimas e Julio Semeghini. Vindo o encaminhamento, o Senhor Presidente comunicou que foram recebidos duzentos e cinqüenta destaques e, a seguir, anunciou a votação do parecer. O Deputado Antonio Cambraia solicitou verificação de votação. Procedida à votação nominal do parecer do Relator, ressalvados os destaques, votaram 'sim' os Deputados Carlito Meress, Jorge Bittar, Paulo Bernardo, Paulo Rubem Santiago, Virgílio Guimarães, Walter Pinheiro, Barbosa Neto, José Borba, Osmar Serraglio, Pedro Novais, Silas Brasileiro, Francisco Dornelles, Pedro Henry, Nelson Marquzezelli, Pedro Fernandes, Roberto Jefferson, Humberto Michiles, Miguel de Souza, Sandro Mabel, Beto Albuquerque, Renato Casagrande, Lupércio Ramos, André Zacharow, Sérgio Miranda, Sarney Filho, Devanir Ribeiro e Suely Campos. Votaram 'não' os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto, Gerson Gabrielli, José Roberto Arruda, Machado, Mussa Demes, Pauderney Avelino, Antonio Cambraia, Julio Semeghini, Walter Feldman, Anivaldo Vale e Eduardo Paes. Tendo 27 votos favoráveis e 11 contrários, o parecer do Relator foi aprovado, ressalvados os destaques. Encerramento: às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, o Senhor Presidente, Deputado Mussa Demes, encerrou a reunião, antes convocando outra

para terça-feira, dia 26 de agosto, às dez horas, com a seguinte finalidade: votação dos destaques. A presente reunião foi gravada e suas notas taquigráficas, após decodificadas, serão publicadas juntamente com esta ata. E, para constar, eu, Angélica Maria Landim Fialho Aguiar, Secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, eminente Deputado Mussa Demes, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Antes de colocar em discussão a ata, a Mesa saúda o Governador do Amazonas, Eduardo Braga, o Prefeito de Manaus, Alfredo Nascimento, e o Senador Gilberto Mestrinho, que honram e valorizam os trabalhos desta Comissão.

Em discussão a ata.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr.

Presidente, peço que seja incluído na ata da reunião anterior requerimento do Deputado Rodrigo Maia, acatado por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Incluir na ata o requerimento do Deputado Rodrigo Maia.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO –

Para que seja feita a correção, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) –

Concedo a palavra ao Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– O requerimento de retirada não foi recepcionado pela Mesa. Tratamos do adiamento da discussão da matéria. Não podemos incluir na ata o requerimento, porque ele não foi acatado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ele não foi recepcionado; foi indeferido. Portanto, o requerimento volta a ser examinado e votado.

Em discussão a ata. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, peço vênia para solicitar ao Relator esclarecimento de extrema relevância e que precede ao bom clima das votações.

A Folha de S.Paulo de hoje noticia que o Governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, divulgou em propaganda na TV – não é dito que ela é paga, mas está subentendido – imagem de reunião com o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, na sexta-feira passada. O Governador teria conseguido, na ocasião, nos bastidores – são elogiadas as negociações de bastidores –, mudança no texto, incluindo o ICMS sobre a entrada, no Brasil, do gás natural. Diz o Governador que isso garante para o seu Estado adicional de 180 milhões de reais.

Para a tranqüilidade de todos, solicito ao ilustre Relator que nos esclareça se houve essa reunião, esse acordo, se vai haver mais uma derrama ou nova partilha para prejudicar o Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, não há questão de ordem. Quando chegar o momento oportuno, o Relator se manifestará.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto pediu verificação de votação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Pedi verificação. Não estou sendo ouvido, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – É matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado José Carlos Aleluia, não estou entendendo. Não estou ouvindo o Deputado José Carlos Aleluia. Deputado Nelson Marquizezelli, por favor, não atrapalhe os trabalhos. Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Alerto V.Exa. para o fato de que o som estava reduzido, e o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto pediu verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não o ouvi realmente. O Deputado pediu verificação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – De votação da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Da ata.

(Não identificado) – Não, foi antes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – O som foi cortado no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vou decidir. Peço a atenção do Plenário. Não houve

verificação de votação, Deputado José Carlos Aleluia. Deputado Nelson Marquizezelli, não me faça cortar sua palavra. V.Exa não tem o direito de interromper a Mesa. V.Exa. não pode continuar dialogando com a Mesa, a não ser que não queira que os trabalhos tenham seqüência.

Deputado José Carlos Aleluia, não há como fazer a verificação de votação, porque não houve divergência quanto à aprovação da ata. (Palmas.)

Expediente.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Sr. Presidente, com base no art. 161, incisos I e II, do Regimento Interno, que estabelece que poderá ser concedido destaque para votação em separado de proposição, desde que um décimo dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Francisco Dornelles, peço a V.Exa. que apresente sua questão de ordem em momento oportuno. Ainda vou ler os expedientes que estão sobre a mesa. O momento adequado ainda não é este.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Peço desculpas a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – No momento oportuno, eu lhe assegurarei a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Espero que no momento devido eu possa apresentar essa questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Sem dúvida, Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ofício do Líder do PFL, indicando o Deputado Gervásio Silva para integrar, como membro suplente, esta Comissão, em substituição ao Deputado Rodrigo Maia.

Ofício do Líder do PFL, indicando o Deputado Vic Pires Franco para integrar, como membro suplente, esta Comissão Especial, em substituição ao Deputado Osório Adriano.

Ofício do Líder do PFL, indicando o Deputado Eduardo Sciarra para integrar, como membro suplente – peço a atenção do Plenário –, esta Comissão Especial, em substituição ao Deputado Luiz Carreira.

O Líder José Carlos Aleluia indica o Deputado Onyx Lorenzoni para integrar, como membro suplente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, do Poder Executivo, que altera o Sistema Tributário

Nacional e dá outras providências, em substituição ao Deputado Gervásio Silva.

Do Deputado Eunício Oliveira, Líder do PMDB. Comunico a V.Exa. que o Deputado José Priante passa a participar, na qualidade de titular, da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências, em substituição ao Deputado Silas Brasileiro.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para complementação do texto da proposta encaminhada na semana passada, na forma como S.Exa. se manifestou naquela ocasião.

Com a palavra o Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem preliminar.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Obrigado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, gostaria de saber qual o entendimento da Mesa a respeito de seminário realizado por Comissão Permanente. Ele é considerada reunião ordinária ou não? Qual o entendimento da Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não, seminário não é considerado reunião que possa interromper os trabalhos da Comissão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Então, Sr. Presidente, gostaria de ler, para complementar, o art. 46:

“Art. 46. As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressalvadas as convocações de Comissão Parlamentar de Inquérito que se realizarem fora de Brasília.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

§ 2º As reuniões das Comissões Temporárias não deverão ser concomitantes com as reuniões ordinárias das Comissões Permanentes”.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano está realizando um seminário neste momento. Segundo

interpretação regimental, deve ser considerado uma reunião ordinária. E o § 2º do art. 46 é muito claro ao impedir o funcionamento concomitante de reunião de uma Comissão Temporária e de uma reunião ordinária de Comissão Permanente.

Portanto, gostaria de levar essa questão de ordem à Mesa.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para contestar, com a palavra o Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Primeiro, Sr. Presidente, esta nossa reunião foi convocada ordinariamente por V.Exa., na sexta-feira, por acordo dos Srs. Líderes, com o qual V.Exa. aquiesceu.

Segundo, o § 2º é claro quando estabelece que “não deverão”, mas não estabelece a proibição, “ser concomitantes com as reuniões ordinárias das Comissões Permanentes”. A Comissão de Desenvolvimento Urbano não é temporária, é permanente. Outro gritante erro na tentativa de fazer análise do Regimento, no que se refere a igualdade e equilíbrio.

Terceiro, é um seminário, não é uma sessão ordinária. Portanto, estamos amparados plenamente por nosso Regimento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – S.Exa. acabou de confirmar o que eu disse, Presidente. Afinal de contas, a Comissão de lá é permanente e a nossa é temporária, e é o que diz o § 2º do art. 46.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Só que estamos em uma reunião ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Um minuto, por favor, estamos analisando o Regimento para proferir decisão.

Decidiremos a questão de ordem daqui a pouco, quando estivermos realmente situados em relação ao Regimento.

Com a palavra o Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para se manifestar sobre a inclusão que pretende fazer, conforme anunciou na reunião da semana passada.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – O texto foi aprovado pela Comissão, ressalvados os destaques. No momento em que o texto é aprovado na Comissão, deixa de pertencer ao Relator e passa a pertencer à Comissão, ressalvados os destaques.

Portanto, se o Relator vai alterar alguma coisa, terá de apresentar os destaques correspondentes. O Relator não tem autoridade para apresentar qualquer alteração ao texto, que pertence a todos nós e não mais a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Carlos Aleluia, não sei ainda qual é o texto que S.Exa. pretende apresentar. Mas, pelo que estou informado, trata-se de texto aprovado e subscrito por todos os Líderes com assento na Casa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Mas terá de seguir o Regimento. Fora do Regimento não fazemos acordo. Se estiver no Regimento, nós fazemos acordo, concordamos. De acordo com o art. 47, parágrafo único, há que se dar um prazo de 24 horas para análise das alterações que o Relator vier a introduzir ao texto.

Então, quero avisar que vamos pedir tempo para analisar as alterações do Relator. Os Líderes podem ter assinado, mas os Deputados têm o direito de analisar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Indago se o Deputado José Carlos Aleluia, na qualidade de Líder do PFL, subscreveu o documento.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra, portanto, o Relator, Deputado Virgílio Guimarães. Posteriormente, se for esse o desejo do PFL, representado por seu Líder, pode haver algum questionamento.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Sr.

Presidente, para um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Fica para depois, Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Sr.

Presidente, penso que pode ajudar na questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Se é um comunicado, pode ficar para depois da leitura do texto.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – Aju-

da na questão de ordem, Sr. Presidente.

Faço parte da Comissão de Desenvolvimento Urbano e informo que é dispensada a assinatura, não é exigida a assinatura dos seus representantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr.

Presidente, Deputado Mussa Demes, Sr. Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, Sras. e Srs. Deputados, já me expressei a respeito da matéria e, ao fazê-lo, deixei claro que o relatório seria apresentado com um complemento – está registrado nas gravações e todos

são testemunhas disso. Disse eu que tínhamos uma figura regimental, que é o complemento de relatório. E é o que apresento agora.

Naquele momento, diversos Deputados – vejo aqui os Deputados Lupércio Ramos, Humberto Michiles e outros –, ao se manifestarem a respeito de seus posicionamentos, foram claros em dizer que esperavam que o complemento do relatório chegasse em tempo de ser votado nesta Comissão.

Portanto, quero esclarecer bem o que farei neste momento e até o que não estou fazendo. Trata-se de um complemento do relatório, uma parte integrante da peça inicial, que chega em momento seguinte para ser submetido a voto ainda nesta Comissão. Esse complemento foi exaustivamente anunciado e prometido a esta Comissão e se refere à Zona Franca de Manaus. Também esclareço o que não estou fazendo, até para não possibilitar interpretações outras: não estou incluindo qualquer outro assunto, nem mesmo aqueles relacionados à Zona Franca de Manaus.

Repito que este complemento é parte integrante da peça inicial e deverá ser votado como tal. Não se trata de emenda, de destaque nem de modificação. Apresento-o aqui, conforme largamente prometido.

Cobra-me apresentar esse complemento o olhar atento do Deputado Pauderney Avelino, que o fez até mesmo diante das câmeras de televisão, tendo em vista que é representante da região, e do Governador, presente a esta reunião.

Passo às mãos de V.Exa., Presidente Mussa Demes, o complemento de voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O complemento de voto do Deputado Relator Virgílio Guimarães está assim redigido:

“Fica aditada ao art. 3º do Substitutivo que integra o parecer do Relator a seguinte redação nova para o art. 96 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, acrescida de parágrafo único:

Art. 3º

Art. 96 São acrescidos 10 anos ao prazo fixado no art. 40 deste ADCT.

Justifica -se, no mérito, o acréscimo efetuado em razão do princípio da neutralidade alocativa adotado como diretriz da presente reforma tributária, que implica, no caso da Zona Franca de Manaus, a permanência de todo o complexo normativo que a informa, durante um prazo considerado razoável do ponto de vista do cálculo dos investidores novos.

Por via de consequência, altero meu voto, para considerar parcialmente acolhidas as Emendas nºs. 5, 9, 14, 52, 153, 222, 312, 383, 395”.

Esse documento está referendado por todos os Líderes da Casa.

Submeto à votação a proposição do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pela ordem, Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, é fundamental ouvimos o que V.Exa. e o Relator disseram, mas não temos o texto. Seria importante que os membros da Comissão recebessem o texto desse aditivo para que pudéssemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Acabo de lê-lo, Deputado Eduardo Paes, mas a Secretária vai distribuí-lo agora a todos os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, tenho dificuldade de compreensão, quando não acompanho a leitura.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Pedro Henry, como Líder.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento a esta Comissão acerca da complementação que o ilustre Relator, Deputado Virgílio Guimarães, agora apresenta e submete a este Plenário para aprovação.

Na verdade, diversos Líderes partidários se reuniram e definiram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que seria estabelecido o diálogo no plenário da Câmara dos Deputados para analisar mudanças e alterações na PEC. Portanto, havia claro compromisso entre os Líderes no sentido de que na Comissão, instância que ajudou a elaborar o relatório do Deputado Virgílio Guimarães, não aprovaríamos qualquer modificação. Votaríamos a favor do texto do Relator e contrariamente aos destaques. Esse é o entendimento dos partidos que formalizaram o acordo no sentido de não apresentar destaque de votação em separado de bancada.

Muito bem. Em nome do Partido Progressista, quero agradecer aos nossos Parlamentares que fizeram e fazem parte desta Comissão, em especial ao Ministro Francisco Dornelles, a disciplina partidária. Apesar de S.Exa. discordar de inúmeros pontos do relatório apresentado e votado nesta Comissão, mostrou companheirismo e lealdade partidária, não apresentando nenhum destaque, volto a repetir, apesar dos vários pontos divergentes.

Da mesma forma, quero cumprimentar o nosso Ministro Delfim Netto, autoridade neste assunto, que igualmente, compreendendo a posição partidária, também não apresentou nenhum destaque de bancada. Cumprimento o Deputado Romel Anizio, que mostrou

companheirismo e lealdade com este Líder e seu partido neste plenário. Por fim, cumprimento os demais membros da Comissão que vieram a integrá-la por substituição, dado o adiamento feito na semana passada e o agendamento destes Parlamentares titulares: Deputados Mário Negromonte, Alexandre Santos e Suely Campos.

Volto a dizer que o Partido Progressista tem compromisso com a Zona Franca de Manaus, assumido com o Deputado Francisco Garcia, quando S.Exa. se filiou ao nosso partido. Deputado Virgílio Guimarães, dissemos que se tratava de questão que iríamos defender no mérito, e vamos fazê-lo. Contudo, questionamos o momento de fazer essa alteração no relatório.

O acordo previa que as alterações seriam feitas em plenário, mas, atendendo a apelo do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Ministro Chefe da Casa Civil, o Colégio de Líderes e a base do Governo concordaram em patrocinar essa mudança neste momento.

Quero dizer, na qualidade de Líder do nosso partido, que subscrevemos a aprovação dessa alteração e vamos votar favoravelmente à complementação apresentada pelo ilustre Relator. Subscrevemos também emenda aglutinativa que, no plenário da Câmara dos Deputados, vai garantir benefícios às indústrias de informática brasileiras. As duas questões fazem parte do mesmo entendimento. Não podemos tratar isoladamente a questão da Zona Franca e deixar de fora a da política de informática deste País.

Faço esta observação, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, porque acho justo deixar registrados o espírito altruísta, o companheirismo e a lealdade dos Deputados do Partido Progressista. Por isso, fiz questão de registrar que somos a favor, repito, da extensão dos benefícios da Zona Franca de Manaus por mais 10 anos, como está sendo proposto nessa alteração. Mas também seremos a favor, no plenário, da extensão, por mais 10 anos, dos benefícios da Lei de Informática, para garantir competitividade e desenvolvimento à tecnologia nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, pela ordem.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Pedro Henry.

Vamos com calma. Vamos atender a todos que pretendem se manifestar pela ordem. Antes, porém, peço às pessoas que estão na sexta bancada que desocupem os lugares, porque há Deputados em pé – inclusive membros da Comissão – e isso não pode ocorrer.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, como Líder do PTB, peço a palavra.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Como Líder do PL, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Pelo PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vamos, então, pela ordem. Primeiro, Deputado Roberto Jefferson. Não, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto foi quem primeiro pediu a palavra. S.Exa. será atendido em seguida. Vamos fazer a inscrição aqui.

Neste momento, com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, apenas para me inscrever na seqüência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado José Roberto Arruda.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sandro Mabel, pela liderança do PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Sandro Mabel, Deputado Eduardo Sciarra. Fica entendido que a preferência inicial será para os Líderes dos partidos.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE – Renato Casagrande, pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Renato Casagrande também.

Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, ainda a respeito da questão de ordem que formulei a V.Exa., eu gostaria apenas de contribuir com mais algumas informações. Existem 2 tipos de reuniões das Comissões na Câmara dos Deputados: ordinária e extraordinária. Toda Comissão Permanente funciona de forma ordinária. Este é um documento oficial da Câmara convocando a Comissão de Agricultura e Política Rural e este outro, convocando a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior, para se reunirem. Não há uma modalidade que deixe de ser ou ordinária ou extraordinária. Então, entendo que aquela é, sim, uma Comissão que funciona ordinariamente.

Quero, porém, reforçar o argumento do Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, acerca da necessidade de adiamento desta sessão por 24 horas, a fim de conhecermos de perto os termos propostos pelo Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para esta matéria, os quais S.Exa. acaba de anunciar.

Particularmente, sou favorável à concessão dos benefícios à Zona Franca de Manaus – sempre me pronunciei dessa forma –, como também de outros be-

nefícios que, infelizmente, não foram objeto da atenção do Presidente da República.

Votarei a favor da Zona Franca, mas acho que o Governo descumpra um acordo. Seria este o momento de o Governo dialogar com outras lideranças partidárias, ouvir o pleito dos Deputados membros desta Comissão, que trabalham nela há quase 6 meses, e transformar esses pleitos em avanços constantes do relatório do Deputado Virgílio Guimarães, como está ocorrendo agora com o caso da Zona Franca de Manaus.

O Governo havia se comprometido a só apresentar qualquer tipo de alteração no plenário e quando fosse fruto de negociação com Governadores, Prefeitos, empresários e representantes dos demais segmentos interessados. Porém, está mudando a posição. Creio que muda em boa hora, porque é justo o que faz pela Zona Franca de Manaus. Mas pergunto: e as reivindicações dos Estados do Nordeste, das regiões mais pobres, dos Prefeitos que estão hoje nesta Comissão?

Portanto, precisamos de mais tempo. Por isso, insisto no requerimento apresentado pelo Líder do PFL, Deputado José Carlos Aleluia, para que adiemos esta sessão por 24 horas. Isso é reforçado pelo argumento regimental de que não é possível o funcionamento de uma Comissão Temporária e de uma Comissão Permanente ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Decido a questão de ordem, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O art. 46, § 7º, do Regimento Interno, está assim redigido:

“Art. 46

§ 7º As reuniões das Comissões Permanentes das terças e quartas-feiras destinar-se-ão exclusivamente a discussão e votação de proposições, salvo se não houver nenhuma matéria pendente de sua deliberação”.

O art. 24, inciso XIII, assim estabelece:

“Art. 24

XIII – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários”.

Combinando os 2 dispositivos, indefiro a questão de ordem.

Dou prosseguimento à reunião. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Jefferson, como Líder.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Sr. Presidente, parece-me que o Deputado José Carlos Aleluia levantou questão de ordem sobre o prazo de 24 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – S.Exa. será ouvido em seguida.

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Jefferson e depois ao Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, há um ditado popular que se aplica bem à reunião da Comissão: Em casa onde falta pão todo mundo briga e ninguém tem razão. O povo que está em casa – estou olhando para as lentes das câmeras de televisão – deve estar perplexo com o que assiste na reunião da Comissão da Reforma Tributária.

Sr. Presidente, em 1988 V.Exa. era Deputado e Constituinte, como eu. Houve, Deputado Virgílio Guimarães, uma grande queda-de-braço na hora em que fomos escrever a ordem tributária nacional. Foi uma queda-de-braço monstruosa entre os 3 entes da Federação: União, Estados e Municípios. Saiu um acordo. A carga tributária, àquela época, era de 22% em relação ao PIB. Subiu para 40%.

Falo para o povo, estou olhando para a lente da televisão. Esse acordo entre União, Estados e Municípios aumentou a carga tributária para 40%. Com isso, houve desemprego, fechamento de indústrias, de casas de comércio etc. Hoje, vejo pelos discursos que a luta é outra vez entre a União, para manter a CPMF, a CIDE e a DRU; os Municípios, que querem um pedaço da DRU e da CPMF; e os Estados, que querem 25% da CPMF e uma nova legislação para a CIDE, por meio de medida provisória. E o povo? Para quanto vai a tributação no Brasil?

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Vai alta.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Recordo que a Inconfidência Mineira se deu porque Tiradentes se rebelou contra o quinto do ouro. A cobrança de Portugal era de 20% da produção do ouro. O Brasil já cobra 40% de impostos em relação ao PIB e até hoje não apareceu outro Tiradentes para liderar nova inconfidência.

A briga que vemos instalada aqui – “Adie, não leve ao plenário, leve direto ao Senado Federal” – é para ajustar interesses da União, dos Estados e dos Municípios. E o povo? Observei os destaques de todos os partidos e verifiquei que todos são nesse sentido.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Não é verdade. O do PSDB não é nesse sentido, Deputado Roberto Jefferson. O PSDB fez os destaques...

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Asseguro a palavra ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, sei que toquei em algumas sensibilidades mais ardentes. Mas chegaremos lá. Tomara Deus não seja essa a realidade do projeto que estamos construindo aqui.

Peço licença às pessoas que nos estão ouvindo para dizer que a causa da Amazônia não é regional. Não é! Sou do Rio de Janeiro, que está distante do Amazonas. O meu Estado não tem interesse no Amazonas, a não ser em relação à preservação do meio ambiente, que é interesse nacional. Com a preservação da Zona Franca de Manaus, preserva-se a floresta, que é a menos agredida do mundo, pois apenas 3% dela foram desmatados.

Quando consolidamos atividade econômica não poluente, como a de informática, de alta tecnologia, no pulmão verde do mundo, estamos legislando em favor da humanidade.

Homenageio o Deputado Silas Câmara, do PTB do Amazonas, autor da Emenda nº 153, cujo Relator incluiu no seu parecer a prorrogação do benefício fiscal da Amazônia até 2003.

Pela luta do Deputado Silas Câmara, companheiro do PTB do Amazonas, cujo gesto de preservação daquele sistema ecológico não diz respeito apenas à fronteira e às margens do rio, mas a todo o Brasil e a toda a humanidade, é que o PTB afirma que acompanha o voto do Relator. Portanto, voto favoravelmente à prorrogação proposta pela emenda aglutinativa – ou que tem outro nome técnico.

Diante do Governador do Amazonas, que nos honra com sua presença nesta reunião, meu companheiro de muitos anos na Câmara dos Deputados, e do Prefeito de Manaus, que também nos honra com sua presença, repito que o voto do PTB é por Silas Câmara, pela Amazônia, pelo Brasil e pelo bem-estar de todos aqueles que crêem na preservação do meio ambiente em nosso País.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Roberto Jefferson.

Informo que o PFL destacou emenda voltada especificamente para o contribuinte – por sinal, de minha autoria.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Eduardo Paes, V.Exa. está inscrito para fazer uso da palavra no momento oportuno.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – É para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– No momento, ouço o Líder José Carlos Aleluia, que se inscreveu antes de V.Exa. Muitos vão contestar também, Deputado. Não posso saber previamente o que os demais Deputados irão dizer.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Aguardo a oportunidade, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, não falo como Líder. Quando assinei, estava de acordo com o mérito. Passo a palavra ao Deputado José Roberto Arruda, para que faça a defesa da questão de ordem que levantei.

Estamos de acordo com o mérito. A questão de ordem será sustentada pelo Deputado José Roberto Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Concedo a palavra ao Deputado José Roberto Arruda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA

– Sr. Presidente, antes de levantar a questão de ordem, cumprimento o Deputado Roberto Jefferson pela brilhante participação na Comissão. Pelo que entendi, S.Exa. vota a favor da Zona Franca e contra o parecer sobre a reforma tributária, porque não deseja, obviamente, aumento de impostos, assim como nós. Como sempre, o Deputado Roberto Jefferson esteve brilhante.

Pessoalmente, voto a favor da manutenção da Zona Franca de Manaus. Saúdo o Governador do Estado do Amazonas, aqui presente. Há uma questão regimental clara a ser discutida.

Acabo de receber a complementação de voto do ilustre Relator, que diz:

“Justifica-se, no mérito, o acréscimo efetuado, em razão do princípio da neutralidade alocativa adotado como diretriz da presente reforma tributária, que implica, no caso da Zona Franca de Manaus, a permanência de todo o complexo normativo que a informa, durante um prazo considerado razoável do ponto de vista do cálculo dos investidores novos.

Por via de consequência, altero meu voto, para considerar parcialmente acolhidas as Emendas nºs 5, 9, 14, 52, 153, 222, 312, 383 e 395”.

Ora, Sr. Presidente, o Relator diz textualmente “altero meu voto”, mas acolhe sozinho mais emendas do que todos os destaques regimentais a que temos direito de colocar em votação nesta sessão.

O art. 150 do Regimento Interno diz:

“Excetuada a matéria em regime de urgência – esta matéria não está em regime de urgência –, é de duas sessões o interstício entre:

I – a distribuição de avulsos – que acabo de receber – dos pareceres das Comissões e o início da discussão ou votação correspondente;”

Eu poderia, Sr. Presidente, antecipando a resposta competente do funcionário Sílvio, dedicado estudioso da matéria – mas eu também o sou –, dizer que o art. 47, no seu parágrafo único, reafirma o que disse aqui:

“Art. 47

Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas”.

Qualquer que seja o artigo, voto favoravelmente à Zona Franca. Peço licença aos Líderes do Governo. Estamos chamando todos os Governadores de Estado para amanhã, às 11h, discutir eventuais mudanças para o plenário. Chamamos os Governadores antes e queremos fazer essas alterações na Comissão.

Sr. Presidente, ou fazemos todas as alterações ou não fazemos nenhuma. A questão absolutamente fundamental é: se quisermos fazer essa alteração – e estou absolutamente de acordo com o mérito –, devemos cumprir os ritos regimentais.

Como teremos reunião de Governadores amanhã, faríamos reunião desta Comissão depois do consenso com os Governadores e em duas sessões incorporaríamos todas as eventuais alterações, no âmbito da Comissão. Isso não desrespeitaria o trabalho de todos nós, que estamos aqui há 6 meses discutindo esta matéria, não desrespeitaria o trabalho do Relator e não deixaria que nenhum acordo, por mais legítimo que seja, extracongressual, atropela os trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Como se trata de matéria relevante, ouço, para contraditar, o Deputado Professor Luizinho, antes dos demais inscritos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO –

Sr. Presidente, estou tentando entender esse esforço para adiar a votação da matéria e essa determinação favorável à Zona Franca, que nos impede de votá-la. De qualquer forma, quem está nos assistindo pode tirar alguma conclusão, tanto no Norte, como no Nordeste, as regiões mais pobres do País.

O Relator deixou claro que faria complemento de voto neste ponto, que estava ajustando a redação. Onde diz “altero meu voto”, poderia ter dito “estou adequando meu voto”. Exatamente o mesmo valor, o mesmo

significado e o mesmo peso. S.Exa. não agiu sozinho. Buscou o apoio e a colaboração de emendas de Parlamentares da Comissão, para dar força de emenda aglutinativa, que é apresentada na hora, e buscou o aval de todos os Srs. Líderes na Comissão e na Casa. E teve o cuidado de dizer, antecipadamente, que faria adequação, tão logo obtivesse a redação. Segundo, buscou emendas que dariam guarida e mostrou quais seriam. Terceiro, buscou apoio dos Líderes dos partidos na Comissão. Quarto, buscou apoio dos Líderes na Casa. Estamos cansados de votar emendas aglutinativas nessas condições. Esta não será a primeira nem a última.

Podem querer ser favoráveis, atuando contra. Podem ser contra, dizendo que são favoráveis e tentar impedir a apreciação da matéria, mas não por esse subterfúgio regimental. Isso não cabe, não tem guarida, não consta da história, em nossa Casa. É uma emenda aglutinativa. É óbvio o complemento de voto. É óbvia a emenda aglutinativa com o apoio de todos os Srs. Líderes da Comissão e da Casa.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa que não acate a questão de ordem e que, para ordenamento dos trabalhos, façamos o processo de conclusão de encaminhamento dos Srs. Líderes e votemos.

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Nelson Proença, V.Exa. poderá apresentar depois a questão de ordem. Primeiro decidirei sobre esta. Conheço o problema. Não preciso ouvir mais ninguém a respeito.

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – Tenho argumento adicional que talvez ajudará na decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Nelson Proença, acredito que não. Estamos em processo de votação. A emenda aglutinativa que nos foi apresentada é objeto de entendimento entre todos os Líderes da Casa. Então, só me resta uma alternativa: ela só poderá ser votada se houver apoio de todas as Lideranças partidárias da Casa. Se algum Líder quiser retirar sua assinatura, eu retiro a proposta. Do contrário, serei obrigado a colocá-la em votação. É assim que decido a questão de ordem.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, informo a V.Exa. que o apoio dado pela Liderança do PFL foi em relação ao mérito. Não apoiamos nenhum procedimento que não esteja de acordo com o Regimento. Somos favoráveis à prorrogação da Zona Franca de Manaus, mas não somos

favoráveis a que os Deputados tenham de votar algo que não conheceram com antecedência regimental.

Há pouco fui procurado por importante liderança da base do Governo, que me disse uma pérola: “Deputado José Carlos Aleluia, fomos obrigados a introduzir essa alteração agora, porque o Regimento não nos permitirá fazê-lo depois”.

Sr. Presidente, como este relatório desencontrado poderá atender às limitações de crescimento da carga tributária? Da forma como está, como será alterado no plenário para atender às outras questões? Somos favoráveis à Zona Franca, mas não queremos transgredir o Regimento. Queremos que ele seja cumprido e que os prazos sejam observados. O nosso apoio é condicionado aos prazos. Fora dos prazos e do Regimento não há acordo para o PFL. O Regimento é a arma da Oposição, e nós somos oposição. Se o Presidente Lula resolveu se preocupar apenas com Manaus, esquecendo o Brasil, porque fez acordo com sua base, não tenho de apoiar decisões equivocadas em detrimento do resto do Brasil. Apoiamos essa questão, mas não podemos admitir que o Presidente, por capricho ou acordo político, queira submeter esta Comissão à variação do Regimento. Apoiamos a Zona Franca, mas com obediência ao Regimento.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, como Líder.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Eduardo Campos, V.Exa. está pedindo a palavra como Líder?

Consulto o Deputado Eduardo Campos, que está pedindo a palavra como Líder, se deseja se manifestar sobre o processo de votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Eduardo Campos. Depois, o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Eduardo Campos está com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos a determinação de concluir esta etapa do debate da reforma tributária. Está mais do que claro para os Governadores, para os Prefeitos, para a sociedade, para os partidos da base governista e de oposição que o debate não vai terminar aqui. Ainda temos muito trabalho pela frente, muitas horas de negociação. Ninguém faz uma reforma tributária, num país como o nosso, sem muita negociação. O texto ainda não é o ideal, pode ser melhorado bastante. Acredito que todos os partidos desta Casa firmaram posição política correta, quando disseram que o fórum da negociação do texto será o do Colégio de Líderes. É um ato de afirmação do Parlamento brasileiro num tema de grande importância para a vida nacional.

Sr. Presidente, não devemos nos perder em discussões de filigranas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço a atenção do Plenário ao orador que está na tribuna.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CAMPOS -...regimentais, que podem esconder a vontade de adiar uma reforma que o Brasil deseja que seja efetivamente aprovada.

Apelo ao Relator Virgílio Guimarães, que, com muita paciência, ao longo desses 5 meses, vem desempenhando, junto com V.Exa., o seu papel, para retirar o complemento de voto, a fim de que possamos debater a questão da Zona Franca. Vamos ver quem está efetivamente a favor da Zona Franca, e poderemos votar emenda aglutinativa com o mesmo teor. Não ficará o debate sobre se cabe vista ou não, se o Líder a assinou, se o Vice-Líder estava autorizado ou não a fazer o acordo. E assim concluiremos a votação. O que não podemos é aceitar manobras regimentais precárias, que não ajudam nem o debate, nem o ambiente que deve permear entre os partidos da base e da Oposição, para fazermos um debate equilibrado, amanhã, com os Governadores. Quando formos ouvir os Governadores, temos de ter um texto base.

Sr. Presidente, vamos entrar na pauta para cumprirmos nossa obrigação com o País e com aqueles que vão nos visitar amanhã, quando precisaremos de um texto de referência que possa ser o início do debate.

Este é o apelo que faço ao Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Líder do PT, Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr. Presidente, estamos no processo, que considero muito importante, de conclusão do parecer do Deputado Virgílio Guimarães, em relação à reforma tributária. Vota-

mos o texto principal na semana passada. O Deputado Virgílio Guimarães já anunciava, quando fez a leitura do seu parecer, que faria a complementação de voto sobre a Zona Franca de Manaus.

O Presidente Lula está preocupado com a reforma tributária, não só em relação ao Estado do Amazonas, mas ao Brasil inteiro, e o relatório do Deputado Virgílio Guimarães...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço a atenção do Plenário. O Líder do PT está falando. Por favor. (Pausa.) Por favor, volto a insistir. Não dá para haver discussão paralela, enquanto há um orador na tribuna. Não se pode faltar com o respeito à Mesa.

Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Presidente Lula é um homem sensível e entende que os processos de tramitação da reforma tributária e da reforma da Previdência dependem de um grande acordo nacional. Por isso, convocou os Governadores e os Prefeitos para conversar. Os textos da reforma tributária e da reforma da Previdência chegaram ao Parlamento acompanhados dos 27 Governadores. Esses textos foram pactuados e discutidos com S.Exas. O Presidente Lula esteve também na reunião nacional dos Prefeitos. Assim sendo, estamos procurando fazer esse processo de forma negociada. O Deputado Virgílio Guimarães ouviu atentamente todos os segmentos organizados. O relatório de S.Exa. inclusive reflete isso, Sr. Presidente.

Neste momento, como havíamos anunciado na semana passada, gostaríamos de votar o relatório do Deputado Virgílio da forma como foi apresentado, a exemplo do que fizemos na reforma da Previdência, quando abrimos um processo de negociação e de modificação do conteúdo do relatório no plenário.

E o Governo já vem acenando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com possíveis modificações nesse relatório. É o caso do restabelecimento do texto da CPMF, para deixar claras as vinculações com a saúde, com a pobreza, com a seguridade social, como ocorre atualmente. Há possibilidade, inclusive, de se discutir a ampliação do percentual dos fundos regionais. O mesmo ocorre com a questão dos incentivos fiscais. Há um aceno do Governo em relação a esses pontos. O Presidente Lula também tem sensibilidade em relação à Zona Franca de Manaus e a outros temas.

Quero lembrar ao Deputado José Carlos Aleluia que o entendimento alcançado não foi só em relação à Zona Franca de Manaus. Ele abarcou também o debate sobre o setor de informática, e está aqui assinado por todos os Líderes. Houve acordo inclusive de

procedimentos para a prorrogação também do prazo relativo à Lei de Informática.

Lembro também ao Deputado José Carlos Aleluia que praticamente todos os partidos com assento nesta Comissão e nesta Casa têm representação partidária no Amazonas. Os Deputados daquele Estado participaram desse entendimento, que espelha o sentimento de todos, inclusive do Deputado Pauderney Avelino, Vice-Líder do PFL.

Essa movimentação da Liderança do PFL expõe inclusive o próprio Deputado Pauderney Avelino. Pode-se ter a impressão de que o PFL é contra uma questão que todos dizem ser consensual.

Desejo saber se há algum partido contrário à solução para o problema da Zona Franca de Manaus, porque o texto é consensual.

V.Exas. sabem que as prerrogativas da Zona Franca de Manaus já constam da Constituição, inclusive do texto das Disposições Constitucionais Transitórias. Também há decisões do Supremo Tribunal Federal em relação à matéria.

O que a complementação de voto do Deputado Virgílio Guimarães faz? Prorroga o prazo dos benefícios que a Zona Franca de Manaus já auferiu. E mais, para não prejudicar outros Estados, inclusive o meu, a Bahia, fizemos um acordo de Lideranças – que está aqui –, de procedimentos para prorrogar também os incentivos da Lei de Informática, pensando não só no Amazonas, mas também no Brasil inteiro, nos Estados que têm pólo de informática.

Eu não entendo o motivo dessa movimentação da Liderança do PFL. O Deputado José Carlos Aleluia é experiente e sabe muito bem que o Plenário pode excepcionar, que os Líderes podem excepcionar. S.Exa. já participou, inclusive, de acordos nesta Casa, celebrados levando-se em conta a seguinte lógica: quem pode mais pode menos. Se há acordo de Lideranças... Não quer dizer que o Regimento foi colocado de lado, mas a situação pode ser contornada, sempre deixando claro que se trata de acordo de Lideranças.

Nesse sentido, entendo que a posição da Liderança do PFL é de quem não dialoga para encontrar uma solução para a Zona Franca de Manaus neste momento.

Essa a questão que considero essencial. Se há consenso entre os partidos no sentido de que temos de buscar solução para a Zona Franca de Manaus, não vejo por que não contornar o problema. Há acordo sobre a questão da informática e sinalização do Governo de que, ultrapassada essa fase, outra virá, destinada a fazermos as modificações mais substanciais, em plenário, no texto do Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vou ouvir todos, mas antes devo prestar ao Plenário um esclarecimento. O problema está criado. Estamos colocando em votação por quê? Por força de um acordo entre...

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, gostaria de encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Eu estou com a palavra, Deputado Pauderney Avelino. V.Exa. falará em seguida, se for o caso.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O que está me dizendo o Relator? Que se tivermos de interromper a sessão por causa desse requerimento, ele o retirará. É o que estou levando à consideração do Plenário. Da mesma maneira que S.Exa. apresentou o requerimento, pode também retirá-lo. Se esse for o desejo de todos, vou pedir a S.Exa. que o retire.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Antes de conceder a palavra a V.Exas., suspendo a reunião por 15 minutos. (Pausa.)

Está suspensa a reunião por 15 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Eu tenho ouvido diversas Lideranças partidárias que pedem a palavra para uma questão de ordem, mas entre elas não se incluíram o PSDB e o PPS. Então, vou ouvir, como Líderes, pelo PSDB, o Deputado Julio Semeghini, e pelo PPS, o Deputado Nelson Proença.

Quem fala pelo PMDB?

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, V.Exa. tinha me garantido a palavra após a sua manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PL.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, o PSDB está aguardando há bastante tempo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Lembro aos companheiros da Comissão que o Deputado Pauderney Avelino, em razão de acordo de procedimentos e autorizado pelo Líder do PFL, vai retirar a questão de ordem. Indago se ainda há necessidade de ouvirmos outras Lideranças. Se houver, vou ouvir todas.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, o PSDB quer levantar uma questão de ordem muito séria, até antes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço, como Líder, o Deputado Julio Semeghini.

Vou ouvir todas as Lideranças antes de ouvir o Deputado Pauderney Avelino. Peço que se inscrevam.

Com a palavra o Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Líderes do Governo, Líderes que participaram deste acordo nesta Casa, há um problema regimental, que o PSDB levanta. Sem resolvê-lo, o partido não poderá apoiar o acordo. Caso não se ache a solução, seremos obrigados a retirar nossa assinatura.

Peço à Mesa que nos esclareça dúvida levantada em razão do nosso acordo. Todos os Líderes assinaram emenda aglutinativa para ser votada no plenário. Perguntamos, em primeiro lugar, ao Relator: há alguma emenda que prorrogue a Lei de Informática e que permitirá, futuramente, no plenário, que haja emenda aglutinativa com a qual poderemos viabilizar e realizar o acordo?

Esse é o ponto crítico que levantamos. O PSDB precisa manter a fase inicial do acordo, no sentido de votarmos juntos os 2 artigos: o art. 96, que dá o benefício à Zona Franca de Manaus... Nós, do PSDB, apoiamos o acordo com o Governador Eduardo Braga. O nosso grande Líder, Senador Arthur Virgílio, que está acompanhando o processo, pede que o apoiemos. Por outro lado, é necessário que o voto do Relator acolha já essas duas mudanças, para que possamos votar ao mesmo tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa emenda não existe, nem poderia existir, porque na proposta de emenda à Constituição, originalmente, não havia nada a respeito da Zona Franca de Manaus. A partir de discussões feitas na Comissão e com o intuito da Relatoria de acolher emendas e ponderações feitas pela Comissão e pela sociedade brasileira – tivemos oportunidade, inclusive, de discutir o assunto em Manaus –, houve disposição de incluí-la em nosso rela-

tório preliminar. A partir daí se colocou a questão da Lei de Informática. Portanto, na origem ela não poderia existir, mesmo sabendo que, do ponto de vista objetivo, há estreita correlação entre os 2 assuntos.

Quando levantei a questão da prorrogação, já havia, portanto, a idéia de incluir também a prorrogação da Lei de Informática. Mas, por decisão que hoje todos reconhecem adequada, retirei do voto do único relatório que existe, que é o oficial, o que aí está, a questão da Zona Franca, porque havia enorme dúvida a respeito da qualidade do texto. Quando retirei a questão da Zona Franca do texto – portanto, não está no relatório –, anunciei de público que o assunto voltaria à discussão no momento em que encontrássemos o texto adequado, e hoje já o temos. Devo dizer que esse texto só foi encontrado ontem à tarde e à noite, a partir, inclusive, de consultas jurídicas aos mais altos escalões.

Portanto, não sou favorável ao desequilíbrio. O complemento já prometido eu faço agora. Não se trata de emenda, porque não existia e nem poderia existir, mas de decorrência lógica. Eu tenho em mãos o “de acordo” de todos os Líderes partidários.

Quero dizer também, Deputado Julio Semeghini, que essa proposta vem com o “de acordo” – inclusive no complemento relativo à zona da informática – de toda a bancada do Amazonas. Estão aqui o Deputado Francisco Garcia, que já tinha proposta de emenda à Constituição, que foi representada pelo Deputado Pedro Henry, o Deputado Pauderney Avelino, a Deputada Vanessa Grazziotin, o Deputado Lupércio Ramos, o Deputado Silas Câmara, o Deputado Humberto Michiles, o Deputado Carlos Souza e o Deputado Átila Lins. Todos eles apuseram seu apoio político, embora regimentalmente não fosse necessário.

O que estou apresentando é um complemento de relatório, que vem com o apoio político dos Líderes partidários da Casa, da Comissão e também da bancada. Fiz questão, depois, de maneira aditiva, de chamar cada um dos membros da bancada do Amazonas, e cada um após seu apoio político.

Eu faria o mesmo, Deputado Julio Semeghini, com essa emenda aglutinativa, mas não quanto ao texto já existente. Diria que ela é aglutinativa das emendas de prorrogação da Zona Franca, porque, ao fazer a emenda aglutinativa, abrimos a possibilidade de suprir as lacunas existentes. Portanto, esse texto visa suprir lacunas e não aglutinar emendas sobre o tema, o que não existiu nem poderia existir, porque o assunto não estava incluído na proposta de emenda à Constituição.

Se encontrarmos uma saída equilibrada, m anterei a complementação de voto, bem como o compromisso

de acolher em plenário essa emenda aglutinativa, para a qual peço apoio à bancada do Amazonas. Se isso não for possível, não terei nenhuma dificuldade em retirar tudo e deixar que o Plenário decida. Mas prefiro manter o entendimento do início: votar o complemento relativo especificamente à Zona Franca de Manaus, com o compromisso político e público com os que defendem a Lei de Informática. Escolho esse caminho. Se não for possível, que o Plenário decida.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – O Nobre Relator foi brilhante, perfeito, mas cabe um esclarecimento. Disse S.Exa. que, se chegar um texto em torno do qual haja consenso, vai acatá-lo; ora, na verdade, esse texto existe e é objeto de acordo. Portanto, pergunto, de maneira clara e objetiva, se o Relator o aceitaria, a fim de viabilizar o acordo.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Já deixaria minha assinatura aposta e de antemão pediria apoio aos 8 membros da bancada do Amazonas também ao texto da Lei de Informática. Acolhi apenas o primeiro. Estão ali os Deputados Pedro Henry, Francisco Garcia e todos os demais.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma consulta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço o Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Quero perguntar ao Relator se não poderia, para resolver esse impasse, substituir na sua complementação de voto, no último parágrafo, o termo “altero” por “complemento”, de maneira a ficar assim redigido: “Por vias de consequência, complemento meu voto”. Dessa forma ficaria resolvida essa dificuldade e iríamos adiante. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Acolhida a emenda de redação; não tendo sido ainda votado o parecer, farei a modificação no texto, que se encontra com o Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente Mussa Demes, peço a palavra para uma questão de ordem, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Julio Semeghini já falou como Líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Mas a bancada tem dúvidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Indago do Deputado Julio Semeghini se se considera satisfeito.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Não, há uma dúvida, e o Deputado Walter Feldman vai encaminhá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Então, falará ainda o Deputado Walter Feldman, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – Sr. Presidente, a obstrução que está em curso é tradição no Parlamento, mas não pode ultrapassar 2 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não se trata de obstrução, Deputado. A matéria é relevante.

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – É, e a obstrução está contaminando todo o texto da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não considero que seja obstrução, até porque com este processo vamos queimar etapas.

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – Sr. Presidente, os temas que aqui apareçam, por mais relevantes que sejam, como o da Zona Franca, não são como a inundação e a umidade; portanto, não podem contaminar outras partes. Além disso, não devem ser introduzidas alterações no texto para que ele seja aceito. É o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Paulo Delgado, esse entendimento iniciou-se antes mesmo de começarmos a reunião. Acho que V.Exa. é quem está fazendo obstrução e com isso tornando esta reunião mais demorada. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – Se é assim, peço a V.Exa. que coloque em votação a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Se era apenas esse o assunto, passo a palavra ao Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, não estamos movidos por qualquer desejo de obstrução. Nossa postura é clara em relação a esse aspecto. Desejamos apenas obter um esclarecimento, do ponto de vista regimental, para o que peço auxílio do nosso assessor, Sílvio.

O capítulo V, art. 118, é claro ao estabelecer que a emenda aglutinativa resulta da fusão de outras emendas. Estamos assumindo o compromisso, assinado pelo Relator e por todos os Líderes aqui presentes, de aprovar a matéria em plenário para complementar o acordo firmado nesta Comissão. Entretanto, no Plenário há outras condicionantes, há outros partidos presentes, e há inclusive necessidade de apoio unân-

nime para que ela seja aceita e para que possam ser superadas eventuais dificuldades regimentais. Que segurança temos, se nem todas as Lideranças se fazem representar nesta Comissão?

O PSDB é absolutamente favorável à aprovação das 2 matérias, não só em homenagem ao Governador aqui presente e à bancada do Amazonas, mas também porque se conseguiu chegar a um resultado adequado para o Brasil. No entanto, temos dúvidas quanto ao procedimento regimental. Recebemos um telefonema do Senador Arthur Virgílio, que também é favorável à matéria, mas queremos do Presidente a confirmação de que o acordo político supera as dificuldades regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Walter Feldman, se algumas Lideranças não estão aqui representadas, o Presidente não pode dar a V.Exa. essa garantia.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Mas por quê? Eles votam contra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO –

Peço a V.Exa. que me garanta a vez, porque estou há quase 1 hora pedindo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Pauderney Avelino, eu estava aguardando que as Lideranças se manifestassem para dar a palavra aos Deputados. Mas ouço V.Exa.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – Sr.

Presidente, quero dirigir-me não só a esta Comissão, mas a todo o Parlamento. Os acordos aqui firmados e aqueles feitos por unanimidade têm amparo regimental, e o Regimento ampara este, Sr. Presidente. Há uma semana, quando leu o relatório do qual foi excluído o texto sobre a prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus por 10 anos a partir de 2013, o Relator Virgílio Guimarães ressaltou, naquela altura, que a complementação de voto viria no instante seguinte. A bancada do Amazonas, presente na oportunidade, posicionou-se quanto a esse compromisso do Relator. Hoje assinamos um novo acordo, além desse que inclui a complementação de voto, para o qual houve o apoio incondicional dos Líderes – que seria até desnecessário –, e esse apoio tem amparo no Regimento. Além desse acordo para incluir os 10 anos de prorrogação para a Zona Franca de Manaus, fez-se um pacto com os Parlamentares que defendem a prorrogação da Lei de Informática.

Ora, Sr. Presidente, em 1999 negociei amplamente essa lei com o Deputado Julio Semeghini, à época Relator da matéria, e com os Líderes do PSDB e dos demais partidos, inclusive o Deputado Nelson

Proença, que naquela altura também lutava pela Lei de Informática. Um acordo foi firmado e a Lei de Informática foi votada e aprovada. Hoje, porém, a bancada do Amazonas propõe sua prorrogação, embora isso não atenda aos interesses do Estado; só o faz por julgá-la fundamental para o desenvolvimento das várias Regiões do País.

Assim, com o espírito de contribuição e inclusive com o intuito de melhorar o texto do Relator, o Deputado Virgílio Guimarães, apelo para que o Líder José Carlos Aleluia, o Deputado José Roberto Arruda e os demais integrantes do meu partido – quero resguardar cada um dos Parlamentares do PFL, que se têm posicionado com dignidade e decência como Oposição, não apenas na discussão da reforma tributária mas em todo o processo legislativo – retirem essa questão de ordem e aprove a complementação de voto do Relator. Ao fazê-lo, o Partido da Frente Liberal estará prestando um grande serviço às Regiões menos desenvolvidas do País.

A Zona Franca de Manaus diz respeito não só ao Amazonas, mas ao Brasil. Esse o entendimento do Relator e do Presidente da República quando legitimamente atenderam aos reclamos do Governador Eduardo Braga, do Prefeito de Manaus e da quase totalidade da bancada do Amazonas, à minha exceção. Sou da Oposição e não fui pedir a S.Exa. o Sr. Presidente da República para prorrogar os incentivos da Zona Franca, apesar de não ver nisso qualquer demérito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, como V.Exa. e todos os demais puderam observar, o Deputado Pauderney Avelino tem insistentemente levado à bancada do PFL sua preocupação com a Zona Franca, e não só S.Exa., mas os companheiros de Manaus, e temos conversado com todos, inclusive com o Governador do Amazonas. Acabei de falar com o Senador Arthur Virgílio, que também está preocupado com o problema.

O PFL, no mérito, é favorável; entretanto, entende que a base do Governo encaminhou mal a questão, provavelmente em decorrência de uma intromissão indevida do Poder Executivo, que, na minha maneira de ver, está conduzindo mal a reforma tributária. Ele desconhece as dificuldades que os Líderes têm aqui dentro. Nesse fim de semana recebi de toda a sociedade – empresários, trabalhadores, Prefeitos, Governadores – manifestações de repúdio pelo relatório do Deputado Virgílio Guimarães.

Apesar disso, em homenagem ao Deputado Pauderalny Avelino, eu e os Deputados José Roberto Arruda e ACM Neto retiramos a questão de ordem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Retirada a questão de ordem, indago ao Plenário se posso proceder à votação.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Pode, Sr. Presidente. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ainda está inscrito o Deputado Nelson Proença.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, as críticas ao Presidente da República são por conta do oposicionismo do Deputado. Não são verdadeiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não há por que não ouvi-lo.

Para complementar a posição do PSDB, que levantou um questionamento que não diz respeito à questão de ordem do Deputado José Carlos Aleluia, ouço, antes dos demais, o Deputado Júlio Redecker.

O SR. DEPUTADO JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, quero colaborar para a solução desse problema, o que acho fundamental, tendo em vista a questão levantada pelo Deputado Julio Semeghini e a preocupação que nosso Líder no Senado, o Senador Arthur Virgílio, manifestou.

Estabelece o art. 57:

“Art. 57. No desenvolvimento dos seus trabalhos, as Comissões observarão as seguintes normas:

XI – se ao voto do Relator forem sugeridas alterações, com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião seguinte para a redação do novo texto; (...)”

No caso em questão, o Relator acata e as Lideranças aqui presentes nominalmente concordam. Por conseguinte, S.Exa. poderia incluir isso no texto sem precisar de prazo nem de nada. Disse-me o Deputado Virgílio Guimarães que, se as Lideranças concordarem nominalmente, acatará e incluirá o texto. Então, solicito que se faça isso para sabermos quem é favorável, quem não é, e resolvermos esse problema, porque isso já fica no texto.

Agradeço ao Relator a compreensão. Acho que com essa atitude se resolve o problema e fica encaminhado o assunto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pelo PMDB.

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço o Deputado Nelson Proença, pela Liderança do PPS.

O SR. DEPUTADO NELSON PROENÇA – Sr. Presidente, ouvi com atenção a questão de ordem levantada pelo Deputado José Roberto Arruda, do PFL, e agora faço uma contradita ao Deputado Júlio Redecker.

Quero acrescentar – e gostaria da atenção de V.Exa., Sr. Presidente, e da Mesa – que o mesmo art. 57 estabelece, no seu inciso X:

“Art. 57

X – se for aprovado o parecer em todos os seus termos, será tido como da Comissão (...)”.

A questão de ordem do PFL sobre a proposição do Deputado Júlio Redecker baseia-se nesse item, pois entendemos que não houve a aprovação do parecer em todos os seus termos, até porque estamos hoje votando emendas e destaques. Então, o parecer ainda pertence ao Relator. Assim sendo, S.Exa. tem o direito de fazer a complementação de voto. É o que se está decidindo.

Portanto, com todo o respeito que tenho pelo Deputado Júlio Redecker, considero desnecessária sua proposição. Na verdade, o problema está resolvido, primeiro porque o Relator ainda é dono do seu relatório e, por conseguinte, tem a possibilidade de fazer voto complementar; segundo, porque foi retirada a questão de ordem do PFL. Logo, parece-me que não há mais óbices.

Devemos votar. O PPS quer decidir a matéria. A Zona Franca e o Brasil precisam do voto desta Comissão.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Certo, o Relator é o dono até a votação em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ainda sobre a matéria, ouço o Deputado José Priante, pela Liderança do PMDB, depois o Deputado Francisco Dornelles, pela Liderança do PP.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, talvez fosse desnecessário neste momento encaminharmos a votação, mas o PMDB julga importante registrar seu posicionamento; por isso, pronuncio-me agora em nome do partido.

Dirimidas todas as dúvidas, as filigranas regimentais, quero dizer que esta discussão resulta do fato de todos os Líderes terem assinado uma adequação redacional. Fizeram-no porque, desde o primeiro momento em que foi discutido nesta Comissão, o tema Zona Franca de Manaus tocou a todos. Isso foi unânime. Em

função disso, hoje estamos debatendo o encaminhamento feito pelo Deputado Virgílio Guimarães.

Sr. Presidente, é papel intrínseco à atividade do Parlamentar amazônida o de mostrar, nesta Casa e em qualquer canto do País, que a Amazônia é diferente e por isso tem de ser tratada de maneira especial. E, mais do que isso, mostrar que nós da Amazônia somos poucos, moramos longe e somos pobres. Qualquer reforma que este País promova deve necessariamente considerar o preceito constitucional de que as desigualdades devem ser reduzidas. Não aprovar a matéria que está em jogo nesta hora seria a condenação do Estado do Amazonas, um filho deste País.

Portanto, registrando e reafirmando a posição do PMDB, gostaria de congratular-me com todos os Parlamentares desta Comissão que, como membros da base do Governo, tiveram a responsabilidade de acompanhar os encaminhamentos feitos pelo Líder Eunício Oliveira e não apresentar qualquer destaque nesta reunião, diferentemente de alguns partidos, inclusive da base.

Mais do que isso, Sr. Presidente, afirmo nesta hora que o PMDB, em todas as discussões, respeitando o Colégio de Líderes, um dos pilares das resoluções e dos impasses nos momentos de caos deste Parlamento, defendeu o Fundo de Compensação para os Estados exportadores pela desoneração das exportações. Registro que o PMDB defende que essa compensação das perdas seja feita integralmente, e, mais do que isso, que entre o prazo da promulgação da reforma tributária e a lei complementar exista, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, uma salvaguarda, para que Estados como o meu, o Pará, que foi o mais prejudicado pela desoneração das exportações, possam não sofrer prejuízos, assim como não está sofrendo prejuízos o Estado do Amazonas, graças à solidariedade do PMDB.

Mais do que isso, Sr. Presidente, o PMDB marca sua posição favorável à partilha das contribuições com os Estados e os Municípios, e ainda quanto aos incentivos fiscais.

Com essa posição firmada, o PMDB não será obstáculo para que a Zona Franca de Manaus, que tem ligações capilares com todos os Estados da Amazônia Ocidental e um braço até mesmo no Estado de São Paulo, possa sobreviver. Assim, votamos com a adequação redacional do Relator Virgílio Guimarães. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

– Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço, pela Liderança do PP, o Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PP considera extremamente importante o fortalecimento da Zona Franca de Manaus e por esse motivo apóia a proposta do Relator Virgílio Guimarães. Entretanto, consideramos que está praticamente consolidado o acordo de Lideranças, o acordo desta Casa quanto à prorrogação da Lei de Informática.

Espero também que o Presidente da República e o Líder Virgílio Guimarães tenham amanhã com os outros Estados a mesma magnanimidade que tiveram com o Estado do Amazonas, permitindo, com a desoneração das exportações, o Fundo de Compensação, a tributação do petróleo na origem e todas as reivindicações que serão aqui apresentadas pelos Governadores de Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Que todos possam ter a mesma acolhida que tiveram o Governador e os representantes do Estado do Amazonas.

Dito isso, o PP vota favoravelmente à prorrogação dos incentivos da Zona Franca de Manaus.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

– Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço o nobre Deputado Sandro Mabel, que falará pela Liderança do PL.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa lei sobre a Zona Franca de Manaus é sem dúvida alguma importante e necessária, na medida em que se criou em um Estado distante uma Zona Franca que precisa ser mantida. Quero, porém, dizer a 28 dos 38 Deputados desta Comissão que V.Exas. estão prejudicando seus Estados, estão disparando um tiro no próprio pé ao não analisar com cuidado essa matéria – e falo de nosso Presidente, o Deputado Mussa Demes, do Relator, o Deputado Virgílio Guimarães, do Deputado Nelson Pellegrino, da Bahia, e de nosso Líder, o Deputado Aldo Rebelo, que apesar de eleito por São Paulo é de Alagoas também.

Aqui, a Zona Franca é um exemplo. Estamos aprovando leis favoráveis a ela e o pessoal da região está feliz. Ocorre que do art. 155, § 2º, inciso VII, consta que são proibidos quaisquer outros incentivos, e o texto não está ressalvando a Zona Franca. Isso quer dizer que estaremos prorrogando o prazo da Zona Franca para o que existe de incentivos na área federal; na área estadual, vamos simplesmente acabar com as condições de haver diferencial de ICMS.

Tenho lembrado ao nobre Relator que o tempo cura tudo. Quando morre um ente querido, só com o passar do tempo passa a dor. Estou pedindo aqui que para a questão dos incentivos e da transição da co-

brança da origem para o destino se fixe um prazo de 12 anos. O que adianta para a Zona Franca de Manaus ter hoje 12% de ICMS se em 7 anos terá 4%? Ora, com 4% já não se consegue transportar nem obter diferencial de preço! E, por outro lado, está aí a Lei de Informática ampliada. O que vai acontecer é que a Zona Franca de Manaus perderá competitividade dentro de 4 ou 5 anos. Isso que dizer que precisamos ter cuidado. Estamos lidando com o Brasil do Piauí também, que precisa manter pelo menos o que existe. Precisamos ter a coragem de entender que cada Região do Brasil é diferente da outra. Há vários Brasis, e os Brasis do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste também precisam ter condições de praticar incentivo.

Vinte e oito Deputados estão sentados aqui; cito V.Exa., Deputado Machado; cito o nobre Líder do Governo, a quem repito: as empresas instaladas em Alagoas e incentivadas a lá permanecerem não vão conseguir ficar no Estado, porque, reduzindo-se a alíquota em 7 anos e mantendo-se os incentivos por 8 anos, em 4 anos não haverá condição de os incentivos continuarem.

Portanto, peço calma ao Sr. Relator, aos Srs. Líderes, às Sras. e aos Srs. Deputados do PT aqui, que estão votando com pressa, como os Srs. Carlito Merss, Paulo Rubem Santiago, Virgílio Guimarães e Walter Pinheiro. Em Santa Catarina, Deputado Merss, acontece a mesma coisa. V.Exa. vai ser Prefeito de Joinville e vai ver que as empresas não vão instalar-se lá.

Repito, mais uma vez: essa emenda aglutinativa que foi feita não resolve o problema do Amazonas senão parcialmente, pois não está contemplada no art. 90, que acaba com ela em seu inciso I, alíneas “b” e “c”, e a Zona Franca de Manaus acaba em 8 anos, a partir da redução do ICMS. Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, tenhamos calma. Elevemos o período de transição para 12 anos. Vinte e oito Deputados aqui sentados, entre eles o Deputado Renato Casagrande, representante do Espírito Santo, serão prejudicados por esse assunto. Vamos ter calma. O Brasil inteiro está em jogo; estamos modificando a vida de milhões de brasileiros pobres em busca de uma vida melhor.

Sr. Relator, Sr. Líder do Governo, Srs. Líderes de partidos que estão assinando mudanças com pressa, peço que paremos alguns minutos para refletir, aqui ou no plenário, e redigir uma emenda, também aglutinativa, que dê uma boa condição aos Estados aqui representados por 28 Parlamentares que não estão tomando os cuidados mínimos com esse assunto, que é de vida ou morte. Nós podemos morrer. Mas, com um prazo de 12 anos, teremos tempo para resolver o que fazer com nossos filhos, criá-los de outro jeito ou – quem sabe? – mandá-los todos para São Paulo ou Rio de Janeiro.

Então, que nos dêem os 12 anos, porque aos 8 anos a viúva vai ficar aqui falando sozinha, e amanhã vamos arrependê-los, quando em Alagoas, ou no Piauí, ou na Bahia, Deputado Nelson Pellegrino, V.Exa. vir-se acusado de responsável pelo fim das condições de crescimento de seu Estado, que vem crescendo graças à competência de todos os baianos.

Então, acho que temos de atuar com calma, para acertarmos esse tempo e resolvermos a questão. Obrigado, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado Sarney Filho, pelo PV.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PV coloca-se francamente favorável à prorrogação dos incentivos para a Zona Franca de Manaus. Entendemos que ao longo destes anos a Zona Franca de Manaus foi um instrumento ambientalmente correto para impedir a devastação do Amazonas, aliás um dos Estados mais bem conservados, com 98% da sua cobertura florestal preservados.

Sr. Presidente, caros colegas, parte dessa conservação deve-se à Zona Franca de Manaus. Não podemos confundir a situação específica do Amazonas, da cidade de Manaus, com a do resto do País. Manaus está no centro da maior floresta tropical do mundo, hoje patrimônio não apenas do Amazonas, mas do Brasil e do mundo. Portanto, ainda achando que é pouco, aprovamos a matéria; no entanto, resguardamo-nos o direito, conforme foi alardeado pelo Líder do Governo, pelas Lideranças do Governo, de prosseguir com o diálogo e com os entendimentos, no sentido de aprimorar o relatório do Deputado Virgílio Guimarães, tendo em vista o fortalecimento da Federação. (Palmas.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, o PSDB tem manifestado sua posição favorável e não faz aqui qualquer movimento no sentido de obstruir a votação. O Deputado Julio Semeghini levantou uma questão de ordem que entendemos fundamental seja sanada e resolvida neste momento, para que a matéria possa ser aprovada com tranqüilidade, sem que isso signifique qualquer risco para aquilo que estejamos decidindo hoje nesta Comissão.

O PSDB está neste momento reunido com o Deputado Vicente Cascione e com o Líder do Governo, o Deputado Aldo Rebelo, para tentar chegar a um consenso na questão. O objetivo do PSDB neste momento não é fazer qualquer tipo de obstrução, mas

tão-somente garantir o cumprimento do Regimento e a efetividade das decisões que forem tomadas nesta Comissão.

Portanto, quero prestar apenas este esclarecimento: o PSDB está ainda resolvendo a questão, conversando com as Lideranças do Governo, para que possamos chegar a um consenso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, o texto que está sendo ajustado pelo Deputado Julio Semeghini prorroga a Lei nº 8.248, que não traz incentivo para o Nordeste. Só podemos concordar se for prorrogada também a Lei nº 10.176. Quero, portanto, deixar claro que esse texto tem de ser alterado, senão não terá o nosso apoio, porque a Bahia ficará excluída, assim como Pernambuco e todo o Nordeste e o Norte.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço, pela Liderança do PCdoB, a Deputada Vanessa Grazziotin, que ainda não se manifestou.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Obrigada, Sr. Presidente. É apenas para encaminhar a votação pelo Partido Comunista do Brasil. Neste momento não falo na condição de Deputada eleita pelo Estado do Amazonas, mas de brasileira que ao longo da vida passou a compreender a importância que tem a Amazônia para o País. Tive também a oportunidade de acompanhar de perto, assim como V.Exa., Deputado Mussa Demes – que apesar de ser piauiense conhece perfeitamente o Distrito Industrial de Manaus – a ascensão do pólo hoje instalado na Zona Franca. Muitos empregos estão sendo gerados não apenas para o Amazonas, que hoje arrecada sozinho 60% de todos os tributos federais da Região Norte brasileira, mas para outros Estados.

Nós, do Estado do Amazonas, não estamos discutindo outros aspectos da reforma tributária, nem os prejuízos ou benefícios que a mudança da cobrança da origem para o destino acarretará para vários Estados, inclusive para o Amazonas. Se colocarmos isso na ponta do lápis, talvez seja o Amazonas o Estado que mais perderá com a mudança da cobrança do ICMS, mas esse não é o debate de agora. O tema de agora é tão-somente a preservação da Zona Franca de Manaus.

Portanto, quero cumprimentar todos Líderes, sejam os da base do Governo, sejam os da Oposição, que permitem que possamos votar neste momento, mesmo que tardiamente, o complemento já anunciado pelo Deputado Virgílio Guimarães.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É efetivamente uma questão de ordem, Deputado Professor Luizinho?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, é sobre a ordem dos trabalhos. Tínhamos feito o encaminhamento. V.Exa. ouviu todos os Srs. Líderes. Estamos há 3 horas e 10 minutos neste ponto, e temos uma pauta com os destaques que ainda não analisamos. Solicito que passemos imediatamente à votação da matéria. Não podemos continuar dizendo que somos favoráveis e não votarmos. Como não votar? Vamos resolver isso de uma vez por todas. Vamos votar!

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, há negociações em curso. Solicito ao Deputado Professor Luizinho que aguarde um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Professor Luizinho, estou dando um pouco mais de tempo. Estou ouvindo mais pessoas porque fomos informados de que está havendo um entendimento entre o Deputado Vicente Cascione, parece-me que pela Liderança do seu partido, com o PSDB, por intermédio dos Deputados Julio Semeghini e Walter Feldman, para ver se há possibilidade de votarmos ou não a matéria. Então, não gostaria de deixar que isso...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Vamos iniciar com os destaques, e depois voltamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não posso, a esta altura, iniciar a votação dos destaques sem que isso tenha sido resolvido. É ainda complemento de votação. Se o Plenário exigir, coloco em votação a matéria e encerro tudo, mas antes gostaria de ouvir o Relator a respeito da questão. Vamos aguardar um pouco mais, não muito. Vou dar 5 minutos apenas, para que se encerre essa possibilidade de negociação, depois passarei a palavra ao Relator para saber se aceita ou não os termos da proposta do Deputado Julio Semeghini. Se não a aceitar, ela será retirada, e prosseguiremos com a votação.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Sr. Presidente, há uma lista de inscrições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ainda não estamos no processo de encaminhamento, por isso concedo a palavra ao Deputado Renato Casagrande, e depois ao Deputado Luiz Carlos Haully.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Quero aproveitar este tempo, enquanto se procede à negociação, para dizer, primeiro, que voto favorável-

mente à prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus, até por entender que beneficiar algumas regiões deste País é necessário para um projeto de desenvolvimento nacional. Não temos condições de tratar os desiguais de forma igual. Enquanto o País não tiver efetivamente um projeto de desenvolvimento regional, é fundamental que tenhamos nos Estados a preocupação de desenvolver atividades que possam gerar o desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço mais uma vez silêncio ao Plenário.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Dessa forma, Sr. Presidente, sou favorável, assim como o Deputado Sandro Mabel, de Goiás, ao prolongamento do prazo de vigência dos incentivos fiscais e financeiros dos Estados. Sou, portanto, favorável à Zona Franca de Manaus e também à prorrogação da Lei de Informática, que na minha opinião é muito importante.

A prorrogação da Zona Franca de Manaus e o acordo para prorrogação da Lei de Informática de fato deixam-nos numa posição de constrangimento. Nossos Estados estão perdendo com a reforma tributária. O Espírito Santo está perdendo, com a reforma tributária e com a mudança de alíquota interestadual de 12% para 4%, aproximadamente R\$ 30 milhões por mês, e ao estabelecermos 8 anos para poderem funcionar os incentivos fiscais – ainda não existe o termo “financeiro” – também perde. Dissemos ao povo que não haveria mudanças na Comissão; como está havendo, ficamos em situação desconfortável.

Não posso ser omissos neste processo. Concorro, efetivamente, com a posição do Deputado Sandro Mabel, ou seja, não podemos deixar de exigir um compromisso explícito da Comissão, para que os Estados não percam recursos na implantação da reforma tributária. O Estado do Espírito Santo já está perdendo, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Parece haver um entendimento entre as Lideranças do Governo e o PSDB. Todavia, estão ainda inscritos para falar sobre a matéria os Deputados Luiz Carlos Haully, Lupércio Ramos, Anivaldo Vale, Humberto Michiles e Walter Pinheiro. Indago se ainda desejam manifestar-se, porque se desejarem terei de ouvi-los, para não cometer injustiça, na medida em que estão inscritos.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Haully.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto. Acom-

panhei todo o acordo. Meu partido está fazendo um acordo, mas quero declarar meu voto.

Do que estamos tratando aqui? De benefícios fiscais. São R\$ 25 bilhões por ano de renúncia fiscal, recursos de que a União abre mão em função dos benefícios da Zona Franca de Manaus, da Lei de Informática e outros incentivos, como, por exemplo, os dados à indústria automobilística. São R\$ 25 bilhões!

Como a Zona Franca tem mais 10 anos, se atualmente o incentivo vai até 2013, com mais os 10 anos, irá até 2023. Estamos fazendo o maior exercício de futurologia: serão mais R\$ 500 bilhões. Estamos tratando de R\$ 500 bilhões! É bom que a Nação saiba do que se trata.

O Congresso Nacional e esta Comissão são pródigos com alguns setores. Tenho 10 destaques para votação em separado que corrigem o problema do preço da comida, das cooperativas e uma série de outros itens importantes para a economia brasileira. Quando decidi romper com o sistema foi em função disso, tenham certeza. Estamos tratando da exceção quando deveríamos cuidar da regra. O Brasil é muito pródigo ao tratar da exceção. É pródigo na concessão e avarento na solução do problema nacional.

A impaciência de alguns Líderes demonstra toda a insensatez e a incompreensão do momento brasileiro. Não faço como a avestruz. Não enfio a cabeça na areia na hora da crise. Há uma grave crise no Brasil, uma crise de desenvolvimento e de geração de emprego e renda. Não a enxerga quem não quer. Alguns poderiam dizer que eu vi, ouvi falar, e não me manifestei. Então, cabe a mim, que sou um Deputado experiente, alertar a Comissão para o que ocorre hoje no País.

Não estamos interessados em consertar o Brasil. Isso ficou claro. Estamos de novo fazendo um remendo. Vamos ver no plenário as exceções. Se hoje já há pressão sobre a Comissão, sobre o Relator, no plenário será muito pior. Haverá demandas de Prefeitos, de Governadores, de todos os segmentos não contemplados. Muitos deles estão sendo injustiçados.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. membros da Comissão, temos de parar – espero que seja no plenário – para fazer um grande entendimento, um grande acordo. Nessa proposta de emenda à Constituição, estamos tratando de R\$ 25 bilhões de renúncia fiscal por ano.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Obrigado, Deputado.

Passo a palavra ao Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Sr. Presidente, utilizarei apenas 2 minutos para tranquilizar a Nação e todos os Srs. Deputados.

A Zona Franca não é exceção, é regra para a Amazônia. Todos temos consciência disso. O projeto Zona Franca de Manaus fatura US\$ 10 bilhões. Essa é a grande verdade. Recebe como incentivo R\$ 3 bilhões, mas em compensação recolhe, em tributos, US\$ 2,7 bilhões. Para cada R\$ 1,00 concedido à Zona Franca, R\$ 0,93 correspondem a tributos. O preço que a Nação vai pagar pela conservação da Amazônia, pela manutenção do ecossistema para o futuro do País, é muito pequeno, é pequeno demais!

Nós da Amazônia agradecemos com orgulho a todos os brasileiros que dão esse voto ao País, pelo futuro da Nação, em termos de qualidade de vida e de integração de uma Região historicamente abandonada pelo Brasil. A Região Norte foi historicamente abandonada pelo País. E não se trata de uma guerra fiscal com São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais ou com qualquer outro Estado. Trata-se de brasilidade, Sr. Presidente.

Nosso voto será pelo País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Lupércio Ramos.

Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou mais satisfeito, porque na última reunião ninguém defendeu o setor produtivo. Hoje ouvi o Deputado Roberto Jefferson dizer que a defesa do cidadão está esquecida, que apenas os Estados, os Municípios e a União são defendidos. Ao mesmo tempo, S.Exa. esqueceu-se de dizer que foram trocados 3 importantes Deputados, titulares da Comissão Especial da Reforma Tributária – inclusive um deles era o Presidente da CNI –, para que fosse votado esse relatório, o qual hoje estamos emendando no que se refere à questão da Amazônia, mais especificamente à Zona Franca de Manaus.

É importante lembrar para o cidadão que o relatório contém claramente 11 pontos que podem significar aumento da carga tributária. Dirijo-me ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães, para fazer uma observação. O art. 195, inciso V, cria uma nova forma de contribuição para a Seguridade Social, incidente sobre a importação de bens ou serviços do exterior ou de quem a lei a isso equiparar. Trata-se de uma forma de contribuição para a qual não existe similaridade para as empresas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Há um orador na tribuna. Por favor, peço a todos que prestem atenção ao pronunciamento do Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Conseqüentemente, isso pode ser motivo, para a Organização Mundial do Comércio, de arguições que podem

fazer com que o Brasil no futuro pague multas severas e elevadas se essa contribuição for imposta à população brasileira.

O povo tem de saber que estamos discutindo a ampliação do prazo de incentivos para a Zona Franca de Manaus de 2013 para 2023, proposta a que o PSDB é favorável. Queremos também que a Lei de Informática seja ampliada não somente para os Estados do Sul e Sudeste, mas para todo o País, inclusive para as Regiões Norte e Nordeste.

Espero que no plenário possamos, junto com os Líderes, alterar profundamente essa reforma. O cidadão brasileiro não pode pagar mais tributos. Se a proposta for aprovada como está, a carga tributária no próximo ano – não será apenas em 2013 ou 2023, mas já no ano que vem – sofrerá uma enorme elevação. O cidadão, conseqüentemente, estará tirando dinheiro do próprio bolso para bancar a inoperância do País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Ronaldo Dimas.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Anivaldo Vale, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devemos atender ao pleito da Zona Franca de Manaus, que gerou emprego, renda e melhor qualidade de vida para o povo amazônida sem agredir o meio ambiente, e por isso tem de ser preservada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço a atenção ao Plenário. Há um orador na tribuna. Deputados Carlito Merss e Júlio Redecker, por favor, voltem aos seus lugares.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Lembro-me muito bem da fala do nosso Relator, quando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Carlito Merss, volto a insistir: volte ao seu lugar, por favor. Depois vão dizer que é a Oposição que está obstruindo. (Palmas.)

Asseguro a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, de que o Relator, na apresentação do relatório, registrou com muita clareza o compromisso de atendimento ao pleito na Zona Franca de Manaus. E foi além: imaginava que tinha de buscar junto ao Colégio de Líderes um ponto de equilíbrio para o tratamento dos créditos do ICMS e também da desoneração da exportação com relação à Lei Kandir.

O Líder do PMDB, o Deputado José Priante, disse realmente que somos poucos e moramos longe. Esse

entendimento decorre sobretudo da falta de um pensamento firme no que diz respeito ao planejamento estratégico da Amazônia.

Participei desta Comissão e fiz questão de marcar presença em todas as discussões sobre a reforma tributária que aconteceram desde a PEC nº 175, cujo Relator era o Deputado Mussa Demes. Pensava que a discussão de hoje seria iniciada pelo Deputado Virgílio Guimarães a partir das conclusões do relatório anterior, que, devo lembrar a todos, naquela ocasião o ex-membro da Comissão que hoje é Ministro da Fazenda, o Sr. Antonio Palocci, aprovou.

Durante toda a discussão, eu alimentava a esperança de que os recursos daquele nosso minério, um bem não renovável que é diariamente transportado, fossem destinados às áreas de educação, saúde, infra-estrutura e saneamento básico, como forma de melhorar a qualidade de vida do povo paraense. E ainda alimento a esperança de que o Colégio de Líderes e o Relator mantenham o compromisso de discutir o assunto em plenário e buscar uma solução.

Não queremos uma reforma tributária que não respeite os interesses de todos os Estados e os prejudique. Tanto o Relator quanto os membros desta Comissão, depois de discutirem profundamente o assunto, sabem que o Pará será prejudicado. Não temos o direito de prejudicar o Estado com essa reforma tributária. Peço mais uma vez ao Relator que tenha sensibilidade para tratar desse grave caso.

Espero que o bom senso presida o entendimento de todos os Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Anivaldo Vale.

Pergunto se o último orador inscrito, o Deputado Walter Pinheiro, desiste ou vai falar.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Vou falar rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – Sr. Presidente, não é de agora que a questão de Manaus é levantada. Ela vem sendo debatida desde 1999. Depois de várias conversas com o Relator Virgílio Guimarães, ficou perfeitamente evidente que o atendimento desse pleito é mais do que justo e correto.

É preciso que os Deputados conheçam os ganhos expressivos obtidos em todo o País a partir da Lei de Informática. Não dá para desconhecer isso. E não é ganho com venda de equipamento, mas com investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Isso vale muito mais do que as vendas.

O que se está pleiteando é fazer essa mudança, essa ampliação, de forma concomitante e simétrica, atendendo também a esse outro lado da Lei de Informática. Seria possível atender ao pleito de Manaus, que é – repito – justo e correto; também seria, contudo, justo e correto fazer toda a extensão da Lei de Informática, levando em consideração o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste do Brasil.

Não há mais expectativa de acordo. O PT tem defendido que é possível levar a matéria ao plenário.

A remissão à Lei nº 10.176 é corretíssima. É correto fazer isso. Não representa um pleito localizado desse ou daquele Estado, mas a oportunidade de desenvolvimento, inclusive para o Estado de V.Exa., Sr. Presidente, o Piauí.

Não há mais possibilidade alguma de, ainda nesta Comissão, haver a inclusão total. Seria, então, importante que tivéssemos o compromisso de todas as Lideranças no sentido de firmar em plenário não um acordo para ver o que vai sair de lá, mas um acerto efetivo com o Relator para que se inclua na redação o caso de Manaus, amarrando-se lá essa correção antes de qualquer processo de votação, e atendendo-se ainda às demais regiões do País nas suas expectativas de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito obrigado, Deputado Walter Pinheiro.

Indago ao Deputado Julio Semeghini se há consenso em relação aos entendimentos que estavam sendo mantidos com a Liderança do Governo.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – Há, Sr. Presidente. Quero, em nome do PSDB, agradecer a V.Exa. e ao Relator a paciência, permitindo que pudéssemos construir este acordo.

A Liderança do Governo e outros Deputados podem estar imaginando que houve intenção de obstrução. O PSDB quer deixar bem claro seu posicionamento, orientado pelo grande Líder no Senado, o Senador Arthur Virgílio, e pelo próprio Governador do Estado de São Paulo. Fizemos questão de sentar ao lado do Governador Eduardo Braga para mostrar nosso apoio à prorrogação do prazo para a Zona Franca de Manaus. Não houve, em momento algum, em toda a discussão nesta Casa, qualquer questionamento da nossa parte. Fui o segundo Líder a assinar o acordo. Mas havia uma importante questão de ordem a fazer, para podermos viabilizar o acordo e depois implementá-lo. O próprio Deputado Walter Pinheiro disse isso.

Muitos talvez não entendam o porquê de tanta paixão pela Lei de Informática. Depois de termos feito uma ampla avaliação, estamos vendo que se trata de um setor que deu certo no Brasil. Hoje há lugar para multinacionais em 2 ou 3 países do mundo, e entre eles

o Brasil está sempre sendo considerado para a produção e o investimento em pesquisa e desenvolvimento. É por isso, Sr. Presidente e Sr. Relator, que tentamos construir esse acordo. Parte fundamental dele, volto a insistir, é a palavra do Líder do Governo, o Deputado Aldo Rebelo, que também fez questão de se pronunciar e deverá fazê-lo em seguida. São muito importantes as palavras e as considerações de S.Exa.

O Relator demonstrou clara intenção de fazer acordo. Há outras emendas apresentadas em prazo regimental que permitirão mostrar uma correlação de interesse nas duas matérias. Assim, poderemos apresentar esse acordo por meio de uma emenda aglutinativa no plenário da Câmara.

Nossa bancada conta com um grande defensor da Zona Franca de Manaus, o qual sempre temos ouvido. Refiro-me ao Senador Arthur Virgílio. Quando debatíamos o assunto, S.Exa. mostrou-nos os arts. 90, 91 e 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os quais deixam clara a correlação de interesse nas duas emendas. Atendendo ao pedido do Líder Arthur Virgílio, à vontade da bancada do PSDB paulista e ao sonho de continuarmos investindo na tecnologia da informação neste País, fechamos o acordo e vamos votar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado ACM Neto, é pela ordem ou para encaminhamento de votação?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Para complementação de informação, pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Um minuto só.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Apenas para registrar mais uma vez que a posição da Liderança do PFL é no sentido de homenagear o Deputado Pauderney Avelino, nosso companheiro de partido, que fez um apelo e foi atendido pelo Líder José Carlos Aleluia. O Deputado Pauderney Avelino é um representante da região da Zona Franca de Manaus e está interessado na matéria desde o primeiro momento; portanto, merece a consideração e toda a solidariedade de seus companheiros de partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito obrigado, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Em votação a complementação do Relator.

Os Srs. Deputados que votam a favor da complementação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade. (Palmas.)

Passamos agora à votação dos destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, existe um requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pela ordem, tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, há um requerimento sobre a mesa.

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO – Sr. Presidente,

peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Concedo a palavra ao Deputado Aldo Rebelo, como Líder.

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO – Desde que se restabeleça a ordem no Plenário e eu possa falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço aos Srs. Parlamentares que ocupem seus lugares para ouvirmos a palavra do Líder do Governo, o Deputado Aldo Rebelo. Solicito aos Srs. Deputados que tomem seus lugares para ouvirmos S.Exa.

O SR. DEPUTADO ALDO REBELO – Sr. Presidente, dirijo uma questão de ordem a V.Exa. e aos Líderes do PSDB e do PFL. Nesta Casa, como disse na sexta-feira um Deputado, as assinaturas nem sempre valem tanto. Podemos assinar um documento ou um pedido de abertura de CPI e depois retirar a assinatura. Nesta Casa o que vale é a palavra, honrada pela tradição, pelo respeito e pelo cumprimento do que é acordado.

Na última sexta-feira, Sr. Presidente Deputado Mussa Demes, V.Exa. foi o avalista de um acordo celebrado entre os Líderes da base e os da Oposição, segundo o qual votaríamos a matéria principal na sexta-feira e os destaques nesta terça-feira. Naturalmente, V.Exa. iniciará a votação dos destaques.

Para que se votasse a matéria na sexta-feira, foi suspensa a obstrução. Embora obstrução rime com votação na métrica, na política não acontece o mesmo. Obstrução é a negação do processo de votação. Obstrução é a não votação.

Para que a palavra dos Líderes continue a avalizar os acordos celebrados nesta Casa, como é tradição no Parlamento brasileiro, devemos votar os destaques nesta tarde. Diante disso, Sr. Presidente – e V.Exa. foi um dos avalistas do acordo que conduziu a votação da matéria principal na última sexta-feira –, espero que se realize a votação dos destaques.

Espero que os Líderes da Oposição honrem a palavra empenhada e cumpram o compromisso assumido. Palavra e compromisso devem valer todo dia. Não há diploma de palavra honrada. O diploma de palavra honrada é emitido em cada acordo cumprido.

Por essa razão, Sr. Presidente, espero que o acordo e a palavra sejam honrados e mantidos nesta tarde com a votação dos destaques, conduzida por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Aldo Rebelo.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É sobre o processo de votação?

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – É uma questão de ordem sobre o processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, hoje o andamento dos trabalhos foi mais difícil do que na sexta-feira porque há uma certa irritação da Oposição, mas essa irritação e esta demora tem explicação.

O Deputado Aldo Rebelo – digo isso para os que não conseguiram entender amplamente o discurso de S.Exa. – levanta dúvidas sobre a voz e a palavra empenhada do PSDB e do PFL em relação ao acordo de procedimentos. Nós, da bancada do PSDB, reunimos e consideramos que o acordo de procedimentos está sendo cumprido à risca. Levantamos a obstrução na última sexta-feira e permitimos a aprovação do projeto original. Não havia acordo algum no sentido de que nesta terça-feira, na continuidade dos trabalhos, a Oposição estaria em situação de não poder regimentalmente discutir todos os itens, todas as matérias, e levantar os questionamentos regimentais que considerasse convenientes e adequados.

Compreendo a necessidade de aceleração por parte do Governo, mas a Oposição não pode se ver, da mesma forma, obrigada a contribuir com essa aceleração, até porque nenhuma das questões levantadas pelo PSDB – e imagino que também pelo PFL – foi resolvida na proposta do Sr. Relator, o Deputado Virgílio Guimarães. Nenhuma delas foi contemplada. Nenhum dos destaques será contemplado. Só foi contemplado o acordo, na nossa avaliação pela metade, no sentido de que cabe ainda uma complementação, por uma palavra empenhada em plenário, mas que evidentemente ainda gera a necessidade de alerta e de vigilância, porque sabemos que há problemas regimentais a serem superados.

É nesse sentido que queremos contestar veementemente a interpretação do Deputado Aldo Rebelo de que em algum momento o PSDB, pelo menos na parte que nos cabe, não cumpriu a palavra empenhada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não há questão de ordem a decidir.

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia, pela Liderança do PFL.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Da mesma forma, V.Exa. e todos sabem o respeito e a admiração que temos pelo Deputado Aldo Rebelo, um Líder zeloso e competente. Não fosse o equívoco cometido pelo Executivo, que induziu a base do Governo a introduzir a matéria que acabou de ser votada, provavelmente teríamos avançado mais no dia de hoje. Portanto, o Deputado Walter Feldman foi fiel ao que se ajustou.

Estavam presentes lá os Deputados Walter Feldman, Eduardo Paes, Antônio Carlos Magalhães Neto, Julio Semeghini, José Roberto Arruda, o Líder do Governo e eu. Certamente houve um erro de comunicação. Temos 6 Deputados com um tipo entendimento e o Líder do Governo com entendimento distinto. O entendimento do Líder do Governo é outro. Entende S.Exa. que, quanto mais tempo demorar para esse projeto ser aprovado, mais as pessoas vão reclamar, porque não suportam mais pagar impostos e está sendo criado pedágio sem haver estrada, está sendo criado empréstimo compulsório com medida provisória, está sendo criado imposto de importação, está sendo ampliada a base de incidência do imposto sobre combustíveis para todos os bens. Criamos a CIDE para os hidrocarbonetos, mas agora ela vai incidir sobre todos os bens importados. E cria-se também uma nova contribuição social incidente sobre a importação.

É natural a ânsia do Governo de votar, mas ele tem de entender que, da mesma forma como foi introduzida a alteração para atender à Zona Franca de Manaus, a Oposição teria disposição distinta se o Governo tivesse resolvido atender às limitações de crescimento da carga tributária. Nós da Oposição vamos usar o Regimento. Não estamos interessados em votar imediatamente. Não queremos concluir a votação agora. Não podemos ficar contra a sociedade. O Governo pode ficar contra a sociedade; a Oposição, não. A Oposição é a porta de entrada do trabalhador, dos Governadores, dos empresários, do emprego, e o que está em votação é o projeto do desemprego.

Queremos que V.Exa. coloque em votação o requerimento de retirada de pauta do projeto.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Francisco Dornelles, é sobre o processo de votação?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– É sobre o processo de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço, para falar sobre o processo de votação, o Líder Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, o art. 161, incisos I e V, do Regimento Interno estabelece que os destaques para votação em separado podem ser requeridos por um décimo dos Deputados ou pelos Líderes que os representam. Como disse o Deputado Pedro Henry, o PP não apresentou destaque de bancada. Entretanto, com o apoio de 8 Deputados, apresentei destaque relacionado com a tributação do petróleo na origem, com a progressividade dos impostos de transmissão, do imposto inter vivos e do Imposto Territorial Rural, com a transferência desse imposto para os Municípios. De modo que, com base nesses artigos, pergunto a V.Exa. o seguinte: esses requerimentos de destaque, assinados por mais de 8 Deputados, poderão ser votados nas mesmas condições dos destaques de Liderança?

Entendo que eles não podem ser votados em globo. Meu entendimento está correto, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Dornelles, infelizmente o Regimento não apóia essa iniciativa muito louvável de V.Exa. A única exceção é para os destaques de bancada. Os demais poderão, se realmente houver requerimento nesse sentido, ser votados em globo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Mesmo se o Relator concordar com eles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Relator não pode sobrepor-se ao Regimento, Deputado. A Mesa é que tem que decidir.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado a V.Exa.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não há como orientar a bancada ainda.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Então, para encaminhar a votação, como autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Mas eu ainda vou ler o requerimento, Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Estou pedindo a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Mas como pela ordem, para orientar a bancada, se não há nada a ser votado ainda?

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Não fui eu que pedi a palavra para orientar a bancada, foi alguém lá atrás. Foi o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Pedi a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente. V.Exa. não estava olhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado, é pela ordem?

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, avance. Farei a questão de ordem posteriormente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É questão de ordem?

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, pode avançar no seu procedimento. Farei a questão de ordem assim que V.Exa. entender que é possível fazê-la. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Sobre a mesa o seguinte requerimento:

”Sr. Presidente, requiro a V.Exa., nos termos do art. 117, inciso VI, do Regimento Interno, a retirada da Ordem do Dia da PEC nº 41, de 2003”.

O requerimento é assinado pelo Vice-Líder do PFL, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, estabelece o Regimento:

”Da Votação

Seção I

Disposição Gerais.

Art. 181. Só se interromperá a votação por falta de **quorum**”.

Já iniciamos a votação da proposição. Os destaques são complemento. Compõem a votação, são parte dela. Estamos na continuação de uma votação.

Não há como adiá-la ou retirar a matéria de pauta. Temos de votar. Entendo o esforço obstrucionista, mas regimentalmente não tem amparo legal.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, para contraditar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Primeiro, gostaria de ler decisão do Presidente da Casa, o nobre Deputado João Paulo Cunha, em que S.Exa. diz ao final: “Informa que há amparo regimental para apresentação do requerimento de adiamento da votação, tendo em vista tratar-se de nova sessão.”

Então, a retirada é possível, por se tratar de nova sessão. E lembro, inclusive, episódio ocorrido no processo de votação da reforma da Previdência, encerrada na terça-feira. Na quarta-feira houve pedido de retirada da Ordem do Dia. Portanto, a decisão refere-se, obviamente, a esse episódio, e foi tomada pelo Presidente da Casa, Deputado João Paulo, justamente por se tratar de nova sessão. Se fosse continuidade da anterior, não teríamos apresentado requerimento de retirada de pauta.

Por tratar-se de nova sessão, entendemos que esse requerimento deve ser apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – A votação do requerimento é protegida pelo Regimento. Por isso, coloco em votação o requerimento de...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Para encaminhar como autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – ... retirada da Ordem do Dia da PEC nº 41.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Gostaria, primeiro, de suscitar uma questão de ordem, baseado no art. 117 do Regimento Interno, que diz o seguinte:

“Art. 117. Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos não especificados neste Regimento e os que solicitem:

VI – retirada da Ordem do Dia de proposição com pareceres favoráveis, ainda que pendente do pronunciamento de outra Comissão de mérito.”

Sr. Presidente, diz o §1º do referido artigo:

Art. 117

§ 1º Os requerimentos previstos neste artigo não sofrerão discussão, só poderão ter sua votação encaminhada pelo Autor e pelos Líderes, por cinco minutos cada um, e serão decididos pelo processo simbólico.

Requeiro a V.Exa. que me seja assegurada a palavra como autor e que seja assegurada também a palavra aos Líderes, cumprindo assim o §1º do art. 117 do Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, o encaminhamento pelos Líderes poderá ser feito no momento em que dermos início à votação do requerimento de V.Exa., mas cada um terá apenas 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Muito bem. V.Exa. então me concede a palavra como autor? Como autor do requerimento, gostaria de justificar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obviamente, V.Exa. poderá encaminhar como Líder do seu partido.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PFL vem demonstrando desde o início seu desejo de fazer prevalecer as prerrogativas desta Comissão. Não podemos atropelar o trabalho que vem sendo realizado por todos os Srs. Parlamentares ao longo desse tempo. Isso, obviamente, nos induz à necessidade de termos de discutir melhor a matéria. Recorro, inclusive, àquilo que tem sido objeto de argumento de todos os Líderes da base do Governo, de que essa matéria passará por profundas mudanças no Plenário da Casa.

Pergunto aos nobres colegas da Comissão: por que não introduzirmos essas mudanças e avanços já neste órgão colegiado? Por que postergar para uma fase posterior? Por que não fazer prevalecer nosso trabalho nesta Comissão?

Indago a V.Exa. e ao nobre Relator: será que esta proposta está pronta para ser aprovada pelos Deputados que compõem a Comissão Especial da Reforma Tributária? Não está. E a própria base do Governo assim o reconhece. Esta proposta conseguiu uma grande vitória, a de não ter agradado a ninguém. Não agradou a nenhum dos Governadores de Estado, não agradou aos Secretários de Fazenda, aos Prefeitos Municipais, aos empresários e, sobretudo, desagradou, além de ser uma afronta, ao contribuinte brasileiro, porque há

embutida nela a séria ameaça de aumento da carga tributária em nosso País.

Não podemos simplesmente postergar ao Plenário essas mudanças, temos de fazê-las agora.

Por isso o requerimento de retirada de pauta desta matéria que ora apresentamos à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Vou concluir, Sr. Presidente. Pela retirada de pauta desta matéria, a fim de que tenhamos mais tempo de discuti-la, de melhorá-la. Sei que este é o desejo do nobre Relator. Aqui conseguiremos apresentar um relatório que interesse ao povo brasileiro, porque esta é nossa missão, este é o nosso dever.

Por isso, Sr. Presidente, solicito aos nobres pares que aprovelem o requerimento de retirada de pauta.

Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Peço a palavra para encaminhar pelo PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem a palavra o Deputado Eduardo Paes por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, gostaria de me juntar ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto na necessidade da retirada de pauta desta matéria, porque está muito claro, pela própria composição da Comissão que vai apreciar esses destaques hoje, que esta não é a Comissão que, durante os últimos 5 ou 6 meses, discutiu profundamente tema tão relevante e impactante para nosso País.

O relatório do ilustre Deputado Virgílio Guimarães atende tão-somente – e isso está cada vez mais claro – aos cofres do Governo Federal. Como bem disse o Líder da base do Governo hoje, Deputado Roberto Jefferson, o relatório esquece por completo os interesses do contribuinte, do emprego, do desenvolvimento e do crescimento de nosso País.

Fora isso – quero prestar uma homenagem ao Líder Aldo Rebelo –, contém algumas impropriedades que poderiam ser resolvidas nesta Comissão. Além de não atingir seus objetivos, podemos, por exemplo, notar o que ocorre no art. 155, § 2º, inciso IX, alínea “d”. O nobre Relator utiliza-se de uma expressão – ela poderia ser consertada, esperamos que possa ser assim – que vai de encontro a um projeto apresentado pelo Líder do Governo, o Deputado Aldo Rebelo: a utilização da expressão “Internet”. Na própria Lei de Responsabilidade Fiscal, por sugestão do Líder Aldo Rebelo,

essa expressão foi mudada para “meio eletrônico de acesso público”, preservando a língua portuguesa. É uma homenagem que o Relator e esta Comissão poderiam prestar, neste momento, ao Líder do Governo, Deputado Aldo Rebelo.

Sr. Presidente, o PSDB vai votar favoravelmente ao requerimento do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, por entender que esta proposta é basicamente fiscalista, aumenta a carga tributária e vai de encontro aos interesses do País, ao crescimento, ao emprego e ao desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto já encaminhou como Líder do PFL.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Não, como autor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Machado, como Líder do PFL, por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, está mais do que demonstrada a necessidade de esta Comissão votar favoravelmente ao requerimento de retirada de pauta da propositura que estamos discutindo.

Sr. Presidente, a posição do Governo até ontem era uma. Naturalmente, levado por pressões de bases aliadas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Há um orador na tribuna. Peço atenção do Plenário.

O SR. DEPUTADO MACHADO – ... e, por intermédio do Relator, promove algumas alterações apresentadas hoje pelo próprio Deputado Virgílio Guimarães.

Sobre a questão de mérito, não há nada a discutir, porque é beneficiada a Região Nordeste, que precisa sobretudo da atenção do Governo Federal.

Portanto, Sr. Presidente, é mais do que determinante que adieemos essa discussão e que retiremos esse projeto de pauta. Os Deputados, na grande maioria, acompanharam o andamento desse projeto e ouviram o Relator dizer que queria construir um relatório que fosse o pensamento de cada um dos senhores membros desta Comissão.

Diante disso, Sr. Presidente, o PFL encaminha favoravelmente ao requerimento do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Em votação o requerimento do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que estão a favor do requerimento permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado o requerimento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pedido de verificação concedido ao PFL, ao Deputado ACM Neto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– O PFL está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr.

Presidente, este pedido de verificação prejudica a votação em globo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não, a próxima verificação terá de ser daqui a uma hora. Estou marcando no relógio. São 2h02min. Até as 3h02min não poderá ser apresentado outro requerimento de verificação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – O

cerceamento da discussão dos destaques para votação em separado vai ser um grande prejuízo na formatação do projeto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – O PSDB também está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Antes de iniciar a verificação, comunico ao Plenário que houve mais duas substituições:

“Comunico a V.Exa. que a Deputada Ann Pontes passa a integrar, na qualidade de suplente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, que ‘altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências’, em vaga existente.

Deputado Eunício Oliveira, Líder do PMDB.”

A outra é do Líder Pedro Henry, do PP:

“Tenho a honra de indicar a V.Exa., pelo Partido Progressista – PP, o Deputado Romel Anizio, como titular, em substituição ao Deputado Pedro Corrêa, anteriormente indicado, para integrar a Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 41-A, de 2003, do Poder Executivo, que ‘altera o Sistema Tributário Nacional’.”

Vamos agora promover a verificação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – O PSDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pelo PT, como vota o Deputado Carlito Merss?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – “Não”, a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Carlito Merss, “não”.

Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Jorge Bittar, “não”.

Deputado José Mentor. (Pausa.) Ausente.

Deputado Paulo Bernardo. (Pausa.) Ausente.

Deputado Paulo Rubem Santiago. (Pausa.)

Como vota o Deputado Paulo Bernardo?

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Paulo Bernardo, “não”.

Deputado Paulo Rubem Santiago. (Pausa.) Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Virgílio Guimarães.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vota “não” o Deputado Virgílio Guimarães.

Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – “Não”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vota “não” o Deputado Walter Pinheiro.

Pelo PFL, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, como o Regimento me impõe, voto “sim”, mas o partido está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto vota “sim”.

Deputado Gerson Gabrielli. (Pausa.) Obstrução.

Deputado José Roberto Arruda. (Pausa.) Obstrução.

Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Está em obstrução o Deputado Machado.

O Deputado Mussa Demes, obviamente, está em obstrução.

Deputado Pauderney Avelino. (Pausa.) Também está em obstrução.

Deputado Barbosa Neto, pelo PMDB.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO – “Não”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Barbosa Neto, “não”.

Deputado José Borba.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – “Não”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Borba, “não”.

Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – “Não”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado José Priante, “não”.
 Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Osmar Serraglio, “não”.

Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – “Não”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Pedro Novais, “não!”

Agora pelo PSDB. Está em obstrução o PSDB?

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Então não vou chamar os Deputados. Vou chamar depois, se houver o *quorum* necessário.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Francisco Dornelles, pelo PP.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES
 – “Não”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Francisco Dornelles, “não”.

Deputado Romel Anizio.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Romel Anizio, “não”.

Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Pedro Henry, “não”.

Pelo PTB, Deputado Nelson Marquezelli. (Pausa.) Ausente.

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Pedro Fernandes, “não”.

Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON
 – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Roberto Jefferson, “não”.

Pelo PL, Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Humberto Michiles, “não”.

Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Miguel de Souza, “não”.

Deputado Sandro Mabel. (Pausa.) Ausente.

Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Beto Albuquerque, “não”.

Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE
 – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Renato Casagrande, “não”.

Pelo PPS, Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – Voto com o PT, Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Lupércio Ramos, “não”.

Deputado André Zacharow. (Pausa.) Ausente.

Deputado Sérgio Miranda, pelo PCdoB. (Pausa.) Ausente.

Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Deputado Sarney Filho, “não”.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Alcançado o quorum, Sr. Presidente, o PFL segue a orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Vamos agora aos partidos que não completaram o número.

Pelo PT, 2 votos.

Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – Vota “não” o Deputado Devanir Ribeiro.

Deputado Fernando Ferro. (Pausa.) Ausente.

Deputado Nilson Mourão.

O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
 – “Não”. Completo o PT.

Pelo PFL, uma posição...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, tendo sido alcançado o quorum, o PFL muda sua orientação e recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Faremos a chamada, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Pelo PTB, 1 voto. Deputado Luiz Antonio Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY
– “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Não”, Deputado Fleury. Completo o PTB.

Pelo PL, Deputado Sandro Mabel. (*Pausa.*) “Não”, Deputado Sandro Mabel. Completo, portanto, agora também o PL.

Pelo PDT, Deputado Manato. (*Pausa.*) Ausente.

Pelo PC do B, Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN
– “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Não”, Deputada Vanessa Grazziotin.

Chamo agora os Deputados do PFL e do PSDB que estavam em obstrução. Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado José Roberto Arruda. (*Pausa.*) Ausente. Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Sim”, Deputado Machado.

Deputado Mussa Demes, “sim”.

Deputado Pauderney Avelino. (*Pausa.*) Ausente.

Ainda pelo PFL, os Suplentes. Deputado Aroldo Cedraz. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Eduardo Sciarra, “sim”.

Deputado Eliseu Resende. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Sim”, Deputado Júlio Cesar.

Pelo PSDB. Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Sim”, Deputado Cambraia.

Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Sim”, Deputado Semeghini.

Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – “Sim”, inconformado com a votação do destaque de votação em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Sim”, Deputado Luiz Carlos Hauly.

Deputado Narcio Rodrigues. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Walter Feldman. (*Pausa.*) Deputado Walter Feldman, “sim”.

Um voto ainda para o PSDB. Deputado Anivaldo Vale. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– “Sim”, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Vamos agora conferir o resultado.

Vou proclamar o resultado: 26 votos “não”; 11 votos “sim”. Está rejeitado o requerimento.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, uma questão de ordem sobre a discussão e votação de matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Um minuto, Deputado, e ouvirei V.Exa.

Primeiro, vou prestar alguns esclarecimentos absolutamente indispensáveis à votação da matéria.

Professor Luizinho, peço ordem para poder prosseguir com a reunião.

Estão prejudicados os seguintes requerimentos de destaques: em razão da aprovação do parecer do Relator, os Destaques nºs 4, 58, 76, 77, 86 e 116; em razão de seus autores não integrarem mais a Comissão, os Destaques nºs 1, 2, 3, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 81, 82, 90, 99, 105, 134, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 195, 219, 222 e 226; em razão de as emendas destacadas não terem alcançado o número necessário de assinaturas, Destaques nºs 186 e 187.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, V.Exa. falou em Destaque nº 1?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Destaque nº 1.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – O autor continua na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– O Destaque nº 1 é do Deputado Júlio Cesar?

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Vamos conferir, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, é grave isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço V.Exa., Deputado Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA –

Sr. Presidente, faço uma solicitação a V.Exa. no sentido de que façamos uma interrupção para nos alimentar. Não é razoável que estejamos aqui desde as 10h da manhã sem poder comer. Na reunião da semana passada, V.Exa. fez uma pausa. Quero apenas que V.Exa. adote a mesma prática.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Aleluia, vamos prosseguir um pouco mais com a reunião. Acho que ainda temos condição de ficar aqui, mesmo sem nos alimentar, até mesmo porque os biscoitos do Deputado Sandro Mabel já ajudaram a reforçar o estômago.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Vamos encaminhando os outros destaques, depois verificamos esse, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Preciso antes saber se o destaque é realmente do Deputado Júlio Cesar. Ele é membro da Comissão. A Mesa está me informando que o destaque de S.Exa. foi retirado por ele não integrar mais a Comissão, mas a mim parece que ele integra. Não sei também se o Destaque nº 1 é o dele; vou conferir agora.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Não é preciso parar a reunião por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Há realmente um engano da Mesa, pelo que me parece. O Destaque nº 1 é do Deputado Júlio Cesar, e ele é membro da Comissão. Portanto, vai ser colocado em votação, sim.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR –

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY –

Sr. Presidente, também no meu caso, os Destaques nºs 41, 42, 43, todos da minha autoria, foram enquadrados na mesma categoria, equivocadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouço a Secretaria sobre a reclamação do Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, é necessário que a Mesa diga os nomes de todos os autores, porque passou a não ser confiável. A Mesa não é confiável, porque tentou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Aleluia, vamos providenciar isso. Peço apenas 5 minutos para que eu possa saber os nomes dos autores dos destaques. A Mesa se enganou; o que posso fazer, Deputado Professor Luizinho?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Eu sei, Presidente. Mas não há prejuízo. Estou dizendo a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Há prejuízo, sim, pois isso pode me levar a não colocar os destaques em votação.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Qualquer destaque reclamado V.Exa. pode passar para o bloco dos que vão ser votados. Não há problema. Transfira para o bloco a ser votado. Não vamos ter que parar para verificar; transfira e vamos fazer votação em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço à Mesa, então, que reconfira os destaques que estão sendo indigitados como pertencentes a Deputados que já não integram a Comissão. Que façam a conferência e possamos dar segmento aos que efetivamente devem ser votados.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE –

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE –

Sr. Presidente, gostaria apenas, para não termos logo adiante algum conflito de interpretação, baseado no § 4º do art. 185 do nosso Regimento, de dar conta que a contagem de uma hora para nova verificação deve-se dar apenas após a conclusão da verificação que há pouco fizemos. Portanto, não a partir de 14h03, mas sim a partir de 14h11, a hora em que concluímos a verificação. É apenas esse registro que gostaria de fazer, para que o tempo de uma hora seja observado, se houver nova verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Defiro, Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA –

Sr. Presidente, gostaria de apresentar minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra, Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA –

Sr. Presidente, votamos alguns requerimentos e ainda há outros para votarmos. Então, para que haja perfeita definição do encaminhamento da votação – e alguns Deputados estavam fustigando o orador com “um minuto, um minuto” –, gostaria de, nos termos do art. 117, § 1º, levantar essa questão de ordem. Diz o § 1º do art. 117 que os requerimentos previstos nesse acordo não sofrerão discussão, só poderão ter sua votação encaminhada pelo autor e pelos Líderes, por 5 minutos cada um, e serão decididos pelo processo simbólico.

A questão de ordem que apresento é essa: os requerimentos são encaminhados pelo autor e pelos Líderes em até 5 minutos cada um, e não por 1 minuto, como deixou-se transparecer na votação do requerimento anterior.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Essa questão de ordem foi respondida 4 vezes por V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Decido a questão de ordem do Deputado Antonio Cambraia. O § 8º do art. 192 estabelece assim:

“Art. 192

§ 8º Não terão encaminhamento de votação as eleições; nos requerimentos, quando cabível, é limitado ao signatário e a um orador contrário. “

É assim que vamos proceder à votação dos destaques.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Concordo com relação aos destaques, mas há requerimentos que não são de destaque. Por exemplo, deverá acontecer um requerimento de votação em globo dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Quando isso acontecer, Deputado, então procederemos de outra forma. Esse requerimento ainda não foi feito.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Portanto, vamos votar o primeiro destaque apresentado, que pertence ao Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, estamos votando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Estamos votando o Destaque nº 1.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– De bancada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não, individual.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, encaminhei requerimento à Mesa sobre votação em globo dos destaques simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem razão, Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, há também um requerimento do PFL para que seja votado um a um cada destaque simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Está certo. Vamos votar, então, os 2 requerimentos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– De preferência, em globo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Quero me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos colocar em votação. Coloco primeiro em votação o requerimento do... Um momento! A Mesa me chama atenção para um detalhe que é preciso observar. Como já decidimos no plenário pelo prosseguimento da votação, portanto, indeferido o requerimento de adiamento, o requerimento que prevê a votação individual de cada destaque não pode mais também ser considerado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, apresentamos esse requerimento anteriormente ao requerimento apresentado pela Liderança do Governo. Foi decidido pela Mesa, na época em que o Presidente era o Deputado Inocêncio Oliveira, que a preferência é dada pela ordem de apresentação, considerando-se a abrangência somente na hipótese de apresentação simultânea. E não houve apresentação simultânea. Nós, efetivamente, apresentamos requerimento antes do apresentado pela Liderança do Governo, e é uma decisão que já foi tomada pela Mesa da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, a mim me parece que não há maior prejuízo para o andamento dos trabalhos se votarmos primeiro um ou outro. Mas há requerimento de V.Exa. que preciso colocar em votação antes do requerimento do Deputado Professor Luizinho, que é o de adiamento da votação dos destaques.

“Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 193, do Regimento Interno, o adiamento da votação dos Destaques à PEC 41, de 2003, por 5 sessões.”

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Peça a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, acabamos de votar a retirada do destaque e decidimos que não vamos retirar. No plenário, quando aprovada a retirada, ficam prejudicados os requerimentos de adiamento. Isso já é consenso na Casa. Não bastasse isso, os destaques são continuidade da votação e, sendo assim, não pode haver adiamento individual do que é parte, se não adiamos o todo. Então, não podemos colocar em votação esses requerimentos. Pela prejudicialidade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Peça a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sob os mesmos argumentos utilizados quando da nossa requisição de retirada de pauta, trata-se de nova sessão. E os destaques são partes separadas do texto, que prescindem, obviamente, de análise também separada. Então, invoco a mesma decisão da Mesa, tomada pelo Presidente João Paulo Cunha, para justificar a apreciação desse requerimento que apresentei a V.Exa. e à Mesa. Os destaques são parte do texto, não há correlação que comprometa com o texto principal e vice-versa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, decido pelo prosseguimento da reunião, sem apreciação dos requerimentos, por não permitir o Regimento que eu faça isso. (Palmas.)

Também fica prejudicado requerimento encaminhado à Mesa nos seguintes termos.

“Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 117, caput, do Regimento Interno, que a deliberação da admissibilidade dos destaques simples à PEC nº 141, de 2003, se dê uma a uma.”

Isso porque já decidi a apreciação dos destaques em globo.

Requerimento para votação em globo.

“Requeremos, nos termos do art. 162, XIV, do Regimento Interno, votação em globo dos destaques apresentados à PEC 41-A/03 e seu Substitutivo, à exceção dos destaques para votação em separado previstos no art. 161, § 2º (DVS de Bancada).”

Assinado pelas Lideranças do Governo, pela Liderança do PT, pela Liderança do PV, em suma, pelas Lideranças do Governo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar contrariamente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Um minuto para encaminhamento aos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Luiz Carlos Hauly, Antonio Cambraia e Antônio Carlos Magalhães Neto. Um minuto para cada um.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, estamos assistindo ao envio pelo Governo Federal de uma proposta que decepiona todos aqueles que esperavam a oportunidade de se promover maior competitividade econômica e maior eficiência, promover justiça fiscal, estimular a

produção, estimular o investimento produtivo, simplificar o sistema, reduzir a sonegação e a evasão fiscal. Nada disso foi feito. Não por culpa do Relator, mas por culpa de um pecado original. Ou seja, a proposta original do Governo Lula, que se esperava fosse capaz de induzir ao espetáculo do crescimento, ao contrário, não desonera produção, não desonera investimentos, não desonera exportação, não redistribui a carga tributária para melhorar a qualidade dos tributos. Em suma, é uma imensa e triste surpresa.

O que esperamos? Que esse elenco das emendas, votadas uma a uma, seletivamente, possa melhorar a qualidade, modificar alguma coisa que signifique estímulo, alento para o consumidor, que vê a reforma como uma derrama, como um aumento da carga tributária. Não se enxerga nenhum elemento que propicie melhorar as suas condições de produzir, de gerar emprego e de estimular o círculo virtuoso da economia. Por isso, encaminhamos contra o pedido de votação em bloco, para que possamos melhorar e dar a nossa contribuição para que essa reforma tributária do Governo Lula seja realmente uma revolução que aumente o número de empregos no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Muito obrigado, nobre Deputado. Asseguro a palavra ao eminente Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, quero fazer uma analogia entre o relatório feito anteriormente pelo Deputado Mussa Demes e o relatório do Deputado Virgílio Guimarães. Naquela oportunidade, a Casa se uniu. Apenas um voto foi contrário, o do eminente Deputado Marcos Cintra, por uma questão de princípio. Desta vez, a contrariedade é enorme, imensa. Não se está produzindo amplo entendimento nacional, um pacto nacional, um pacto federativo, um pacto social, um pacto político.

A discórdia e o desencontro são gigantescos. Os destaques para votação em separado seriam uma oportunidade de começarmos a reparar os problemas elencados que vieram à tona após o relatório do Deputado Virgílio Guimarães. Mas estamos sendo impedidos, porque, evidentemente, o Governo tem maioria e, ao impor a maioria, não promove o encontro nacional, mas o desencontro nacional.

Todos temos o mesmo objetivo: fazer a reforma tributária, fazer o País crescer e prosperar, mas nos desencontramos no texto, no conteúdo e no mérito. É este o ponto central que desejo abordar mais uma vez. No plenário da Câmara dos Deputados poderá ser feito esse encontro nacional, com tantos problemas? Temo que não, mas, homem de boa-fé e de esperança que sou, vou torcer para que dêem certo no plenário as mudanças de que a Nação precisa e exige. Os traba-

lhadores, os desempregados, enfim, todos querem o mesmo que nós, Congressistas.

Sou contrário ao requerimento para votação em globo, que representa o cerceamento do direito individual do Parlamentar e a imposição da maioria e das bancadas. Por sua vez, os partidos estarão limitados a 3 destaques para votação em separado. Não estamos exercendo o encontro nacional, o pacto federativo que deve ser produto de uma discussão importante para a vida da Nação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, baseado no art. 192 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, o art. 192 diz:

“Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito o uso da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de cinco minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, ou que esteja em regime de urgência.

§ 1º Só poderão usar da palavra quatro oradores, dois a favor e dois contrários, assegurada a preferência, em cada grupo, a Autor de proposição principal ou acessória e de requerimento a ela pertinente, e a Relator.

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada, ou indicar o Deputado para fazê-lo em nome da liderança, pelo prazo não excedente a um minuto”.

Ou seja, somente um minuto para Liderança. O encaminhamento tem de ser de 5 minutos. A interpretação da Mesa, portanto, está em desacordo com o Regimento Interno, prejudicando as Oposições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não, Deputado José Carlos Aleluia, não me parece que esteja prejudicando a Oposição. O Regimento Interno diz que é um minuto para cada um, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, há uma distinção. Acabei de ler: “...ressalvado o disposto no parágrafo anterior, cada Líder poderá manifestar-se para orientar sua bancada...” O caput do mesmo art. 192 fala em 5 minutos. Portanto, entendo a pressa da Mesa em prestar serviço ao Governo, mas não é o caso de V.Exa.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, permita-me contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Para contraditar, tem a palavra o Sr. Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– V.Exa. está respondendo a esta questão de ordem pela sétima vez. O § 8º do art. 192 é que define a discussão e o encaminhamento do requerimento.

Diz o § 8º do art. 192:

“Art. 192

§ 8º Não terão encaminhamento de votação as eleições; nos requerimentos, quando cabível, é limitado ao signatário e a um orador contrário.”

Os Líderes terão 1 minuto para encaminhar em nome de suas bancadas. Já avanço, Sr. Presidente, neste caso, é requerimento.

Em relação à emenda, o § 7º diz:

“Art. 192

§ 7º No encaminhamento da votação de emenda destacada, somente poderão falar o primeiro signatário, o Autor do requerimento de destaque e o Relator. Quando houver mais de um requerimento de destaque para a mesma emenda, só será assegurada a palavra ao Autor do requerimento apresentado em primeiro lugar.”

Sr. Presidente, pela sétima vez V.Exa. está respondendo à mesma questão de ordem. Se não for obstrução dos proponentes de questão de ordem, não sei qual o nome que se dá a isso.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar. Não estamos votando requerimento de um destaque, estamos votando o requerimento de votação em globo.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Mas é requerimento, Sr. Presidente. É requerimento, repito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Estamos votando vários requerimentos em globo. Portanto, não há como cercear o direito das Oposições de defenderem suas idéias. O Regimento é claro.

Diz o caput do art. 192:

“Art. 192. Anunciada uma votação, é lícito o uso da palavra para encaminhá-la, salvo disposição regimental em contrário, pelo prazo de cinco minutos, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, ou que esteja em regime de urgência.”

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, existe limite. Esta questão de ordem está sendo formulado pela oitava vez.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Diz o § 1º do art. 192:

“Art. 192

§1º Só poderão usar da palavra quatro oradores, dois a favor e dois contrários, assegurada a preferência, em cada grupo, a Autor de proposição principal ou acessória e de requerimento a ela pertinente, e a Relator.”

O § 2º se refere ao encaminhamento. Não há, como se vê, nenhum outro dispositivo genérico. Esse é específico. Portanto, é um direito regimental das Oposições poderem encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Aleluia, solicitei audiência à Mesa, para poder me situar melhor em relação ao problema e, pela informação que tenho da nossa Assessoria, o sistema a ser adotado será o seguinte: o autor do pedido terá 5 minutos para justificá-lo e poderá haver uma contradita de mais 5 minutos. A partir daí, teremos 1 minuto para cada Liderança se manifestar sobre a matéria.

Este é o entendimento da Mesa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, o entendimento da Mesa é prejudicial às Oposições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Como o requerimento é do Deputado Professor Luizinho, S.Exa. dispõe de 5 minutos para encaminhar.

(Não identificado) – É matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Eu não quero encaminhar, Sr. Presidente. A base vai votar favorável a meu requerimento. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não deseja encaminhar. Quem deseja encaminhar contrariamente por 5 minutos? Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Mas o Deputado Haully já encaminhou contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Por 5 minutos, então.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Mas o Deputado Haully já encaminhou contra, Sr. Presidente. Já tivemos dois encaminhamentos contra. É só orientação de Líderes.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço silêncio. Peço ordem no plenário. Estou agindo em conformidade com o raciocínio que me passou o Secretário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Equivocado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Equivocado não. Cinco minutos para contraditar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Mas são dois contra e dois a favor. É o que diz o art. 192. Acabei de ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O que se aplica é o § 8º do art. 192. Já decidi.

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na verdade, o trabalho do Parlamentar, nesta Casa ou em qualquer Casa legislativa, tem que estar em sintonia com a população, com o povo, que, afinal de contas, é quem elege os Parlamentares.

Esta Casa está discutindo matéria de extrema importância: a reforma do sistema tributário nacional. Desde priscas eras tentam fazê-la. V.Exa. mesmo já disse que, em 1990, 1991, já andava por este País pregando a necessidade de realizá-la, assim como o Deputado Haully, o hoje Governador Germano Rigotto e o ex-Deputado Manoel de Castro. Enfim, todos os Deputados dedicados a esta questão vêm discutindo com o povo, em outros parlamentos e em outras instâncias, a questão da reforma tributária. E agora chegou o momento. Parece que desta vez vamos votá-la – espero que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço atenção ao orador que está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA –

Acredito que acontecerão inúmeras modificações no substitutivo apresentado nesta Comissão, caso contrário ele não poderá ser votado, porque ele prejudica o povo brasileiro, e esta Casa é sábia, é inteligente e não aprovará matéria em detrimento do povo. E este momento é importante, porque estamos tentando discutir emendas que foram destacadas. Muitas emendas foram apresentadas a este projeto, o 466, o que mostra o quanto ele precisava e precisa ser modificado para se transformar em boa lei.

Repito: é chegado o momento. Queremos prestar contas à população. Represento segmentos da população que me cobram: “Olha, você está lá, defenda o povo, defenda os interesses da população!” E quando chega o momento de eu assim proceder, não posso fazê-lo, porque o Governo está cerceando a discussão das emendas e dos destaques que mostram e definem posições sobre a reforma tributária. Cada um de nós gostaria de discutir o seu destaque e dar satisfação àqueles que representamos. Foi por isso que me inscrevi para falar a favor do requerimento, para prestar conta ao povo, àqueles que me elegeram. Não poderia ficar calado diante da missão que recebi.

O povo não tomará conhecimento das emendas apresentadas pelos Deputados que levam à melhoria e ao aperfeiçoamento da proposta, que trazem benefício para a população sem inviabilizar, evidentemente, as ações governamentais.

Queremos melhorar a arrecadação dos Estados e Municípios. Queremos, também, que a União tenha recursos necessários para prestar bons serviços à população. Mas não queremos que o contribuinte seja prejudicado. Não é isso que o povo espera de todos os Deputados que aqui estão, não apenas dos Deputados da Oposição, mas, especialmente, dos Deputados da Situação, tendo em vista o discurso que fizeram, de 30 anos, sempre falando em melhoria da qualidade de vida da população. Por isso, a bancada do PSDB vota contrariamente ao requerimento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pela bancada do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para encaminhar pelo PFL, concedo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de lembrar esforço que muitos Parlamentares fizeram para colher um terço das assinaturas, a fim de iniciar tramitação e avaliar suas propostas de emenda ao texto apresentado pelo Governo.

A maioria das emendas não foi incorporada pelo nobre Relator, Deputado Virgílio Guimarães. Muito bem. Restou aos Deputados recorrer dos seus destaques. Por que o Governo teria interesse em não apreciar as sugestões legítimas de cada Deputado desta Casa? Vamos dar o direito aos Parlamentares de se pronunciarem, de incorporarem a esses textos suas sugestões, manifestar seus inconformismos, suas revoltas, porque o texto é ruim para o País, para os contribuintes, apenas Estados, Municípios e tem apenas intuito fiscal.

Sr. Presidente, temos de garantir que cada destaque seja apreciado individualmente. Temos de garantir a palavra, que é o bem maior do Parlamentar. Temos de garantir a liberdade de expressão, consagrada pela Constituição Federal.

Vamos votar contra o requerimento de votação em globo, para garantir a apreciação individual de cada destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Para falar pela Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, a base do Governo encaminha o voto “sim” ao requerimento.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para orientar a bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Walter Feldman, o encaminhamento já foi feito pelo Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Orientação de bancada não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Cambraia acaba de fazer.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Encaminharam, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Não, já foi feito o encaminhamento pelo Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – O Deputado Antonio Cambraia falou contra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Já foi orientado, Sr. Presidente. V.Exa. tem toda razão. Vamos votar.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Para orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Já foi feito o encaminhamento sim.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Não, o Deputado Antonio Cambraia falou contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Em votação o requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Os Srs. Parlamentares que se encontram nas bancadas...

Com a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero apenas apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Sobre o processo de votação?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – É sobre o processo de votação.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Minha questão de ordem está embasada no art. 185. Quero avisar V.Exa. que pretendo me basear no

§ 4º do art. 185, o Regimento me permite. Estabelece o § 4º do art. 185:

“Art. 185

§ 4º *Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos Deputados, ou de Líderes que representem esse número.”*

Portanto, solicito ao PSDB apoio para pedir verificação da votação, com base no § 4º do art. 185.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado José Carlos Aleluia levanta questão de ordem sob a perspectiva de verificação de votação, qualquer que seja o resultado da proposição.

S.Exa. tem apoio no Regimento, mas o Plenário é que decidirá se faremos ou não essa verificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, estou apenas avisando com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Perfeitamente, Deputado José Carlos Aleluia.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA –

Sr. Presidente, peço verificação, com base no art. 185, § 4º, com o apoio do PFL e, espero, do PSDB.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– É votação direta, não é encaminhamento. A base aliada vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– A base aliada ou o PT?

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – O

Governo vota contra, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – A

base aliada. Sou Vice-Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Mas a base aliada não pode falar.

O PT vota contra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– A base aliada?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Para orientar o PFL.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente a requisição apresentada pelo nobre Líder Deputado José Carlos Aleluia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não há encaminhamento, Deputado. É só para manifestar voto a favor ou contra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Votamos a favor do pedido de verificação deste processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É a favor o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Votamos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Walter Feldman vota a favor da proposição.

Em votação o pedido de verificação.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado o pedido.

Passamos agora à votação dos destaques.

Foram rejeitados, portanto, todos os destaques apresentados, à exceção...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pedido de verificação. Vamos votar agora em grupo os destaques individuais.

Os Parlamentares que estão de acordo com o requerimento de votação em globo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, V.Exa. já colocou em votação o requerimento de aprovação em globo, e nós já aprovamos. Agora são os destaques.

(Não identificado) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Coloquei em votação o requerimento, agora são os destaques.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Destaques em globo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, são os destaques? Vamos discutir os destaques. É outra votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos agora examinar...

(Não identificado) – Já votou, Presidente?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Agora vamos votar os destaques, peço o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos agora discutir a admissibilidade dos requere-

rimentos de destaques. Portanto, não há encaminhamento.

(Não identificado) – Há, sim.

(Não identificado) – Há encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Claro que há encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O encaminhamento é para votação da matéria de cada destaque.

(Não identificado) – Muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não é para admissibilidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, nesse julgamento de V.Exa., não sendo admitido, não se encaminha a matéria.

É evidente que a matéria deve ser discutida. Estamos tratando de vários destaques de Deputados, queremos ter o direito de discuti-los.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Já foram rejeitados em bloco, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Não foram rejeitados, não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – A

apreciação será em bloco, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– V.Exa. votou a possibilidade de votar em bloco. Agora, vamos votar em bloco. É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito bem, vamos agora votar em bloco os destaques.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Va-

mos votar em bloco os destaques, sem encaminhamento, Sr. Presidente.

(Não identificado) – Agora está certo, vamos votar os destaques.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não há encaminhamento para isso. Ouço o Líder do PFL sobre o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, mais uma vez, digo: trata-se de votação não de requerimento, mas de destaques em globo. Como poderíamos imaginar que a Comissão funcionaria sem o art. 192. Está claro que existe a possibilidade de encaminhamento: dois a favor, dois contra, por cinco minutos. Não estamos votando um destaque, mas um conjunto de destaques que, pelo requerimento anterior, serão votados em globo.

Queremos que as Lideranças da Oposição, que nesta Comissão são minoria, mas que estão a favor da opinião pública, tenham o direito defender sua tese. Este projeto do meu querido amigo Virgílio Guimarães

está irremediavelmente condenado. V.Exa. elaborou projeto de reforma tributária de muito melhor qualidade do que este e não conseguiu tê-lo aprovado pelo Plenário. Queremos aperfeiçoar o projeto.

(Não identificado) – Sr. Presidente, isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– A questão de ordem se baseia no art. 192.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço ordem ao Plenário.

Deputado José Carlos Aleluia, só se encaminhará matéria destacada. Não concordo com a forma como está sendo tratado o assunto. O Deputado José Carlos Aleluia está defendendo seu ponto de vista, e a Mesa está decidindo. Só terá encaminhamento, Deputado José Carlos Aleluia, a matéria destacada, não a votação em globo.

Portanto, vamos agora votar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, quero levantar questão de ordem.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço ordem ao Plenário, ou vou ser obrigado a suspender a reunião, o que não quero fazer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, a Assessora da Liderança do Governo está orientando o assessor de V.Exa. Isso não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Carlos Aleluia, não dialogue com a Mesa, já decidi: vamos agora à matéria destacada.

Em votação a matéria.

Os Srs. Deputados que aprovam a admissibilidade de todos os destaques individuais permaneçam como se acham e os que forem contrários ao requerimento queiram se manifestar. (Pausa.)

Estão rejeitados, portanto, todos os destaques.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Requeiro verificação com base no mesmo dispositivo utilizado anteriormente – art. 85, § 4º – e peço o apoio do PSDB.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto contrário.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Ainda não passou o prazo, Sr. Presidente. São 15h11min.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Todas as votações poderão ser submetidas à votação nominal, na forma do art...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Esperem. Vou acabar de ouvir a manifestação do Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– É o mesmo dispositivo.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON

– Já foi derrotado uma vez, vamos derrotar de novo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Consulto o Plenário sobre o requerimento do Deputado José Carlos Aleluia para fazer ou não votação individual. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON

– Contra, contra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Rejeitado.

Vamos iniciar pelo Destaque nº 177, apresentado pela bancada do PSDB à Emenda nº 241.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, permite V.Exa. uma rápida intervenção?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pois não, Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Faço apelo aos Parlamentares da Comissão. Cada um tem um papel a cumprir, e precisamos saber respeitá-lo. Embora com todos os percalços que enfrentamos, esta reunião e o período legislativo vão continuar. Amanhã estaremos todos de volta a este Congresso Nacional, por isso temos de ter respeito mútuo, para ter convivência pacífica.

Faço apelo aos Deputados no sentido de que configurem os ânimos, que estão um pouco exaltados, de maneira mais democrática e respeitosa, porque vamos ter de conviver durante toda esta Legislatura.

Percebo que começamos a perder um pouco o sentido – não sei se fome, cansaço e fadiga estão contribuindo para isso. Mas estamos avançando. Peço, então, bom senso para que possamos prosseguir com os trabalhos em ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Também peço, Deputado Pedro Henry.

Sobre a mesa Requerimento de Destaque nº 177, da bancada do PSDB, para votação da Emenda nº 241, de 2003, que passo a ler:

“Acrescentar o §3º ao art. 145; acrescentar os incisos IV, V ao art. 146; substituir a alínea “c” do inciso III e o §1º do art. 150; substituir a alínea “h” do inciso VI, §2º, do art. 155, constante do art. 1º do Substitutivo, pela redação da alínea “e” do inciso VI do §2º do art. 155 dada pela emenda; substituir o inciso VII do §2º do art. 155; substituir o “j” do inciso XII do § 2º do art. 155; substituir o art. 179;

substituir os §§ 12 e 13 do art. 195; substituir os arts. 92, 94 e 95 da ADCT.”

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra para uma questão de ordem, Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE –

Quero, sobre esse assunto, Sr. Presidente, em se tratando de requerimento de autoria do Deputado Jutahy Junior, e emenda também, invocar o §7º do art. 192: no encaminhamento de votação somente poderão falar o primeiro signatário, o autor do requerimento e o Relator.

Nesse caso, o primeiro signatário e o autor da emenda não estão presentes. Portanto, a menos que o Relator queira pronunciar-se, ninguém mais poderá fazê-lo sobre essa questão.

É o encaminhamento de votação para o qual peço a consideração de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Para contraditar, tem a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr.

Presidente, a emenda já foi chamada emenda de bancada, evidentemente assinada pelo Líder, mas subscrita por todos os demais Deputados que lá apuseram sua assinatura.

Com relação ao autor, da mesma forma, os Deputados do PSDB que estão aqui foram indicados pela Liderança.

É mais uma forma de cercear a palavra dos Deputados da Oposição essa manobra regimental que está sendo apresentada pela Situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É regimental, Deputado Beto Albuquerque, a emenda de bancada. Em razão disso, qualquer Deputado da bancada do PSB pode fazer o encaminhamento por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE –

Presidente, desculpe-me a insistência. Não quero ir de encontro a sua orientação, mas o § 7º é claríssimo, indiscutível: só poderá falar o primeiro signatário. Se existem outros 100, só pode falar o primeiro. Ninguém mais. Está claro no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não pode se aplicar às emendas de bancada, Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pela ordem ou para encaminhar?

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, quero encaminhar como autor. Se V.Exa. já decidiu, eu encaminho como autor direto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para encaminhar, em nome da bancada do PSDB, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, fico absolutamente impressionado – e chamo a atenção do Deputado Beto Albuquerque –, com o medo da base do Governo de discutir as questões relevantes nessa proposta de reforma tributária.

Talvez a fala mais lúcida que tenhamos ouvido ao longo do dia de hoje tenha sido a do Deputado Roberto Jefferson, que definiu muito bem a proposta apresentada e defendida pelo Governo do PT. É uma proposta que trata basicamente de aumentar a arrecadação. É uma derrama que se faz sobre o povo brasileiro, já obrigado a recolher uma carga tributária de quase 40% do PIB. Quer dizer, toda a população brasileira trabalha 4 meses por ano gratuitamente para o Governo.

O Deputado Roberto Jefferson também alertou para um ponto muito importante – chamo a atenção do Deputado Professor Luizinho para isso –, que é a necessidade de que os partidos desta Casa se mobilizem no sentido de que sejam apresentadas e debatidas medidas que possam defender o contribuinte.

O Deputado Roberto Jefferson – e peço vênias mais uma vez para citá-lo – dizia: “Nenhum partido aqui apresentou medidas que tratassem do interesse do contribuinte.” Não é verdade. O PSDB preparou, na última semana, uma pauta mínima de discussão acerca da reforma tributária em que 11 pontos foram apresentados e, destes, Sr. Presidente, 11 eram relacionados a emprego, crescimento econômico e garantias para o contribuinte.

Deputado Beto Albuquerque, com esse destaque o PSDB propõe uma medida que convencionamos chamar de Super SIMPLES. Em seus 8 anos de governo, o PSDB implementou uma série de modificações no sistema tributário brasileiro, com medidas infraconstitucionais que mostravam avanço e boa vontade de compreender as dificuldades fiscais por que o País passava, mas que, ao mesmo tempo, era possível manter uma carga tributária elevada e melhorar a sua eficiência econômica.

Dentre as várias modificações feitas por nosso Governo, Deputado Beto Albuquerque, encontra-se essa medida chamada SIMPLES, que significou um enorme avanço na vida de milhares e milhares de pequenas e microempresas espalhadas por este País. Foi uma medida que gerou quantidade enorme de empregos, Sr. Presidente, e precisa avançar, precisa ser aprimorada e melhorada para que mais pequenas

e microempresas possam ser atendidas por esse sistema, e de uma forma mais qualificada.

Digo isso, Deputado Beto Albuquerque, porque há sempre um temor por parte da fiscalização de que se simplifique demais a forma como o contribuinte recolhe seus tributos. Mas a medida proposta pelo PSDB, o Super SIMPLES, busca unificar os diversos sistemas SIMPLES existentes no País para todos os tributos federais, estaduais e municipais, permitindo que as pequenas e microempresas de todo o País, em qualquer Estado e Município, possam fazer um recolhimento único de tributos.

Imagine, Sr. Presidente – e nós aqui não fazemos idéia – aqueles que não são empresários ou microempresários, ou que tenham ligações com o setor empresarial, e está aqui o nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, o que significa para uma pequena ou microempresa o custo administrativo para manter em dia os seus tributos com o Governo e a dificuldade que se tem, nessa voracidade fiscal do Estado, para entender a forma de recolher esse ou aquele tributo. Já melhorou muito. Os avanços do Governo passado com a criação do SIMPLES permitiram uma facilitação às pequenas e microempresas, mas podemos avançar mais.

Neste momento, Deputado Virgílio Guimarães, o PSDB quer tão-somente aprimorar o instrumento que V.Exa. busca – e vejo sua boa intenção neste sentido – com o texto referente às pequenas e microempresas ao incluí-lo no seu relatório.

Na prática, Sr. Presidente, essa emenda propõe o imposto único para as pequenas e microempresas. Na verdade, a exigência e o recolhimento seriam centralizados no Tesouro Nacional e imediatamente partilhados entre Estados e Municípios, e permitiria a essas empresas o recolhimento mais simplificado.

É uma medida de justiça, de eficiência econômica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço ao Plenário que preste atenção ao orador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Confesso que pouco consigo ouvir minha voz.

É uma medida, Sr. Presidente, que permitiria maior eficiência econômica a essa quantidade enorme de pequenas e microempresas que se espalham por este País, e que infelizmente são sobrecarregadas e pressionadas pelo Governo, pelos Fiscos Municipal, Estadual e Federal, sem que consigam estar em dia com as suas obrigações.

Essa medida, Sr. Presidente, significaria um alívio na política econômica ortodoxa do Governo do PT, que insiste em mantê-la sem que haja qualquer crise externa que justifique um aperto tão grande como o que

se faz na economia brasileira, aperto responsável, em 7 meses de Governo, pela existência de mais de 700 mil desempregados. E vamos continuar caminhando na direção do agravamento dessa situação, se medidas contundentes não forem tomadas, medidas que signifiquem a neutralidade dessa reforma tributária.

O PSDB tem-se posicionado contrariamente à essa reforma porque entende que ela não é neutra e aumenta a carga fiscal. Entende também que não aumenta a eficiência econômica para as empresas brasileiras. Mas, Deputado Professor Luizinho, o PSDB não é contra qualquer tipo de reforma tributária. O PSDB é a favor de que se faça uma reforma tributária que signifique avanços para o contribuinte, oportunidades de geração de emprego e possibilidades de crescimento para o nosso País.

Portanto, Sr. Presidente, o destaque apresentado pelo PSDB é uma maneira concreta para que o Governo – que fala uma coisa na televisão e faz outra, só quer saber de aumentar a carga tributária e sua arrecadação – possa dar um sinal para a sociedade brasileira da importância de gerar empregos.

Dessa forma, pedimos o voto favorável às pequenas e microempresas e principalmente ao emprego. São pelo menos 700 mil empregos que o PT já liquidou no País, em seus 7 meses de Governo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, essa emenda que trata de diversos assuntos já foi acolhida parcialmente. Inclusive, no que se refere às pequenas e microempresas já incluímos em nosso relatório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos ouvir o Sr. Relator a respeito do destaque.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – O tema já foi abordado de maneira adequada, inclusive teremos, no devido tempo, a lei geral da pequena e da microempresa, que será discutida nesta Casa. Portanto, os aspectos em que há avanços já foram acolhidos. Os próprios do sistema tributário e outros mais já estão apontados para serem discutidos no seu devido espaço.

Portanto, opino pela rejeição da emenda em seu todo, porque parcialmente já foi acolhida naquilo que tem de positivo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar o PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Em votação o destaque.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço silêncio ao Plenário.

Para orientar bancada...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Peço ao Deputado Gerson Gabrielli, 1º Vice-Presidente, que proceda à orientação da Bancada do PFL na votação desse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, quero registrar que nessa matéria conseguimos um relativo avanço. Mas 4,5 milhões de empresários no Brasil, em 7,5 milhões de pontos-de-venda, precisam de mais atenção dos Governos Federal, Estaduais e Municipais.

Achamos, Sr. Presidente, que é possível melhorar esse texto com a proposição do nobre Deputado Eduardo, a qual é muito coerente e fundamenta a tese do avanço da matéria.

Tivemos, ao longo desse período, conquistas, como o Estatuto da Pequena Empresa; o SIMPLES e o REFIS, que amenizou o drama do setor. Trabalhamos na Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa e juntos nos empenhamos para que o microcrédito torne-se uma realidade no País. Contudo, o texto precisa ser enriquecido exatamente com a proposição do nosso querido Eduardo.

Quero dizer, Sr. Presidente, que esta Casa praticamente tem consenso quanto à defesa intransigente de quem gera emprego e renda no Brasil. E esse setor gera 15 milhões de empregos e tem 7,5 milhões de pontos-de-venda. Diria até, Sr. Presidente, ao fazer proposição na direção da fundamentação da emenda que, se tivéssemos tratamento diferenciado, nosso setor poderia resolver o problema do desemprego no País. Se os juros e a carga tributária fossem civilizados, se empregássemos em cada ponto-de-venda um funcionário, teríamos condições de imediatamente gerar 7,5 milhões de empregos. É só deixar o setor produtivo trabalhar em paz.

Somos a favor da proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Mendes Thame, para encaminhar em nome do PSDB.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos Estados Unidos existem 25 milhões de empresas, pessoas jurídicas, que equivalem a quase 10% da população. Aqui no Brasil temos 4,5 milhões de empresas. Se tivéssemos 10% da população, em número de empresas jurídicas, teríamos 17 milhões de empresas, o que mostra um imenso espaço para crescer. Poderíamos

amos ter 12 milhões de empresas a mais, só que, para criarmos 12 milhões de empresas, essas não poderiam ser grandes empresas. Temos de criar pequenas e microempresas.

Hoje, as microempresas já respondem por 26% dos postos de trabalho. As grandes corporações, nos últimos 5 anos, não cresceram nada. As microempresas cresceram 25% em número de empregos. O que estamos esperando? A proposta atual do Governo é destruidora de empregos, é laborcida. Precisamos de uma proposta laborgênica, que crie empregos. E é por isso que surge a proposta de criação do SIMPLES, do Super SIMPLES, do SIMPLES Brasil, que estenda o SIMPLES para todas as pequenas e microempresas e, mais ainda, unifique os 3 tributos, federais, estaduais e municipais, em um único, numa só guia, numa só fiscalização, num só cadastro, simplificando o sistema caótico de cobrança de empresas, o sistema contábil e o sistema social, porque vai simular justamente as pequenas empresas. O Governo já está fazendo muito no microcrédito. Se fizer um esforço nesse SIMPLES, teremos condições de gerar milhares de empregos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Em votação o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Peço verificação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ainda não cabe verificação. Faltam 2 minutos para verificação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, são 15h12min.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, pode-se verificar na Taquigrafia .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não cabe, Deputado Aleluia. Marquei o tempo aqui. Ainda faltam dois minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, o Deputado Beto Albuquerque, da base do Governo, disse que eram 14h11min por aquele relógio.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Sr. Presidente, ponha ordem na Casa. O Deputado Aleluia toda hora quer falar. Vamos comprar um microfone para ele.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Vamos recorrer à fita gravada pela TV Câmara. Acho que resolve o problema.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Esperem! Esperem! Calma! Precisamos ter paciência. A Secretária está me informando que faltava um minuto ainda para completar. Então, vou conceder a verificação. Pedido de verificação concedida.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Agradeço, Sr. Presidente. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos à verificação.

Como vota o Deputado Carlito Merss?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Apesar das 5 horas de obstrução, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Mentor. (Pausa.) Ausente.

O Deputado Paulo Bernardo vota “não”.

Deputado Paulo Rubem Santiago. (Pausa.) Ausente.

O Deputado Virgílio Guimarães vota “não”.

Deputado Walter Pinheiro. (Pausa.) Ausente.

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, a orientação do PFL é para que seus Deputados fiquem em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Em obstrução o PFL.

Deputado Barbosa Neto, pelo PMDB.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO – “Não.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Borba. (Pausa.) Ausente.

O Deputado José Priante vota “não”.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Pedro Novais. (Pausa.) Ausente.

Deputado Antonio Cambraia, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Em obstrução o PSDB.

Pelo PP, o Deputado Francisco Dornelles vota “não”.

Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Romel Anizio.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Nelson Markezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI
– “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – “Não”, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Estou procedendo à chamada. Por favor, não estou ouvindo as pessoas.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– O Deputado Roberto Jefferson vota “não”.
Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Sandro Mabel. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE
– “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado André Zacharow.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– O Deputado Sérgio Miranda vota “não”.

Deputado Sarney Filho. *(Pausa.)* Ausente.

Vamos completar agora a chamada começando pelo PT, que possui três votos.

Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Fernando Ferro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Nilson Mourão.

O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Completado o PT.

Passo para o PFL, que estava em obstrução.

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – “Sim”, a favor das pequenas e microempresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, em nome do CDL, Associações Comerciais, Federações do Comércio, MONAMPE, SEBRAE e de todos os empresários do Brasil, nosso voto é “sim”. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Arruda. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Machado. *(Pausa.)* Ausente.

O Deputado Mussa Demes também vota “sim”.

Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– O PFL tem ainda dois votos.

Deputado Aroldo Cedraz. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eduardo Sciarra. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eliseu Resende. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Júlio César.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Onyx Lorenzoni. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Vic Pires Franco. *(Pausa.)* Ausente.

Dois votos para Deputado do PMDB.

Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado André Luiz. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Carlos Eduardo Cadoca. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Eduardo Cunha. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Paulo Lima. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, quero declarar o voto pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Antonio Cambraia, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Julio Semeghini. (Pausa.) Ausente. Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – “Sim”, pela microempresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Narcio Rodrigues. (Pausa.) Ausente. Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Tudo pela pequena e microempresa, Sr. Presidente. Meu voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Anivaldo Vale. (Pausa.) Ausente. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Para se criar empregos e pela microempresa, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Para gerar emprego, Sr. Presidente, os 700 mil do Governo do PT, “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Sandro Mabel, pelo PL. (Pausa.) Ausente. Deputado Bispo Rodrigues. (Pausa.) Ausente. Deputado Giacobbo. (Pausa.) Ausente. Deputado Jaime Martins. (Pausa.) Ausente. Pelo PSB, Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, já respondi anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Desculpe-me, Deputado Beto Albuquerque, V.Exa. realmente já havia respondido.

Pelo PV, Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Algum Deputado que foi chamado ainda se encontra presente?

Pelo PFL, o Deputado Onyx Lorenzoni vota “sim”.

Vamos conferir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Sr. Presidente, pelo PMDB, meu voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – (Pausa.) Proclamo o resultado: 27 votos “não”; 11 votos “sim”.

O destaque foi rejeitado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma importante questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, refiro-me ao art. 46, § 2º, do Regimento Interno, que determina:

“Art. 46

§ 2º As reuniões das Comissões Temporárias não deverão ser concomitantes com as reuniões ordinárias das Comissões Permanentes.”

Quero dar conhecimento à Mesa que estão em funcionamento as Comissões de Segurança Pública e de Economia, portanto, Comissões Permanentes, o que inviabiliza a manutenção do funcionamento desta Comissão Temporária, com base no art. 46, § 2º do Regimento Interno. Solicito encerramento imediato desta sessão.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI – Não, Sr. Presidente, Comissão Especial prevalece.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, isso já é *jus esperniandi*. Não tem fundamento algum no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, respondo à questão de ordem. Depois de iniciada uma reunião de Comissão Permanente, seu prosseguimento não é inviabilizado. O que a inviabiliza é o início da Ordem do Dia. Quando isso acontecer, e se de fato acontecer, suspenderemos a sessão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, respeito a decisão de V.Exa., mas apenas quero frisar, mais uma vez, que o § 2º do art. 46 é claro:

“Art. 46

§ 2º As reuniões das Comissões Temporárias não deverão ser concomitantes com as reuniões ordinárias das Comissões Permanentes”.

(Não identificado) – Elas, então, é que deverão ser suspensas.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa. porque o parágrafo é muito claro, e já há uma Comissão Permanente funcionando. O Regimento foi feito exatamente para que não ocorram reuniões de Comissões Temporárias paralelamente às reuniões de Comissões Permanentes.

Esse é o Regimento. Se não é bom, a Assessoria poderia propor sua mudança. Mas, enquanto o Regimento deixar claro que “as reuniões das Comissões Temporárias não poderão ser concomitantes com as

reuniões das Comissões Permanentes”, o que está no § 2º do art. 46, temos que segui-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Aleluia, V.Exa. me perdoe, mas a reunião foi marcada para as 10 horas da manhã. Quando começamos a reunião, não havia nenhuma Comissão Permanente em funcionamento.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

– É isso, Sr. Presidente! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Se for assim, teremos de interromper toda reunião que se apresente a partir deste momento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Toda vez que não houver acordo, sim, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Só podemos fazer isso quando se iniciar a Ordem do Dia. Desculpe-me, mas mantenho minha decisão e passo ao destaque seguinte.

Destaques nº 229, Emenda nº 193, de minha iniciativa. Portanto, peço ao Deputado Gerson Gabrielli que me substitua na Presidência para que eu possa defender o destaque apresentado pela bancada do PFL.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Deputado Gerson Gabrielli, considerando que vamos pedir verificação, pergunto a que horas poderemos pedir a próxima verificação para que a Mesa não mude novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Às 15h22min.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Não é possível!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO

– Sr. Presidente, levantei a questão de ordem depois. Será que não demorou mais de um minuto?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Não é possível uma coisa dessas. Vamos ser honestos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Levantei a questão de ordem depois da proclamação do resultado da última votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Sem questão de ordem, nobres Deputados.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Não vai gastar 5 minutos para decidir isso, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Passo a palavra ao eminente Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, fiz uma indagação.

Veja V.Exa.: colocar gente em cargo de confiança para assessorar resulta nisso. Quem deveria estar assessorando é a Secretaria da Comissão, e não alguém que tem cargo de confiança e está querendo prestar serviço ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Um minuto, por favor. Estamos aqui consultando a Secretaria da Mesa. Peço a todos um pouco de calma.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

– O Deputado Mussa Demes está com a palavra. O Presidente já concedeu a palavra ao Mussa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Orientação da Secretaria: às 15h22min foi proclamada a última votação. Então, apenas daqui a uma hora poderemos ter...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – A que horas a votação foi proclamada, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Às 15h22min.

(Não identificado) – Sr. Presidente, é impossível!

(Não identificado) – Sr. Presidente, há um erro.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) – Essa obstrução é muito burra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Consultamos a Secretaria da Mesa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa. para que aja com correção. Depois de proclamado o resultado, apresentei uma questão de ordem e, é claro, que não o fiz em menos de um minuto e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– A resposta a essa questão de ordem já foi proclamada pela Mesa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Não é possível. Inclusive, com a complementação por parte do Deputado José Carlos Aleluia, que seja às 15h22min. Não é possível, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Essa questão de ordem já foi respondida pela Mesa.

Por favor, a questão de ordem já foi respondida às 15h22min.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Não é possível! Sr. Presidente, exijo o devido cumprimento ao horário. Temos um relógio de frente aos Parlamentares da Comissão, que deve ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– A próxima aferição será as 15h22min.

Gostaria de assegurar a palavra ao eminente Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– O Regimento diz, no art. 262, que o Secretário das reuniões é alguém que tem uma formação específica e não alguém que possui cargo em confiança. Portanto, a Secretária Angélica, seguramente, estaria conduzindo isso com mais tranqüilidade do que um chefe que não está preocupado com o cargo.

Os americanos costumam dizer que os Ministros trabalham pela vontade do Presidente, e as pessoas que têm cargo em confiança trabalham...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr.

Presidente, é uma coação inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– O nobre secretário começou a trabalhar junto com a Comissão às 10 horas e está nos assessorando com muita competência. Então, quero assegurar sua companhia no assessoramento.

Gostaria de proclamar, mais uma vez, que a última votação foi às 15h22min, portanto, a próxima aferição será às 16h22min.

Passo a palavra imediatamente ao Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO MUSSA DEMES – Sr. Pre-

sidente, companheiros da Comissão, o destaque que passo a defender por indicação do meu partido diz respeito à inclusão, através de emenda por mim apresentada, do § 8º ao art. 150 da Constituição Federal, assim redigido: “Ninguém será processado penalmente antes de encerrado o processo administrativo tributário que aprecie a matéria da denúncia”.

Faço isso na linha de raciocínio do Deputado Roberto Jefferson que me precedeu e, muito apropriadamente, disse que a proposta do Poder Executivo, bem como as modificações introduzidas ao substitutivo do Relator, Deputado Virgílio Guimarães, não contemplam efetivamente o contribuinte como peça importante no processo fiscal brasileiro.

Tenho acompanhado, ao longo desses anos em que fui Relator, o que acontece em relação aos procedimentos fiscais no Brasil. Recentemente, a Gazeta Mercantil publicou matéria que diz que, no caso dos procedimentos fiscais feitos em São Paulo, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal como no da Secretaria de Fazenda Estadual, rotineiramente, são encaminhadas cópias ao Ministério Público para que

seja instaurado de imediato procedimento criminal contra essas pessoas, antes mesmo de ficar configurado o crime de sonegação fiscal, o que seria, obviamente, objeto de denúncia pelo Ministério Público.

O que me faz, mais uma vez, retornar ao plenário da Comissão com o objetivo de que essa matéria seja aprovada através de destaque foi um fato que aconteceu no Estado de Santa Catarina quando ainda era Relator da PEC nº 175-A. O procedimento feito na esfera estadual foi concluído na área penal, porque os projetos tramitaram de forma concomitante, e um pequeno empresário de Santa Catarina estava cumprindo pena quando o processo fiscal que deu origem à denúncia foi considerado insubsistente. Nobre Relator Virgílio Guimarães, isso equivale a se executar um inocente que está na câmara aguardando pelo resultado e, depois, a própria Justiça chega à conclusão de que ele não praticara aquele crime.

Essa não é matéria que aumente ou reduza a carga; essa não é matéria que dê mais dinheiro a Estados ou a Municípios em detrimento da União. É uma matéria que sinaliza, tenho certeza de que V.Exa. haverá de compreender, no sentido de que o contribuinte também deve ter seus direitos preservados, o que, infelizmente, no relatório de V.Exa., a exemplo do que acontece no texto originário encaminhado pelo Poder Executivo, não está adequadamente atendido.

Por isso, peço aos meus companheiros de Comissão que tanto o Governo como a Oposição reflitam bem antes de decidir sobre o assunto, pois espero conseguir a aprovação dos meus pares para esse destaque que apresento, o qual foi acolhido pela liderança do meu partido para ser votado em separado neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Muito obrigado, nobre Deputado.

Com a palavra o eminente Relator Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mui-

to obrigado, Presidente.

Trata-se de emenda meritória do nosso Presidente, Deputado Mussa Demes, que visa à proteção do consumidor.

O relatório apresentado possui uma série de dispositivos de proteção ao consumidor que foram debatidos, apurados e encontrou-se uma fórmula adequada, como foi o caso das diversas noventenas criadas nesta Casa.

No que se refere especificamente a esta emenda, gostaria de lembrar que teremos oportunidade, Deputado Mussa Demes, de aperfeiçoar o seu texto, que é o que sempre defendi nas conversas que tivemos.

Convenci-me de que o texto dessa emenda traria alguns riscos que não poderíamos correr, como no caso de impedir que alguém seja processado e não seja condenado. Por exemplo, nos casos de flagrante, não se poderá estender o processo no caso penal. Parece-me que essa é uma questão que temos de amadurecer e procurar um texto adequado.

Como a votação não irá eliminar a emenda, ela continua existindo, sobrevive ao texto, temos a possibilidade de, no plenário, encontrar a solução para todas essas interrogações sobre qual seria o texto adequado para revestir a preocupação com a proteção ao consumidor. Essa preocupação é de nós todos, em grande medida já consagrada no texto que votamos, e ofereço meu parecer pela rejeição do destaque, sem prejuízo de oportunamente discutirmos em plenário.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, o Deputado Mussa Demes é o autor da emenda. Como sou o autor do destaque, gostaria de ter a palavra assegurada por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Depois do Relator, eminente Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sim, porque V.Exa. passou a palavra ao Relator sem assegurar a palavra ao autor do destaque, como determina o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Assegurei a seqüência da ordem, que é regimental.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – O Regimento é claro: impõe que o autor do destaque tenha assegurada a palavra, até para que possa esposar seus argumentos.

Comprometo-me com V.Exa. a não usar os 5 minutos, mas quero ter garantido o direito de falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Asseguro a palavra ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Agradeço a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Esses excessos acabam por derrotar o destaque, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Eu estava disposto a votar essa emenda, mas esses excessos vão acabar atrapalhando, porque inviabilizam a negociação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Quero assegurar a palavra ao nobre Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, autor da emenda.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Eu encaminharia a favor, porque a emenda é boa, mas esses excessos acabam inviabilizando.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Conforto o Deputado Roberto Jefferson: não irei abusar do tempo, não usarei os 5 minutos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Relator, nesta reforma muito se tem falado em diversos interesses que estão em jogo.

Vemos constantemente a pressão dos Governadores nesta Casa. Inclusive, amanhã haverá reunião do Fórum de Líderes com eles, pressão que é legítima, justa. Afinal de contas, os Estados passam por situação de dificuldade na organização dos seus orçamentos. Estamos vendo uma crescente pressão dos Prefeitos, também justa, porque as Prefeituras Municipais estão encarregadas de prestar os serviços básicos de atenção à população. Infelizmente, hoje, não estão devidamente aparelhadas de recursos a fim de que possam prover esses serviços com qualidade, eficiência, agilidade e rapidez. Estamos vendo a crescente pressão dos empresários, preocupados com a aprovação deste texto, empresários que em todo Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, manifestam-se contrários, clamam a este Congresso, a esta Comissão, a estes Deputados que se posicionem contrariamente a essa proposta de reforma fiscal. Contudo, Sr. Presidente, é difícil percebermos a pressão do contribuinte, e ele deve ser o destinatário principal do legislador; ele deve ser o objeto principal das nossas preocupações ao aprovarmos este texto.

O Deputado Mussa Demes, que dispensa elogios, porque, sem dúvida alguma, é um dos maiores conhecedores de matéria tributária do País, que como Relator apresentou proposta muito mais profunda, que fazia justiça fiscal e protegia o contribuinte, S.Exa. que tem sido um arauto do não-aumento da carga tributária neste País, apresenta este destaque justamente para alcançar o destinatário final, que deve ser o objeto principal das nossas preocupações: o contribuinte brasileiro.

Não sei como o Relator pode dar um parecer pela não-aceitação deste destaque, visto que sei da sensibilidade social de S.Exa., que é também do seu Governo. Imagino que eles deveriam estar preocupados com o contribuinte.

Você, que está me assistindo agora, você, que está me ouvindo neste momento, precisa ter consciência de que só existem 2 partidos que estão defendendo os contribuintes. Agora, estou vendo que há um terceiro, através das palavras do competente Líder Roberto Jefferson, que já se manifesta favoravelmente a este destaque. Em homenagem a S.Exa., ao seu voto favorável e do seu partido, é que encerro conclaman-

do todos os partidos para que votem favoravelmente ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Com a palavra o eminente Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES –

Pelas razões expostas, mantenho o parecer pela rejeição.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI

– Sr. Presidente, vamos votar!

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Quem votar “sim” concorda com a modificação do texto do substitutivo, ou seja, com o destaque; quem votar “não” mantém o texto do substitutivo, ou seja, vota com o Relator.

Em votação o Destaque nº 229.

Orientação de voto das bancadas por 1 minuto.

Gostaria de seguir a ordem, para agilizarmos o processo.

Pelo PV. (Pausa.)

(Não identificado) – Pelo PV, 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Pelo PCdoB.

(Não identificado) – Pelo PCdoB, 1 minuto. Abre mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Pelo PDT. (Pausa.)

Pelo PPS.

(Não identificado) – Pelo PPS, 1 minuto. Abre mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Pelo PSB.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Sr. Presidente, para não quebrarmos ainda mais o acordo feito de não haver modificações a não ser no plenário, o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Pelo PL. (Pausa.)

Pelo PTB.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON

– Presidente, esta é a melhor emenda da lista de destaques. Lendo com calma, temos apenas um conflito no final, quando se fala em matéria de denúncia. O procedimento administrativo tributário se instaura por portaria, não por denúncia.

Não sei se o espírito do autor da emenda foi o de sustar os processos criminais em andamento ou de tentar exaurir administrativamente a matéria antes da denúncia criminal. Se é esse o objetivo, a redação está equivocada; se é esse o objetivo, não se pode falar em denúncia, mas em portaria, porque o proce-

dimento administrativo se instaura com portaria e não com denúncia. Instaura-se com denúncia a ação penal, não o procedimento administrativo.

A emenda é a melhor que temos, porque tem o espírito de proteger o contribuinte. É a melhor – repito. Para o plenário, Deputado Mussa Demes, assumo compromisso com V.Exa. de votar a matéria, porque o espírito é excelente, mas a redação está equivocada. Somente por isso.

Dessa maneira, Sr. Presidente, vamos para plenário. O voto do PTB é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Concedo rapidamente a palavra ao Relator, para que faça os devidos esclarecimentos.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Já esclareci. Existem problemas de redação e pretendemos fazer a correção em plenário. Como disse, há o problema do flagrante, há questões que precisam ser melhor aprofundadas. O espírito é o mesmo que presidiu o acolhimento de outras medidas de proteção ao consumidor.

Como não haverá prejuízo, porque a emenda irá sobreviver até o plenário e, portanto, teremos oportunidade de discutir e buscar o melhor formato, neste momento, quanto ao destaque, o parecer é pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Como vota o PP? (Pausa.)

Como vota o PSDB?

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, o PSDB é favorável à emenda, apesar de reconhecer que o Deputado Roberto Jefferson acaba tendo um pouco de razão na sua abordagem. O nobre Relator já sinalizou claramente a inaceitabilidade desta emenda. Portanto, há algumas questões até difíceis de serem entendidas. Se é questão que pode ser aceita e não mexe no bolso de ninguém, só resguarda direitos, por que, Sr. Relator, já não veio a correção neste texto? Se é positivo, se resguarda os interesses dos contribuintes brasileiros e não afeta os interesses do Governo, poderíamos já ter passado sobre isso, sem ter essa discussão e levar ainda ao plenário.

O PSDB vai encaminhar o voto “sim”, favorável à defesa. Pelo menos um pequeno alento o Governo poderia sinalizar para o contribuinte brasileiro.

O PSDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Muito obrigado, nobre Deputado.

Como vota o PMDB?

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – Sr. Presidente, já tivemos oportunidade de refletir sobre

o assunto quando discutimos aspectos relacionados às contribuições da Previdência.

Quero chamar a atenção do Plenário para importante detalhe. Amanhã seremos acusados de ter dado cobertura aos que sabidamente sonegam. Estamos instituindo mecanismo para que toda aquela seqüência de recursos que verberamos no Judiciário seja trazida para a burocracia oficial. Dessa forma, nunca mais teremos a conclusão de processos administrativos fiscais, porque eles importarão no salvo-conduto dos sonegadores.

É possível que algum contribuinte seja indevidamente submetido à situação constrangedora, tal qual um juiz que decreta a prisão de alguém e depois reconhece que deve absolvê-lo. No entanto, generalizarmos os sonegadores, dando-lhes cobertura em âmbito constitucional e imunidade – e já discutimos isso tantas vezes em termos legais e não fizemos concessões. Isso, de fato, é abusar da condição de imaginar que estamos protegendo o contribuinte. Estamos protegendo, sim, os sonegadores, especialmente os grandes, que terão mecanismos para postergar ad infinitum os processos contra eles formulados.

Dessa maneira, o PMDB encaminha contrariamente, com todo o respeito que merece o nobre Presidente, Deputado Mussa Demes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Obrigado, nobre Deputado.

Como vota o PP?

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, nós do PP estamos nesta Comissão para defender o acordo que fizemos antes de começar esta discussão. Votamos o relatório do ilustre Relator e vamos votar contrariamente aos destaques. Não estamos discutindo o mérito. Sem dúvida alguma, o destaque ressalta, para votação em separado, emenda que pode ser aproveitada, mas o que estamos discutindo é o tempo em que se vai fazer isso.

Queremos melhorar o relatório do ilustre Deputado Virgílio Guimarães no plenário da Câmara dos Deputados. Portanto, vamos encaminhar contrariamente ao destaque, lembrando que vamos discutir o assunto no plenário, o fórum adequado para isso. Queremos aprovar uma redação satisfatória para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Obrigado, eminente Deputado.

Como vota o PFL?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI – Sr. Presidente, desde que se iniciou a apreciação da reforma tributária, só há uma vítima: o contribuinte.

O cidadão brasileiro não encontra na reforma nada, a não ser o aumento da sua via-crúcis. E o pior:

há ainda no texto a clara possibilidade da criação de novos impostos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Gostaria de assegurar a palavra ao nobre Deputado. Por favor, silêncio!

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI – Nunca, em tempo algum, quando se falou em reforma tributária, se pôs a mão tão fundo no bolso do contribuinte brasileiro.

Além das questões relativas à desestruturação dos Estados no que diz respeito aos programas de atração de investimento e à manutenção de investimentos nacionais e internacionais feitos no Brasil – o que é uma tragédia no relatório do nobre Relator – queria, em nome do PFL, encaminhar este destaque, originado da emenda do nobre Deputado Mussa Demes, absolutamente favorável. Ele recompõe o compromisso que deveríamos ter, mas que apenas poucos teimosamente têm defendido nesta Comissão e que se prolongará na luta em plenário. Refiro-me à defesa do contribuinte brasileiro, que hoje está mais do que desassistido, está despossuído, à mercê de um governo que busca retirar a última gota do seu sangue. No entanto, não fará isso porque o PFL estará permanentemente em defesa do cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Muito obrigado, nobre Deputado.

Como vota o PT?

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – Sr. Presidente, o PT vota “não” nesta matéria, sem prejuízo de que em plenário, ouvindo-se os argumentos do autor da emenda, do Relator e de outros Parlamentares, possamos reconsiderar a questão.

Votamos “não” neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Para orientar a bancada, concedo a palavra ao Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE –

Encaminhamos o voto e rejeitamos as recentes declarações absolutamente inverídicas de aumento de impostos e de carga tributária. Elas não coincidem em nada com a realidade. Só não vê quem não quer, até porque, quando esteve no Governo, não soube olhar para frente, como há pouco me referi.

O voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Obrigado, eminente Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, gostaria de invocar mais uma vez o art. 185, § 4º, depois de proclamado, para que V.Exa., com o apoio do PSDB, submeta-o à possibilidade de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Estamos em processo de votação.

Em votação o Destaque nº 229.

Os Deputados favoráveis à aprovação do destaque, ou seja, à modificação do texto, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

“Nos termos do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, requeremos votação nominal ao Destaque nº 229 da bancada do PFL, apresentando a PEC nº 41, de 2003.”

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MANGALHÃES NETO – V.Exa. deve primeiro proclamar o resultado e depois submeter o requerimento do PFL que, na prática, é de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Este Não é de verificação, mas processo de votação.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, o processo de votação é o principal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Gostaria de submeter o requerimento à votação.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, o processo de votação é decidido no corpo principal. Vou levantar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Gostaria de submeter o requerimento, segundo orientação da Secretaria.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Para uma questão de ordem, com a palavra o Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, o método de votação é decidido na votação do principal. No corpo da lei, decidimos qual será o método. O método decidido no corpo da lei seguirá a base de todas as votações complementares.

A votação nominal não foi aprovada como método nesse processo do relatório do Relator nesta Comissão. Portanto, depois de estarmos há 2 dias em debate, não há como querer apresentar este requerimento que nos ofende e inclusive agride do ponto de vista regimental e do poder de obstrução. V.Exa. já o tinha posto em votação. Já tínhamos verificado que ele havia sido rejeitado. O único requerimento possível é o apresentado anteriormente pelo Deputado José Carlos Aleluia que pedia verificação de votação naquele momento com apoio de um décimo. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Eminentíssimo Deputado, estávamos em processo de votação quando o encaminhamos à Mesa, sem aferir os votos. Quero apenas submeter o requerimento à apreciação do Plenário.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Que requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Acabei de ler o requerimento, nobre Deputado.

Vou lê-lo novamente para depois colocá-lo em votação. Um minuto, por favor.

Sobre a mesa requerimento no seguinte teor:

“Requeremos, nos termos do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, votação nominal para o Destaque nº 229, da bancada do PFL, apresentado à PEC nº 41.203, do eminente Deputado Arruda.”

Em votação o parecer.

Os que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, deixo o protesto de que não poderia ter sido posto em votação este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Em votação o Destaque nº 229.

Os Deputados favoráveis à aprovação do destaque permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, em que pese ao mais profundo respeito que tenho pelo Líder do meu partido, Deputado Pedro Henry, o meu voto nesta questão foi “sim”. Fui Secretário da Receita durante 6 anos e hoje sou testemunha do absurdo que está ocorrendo nessa área.

De modo que temos de acolher a emenda do Deputado Mussa Demes. Ela corrigirá distorções e violências brutais cometidas atualmente contra o contribuinte. Já comuniquei a S.Exa. que nessa emenda o meu voto não poderia ser outro a não ser “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– A Mesa acolhe o pronunciamento do nobre Deputado em respeito à história de vida de S.Exa. e à autoridade moral que tem a matéria.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON

– Sr. Presidente, o Deputado Luiz Antonio Fleury e eu fizemos uma redação técnica e a entregamos ao Deputado Mussa Demes.

Quero deixar claro nesta Comissão e no plenário que o PTB tem o compromisso de votar de acordo com essa emenda na redação técnica que descrevemos. Ela é a melhor no momento em defesa do contribuinte. Inclusive, está com o Deputado Mussa Demes.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – Sr. Presidente, o nosso partido é solidário ao que apresentou há pouco o ex-Ministro Francisco Dornelles.

O acordo desta Liderança e de várias outras é no sentido de lutarmos no plenário para ver as transformações propostas na emenda do ilustre Deputado Mussa Demes consignadas e implementadas no relatório final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Muito obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – Sr. Presidente, o PL também se solidariza com a posição do PTB e PP, no sentido de melhorarmos a emenda do Deputado Mussa Demes em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – O.k.

O Professor Luizinho está dando uma orientação ao secretário. Temos de aguardar.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, sugiro a V.Exa. que coloque em votação o próximo destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Antes de passar ao destaque seguinte, farei breve referência à manifestação do Deputado Osmar Seraglio.

Para muitos pode ter parecido que o autor da proposição pretendeu, ao destacá-la, beneficiar sonegadores. Isso não é verdade. O que se pretendeu foi preservar a defesa do direito de cada um, que tem sido postergada ao longo do tempo, especialmente pelas autoridades fazendárias. Quem diz isso é um Deputado que antes de chegar a esta Casa foi fiscal

de tributos federais por 20 anos e sabe muito bem distinguir sonegação de inadimplência.

Espero que V.Exa. ou qualquer Deputado nesta Casa nunca passe um dia pelo mesmo constrangimento por que passou o pequeno empresário de Santa Catarina a que me referi há pouco.

Em votação o Destaque nº 230 da bancada do PFL.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, indago a V.Exa. se não há requerimento sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Requerimento antes do destaque? (Pausa.)

Há sobre a mesa requerimento do Deputado Antônio Carlos Magalhães, que requer, nos termos do art. 186, Inciso II do Regimento Interno, votação nominal para o Destaque nº 230, da bancada do PFL ...

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, não é esse. Trata-se de requerimento de prorrogação da sessão por 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto requer a prorrogação da sessão por 1 hora.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – A partir das 18h, tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Poderia justificar o requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ouço V.Exa., Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – O art. 66 do Regimento Interno, válido para o plenário da Câmara dos Deputados, é claro ao dizer que as sessões ordinárias terão duração de 5 horas.

Vamos ver o que diz o art. 72 do Regimento Interno:

“Art. 72. O prazo da duração da sessão poderá ser prorrogado pelo Presidente, de ofício, ou, automaticamente, quando requerido pelo Colégio de Líderes, ou por deliberação do Plenário, a requerimento de qualquer Deputado, por tempo nunca superior a uma hora, para continuar a discussão e votação da matéria da Ordem do Dia (...)”

Não há nenhum dispositivo regimental que alcance o prazo de duração das sessões das Comissões. Em não havendo, devemos aplicar supletivamente o que existe para o plenário da Câmara dos Deputados. Gostaria, então, de requerer a V.Exa. – e se for o caso colocar sob deliberação do Plenário da Comissão – a prorrogação da sessão pelo prazo de mais 1 hora, conforme autoriza o Regimento. Afinal de contas esta sessão teve início às 10h40min. Estamos reunidos há 5 horas. Para que ela possa continuar funcionando, temos de prorrogá-la por mais 1 hora. Queremos ajudar a base do Governo na apreciação dos demais destaques, a fim de que não haja necessidade de suspensão imediata da sessão.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Gostaria apenas de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para contraditar, Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, eis o que diz o § 2º do art. 72 do Regimento Interno:

“Art. 72

§ 2º O esgotamento da hora não interrompe o processo de votação, ou o de sua verificação, nem do requerimento de prorrogação obstado pelo surgimento de questões de ordem.”

Estamos em processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, por favor.

Eis o que diz o § 6º do art. 46 do Regimento Interno:

“Art. 46

§ 6º As reuniões durarão o tempo necessário ao exame da pauta respectiva, a juízo da Presidência.”

Estamos cansados e exauridos – bem sei disso –, mas acredito que podemos prosseguir um pouco mais, até porque há outra disposição que me parece mais forte do que qualquer outra: ao se iniciar a Ordem do Dia, teremos necessariamente de suspender os trabalhos das Comissões.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, não propus em momento algum o encerramento da sessão. Pelo contrário. O requerimento é para prorrogarmos os trabalhos da Comissão por mais 1 hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – É evidente, mas não há necessidade de prorrogar se ainda não se esgotou o prazo, já que não há prazo marcado, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto. Por isso, indefiro o pedido de V.Exa.

Sobre a mesa requerimento do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto nos seguintes termos:

“Requeiro, nos termos do art. 186, § 2º, do Regimento Interno, votação nominal para o Destaque nº 230, da bancada do PFL, apresentado à PEC nº 41/2003.”

Sobre a matéria, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, vou ler o § 2 do art. 186:

“Art. 186

§ 2º Quando algum Deputado requerer votação nominal e a Câmara não a conceder, será vedado requerê-la novamente para a mesma proposição, ou para as que lhe forem acessórias.”

Estou aplicando, portanto, subsidiariamente, as regras para o plenário. Por isso, sou obrigado a indeferir o requerimento de V.Exa.

O Destaque nº 16, da bancada do PFL, terá a mesma decisão.

Vamos agora examinar o Destaque nº 230, que diz respeito à Emenda nº 240, também da bancada do PFL.

Para encaminhar, em nome da Liderança do PFL, concedo a palavra ao autor do destaque.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, gostaria apenas que V.Exa. dissesse quem é o autor da emenda e quem é autor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Os autores são os Deputados Jutahy Junior e José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, quero encaminhar como autor.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, o Deputado José Carlos Aleluia irá encaminhar como autor da emenda e eu encaminharei como autor do destaque .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Então, primeiro, concedo a palavra ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, como autor do destaque, a seguir, ao Deputado José Carlos Aleluia, como autor da emenda, por 5 minutos cada um.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o destaque apresentado pela bancada do PFL busca consagrar esta emenda de autoria do nobre Líder do

nosso partido, José Carlos Aleluia, e do PSDB, Jutahy Magalhães Junior, que contaram com o apoio de vários Srs. Parlamentares, sobretudo para promover um tratamento justo, equitativo, equânime, ausente da nossa Federação.

Temos defendido muito o pacto federativo, que simplesmente vem sendo esquecido pelo legislador. Nossa Constituição Federal consagrou como princípio fundamental, inclusive protegido entre as garantias e os direitos do cidadão, a manutenção e preservação do pacto federativo, que pressupõe uma convivência harmônica e pacífica entre o Governo Federal, os Estados e Municípios.

Muito bem. Não se pode imaginar um tratamento tributário distinto entre esses entes federados. Se a União pode tributar Estados e Municípios, igualmente devem Estados e Municípios poder tributar a União. Se a União tem essa prerrogativa, ela deve ser estendida aos Estados e Municípios. Mas vale dizer que Estados e Municípios constitucionalmente estão impedidos de tributar a União. E a cobrança do PASEP, objeto do destaque em apreciação, é feita pela União aos Estados e Municípios.

O que estamos buscando, o que estamos querendo? Justamente consagrar uma reivindicação de Governadores e Prefeitos – o tratamento igualitário para os entes federados – e a imunidade recíproca da cobrança do PASEP. Queremos a isenção desta cobrança para Estados e Municípios.

Trago os números do meu Estado de origem, Bahia. Temos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, anualmente, a capacidade de investimento na ordem de 800 milhões de reais e devemos à União, que recolhe dos cofres do Estado, nada mais nada menos que 80 milhões por ano de PASEP, ou seja, 10% de tudo o que estamos investindo em segurança, saúde, infra-estrutura, energia elétrica, estradas. Enfim, 80 milhões, ou seja, 10% da capacidade de investimento é muito.

Estamos realmente buscando tratamento igualitário. Nada mais que isso. Não queremos privilégios, não queremos direitos que não sejam os garantidos pela Constituição Federal. O que queremos é o respeito à Constituição, daí por que o PFL ter utilizado um dos destaques de bancada para prestigiar esta emenda, que consideramos importantíssima, e que é uma reivindicação de mais de 5 mil Municípios brasileiros, das 27 unidades federativas que compõem o País. Afinal de contas, o Brasil não vai ser forte se apenas a União for forte. O Brasil vai ser forte se os Estados forem fortes, se os Municípios forem fortes. O Brasil vai se desenvolver, vai prosperar, vai progredir se os Estados e Municípios tiverem autonomia e inde-

pendência financeira para prover os serviços públicos essenciais e indispensáveis ao cidadão.

É isso que estamos defendendo. É justiça fiscal no País. É diminuir a concentração de renda que só vem crescendo com os cofres do Governo Federal. Essa justiça está escrita nesta emenda que destacamos e cuja aprovação estamos com veemência requerendo.

Por isso, Sr. Presidente, como autor do destaque, quero sensibilizar os nobres colegas, alguns que têm bancadas com Governadores, outros que têm com Prefeitos, mas sobretudo os que moram nos Municípios, a que apoiemos este destaque, em homenagem aos Municípios brasileiros, às cidades onde vivemos. Queremos o bem do nosso cidadão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Para defender emenda de sua autoria, concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, Carlos V, da Espanha, foi em missão aos Países Baixos que estavam sob o seu domínio e deixou no seu lugar Felipe II, que não tinha completado 15 anos. Carlos V disse a Felipe que sempre procurasse se aconselhar com vários conselheiros, nunca com um só, e estando nos Países Baixos começou a requisitar recursos que seriam arrecadados entre os reinados de Espanha, Castela e outros.

Felipe II, aos 15 anos, teve a sensibilidade de escrever ao pai. “Meu pai, as pessoas não suportam mais recolher tributos, os reinos já não têm mais como contribuir. V.Exa. terá que suportar a sua campanha, sem adicionar mais contribuição da Espanha”.

E aqui estamos vendo o Governo Central que não tem sensibilidade com as empresas, com as pessoas, com as famílias, e agora não tem sensibilidade também com os reinos, com os Municípios. A fúria arrecadadora do Governo Federal evoluiu de tal forma que sequer quer abrir mão da cobrança de contribuição dos Estados e Municípios.

Quando se fala em imunidade recíproca, dá-se a idéia de algo muito distante. O que estamos discutindo é Lula cobrar imposto de Zeca do PT, de Marta Suplicy e evidentemente do cidadão de São Paulo e de Mato Grosso do Sul. Portanto, o que estamos discutindo é obvio, é da tradição do Direito Tributário brasileiro, Lula! Não dá para continuar tomando dinheiro dos Municípios que estão à beira da falência. Os Municípios da Bahia estão ameaçando – e não é por pressão apenas – fechar as portas. Alguns estão tendo de demitir. Portanto, essa é uma medida que conspira a favor do

emprego, da distribuição de renda e da sobrevivência dos Estados e Municípios. Vou mandar de presente ao Presidente Lula, a biografia de Felipe II, da Espanha, para ver se S.Exa. se inspira num jovem que aos 15 anos já podia perceber que havia limites para cobrança de impostos.

O Presidente Lula não se sensibilizou, mas o outro Presidente, o Presidente João Paulo Cunha disse hoje – e aqui está na agência Globo – o seguinte: “O Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, vai propor um pacto aos Governadores contra o aumento da carga tributária. Ele vai receber amanhã os Governadores e antecipou que fará este apelo, pois a Câmara não está disposta a votar reforma tributária que aumenta a carga tributária. O Presidente da Câmara diz também que fará este mesmo apelo ao Governo Federal, ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva. ‘Vou propor um pacto aos Governadores e à União, para que a reforma não aumente a carga tributária’.

Nós fazemos parte da Câmara, estamos neste recinto, somos uma Comissão da Câmara. Quem fala, e muito bem, é o Presidente da Câmara, em nosso nome: “Vou propor um pacto aos Governadores e à União, para que a reforma não aumente a carga tributária. A Câmara vai resistir a qualquer iniciativa que gere aumento de imposto.”

O que estou advogando nesta emenda é muito justo. Aliás, o Deputado Luiz Antonio Fleury, da base do Governo, acabou de concordar, pelo fato de ter sido Governador de São Paulo, com a justiça dessa emenda. A União, além de promover a escorcha sobre o cidadão, sobre as famílias, sobre as empresas, ainda resolve fazer uma extração tributária nos Municípios e Estados.

Portanto, vou fazer um apelo até ao Deputado Professor Luizinho, que está um pouco nervoso, pela demora na votação: que oriente a bancada da base do Governo, no sentido de que concordemos com a proposta do Presidente João Paulo Cunha. Está aqui a Deputada Telma de Souza, que foi Prefeita de Santos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – E o pacto federativo junto, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Estamos em processo de votação.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – É sobre essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Ainda não é o momento. Vamos ouvir o Deputado Virgílio Guimarães, depois faremos os encaminhamentos.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Deputado, só quero explicar. Permita-me um questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Walter Feldman, os encaminhamentos são feitos depois da manifestação do Relator. O Regimento não permite.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Não é Regimento. Essa emenda...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, sem prejuízo de mudança de texto no plenário, há decisão do Supremo Tribunal Federal sobre essa questão, que foi discutida exaustivamente...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Tenha paciência, Deputado. V.Exa. está atrapalhando os trabalhos da Mesa. Com todo respeito que tenho por V.Exa., esse não é o momento adequado para pedir para falar. O Regimento é claro quanto a isso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Mas a votação está sendo encaminhada normalmente. Não vejo por que fazer interrupção.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – V.Exa. falará na ocasião do encaminhamento.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Diante das novas regras estabelecidas, que permitirão contribuição previdenciária, inclusive sobre o faturamento, atendendo a uma reivindicação do País, evidentemente essa emenda poderia redundar no que não é objetivo de ninguém: grave prejuízo à Previdência Social.

Por todas essas razões, encaminho o parecer contrário ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para encaminhamento das bancadas, concedo a palavra ao Deputado Walter Feldman, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Deputado Mussa Demes, fico bastante constrangido com o encaminhamento que V.Exa. deu. Essa emenda tem uma co-autoria, tanto da bancada do PSDB como da do PFL. Dois nobres companheiros do PFL encaminharam essa matéria, não houve nenhuma oportunidade para a bancada do PSDB. O que queria saber é se seria possível 2 ou 3 minutos adicionais, para que

o PSDB também fizesse sua defesa. V.Exa. só podia dizer sim ou não. Impedir que nós do PSDB levantássemos essa reivindicação, parece-me não adequado. Perdoe-me, Deputado Mussa Demes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Sinto muito, Deputado. Mas a verdade é que os Deputados que podiam se manifestar – o autor da emenda e o do destaque –, já o fizeram.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Tudo bem. V.Exa. está me dando a resposta agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Muito bem. Vamos agora à votação.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pela banca do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para encaminhar, tem a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, sem considerar as questões apresentadas antes pelo Deputado Walter Feldman, o Deputado José Carlos Aleluia e o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto mostraram de forma muito clara a importância e a necessidade da aprovação desse destaque, porque corrigiria alguns vícios de inconstitucionalidade que esta proposta, na lógica do rolo compressor, tem contida, uma vez que, desde a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, tem sido difícil fazer qualquer tipo de negociação para se avançar na qualidade do texto.

O PASEP – e queria chamar a atenção dos nobres pares, o Deputado Roberto Jefferson, que já havia dito antes – é uma das poucas questões federativas, destacadas pela bancada do PFL e subscritas pelo Líder do PSDB, que pode resolver uma questão federativa, uma injustiça federativa, sem que haja, Deputado José Carlos Aleluia, o risco de aumento de carga tributária. Qual é a proposta concretamente? É de que os recursos do PASEP, recolhidos pelos entes da Federação – Estados e Municípios – aos cofres da União, passem a ser retidos por esses Estados e por esses Municípios, para financiar fundos de previdência, para garantir, por exemplo, Deputado Jorge Bittar, que a Prefeitura do Rio de Janeiro, em vez de recolher o PASEP para os cofres federais, possa fazê-lo para o PREVRIO, fundo de previdência dos funcionários do Município do Rio de Janeiro.

Essa medida mexeria na questão federativa, significaria avanço para os diversos entes da Federação, para o equilíbrio federativo, para o pacto federativo, uma mensagem de boa vontade do Governo Federal, Professor Luizinho, com os demais entes da Federação, mas que, acima de tudo, significaria até uma

compensação pelas maldades que vêm sendo feitas na própria discussão da reforma da Previdência, porque financiaríamos fundos de previdência de Estados e Municípios.

Essa é uma questão de justiça, Sr. Presidente. Essa é uma questão fundamental, vital.

Sr. Presidente, é importante que as pessoas tenham a clareza das questões que estão sendo tratadas aqui.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Temos direito ao uso da palavra. Não é possível que aqui o Deputado tenta falar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço, mais uma vez, silêncio às pessoas que estão no plenário, para que consigamos ouvir o orador.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Os Deputados da Oposição tentam falar, mas os Deputados da base não lhe permitem ...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – nobre Deputado, peço a V.Exa. que conclua, pois já excedeu o tempo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Mas não consigo falar, Sr. Presidente, os Deputados estão...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vamos votar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, obviamente, os 2 partidos da Oposição se uniram em torno desse destaque, subscrito pelos Líderes José Carlos Aleluia e Jutahy Junior, porque entendem que essa é uma medida que equilibra e preserva o pacto federativo e, acima de tudo, protege o servidor público.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Vou ter de interromper V.Exa., porque passou em muito mais de um minuto seu tempo, Deputado.

Com a palavra o Relator Virgílio Guimarães. Antes, o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto, falará pelo PFL.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, gostaria de saber o que o Governo tem contra os Estados e Municípios brasileiros. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Um minuto, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Respeitarei 1 minuto. São 16h21min. Concluirei em 1 minuto.

Gostaria de saber o que o Governo tem contra os Estados e Municípios. Afinal de contas eles estão esquecidos nesta proposta. O que se quer aqui são Governadores e Prefeitos de pires na mão, pedindo favor ao Governo Federal e dependendo dos seus Deputados.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – É engraçado. Só agora S.Exa. se lembra de que há Estados e Municípios.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Estou usando a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço ao Plenário silêncio, para que possa ouvir o Deputado.

Dessa maneira, vou ter que descontar do tempo do Professor Luizinho.

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto com a palavra.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, agora não adianta mais. A obstrução já conseguiu seu intuito: ficar mais um tempinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Peço equilíbrio, porque não estamos fazendo nada que não esteja coberto pelo Regimento. Então, Sr. Presidente, para concluir, o PFL votará favoravelmente ao destaque, porque é o partido que defende os Estados e Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

Com a palavra o Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, fizemos um estudo, chamamos a Assessoria, o argumento que usei tem fundamento absoluto. Se essa emenda vigorar, estaríamos cometendo um gravíssimo erro em relação à Previdência Social. As fundações, autarquias e outras ficariam. A mudança que estamos fazendo, essa redação, a cobrança da Previdência Social, mesmo que parcialmente sobre o faturamento, resultaria num erro gravíssimo para a Previdência Social, independentemente de considerações a respeito de outras contribuições. Por isso mesmo, não há dúvida alguma, sou pela rejeição do destaque. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Relator é pela rejeição do destaque.

Em votação o destaque.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Peço verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – São 16h23min. Concedida a verificação.

Pelo PT, como vota o Deputado Carlito Merss?

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Apesar de o PFL atrasar o Brasil mais 6 horas, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Jorge Bittar.

----- – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado José Mentor. (Pausa.) Ausente.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – “Não”.

Deputado Paulo Rubem Santiago. (Pausa.) Ausente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – “Não”.

Deputado Walter Pinheiro? (Pausa.) Ausente.

Pelo PFL.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – O PFL encontra-se em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pelo PMDB, Deputado Barbosa Neto.

O SR. DEPUTADO BARBOSA NETO – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado José Borba. (Pausa.) Ausente.

Deputado José Priante.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pelo PSDB?

(Não identificado) – O PSDB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO JOSÉ BORBA – Sr. Presidente, Deputado Borba, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pelo PP, Deputado Francisco Dornelles vota “não”.

Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Romel Anizio. (Pausa.) Ausente.

Deputado Nelson Marquezelli, pelo PTB. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Roberto Jefferson vota “não”.

Deputado Humberto Michiles vota “não”.

Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Beto Albuquerque, pelo PSDB.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado André Zacharow.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Sérgio Miranda.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos agora completar pelo PT. Três Parlamentares poderão ainda votar. Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Fernando Ferro. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Nilson Mourão. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Paulo Delgado.

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O PMDB tem 1 Deputado que pode votar ainda. Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pelo PP, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pelo PTB, Deputado Luiz Antonio Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos agora colher os votos dos Deputados do PFL e do PSDB, se assim o desejarem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Alcançado o quorum, o PFL muda a orientação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – “Sim”. Favoravelmente aos Estados e Municípios.

Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Voto com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Roberto Arruda. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO – Voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Mussa Demes vota “sim”.

Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Aroldo Cedraz. (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Eduardo Sciarra (*Pausa.*) Ausente.

Deputado Eliseu Resende.

O SR. DEPUTADO ELISEU RESENDE – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Completo o PFL.

Pelo PSDB, Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Julio Semeghini.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY –

“Sim”. Com os Estados e Municípios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Narcio Rodrigues. (Pausa.) Ausente.

Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Retor-
no aos Estados e Municípios o que é deles. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – “Sim”,

Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Completo o PSDB.

Vou proclamar o resultado: 27 votos “não”; 11
votos “sim”.

Rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, só para registro, foi proclamado o
resultado às 16h29m.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Registrado, Deputado José Carlos Aleluia.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGA-
LHÃES NETO** – Sr. Presidente, peço a palavra para
uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGA-
LHÃES NETO** – Sr. Presidente, o art. 46, § 6º, é muito
claro. O seu caput diz:

“Art. 46. As Comissões reunir-se-ão na sede da
Câmara, em dias e horas prefixados, ordinariamente
de terça a quinta-feira, a partir das nove horas, ressal-
vadas as convocações de Comissão Parlamentar de
Inquérito que se realizarem fora de Brasília.”

O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA – Ma-
téria vencida.

**O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGA-
LHÃES NETO** – Chamo a atenção para o que deter-
mina o § 6º:

“Art. 46

§ 6º As reuniões durarão o tempo neces-
sário ao exame da pauta respectiva, a juízo
da Presidência.”

Então, gostaria de saber se a Presidência pre-
tende fixar prazo máximo para a conclusão desta
sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pretendo, sim, Deputado Antônio Carlos Magalhães
Neto. Para mim, o prazo máximo é o início da Ordem
do Dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão
de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, V.Exa. sabe e todos aqui também
que votamos na sexta-feira um texto, ressaltados os
destaques.

No início desta sessão, o Relator trouxe uma
complementação de voto, que terminou sendo aceita
por acordo, votada e aprovada. Em seguida, a base
do Governo propôs um requerimento para votação
em globo dos destaques individuais. Foram votados
e rejeitados. Agora estamos votando os destaques de
bancada, portanto, os que não foram votados.

O Sr. Relator está concordando comigo. S.Exa.
sabe que quando se vota um texto, ressaltados os
destaques, eles terão de ser votados. Assim sendo, o
destaque deixa de pertencer ao autor e passa a per-
tencer à Comissão.

Portanto, a boa lógica parlamentar não permitiria
que eu, José Carlos Aleluia, retirasse o destaque que
acabou de ser votado. Agora, sim, ele foi rejeitado pela
Comissão. Mas estou tendo conhecimento – e aí solici-
to que votemos – de que o PV retirou o seu destaque
depois de votado, não pertence mais ao PV.

Da mesma forma, Sr. Presidente, estou informa-
do de que igualmente o PSB retirou um destaque. Ou
seja, fomos iludidos, porque votamos o texto esperan-
do votar o destaque. E agora o autor, com jogada de
sabedoria, mas que não cabe no Regimento, retira o
destaque.

Então, temos que votar o destaque do PV, o do
PSB, o do PPS e o do PL. No Plenário da Comissão,
tivemos esse problema na votação da reforma da Previ-
dência. Alguns partidos pretenderam retirar destaques
após a votação e não foi possível.

Portanto, peço a V.Exa. que coloquemos na Or-
dem do Dia – acho que deveria ser votado logo – o
destaque do PV, apresentado antes dos destaques já
votados. Teríamos de voltar a discutir o Destaque nº
185. Ele tem de ser votado. As emendas não foram
votadas – são emendas que estão, digamos assim, no
limbo –, não foram rejeitadas nem aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque, para
contraditar.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE –

Sr. Presidente, primeiro, causa-me estranheza que o
Deputado José Carlos Aleluia, passadas 6 horas de
sessão, deu-se conta de que alguns destaques fo-
ram retirados. Demorou 6 horas para perceber o que

aconteceu no começo da sessão. Segundo, esses destaques, diferentes dos da reforma da Previdência, não estão agregados ao texto. São destaques de emendas. Portanto, não há nenhuma razão para a argumentação do Deputado José Carlos Aleluia, senão a de, mais uma vez, ganhar tempo com argumentos que sobreponham a lógica dos fatos. São destaques de emendas e não de texto. Portanto, podem ser passíveis, sim, à retirada. Solicito a V.Exa. que prossiga a votação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, para contraditar. A emenda não foi votada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Carlos Aleluia, a manifestação do Deputado Beto Albuquerque procede. Só se poderia votar o destaque se se referisse ao texto e não à emenda.

Por isso, tomo como questão de ordem a manifestação de V.Exa., mas a indefiro, para dar prosseguimento ao processo de votação.

Passamos agora ao Destaque nº 176, da bancada do PSDB, do nobre Líder Jutahy Junior.

O destaque visa incluir o inciso IV ao art. 151 da Constituição Federal, estabelecendo: “editar medida provisória em matéria tributária, exceto em relação aos impostos de que trata o art. 153, incisos I, II e IV, e § 6º.”

Para sustentar o destaque, falará em nome do PSDB o Deputado Walter Feldman, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Deputado Mussa Demes, Deputado Virgílio, V.Exas. sabem que apreciamos essa matéria quando das audiências, das reuniões abertas, das reuniões fechadas que a nossa Comissão encaminhou durante o processo de debate da PEC nº 41, matérias relativas à defesa do contribuinte.

Quero novamente me reportar à afirmação do Deputado Roberto Jefferson, que, pelo visto, pela quantidade de citações, fez forte e contundente afirmação na tarde de hoje, alegando que a maioria das emendas e dos destaques tinham características de defesa dos entes federativos. Perguntava o Deputado Roberto Jefferson onde está o interesse do contribuinte, dos setores produtivos, dos trabalhadores.

Lembro que das mais de 80 emendas apresentadas pelo PSDB, depois de várias reuniões coordenadas pelo Deputado Antonio Cambraia, na discussão e na votação da reforma tributária, decidimos por 3 destaques. O primeiro, já discutido de maneira brilhante pelo Deputado Eduardo Paes, tratava da construção de um SIMPLES total, matéria também analisada pelo Depu-

tado Antônio Kandir e por nossa assessoria técnica. A interpretação foi de que, neste momento, o Brasil necessita, para dar apoio definitivo e necessário às pequenas e microempresas, de estrutura vertical, de amparo da União, dos Estados e Municípios, criando um balcão único para que o apoio institucional e governamental a esse setor, que mais emprega, produz e ajuda a economia nacional, seja definitivo.

Deputado Roberto Jefferson, essa foi uma escolha da bancada do PSDB, de apoio à pequena e à microempresa, portanto, aos que dão efetivamente uma contribuição destacada ao processo econômico nacional.

Outra emenda que apresentamos, e aí o destaque posterior, trata exatamente da defesa do contribuinte. Esse destaque, nobre Deputado Virgílio Guimarães, apresentado pelo Líder da bancada do PSDB, Deputado Jutahy Junior, tem vários componentes, várias preocupações, manifestadas na exposição de motivos, e traz elementos que, se acrescentados ao relatório do Deputado Virgílio Guimarães, na nossa avaliação, protegem mais o contribuinte, como avançou o nobre Deputado, na incorporação da noventena. Parece-nos um avanço necessário e extraordinário de defesa do contribuinte.

Acrescentamos outros itens, mas, neste momento, estamos destacando esse elemento, ou seja, a não-edição de medidas provisórias sobre matéria tributária.

Apresentamos e estamos analisando, nos órgãos técnicos desta Casa, a necessidade de o Governo ter um empenho maior em relação ao expediente das medidas provisórias. Não poderia, única e exclusivamente, enviar a esta Casa, com a tramitação extraordinária que tem a medida provisória, e, a partir daí, sobrestar todas as outras matérias sem que o Governo tivesse o empenho de dizer que essa medida provisória é necessária, urgente e obrigatório. Somente assim teria a compreensão dos Srs. Deputados.

Se a medida provisória necessária viesse acompanhada de outras explicações, do esforço adicional do Poder Executivo, viria muito mais quando tratasse de questões tributárias. Isso não está assegurado na nossa Constituição.

Ainda hoje é possível que, no apagar das luzes de uma necessidade conjuntural, o Governo venha, de maneira apressada, sem os contornos que fazem com que este Parlamento possa apreciar em caráter de urgência medidas emergenciais em matéria tributária... Acreditamos que esse comportamento deveria ser ressaltado.

Digo isso tudo, nobre Deputado Virgílio Guimarães, nobres Srs. Deputados, porque, até o momento,

a Oposição não tem conseguido fazer valer a sua opinião nesta Comissão.

Aceitamos a aprovação da matéria original na sexta-feira, acreditando que o tratamento dos destaques seria diferente na tarde ou na manhã de hoje. Isso não aconteceu. Novamente, o rolo compressor do Governo nos impõe uma velocidade, sequer permitindo a observação necessária para que o debate possa ocorrer.

É nesse sentido que solicitamos aos Srs. Deputados que apreciem neste momento o destaque apresentado pelo PSDB, pois nos parece que seria uma contribuição adicional à defesa do contribuinte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Com a palavra o Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, trata-se de emenda bastante abrangente, que nos aspectos referentes à unificação de cadastros, de proteção ao consumidor, de noventena, já foi acolhida. Alguns riscos que havia de medida provisória já foram evitados através da transferência do imposto para a lei complementar, em que não cabe medida provisória.

Alguns outros aspectos, ficamos para ver em outro momento, como o caso da condenação em instância administrativa antes da penal. Portanto, estamos bem encaminhados.

Existe outro aspecto não citado, que se refere à questão do papel de imprensa, que é uma questão importante e poderemos, a seu tempo, acolhê-la.

Tendo em vista o acolhimento parcial bastante expressivo dessa emenda e dos temas que já estão em discussão, encaminhados na busca de uma redação adequada, no que se refere ao destaque, que acolhe in totum, sem qualquer modificação, o texto apresentado, dou parecer pela rejeição do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Em votação o destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Para orientação da bancada, tem a palavra o Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Não gosto de falar sem ver o Presidente. Fico sempre me inspirando no Presidente, sempre pretendo ver S.Exa. Aliás, alguns Deputados da base do Governo, quando o Deputado está falando, vão à frente da televisão para obstruir a câmera. Até isso está sendo feito aqui.

O Deputado Carlito Merss está obstruindo as câmeras. No meu caso, S.Exa. não o fez, porque sabia que eu iria denunciar.

Sr. Presidente, essa é uma proposta da maior relevância. Sei, consigo imaginar, pela fisionomia do Relator, e até pela fala, que S.Exa. gostaria de aprovar o destaque do PSDB. Mas estou sentindo a bancada do Governo, de certa forma, incomodada por ter de votar esse projeto. Um projeto que está sendo votado por Comissão programada para ganhar. Não existe o filme Programado para Matar? Esta Comissão foi programada para ganhar. Substituíram mais de 80% dos Deputados da base do Governo. Evidentemente, esta Comissão, em que pese haver Deputados e Deputadas ilustres, não representa uma amostra do Plenário. Até porque o Governo chegou ao requinte de, em uma agressão à instituição mais importante do setor produtivo nacional, substituir o Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

V.Exa. vê que esse projeto está sendo votado em Comissão programada para vencer, e está se programando para o arquivo, porque o Projeto Mussa Demes, muito mais flexível, com muito mais possibilidades, não foi votado.

Portanto, o PFL entende que a proposta do PSDB merece apoio, ainda que seja silencioso, em alguns casos dos Deputados do PFL, de forma explícita, e da base do Governo, o apoio que não pode chegar ao microfone, mas que torce para vê-lo aprovado.

Portanto, o PFL vota com o PSDB nesta questão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, para orientar, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Para orientar, pelo PSDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, criar imposto, tributo, por medida provisória dá uma insegurança muito grande ao contribuinte, ao cidadão, às empresas, na medida em que, inesperadamente, por um simples humor do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Peço, mais uma vez, a atenção ao Plenário, porque há orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Estava dizendo que a medida provisória, que permite a criação de imposto através de medida provisória, traz uma insegurança grande para o contribuinte, para os cidadãos e para as empresas, que ficam à risca de serem tributados em determinado momento inesperadamente, em função do humor do Governo.

Vimos isso muito recentemente quando da tramitação da Medida Provisória nº 107, que teve como Relator o valente Deputado Professor Luizinho, que aumentou a Contribuição sobre o Lucro Líquido dos prestadores de serviço de 12% para 32%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço, mais uma vez, silêncio ao Plenário. Há um orador na tribuna. Pelo amor de Deus, vamos fazer silêncio.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Na verdade, esse exemplo mostra como é maléfica essa prerrogativa do Governo de criar tributos através de medida provisória.

Foi por isso que o PSDB apresentou esse destaque. Oriente a bancada do PSDB a votar a favor do destaque.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Em votação o destaque.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PTB, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Jefferson, que falará como Líder do PTB.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON – Sr. Presidente, para orientar a bancada, se assim prefere V.Exa.

Sr. Presidente, Deus é sábio. Nesta Comissão, estamos chegando ao ponto de equilíbrio. O cansaço dos debates vai baixando o nível de testosterona, e os arroubos de masculinidade, agora, no estresse, dão vez à manifestação da inteligência.

No início era: “Pela ordem”; “Pela desordem”; “Questão de ordem”; “Vou obstruir”; “Não vou obstruir”; “Sou mais homem”. Mas aquela gritaria cessou.

Os discursos ficaram muito melhores neste momento de serenidade.

Cumprimento o Líder José Carlos Aleluia, do PFL.

Sr. Presidente, o Deputado José Carlos Aleluia produziu uma peça. Foi um dos melhores discursos que já ouvi de S.Exa. na Comissão e na Câmara dos Deputados. Inteligente, rebuscou na história da Espanha a presença do vigor de tributar do Imperador Carlos V e de seu filho, Felipe II.

Grande discurso também do ACM II ou III, que vem na mesma linha, na dinastia. Fruta boa não cai longe do pé, quem é bom acontece no primeiro mandato, nos primeiros 6 meses, e o Deputado ACM III já

aconteceu. Grande discurso – tem que ser homenageado – quando falou sem aquele sentimento de machismo, de tentar obstruir, sem ser a disputa da peleja física. A afirmação da inteligência merece, de nossa parte, o aplauso.

Esta emenda do PSDB é boa. O Deputado Eduardo Paes não é o meu candidato a Prefeito na Capital do Rio de Janeiro porque não quer. Se quisesse seria. Conheço-o como administrador da Barra, como Deputado do PTB – gigante, bom, correto, trabalhador, digno, respeitado em meu Estado. A emenda do Líder Jutahy Junior é boa. Aliás, o nobre Deputado tem feito discursos primorosos, está-se aprimorando desde a afirmação da reforma da Previdência, com discurso afirmativo. Hoje, o Líder Jutahy Junior concedeu ao Bom Dia Brasil entrevista inteligente, serena, de muito bom senso. Na homenagem ao Dr. Roberto Marinho, o discurso proferido pelo Líder do PSDB foi, sem dúvida, o melhor da tarde. Mas S.Exa. incide no mesmo erro que incidiu em sua emenda: misturar portaria com denúncia.

Estou lendo a Emenda Constitucional nº 228. Realmente é boa, mas tem um vício técnico que precisa ser corrigido. Só não vamos ficar com ela agora pelo vício técnico que, em plenário, vamos ter de mudar novamente. Só por este motivo.

Deputado José Carlos Aleluia, uma das missões mais difíceis que tive como Líder foi negociar o afastamento desta Comissão do Deputado Armando Monteiro, Presidente do PTB de Pernambuco e Presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Conversei por 3 horas com S.Exa. – foi a conversa mais difícil que tive de Líder para liderado – para dizer-lhe das nossas obrigações como base governista e do apelo do Presidente Lula a cada um de nós. Foi um apelo do Presidente para que votássemos a proposta de reforma tributária, nesta Comissão, sem emenda, sem destaque, e deixássemos a discussão para o Plenário.

Ao final, ele anuiu: “Não posso dar chancela àquilo de que discordo, em parte, porque seria simbólica, em nome da indústria nacional. Prefiro que você me retire da Comissão”.

Então, faço uma homenagem ao Deputado Armando Monteiro, homem honrado, sério, grande Parlamentar. Devido à nossa posição de governo, tive de afastá-lo desta Comissão. Dou esta satisfação por respeito a todos os membros desta Comissão que trata da reforma tributária.

Para concluir, o PTB encaminha contra. Na reforma da Previdência, quando tirei o Deputado Arnaldo Faria de Sá, S.Exa. fez um discurso e disse: “O Governo me tirou da Comissão, mas não cala a minha voz no

plenário”. A Comissão, normalmente, é um braço do Líder, mas não calo a voz dos Deputados no plenário da Câmara dos Deputados.

Neste momento, o voto do PTB é contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Para orientar a bancada do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Já falou o Deputado...

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Já encaminhou, não orientou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Antonio Cambraia já falou pela bancada do PSDB, Deputado.

Em votação o destaque.

Os Srs. Parlamentares que votam a favor do destaque permaneçam como se acham. (Pausa.)

Rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Peço verificação, com base no § 4º do art. 185, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Vamos examinar o pedido de verificação do Deputado José Carlos Aleluia. (Pausa.)

Deputado José Carlos Aleluia, está fundamentado em que artigo do Regimento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA –

Sr. Presidente, a questão de ordem que faço é com base no art. 185, § 4º. No meu livro, está na pág. 151.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Está comigo também. É o mesmo, mas não foi decorrida uma hora.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Deixe-me ler para V.Exa.:

“§ 4º Havendo-se procedido a uma verificação de votação, antes do decurso de uma hora da proclamação do resultado, só será permitida nova verificação por deliberação do Plenário, a requerimento de um décimo dos Deputados, ou de Líderes que representem esse número.”

É o nosso caso.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Entendo a agonia da base do Governo, mas estou pedindo apenas o que o Regimento me faculta, nada mais do que isso.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Nós estamos de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Submeto, portanto, ao plenário o requerimento do nobre Deputado José Carlos Aleluia.

Os que forem a favor dele permaneçam como estão. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Acho que foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Rejeitado, Deputado José Carlos Aleluia, com todo o respeito a V.Exa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Professor Luizinho, não queira conduzir o trabalho da Mesa, por favor.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Eu sou o que menos tento isso, Sr. Presidente. Há um aqui que quer conduzir o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O destaque seguinte está prejudicado. É o de nº 250, da bancada do PCdoB, que trata do art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que já foi objeto de apreciação por este Plenário por ocasião da complementação de voto do Deputado Relator Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Alguma observação?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– No nosso entendimento, quando fizemos o acordo da Zona Franca de Manaus, ninguém levantou a hipótese de tornar inadmitido o destaque do PCdoB. Entendo que temos de votá-lo. (Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– O destaque não pertence mais ao partido, pertence ao Plenário.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, estão prejudicados. A Presidência é que os declara prejudicados.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE –

Esta é uma discussão recorrente, Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Aleluia, como a matéria já foi tratada e resolvida, tenho que considerar prejudicados os destaques.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Isso, Presidente.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Isso

não é questão de ordem, é uma impertinência.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Passo ao destaque seguinte.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu poderia...

O SR. DEPUTADO PROFESSOR LUIZINHO

– Sr. Presidente, não pode querer um Líder comandar a Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, queria só que o Plenário tomasse conhecimento da extensão da proposta do PCdoB, que é diferente da proposta do Líder, do Relator...

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – O

Deputado Aleluia, ao que se sabe, não se filiará ao PCdoB para estar falando pelo partido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– ...não são textos coincidentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Aleluia, houve um acordo de procedimento nesse dia, do qual participou inclusive o próprio PCdoB. Por isso, considero-o prejudicado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Não, mas eu não participei do acordo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Sr. Presidente, no nosso entendimento, o destaque do PCdoB fica prejudicado, uma vez que ele faz parte do complemento de voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– É assim que também entendemos, Deputada.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN

– Entretanto, para evitar qualquer problema, se for o caso retiramos o destaque, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Passamos agora ao Destaque nº 178.

Destaques nº 178, da bancada do PSDB, feito pelo Líder do PSDB, Deputado Jutahy Magalhães, que visa substituir a redação da alínea “a”, no inciso X do § 2º do art. 155, constante no art. 1º do substitutivo, pela redação da Emenda nº 233.

Quem vai sustentar o destaque pelo PSDB? (Pausa.) Deputado Anivaldo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, tenho dito nesta Comissão que o ideal para todos nós seria discutir a reforma tributária a partir da PEC nº 175, relatada pelo Deputado Mussa Demes. Isso foi objeto de discussão com o Relator Virgílio Guimarães durante várias reuniões em muitas noites e madrugadas. Fizemos reuniões com membros da Comissão, procurando chegar a um termo que pudesse satisfazer os interesses do Governo, particularmente dos Estados superavitários, na balança comercial.

Aprendi nesta Comissão a respeitar a grande lição que foi dada pelo Relator, no que diz respeito ao exercício da paciência, tolerância e serenidade. Aprendi também que o Relator não precisa exercitar o limite de sua inteligência para compreender realmente que esta reforma prejudica o Estado do Pará e os Estados superavitários.

Penso que, neste momento em que a discussão na Comissão chega ao término, como estratégia e como acordo de Governo com os Líderes da base aliada, compreendemos que a discussão maior será feita no Colégio de Líderes, através de uma emenda aglutinativa, para chegar ao plenário da Comissão.

Penso que nesse momento, certamente, o Deputado Virgílio Guimarães, nosso Relator, vai expor a todos os Líderes da base aliada e da Câmara dos Deputados seu entendimento de que realmente é preciso dar tratamento adequado a essa situação incômoda que estamos vivenciando. Não se pode tratar assim um Estado periférico como o Pará. Como disse muito bem o Deputado José Priante, representando a Liderança do PMDB, somos pequenos, moramos longe e somos frágeis, mas mais frágil é o planejamento estratégico da elite brasileira no tratamento da Amazônia. Precisamos, sim, de políticas sérias, competentes e que guardem sintonia com a nossa realidade.

Somos o Estado com maior percentual de divisa líquida para este País e que contribui com 10 bilhões de dólares para a balança comercial nos últimos 5 anos. Imaginava que, com essa reforma, nossos produtos, que são recursos não-renováveis, pudessem beneficiar a educação, a saúde, o saneamento básico, a habitação, a agricultura e a pesca, de forma que o Estado do Pará pudesse crescer, desenvolver e ter condições tão dignas quanto as do povo do Sul e do Centro-Sul deste País.

Apelo ao Relator e aos membros desta Comissão para que levem essa preocupação ao Colégio de Líderes. Uma reforma tributária não pode penalizar as unidades federadas. E a nossa unidade será inviabilizada, na medida em que o ICMS é federalizado e não dá aos créditos tratamento compatível com a realidade. No momento atual, nenhum Estado está pagando os créditos que tem, nem o Pará.

Mas, com os recursos do ICMS constitucionalizados, o empresário imediatamente vai a um juiz, que mandará reter o Fundo de Participação para pagar os seus créditos. Somos um Estado exportador. Nossas principais empresas estão voltadas para a exportação. E, no momento em que compram insumos e equipamentos em outros Estados, passam a gerar débito crescente e progressivo, que não vamos ter condições de quitar.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Virgílio Guimarães, essa dificuldade que leva à inviabilização do Pará se estende a outros Estados exportadores, inclusive Minas Gerais, que é o segundo maior prejudicado. Apelo à sensibilidade de V.Exa. e dos membros do Colégio de Líderes para que, na emenda aglutinativa, corrijam essa distorção que está sendo trazida pela reforma tributária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Com a palavra o eminente Relator Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, quero louvar o Deputado Anivaldo Vale, cujo esforço vem desde a época em que apresentou a sua PEC, que foi aditada e incorporada...

(Não identificado) – A PEC nº 464, que foi apensada.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – A PEC nº 464, apensada.

Mas, Deputado, não poderia deixar de dizer que estamos votando o destaque de um texto. Este texto diz que a contribuição de que trata o inciso I, “c”, do caput do art. 195, e que incide sobre o lucro não será exigida mediante cobrança cumulativa em relação às mesmas contribuições, inclusive no caso de aquisição, destinação a ativo permanente etc.

Deputado, por mais que haja outros temas tratados aqui, querer fazer esse tipo de dedução da contribuição previdenciária, sinceramente, contamina todo o objetivo. Já que o destaque é para inclusão da totalidade da emenda, quero crer até que se trata de um erro, que nem foi intencional, de tão grave.

Portanto, como estamos discutindo o destaque do texto que consta nas nossas mãos, o parecer é pela rejeição.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Para orientar a bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Quem votar “sim” concorda com a modificação do texto do substitutivo.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Creio estar havendo um equívoco. O nosso destaque diz respeito à alínea “a” do inciso X do § 2º do art. 155, que é justamente sobre a desoneração...

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Mas o destaque é da emenda, Deputado.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – A Emenda nº 233/00.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Refiro-me exatamente a ela.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Que altera o sistema tributário.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – É a 233 mesmo. Acredito que deva ser o mesmo.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – É sobre o fundo, Presidente. É só a alínea “a”. Pelo Regimento, pode-se destacar a parcela...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Quem votar “sim” concorda com a modificação.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Espere aí, Presidente. Espere aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Pois não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Para encaminhar pelo PSDB...

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Nós destacamos 4 emendas, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, o autor não está presente.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, os aspectos levantados já tiveram acolhida parcial. Por isso mesmo, o aperfeiçoamento do texto se refere à parte já acolhida. Na parte não acolhida, eu disse que há um erro grave. A parte acolhida parcialmente se encontra nos termos do substitutivo. Portanto, encaminho também pela rejeição. Qualquer aperfeiçoamento poderá ser feito em plenário.

Pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – O.K.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Para orientar a bancada pelo PSDB, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Um momento, por favor. Quem votar “sim” concorda com a modificação do texto do substitutivo, ou seja, com o destaque. Quem votar “não” mantém o texto do substitutivo, ou seja, vota contra o Relator.

Faremos a orientação dos votos por 1 minuto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Pelo PFL, Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – O Deputado Professor Luizinho está

muito nervoso. Calma, Deputado. Este é o penúltimo destaque.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é evidente que através de um destaque não vamos chegar ao texto perfeito da reforma tributária tão sonhada pelo País. É impossível, porque precisamos mudar a essência da proposta. Ela precisa ser alterada em todos os seus pontos. A proposta não agradou a nenhum segmento do País. É evidente que o nobre Relator pode até fazer críticas ao destaque do PSDB, mas há de reconhecer que é muito melhor do que o seu texto.

Por isso, não resta alternativa ao PFL senão mais uma vez lutar pelo aperfeiçoamento dessa proposta, para que a Comissão imediatamente promova as mudanças necessárias. Por que deixar para depois o que podemos fazer hoje? O povo brasileiro certamente não nos entenderia nem concordaria com a postura dos seus representantes legítimos, que devem dignificar o Poder Legislativo brasileiro.

Por isso, Sr. Presidente, o PFL se manifesta favorável ao destaque apresentado pela bancada do PSDB e orienta seus Deputados para que votem “sim”.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Para orientar a bancada pelo PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Pois não.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta emenda do meu partido, o PSDB, apresentada pelo Líder Jutahy Junior, tem o objetivo de suprir inúmeras falhas do projeto original. Uma delas é a incidência do ICMS sobre os produtos e serviços importados, como está claro na proposta inicial. Não é possível que nossa produção nacional tenha de competir com produtos de fora, que vêm para cá totalmente despidos de impostos.

A emenda também estabelece regras claras para definir a partilha da arrecadação do ICMS entre o Estado de origem e o local de consumo, a não-cumulatividade desse imposto e a necessidade de criar o fundo de compensação para aqueles Estados onde ocorrer a isenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Vamos assegurar a palavra ao orador. Vamos respeitar o eminente Deputado.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – Ainda por cima, estabelece uma proposição de alto caráter social, ao colocar na menor alíquota do ICMS os gêneros alimentícios de primeira necessidade – a cesta básica do trabalhador; a cesta básica de material de construção; o consumo de energia elétrica residencial até 100 quilowatts por mês; e

mercadorias, bens e serviços que lei complementar definir, prevalecendo sua aplicação mesmo nas operações interestaduais.

Vejam: não podemos deixar que o CONFAZ defina 4 alíquotas entre 5. É uma capitis diminutio do Congresso, é abrir mão do nosso poder de legislar.

Por tudo isso, encaminhamos “sim” a essa emenda do PSDB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Para encaminhar pelo PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Pelo PMDB...

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – O PMDB pediu a palavra. Asseguro a palavra ao representante do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, para encaminhar depois pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Com a palavra o representante do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou fazer um breve encaminhamento. Portanto, peço a atenção dos companheiros.

O Relator Virgílio Guimarães apresentou o seu primeiro relatório e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Asseguro a palavra ao nobre Deputado. Peço silêncio ao Plenário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE – O nobre Relator apresentou seu primeiro relatório e não fez referência ao fundo de compensação. Apresentou o segundo e também não fez referência ao fundo. Nos dois momentos, o Relator apontou que aguardava a legítima negociação política dos Governadores com o Ministro Antonio Palocci e com o Governo Federal.

Apresentado o terceiro e definitivo relatório, a negociação não chegou a bom termo. Não se chegou a um número, e a solução encontrada pelo Relator foi remeter o fundo de compensação a lei complementar.

Sr. Presidente, o PMDB entende que pelo menos 2 itens são fundamentais para se encontrar uma solução para o relatório final do Deputado Virgílio Guimarães. O primeiro é a questão do fundo de compensação. Não é possível que os Estados percam por serem exportadores, deixem de recolher e não tenham a compensação devida, especialmente o Estado do Pará – pelo qual falo com legitimidade, por ser um dos seus representantes –, que é superavitário e, nos últimos 10 anos, teve um saldo positivo de 18 bilhões de dólares na balança

comercial, enquanto o Brasil teve 15 bilhões. Portanto, o Pará superou o saldo positivo do País.

Sr. Presidente, o PMDB encaminha, pelo labirinto que a política nos impõe, pela solidariedade que temos com o Governo e pela palavra empenhada do Líder Eunício Oliveira, pela rejeição de qualquer destaque nesta Comissão. Ao mesmo tempo, não abrimos mão de encontrar, em plenário, uma maneira de criar um fundo de compensação que restitua na integralidade as perdas dos Estados. Mais do que isso, queremos uma redação nas disposições transitórias que defina o tempo de votação e promulgação da lei complementar, posto que não existe prazo para isso.

Portanto, o PMDB vota “não”, devido a um compromisso político, mas não abre mão de, em plenário, encontrar uma forma de criar o fundo de compensação dos Estados.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – Sr. Presidente, para dirimir nossa dúvida, esclareci junto à Assessoria da Comissão que o Destaque nº 178, que abordamos, refere-se justamente à alínea “a” do inciso X, § 2º, do art. 155.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, para encaminhar pela bancada do PSDB.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – O PSDB já falou.

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – Está esgotado o tema, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – O PSDB já falou. Vamos votar.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Em votação o Destaque nº 178.

Os Srs. Deputados favoráveis à aprovação do destaque, ou seja, à modificação do texto, permanecem como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – Há 4 horas não há idéia original na Comissão. Vamos votar logo e acabar com isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gerson Gabrielli) – Vamos votar agora o Destaque nº 16, que ainda não é o último.

Destaque nº 16, da bancada do PFL, objeto da Emenda nº 1, do Deputado Júlio Cesar.

Quem fala pelo destaque?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, falarei pelo destaque. Pela emenda falará o Deputado Júlio Cesar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Com a palavra o Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto para falar pelo destaque.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a atenção de todos. Considero este destaque um dos mais importantes que vamos apreciar hoje, justamente porque tem por finalidade fazer justiça aos Estados e Municípios brasileiros.

Primeiro, temos de acabar com o mito de que contribuição não é imposto e imposto não é contribuição. Eu até aceitaria essa premissa se as contribuições não fossem cobradas permanentemente e se não gravassem de forma tão onerosa, como gravam, os contribuintes brasileiros. O que se vê no País? Contribuições que são verdadeiros impostos. Estamos diante de uma máscara que precisa cair.

A Constituição Federal determina que todos os impostos sejam compartilhados com Estados e Municípios. Entretanto, o Governo Federal vem usando artifícios – na verdade, não apenas o atual, mas também os passados. Quero lembrar à base do Governo seu discurso no passado, para que corrija sua postura no presente. Só porque agora é governo não precisa incorrer nos mesmos erros cometidos pelos seus antecessores. Temos de caminhar para a frente.

Nesse sentido, Sr. Presidente, apresentou emenda o competente Deputado Júlio Cesar, nosso companheiro do PFL do Piauí, preocupado com os Municípios e Estados brasileiros, entendeu que não se pode mais presenciar no País o crescimento da carga tributária. O bolo só está inchando e não está sendo repartido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Peço silêncio ao Plenário. Há orador na tribuna.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Reforço o pedido de silêncio de V.Exa., até para que possa ouvir minha própria voz. Peço aos Srs. Líderes que, por favor, prestem atenção, porque é importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Por favor. Depois a bancada do Governo não acuse a Mesa de obstruir a votação.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Continua a obstrução do Governo às câmeras de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Asseguro a palavra ao Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Eles estão preocupados com a transmissão desta reunião e com o desgaste que terão amanhã ao encarar o cidadão brasileiro e admitir que votaram a favor do aumento da carga tributária, ou seja, contra Estados e Municípios. Não há problema em que as câmeras não me mostrem, mas com certeza

está chegando aos ouvidos de todos os contribuintes a aclamação que faço.

Não podemos admitir, portanto, que a carga tributária cresça e não seja repartida. Não podemos admitir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Mais uma vez, peço ao Plenário atenção para a manifestação do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto e asseguro a S.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, a V.Exa. a atenção.

Não podemos admitir que todas as receitas estejam concentradas no Governo Federal. Pergunto: quais são os responsáveis pela oferta do serviço de educação pública? quais são os responsáveis pela oferta do serviço de saúde pública? quais são os responsáveis pela oferta de serviços de segurança pública, de esporte e de lazer? Todos os serviços essenciais são prestados pelos Municípios e Estados brasileiros. O que quer o Governo Federal? Concentrar ainda mais as receitas em seu poder para tornar Prefeitos e Governadores reféns da sua política. Não podemos aceitar isso.

Por isso, torna-se imperativo que apoiemos a emenda proposta pelo Deputado Júlio Cesar. S.Exa. nada mais quer que as contribuições sejam repartidas com Estados e Municípios. Sim, estamos falando de justiça fiscal e sobretudo de combate às desigualdades sociais e promoção do desenvolvimento econômico. Estamos falando da defesa das 27 Unidades da Federação e dos mais de 5 mil Municípios brasileiros que passam por dificuldades e vêem suas receitas caírem a cada dia, porque todos os incentivos do Governo Federal recaem sobre as receitas compartilhadas. No entanto, aquilo que cresce não é dividido.

Por isso, Sr. Presidente, como autor deste destaque, conclamo as Sras. e Srs. Deputados para que votem favoravelmente, para que pensem nos Municípios e Estados, porque, se assim o fizerem, estarão pensando no povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Temos de ouvir ainda o Deputado Júlio Cesar, autor da emenda. O encaminhamento não se iniciou.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar, para sustentar a emenda apresentada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa aprovou, hoje à tarde, o suplemento do relatório do Relator Virgílio Guimarães, incluindo a Zona Franca de Manaus por mais 10 anos na anistia fiscal do Governo Federal ou nos incentivos hoje já concedidos e que venceriam

em 2013. O Governador e todos os Parlamentares do Amazonas fizeram grande mobilização porque lá há renúncia de 3 bilhões de reais por ano somente para um Estado. O PFL apoiou a medida, até porque um dos membros do nosso partido tinha todo interesse em que o benefício fosse concedido.

Com a renúncia de 3 bilhões de reais apenas para um Estado, o que queremos com esta emenda? Fazer uma redivisão do bolo do IPI, do Imposto de Renda e de outros tributos, que ascendem a 106 bilhões de reais. Esta é a soma de 2002, que, somada às 4 maiores contribuições – CIDE, CSSL, COFINS e CPMF –, chega ao total de 197 bilhões de reais. Diminuiu-se o percentual de distribuição para cada ente da Federação brasileira. Os Municípios, que tinham 22,5%, agora têm 14,5%; os Estados, que tinham 21,5% do IPI e do Imposto de Renda, 12,5%; e os fundos constitucionais de desenvolvimento regional – FNE, FNO e FCO – caíram de 3% para 2%.

Isso significa contemplar não somente um Estado ou região, mas todos os Estados brasileiros. Já existe critério definido para isso. Por isso sou contra a criação de fundos para compensar Estados e regiões pobres, Sr. Presidente. Eles serão regulamentados por lei complementar, mas não acredito que isso vá acontecer. Queremos que esses recursos sejam divididos com o FPE, o FPM e os fundos regionais. Dessa forma, vamos contemplar novamente o Estado do Amazonas, pois já se abriu uma exceção ao aquinhoá-lo, nesta tarde, com o nosso apoio. É bom que se diga: o PFL e o PSDB em peso apoiamos a concessão desse incentivo por mais 10 anos para o Estado do Amazonas, apesar de ser um problema que só aconteceria em 2013. Nos Estados e Municípios, já está acontecendo hoje, Sr. Presidente.

Por isso, Sr. Relator, peço a V.Exa. sensibilidade para ver a situação dos Municípios brasileiros, inclusive os do seu Estado. Vários Prefeitos votaram em V.Exa. no seu querido Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, lá no Piauí, V.Exa. também tem votos. A situação se repete em todos os Estados, e os Prefeitos estão negociando com muita prudência. Está aqui o Presidente da Federação Nacional dos Municípios. Eles vão negociar até o último momento. Mas, se preciso for, vão botar num outdoor aqueles que votaram contra o interesse dos Municípios brasileiros, porque é lá que somos votados para aqui representar os Estados.

Espero contar com a sensibilidade do Relator para tratar os outros Estados como tratou o Amazonas. Que faça o mesmo com os Municípios, porque é lá que o povo brasileiro mora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Júlio Cesar.

Com a palavra o Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emenda do Deputado Júlio Cesar, à qual dedicamos muito tempo, é meritória. Ela visa à chamada solidariedade federativa. Mas, em grande parte, Deputado Júlio Cesar, ela foi alcançada por outros caminhos. Houve negociação em sentido diverso da proposta de V.Exa. Os Estados e Municípios caminharam por outra via, qual seja, a de pedir diretamente a partilha da CIDE e a criação de um novo fundo representado por esses 2% e destinado a cobrir os créditos das exportações.

Portanto, são dois caminhos adequados. O de V.Exa. tem méritos que vão além, mas, evidentemente, não podemos querer dar 2 passos com as 2 pernas ao mesmo tempo. Reconheço o mérito da proposta de V.Exa., mas já estão consagrados outros caminhos para que a União contemple também Estados e Municípios.

Este Relator só pode, neste destaque, dar o parecer pela rejeição.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, apenas para complementar, o Relator mencionou o apoio dos Municípios e o que eles encaminharam. Tenho aqui documento do representante maior de todos os Municípios brasileiros no qual apóia nossa emenda, por julgar que faz maior justiça distributiva de renda principalmente para os Estados mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Encaminhe-o à Mesa, Deputado Júlio Cesar, para que seja entregue ao Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Está aqui, Sr. Relator: os Municípios encaminharam esta distribuição e não a que V.Exa. disse, lamentavelmente.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Talvez seja a mais justa, mas optou-se por outro caminho.

Portanto, no que se refere ao destaque, sou pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Para encaminhar pelo PSDB, tem a palavra o Deputado Eduardo Paes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, uma carta de intenções – esta é a melhor forma de definir o que fez esta Comissão, na qual 80% dos Deputados foram recém-indicados e não discutiram o tema durante o tempo necessário para se aprofundar. Esta reforma não passa de uma boa carta de inten-

ções, que, acima de tudo, desrespeita a razão de ser dos tributos.

O que são os tributos, Sr. Presidente? São aquilo que a sociedade consente em pagar para ter em contraprestação os serviços públicos. Ouvi os Deputados Antônio Carlos Magalhães Neto e Júlio Cesar defenderem uma questão fundamental: o equilíbrio federativo. Esta reforma dita tributária não resolve nada, a não ser o caixa da União.

Afirmar que a melhor definição para tributo é aquilo que o cidadão consente em pagar para que possa ter uma contraprestação. Pois bem. Não há ente federativo mais eficiente e capaz do que os Municípios para fazer com que esse retorno possa efetivamente acontecer.

O Deputado Júlio Cesar falou muito na questão dos Municípios. É aquele poder local que está próximo do cidadão e que pode ser por ele cobrado para que aqueles serviços públicos sejam prestados. Não é possível que o Brasil mantenha sua carga tributária e, além disso, se aprove emenda cujo DNA traz a certeza de aumento dessa carga, sem dar o direito ao cidadão de cobrar a contraprestação que lhe é devida por recolher esses tributos.

Portanto, o PSDB vai votar favoravelmente à emenda do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Pela Liderança do Governo, tem a palavra o Deputado Vicente Cascione.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, pelo PFL.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Aguardarei o PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O Deputado Vicente Cascione abre mão da palavra?

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Ficarei por último.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Pelo PMDB, tem a palavra o Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – Sr. Presidente, do rol de destaques e emendas formuladas, o PMDB selecionou apenas dois, nos quais vai insistir até suas últimas energias. Um deles é exatamente o que está sendo apreciado.

O PMDB entende que os Municípios precisam, sim, ser aquinhoados com uma parcela das contribuições. O histórico da nossa tributação, a partir de 1988, evidencia que a União se valeu essencialmente de sua competência residual para ir crescendo, ao longo dos anos, apenas aquilo que lhe aproveitava, colocando de lado os Estados e Municípios.

O PMDB vai ao plenário a partir deste momento, para defender o último destaque. Inicia a sua campanha para que de fato os nossos Municípios e Estados sejam aquinhoados com aquilo que contribuem para a Nação. De maneira que, honrando nosso compromisso com a base, momentaneamente – esta proposição, repito, é uma das duas que o PMDB sufraga – abrimos mão da emenda. Encaminhamos contrariamente, com a ressalva de que vamos brigar por ela no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Osmar Serraglio.

Para encaminhar pelo PFL, concedo a palavra ao Deputado José Roberto Arruda.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROBERTO ARRUDA

– Sr. Presidente, esta emenda está de acordo com a do Deputado Mussa Demes e com o relatório que o Congresso Nacional discutiu por longos anos.

Ao meu lado está o Dr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios Brasileiros e Prefeito de Mariana Pimentel, no Rio Grande do Sul. Como ele não tem voz na reunião e como a Comissão não teve tempo de exercer o que havia decidido, ou seja, a realização de audiências com Prefeitos nos Estados brasileiros, ele está presente, em nome de todos os Prefeitos, para informar que, por meio de decisão unânime do Conselho Nacional dos Municípios Brasileiros, deveria ser aprovada esta emenda que divide os recursos por Estados e Municípios. Não podemos ter no País 2 tipos de impostos: os antigos, que são divididos, e os novos, que estamos apelidando de contribuição para não dividi-los entre Estados e Municípios.

Sejamos francos: a participação do PMDB deixou claro que esta matéria será apreciada no plenário. Nós, que fazemos parte da Comissão, sabemos que a reforma tributária não reúne condições políticas de ser aprovada no plenário sem maior distribuição dos recursos por Estados e Municípios.

Vamos aprovar a emenda, desde logo, pois é inteligente, faz com que as contribuições sejam entendidas como impostos e com que seja feita justiça aos Estados e Municípios brasileiros.

O PFL vota favoravelmente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem – art. 46, § 1º.

A Ordem do Dia iniciou-se no plenário da Câmara.

O SR. DEPUTADO PAULO DELGADO – Não há quorum no plenário, nobre Líder.

Sr. Presidente, Município que vive apenas de fundo de participação não pode ser considerado como tal. Temos de acabar com Municípios que não têm renda própria.

(Não identificado) – Deputado Paulo Delgado, até no seu Estado há Municípios que vivem do FPM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Eu esperava encerrar a votação antes do início da Ordem do Dia.

Além deste destaque, cuja votação não está concluída, falta apenas um. Infelizmente, por força do Regimento, sou obrigado a suspender a reunião, em razão do início da Ordem da Dia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, deve ser encerrada a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Um momento. Vou decidir se a encerro ou suspendo, para depois completar a votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, a reunião deve ser encerrada.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Temos matéria muito importante a ser votada no plenário da Câmara. Trata-se da votação da reforma da Previdência, sem hora para encerrar. Parece-me mais sensato que completemos este trabalho amanhã em nova reunião, às 13h.

Não posso votar no plenário e voltar para cá, pois a reunião será anulada. Não posso fazer desta maneira.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr.

Presidente, temos este destaque e outro que possivelmente pertence ao PL e que seria retirado. Estamos a poucos minutos de encerrar tarefa importante. O País aguarda que o façamos. Desta feita, apelo a V.Exa. para que, na próxima semana, em plenário, trabalhe-mos inclusive os ajustes aqui relatados.

Por isso, em nome do Governo, peço a V.Exa. que suspendamos a reunião, de acordo com o Regimento, e não a encerremos, para que possamos ir ao plenário ver de fato o que acontecerá. Pode não haver o encaminhamento da votação definitiva.

Seria um contra-senso não suspender a reunião e retornar logo em seguida. Então, apelo a V.Exa. para que possamos suspender a reunião, ir ao plenário e, de conhecimento da situação, voltar aqui para tomar uma decisão final sobre o assunto. Este é o apelo que faço a V.Exa., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Acabo de receber telefonema do Presidente da Casa informando que a Ordem do Dia deverá se encerrar por volta de 19 horas. Como há essa previsão, suspendo

a reunião e determino que tenha prosseguimento às 19h30min de hoje. (Palmas.)

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Atenção, Plenário, por favor. Ainda não recomeçamos a reunião porque o Relator não chegou. No momento em que S.Exa. chegar, recomeçaremos.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não é possível acolher questão de ordem, porque a sessão não foi reiniciada. Ainda não reiniciamos a sessão porque o Relator não se encontra presente. Vou dar dez minutos. Se o Relator não aparecer, suspendendo a reunião e marco outra para as 13h. Também não é possível.

Vamos reiniciar a nossa reunião.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Darei a palavra a V. Exa., Deputado Jutahy, depois de ouvir.... O Deputado Vicente Cascione não está presente para falar em nome do Governo.

Ouçõ V.Exa. como Líder.

O SR. DEPUTADO JUTAHY JUNIOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossa presença nesta reunião e toda a ação que o PSDB desenvolveu no dia de hoje visa dar realce ao trabalho que estamos fazendo na Comissão da Reforma Tributária.

É muito importante a sociedade brasileira conhecer, na sua inteireza e com profundidade, o que estamos votando. O PSDB sabe que não tem votos suficientes na Comissão para impedir a aprovação desse texto, mas tem voz e credibilidade para discutir com a sociedade quais as modificações e objetivos que temos de alcançar. Por isso, decidimos não permitir a votação da reforma previdenciária hoje. É importante não termos votação da reforma da Previdência hoje. Caso ela ocorra, o noticiário, o foco da discussão no dia de hoje passaria a ser a Previdência, e não uma reforma tão necessária ao Brasil como é a tributária.

Qual é nossa preocupação como partido? Somos contra o aumento da carga tributária. Achamos que uma carga tributária de 36% já é muito elevada e, no texto aprovado, existe uma possibilidade real de aumento dessa carga. Onde? Quero explicitar para que a sociedade tenha conhecimento claro.

O ICMS, da forma proposta... Sabemos que todos os Secretários de Estado de Fazenda têm o dever, em relação aos seus Governos e aos seus Governadores, de buscar manter a sua arrecadação. Se houver a equalização do ICMS, obviamente, a tendência será a alíquota máxima em todas as situações. Essa é

uma realidade que a prática demonstra. Temos ainda a possibilidade real de aumento de impostos na COFINS de importação, nas transações imobiliárias, nas doações inter vivos e nas heranças. Estes são apenas alguns dos itens em que está explicitado o aumento da carga tributária.

No pacto federativo, houve um acordo entre o Presidente da República e os Governadores segundo o qual os Estados não correriam o risco de ter uma diminuição de suas receitas. Da forma como está redigido o relatório, São Paulo, o Estado mais importante da nossa Federação, pode perder 1 bilhão e 700 milhões de reais. O Pará pode quebrar pela forma como está redigida a questão da imunidade, que é correta na relação do ICMS de exportação mas, ao não se criar um fundo de compensação constitucionalizado, qualquer juiz de primeira instância, por liminar, pode atingir a receita daquele Estado, inviabilizando a sua administração. O meu Estado, a Bahia, segundo dados do Governo estadual – e não somos aliados políticos –, pode perder até 13% da sua receita. Portanto, o maior Estado do Brasil, o maior Estado do Nordeste e um grande Estado do Norte serão prejudicados de forma absoluta.

Em relação ao contribuinte, além da carga tributária, que pode ser aumentada, passaremos a ter, na realidade do texto, a possibilidade de não-proteção ao contribuinte, porque acaba a noventena em relação ao IPVA, ao IPTU e aos Impostos de Renda de Pessoa Física e Jurídica.

O mais absurdo nesse projeto é, depois de tudo o que falou ao longo de sua vida contra a CPMF de forma provisória, o PT propor a CPMF de forma permanente, inserida no corpo da Constituição. Aceitamos a idéia porque não vamos fazer uma oposição como a que o PT fez no passado e sabemos da necessidade de arrecadar mais 24 bilhões de reais no próximo ano. Aceitamos a prorrogação da CPMF por mais um ano, mas não podemos aceitar a CPMF para a próxima década, para a próxima geração. Isso seria um retrocesso absoluto, porque sabemos – todos aqui são especialistas – que a CPMF é um imposto cumulativo, que tem cabimento de forma transitória, e o ideal seria que, quando fosse para a Constituição, se for algum dia, tivesse uma alíquota mínima, com um caráter apenas fiscalizatório.

Como admitir também a DRU por mais 4 anos? A DRU foi um instrumento emergencial. Está parecendo que o Governo quer apenas resolver a questão de caixa da gestão do Presidente Lula. O PSDB não aprova a prorrogação da DRU por 4 anos.

Por isso, Sr. Presidente, estamos participando deste debate, votando contra, esperançosos de que

o Relator Virgílio Guimarães, Parlamentar experiente, respeitado, um homem que está trabalhando com afinco nessa matéria, entenda essas sugestões do PSDB como uma contribuição ao País, porque é essa a nossa visão. Somos uma Oposição responsável, fiscalizadora, que deseja que o Brasil volte a crescer, se desenvolva, gere emprego e tenha crescimento econômico.

Sentimos esse texto da reforma tributária apenas como uma carta de intenções vinculada a esses objetivos, mas concretamente não temos nada, porque de aplicação prática, de auto-aplicação dos 130 itens propostos, só temos a DRU e a CPMF.

Por isso, o PSDB encaminha o voto contra esse texto, acreditando que, a partir de amanhã, teremos um novo processo de negociação em defesa do contribuinte e do pacto federativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Jutahy Magalhães.

Para encaminhar pelo PP, tem a palavra o Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pode ser depois do encaminhamento, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Não é para orientar, peço a palavra como Líder. Pode ser depois do Deputado Francisco Dornelles. Será uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Ouviremos o Deputado José Carlos Aleluia e depois o Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, após ouvir o Líder Jutahy Magalhães, vejo com muita satisfação que há um ponto de convergência entre o PFL e o PSDB.

O PFL já vinha, no Governo passado, opondo-se ao aumento de carga tributária. O Brasil, tenho dito com muita insistência, está-se tornando um dos líderes mundiais na coleta de impostos. Vou ter a paciência de ler uma tabela, pelo menos uma parte, mostrando a carga tributária bruta de alguns países – alguns países desenvolvidos e outros com o mesmo nível de desenvolvimento do Brasil. Estamos nos aproximando rapidamente da Suécia, que é o país que tem a maior carga tributária do mundo. O Brasil vai passar a Noruega muito em breve. Já ultrapassamos a Alemanha, que tem uma carga tributária bruta de 36,4%. Mas não é só a carga tributária bruta que nos preocupa, Sr. Relator. O que nos preocupa é a qualidade da carga tributária.

Por exemplo, a Suécia tem 22% da sua carga tributária bruta incidindo sobre o imposto de renda. Isso

significa que as pessoas – pois são sobretudo pessoas que pagam imposto de renda – estão pagando imposto porque estão ganhando dinheiro. Enquanto na Suécia a carga tributária bruta do imposto de renda é 22% do PIB, no Brasil é 6,6% do PIB. Ou seja, a população não tem renda para pagar imposto; o que se tributa é a produção, é a competitividade; o que se faz é roubar empregos.

Não há a menor possibilidade de, com esse projeto, não atingirmos rapidamente os 40%. Segundo as previsões, mesmo se nada se fizer – e esse projeto faz – estaremos com uma carga de mais de 40% nos próximos anos, o que significa sufocar a economia.

Citarei números de alguns países com grau de desenvolvimento semelhante ao nosso. Já o fiz, mas vou repetir. O Chile tem uma carga tributária bruta de 17,3%; a Venezuela, 15,9%; o Equador, 13%; os Estados Unidos, 29,60%; a Argentina, 17%.

Portanto, não há como continuarmos permitindo que se aumente essa carga com penduricalhos tributários, como faz a proposta do Deputado Virgílio Guimarães.

Na reunião de sexta-feira, contra o voto do PFL, a Comissão decidiu aumentar a carga tributária. Quando aprovamos o texto, dissemos à sociedade que o Brasil sairia do patamar já verificado no ano de 2002, de 35,8%, para um patamar superior a 40%. Hoje, ao negar os destaques, ao aprovar apenas a manutenção dos incentivos da Zona Franca, estamos dizendo à sociedade que vamos aumentar a carga tributária de forma errada, equivocada, e vamos mantê-la nas mãos da União.

Foi por essa decisão equivocada do Governo, de desconhecer a sociedade, de dar as costas aos trabalhadores, que hoje vi na televisão as duas centrais sindicais dizerem que são contra a reforma tributária e que este Congresso não os ouve – não é o Congresso todo; o PFL está ouvindo. Resolvemos, ao aprovar sem destaques o relatório do Deputado Virgílio Guimarães, dizer que não vamos dar atenção à sociedade.

Esta Comissão, como eu disse, projetada artificialmente para vencer, não liga para a sociedade; não ouve os Prefeitos, os Governadores, os empresários, as famílias, os trabalhadores. Por isso uma parte do PFL, que votou com o Governo na reforma da Previdência, e o PSDB, que votou também, resolveram dar um recado não votando hoje o segundo turno para mostrar que, sem uma parcela da Oposição, não há nenhuma reforma.

O Presidente foi para a televisão dizer que aprovou a reforma com a sua base. Não é verdade. Hoje o recado foi dado: o segundo turno da reforma da Previdência não foi votado hoje porque o Governo cometeu

equivocos na sua relação com o Congresso, perdeu o apoio e não pôde votar. Amanhã, vai ter que recompor apoios, senão termina não aprovando nem a reforma da Previdência nem a reforma tributária.

Minha avó Bicota me ensinou muito cedo: meu filho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado José Carlos Aleluia, por favor, conclua.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Eu vou concluir com a frase da minha avó, que dizia: “Meu filho, quem muito abarca pouco aperta”. Este Governo muito abarca e pouco aperta; não tem base para aprovar reforma, sobretudo a derrama.

Quero dizer ao Deputado Mussa Demes, que votou contra, e ao Deputado Virgílio Guimarães, que está propondo esse relatório: em 1º de setembro o PFL vai comemorar o Dia da Derrama. É o dia em que as prestadoras de serviço começam a pagar o aumento de 167% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Farei um discurso no plenário em homenagem a mais esta derrama do Governo do Presidente Lula contra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado José Carlos Aleluia.

Para encaminhar pelo PP, concederei a palavra ao Deputado Francisco Dornelles e, por último, para encaminhar pela Liderança do Governo, ao Deputado Vicente Cascione. Agora, a palavra está com o Deputado Francisco Dornelles.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO – Sr.

Presidente, também quero falar como Líder.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, o fortalecimento dos Estados e dos Municípios é um dos pontos importantes do programa do PP. Por esse motivo, o partido concorda plenamente com os princípios gerais da emenda do Deputado Júlio Cesar destacada pelo PFL. Entretanto, nós não temos condições de avaliar, nessa modificação introduzida por S.Exa. – a modificação dos critérios de distribuição de receita pela União, Estados e Municípios –, se os percentuais estão coerentes com a situação financeira e com a ordem financeira que deve reger o relacionamento dos entes federativos.

Amanhã deve haver uma grande reunião dos Governadores com o Presidente da República e com as Lideranças. Acharmos que este assunto pode ser tratado melhor nessas reuniões, com reflexo no plenário.

Por esses motivos, votaremos nesta Comissão contrariamente a esse destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Para falar pela Liderança do Governo, Deputado Vicente Cascione.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes gostaria de saber se a câmera da TV Câmara me enquadrado devidamente. (Pausa.)

Não me maquiei nem vou aqui fazer uso de máscara, mas como quase todos além de falarem para seus pares falam para a TV Câmara e para o povo brasileiro, e por isso talvez alguns falem mais do que poderiam ou deveriam, eu, que iria entrar mudo e sair calado, resolvi falar, porque não ficaria bem comigo mesmo se não o fizesse.

Comecei o dia tentando costurar um acordo em nome da Liderança do Governo, com aval do Líder Aldo Rebelo e dos Vice-Líderes. Depois, ao longo do dia, tive que escutar aqui algo que já não me está causando indignação, mas irritação, que é o “samba de uma nota só”.

No tempo da bossa nova, havia um samba que era chato. Todo samba que não tem harmonia, que não tem belos acordes e que fica na mesma nota, no mesmo tom, cansa. Um trecho dessa música dizia o seguinte: “tanta gente existe por aí que fala, fala e não diz nada ou quase nada”.

Em minha opinião, fala-se muito, mas, muitas vezes, não se diz coisa alguma. Pode ser até que eu esteja fazendo a mesma coisa agora, mas não serei o vampiro que, de repente, se transformou em doador de sangue.

A Oposição passou dias, semanas e meses deste mandato repetindo o samba de uma nota só. Hoje, não escutei outra coisa a não ser os vampiros de sustentação do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, ao longo de 8 anos de Governo, 2 mandatos, aumentou a carga tributária em 9%. Atualmente, encontram-se comprometidas as colunas mestras de sustentação deste Governo. Aquela administração não apenas aumentou a carga tributária mas vendeu o patrimônio brasileiro, privatizou de forma indecente os bens mais importantes deste País e elevou de 60 bilhões para 800 bilhões de reais a nossa dívida.

Se eu fosse o vampiro de ontem, não me atreveria a aparecer aqui hoje como doador de sangue. Ao contrário, se eu estivesse na condição de sustentáculo de 8 anos de Governo FHC, ficaria calado. Afinal, aquele Governo elevou a dívida aos patamares que mostrei, e todos conhecem, e aumentou a carga tributária em 9%.

Por que não diminuíram a carga? Por que não deixaram a carga no mesmo patamar? Por que os mágicos de hoje a elevaram em 9%? Esse discurso parece dar a impressão de que a bruxa virou fada, tocou no vampiro e o fez virar doador de sangue – aliás, generoso doador de sangue.

Portanto, esse discurso foge à ética e é, antes de tudo, amoral. Ele pertence àqueles que foram Governo e, por isso, deveriam compreender a diferença entre ser Governo e Oposição. Porque quem é Governo tem o aprendizado, a experiência, sabe as dificuldades que o poder traz, porque o poder exige soluções.

As pessoas que passaram por essa experiência não podem, como vampiros de ontem, que venderam o País e aumentaram a carga tributária, agir como se fossem doadores de sangue generosos e fazer um exercício de adivinhação. Eles dizem que haverá o aumento da carga tributária a partir desta reforma sem que nada de concreto estabeleça isso. Não há qualquer dado concreto que justifique essa afirmativa. Muito pelo contrário, estamos desonerando as exportações, a produção, a folha de pagamento patronal e dando todas as condições para que o País comece a caminhar na direção de um sistema tributário mais justo.

No entanto, aqueles que fizeram o que fizeram antes, negam o seu passado – e não me venham dizer que a Oposição faz o mesmo, porque ela já fez a sua mea culpa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Vicente Cascione, por favor, conclua seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, não estou falando mais do que aqueles que ultrapassaram o tempo estipulado, e esta é a primeira vez que estou usando a palavra hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Estou observando o tempo, e estou concedendo a V.Exa. o mesmo tempo que concedi aos demais. É por isso que solicito a conclusão de seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Sr. Presidente, se somarmos todos os excessos de tempo dos Deputados José Carlos Aleluia, Antônio Carlos Magalhães Neto e Eduardo Paes, eu teria um latifúndio de tempo para falar. Mas, em respeito a V.Exa., concluirei.

Este é mais um desabafo pessoal, de quem não gosta de ouvir posições hipócritas, falsas e desleais, além de incoerentes com o que fizeram.

Que os malfeitores de ontem não apareçam hoje como benfeitores, porque o povo brasileiro sabe que este País, depois de 8 anos, encontra-se desta maneira por causa da herança recebida. Ninguém consegue destruir um país em 7 meses, mas tem dificuldades para construí-lo ou reconstruí-lo depois de 8 anos de determinadas ações – e isso para ficarmos apenas no tempo em que aqueles que hoje vieram aqui posando de benfeitores permaneceram no poder, sustentando um Governo que nos levou aonde chegamos. O es-

trago foi tão grande que a reconstrução é difícil, mas vamos caminhar nesse sentido.

Temos certeza de que, em determinado momento, aqueles da atual Oposição vão reencontrar o caminho de patriotismo em favor desta Nação e deste povo.

Sr. Presidente, esse é o testemunho e o desabafo que, neste instante, deixo no ar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Vicente Cascione.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Vicente Cascione, do PTB, o fato de haver feito parte da base de sustentação do nosso Governo durante os últimos 8 anos, período no qual nos ajudou a fazer o que fizemos. (Risos.)

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Rompi com o Presidente Fernando Henrique Cardoso; votei com a Oposição. V.Exa. não estava aqui, pois é novíço, é neófito.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Eu estava aqui, pois estou em minha segunda Legislatura.

O SR. DEPUTADO VICENTE CASCIONE – Votei com a Oposição ao longo de todo o tempo. E, já no primeiro mandato, eu alertava para o fato de que iriam reeleger alguém que, depois, seria julgado pelo País – como foi feito nas urnas, durante as últimas eleições.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Colocarei em votação o destaque, se não houver mais alguma Liderança que deseje manifestar-se.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Em votação o destaque.

Os Srs. Deputados que aprovam o destaque permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado o destaque.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA – Sr. Presidente, peço verificação.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – A favor do destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – De fato, cabe a verificação, pois ela já era devida antes mesmo que houvéssimos suspenso a reunião.

Procederemos à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Deputados do PT:

Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS – Sr. Presidente, voto “não”, em favor de um Brasil que será reconstruído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Jorge Bittar.

O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado José Mentor. (Pausa.) Ausente.
Deputado Paulo Bernardo.

O SR. DEPUTADO PAULO BERNARDO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) –
Deputado Paulo Rubem Santiago. (Pausa.) Ausente.
Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES –
“Não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Walter Pinheiro.

O SR. DEPUTADO WALTER PINHEIRO – “Não”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputados do PFL:

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Sr. Presidente, apenas para manter a postura do partido, informo que nos encontramos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Está em obstrução o PFL.

Deputados do PMDB:

Deputado Barbosa Neto. (Pausa.) Ausente.

Deputado José Borba. (Pausa.) Ausente.

Deputado José Priante. (Pausa.)

O Deputado José Priante vota “não”.

Deputado Osmar Serraglio.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – Sr. Presidente, “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Pedro Novais.

O SR. DEPUTADO PEDRO NOVAIS – “Não”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Os Deputados do PSDB estão em obstrução ou vão votar?

(Não identificado) – Sr. Presidente, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputados do PSDB:

Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, pela melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Julio Semeghini. (Pausa.) Ausente.

Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, por causa da emenda do Deputado Júlio Cesar, um especialista, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Narcio Rodrigues. (Pausa.) Ausente.
Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputados do PP:

Deputado Francisco Dornelles. (Pausa.)

O Deputado Francisco Dornelles vota “não”.

Deputado Pedro Henry.

O SR. DEPUTADO PEDRO HENRY – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Romel Anizio.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputados do PTB:

Deputado Nelson Marquezelli. (Pausa.) Ausente.

Deputado Pedro Fernandes.

O SR. DEPUTADO PEDRO FERNANDES –
“Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON
– “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputados do PL:

Deputado Humberto Michiles.

O SR. DEPUTADO HUMBERTO MICHILES –
“Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Miguel de Souza.

O SR. DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA – “Não”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – “Não”,
Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputados do PSB:

Deputado Beto Albuquerque. (Pausa.)

O Deputado Beto Albuquerque vota “não”.

Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE
– “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)
– Deputado do PPS: Lupércio Ramos.

O SR. DEPUTADO LUPÉRCIO RAMOS – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado do PDT: André Zacharow.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ ZACHAROW – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado do PCdoB: Sérgio Miranda. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado do PV: Sarney Filho.

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Sr. Presidente, no entendimento de que esta é apenas uma etapa em um trabalhoso processo de diálogo, de negociações e avanços, voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Passo à chamada dos suplentes.

O Deputado Sarney Filho já votou?

O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO – Se V.Exa. quiser, posso votar novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Desculpe-me, pois a Secretaria da Mesa não havia recolhido o voto de V.Exa., Deputado Sarney Filho. Eu sabia que V.Exa. havia votado “não”, com tem sido sempre.

Deputados do PT:

Deputado Devanir Ribeiro.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Fernando Ferro. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Nilson Mourão.

O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Está completa a votação do PT.

Deputados do PFL:

Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES NETO – Em meu nome e do Deputado Júlio Cesar, votamos “sim”, a favor da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Gerson Gabrielli.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado José Roberto Arruda. *(Pausa.)* Ausente. Deputado Machado.

O SR. DEPUTADO MACHADO – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Mussa Demes.

Voto “sim”.

Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Aroldo Cedraz. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eduardo Sciarra. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eliseu Resende. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Gervásio Silva. *(Pausa.)*

Não ouço o Deputado Gervásio Silva.

Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente, a nossa emenda é igual a de V.Exa., a do Deputado Antônio Carlos Magalhães Neto e de todos aqui presentes. Quem vota a favor dos Municípios brasileiros vota “sim”. Eu voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O PFL ainda tem direito a um voto.

Chamo novamente o Deputado Eduardo Sciarra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO SCIARRA – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Está completo o PFL.

Deputados do PMDB:

Deputado André Luiz.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ LUIZ – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – O PSDB ainda tem direito a 2 votos.

Deputado Anivaldo Vale.

O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE – “Sim”, Sr. Presidente, aguardando a emenda aglutinativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputado do PTB: Luiz Antonio Fleury.

O SR. DEPUTADO LUIZ ANTONIO FLEURY – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Deputada do PCdoB: Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN – “Não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Dentro de instantes, proclamarei o resultado. *(Pausa.)*

Votaram “não” 27 Srs. Deputados e votaram “sim” 11 Srs. Deputados.

O destaque foi rejeitado.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, o próximo destaque é de nossa autoria. Temos uma preocupação com relação a esse destaque, exatamente por causa das razões citadas inúmeras vezes nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Deputado Sandro Mabel, creio ser melhor que, primeiro, eu anuncie o destaque para, em seguida, V.Exa. manifestar-se.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, antes de V.Exa. anunciar o destaque, quero fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– V.Exa. poderá falar em seguida, pois temos de ganhar tempo. Aliás, o destaque de sua autoria é o último que será colocado em votação.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, realmente, antes de V.Exa. anunciar o destaque, quero fazer uma observação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, eu queria levantar uma questão de ordem sobre o Destaque nº 231.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– O Deputado Francisco Dornelles quer levantar uma questão de ordem sobre o Destaque nº 231.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, antes de V.Exa. chamar o destaque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Muito bem, Deputado, qual é a questão de ordem?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro pediu um destaque para a Emenda nº 44, de minha autoria, que torna a CPMF uma contribuição provisória. A pergunta que eu dirijo a V.Exa. é a seguinte: o Partido Socialista Brasileiro, tendo pedido um destaque da minha emenda, pode simplesmente retirar esse destaque sem autorização do autor da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Pode, Deputado. Ele pode, sim. É prerrogativa do autor manter ou retirar o destaque. Por isso, infelizmente, não vai poder ser votado. Mas a emenda sobrevive e pode ser apresentada em plenário.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO DORNELLES

– Eu lamento profundamente, porque entendo que a CPMF deveria ser uma contribuição provisória, como, aliás, entendeu também o Partido Socialista Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Confesso que eu lamento tanto quanto V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– A verificação pode ser feita às 21h10min?

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não é hora. Deputado Sandro Mabel, estou anunciando o destaque de V.Exa. V.Exa. vai ter a oportunidade de falar sobre o destaque. Eu lhe asseguro a palavra. Mas levantar para falar em nome de um destaque que não foi sequer ainda apresentado...

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Eu gostaria que V.Exa. me assegurasse a palavra um pouco antes, até para a celeridade dos trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Eu precisaria saber a hora do próximo pedido de verificação. A próxima verificação seria às 21h10min?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Não, a próxima foi agora. V.Exa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Não, mas já acabou. Nós estamos há quatro minutos conversando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– V.Exa. já pode pedir também depois desse.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Às 21h10min.

O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO – Sr.

Presidente, o Deputado José Carlos Aleluia quer ganhar tempo. Daqui a pouco vai dar 21h10min. Aí, nós perdemos tempo. Vamos para a frente.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Por favor,

Sr. Presidente, pela ordem, pela Liderança do PL, como V.Exa. entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) –

Deputados, estamos no final dos trabalhos. Por favor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– É preciso saber a hora da próxima verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– A hora em que pode ser pedida a verificação? (Pausa.) Às 21h10min, Deputado José Carlos Aleluia.

Ouçõ o Deputado Sandro Mabel.

O SR. DEPUTADO SANDRO MABEL – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a preocupação da bancada do PL é justamente com esta questão. Os mineiros sabem bem que quem cura o queijo é o tempo. Exatamente dentro dessa visão é que estamos aproveitando, neste destaque que fazemos do art. 90, o texto do Deputado Virgílio Guimarães. Construímos um texto, juntamente com o Deputado Virgílio Guimarães, e gostaríamos de poder resolver isso através de um acordo em que pudessemos melhorar ainda mais essa emenda.

Sr. Presidente, o PL, sobretudo a nossa bancada do Centro-Oeste, preocupa-se muito com a reforma tributária. Eu não concordo, como o Líder do PTB dis-

se, com a retirada do nosso amigo e Líder Armando Monteiro da reforma, afirmando-se que se tratava de uma questão partidária. É que nem retirar um cirurgião da mesa de cirurgia porque alguém determina que o paciente tem que ser operado rapidamente. O paciente tem que se operado é com cuidado. Precisa dos exames preliminares. É preciso ter cuidado com o paciente na operação. Não se trata simplesmente de retirar um e colocar outro porque o outro topa operar mais rapidamente.

A reforma tributária muda as nossas regiões. Já falei algumas vezes disso. Muda-se a região do Vale do Jequitinhonha, em Minas, a região de V.Exa., no Piauí, a minha, em Goiás, etc. Temos que lutar para gerar novos horizontes para o Brasil e para essas regiões, que têm uma depressão econômica.

A reforma tributária tem muitos pontos importantes. O Presidente Lula – temos que admitir – teve coragem de apresentar essa reforma, sabendo que entrava na questão e também poderia perder algo.

Mas, por outro lado, Deputado Virgílio Guimarães, o pessoal da Fazenda e os Líderes precisam entender algumas questões que melhoram a reforma, que dão condições para que essa reforma possa ser levada mais à frente. Não podemos pensar que o Brasil é feito só de pessoas, simplesmente, ou de empresários ou de interesses. Não é assim. Estamos aqui para defender o Brasil.

Há 15 minutos, ligou-me meu irmão dizendo que uma indústria nossa no Rio está pegando fogo. E eu estava aqui defendendo uma proposta com uma indústria sendo incendiada. Tudo bem, acho importante eu estar aqui e não sair correndo desesperado, porque aqui temos coisas para melhorar; pode pegar fogo uma indústria porque certamente não teremos o que fazer com muitas indústrias se não tomarmos cuidado com essa carga tributária. Estamos aqui com calma, tranquilidade, por fora. Por dentro, com toda a loucura que passam alguns milhões que estão sendo consumidos. Mas o que importa é que possamos levar o Brasil para frente, para onde não podemos pensar que o capital não tem que ser desonerado. Não podemos pensar que a sua região, a minha, a do Deputado Nelson Pellegrino, a de todos nós não tenha sequer uma diferença. Vamos curar o queijo com o tempo.

O que estamos pedindo, Sr. Presidente, Sr. Relator, é que possamos olhar essa reforma com um pouco de calma; analisar os incentivos, a transição com calma. O País não pode perder repentinamente. Um Estado não pode ganhar ou perder repentinamente. Com 12 anos damos tempo a quem perder de ir se adequando, a quem ganhar de também ir se adequando. No entanto, não podemos ter esse cruzamento de 8 anos

de tempo de prorrogação e a transição de origem e destino feita a 1% ao ano. Dentro de 4 anos, todo esse Planalto Central estará inviabilizado, assim como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Temos aqui Deputados que muitas vezes não têm conhecimento do que é isso. Porém, Sr. Relator, acho que, com um pouco de calma, vamos melhorar e tirar uma boa reforma daqui.

Vamos tomar cuidado com a carga tributária, sim, mas vamos tomar cuidado com a União, que já se meteu no que era dos Estados ao uniformizar o ICMS e legislou. O pacto federativo tem algum problema? Tem. Mas assumimos, os Governadores assumiram.

Sr. Relator, vamos dar calma. Vamos dar condição para que esses Estados sobrevivam, condições de curarmos nosso queijo, porque estamos perdendo muito. Vamos nos dar um tempo para que possamos perder.

Acho que temos de ter essa calma, como a que estou tendo aqui, neste momento, apesar de estar acontecendo um baita problema em meu Estado. Mas acho mais importante, neste momento, parar alguns minutos e refletir junto com V.Exa.

É dentro dessa posição que retiro o destaque do PL, porém com a certeza de que possamos contar com o PP, o Líder Pedro Henry, com o Líder Nelson, do PT, e com o Líder do PL, para que possamos amanhã, junto com V.Exa. e os demais Líderes, construir pequenas modificações que representarão muito para um País, sobretudo para essas regiões que precisam sobreviver, como o Pará e o Amazonas.

Fica retirado o destaque do PL. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Retirado o destaque. Não havendo mais nenhum outro a ser votado hoje, resta-me agradecer...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

-. Sr. Presidente, antes de V.Exa. encerrar a reunião, gostaria de fazer uma breve referência ao orgulho do PFL de ter V.Exa. representando o partido na Presidência desta Comissão.

V.Exa. soube ser partidário no seu voto e soube ser um representante da Casa, do Regimento, da instituição na condução dos trabalhos. Na condição de Líder do partido e em nome de todos os companheiros do partido, em nome do Presidente Bornhausen, em nome da executiva, afirmo que V.Exa. honrou, e muito, a Câmara dos Deputados, o Partido da Frente Liberal e o seu Estado, o Piauí. V.Exa., mais uma vez, mostra que é um dos Deputados que honra esta Casa, que a honrou como Relator e agora honra como Presidente.

Registro que o meu amigo Relator, Deputado Virgílio Guimarães, teve excepcional paciência, ouviu

todos e continuará assim fazendo e tem todas as condições, se o Governo permitir um pouco de liberdade... Não posso falar porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Por favor, retire-se. Como uma pessoa entra no plenário dessa maneira e interrompe o orador? Por favor, retire-se do plenário.

Prossiga, Deputado José Carlos Aleluia.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

– Sr. Presidente, se o Governo der o mínimo de liberdade ao Deputado Virgílio Guimarães, tenho certeza de que S.Exa. irá produzir um relatório muito melhor do que esse. O Governo o fez com 2 objetivos. Primeiro para poder dizer, se eventualmente fracassar a reforma tributária, que foi o Congresso que não a fez. Segundo, evidentemente, para assustar os Governadores, os Prefeitos, os empresários e a sociedade, que não suporta pressão tão grande.

O PFL continuará cumprindo seu papel de oposição construtiva.

Aproveito a oportunidade para dar um abraço no Deputado Virgílio Guimarães e no Presidente, Deputado Mussa Demes.

O PFL sente-se honrado com toda a sua bancada na Comissão, em especial com o meu irmão, o Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, da Bahia, que se comportou com a mesma dignidade e correção. O partido demonstra tradição em bons Vice-Presidentes, como o Sr. Marco Maciel nos 8 anos de mandato no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ROMEL ANIZIO – Sr. Presidente, como Vice-Líder do Partido Progressista, por delegação do nosso Líder, Pedro Henry, não poderia deixar de cumprimentá-lo pela brilhante condução dos trabalhos desta Comissão.

Nós, que já havíamos convivido com V.Exa. quando relatou a anterior e tão sonhada reforma tributária com grande competência, não poderíamos deixar de nos expressar em nome do Partido Progressista, cumprimentando o ilustre Presidente desta Comissão e o Relator pelo trabalho realizado. Tenho certeza de que o Destaque nº 134, de nossa autoria, que beneficiava 734 Municípios lindeiros, ao destinar 50% do ICMS às matrizes energéticas e 50% aos Municípios, cujas áreas foram inundadas pelas usinas, terá por parte do Relator o maior carinho e apreço quando for discutido em plenário.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer, em nome do Partido Progressista.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Ronaldo Dimas; Em seguida, os Deputados Walter Feldman, Antonio Carlos Mendes Thame e Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO RONALDO DIMAS – Sr. Presidente, parableno-o pela condução dos trabalhos. Esta é uma nova experiência em minha vida; foi boa e aprendi muito. É claro que há divergências. Sei, Deputado Virgílio Guimarães, que este relatório não é o seu relatório. Pela curta convivência que tivemos, percebemos que houve clara influência da Receita Federal, que apresentou distorções desnecessárias e abomináveis. Mas quem sabe no plenário possamos juntos consertar essas distorções para que a população brasileira, o empresariado, o consumidor e o contribuinte sejam respeitados e não colocados mais uma vez como os que têm de pagar a conta.

Espero que possamos continuar esse trabalho.

Parabenizo todos da Mesa, Deputados Gerson Gabrielli e Luiz Carlos Hauly, pela excelente condução desta Comissão, que tenho certeza de que não vai terminar, porque depois continuarão as leis complementares.

Parabéns a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Ronaldo Dimas.

Tem a palavra o Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN – Sr. Presidente, esta Comissão tem um histórico curto, porém glorioso de ação, de oitiva das demandas. Ouvimos a sociedade civil. Como disse o Deputado José Carlos Aleluia, o Relator Virgílio Guimarães só não fez mais e melhor porque há condicionantes do Governo Federal que nos impedem de fazer a verdadeira reforma.

Quero salientar o destacado papel de V.Exa., na condução firme, democrática e transparente de tudo o que poderia ser construído até agora, e do Deputado Virgílio Guimarães, particularmente pela paciência, dedicação e deambulação por todos os Estados brasileiros para ouvir aquilo que o setor produtivo e os governantes tinham a dizer.

Há apenas uma nota destoante, e falo principalmente para fazer esse registro.

Infelizmente, o Deputado Vicente Cascione já deve ter saído, mas é inaceitável a retórica do seu discurso no encerramento destes trabalhos. Não se trata de uma retórica que dignifica o Parlamento. Expressões como malfeitores, amoral, desleal, hipócrita, indigno e sem ética não me parecem traduzir o trabalho que nossa Comissão realizou.

Portanto quero, além de cumprimentar V.Exas. e toda a Comissão, que desde o início trabalhou nesse relatório, que, infelizmente, será mudado nos próximos

quilômetros, registrar a indignação do PSDB, na representação que temos do Governo Fernando Henrique Cardoso nesta Casa, no sentido da não-aceitação, de forma contundente e rotunda, das afirmações feitas pelo Deputado Vicente Cascione.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Tem a palavra o Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES

THAME – Sr. Presidente, queria inicialmente cumprimentá-lo pela forma firme e democrática como conseguiu conduzir estes trabalhos. Cumprimento o Relator, depositário das preocupações de todos os entes federados e de todos os Deputados da Situação e da Oposição e que, dentro do processo dialético que deve ser a tônica predominante em todos os Parlamentos, desempenhou seu papel da melhor forma possível.

Há limitantes, como disse o Deputado Walter Feldman; o texto original foi muito limitado. É claro que foi uma condicionante muito restritiva do seu trabalho. O nosso papel é realizar uma oposição construtiva, que dentro do processo dialético se opõe ao Governo mas não ao País e tenta dar sua contribuição para que possamos realmente ter um sistema tributário que gere empregos, renda e contribua para o desenvolvimento da economia.

Ainda ficou no ar, no entanto, uma resposta a esta Casa, que espero obter nas suas observações, a respeito da inusitada declaração do Governador Zeca do PT no sentido de que haveria feito na calada da manhã, da tarde ou da noite negociações de bastidores com V.Exa. para receber mais 180 milhões para o Estado do Mato Grosso advindos do ato de cobrança do ICMS na origem do gás que vem da Bolívia. Gostaríamos de alguma explicação sobre este assunto.

De qualquer forma, reiteramos nosso esforço no sentido de tentar oferecer no plenário a oportunidade, perdida por enquanto, de reformular o sistema, proteger as pequenas empresas, dar um impulso para que possamos ter um sistema que gere empregos e não os destrua, como vem ocorrendo nestes 7 meses, quando perdemos 700 mil empregos com carteiras assinadas no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

Seguindo a ordem de pedido de concessão de palavra, falarão os Deputados Osmar Serraglio, Eduardo Paes e Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PMDB, por indicação do nosso Líder Eunício Oliveira, nossa bancada quer parabenizá-lo pela condução dos trabalhos

e celeridade com que enfrentou tantas dificuldades e com que, ao longo desta proposição, tivemos a oportunidade de trabalhar.

Parabenizamos também o Deputado Virgílio Guimarães, muito acessível, cordial e acolhedor das propostas formuladas, sempre acenando com boa vontade no sentido de construir a melhor reforma possível.

Sabemos que poderíamos ter uma reforma mais abrangente, mas é preciso que antes nos detenhamos na reforma possível. Por isso o PMDB, ao participar da base do Governo nesta construção, reafirma o seu apreço e admiração pelos ilustres Presidente e Relator, por quem tem também grande gratidão, comprometendo-se com o que já anunciamos.

O PMDB tem duas pretensões factíveis e as vem reafirmando ao longo da discussão da reforma tributária. Trata-se de uma participação mais efetiva no fundo de compensação pelas exportações. Acima de tudo, desejamos que nossos Municípios e Estados participem da partilha tributária por meio de um índice condizente com as contribuições.

Foi uma evidente injustiça o que foi feito no nosso sistema tributário com as contribuições. Esperamos, com o conhecimento de V.Exa. e a acolhida do Líder, ter a oportunidade de semear e colher frutos nesta senda.

Parabéns ao Presidente, Deputado Mussa Demes, e ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Osmar Serraglio.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Paes. Depois falarão os Deputados Antonio Cambraia e Beto Albuquerque e, por fim, o Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO EDUARDO PAES – Sr. Presidente, durante o dia de hoje, já fiz suficientes considerações sobre minha posição em relação à reforma tributária e a forma como vem sendo conduzida.

Quero saudar o nosso Presidente Mussa Demes.

Estou na 2ª Legislatura, apesar de ter sido chamado de neófito e noviço. Na Legislatura passada, esta foi a primeira Comissão de que participei, sob a Presidência do atual Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, com a participação de Antonio Kandir e Antonio Palocci, hoje Ministro da Fazenda. Com V.Exa. na relatoria, tive a oportunidade de aprender como se dão as negociações no Parlamento.

Para as pessoas que muitas vezes nos assistem pela televisão, é difícil entender os conflitos e, logo depois, a cordialidade existente entre os Deputados. Todos lutamos por um Brasil mais justo e melhor e a

maneira de se chegar a este Brasil é que diferencia a postura deste ou daquele partido.

Faço este registro em homenagem ao Deputado Mussa Demes, que foi um grande parceiro na Legislativa passada, quase um Sub-Relator, no momento em que a Comissão se uniu em torno do relatório, ao mostrar para a sociedade e para o Governo que o Congresso Nacional queria a reforma tributária. Falo na condição de Deputado do PSDB. As pressões do Poder Executivo não eram muito diferentes das pressões de agora.

O Governo passado avançou, e muito, em algumas questões tributárias e apresentou uma carga tributária que chegou a um patamar elevado pelas dificuldades fiscais que o Brasil enfrentava, mas em nenhum momento buscou perenizar essa ineficiência econômica da nossa carga tributária no texto constitucional.

Minha segunda saudação é ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães. Ao longo de todo este tempo, nosso amigo Virgílio Guimarães mostrou enorme paciência. Esse é um tema difícil, árido, que a sociedade tem enorme dificuldade de compreender e mexe literalmente com os interesses de todos – Federação, Prefeitos, Governadores, Poder Executivo, setor econômico, setor produtivo, empresários, contribuinte. Portanto, não é tarefa fácil relatar uma matéria como essa.

Todos conhecem minhas discordâncias em relação à forma como o texto foi elaborado. Aliás, tenho certeza de que muito do que nele consta também não é do desejo do Relator. Certamente, se o Deputado Virgílio Guimarães tivesse trabalhado apenas segundo sua vontade, a reforma poderia ter avanços muito maiores, como S.Exa. demonstrou em diversas oportunidades. Mas é óbvio que o Deputado tem de levar em consideração a base a que pertence, as ponderações feitas pelo Governo. Isso tudo, obviamente, dá ao Relator pequena margem de manobra.

O Deputado Virgílio Guimarães, entretanto, foi um guerreiro, um herói, sempre cordial, sempre aberto, sempre pronto a ouvir sugestões. Tenho absoluta convicção, Deputado Virgílio Guimarães, de que na anunciada negociação que será travada após a aprovação do texto na Comissão conseguiremos muitos dos avanços que V.Exa. deseja e que nós, do PSDB, desejamos, para que a reforma tenha um viés mais voltado para o crescimento, para o emprego, para o não-aumento da carga tributária. Assim, os pontos que sei que lhe são caros poderão ser incorporados ao texto, e quem sabe depois disso não votaremos juntos uma reforma para o Brasil, como desejam os partidos da base aliada e os partidos de oposição, especialmente o PSDB.

Sr. Presidente, quero destacar que o PSDB faz oposição, mas não uma oposição do não pelo não. Fazemos a oposição construtiva. Por isso, no dia seguinte à apresentação da proposta pelo Relator, o partido encaminhou ao Ministério da Fazenda documento público com 11 pontos mínimos que facilitariam a tramitação da reforma. Tenho certeza de que o próprio Relator Virgílio Guimarães, a equipe do Ministério da Fazenda e a base do Governo concordam com muitos desses pontos, porque acenam para o emprego e para o crescimento da economia do nosso País, que, tenho certeza, é do desejo de todos aqui.

Parabéns ao nosso Presidente, ao nosso Relator e ao nosso Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, que trava uma luta histórica em defesa da pequena e da microempresa. Esperamos no plenário avançar muito mais nessa reforma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Eduardo Paes.

Com a palavra o Deputado Antonio Cambraia.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CAMBRAIA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, ao término dos trabalhos desta Comissão Especial, a sensação é a do dever cumprido. É esse o nosso sentimento e acredito que também o de V.Exa., que tão bem presidiu os trabalhos desta Comissão, o que para mim não representou novidade alguma.

Parabenizo-o pela isenção com que conduziu os trabalhos. Se alguém falou em algum momento que estava sendo partidário, estava enganado. V.Exa. não foi e demonstrou isso na condução até a votação do último destaque nesta Comissão.

Também cumprimento o Relator pela sua receptividade, pela sua simplicidade. Continuo dizendo que S.Exa. é o Relator dos sonhos de qualquer Deputado, porque nunca diz não. Pode até negar o pedido, mas considera que atendeu a todas as emendas dos Deputados desta Comissão.

Se o trabalho de V.Exa. e o nosso se encerram hoje no âmbito da Comissão, o Relator terá ainda muito trabalho pela frente, porque continuaremos nossa luta no plenário, para que esse substitutivo seja aperfeiçoado, melhorado e tenhamos ao final a melhor lei para o povo brasileiro.

Muito obrigado. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Antonio Cambraia.

Com a palavra o Deputado Renato Casagrande.

O SR. DEPUTADO RENATO CASAGRANDE

– Sr. Presidente, quero, de forma muito rápida, parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Sei que todos estão ansiosos para encerrarmos a reunião, mas quem

participou de todas as sessões da Comissão neste momento tem de se manifestar sobre a forma como a Mesa foi dirigida pelo Presidente e Vice-Presidentes e pelo Deputado Virgílio Guimarães, Relator que suportou todas as pressões, contatos e demandas dos Parlamentares da Comissão, de entidades, Governadores, Prefeitos. Faça a missa de corpo presente. Estou satisfeito, como novato, de ter participado desta Comissão. Aprendi muito sobre o sistema tributário brasileiro e vou aprender mais ainda no decorrer da discussão.

Várias reivindicações feitas ao Relator continuam pendentes para o Estado do Espírito Santo. A única oportunidade que resta agora é o plenário da Câmara, para que não se deixe o nosso Estado no prejuízo com a reforma tributária.

Ao mesmo tempo em que manifesto minha alegria e congratulações ao Presidente, aos Vice-Presidentes e ao Relator, também manifesto minha preocupação e a certeza de que os prejuízos que os Estados terão serão corrigidos, porque o compromisso dessa reforma é de que ela seja neutra e que não causará prejuízo para os entes federativos.

Obrigado, Sr. Presidente; que Deus o abençoe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes)

– Obrigado, Deputado Renato Casagrande.

Com a palavra o Deputado Beto Albuquerque.

O SR. DEPUTADO BETO ALBUQUERQUE – Sr.

Presidente, nobres Deputados, fiz questão de ficar até o final para, em nome da Liderança do Governo, render algumas homenagens aos nobres condutores desse processo nesta Comissão Especial, capitaneados e coordenados por V.Exa., Sr. Presidente, que presidiu os trabalhos desde o começo até o dia de hoje com disposição de compreender todas as dificuldades que esse tema projeta pela Casa.

Rendo homenagem também ao Deputado Virgílio Guimarães, Relator dessa matéria, que soube sintetizar na gama de encontros e desencontros de pedidos, atendidos ou não, a proposta que nos permitiu hoje chegar a bom termo nesta Comissão.

Cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os servidores desta Casa, que emprestaram, ao longo de todo esse árduo período, intensa dedicação, bem como cumprimento a Oposição, que cumpriu desde o princípio seu papel fiscalizador, contestador, às vezes no exagero até de protelar, mas exercendo seu direito democrático, que, sem dúvida nenhuma, contribuiu para que se chegasse a bom termo a votação desta noite.

Quero também dizer, Sr. Presidente, que todos os Líderes integrantes dos partidos que compõem a base de sustentação do Governo Lula desempenharam

inestimável e indelegável tarefa para que se pudesse hoje chegar às conclusões finais do relatório.

Reitero, Deputado Mussa Demes, Presidente desta Comissão Especial, Deputado Virgílio Guimarães, meu caro Relator e amigo, e Deputado Gerson Gabrielli, nosso 1º Vice-Presidente, que nenhum cidadão brasileiro, de sã consciência, há de preferir, com honestidade e sinceridade, a estrutura tributária hoje existente neste País àquilo que acabamos de aprovar. É impossível alguém com sinceridade, do fundo da sua alma, reconhecendo essa pesada herança de carga tributária que temos, de 36,5%, com endividamento de 66% do PIB brasileiro, achar que nada deveria ser feito.

Quero dizer para os incrédulos ou até para os incautos que o Governo, quando enviou esta proposta ao Congresso, não o fez sozinho. Foi a mesma burlada, trabalhada, discutida e subscrita por 27 Governadores e Governadoras deste Brasil, desejosos de mudanças.

Estamos introduzindo, penso eu, pelo menos 3 eixos fundamentais, dos quais não arredamos o pé e por isso insistiremos até o final para discuti-los, em que pese os desejos de mudanças que seguramente ainda poderão ocorrer no plenário ou mesmo no Senado Federal. Precisamos, em primeiro lugar, simplificar o sistema tributário. Um país como o Brasil não pode ter 44 alíquotas de ICMS, Deputado Virgílio, uma biblioteca em cada Estado para se conhecer o regulamento do chamado ICMS em 27 Estados brasileiros, um emaranhado indescritível, capaz de produzir elisão, sonegação, fraude, todo tipo de desvio pela ausência de transparência e pela complexidade.

Hoje acabamos de votar uma matéria que simplifica o principal imposto deste País para 5 alíquotas. E saberemos, com inteligência, dizer onde cada serviço, cada produto, cada segmento da produção brasileira deverá incorporar-se, começando por algo que é muito caro ao Governo Lula. Na menor alíquota ou quem sabe até na alíquota do zero por cento estará tudo aquilo que é essencial e fundamental para a sobrevivência das pessoas.

Este Governo está iniciando o processo de desonerar em 100% as exportações brasileiras. É o início da desoneração dos bens de capital. E estamos, meus caros Deputados, iniciando a desoneração da folha de pagamento.

Ouvi, ao longo de todos esses dias, clamores com os quais eu me associo. Pela primeira vez na história brasileira está-se propondo, pelo relatório do Deputado Virgílio, a desoneração da folha de pagamento das empresas, ou seja, prestigiar quem gera emprego e tributar quem fatura e não gera emprego.

Desonerar a folha de pagamento é um gesto concreto para ir ao encontro desses 700 mil empregos que há pouco se referiu o Deputado Thame, que, com propriedade, arrazoava. Mas o desemprego de agora não é responsabilidade da nossa reforma tributária, é responsabilidade da reforma que estamos fazendo para mudar o que provoca o desemprego, a insegurança, a incerteza, o desaquecimento econômico que este País vive há muitos anos.

Reservamos, Deputado Gabrielli, V.Exa. que apresenta bem isso no texto do Deputado Virgílio Guimarães, como é do seu feito e tradição, tratamento diferenciado para as pequenas e microempresas deste País, que continuarão a ter tratamento adequado.

Falo em nome de um Governo, Deputado Aldo Rebelo e todos os Vice-Líderes, que ampliou o SIMPLES. Este Governo ampliou os segmentos que podem aderir ao SIMPLES, inclusive no que diz respeito ao refinanciamento das dívidas neste País, para aquela pessoa física que nunca teve oportunidade de ficar em dia com o Fisco ou a Previdência. E isso o nosso Governo fez com o apoio, obviamente, da maioria desta Casa.

Estamos enfrentando a guerra fiscal com cuidado. Por isso, o acordo feito hoje em relação à Zona Franca de Manaus, associado à Lei de Informática, foi uma demonstração do que podemos fazer para enfrentar o que parece ser bom, mas acaba sendo mau quando não tem controle.

Deputado Mussa Demes, V.Exa. pode orgulhar-se, sem dúvida alguma, de presidir tão importante Comissão para este País, que é a Comissão Especial da Reforma Tributária.

Deputado Virgílio Guimarães, escreva na sua história o feito de sintetizar a complexidade desse assunto e permitir esses avanços, pelos quais o Governo quer cumprimentá-lo.

Vamos continuar apostando, mas sem sair desse caminho. Se alguém está apostando que este Governo proporia reformas apenas para fazer de conta ou fingir que estava reformando, enganou-se. Nossas reformas às vezes são duras, porque são reformas. É impossível fazer uma mudança com profundidade sem que a mesma seja sentida por A ou por B, por lá ou por cá.

Somos um Governo que desde o início está dialogando de forma fraternal e franca com os Governadores, que são, como eu disse, co-autores da proposta. Também dialogamos com os Prefeitos. Foi neste Governo que se regulamentou a taxa de iluminação pública e houve a ampliação do ISS, o que diz respeito diretamente ao interesse dos Municípios. Há séculos, exagero meu, mas há um século, com certeza, os Pre-

feitos reivindicavam não pagar a conta do transporte escolar para alunos dos Governos Estaduais. Essas regulamentações foram feitas neste Governo.

Queremos continuar avançando, sem obviamente implodir o sistema brasileiro, porque desejamos conduzir com tranquilidade a economia deste País. Só venceremos as dificuldades do emprego, da estagnação, se a economia voltar a crescer. O crescimento da economia é o antibiótico para todos os males que hoje acometem o Brasil.

Presidente Mussa Demes, perdoe-me se me estendi, mas não poderia encerrar minha participação, em nome da Liderança do Governo, sem dar-lhe um abraço fraterno e agradecer-lhe pelo empenho e pela paciência. Por vezes passamos dos limites e dizemos coisas que nem deveríamos – de ambas as partes –, mas V.Exa. soube comportar-se do início ao fim dos trabalhos com magistratura.

Igualmente, agradeço ao Deputado Virgílio Guimarães, Relator que soube ser o interlocutor, ouviu mais do que falou. E fez isso constantemente, inclusive hoje, até que votássemos.

Agradeço a todos a participação. No plenário vamos nos reencontrar para continuar este debate, que será, tenho certeza, profícuo. Um abraço a todos. Muito obrigado pela colaboração, que permitiu esse resultado. Agradeço também aos nossos telespectadores, que acompanham há tantas horas pela nossa TV Câmara este debate tão importante para o País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Beto Albuquerque.

Ouçõ, ainda, o Deputado Gerson Gabrielli, 1º Vice-Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO GERSON GABRIELLI – Sr. Presidente, na qualidade de Vice-Presidente que procura ser linha auxiliar do Presidente, não vou falar de juro, mas serei breve. Aprendi com meus pais que quem honra-, honra.

Agradeço ao meu partido a confiança ao me indicar para esta Vice-Presidência. Aprendi muito ao longo destes meses nesta Comissão.

Devo dizer que, com certeza, estamos diante de um ícone da sociedade brasileira, que é o nobre e eminente companheiro Deputado Mussa Demes. Sou testemunha do seu conhecimento sobre a matéria, porque com S.Exa. estive em vários Estados, onde é reconhecido e respeitado pela sua história de vida e pelo seu conhecimento. Muito aprendi na convivência com o Presidente Mussa Demes, a quem agradeço em nome de todos os brasileiros que acompanham sua luta em prol de um Brasil mais justo por intermédio da reforma tributária.

Quero dizer também que existem homens notáveis e pessoas que considero algodão entre cristais. É o caso do Deputado Virgílio Guimarães, que é o Relator do Brasil ideal, mas que está com dificuldade de ser o Relator do Brasil do Real.

Convivi com o querido Deputado Virgílio Guimarães não só em Brasília, mas em outros Estados. Tivemos oportunidade de participar de reuniões permanentes. Sei o que contém e contempla o seu coração. S.Exa. sensibilizava-se com cada pleito, com cada argumentação, encontrava justiça e justeza nas solicitações que lhe eram feitas. Deputado Virgílio Guimarães, talvez este não seja o relatório do seu coração, mas sei que teremos condições de avançar na reforma tributária, haja vista que esta Comissão permanecerá, porque é de estudos permanentes dos tributos. E V.Exa., assim como o nosso Presidente Mussa Demes, conhece profundamente o pensamento dos brasileiros das diversas regiões do Brasil, uma vez que teve paciência e tolerância para ouvir todos os setores da sociedade.

Neste momento, quero louvar, Deputado Virgílio Guimarães, a sua paciência. Em nome de Afif Domingos, Flávio Rocha, Luiz Roberto Pontes, Marcos Cintra, da CNI, da Federação do Comércio, das associações comerciais do Brasil, das CDLs do Brasil, do MONAMPE e do SEBRAE, agradeço a V.Exa. o avanço que tivemos no texto em relação à pequena e à microempresa. Desde já, embora possamos avançar um pouco mais em relação à pequena e microempresa, tão fascinante tema, agradeço a V.Exa. o compromisso assumido com os milhares de pequenos empresários brasileiros.

Desejo também, meu caro Presidente, fazer justiça à Secretária Angélica, que serviu de linha auxiliar ao longo destes meses e, com paciência e simpatia, esteve nos acompanhando.

Agradeço ao Sr. Sílvio Avelino, que não só assessorou o Presidente, como também o seu Vice-Presidente, quando assumia os trabalhos, pela sua tranquilidade e serenidade na condução e na orientação dos trabalhos da Mesa. E, por seu intermédio, saúdo a assessoria de todos os partidos, que nos acompanhou nesta labuta durante estes meses, particularmente à do meu partido, o PFL, que contou com a colaboração diuturna de brilhantes e competentes jovens. Com isso, obtivemos esta vitória. Apesar de esse texto não ser o sonho de todos nós, esta Casa fez brilhante jogo com capacitados profissionais.

No mais, Presidente Mussa Demes, que Deus dê a V.Exa. e a sua família muita saúde e vigor, assim como para o Deputado Virgílio Guimarães, ao seu filho – que pôde ver o pai brilhar e orgulhar-se de vê-lo

tentar construir um país melhor – e aos filhos de todos os Parlamentares.

Sinto-me profundamente honrado de ter participado desta Comissão como Vice-Presidente. Fui discreto. Manifestei-me somente no final, como cabe a todo Vice. Minha avó Guilhermina me ensinou que quando convivemos com pessoas inteligentes, se as ouvirmos, melhoramos nossa capacidade de compreensão da realidade. Com certeza, saio daqui melhor do que quando entrei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Obrigado, Deputado Gerson Gabrielli.

Para suas considerações finais, passo a palavra ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães.

O SR. DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Sr. Presidente, Deputado Mussa Demes, Sr. Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, serei breve, porque todos nós, sobretudo V.Exa., acaba de completar a décima segunda hora de plantão ininterrupto, já que a reunião teve início às 9h e agora são 21h. Inclusive, quando a sessão foi interrompida, tivemos de ir ao plenário.

Deixo, portanto, meus cumprimentos aos Presidente Mussa Demes, que acompanho e me ensina desde a Constituinte, ao Vice-Presidente Gerson Gabrielli, aos Deputados Luiz Carlos Hauly, Eduardo Paes, Antonio Cambraia, Mendes Thame e a todos aqueles que proferiram bondosas palavras, talvez até mais do que deveriam, em relação ao nosso trabalho.

Contudo, desejo esclarecer um ponto, até porque o Relator sobrevive à Comissão. Não sei se isso é bom, porque a Comissão se extingue agora com a votação do relatório, mas a difícil tarefa do Relator prossegue no plenário e quando o projeto retornar do Senado Federal para esta Casa.

Não vou prescindir da ajuda de ninguém, porque fui bem orientado pelos meus colegas e também por toda a equipe técnica, a quem agradeço de público, na pessoa da nossa querida Dra. Misabel. Posteriormente, quando da leitura do nosso parecer, terei oportunidade de agradecer a cada um, de forma especial.

Certamente terei de contar sobretudo com os companheiros da Comissão e da Casa. Se tivemos alguma dificuldade para fazer o relatório – e aqui muito se falou de obstáculos –, foi por causa do obstáculo realidade. Quem dera o Governo fosse o nosso grande obstáculo, porque poderíamos convencê-lo ou pelo menos superá-lo com um insubordinado relatório. A questão é muito mais difícil, porque, ao se fazer um relatório compartilhado, o obstáculo e a ajuda vem de cada um dos senhores.

Apenas para citar um exemplo, o Deputado Mendes Thame questionou-me a respeito da questão do

gás. Posso dizer a S.Exa. que ela foi muito difícil. Quem sabe teria sido fácil resolvê-la no café da manhã, com a presença da televisão – e não sei como disse isso para os bastidores, se filmado e televisionado. Antes da reunião de sexta-feira, discuti com o Governador o relatório lido na segunda-feira.

A questão da origem e destino foi construída com dificuldade, e o Deputado Antonio Cambraia bem o sabe. A posição do Ceará sobre novas simulações serem reinseridas na pauta ficou fora do processo. Ainda pretendemos fazê-las, Sr. Presidente, para ver se o ajuste do prazo está adequado e se não houve algum equívoco no ponto de chegada. Mas, de alguma forma, o que parecia impossível foi feito, com a contribuição da bancada do Ceará – e faço referência a todos os técnicos, em especial ao João Alfredo, que teve decisivo papel.

Como será fácil resolver esse dilema se há também os Estados perdedores? Discutimos aqui – o Deputado Eduardo Paes sabe o quanto foi difícil – a questão do petróleo. Só seria possível discuti-la após o último tópico de origem e destino. Os Estados que se beneficiavam com a transição da origem e do destino não tinham a intenção de onerar ainda mais aqueles que já estavam perdendo. A própria bancada que defendida o petróleo sugeriu a discussão para daqui a 8 ou 10 anos, mas a queremos agora. Ficaram em ponto menor e surgiu a questão do gás. Quem produz petróleo, produz gás. Seria uma perda a mais para São Paulo, que não pode perder também por esse motivo. Com isso, a bancada paulista se reuniu com o Governador de São Paulo, com os técnicos do Estado, com o competente Odair, a fim de acabar com esse obstáculo.

Por que não fizeram nossa vontade? Porque ela era a de atender a todos. E ao atender a todos, teríamos de levar em conta o Estado perdedor, como bem lembrou o Deputado Mendes Thame. Por isso não poderíamos desonerar o ICMS, a não incidência, que recairia mais uma vez sobre o Erário paulista. Caso o Estado de São Paulo seja levado ao desequilíbrio fiscal, haverá um problema nacional. As contas são apropriadas de maneira consolidada. Um grave desequilíbrio fiscal nesse importante Estado refletirá em toda a Nação, e nós pagaremos o preço dos altos juros.

O Brasil está à beira da crise e, portanto, nossa economia vulnerável e já enfraquecida pode levar à bancarrota não apenas São Paulo, mas todo os Estados. Isso demonstra as dificuldades que tivemos para avançar, mesmo ouvindo todos. E ouvir todos não significa fazer a vontade exclusiva de ninguém. Por isso, dizem: *“Ouviu muito e fez pouco”*. Mas para ouvir muito e ser fiel deve-se fazer pouco, porque os interesses contraditórios estão presentes.

Sinto que podemos fazer mais e, em diversos aspectos, estávamos a um passo de fazê-lo, mas ainda não conseguimos. Nossa tarefa ainda não acabou.

Encerro, portanto, respondendo à pergunta, Deputado Mendes Thame, ao esclarecer um pouco nossa difícil tarefa.

Avançamos quanto à questão da pequena e da microempresa em defesa do contribuinte. Difícil caminhar na noventena e muito ainda vamos fazer.

Vamos avançar juntos, apesar das dificuldades. Este é o local adequado para reclamar, reivindicar, defender seu espaço e seu Estado. Por isso a reforma será equilibrada.

Agradeço, portanto, a V.Exas. as soluções apresentadas, que terão como resultado uma reforma praticável no País.

Em nome de todos, parabênzo, mais uma vez, nosso Presidente e mestre Mussa Demes, com quem, tenho certeza, poderei contar na minha solidão de Relator, que sobrevive à Comissão. Sabemos da continuidade desta Comissão para a discussão da legislação infraconstitucional, e certamente desempenhará papel até mais brilhante e mais completo do que o nosso, pois, na reforma tributária, o conjunto é o que conta.

Muito obrigado, Deputado Mussa Demes, muito obrigado, nosso Líder, cujo apoio político foi fundamental para alcançarmos nossos objetivos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mussa Demes) – Antes de encerrar a reunião, desejo parabenizar todos os membros desta Comissão pela competência e pela determinação com que se houveram ao longo dos debates.

Meus cumprimentos aos Líderes do Governo e da Oposição. Aos Líderes do Governo pela maneira competente como se posicionaram no plenário, conseguindo suficiente número de Deputados para votar, sem o que não teria sido possível concluir este trabalho; aos Líderes da Oposição pelo modo adequado que se portaram, colocando-se em obstrução, mas obedecendo rigorosamente o Regimento Interno da Casa.

Alguns excessos verbais aqui ditos devem ser debitados do calor do debate, nunca da intenção premeditada de ofender pessoalmente qualquer um dos colegas que se manifestaram ao longo das últimas 11 horas.

Agradeço ao Vice-Presidente, Deputado Gerson Gabrielli, que me substituiu em diversas ocasiões com a mesma habilidade que conduz os destinos da CDL do Brasil, da qual é Presidente; aos servidores da Casa, à Angélica, ao Zé Alves, à Carminha, ao Sílvio, que, nos dias de maior dificuldade, também nos acompanharam nos momentos em que as filigranas regimentais nos eram submetidas e tínhamos realmente dificuldades – especialistas que não somos do Regimento – de decidi-las.

Finalmente, agradeço ao Relator, Deputado Virgílio Guimarães, pela paciência com que ouviu todos ao longo deste período, pela competência com que construiu esse substitutivo, que, se não é o desejo de todos nós, sem dúvida alguma, pode ainda avançar

muito – e espero que isso aconteça, porque algumas conclusões do relatório nos preocupam bastante. Enfim, à imprensa escrita e falada, à *TV Câmara* e à *Rádio Câmara*, que deram cobertura integral ao trabalho da Comissão, sem o que provavelmente a sociedade brasileira não teria tido a oportunidade de ver a transparência dos trabalhos aqui realizados. (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial da Reforma Tributária.

Está encerrada a reunião.

52ª legislatura – 1ª sessão legislativa ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em doze de novembro de dois mil e três, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, que “institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, por falta de quorum. Assinaram o livro de presença dos Senhores Deputados Marcelino Fraga – Presidente; José Pimentel – Vice-Presidente; Zezéu Ribeiro – Relator; Isaías Silvestre, José Carlos Elias, Luiz Couto e Mauro Benevides. E, para constar, eu, Eveline de Carvalho Alminta, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 76, DE 2003, DO PODER EXECUTIVO, QUE “INSTITUI, NA FORMA DO ARTIGO 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO”. (SUDENE)

52ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Ata da 7ª reunião ordinária Realizada em 14 de fevereiro de 2006.

Às quinze horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de fevereiro de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, que “institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, no Plenário 5, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado José Santana de Vasconcellos. Assinaram o livro de presenças os Senhores Deputados José Pimentel e Fábio Souto – Vice-Presidentes; Zezéu Ribeiro – Relator; André de Paula, Antonio

Cambráia, B. Sá, Bosco Costa, Fátima Bezerra, José Santana de Vasconcellos, Leonardo Monteiro, Luiz Couto, Mauro Benevides, Renildo Calheiros e Sandra Rosado – Titulares; Enivaldo Ribeiro, Inácio Arruda, Luiz Alberto, Rogério Teófilo e Zé Lima – Suplentes. Compareceu também o Deputado Philemon Rodrigues, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Álvaro Dias, Armando Monteiro, Benedito de Lira, César Bandeira, Cleonânio Fonseca, Elimar Máximo Damasceno, Helenildo Ribeiro, Isaías Silvestre, Jaime Martins, João Almeida, Jorge Alberto, Luiz Carreira, Marcelino Fraga, Maurício Quintella Lessa e Paulo Rubem Santiago. ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. ORDEM DO DIA: Apresentação, discussão e votação do Parecer do Relator ao Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei Complementar nº 76/2003. Antes de passar a palavra ao Relator, para proceder à apresentação do Parecer, o Senhor Presidente alertou que, tendo em vista a matéria estar em regime de urgência, não caberia pedido de vista. Em seguida, o Relator procedeu à leitura do parecer. Discutiram a matéria os Deputados Inácio Arruda, Luis Carreira, Luis Couto, Leonardo Monteiro, Mauro Benevides, Antônio Cambráia e José Pimentel. ENCERRAMENTO: Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente encerrou a reunião, antes convocando outra para a próxima terça-feira, dia vinte e um de fevereiro, às quatorze horas e trinta minutos para continuação da discussão e votação do Parecer do Relator. E, para constar, eu, Eveline de Carvalho Alminta, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Marcelino Fraga, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 76, DE 2003, DO PODER EXECUTIVO, QUE “INSTITUI, NA FORMA DO ARTIGO 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO”. (SUDENE)

52ª legislatura – 1ª sessão legislativa ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em oito de fevereiro de dois mil e seis, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, que “institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, por falta de quorum. Assinaram o livro de presença

dos Senhores Deputados Marcelino Fraga – Presidente; José Pimentel e Fábio Souto – Vice-Presidentes; Zezéu Ribeiro – Relator; André de Paula, B. Sá, Bosco Costa, Gonzaga Mota, Helenildo Ribeiro, Isaías Silvestre, José Santana de Vasconcellos, Leonardo Monteiro, Luiz Alberto, Luiz Carreira, Luiz Couto, Mauro Benevides e Zé Lima. E, para constar, eu, Eveline de Carvalho Alminta, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, DO PODER EXECUTIVO, QUE “INSTITUI, NA FORMA DO ARTIGO 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO”. (SUDENE)

52ª legislatura – 1ª sessão legislativa ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em vinte e um de fevereiro de dois mil e seis, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, que “institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, por falta de quorum. Assinaram o livro de presença dos Senhores Deputados Marcelino Fraga – Presidente; José Pimentel – Vice-Presidente; Zezéu Ribeiro – Relator; Enivaldo Ribeiro, Inácio Arruda, Jaime Martins, José Rocha, José Santana de Vasconcellos, Leonardo Monteiro, Luiz Couto, Mauro Benevides, Renildo Calheiros, Sandra Rosado e Zé Lima. E, para constar, eu, Eveline de Carvalho Alminta, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, DO PODER EXECUTIVO, QUE “INSTITUI, NA FORMA DO ARTIGO 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO”. (SUDENE)

52ª legislatura – 1ª sessão legislativa ordinária

TERMO DE REUNIÃO

Em quinze de março de dois mil e seis, deixou de se reunir, ordinariamente, a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, que “institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do De-

envolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação”, por falta de quorum. Assinaram o livro de presença dos Senhores Deputados Zezéu Ribeiro – Relator; Luiz Carreira, Luiz Couto, Mauro Benevides e Rogério Teófilo. E, para constar, eu, Eveline de Carvalho Alminta, Secretária, lavrei o presente Termo.

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PL 2671, DE 1989, DO SENADO FEDERAL, QUE “DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE POSTO REVENDEDOR DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO COMBUSTÍVEL – AEHC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. APENSADOS: PL 2316/03 E OUTROS (CÓDIGO BRASILEIRO DE COMBUSTÍVEIS).

Ata da 17ª reunião ordinária audiência pública realizada em 1º de agosto de 2006.

Às quinze horas e um minuto do dia primeiro de agosto de dois mil e seis, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei 2.671, de 1989, que “dispõe sobre o exercício das atividades de Posto Revendedor de derivados do petróleo e álcool etílico hidratado combustível – AEHC, e dá outras providências” – Código Brasileiro de Combustíveis – (Apensados: PL 2.316/03 e outros), no Plenário 10, Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Simão Sessim – Presidente; Daniel Almeida – Relator; Betinho Rosado, Dra. Clair, Eduardo Sciarra, Júnior Betão, Luciano Zica, Mário Heringer e Sandro Matos – Titulares; Cláudio Cajado e Max Rosenmann – Suplentes. Deixaram de comparecer os Deputados Beto Albuquerque, Carlos Melles, Carlos Sampaio, Deley, Eduardo Valverde, Eliseu Padilha, Fernando Estima, Gervásio Silva, Hélio Esteves, João Magalhães, João Pizzolatti, José Carlos Araújo, Júlio Redecker, Luiz Alberto, Lupércio Ramos, Marco Maia, Marcus Vicente, Moreira Franco, Nélio Dias, Nelson Marquezelli, Paulo Feijó, Wellington Roberto e Wladimir Costa. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação a Ata da 16ª reunião, realizada no dia 11 de julho de 2006. Dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Betinho Rosado, não houve quem quisesse discuti-la. Submetida à votação, a Ata obteve aprovação unânime. **ORDEM DO DIA:** Audiência Pública com os senhores George Ermakoff, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas – SNEA; Roberto Giannini, integrante da Comissão Técnica do Sindicato Nacional das Distribuidoras de Solventes – SINDSOLV, em substituição à Sra.

Vera Maria Miraglia Gabriel, Presidente do Sindicato; Fernando Barbosa, Diretor da Refinaria de Petróleo de Manguinhos; e Roberto Bischoff, diretor responsável pela área de combustíveis da BRASKEM S.A., em substituição ao Sr. José Carlos Grubisich, Presidente da empresa. Após esclarecer as regras que regulariam o andamento dos trabalhos, o Presidente concedeu a palavra aos expositores. Findas as apresentações, o Presidente concedeu a palavra, respectivamente, aos Deputados Daniel Almeida e Luciano Zica, para formularem seus questionamentos, os quais foram respondidos pelos palestrantes. **ENCERRAMENTO:** Às dezessete horas e quarenta e seis minutos, o Presidente encerrou a reunião e convocou a próxima para o dia 5 de setembro de 2006, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, com os senhores Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, e Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria Geral da República. E, para constar, eu, Carla Rodrigues de Medeiros Tavares, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Simão Sessim, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Declaro aberta a reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 2.671, de 1989, do Senado Federal, que dispõe sobre o exercício das atividades de posto revendedor de derivados do petróleo e Álcool Etílico Hidratado Combustível, e dá outras providências, apensado ao PL nº 2.316/023 e outros.

Discussão e votação da ata.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO – Sr.

Presidente, como a ata foi distribuída com antecedência, já é do conhecimento dos Parlamentares, solicito a dispensa de sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Vou deferir, porque o Plenário, naturalmente, já recebeu os avulsos.

Fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Ordem do Dia.

Audiência pública.

Informo às Sras. e aos Srs. Deputados que esta reunião decorre dos Requerimentos nºs 7/06 e 9/06, de autoria do nobre Deputado Daniel Almeida, e 17/06, de autoria do nobre Deputado Sandro Matos.

Convido para tomar assento à Mesa os palestrantes desta audiência: Sr. George Ermakoff, meu prezado amigo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas; Dr. Roberto Giannini, integrante da Comissão Técnica do Sindicato Nacional das Distribuidoras de Solventes – SINDSOLV, em substituição à Sra. Vera Maria Miraglia Gabriel, Presidenta do Sindicato; Dr. Fernando Barbosa, Diretor da Refinaria de Petróleo de Manguinhos; e Dr. Roberto Bischoff, Diretor responsável pela área de combustíveis da BRASKEM S.A, em substituição ao Sr. José Carlos Grubisich, Presidente da empresa.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos regimentais para melhor andamento dos trabalhos: os convidados poderão falar até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não sendo admitidos apartes; finda as exposições, os Deputados poderão formular suas indagações, obedecida a ordem de inscrição, pelo prazo de 3 minutos, dispondo os convidados do mesmo prazo para resposta; serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos; não é permitido ao orador interpelar quaisquer dos presentes.

Esclareço também que alguns representantes da área não puderam comparecer às audiências anteriores, por isso estamos com diversos segmentos ao mesmo tempo.

Essa repescagem será importante para a Comissão, porque complementará tudo aquilo que realizamos na Comissão.

Concedo a palavra ao meu amigo George Ermakoff, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, por até 20 minutos.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Falarei única e exclusivamente sobre o combustível da aviação utilizado largamente: o querosene.

Ao longo de alguns anos, vivemos uma dura batalha com relação à questão da formulação do preço do querosene de aviação.

Vou transmitir uma informação que recebi há pouco sobre a atualização da tabela de aumento de preço do querosene de aviação em relação aos outros derivados.

O período inicial dessa tabela é dia 1º de janeiro de 1999 e está atualizada até o dia 1º de julho de 2006.

No período de 1º de janeiro de 1999 a 1º de julho de 2006, o gás de cozinha aumentou 442,5%; a gasolina automotiva aumentou 303,6%; o diesel aumentou 501,4%; e o querosene de aviação aumentou exatamente 1.099,8%, ou seja, mais de 3 vezes o aumento do preço da gasolina automotiva nesse período.

Peço permissão para fazer uma pequena apresentação que a IATA fez para a diretoria da PETROBRAS.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esta apresentação teve por objetivo mostrar os preços ex-refinery na América Latina e nas principais regiões do mundo; fazer um quadro comparativo com os preços do mercado brasileiro, principais impactos diretos do ex-refinery; e, em conjunto com a PETROBRAS, analisar a possibilidade de alteração na formulação dos preços, a fim de refletir os níveis internacionais de custos e oportunidades para a PETROBRAS na região.

Foi utilizada uma metodologia. Todo trabalho de pesquisa e comparação de preço foi realizado pela Universidade de Santa Maria, em Santiago do Chile. As companhias de petróleo da região foram consultadas, bem como as companhias de petróleo internacionais, para estabelecer a correta base de dados. As companhias aéreas foram consultadas e os dados foram comparados para evitar distorções. Os dados foram apresentados à IATA e aprovados pelo time do Comercial Fuse.

Neste primeiro gráfico, apresentamos as diversas médias de preço de refinarias que existem no mundo inteiro. A primeira média é da Arabian Gulf; a segunda, da Singapore; a terceira, da (ininteligível). Todas essas médias são por regiões, preço do querosene de aviação, preço de refinaria.

Nessas médias todas verificamos que a que ficou mais alta em relação às outras chama-se US Gulf 54, que é exatamente a base da formulação de preço da PETROBRAS para o querosene de aviação.

Então, já partimos do primeiro patamar, que é a média, o Platt's mais alto de todos os que estão apreciados aqui.

Aqui todas essas médias de preço de refinaria estão comparadas com o preço de refinaria no Brasil. Vemos que o País pratica hoje o maior preço de querosene de aviação do mundo, acima de todas as médias que estão aqui.

Esta é uma comparação, em gráfico, da situação do Brasil em relação aos Platt's mencionados – o Brasil está em cima.

Aqui são os preços do querosene de aviação comparados com gasolina, diesel etc.

Aqui está o preço do querosene de aviação do Brasil, que é o lá de cima, comparado com outras cidades na América Latina. Estamos sempre completamente acima.

Aqui temos uma comparação, tabelas over Platt's – usou-se o US Gulf 54 como base.

Verificamos, na tabela, que, no ano de 2005, Campinas, por exemplo, estava exatamente 29,08 pontos acima do zero, que seria o Platt's; Buenos Aires estaria no zero; Miami, no zero, quer dizer, seria equivalente ao Platt's; Amsterdã, 4,25 abaixo; e Frankfurt, 5,71 abaixo do Platt's. Ou seja, como eles utilizam outro Platt's, não o US Gulf, têm preço abaixo do zero, inferior ao nosso Platt's.

No ano de 2006, o panorama é bastante semelhante. Vemos que em Campinas o preço é recordista; depois o aeroporto de São Paulo, Guarulhos; depois, Rio de Janeiro. E aí vai baixando – Cancún, Caracas, Cidade do México – até chegar a Guaiquil, Quito, Miami, Buenos Aires, em que todos o preço é praticamente zero; e Amsterdã e Frankfurt, abaixo.

Com base nos principais impactos de refinarias do mundo, o jet-fuel é o segundo item de custo de uma companhia aérea; o primeiro é recursos humanos. O percentual do custo de combustível em relação ao custo total é de 23% a 25%.

Os impostos e taxas não se correlacionam diretamente com o preço do Jet A-1. No Brasil, o jet-fuel é o primeiro item de custo de uma companhia aérea. No resto do mundo, o pessoal é o primeiro item de custo; aqui é o preço do querosene de avião. O percentual do custo de combustível em relação ao custo total é de 30% a 35%.

Os impostos e taxas se correlacionam diretamente com o preço do JET A-1, ou seja, são percentuais do Jet A-1. O Airport Fee, que no caso aqui é um pedágio que as distribuidoras são obrigadas a pagar à INFRAERO, tem o valor de 1,1% do preço da refinaria. Então, quando aumenta o preço do combustível, ou existe algum problema, e o preço do barril sobe, a INFRAERO recebe um valor muito maior pelo aluguel da área das distribuidoras.

A CPMF é paga também em cima do preço da refinaria.

O custo de capital é elevado, devido à alta taxa de juro, que encarece o custo das companhias aéreas, principalmente sobre preços de combustível.

Qual seria a nossa proposta? Antes vou explicar melhor por que o preço do combustível no Brasil é tão mais caro do que o de outros lugares.

Por quê isso acontece? Porque a PETROBRAS, depois que foi liberado o preço do combustível – tem liberdade de fixar o preço do combustível – decidiu que a fórmula de fixação do preço seria o valor do Platt's US Gulf, acrescido dos custos de importação do produto, como se o produto estivesse sendo importado daquela região.

Então, o petróleo é extraído e refinado aqui, mas a fórmula do preço de combustível de aviação é como

se tivesse sendo comprado lá fora, ao US Gulf, acrescido do preço do frete para o Brasil, do seguro sobre o produto, do custo de eventuais perdas e de toda a parte logística. Então, há um incremento de preço como se o Brasil estivesse importando todo o querosene de aviação que vendemos aqui.

E aí a alegação é de que a PETROBRAS teria de fazer isso para que pudesse haver concorrência, para as empresas poderem comprar no exterior e trazer para o Brasil. Só que não existe concorrência nenhuma. A PETROBRAS é a única fornecedora de querosene de aviação, porque ninguém tem coragem de importar querosene de aviação para cá em larga quantidade.

O que acontece é o seguinte: a PETROBRAS impõe inclusive uma modificação de preço a cada 15 dias, logicamente que para cima e para baixo. Então, as empresas aéreas vendem suas passagens e são obrigadas eventualmente a ter uma reserva para poder fazer o head dessa operação que ocorre a cada 15 dias, porque o preço do querosene aumenta e não há como repassar para a passagem aérea em tempo.

De qualquer forma, nós, das empresas aéreas, entendemos – e essa é a razão dessa proposta – que no Brasil haja essa cobrança, enquanto não existir uma efetiva concorrência. O que leva as empresas a cobrarem somente o valor do Platt's naqueles aeroportos nos quais vimos os valores é exatamente a questão da concorrência. Como existem diversos fornecedores que concorrem entre si, fica naquele valor. O que acontece aqui é que só existe um fornecedor, que é a PETROBRAS, que cobra a fórmula do Platt's mais a importação. Então, pagamos em média, 15% acima do Platt's aqui no Brasil.

Por que estamos propondo isso? Primeiro, já foi alardeado que o Brasil, se não é ainda, é quase auto-suficiente na produção de petróleo. Então, não vejo cabimento hoje, quando a PETROBRAS vive alardeando pela imprensa que é auto-suficiente, fazer uma fórmula de preço baseada na importação do produto.

A fórmula do *ex-refinery* foi feita na época da regulamentação, e o mercado mudou, há mais de 10 anos. Os custos de uma refinaria no Brasil devem ser equivalentes ao de uma refinaria americana, e o Platt's já contempla esse custo. O Platt's US Gulf já é o preço publicado mais alto do mundo. Poderíamos aplicar o *import parity* quando o produto for realmente importado. Existem certas regiões no Brasil em que a PETROBRAS efetivamente importa o produto, principalmente da Venezuela. Então, nesses percentuais que são efetivamente importados, acho até justo que se aplica a paridade de importação.

São necessárias regras mais claras. Caso ocorra um evento de força maior que afete o preço do US Gulf para baixo ou para cima, poderemos rever momentaneamente a regra.

Recentemente, na época do furacão na Flórida, o preço do querosene de aviação subiu, no US Gulf, 40% de uma semana para a outra. Então nós conseguimos, naquela ocasião, segurar com a PETROBRAS; reduzimos à metade o valor desse aumento. São coisas que afetam momentaneamente, em questão de um mês, determinado mercado.

Como é uma fórmula única e exclusiva, como o mercado brasileiro não tem nada a ver com oferta e demanda do Golfo do México, não é diretamente relacionado, então não tem por que aplicar aqui eventualmente as subidas. Porque toda época de furacão dá uma subida violenta, principalmente no caso de Nova Orleans, onde diversas refinarias deixaram de funcionar, então o preço subiu radicalmente. Acho que deve haver um mecanismos para que não se aplique esses aumentos extraordinários.

No caso da aviação comercial brasileira, o pleito das empresas aéreas é que haja uma estabilidade no preço do combustível de aviação. Não queremos o mesmo tratamento da gasolina. Não se questiona se o preço da gasolina automotiva é político, isso ou aquilo. Não questionamos isso.

Aceitamos pagar o preço de mercado. Ninguém quer pagar menos do que o preço de mercado. Só que queremos pagar a mesma coisa que os outros países do mundo pagam. Quer dizer, a média que se aplicaria ao Brasil teria que ser uma média mais ou menos equivalente ao que se paga em outros países do mundo e não muito acima do que os outros países pagam.

O nosso pleito também, no caso específico dessas taxas que são cobradas em cima do preço do combustível, dessas variações bruscas que têm ocorrido ultimamente, por exemplo, no caso da INFRAERO, é única e exclusivamente referente à alocação de um espaço comercial. Não tem cabimento ficar atrelado ao preço do combustível.

Então, o que temos que estabelecer é um valor fixo, "x" centavos por litro, ou coisa que o valha. Que seja esse valor fixo, porque é um valor de aluguel, não tem nada a ver com a *commodity*. É um valor de aluguel e deveria ser um percentual fixo, como já é utilizado no resto do mundo. Porque, depois que o preço do combustível de aviação começou a subir muito, todos os contratos com os aeroportos no exterior foram refeitos e foram adotados esses padrões de preço fixo por volume e não em cima do preço do combustível.

Outro problema muito sério que temos é de natureza fiscal. Existem acordos internacionais segundo

os quais não deveria incidir o PIS/COFINS no combustível internacional. O Brasil firmou acordos com todos os países que mandam aviões para cá. Todos esses países têm acordo bilateral e nesses acordos bilaterais não se permite taxar o combustível de aviação.

Entretanto, o Brasil resolveu inovar e, ao invés de taxar em nível de distribuidora, resolveu taxar em nível de refinaria. Então, dentro do preço de querosene internacional brasileiro, existe o percentual, que varia hoje entre 5 e 5,5% do total do preço do combustível, depende da cotação do combustível no dia. Esse valor é recolhido pela refinaria e, depois, logicamente, é repassado para nós. E, em cima disso, são repassados todos os outros custos.

Inclusive no doméstico, é repassado o ICMS do combustível doméstico, que também é um dos mais altos do mundo. Pagamos, hoje, principalmente o mercado de São Paulo, que é o maior mercado do Brasil, 25% de ICMS em cima do preço do combustível, o que equivale a 33%. É um valor completamente fora do que é praticado no resto do mundo, 16% de VAT; nos Estados Unidos, por volta de 9%, e aqui no Brasil, 33%.

É um verdadeiro absurdo que encarece logicamente a passagem doméstica. Essa é uma das razões pelas quais as pessoas muitas vezes não entendem por que o preço da passagem doméstica é tão caro. Eventualmente comparam com outros países, mas isso faz parte da composição do preço do combustível e da taxação do combustível doméstico.

Todas as reduções de ICMS que já foram feitas até hoje, em alguns Estados conseguimos negociar, principalmente

Todas as reduções de ICMS que já foram feitas até hoje, em alguns Estados conseguimos negociar, principalmente no Rio de Janeiro e no Estado de Minas Gerais. Todas essas reduções de custo do preço do combustível foram repassadas de imediato para o usuário.

A nós não interessa ter lucro em cima do preço do combustível. A nós interessa carregar passageiros, e o máximo possível, logicamente, tendo a rentabilidade normal do negócio.

Desculpem-me, estou falando de querosene de aviação, porque praticamente todas as empresas funcionam com querosene de aviação, mas o mesmo é aplicado à gasolina de aviação. Então, as pessoas que eventualmente usam gasolina de aviação – são poucas, mas usam – têm o mesmo problema.

Não gostaríamos de nenhuma benesse. Não gostaríamos de receber absolutamente nada diferente do que é praticado no resto do mundo. Gostaríamos de ter uma paridade de tratamento em termos de preço de querosene. Agora, isso é uma coisa que teria que

ser, de alguma maneira, trabalhada em razão de que hoje só existe uma empresa que efetivamente produz o produto no Brasil e, infelizmente, só ela também importa, porque as outras empresas independentes não têm condição de importar o produto, porque eventualmente teriam que ter um navio grande, cheio de querosene de aviação, vindo de algum lugar.

Pode haver uma variação brusca de preço no meio do caminho e eventualmente as pessoas não podem bancar. Fora isso, existem problemas logísticos, problemas de armazenamento de tanques e problemas também de dutos, porque a PETROBRAS usa seus querodutos, que vão direto da refinaria para o aeroporto de Guarulhos, por exemplo, e, no caso do terminal de São Sebastião, em São Paulo, teria que se usar um duto, que se usa para outros produtos, e há problema de contaminação, a questão da lavagem do duto, que encarece e de alguma maneira aumenta o risco da importação.

Então, as empresas, as distribuidoras simplesmente não se aventuram a importar esse produto. Por essa razão, entendemos que, como só existe uma empresa, que é a PETROBRAS, só a PETROBRAS opera no Brasil, o que pedimos é exatamente o que era praticado no Brasil antes da abertura. Para que fizeram a abertura, para que houvesse concorrência e a PETROBRAS concorresse com outras empresas. Como ela não concorre, vamos voltar ao preço do Platt's, que é a média lá de fora.

A PETROBRAS hoje não é mais uma monopolista de direito, mas continua monopolista de fato. Então, queremos voltar à situação de quando ela era monopolista de fato e de direito, em que o limite do preço era exatamente equivalente ao Platt's do Golfo.

Era só isso que eu queria dizer. Agradeço muito a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Nós é que agradecemos, Dr. George Ermakoff, pela brilhante palestra e bem didática.

Pergunto ao Plenário e ao Relator se ouviríamos a todos, para depois abirmos às perguntas, ou se ouviríamos cada um individualmente.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – A minha sugestão é que possamos ouvir a todos. Pode haver inclusive alguma complementação ou alguma resposta com as intervenções dos demais. Depois, faríamos as nossas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Concorda, Deputado Betinho Rosado?

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Então, convidamos o Dr. Roberto Giannini, integrante da Comissão Técnica do Sindicato Nacional das Distri-

buidoras de Solventes – SINDISOLV, para que profira sua palestra por até 20 minutos.

O SR. ROBERTO GIANNINI – Sr. Presidente, Deputado Simão Sessim, Sr. Relator, Deputado Daniel Almeida, Srs. Parlamentares, companheiros de Mesa, senhoras e senhores, boa-tarde.

Em nome do Sindicato Nacional do Comércio Atacadista de Solventes de Petróleo – SINDISOLV, venho hoje a esta Casa apresentar nossas contribuições ao projeto que dispõe sobre o Código Brasileiro de Combustíveis. Acreditamos ser uma ação extremamente louvável do Parlamento brasileiro regular um setor tão importante e tão expressivo na economia nacional.

Nesta apresentação, falarei rapidamente sobre o que são e o que representam o SINDISOLV e essa categoria econômica, mostrarei alguns números do mercado de solventes no Brasil e o papel do distribuidor nessa cadeia e direi quais são as nossas principais propostas para o aprimoramento desse código que está no momento em discussão.

O SINDISOLV é a única entidade que representa o setor de distribuição de solventes no Brasil, distinguindo essa atividade das demais de distribuição de produtos químicos, devido às especificidades e características extremamente peculiares do solvente. Somos uma entidade autônoma de representação dessa categoria econômica.

O sindicato representa empresas que distribuem solventes em todo o território nacional, abrangendo desde o norte do País, com uma concentração menor, até pelo pequeno número de indústrias, até o centro-sul do Brasil, onde há uma grande concentração de indústrias e uma grande movimentação de solventes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui temos, de forma esquematizada, como funciona esse mercado e o que representamos na cadeia de suprimento. No começo, vemos as refinarias centrais petroquímicas como os produtores desses solventes – a PETROBRAS já esteve aqui e a BRASKEM, hoje representada pelo Dr. Bischoff, também está aqui, no começo da cadeia –, que são os responsáveis pela produção desses solventes, matéria-prima de utilização industrial, e não combustíveis. São produtos que se destinam à fabricação de outros em atividades industriais.

Esse produto, por meio do sistema de distribuição que compreende a logística e o seu armazenamento temporário, é capilarizado por todo o País, chegando principalmente às empresas de pequeno e médio porte, que são as grandes empregadoras. Trata-se de empresas que não têm estrutura de capital nem escala de produção suficiente para chegar até um produtor

do porte da PETROBRAS, da BRASKEM ou da COOPERSUL e se apresentar como um cliente direto.

Somos a entidade econômica que leva esses produtos e, por consequência, essas tecnologias e viabilidades econômicas para que a produção industrial seja descentralizada e capilarizada ao longo de toda a cadeia produtiva, atingindo os mais diversos segmentos econômicos, como a fabricação de tintas, que é o principal mercado da distribuição; a fabricação de resinas; a extração de óleo de soja, de etanol e de essências; alguns processos de polimerização; a produção de defensivos agrícolas, que é fundamental para a economia do Brasil e atinge fortemente a agricultura; as indústrias de madeira, borracha e limpeza e n outros segmentos industriais que são formados, na sua maior parte, por empresas de pequeno e médio porte e que precisam do distribuidor para capilarizar o produto e fazer com que ele chegue até lá em condições competitivas, garantindo a essas empresas a possibilidade de sobrevivência.

São vários os objetivos do sindicato. O primeiro é reunir essa categoria econômica e representá-la perante a opinião pública e órgãos governamentais – ultimamente até mais perante a opinião pública –, mostrando que somos uma categoria econômica que está inserida no contexto geral do crescimento industrial do País.

O segundo é zelar pelo exercício ético da atividade. Sabemos que a distribuição de solventes é um tema complexo e que por alguns anos vem passando por momentos complicados com alguns atores. Mas a grande maioria das empresas desse segmento é séria e ética e são elas que buscamos defender e mostrar que são importantes para garantir a produção e o crescimento do Brasil.

O terceiro é promover a articulação solidária entre os elos da cadeia para garantir a efetiva aplicação do produto e o crescimento tanto do produtor como da distribuição e do nosso cliente industrial na outra ponta.

O quarto objetivo é fazer com que essas empresas tenham uma maior integração das suas políticas comerciais para evitar e combater qualquer possibilidade de desvio e para garantir a lisura do mercado.

O quinto é promover workshops, seminários e convenções, como vimos fazendo, participar de eventos como este aqui, mostrando a realidade do setor, atualizar os nossos associados e estimular a demanda por produtos nacionais, o que é muito importante. Combatemos a importação indiscriminada de produtos. Defendemos que eles sejam produzidos localmente e que tanto a PETROBRAS como as demais petroquímicas sejam incentivadas a produzir e abastecer

o mercado, gerando emprego e renda no Brasil. Além disso, incentivamos a exportação, porque temos hoje capacidade de suprir o mercado latino-americano – isso é muito fácil – com produtos brasileiros, atraindo divisas e empregos para o País.

O mercado de solventes é um assunto interessante, porque se fala muito da quantidade de solventes e da possível má utilização e do desvio de utilização dos solventes existentes no mercado.

Se verificarmos, veremos que o consumo aparente de derivados de petróleo no Brasil é de 1.000 metros cúbicos por ano. O principal derivado de petróleo consumido no Brasil é o óleo diesel, com mais de 40 milhões de metros cúbicos por ano; em segundo lugar está a gasolina, depois os monômeros, isso já considerando a produção petroquímica.

Vamos reparar que o solvente representa muito pouco. Dos quase 102 milhões de metros cúbicos produzidos no Brasil, menos de 2 milhões são solventes derivados de petróleo.

A distribuição do consumo do petróleo no Brasil é a seguinte: 80% do petróleo refinado vira combustível, como gasolina, diesel e GLP, o que será queimado para fins de obtenção de energia. Os outros 20% vão formar os chamados derivados não-energéticos, aqueles derivados de petróleo que não têm aplicação como combustível. Estamos falando de parafina, de asfalto, de óleo lubrificante, de solvente e da nafta petroquímica, o que o Dr. Bischoff vai processar na BRASKEM. Esses derivados recebem tratamento diferenciado porque são matérias-primas de uso industrial. E, nesses 20%, o solvente representa 2 pontos percentuais. Quer dizer, a quantidade total de solvente produzida chega a ser irrisória frente à quantidade de combustíveis. Há muito mais fumaça do que realidade nessa história toda de solvente.

Fazendo um balanço total da produção de solventes do Brasil, vemos que a produção das centrais petroquímicas atinge aproximadamente 1,6 milhões de metros cúbicos e, no refino de petróleo, aproximadamente 837 mil metros cúbicos.

Aqui é importante fazer uma distinção. O solvente derivado de petróleo diretamente – aquele que é refinado na PETROBRAS – representa uma parcela bem menor do que aquele derivado do processamento da nafta. Isso aqui não é um derivado de petróleo. Ele é regulado pela ANP, porque é um hidrocarboneto e também está dentro da cadeia do petróleo, mas não é um derivado direto do petróleo, um derivado petroquímico. Ele está muito longe de ser um combustível.

A produção total de solventes no Brasil é de 2,5 milhões de metros cúbicos por ano, mas ainda temos de fazer o cálculo do consumo aparente, que

vai resultar no número efetivamente consumido no País. Considerando-se o balanço entre exportações e importações, verificamos que o consumo aparente, aquele número mostrado no começo, é de 1,9 milhão de metros cúbicos por mês. Se compararmos esse número, por exemplo, ao consumo de gasolina, que é de 17 milhões de metros cúbicos na produção, mais o álcool, adicionado depois, o que equivale a aproximadamente 21 milhões de metros cúbicos de gasolina C, perceberemos que o solvente tem realmente um percentual muito pequeno.

Falarei agora explicitamente de desvio de produto, um problema que toda atividade econômica tem. Reconhecemos que isso pode acontecer. Mas se 100% do solvente fosse desviado para adulteração de combustíveis, o que obviamente não poderia acontecer, a adulteração seria de pequena monta. Mesmo se não houvesse a categoria econômica, mas somente bandidos, não haveria uma adulteração muito grande, porque a quantidade em si é muito pequena.

Quanto ao destino, sabemos que toda a produção de solvente feita no País é comercializada – esses são dados oficiais da ANP, publicados no Diário Oficial –, e são os seguintes os agentes que consomem esses solventes: os chamados autoconsumidores, que são indústrias que compram diretamente das fontes produtoras, os produtores, que trocam produtos entre si, e as companhias distribuidoras. Esses são os 3 principais agentes do setor. A distribuição tem aproximadamente 40% do total das vendas. É lógico que existe uma distinção entre a produção e a venda, porque existe a formação de estoque tanto na produção quanto na distribuição ou na utilização final.

Fazendo uma distribuição percentual da demanda, é sempre lógico perguntar: “Mas onde esse solvente vai parar no final? Qual é a destinação desse negócio?”. Aqui está a destinação e esses números estão em forma sintética, mas, se for do interesse da Comissão, posso encaminhar a V.Exas. um estudo detalhado que fizemos sobre isso, para demonstrar o cálculo de cada um desses volumes. Podemos dizer que quase 40% do solvente é utilizado na síntese química. Então, quando se fala em solvente, em última análise, estamos falando também, no final da cadeia, de resinas, de sabão em pó, de sabões líquidos, de polímeros, de agroquímicos, de uma série de produtos, de intermediários para farmacêuticos, de remédios, em última análise, que entram nessa etapa de síntese.

O segundo maior demandante distribui tintas e vernizes. O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de tintas, produz mais de 1 bilhão de litros de tinta por ano e consome uma quantidade muito grande de solventes e por aí segue com todos os outros

setores que são demandantes. Esses números estão à disposição desta Comissão se porventura isso for, de alguma forma, agregar valores a S.Exas.

Nesse segmento, podemos estabelecer o fluxo de material, como o solvente efetivamente trafega pelo País e quem são os atores presentes nessa cadeia. O produtor comercializa esse produto com o distribuidor ou com as empresas industriais diretamente; o distribuidor leva o produto ao mercado industrial e existe a figura do trader, que traz o produto do mercado externo para o mercado interno, ou mesmo o produtor e o distribuidor têm acesso ao mercado externo de uma forma direta para trazer ao País.

Toda essa relação é regulada pela Agência Nacional de Petróleo, atualmente pela Portaria nº 4. Essa regulação da ANP está em revisão e já foi inclusive objeto de consulta pública para uma nova resolução que regule novamente esse setor, aprimorando os controles anteriormente estabelecidos. Se formos analisar em números globais, vemos a distribuição entre produtor, autoconsumidor e distribuidor, para saber como eles atuam e a quantidade de solvente que chega ao mercado.

No mercado específico de distribuição de solvente, do volume total, existem no Brasil 35 empresas comercializando solvente. A ANP tem umas 60 empresas cadastradas, mas são 35 empresas ativas que efetivamente adquirem o produto, e esses números são publicados mensalmente no Diário Oficial. A Agência Nacional do Petróleo tem o mapeamento de quem produziu e para quem vendeu e cada distribuidor envia para a ANP qual é o destino final do produto e qual o cliente que vendeu. A ANP tem o balanço de massa e o mapa completo para rastrear o solvente da origem até a aplicação. Basicamente, dessas 35 empresas, o mercado é concentrado em 10 que detêm os maiores números do mercado, detêm 75% do mercado.

As empresas líderes do mercado são essas que os senhores estão vendo e elas não são necessariamente associadas ao SINDISOLV. Seus nomes foram colocados aqui somente por que foram publicados como sendo os dos maiores adquirentes de solventes do País. São realmente os maiores players, os que são vistos no mercado usualmente por todas as empresas.

Voltarei agora ao papel de um distribuidor, porque, afinal de contas, é essa a nossa categoria econômica. O distribuidor é a figura econômica que faz a ponte entre o produtor e o consumidor. Ele se equilibra nessa corda bamba, de um lado, entre um produtor muito grande – está aqui a BRASKEM, uma das maiores empresas do País – e, de outro, entre consumidores, que também são muitos. Muitas vezes nossos consumidores são empresas multinacionais, empresas

de classe mundial que têm padrões de qualidade e padrões de excelência muito grandes. Então, para a nossa categoria econômica, é como, literalmente, viver numa corda bamba. Vamos nos equilibrando entre esses atores, entre 2 personagens muito grandes, para poder exercer o nosso papel.

Baseados nisso, podemos entrar no que é o papel do distribuidor nesse mercado e por que ele existe. Diferentemente do que se pode imaginar, o distribuidor não faz só a etapa de condução do produto cobrando a mais-valia por isso. Ele tem uma função econômica muito clara percebida pelo mercado. Quais são as competências essenciais para uma empresa trabalhar com a distribuição? Tem de conhecer o mercado, ter uma forte capacitação técnica, muita agilidade e flexibilidade, criatividade na formulação de soluções, saber aceitar riscos, dominar o processo logístico, que num país continental como o Brasil não é fácil, ter uma boa cobertura geográfica e uma definição de portfolio bastante interessante.

Numa alusão, temos realmente que saber rodar o bambolê, equilibrar-nos o tempo todo e constantemente nos movimentar para poder manter essa atividade em andamento e não deixá-la parar nunca.

O que o distribuidor faz, por ter essas competências? Ele provê soluções completas, junta produtos de várias fontes produtoras para oferecer aos clientes de menor porte uma solução completa com todos as matérias-primas de que ele precisa. Ele customiza quantidade, sabe ser ágil no processamento de entregas, reforça a imagem do fabricante, acompanha o produto, responde pela circulação do produto, enfim, assume diversas etapas dessa cadeia para poder trabalhar o atendimento a necessidades do cliente. Então, ele não é simplesmente um agente que cobra mais-valia pelo transporte, mas tem efetivamente um papel econômico a desempenhar.

Seguindo, ainda há outras atividades importantes, como manter uma rede de relacionamento, aceitar o risco de crédito e cobrança, que muitas vezes é complicado, os sistemas de logística, têm de ter suporte técnico e trabalhar com margens reduzidas. Isso é muito importante. O distribuidor não é nem é natural que seja o agente de maior margem nesse segmento.

Na composição do custo e do preço final do produto, podemos dizer que o custo da matéria-prima do produto em si é de 60% e, nas despesas operacionais e de logística, é de aproximadamente 15%. Quanto aos tributos, é de 22%, pois a carga tributária é muito grande. A maioria dos impostos são débito e crédito, mas ainda assim a carga tributária total é de 22%, sobrando a margem líquida de 3%. Isso não é uma queixa, mas uma constatação. Sabemos trabalhar nesse ambiente,

sabemos trabalhar com margens espremidas, sabemos que nossa função é essa, mas, com uma carga tributária grande e com juros altos como os que temos no Brasil, realmente fica muito difícil conseguir colocar a máquina para rodar de uma forma mais “azeitada”. Isso sempre complica um pouquinho.

Para isso, o distribuidor tem de ser muito esperto, no bom sentido da palavra, muito ágil no gerenciamento de risco financeiro, precisa estar numa área geográfica adequada com o parque industrial brasileiro e, voltando àquelas coisas do começo, precisa conhecer o mercado, a adequação do lote mínimo e a capacidade técnica, porque tudo isso vai dar a ele condição de enxergar um pouquinho mais além e poder navegar com mais segurança nesse mar que nunca é tão calmo quanto imaginamos, ele sempre passa por turbulências. Como bem dito anteriormente, o Katrina não teve nada a ver com o Brasil, foi um furacão que passou pela Louisiana, mas atrapalhou os negócios no Rio Grande do Sul. Isso acaba atrapalhando. Então, temos de estar preparados para esse tipo de eventualidade, e isso só com um bom sistema de vigilância de mercado. Para fazer isso algumas coisas são absolutamente imperativas. É importante que os distribuidores invistam em armazenagem, seja em parques de tancagem, seja na manutenção de normas de segurança.

Aqui temos algumas fotos dos parques de armazenagem dos nossos associados. São empresas que têm grandes investimentos. Nesse segmento de distribuição, muitas tiveram investimentos de uns 40 milhões de dólares nos últimos 5 ou 6 anos.

É muito importante a manutenção de uma logística adequada e de condições de segurança importantes. Isso também é investimento que tem um custo muito grande. O controle de qualidade ou o apoio constante aos clientes, via manutenção de laboratórios, é importante, é algo também muito caro que tem de ser mantido por essas empresas. E, para que isso tudo dê certo, o distribuidor, o produtor e o consumidor têm de ter um alinhamento muito forte em alguns campos, como o alinhamento geográfico, cultural, organizacional e tecnológico. Isso vai fazer com que essa cadeia deixe de ser um bando de naufragos num barquinho para ser uma equipe remando para chegar a algum lugar. Esse alinhamento entre os atores, entre os elos da cadeia, é fundamental para que se consiga sucesso nessa empreitada, nesse segmento. Para isso, é fundamental que exista um claro alinhamento tático e estratégico entre esses atores, a fim de que cada um busque a excelência e seja bom na sua core competence, saiba fazer exatamente o que faz, que na hora do cabo-de-guerra todo mundo puxe para o mesmo lado. Isso é absolutamente fundamental.

Finalizando, o distribuidor é um elemento-chave na melhoria do processo de rentabilidade das empresas de produção e industriais, na outra ponta. Ele tem que estar focado no desenvolvimento de mercado e na criação do valor do cliente. O segmento é muito bem organizado no Brasil e isso é muito fácil de ser visto. O Brasil é hoje, sem dúvida, um dos líderes mundiais no segmento de distribuição. Não ficamos a dever nada a nenhuma outra grande área econômica do planeta. E é um elemento que reduz o custo para o consumidor. Isso é fundamental. Não é o elemento que só cobra mais-valia pelo seu serviço, mas um elemento de redução de custo.

Com base em tudo isso, temos algumas propostas – e serei bastante rápido, pois estou estourando o meu tempo – para o aprimoramento do Código Brasileiro de Combustíveis. Primeiro, sugerimos que seja instituída uma seção própria para tratar de todos aqueles derivados não-energéticos, aqueles 20% que estão lá na frente, que são os solventes, os asfaltos, as parafinas, os lubrificantes etc, que, por serem matérias-primas, não devem ter tratamento similar ao dos combustíveis. São diferentes, têm aplicações diferentes e têm dinâmicas de mercado totalmente diferentes. Em consequência disso, sugerimos excluir os solventes dos artigos que tratam especificamente de combustíveis, transferi-los para a seção eventualmente criada de energéticos e também deslocar para essa seção os artigos a ela inerentes e que tratam unicamente desses não-energéticos – os artigos 19 ao 23 –, dando a esses produtos o tratamento de matéria-prima industrial, que é diferente da abordagem dada a eles como combustíveis.

Sugerimos incorporar ao texto do projeto algumas inovações contidas na minuta da revisão da Portaria nº 41, de 2001, da ANP. Essa proposta de resolução já foi objeto de audiência pública, está agora para ser aprovada pela direção da Agência Nacional de Petróleo e traz avanços bastante interessantes na regulação e no controle do mercado de solventes. Alguns itens são muito interessantes e podiam ser incorporados, pois tenho certeza de que agregariam muito valor ao Código Brasileiro de Combustíveis.

No mesmo sentido, também sugerimos uma revisão do art. 1º, com o objetivo de incorporar os outros derivados não-energéticos regulados pela ANP, nos quais se encontram os solventes, que não estão citados no Código.

Algo muito importante para coibir o mau uso do produto, o desvio, é aperfeiçoar a lei de penalidade, visando dar mais poderes à ANP para combater os desvios e punir os infratores. Hoje, a ANP tem limitações legais para fechar um posto de gasolina que esteja usando indevidamente solvente como combus-

tível ou tirar do mercado um agente econômico do setor que esteja promovendo algum tipo de desvio. Se a ANP tiver mais poder para banir do mercado, tirar definitivamente do mercado os agentes que têm esse tipo de comportamento, com certeza teremos uma redução significativa do índice, que já é pequeno, de desvio de solventes.

Outra coisa que consideramos importante é minimizar o conteúdo de regulação constante no projeto, porque isso pode engessar demais o setor. Isso muitas vezes é dinâmico. A ANP, por meio de suas resoluções, pode adotar algumas medidas de regulação pontual do setor. Talvez seja mais interessante ter uma regulação um pouco mais fluida, que possa ser com mais facilidade alterada em função das necessidades momentâneas do mercado.

Por fim, acho importante, e gosto de voltar a esse assunto, garantir ao solvente tratamento tributário de matéria-prima de uso industrial. Solvente não é combustível. Se existe algum tipo de desvio, algum tipo de mau uso, isso tem de ser combatido como um delito policial, e não com a equiparação de um produto que é importante na cadeia produtiva ao combustível.

Dar aos solventes o mesmo tratamento tributário dado ao combustível levará, fatalmente, ao encarecimento de diversos produtos que estão na cadeia industrial a montante e que são consumidos pela população, e nem se suspeita que o solvente possa estar lá. O sabão em pó, por exemplo, é um derivado direto do benzeno, considerado um solvente. Um eventual aumento da carga tributária desse produto encareceria lá na frente a utilização de sabão em pó e de diversos outros produtos sobre os quais podemos dar mais detalhes depois.

Essas são as principais contribuições que trazemos ao projeto. Mais uma vez gostaria de parabenizar esta Casa por estar tratando de um assunto tão importante. Achamos que é extremamente oportuna esta discussão.

Para finalizar, agradeço a esta Comissão o convite e coloco o Sindicato ao inteiro dispor desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Nós é que agradecemos ao Dr. Roberto Giannini a palestra, a forma como explanou a situação dos solventes.

Continuando, concedo a palavra ao Sr. Fernando Barbosa, Diretor da Refinaria de Petróleo de Mangueiros, por até 20 minutos.

O SR. FERNANDO BARBOSA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, também gostaria de, em nome da Refinaria de Mangueiros, parabenizar a Casa pela iniciativa do lançamento

do Código Brasileiro de Combustíveis, que, em última instância, visa proteger o consumidor brasileiro. Toda vez que protegemos o consumidor, estamos definitivamente encarando de maneira melhor a questão da cidadania no Brasil.

Também gostaria de parabenizá-los pela maneira democrática como vem sendo tratado o debate sobre esse código, em que todos os segmentos da indústria de combustíveis, da indústria do petróleo, têm oportunidade de se expressar.

Acho que há 3 pontos no Código muito importantes e que deveriam ser focalizados. O primeiro é a questão tributária. Como sabemos, os derivados de petróleo são uma mistura de hidrocarbonetos e, muitas vezes, os produtos são quimicamente muito parecidos. Embora eu concorde que não podemos taxar o combustível do mesmo modo que taxamos a matéria-prima, acho que essa variação tão grande de tributação nos traz muitos problemas. São produtos químicos semelhantes com tributação muito diferente. Além disso, temos legislações variadas de Estado para Estado, alíquotas variadas de Estado para Estado. Esse conjunto de coisas na área tributária faz com que os maus usuários do sistema tendam a se utilizar delas de maneiras ilegais. Acho que o ponto tributário é muito importante.

Também gostaria de pontuar a questão regulatória. Acho que hoje já não dá mais para ficarmos vendo a Agência Nacional do Petróleo ser questionada, até juridicamente, sobre a plenitude de seus poderes. Precisamos dar à ANP suporte para que ela não tenha esse questionamento jurídico, dar condições, recursos humanos e financeiros para que ela exerça plenamente a sua autoridade nas áreas de regulação e fiscalização.

Não querendo ser repetitivo, mas breve, acho que a terceira coisa à qual devemos dar um enfoque ou tratar no Código seria a questão da impunidade. Precisamos, de maneira muito clara, ter regras muito bem definidas para o setor e punições muito duras. Punições como confiscar combustível e fechar o posto revendedor, por exemplo, têm de fazer parte do sistema, para que esse sentimento de impunidade acabe e consigamos ter um sistema melhor regulado.

Todas essas opiniões são claramente a respeito da distribuição. Na área do refino, eu só teria uma contribuição a dar e que coincide com a contribuição dada pelo sindicato da área de aviação. A Refinaria de Mangueiros sofre o mesmo problema que as companhias de aviação, só que com a outra face da moeda. Enquanto o monopólio de fato leva o querosene de aviação, como vimos aqui, a ter preços bem acima do mercado internacional, no nosso caso os preços dos

derivados automotivos, especialmente a gasolina e o diesel, estão abaixo do praticado pelo mercado internacional, muitas vezes inviabilizando operações de refinarias privadas. Então, seria na linha de uma regra muito clara a respeito de preços, para que, no futuro, possamos ter até firmas estrangeiras que queiram investir em refino no Brasil. Com as regras de hoje, isso realmente não vai acontecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Nós é que agradecemos ao Dr. Fernando Barbosa.

Concedo a palavra ao último palestrante, Dr. Roberto Bischoff, diretor responsável pela área de combustível da Braskem, por até 20 minutos.

O SR. ROBERTO BISCHOFF – Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas da Mesa, demais integrantes da platéia, antes de mais nada, em nome da Braskem gostaria de agradecer a oportunidade de debater o assunto de forma aberta e apresentar contribuições a um projeto que efetivamente tem enorme relevância para o consumidor, para a sociedade brasileira como um todo.

De forma bastante objetiva, pretendo apresentar um pouco o que é a Braskem e o que ela representa nessa cadeia de suprimento que está em discussão. E, de forma bastante objetiva, vamos alinhar algumas contribuições que enxergamos que poderiam ser agregadas ao Código Nacional de Combustíveis.

(Segue-se exibição de imagens.)

A Braskem é uma empresa líder em petroquímica na América Latina. Tem um faturamento em torno de 5 bilhões de dólares, com uma geração de caixa equivalente a 900 milhões de dólares. Emprega 3 mil 600 integrantes diretos e alguma coisa em torno de 10 mil pessoas indiretamente. Dispõe de ativos focados na produção de insumos petroquímicos que totalizam mais de 4 bilhões de dólares. É tremendamente focada no mercado de exportação, o que é muito relevante, atingindo patamares hoje na faixa de 1 bilhão de dólares. Em 2005, uma radiografia dos principais produtos nos permite identificar um bloco de resinas termoplásticas, produtos plásticos como polietilenos, polipropileno e PVC, que totalizam praticamente 2 milhões de toneladas. Há também insumos de relevância para outras indústrias, como soda cáustica, e os produtos mais diretamente relacionados ao nosso objeto de discussão.

A Braskem produz 460 mil metros cúbicos de gasolina A. Portanto, é produtora de gasolina A, e produz ainda 20 mil toneladas de GLP. No mercado de solventes, que o Giannini comentou bastante, após um forte enxugamento de produção, objetivando-se compatibi-

lizar tamanho de mercado com a produção nacional, a Braskem vem produzindo 210 mil toneladas.

Para entender exatamente o que é essa cadeia, o que representa uma central em relação ao refino, vemos que, na cadeia de petróleo, temos nossa produção focada nas plataformas, e usamos o refino direto do petróleo como uma possível fonte de produção de derivados, a mais conhecida e a mais comum. Além disso, as refinarias são supridoras de matéria-prima para centrais petroquímicas, que, por sua vez, as transformam, gerando uma série de derivados, entre eles os solventes, os combustíveis e as resinas. Essas resinas, por sua vez, são transformadas em produtos plásticos manufaturados, que são aqueles com que convivemos no dia-a-dia na nossa residência.

A Braskem hoje é o principal player, como modelo de negócio, integrando a produção de insumos básicos com resinas termoplásticas.

Sobre composição acionária. Para que os senhores tenham uma noção, 47% das ações da Braskem são negociadas em bolsa. Trata-se de empresa de capital aberto. Em relação aos principais acionistas, 32% das ações são detidas pelo grupo Odebrecht. A PETROBRAS, através da Petroquisa e dos fundos de pensão PETROS e PREVI, detém aproximadamente 12%. O mercado, como já comentei, detém o restante. É importante destacar que a Braskem hoje detém 30% do capital de uma das empresas que já apresentou sua posição aqui – a COPESUL.

Qual o significado dos produtos em discussão na Braskem? Quando olhamos para uma central petroquímica, o grande conjunto de produtos é o que chamamos de petroquímicos básicos; estes representam 85% de toda a gama de produtos produzidos. Paralelamente a isso, faz-se necessário gerar o que chamamos de utilidades, como ar comprimido e vapor, que são insumos que viabilizam a operação de todas as empresas que estão em nosso redor. Isso representa 7% do negócio do cracker petroquímico. Combustíveis e solventes, em conjunto, representam 8%. É uma participação menor, mas absolutamente relevante, na visão de uma central petroquímica. No total da Braskem, essa relevância diminui, e cresce em importância a participação de resinas.

Objetivamente, sobre contribuições que podemos fazer ao Código Nacional de Combustíveis.

Antes de mais nada, a Braskem gostaria, de novo, de elogiar a iniciativa desta Casa de fazer este debate, levando-o para um foro mais variado, composto dos integrantes do setor. Vemos que aqui se trata desse assunto com absoluta transparência, e os envolvidos nesta discussão estão voltados para o que acreditamos ser o melhor para a sociedade brasileira.

O segundo comentário geral que gostaríamos de fazer, de forma bastante ampla, é que acreditamos na importância da simplicidade que esse Código deve ter. Temos a Agência Nacional de Petróleo desempenhando um papel muito relevante, conseguindo avanços e conquistas importantes em matéria de melhoria de qualidade dos nossos combustíveis, mês a mês, agindo de forma rápida na correção dos rumos de um mercado que, sabemos, é bastante dinâmico. Então, consideramos que é muito relevante o nível de regulação a ser previsto no Código Nacional de Combustíveis: bastante compatibilizado e simplificado, permitindo à ANP continuar a atuar como vem fazendo.

O segundo comentário geral foi feito pela COPE-SUL na audiência pública de abril, e não vou me estender sobre isso. Ela levanta um tema que reputo da maior relevância, que é um caminho para que o combustível brasileiro possa ser mais rapidamente adaptado a padrões de qualidade internacional, que é via regulamentação do teor de oxigenados e, de alguma forma, adaptação da legislação existente à legislação internacional. Não vou focar muito esse ponto. A argumentação é no sentido de que mais rapidamente o Brasil tenha chance de melhorar a qualidade de seu combustível. Ademais, do ponto de vista petroquímico, existe agora disponibilidade de matéria-prima a ser consumida para evitarmos importações por parte das centrais.

Sobre contribuições mais específicas focadas em alguns pontos do Código. Quero me referir aos artigos 20 e 21 – a venda direta do produtor, das centrais petroquímicas; vendas diretas para grandes consumidores. Como o Giannini enfatizou, ela representa uma parcela muito importante do mercado. Ocorre que, no art. 20, ela ficou de alguma forma subentendida, focando-se a venda exclusivamente para a distribuidora. Mas a distribuição tem papel fundamental, representa no perfil da Braskem metade da venda de seus solventes. Agora, acreditamos que, em benefício de toda a cadeia produtiva, existem clientes de porte que requerem esse relacionamento direto com o produtor pela sua alta escala, pela sua demanda de maiores volumes, o que realmente é prática vigente na indústria atual.

O segundo ponto que gostaríamos de comentar é sobre os art. 16 e 19, que deixam bastante clara a busca da relação contratual estável entre produtores, distribuidores e grandes consumidores. Em termos de Braskem, comentaríamos que a nossa busca por essas relações e o estímulo que damos às relações estáveis em nosso modelo de negócios é algo fundamental. Porém, percebemos que alguns grandes clientes, ainda por motivos históricos, ainda por insegurança com relação a algumas práticas de mercado, eles ainda

preferem uma relação mais soft, com a possibilidade de mudar de fornecedores, de escolher por algo que poderia representar o melhor preço momentâneo. Embora esse não seja o pensamento da Braskem, ainda consideramos que, com grandes consumidores, existe dificuldade de estabelecimento de relações contratuais por práticas históricas. E nos limitarmos a relações eminentemente contratuais pode gerar um tipo de mudança de prática de mercado sobre a qual tememos haja alguma dificuldade de implementação.

Então, no fundo, propomos que as relações contratuais com os distribuidores sejam definidas como relações básicas e que com grandes clientes mantenha-se o que é a prática atual, hoje, de venda direta vigente, desde que com a anuência e a liberação da própria Agência, conforme prática hoje em vigor.

E, por último, fala-se de mercado tremendamente dinâmico – o mercado de exportações. Gostaríamos de contribuir com a nossa experiência de atuar nesse mercado. O Brasil cresce muito via exportações; é um caminho. E as centrais petroquímicas dentro desse contexto desempenham papel relevante. Isso é possível, por um lado, pela agilidade com que os processos são tratados dentro da Agência, no que diz respeito a liberação, regulamentação e tratamento dos processos. Achamos que isso é tratado de forma absolutamente séria, ágil, para atender à demanda de um mercado tremendamente dinâmico e vital para a economia brasileira. Então, no fundo, propomos seja mantido o conjunto de normas atuais vigentes, mas não tentando amarrá-las ainda mais em termos de aprovação, como nos pareceu ao ler o Código. Esse seria um risco que poderíamos passar a correr.

Mais uma vez, em nome da Braskem, agradeço muito a oportunidade. São discussões desse tipo que vão cada vez mais engrandecer esta Casa e o seu relacionamento com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Nós é que agradecemos ao Dr. Roberto Bischoff, que representa aqui a Braskem, pela palestra e pela contribuição que deu à nossa Comissão.

Encerradas as palestras, passamos ao debate.

A lista de inscrição está aberta.

Esclareço aos Deputados que hoje temos 7 medidas provisórias a serem votadas. O Plenário da Casa já está trabalhando.

Vou conceder ao Relator o tempo que quiser para que faça as perguntas necessárias – e, se quiser ouvir os palestrantes posteriormente, em outros encontros, é só fazer o convite.

Portanto, tem a palavra o Relator para iniciar os debates.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradecemos a presença dos senhores convidados a esta audiência pública, no primeiro dia de agosto, quando retomamos os trabalhos desta Casa após o recesso. É uma satisfação realizarmos esta audiência pública. Alguns achavam que seria difícil haver trabalho na Casa no meio de uma campanha eleitoral e logo no primeiro dia de retorno, depois do recesso parlamentar.

Agradeço aos convidados: George Ermakoff, Roberto Giannini, Fernando Barbosa e Roberto Bischoff.

Propusemos esta audiência com o objetivo de dar oportunidade a esses segmentos, que são importantes no mercado de combustíveis no Brasil e que não tiveram oportunidade de comparecer quando foram convocados (por razões que foram justificadas aqui naquela oportunidade). Achamos importante oferecer este espaço aos senhores. Estamos realizando essas audiências públicas há algum tempo e sempre aparece um ou outro setor que considera que ainda pode trazer contribuição.

Informo que temos a intenção de encerrar essa etapa de audiências públicas no início de setembro, mas não encerraremos as consultas, os contatos. A Comissão, como tem afirmado o Presidente, estará sempre aberta para receber as sugestões, as opiniões, as contribuições, mesmo nos momentos em que se realizam as audiências públicas, ou em outra oportunidade. A Comissão está sempre disponível, e já temos recebido algumas contribuições. Ainda hoje a Comissão recebeu contribuição de dois segmentos que estiveram aqui em audiência pública e formularam, posteriormente, de forma sistematizada, algumas sugestões.

Deixamos, portanto, os convidados muito à vontade, para, querendo, façam isso. Até o final deste mês de agosto receberemos as sugestões. E até fazemos apelo nesse sentido. Alguns já trouxeram sugestões de forma sistematizada, como é o caso hoje; outros preferiram refletir melhor. Sabemos que alguns encontros e seminários têm sido feitos e têm produzido algumas idéias, mas creio que as intervenções feitas hoje foram muito importantes porque nos trazem esclarecimentos e opiniões que contribuem muito para a elaboração da legislação. No geral, as opiniões convergem para aquilo que temos ouvido nas audiências públicas realizadas por esta Comissão: o fortalecimento da ANP; rigor na fiscalização; combate efetivo à impunidade; e a criação de uma legislação não tão rígida que permita compreender e aceitar a dinâmica do mercado.

Sr. Presidente, gostaria ainda de levantar outras indagações. O Sr. George Ermakoff expôs alguns pontos sobre o mercado de querosene de avião, e me parece que ele se centrou no que caracterizou como monopólio da PETROBRAS no mercado, porque isso gera impacto nos custos das empresas, na concorrência do setor de aviação com outras empresas do mercado internacional e também no mercado doméstico, com o impacto de tarifas etc. Isso não ficou claro para mim, Sr. George – e pediria que o senhor nos explicasse melhor –, uma vez que as maiores empresas da área de distribuição que operam nesse mercado no mundo inteiro estão presentes também no Brasil. Há efetivamente uma força da PETROBRAS no sentido de impedir isso? Estamos caminhando para completar 10 anos de desregulamentação, e pergunto: já não transcorreu tempo suficiente para que esse mercado percebesse quais são as brechas e os caminhos para que essa concorrência se desse de forma mais efetiva? Como isso se dá em outras partes do mundo? As empresas operam em concorrência nos principais mercados? Ou há o domínio de uma ou outra empresa de outras regiões do planeta? É importante percebermos como isso se dá e qual a diferença existente no Brasil, já que nosso País tem uma força grande nesse processo; e, de resto, esse fato repercute também na América Latina. Portanto, gostaria que o senhor avançasse um pouco mais em relação a esse aspecto.

Esse descumprimento do acordo internacional repercutiria numa manobra na taxação de PIS e COFINS no caso das refinarias? Temos sentido algumas dificuldades nesta Comissão na área tributária, e seria bom se os senhores fizessem sugestões, indicações e alguns encaminhamentos nessa direção.

Também em relação ao mercado de querosene, as empresas aéreas teriam interesse em comprar querosene de aviação diretamente das refinarias? Como as empresas vêem esse aspecto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Se os senhores convidados preferirem aguardar que o Relator faça todas as suas perguntas, assim teriam tempo maior para raciocinar em cima das respostas. Tudo bem assim? Concordam? Ótimo!

Continua com a palavra o Sr. Relator, Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Ao Sr. Roberto Giannini, do SINDSOLV, diria que o solvente sempre é mal falado. A reputação do solvente no Brasil é muito ruim. Tivemos oportunidade de participar de Comissão Parlamentar de Inquérito sobre esse assunto e pudemos verificar que ainda temos muito problemas com solventes.

Recentemente, a imprensa voltou a noticiar problemas nessa área. Portanto, precisamos evoluir nessa questão, já que empresas sérias do mercado são afetadas gravemente por esse problema. Desconfia-se dos produtores, dos distribuidores. Como é a produção de solventes pela Braskem? Como é que se faz o controle disso? Há dúvida? O volume que circula no mercado é maior do que aquilo que está formalizado? Todos os dias acompanhamos notícias a esse respeito, e por isso o legislador do Código Brasileiro de Combustíveis se vê na obrigação de tratar desse problema. Mesmo que o problema não seja caracterizado como energético, mas por sua dimensão e repercussão temos que adotar alguns caminhos.

Como é comercializada essa produção na Braskem? A ANP tem absoluto controle sobre isso? Sabemos que a Refinaria de Manguinhos também produz uma boa quantidade de solventes. Mas qual é mesmo o índice de importação? Qual o volume importado? A indústria petroquímica produz quantos por cento de solventes comercializados no Brasil? O que cabe às indústrias petroquímicas do ponto de vista de produção? O que é importado de solventes pelo Brasil? Quais medidas poderíamos adotar para melhor controlar essa comercialização? Sabemos que existe uma discussão sobre a cobrança da CIDE e a compensação desse crédito no IPI e também que a Receita Federal estaria elaborando alguma norma a esse respeito. Como o SINDSOLV percebe essa discussão a respeito da cobrança da CIDE?

Ainda sobre a Refinaria de Manguinhos, falou-se do regime especial que alguns Estados têm procurado adotar. Mas pergunto se seria necessário algum tratamento especial para as refinarias independentes. A Ipiranga também abordou esse aspecto. Ao mesmo tempo, coloca-se que a diversidade de tributos é um elemento que facilita a sonegação e as fraudes porque há dificuldade para esse controle. Portanto, isso não entraria em contradição com a idéia de simplificação desses processos? Como se daria isso? Em que espaço e em que ambiente isso poderia ser feito? A Braskem teria interesse de vender seu combustível diretamente para o mercado, sindicatos ou revendedores de combustíveis? Como essa comercialização se dá? Qual seria o caminho para melhorar essa relação? Como os senhores vêem a questão dos formuladores de combustíveis? Essa é uma discussão que também tivemos oportunidade de fazer nesta Comissão, porque há sempre preocupações a esse respeito.

Inicialmente, eram as indagações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, para começarmos o diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Iniciado o debate, com a palavra o Dr. George Ermakoff, para responder as perguntas que lhe cabem.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Sr. Relator, a primeira pergunta de V.Exa. diz respeito ao monopólio da PETROBRAS. Hoje, no Brasil, com relação a querosene de aviação, praticamente toda a comercialização produto na refinaria é feita pela PETROBRAS. E não estamos aqui questionando as distribuidoras. Estamos questionando, sim, a formulação do preço da refinaria, única e exclusivamente.

Do universo de combustível de aviação vendido pela PETROBRAS, 85% são produzidos no Brasil e 15%, em média, importados, em geral da Venezuela, que abastece o Norte do País. Esses são os últimos números de que dispomos, mas parece-me que já se reduziu o volume importado.

No exterior, como funciona o mercado? Na região do Golfo do México, por exemplo, há “n” refinarias. Cada refinaria tem o seu preço, em razão de seus custos, oportunidade de compra de petróleo etc.

O preço médio é aquele a que me referi – o US Gulf. Em outras regiões do mundo, a sistemática é a mesma. Existem diversas refinarias que vendem o produto ao mercado por um preço médio, computando-se todas as refinarias daquela região.

O que acontece no Brasil? Como o produto é praticamente exclusivo da PETROBRAS – eu diria que é monopólio de fato, porém não de direito –, a empresa tem condição de baixar ou de subir o preço quando quer. O preço é livre. Ela não é obrigada a seguir uma fórmula. Segue o que lhe é conveniente, e o faz até o máximo possível para vender.

Por que não existe concorrência? Porque a PETROBRAS chega ao limite. A partir daquele limite, com certeza, alguém compraria o combustível no exterior nesses mercados e o traria para cá. Por que não se faz isso? Porque, se alguém se aventurar a comprar um carregamento de querosene de aviação lá fora, o navio vai demorar alguns dias para chegar ao Brasil e poderá ocorrer uma variação muito grande para baixo no preço. Tudo bem. O risco faça parte do negócio, mas ele teria grandes dificuldades logísticas no desembarque e armazenamento do produto.

Não estamos, repito, questionando em nenhum momento a postura da distribuidora. Estamos falando do preço da refinaria, e quem vende no Brasil é a PETROBRAS. Vende para a Shell, vende para A, vende para B. Depois, aos preços incorporam-se os impostos, o custo da distribuição etc., etc. Não estamos discutindo a distribuição, mas tão-somente o preço da refinaria.

Até hoje, não temos nenhuma empresa que faça concorrência à PETROBRAS. Estou falando em con-

corrência mesmo, porque já existiram casos em que se importou um ou outro navio de determinado produto, mas quem o fez desistiu de importar.

No Brasil, estamos pagando, por um produto extraído e processado aqui, o preço que normalmente é cobrado lá fora, no Golfo, de produto também importado.

Para fabricação do querosene de aviação, as refinarias compram petróleo de outros mercados e já incluem o frete no preço. Além do preço médio lá fora, nós pagamos o frete, pagamos seguro e eventuais perdas. Assim sendo, estamos pagando aqui, em média, 15% a mais do que o produto custa lá fora, quando o custo de extração e processamento no País é muitíssimo mais baixo.

Já ocorreu, no Nordeste, o caso em que alguém haver importado um navio de gasolina e de a PETROBRAS ter baixado o preço naquele mercado, de forma que o importador ficou com um mico na mão, pois não tinha para quem vender a gasolina. No caso do querosene de aviação, ela poderia fazer o mesmo. Então, ninguém quer correr o risco.

Como o preço é praticamente um monopólio tabelado, as distribuidoras vão à PETROBRAS, que tem a sua margem de lucro. Em cima do preço da PETROBRAS põem a margem de lucro delas e cobram das empresas, e as empresas não têm nenhuma outra opção.

E V.Exa. poderia perguntar: por que os senhores não viram importadores? Não é finalidade de uma empresa aérea comercializar combustível; senão, nós mudaríamos totalmente de ramo.

Com referência à questão do PIS/COFINS, eu só a citei a título ilustrativo, porque essa é uma cobrança indevida. O grande problema para conseguirmos barrar essa cobrança é a exigência da Receita Federal de que esse produto seja totalmente separado do produto doméstico.

No valor do diesel que os navios utilizam, por exemplo, não está incluído PIS/COFINS. No querosene de aviação está, porque a Receita Federal alega que não tem como separar o produto doméstico do internacional.

Neste momento, o SINDICON está aguardando uma audiência com a Receita Federal para apresentar um plano de controle do fluxo de querosene de aviação, porque o querosene de aviação é levado ao aeroporto, onde entra por dutos subterrâneos para abastecer os aviões. Não há como separar o que é doméstico e o que é internacional. No entanto, pela nota fiscal, nós temos, porque para cada tancagem que é feita a nota fiscal diz se o combustível é doméstico ou internacio-

nal, tanto que sobre o internacional não incide ICMS e sobre o doméstico sim.

Esse controle é possível, mas eles querem que se controle da saída da refinaria ao consumo final e também fazer um encontro de contas, mediante o qual a distribuidora ficaria responsável por eventual diferença. Se o comprador retira na refinaria combustível internacional e se, no final do período, não o vende, ele teria de pagar como se o combustível fosse doméstico ou coisa desse tipo. Mas esse é um assunto que eu trouxe aqui a título ilustrativo.

Nosso grande problema é outro. Estou falando da aviação geral. Em relação aos nossos insumos, temos problemas com competitividade internacional, porque o preço de leasing, em face de falta de financiamento e coisas desse tipo, para nós é mais caro e, por causa do spread do Brasil, pagamos mais caro do que qualquer outra empresa que concorre conosco. A não ser em mão-de-obra, em que nosso preço é mais baixo do que o das nossas concorrentes, todos os demais insumos nós pagamos mais caro.

Então, em virtude disso, nosso apelo é no sentido de que, quando não existisse concorrência, como é o caso do combustível de aviação, se estipulasse um teto equivalente ao preço internacional mais o valor da importação somente no produto efetivamente importado. Se o produto não for importado, não tem cabimento cobrar frete de um produto produzido aqui. Essa é a nossa reivindicação.

A Argentina cobra única exclusivamente o preço do US Gulf, o que também pagávamos antes da abertura do mercado. Qual foi a lógica da abertura? Virão diversos concorrentes, e a concorrência vai baixar o preço do querosene. Como não existe concorrência, a PETROBRAS simplesmente adicionou 15% ao que pagávamos.

Hoje, infelizmente, sou obrigado a dizer: pagamos mais e estamos subsidiando outros produtos. A reclamação de Manguinhos é a de que a gasolina automotiva está abaixo do preço de mercado. Então, suponho que estejamos subsidiando a gasolina, o que não é justo. Cada Governo, logicamente, tem suas prioridades, mas essas prioridades devem atender a todos usuários, não só os da gasolina, mas também os de avião. Hoje, viajar de avião não é nenhum luxo, mas uma necessidade para a maioria dos senhores, por exemplo – se os senhores tivessem de usar carro a fim de vir cá e para viajar às suas bases seria realmente um grande incômodo.

Finalizando, quero reiterar que não temos nenhum problema com a distribuição. Nosso problema é única exclusivamente com a formulação de preços. Hoje, a PETROBRAS é a única empresa que vende na refi-

na o querosene de aviação. Não temos quantidade significativa de concorrentes que vendam querosene de aviação no Brasil. Em razão disso, a PETROBRAS utiliza uma fórmula que nos onera. Acrescenta um percentual de mais ou menos 15% ao preço, como se o combustível estivesse sendo importado, mas, na verdade, ele é produzido aqui. Essa importação é hipotética, de papel, porque, com esse valor, chega ao limite do importador que poderia comprar lá fora e trazer para cá. Só que em outra condição: o importador realmente paga a mais. A PETROBRAS produz internamente muito mais barato, e, no caso de importação, reduz o preço e o importador fica com o mico na mão. Assim, ela acaba com a concorrência, como já acabou em diversos casos.

Então, desde a abertura do mercado, não existe concorrência, e isso já dissemos na própria PETROBRAS. Logicamente, há resistência muito grande na empresa, porque ela não vai abrir mão de uma receita firme. Não temos de quem comprar. O combustível na Argentina custa 15% a menos, mas não podemos transportar combustível de Buenos Aires para cá dentro do avião. Se houvesse um tanque adicional e não representasse aumento de consumo, até traríamos. Enfim, não temos outra opção. Somos obrigados a comprar em Guarulhos, no Galeão, e aqui custa 15% acima do preço internacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Só para completar a análise a possibilidade de adquirir diretamente das refinarias, Sr. Presidente.

Apenas a PETROBRAS produz querosene de avião? As refinarias independentes não produzem, não têm capacidade de produzir? Para que eu possa compreender melhor a questão: se houvesse interesse em comprar diretamente, seria conveniente? Poderia produzir uma relação mais justa, reduzir preço?

Essa é uma informação que considero importante.

Promovemos esse debate sobre composição de preços em transportes coletivos, um grande problema social no nosso País. Andar de avião hoje é fundamental em um país com as dimensões do Brasil. Maior parcela da população precisa ter acesso a esse meio de transporte, sem dúvida alguma.

Agora, estamos falando de relações de mercado. Há 10 anos esse mercado está liberado. O setor tem grandes empresas. Cada uma das grandes empresas que atua no mercado geralmente tem uma atuação em todas as áreas – produção, refino e distribuição.

Eu gostaria de especular um pouco mais para identificar – o Código busca principalmente proteger

o consumidor – o impacto que isso provoca e que providências poderiam ser adotadas. Tendo em vista que sugerimos uma estabilização, devemos analisar a possibilidade dessa estabilização com alguma medida concreta e se isso não irá agredir a lógica de mercado que estamos vivenciando no Brasil; se seria uma medida cabível no Código de Combustíveis ou algo a ser feito pela norma; se iria ou não enrijecer a legislação? Seria conveniente debater um pouco mais esse assunto e, se o caso, apresentar sugestão concreta.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Sr. Deputado, a minha sugestão, logicamente que posso melhorar a redação, é colocar no Código dispositivo que limite o preço quando não houver ampla concorrência. A definição de ampla concorrência cabe ao órgão de defesa da concorrência dar para cada mercado, para cada tipo de derivado de petróleo. No caso do querosene de aviação, eu saberia dizer, mas deveria ser nos moldes do que existe no exterior e não existe aqui.

Não saberia lhe responder qual o percentual de Manguinhos e de outras refinarias independentes que produzem querosene de aviação. Nossa proposta é no sentido de que, quando não houver ampla concorrência no fornecimento ex-refinaria de derivado de petróleo em território brasileiro, a fixação do preço deverá ter como limite superior o preço médio do produto no mercado internacional. Aí seria utilizado esse Platt's, o que a PETROBRAS já faz, acrescido do valor referente à importação, que deverá ser aplicado proporcionalmente à quantidade de produto efetivamente importado.

Aí está a grande diferença: ela aplica a parcela de importação a todo o produto, aos 85% que produz e aos 15% ela importa. O que estamos propondo é que se aplique o valor da importação somente ao produto efetivamente importado. E aí caberia ao CADE dizer quando que essa regra seria acionada ou não. Aliás, em havendo ampla concorrência, não precisa absolutamente nada disso. O mercado vai puxar; logicamente, a Shell e as outras distribuidoras vão comprar no lugar que for mais barato, o que vai puxar o preço para baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, pergunto ao Relator se permite aproveitar a presença do Dr. George Ermakoff na tribuna para o Deputado Luciano Zica acrescentar algumas perguntas.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA – Estamos ansiosos pela participação dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Esclareço ao Deputado Luciano Zica, o nosso Sub-Relator, que o Deputado Daniel Almeida já se dirigiu a todos. As respostas começaram a ser dadas pelo Dr. George Ermakoff.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de pedir desculpas aos presentes. Tínhamos uma matéria importante em discussão na CCJ, e, como membro daquele órgão, tive de permanecer lá até agora.

Eu me inscrevi como primeiro debatedor porque minha intenção era dar uma efetiva contribuição ao debate. Não pude ouvir a exposição dos 2 outros expositores – ouvi somente uma parte da exposição do Dr. George Ermakoff –, mas quero trazer alguns esclarecimentos que considero importantes para o encaminhamento da matéria.

Quando esta Câmara dos Deputados, em 1997, discutiu a Lei nº 9.478, tivemos um grande embate no plenário, o falecido Deputado Roberto Campos e eu. O então Deputado Roberto Campos propunha o art. 46 ao projeto de lei, de modo que toda compra de derivados, seja por grande consumidor, seja por distribuidor, seja por qualquer consumidor, se desse obrigatoriamente por intermédio de distribuidora. E nós tínhamos justamente a compreensão de que isso seria estabelecer um pedágio para o grande consumidor, seja empresa de transporte, no caso do óleo diesel, seja empresa de aviação, no caso do querosene. Promovemos, então, um grande debate que virou tema na imprensa nacional. Na discussão em plenário, o Deputado Roberto Campos fez a defesa da manutenção do artigo e eu fiz a defesa da sua supressão, tendo a felicidade de ganhar na votação. Foi uma votação apertada: cerca de 200 a 190.

Portanto, não há qualquer vedação a que o grande consumidor possa comprar diretamente do importador ou da refinaria. Basta ter autorização da ANP, e a concorrência, a meu ver, está da. Não temos mais o monopólio estatal do petróleo, nem a PETROBRAS tem a responsabilidade legal de suprir as empresas de derivados.

Então, a meu ver, a PETROBRAS exerce hoje a tarefa de suprir o mercado por livre opção comercial dela. Ela não tem essa responsabilidade, nem qualquer uma das refinarias. As empresas de aviação podem se dirigir à ANP e pedir direito de importar o produto diretamente do fornecedor internacional sem qualquer problema, como qualquer consumidor de óleo diesel pode também fazê-lo. A lei não impede. A estrutura operacional pode ser outra história, pois muitos talvez não tenham estrutura para transportar, por exemplo, o volume de querosene de aviação demandado pelas empresas.

Nesse aspecto, tenho uma visão diferenciada da questão, inclusive no que se refere à carga tributária. A meu ver, poderíamos e deveríamos trabalhar com uma

brecha, porque, quando a criamos na Constituição Federal, a CIDE não nasceu para ser um imposto sobre transporte. A CIDE foi criada com um fim específico: estabilizar os preços dos combustíveis frente às oscilações do preço internacional do petróleo e do câmbio. O que sobrasse disso era para ter a seguinte destinação: subsídios a preço, investimento em infra-estrutura de transporte e investimento em meio ambiente decorrente da atividade petrolífera. E acabou não se usando a CIDE para fazer o controle de preços, nem para fazer face às oscilações do câmbio. Atualmente, o Governo usa o poder político que tem sobre a PETROBRAS para fazer controle de preço e é muito criticado por isso. Aliás, a imprensa internacional chegou recentemente a publicar artigos segundo os quais o Governo do Presidente Lula tinha dado um prejuízo de 8 bilhões e meio aos acionistas da PETROBRAS. Por outro lado, a Refinaria de Manguinhos e a Refinaria Ipiranga, no Rio Grande do Sul, vivem reclamando que a PETROBRAS está vendendo abaixo dos preços de mercado e inviabilizando a atividade econômica delas. E com razão, porque, quebrado o monopólio, a regra é a de mercado e o preço é preço Nova York ou Rotterdam para todos os derivados.

Então, deveríamos talvez trabalhar a hipótese de, para o transporte coletivo urbano e para o transporte aéreo, quando houver a ultrapassagem do preço em relação ao preço de mercado em função de carga tributária, usar a CIDE para corrigir a distorção, fim específico para o qual ela foi criada.

A meu ver, há uma distorção na interpretação de conveniência. Quando foi aprovada a Lei nº 10.336, que regulamenta a CIDE, a PPE, antecessora da CIDE, estava na casa de R\$0,80 por litro de gasolina. A CIDE foi estabelecida, então, em R\$0,51 por litro. O primeiro impacto na redução de preço foi imediato. Depois, no dia da posse do Presidente Lula, foi baixado um decreto que elevou a CIDE para o teto máximo e no mesmo reduziu para o valor original, só para permitir essa oscilação. Lembro-me muito bem disso, porque estava na equipe de transição e ajudei a construir essa solução.

Então, com referência a essa reivindicação, particularmente, das empresas aéreas, não deve constar da lei dispositivo que estabeleça a responsabilidade, que constitucionalmente não pode ser mais da PETROBRAS nem de qualquer das refinarias. Temos de pensar, no Código, mecanismos que compreendam o que for comprovadamente de interesse coletivo e, em condições excepcionais, possa ter, através da CIDE, o subsídio. Mas não se pode impor a uma empresa que concorre no mercado. Hoje, a PETROBRAS disputa o mercado com as multinacionais do setor, como a Re-

finaria de Manguinhos também disputa. É claro que ela tem uma condição especial: extrai petróleo a 10 dólares o barril, que entra na planilha de preços a 75 dólares. Mas esse é um privilégio que os acionistas da PETROBRAS têm, da condição que ela tem. E não dá para fazermos com que a Shell, que também explora petróleo aqui nas mesmas condições, assegure esse preço. A Shell não vai querer fazer, e o Governo não tem poder político para mandar a Shell fazer. Então, não é justo estabelecer ao acionista da PETROBRAS essa condição.

Por isso, minha visão é de que deveríamos usar os mecanismos tributários para corrigir as eventuais distorções.

Era esta a minha contribuição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Diante da explanação feita pelo Deputado Luciano Zica, pergunto ao Dr. George Ermakoff se deseja fazer alguma consideração.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Eu gostaria, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Com a palavra o Dr. George Ermakoff.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Boa-tarde, Deputado Luciano Zica.

A questão de as empresas aéreas atuarem no papel de distribuidoras existe aí pelo mundo afora. A VARIG, por exemplo, participava, como acionista, de um *pool* de 20, 30 empresas que faziam o papel de distribuidora. E esse *pool* comprava e fornecia o querosene de aviação às empresas no aeroporto de Los Angeles ou em diversos outros mais barato do que as demais distribuidoras. No caso específico de Los Angeles, havia certas condições e necessidades para fazê-lo.

No caso específico, eu fiz uma apresentação, Sr. Deputado – depois vou lhe mandar uma cópia dela –, na qual em disse que a PETROBRAS, antes da quebra do monopólio, sempre utilizou o preço internacional, o Platt's e o US Gulf. Ela sempre trabalhou com esse parâmetro de preço.

Nossa questão é a seguinte: a lei foi modificada e o mercado não se modificou. Por quê? Porque não é possível concorrer com a PETROBRAS, porque a PETROBRAS tem privilégios que as outras empresas não têm e, portanto, conseguem fazer o preço da PETROBRAS. Como V.Exa. mesmo disse, a PETROBRAS extrai petróleo a 12 dólares o barril, e as distribuidoras compram o produto a 70 dólares no mercado internacional. Então, elas não têm condições de fazer guerra de preços ou qualquer manobra no mercado. Trata-se

de uma coisa de altíssimo risco e as distribuidoras não estão dispostos a correr tal risco.

E não cabe às empresas aéreas sair pelo mundo afora comprando querosene nos mercados *spots* ou nos lugares mais baratos e processar querosene de aviação. Infelizmente, e a reclamação procede no seguinte ponto: o que estamos querendo é prestar um serviço ao usuário em termos de competitividade internacional. É isso que nós queremos, mas o que está acontecendo na prática? Hoje, estamos pagando no Brasil, sem os impostos – não estou considerando ICMS incidente sobre o combustível doméstico, mas do internacional – 15% mais caro do que em qualquer outro mercado internacional, mercado normal. Estamos falando de Amsterdam, de Nova York, Miami, Buenos Aires. Estamos praticando preços finais para as empresas aéreas 15% superiores a esses outros aeroportos.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Comprando de quem?

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Comprando das distribuidoras que compram na PETROBRAS.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – As empresas tentaram comprar diretamente nesse caso?

O SR. GEORGE ERMAKOFF – O SNEA tem um associado que é especialista em petróleo, o Sr. German Efromovich. Ele, porém, não consegue trazer querosene de aviação mais barato que o da PETROBRAS porque é impossível. Pedi-lhe pessoalmente: “Dr. German, por favor, envolva-se nisso. E ele me disse: *“É impossível. Não há possibilidade porque os riscos inerentes a essa operação são muito altos”*.”

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Permita-me fazer um comentário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Tem V.Exa. a palavra, Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Acredito que, em razão da dificuldade de transporte, essa é uma questão de escala. A dificuldade para se especificar querosene de aviação nas refinarias da PETROBRAS é muito grande, talvez maior do que nas refinarias mais modernas do mundo.

Trabalhei muito nessa tentativa de especificar detalhadamente o querosene, e um ponto específico é o de congelamento – que é -51º. Trata-se de ponto extremamente difícil.

Então, talvez, além dessa outra alternativa tributária que apresento, fosse preciso organizar *pools* de compradores, de modo a gerar escala para compra. Acredito que não há como a lei estabelecer para a PETROBRAS o controle da política de preço. Isso seria inconstitucional. No máximo, o que se pode fazer – e as duas refinarias privadas que existem no Brasil o têm tentado – é determinar à PETROBRAS a prá-

tica de preços internacionais mínimos; no mínimo, o preço internacional.

Não há como, na lei, estabelecermos que a PETROBRAS vai vender por tal preço. A PETROBRAS é hoje uma empresa com 64% do capital privado, sendo 32% multinacional, internacional. Não há como explicar: um acionista da PETROBRAS em Nova Iorque pode entrar na Justiça aqui no Brasil contra um artigo da lei que se colocar aqui, estabelecendo a proteção para qualquer setor. Essa é a questão. Por isso, o caminho para resolver esse impasse ou é tributário ou, então, de organização que viabilize escala de compra. Vejo isso com muita tranquilidade.

Desculpem-me se acabei falando demais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Com a palavra o Sr. George Ermakoff.

O SR. GEORGE ERMAKOFF – Esclareço que o que se está propondo aqui não é tabelar preço de querosene de aviação. O que propomos é que o querosene de aviação flutue, ou seja, que continue como está hoje, acompanhando os preços internacionais, mas que a parcela de preço instituída pela PETROBRAS em relação à importação só se aplique ao produto efetivamente importado. Hoje, a PETROBRAS utiliza essa parcela de importação para todo o querosene, embora 85% dele seja produzido aqui.

A única coisa que pedimos ao Relator, portanto, é que faça justiça, porque se a PETROBRAS não importa, como vai cobrar das empresas o custo de importação: frete, seguro, etc. etc.?

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Com a palavra o Dr. Fernando Barbosa, que também gostaria de falar sobre o assunto.

O SR. FERNANDO BARBOSA – Na verdade, Sr. Presidente, quero acrescentar que, quando as Refinarias de Manguinhos e da Ipiranga estão funcionando, a PETROBRAS detém 98% do refino. Atualmente, ela detém 100%, porque nenhuma das outras duas estão funcionando. Portanto, a quantidade de querosene de aviação que essas refinarias podem fabricar não altera o mercado.

Essa questão de preços controlados, dentro da regra de fim de monopólio e de livre comércio que temos há 10 anos, envolve 3 fatores distintos. Um é a questão tributária – a CIDE, o regime especial. Esse é um ponto complexo, e quanto mais complexo, mais difícil o tratamento.

O segundo fator é a questão comercial. Uma empresa de capital aberto tem de dar margem de lucro para os seus acionistas.

O terceiro é relativo a algo que estamos apenas faceando: o direito econômico. Controle de preços é

uma questão de direito econômico. Acredito que será difícil estabelecer-lo no Código. Isso terá de ser levado para o direito econômico; senão, não vamos conseguir sair dessa situação.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim)

– Com a palavra o Dr. Roberto Giannini, para responder as indagações do Relator.

O SR. ROBERTO GIANNINI – Sr. Presidente, Sr. Relator, vou mudar um pouco o assunto em debate, sair do querosene e descer para o solvente.

Antes, porém, ressalto o fato de que o nível de profundidade das indagações do Relator demonstra que S.Exa. está debruçado sobre esse problema e se aprofundando muito na questão, o que é muito importante.

Disse V.Exa. que o solvente é um produto muito malfadado. É a pura verdade. Infelizmente, até mesmo entre amigos, o distribuidor de solvente hoje é tratado como bandido, como alguém que faz alguma coisa errada. Estamos sujeitos a isso, e o mercado, não o distribuidor ou outro qualquer, mas o mercado em si, tem de fazer o mea-culpa e dizer que isso realmente aconteceu por motivos bastante claros, cujas origens se pode identificar.

Isso aconteceu quando, no final da década de 80, começo da década de 90, houve uma abertura de mercado extremamente mal conduzida. O mercado, que vivia sob regime absolutamente fechado, em que se controlava o preço na refinaria e na distribuidora com cotas e tudo mais, um modelo bem militar mesmo, de nívelação hierárquica – e cada um sabia exatamente qual era o seu papel –, de repente, passou para um modelo absolutamente anárquico. Fomos de um extremo ao outro, da extrema organização, com as virtudes e os defeitos de um modelo militaresco, para um modelo absolutamente anárquico, desorganizado e cheio de defeitos. Aliás, ainda não vi nenhuma virtude nesse modelo. Se tem, não vi.

A partir de 1997, 1998, quando começou efetivamente a funcionar, a ANP vem tentando paulatinamente melhorar esse mercado e tem conseguido resultados expressivos. No começo da década de 90 existia uma bandalheira generalizada. Hoje, felizmente, a situação é outra. Grande parte dos atores presentes em 1990 não estão em cena hoje, evaporaram no meio do caminho, ou por força da lição econômica ou por força da lição policial. Alguém aplicou uma lição a esses agentes, e eles evaporaram. O mercado vem sendo paulatinamente depurado.

Conseguimos grande avanço em 2001, quando, se não me falha a memória, por meio da Portaria nº 41, a ANP regulou a distribuição de solvente, e da Porta-

ria nº 318, a sua importação. A medida proporcionou grande salto qualitativo, mas, ainda assim, o mercado não reagiu adequadamente.

Começamos a ter significativo crescimento das importações de solventes e das autorizações para importação de solventes, importações que, no que diz respeito à origem, provêm de países que não têm conteúdo tecnológico tão desenvolvido em comparação com o mercado brasileiro. Não me parece que o Uruguai seja um país tecnologicamente mais avançado que o Brasil a ponto de fabricar produtos melhores do que a Braskem, por exemplo. Não acredito.

Infelizmente, num país com a dimensão do Brasil e com tamanha extensão de fronteiras, pode acontecer uma série de coisas, assim como o contrabando.

Juntando isso tudo, então, vínhamos enfrentando o grave problema de adulteração. Uma adulteração não provocada diretamente pelos agentes credenciados na ANP, mas por agentes absolutamente marginais nesse mercado e que trabalhavam com importações nem sempre lícitas, conforme as notícias publicadas nos jornais.

Desde 2004, o SINDSOLV vem agindo fortemente junto à ANP em prol do controle das importações. Via requerimento apresentado em 2004, pedimos a moratória da Agência no que diz respeito a autorizações para novos agentes de importação e a suspensão dos registros de importação.

À época, a Agência não nos atendeu, até porque não seria legalmente viável. Porém, tomou algumas precauções internas e fez lições de casa muito interessantes. Em 2004, a importação de solvente foi de 468.000 metros cúbicos; em 2005, foi de 68.000; este ano, ainda não chegou a 15.000 metros cúbicos.

Na condição de sócio-diretor do quarto maior player desse mercado, posso dizer que o volume que deixou de ser importado não empatou o mercado. Ninguém viu diferença. Deixaram de entrar 400.000 metros cúbicos no País, e nada senti na minha concorrência.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ROBERTO GIANNINI – Sim, a Braskem também deve ter visto isso.

Lembra o Sr. Rui algumas ações da ANP de bloqueio e confisco de produtos. Quanto a isso, sabemos que o passado é complicado.

Mas o solvente não é isso, até por questão numérica. Se pegarmos a quantidade de combustível produzida, aproximadamente 80 milhões de metros cúbicos, e a quantidade de solvente, aproximadamente 2 milhões de metros cúbicos, veremos que, para cada litro de solvente produzido, se produz 40 de combustível. O solvente não pode ser o problema, porque não

há solvente em quantidade suficiente para tanto – até mesmo com aquelas importações que aconteciam antes. E, mais do que isso, se consultarmos no site da ANP as estatísticas de adulterações de combustível, veremos que o grande problema é o álcool.

Como a ANP vem agindo em relação a isso em termos quantitativos? O que fez com que esse problema fosse reduzido? Primeiro, a adoção do corante laranja no álcool anidro, medida que moralizou muito o setor. Segundo, algumas medidas estaduais, como a redução do ICMS do álcool. O combate à adulteração do combustível vem desde 2001, com a adoção do marcador de combustíveis, um produto caro – o impacto é de mais ou menos 5% do custo do produto –, que proporciona à ANP saber se há algum solvente na gasolina. Particularmente, não acompanho isso todo dia, mas não é um número expressivo.

A grande parte das não-conformidades que a ANP encontra é relativa a adulterações por teor alcoólico, que é muito fácil de acontecer no posto, ou problema de desnaturação de qualidade, como o produto que perdeu a validade.

A adulteração por solvente, felizmente, é pequena, e se reduzirá mais ainda, porque o solvente, volto a dizer, é uma matéria-prima muito importante, que permeia todo o setor econômico. Se observarmos esta sala, veremos que na fabricação de praticamente todos os produtos aqui contidos foi utilizado algum tipo de solvente – na mesa na qual estamos nos apoiando, no carpete, nas lâmpadas. Então, é uma matéria-prima muito importante e, por isso, tem de ser tratada como tal.

Infelizmente, ainda gozamos dessa “reputação” – entre aspas –, mas podem ter a certeza de que sempre faremos o máximo possível para que o setor apareça nas páginas econômicas dos jornais, e não mais nas páginas policiais.

Entre as empresas que hoje lideram o segmento, posso garantir, de forma alguma a idéia é contrária ao aprimoramento da regulação. E, nesse sentido, colaboramos muito com a ANP.

V.Exa. disse uma coisa muito importante em relação ao controle da origem e do destino do produto. Isso é algo que já estamos batendo com a ANP há muito tempo. E, em breve entrará em vigor o Sistema de Informação e Movimentação de Produtos, um sistema informatizado que movimentará toda a cadeia. A ANP já tem alguns dados em mãos, porém eles estão em formato Excel, o que é um complicador para trabalharmos estatisticamente.

Todos os meses, os produtores enviam para a ANP uma relação de adquirentes de solventes – se não me engano, no caso dos combustíveis ocorre a

mesma coisa, mas não conheço bem a regulação. Portanto, é mandada para a ANP uma relação de quanto venderam de quê para cada distribuidor ou autoconsumidor, e a ANP a publica entre os dados oficiais. Esse dado, portanto, é público e está disponível a todos. Particularmente, compilo essa informação todo mês, numa planilha de acompanhamento, até porque preciso saber onde está a minha concorrência e onde estou perdendo mercado para o autoconsumidor.

No segundo momento, todo adquirente – distribuidor ou autoconsumidor – precisa enviar, mensalmente, para a Agência Nacional de Petróleo, uma planilha extremamente detalhada dizendo o que vendeu e para quem. Esse para quem inclui: o nome da empresa, o CNPJ, o endereço, o telefone e a pessoa de contato. Se não me engano, entra também o Código de Classificação de Atividade Econômica, para a ANP poder localizar.

Hoje, a ANP tem em mãos o dado bruto necessário para formar o balanço de massa e saber exatamente, de cada grama de solvente produzido, a destinação final. É lógico que sempre – esta é uma regra universal – o crime estará um passo à frente. No momento em que se fizer uma regulação extremamente restritiva, alguém fará alguma coisa para burlar. Mas isso tem de ser tratado pela polícia, porque isso é crime e não caso de generalização do setor.

Quanto ao controle, parece-me que hoje a ANP já dispõe de condições de ter um controle efetivo de todo o balanço de massa do setor. Apesar de que, como ainda não entrou em operação o sistema automatizado que poderá compilar esses dados de forma automática, a ANP tem dificuldade de trabalhar esse dado. Mas ela tem o dado bruto, que é o mais importante. E isso poderá ser transformado em informação na hora que for necessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Apenas uma informação.

O SR. ROBERTO GIANNINI – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Quando a solicitação é feita à ANP e depois vai à PETROBRAS para autorizar, já não é definida para onde serão entregues esses litros?

O SR. ROBERTO GIANNINI – A princípio, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Faz a tancagem?

O SR. ROBERTO GIANNINI – É definido o seguinte: quando se faz a solicitação da quota mensal à ANP, isso tem como base uma cota máxima autorizada para cada empresa. Há uma publicação da ANP, da Superintendência de Abastecimento, que autoriza o máximo que a empresa tem condição de retirar. A partir

daí, a ANP informa ao mercado aquela quota e como está distribuída. No caso da minha empresa, terei uma quota de produtos para retirar na BRASKEM, outra na PQU, outra na PETROBRAS, outra na COPESUL, por cada tipo de produto. Mas pode haver uma banda de flexibilidade que a ANP pode alterar ao longo do mês. Temos um relacionamento que permite tirar quota daqui, colocar para ali. Se a BRASKEM não puder fornecer todo o produto, transferimos para a COPESUL. Realmente, há essa flexibilidade. Agora, essa solicitação não leva em consideração o destino do produto.

Tenho, no caso, 2.500 clientes ativos. Tenho cliente de solvente que compra um tambor para fazer limpeza de autopeça em concessionária; tenho cliente de empresa de lavagem a seco que compra 2 tambores de solvente hidrogenado para não estragar o tecido; tenho cliente que consome quase mil metros cúbicos por mês – não vou nem falar o nome, porque, senão, vem o Roberto Bischoff e o toma de mim. (Riso.) Ou seja, tenho cliente desde as maiores multinacionais à microempresa. Quer dizer, não teria como informar, a priori, à ANP, para onde vai. Até porque estou no mercado com mais 10 empresas de ponta e que vão tentar tomar aquele cliente de mim, a qualquer custo, ao longo do mês. Não necessariamente eu consigo vender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – E armazena, fica guardada em tancagem?

O SR. ROBERTO GIANNINI – Exatamente, fica na tancagem. A minha empresa, particularmente, tem um barco de tancagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Todas são obrigadas a ter?

O SR. ROBERTO GIANNINI – Sim, a ANP obriga uma tancagem mínima para a empresa operar, pela Portaria nº 41, de 150 metros cúbicos, mas que na nova resolução foi elevada para 420 metros cúbicos. Um dos avanços importantes nessa nova resolução da ANP – talvez o mais importante – é que não basta cumprir critérios técnicos. Ou seja, se tenho uma base de distribuição, se tenho tancagem, se tenho um caminhão, poderei distribuir? A ANP inseriu nessa regulação, por sugestão nossa – o Dr. Rui trabalhou muito nesse sentido –, a criação de critérios econômicos. Os candidatos a distribuidores, ou mesmo os atuais distribuidores, quando a resolução entrar em operação, terão de demonstrar à ANP que a sua operação é viável economicamente. Viável economicamente dentro, obviamente, da lei, sem os subfaturamentos, sem desvios, que deverão ser tratados, se ocorrerem, pela polícia.

É muito difícil que uma empresa que distribua única e exclusivamente solvente consiga garantir lucratividade que justifique o investimento. Fizemos um

estudo muito grande no distribuidor virtual. O que seria necessário para abrir uma empresa de distribuição com critérios mínimos de qualidade e com rentabilidade? A conta é simples: ao final, o faturamento e o lucro não pagam o investimento. Então, como um distribuidor se viabiliza? Não distribuindo somente esse produto, mas deverá ter uma gama de outros produtos que, no seu conjunto, sejam rentáveis. E o solvente, por ser uma commodity de baixo valor agregado, é simplesmente um carreador, é a porta de entrada para eu poder vender nas empresas.

Citando um exemplo simples de tintas, tenho uma linha completa de solventes, mas também vendo todo tipo de resina, todo tipo de pigmento, todo tipo de aditivos. Então, se entro numa empresa vendendo solvente, automaticamente vou vender meus outros produtos. Aí é que garanto a rentabilidade da minha empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Quando retira na PETROBRAS é necessário o ISO?

O SR. ROBERTO GIANNINI – Formalmente não é necessário, de modo especial no caso da PETROBRAS.

A COPESUL tem um critério – e o critério aí não é nem tanto à ISO –, que é um outro sistema chamado PRODIR – Programa de Distribuição Responsável –, que é um derivado do sistema de atuação responsável da indústria química, uma norma até muito mais rigorosa do que a ISO. A COPESUL já adota isso como regra, a exemplo da BRASKEM, para que seus distribuidores serem certificados no PRODIR, e a PETROBRAS caminha para isso.

Hoje, com as sistemáticas de classificação de potenciais distribuidores das principais fontes, um distribuidor de solventes que não seja completamente qualificado e que tenha condição técnico-econômica de atuar no mercado não conseguirá adquirir produtos nas centrais e nem na PETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes, só quero dizer que tenho total compreensão da dificuldade das empresas aéreas, no tocante aos combustíveis, da mesma forma que tenho em relação às empresas de transporte coletivo e de cargas no Brasil. Acredito que deveríamos tentar construir uma saída.

Segundo, sou favorável – talvez eu mereça o título que o nobre Deputado Roberto Campos me dava, de “petrosauro” – à tese do tabelamento de alguns combustíveis, porque acredito que um País como o nosso não tem condição de se submeter aos preços do mercado internacional, tendo em vista a realidade do poder aquisitivo do nosso povo, etc. Um segmento

como o de combustíveis, de infra-estrutura, tem de ir onde é necessário e não dar lucro para o mercado. Dentro dessa lógica, haverá momentos em que o Estado precisará atuar, a meu ver. O tabelamento cumpre esse papel.

Outra questão é a da indústria de solventes. Sei que há uma imagem distorcida do setor de solventes, como mostrado na época da CPI dos Combustíveis, de triste memória, mas que deixou contribuição importante para o mercado, apesar de todos os descaminhos que viveu, com denúncias, fundadas ou não. Acredito que o mercado de solventes, de forma geral, continua muito vulnerável à fraude e à adulteração. Na área de petróleo, infelizmente, todas as denúncias caem na minha mesa. Todos as enviam para mim. Há uma ilusão nas pessoas de que tenho conhecimento, influência. Eu gostaria de ter 1% do conhecimento e da influência que as pessoas imaginam que eu possa ter nessa área. Existe uma tendência a que todas as coisas caiam na minha mesa. Outro dia, por exemplo, recebi uma mensagem curiosa, no meu e-mail da Câmara, de uma “distribuidora de combustíveis” – entre aspas – que oferecia gasolina química com densidade igual à da gasolina. Ou seja, era solvente ou nafta petroquímica adquirida por alguma empresa que não usa matéria-prima. Também recebi denúncia de uma fábrica de tinta que compra milhões de litros de solvente, mas não produz uma gota de tinta.

Diante dessa situação, no que se refere à atuação da ANP, o ingresso do Sr. Haroldo Lima é um marco para mim. Mudou de qualidade, substancialmente, mas ainda está longe de ter estrutura para dar conta da fiscalização.

Tenho enviado ao Haroldo várias mensagens, com por exemplo a de um sujeito que fornecia o telefone e o preço da gasolina química dentro dessa formulação. Lembro-me de um caso, na época da CPI dos Combustíveis, de uma empresa de Lorena, a Apolo Petróleo – uma ligação histórica com a refinaria de Manguinhos antes da quebra do monopólio –, que foi vendida para uma jovem de 17 anos, filha de um representante da refinaria de Manguinhos naquela época, Sr. Joaquim Mariano. A Apolo comprou, em 2001, 60 milhões de litros de solventes da PQU. Analisei, então, os conhecimentos de saída de todos os 60 milhões de litros da refinaria de Manguinhos, os de entrada na Apolo Petróleo, e verifiquei que não saiu uma gota de solvente desta última, uma única nota de venda.

Esses problemas existem, e devemos fazer um grande esforço para resolvê-los. Apresentei proposta que está numa medida provisória, se não me engano, a 135. Negocieei com a Receita Federal solução que para mim é boa para o caso do solvente. Hoje, reduzi-

ram-se as importações, mas há ainda muita entrada clandestina de solvente, importação não contabilizada, tanto por fronteira seca como marítima. Sugeri que a Receita adotasse uma política – e está na lei isso, falta um decreto para regulamentar – de dar ao solvente e à nafta petroquímica o mesmo tratamento tributário dado à gasolina. Quem comprovasse que efetivamente usou para o fim que comprou teria desconto automático, até faria o encontro contábil. Isso resolveria, na minha opinião, o problema. O mesmo acontece com o álcool. Cheguei a ter um balanço de que 80% do álcool comercializado no Estado de São Paulo era clandestino. Com a redução de 25 para 12 do ICMS, isso reduziu bastante.

Apresentei, portanto, uma proposta de – junto com essa da carga tributária do solvente para resolver essa questão do mercado paralelo – redução a zero do PIS-COFINS sobre o álcool. O valor que estimula o trambique no que se refere ao álcool hoje é mais ou menos os 8 centavos do PIS-COFINS, que é a diferença que o crime ganha na comercialização clandestina.

Devemos, então, resolver essa questão. A solução da ação da ANP tem sido ótima, não tenho a menor dúvida, dentro do possível. No entanto, para resolver essa questão de forma definitiva é preciso fazer uma ginástica tributária muito grande, deve haver decisão política por parte do Governo, da Receita Federal, enfim, de todos os atores.

Sei que é delicado elevar a carga tributária do solvente para o equivalente à carga da gasolina. Isso pode dar complexidade de operação difícil, mas seria uma boa alternativa. No entanto, não será nessa lei que o faremos.

Já há uma lei. É necessário que haja decisão do Governo de chamar o setor a negociar formas operacionais de resolver a questão. Acredito que ainda há um volume muito maior do que a ANP é capaz de pegar de adulteração de solvente e de nafta petroquímica. O problema maior é tributário e fiscal, porque a cadeia da nafta petroquímica e do solvente é a mesma da gasolina. Há algumas complicações, mas o problema principal é o tributário, o fiscal e a ilegalidade que gera.

A contribuição que todos aqui apresentam é importante. Temos de trabalhar. Acredito que precisamos nos debruçar com o Governo também, Deputado Daniel Almeida, de modo a encontrar uma solução para o problema.

Recebi material do SINDSOLV sobre artigos que propõem mudar, quanto a não misturar solvente com combustível. Devemos tomar muito cuidado com essa análise e fazer um trabalho cauteloso quanto a essa questão.

Sou favorável até à idéia do tabelamento nesse caso, ou seja, de o Governo tomar a decisão de tabelar esses produtos sensíveis para o interesse ao estabelecer um limite e relação aos preços internacionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) – Tem a palavra o Dr. Roberto Giannini.

O SR. ROBERTO GIANNINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me, Deputado Luciano Zica, discordar de V.Exa. Concordo com V.Exa. no sentido de que ainda existe um grande problema de entrada irregular de produto no País. Esse produto é destinado basicamente para a adulteração, isso é bastante claro. Uma vez que esse produto é ilegal e vai para a adulteração, e aí está o grosso do problema, a eventual imposição de CIDE sobre o solvente não resolveria o grande problema, que é a entrada de produtos. E acredito que isso ocorra mais por fronteira seca do que por fronteira marítima, parece-me que seja mais por aí, mais por contrabando por fronteira seca. Então, creio que a CIDE não resolveria esse problema por esse lado.

V.Exa. comentou uma coisa muito importante, e aí também é outro ponto de concordância: existem empresas que consomem, em tese, muitos solventes e que produzem pouco. Se formos analisar a relação de autoconsumidores registrados pela ANP, distinguiremos nitidamente 2 tipos de autoconsumidores. Existe a indústria de autoconsumo, que é uma indústria de síntese química, são os clientes da BRASKEM, o pessoal que compra benzeno que vai virar sabão em pó lá na frente; é o pessoal que compra toleno para fazer TDI, para fazer colchão. Isso não tem problema. Agora, aqueles autoconsumidores que usam o solvente na fabricação de bens finais por misturação, ou seja, indústrias de tinta e outros segmentos que não envolvem a reação química do solvente, são extremamente vulneráveis à fraude. Se o sujeito diz que na formulação da tinta, para fazer uma tonelada de tinta ele gasta 5 de solvente, 4,5 vão embora na evaporação e meio fica, ninguém pode falar nada, é o coeficiente técnico, ele tem o direito constitucional de ser ineficiente.

Aí é outro problema que a eventual imposição de CIDE também não resolveria, porque se ele fraudar de um lado, pode fraudar de outro. Ele vai ter a porta aberta do mesmo jeito.

Em compensação, no sistema legal, que trabalha de acordo com as regras da ANP, não há como fugir. São as empresas de síntese e o sistema de distribuição em que se tenha o controle de quem compra e de quem vende, para quem compra e para quem vende. Nesse caso existe, inclusive, possibilidade de atuação policial e de fiscalização da ANP, tendo ela poderes efetivos – é o que pedimos – para combater. Se achar

um posto que adultera, fecha, cassa, acabou e não abre mais, não é tirar o combustível e abrir de novo. Isso pode ser combatido com muita facilidade.

Já a imposição da CIDE no solvente vai causar alguns problemas. Vamos pegar, com exemplo, a indústria de tintas de pequeno porte. O solvente representa 70% do custo. Ao colocar uma CIDE compatível com a gasolina de 50 centavos num solvente que custa aproximadamente 2 reais, vamos ter 20% de carga de CIDE no solvente. Transformando para o custo final dessa empresa, falamos de 14% do custo final. Isso é maior do que o PIS/COFINS. E em muitos casos essa tinta não tem IPI ou tem 5%, vai ser menor.

Então, mesmo com a compensação de créditos de tributo federal, muito provavelmente essa indústria ainda ficará credora da União. Isso vai gerar um problema sério de competitividade, vai aumentar indiretamente a carga tributária das indústrias. E mais: é uma coisa muito complicada de se fazer, porque existe o coeficiente técnico. Quando se trata de reação química e de produção industrial, 1 mais 1 não é igual a 2, existe uma perda, e é lógico que a perda não pode ser de 80%, isso não existe. Pode haver um ganho e pode haver perda, uma variação de 5%, e essa variação pode inviabilizar uma atividade industrial.

No caso do distribuidor de solvente não faz diferença alguma. Se for aplicada a CIDE no solvente, essa CIDE obviamente será destacada na nota fiscal, vai vir destacada na nota do fabricante e vou destacar na nota final. Vai dar um impacto no meu capital de giro, mas não é tão significativo, eu absorvo. Porém, lá na ponta, vamos começar a complicar a vida do industrial sério e não vamos conseguir resolver o problema, porque o problema – volto a insistir, Deputado – está na entrada clandestina de produtos e naquele produto cuja destinação não pode ser comprovada, o que não é o caso da distribuição e do consumidor final.

Deputado, não sei se deixei de responder alguma questão que V.Exa. formulou. Se eu tiver falhado em alguma resposta, por favor, peça-me para voltar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luciano Zica) – O próximo expositor que responderá às questões do Relator, Deputado Daniel Almeida, e falará sobre outros temas que porventura tenham surgido será o Dr. Roberto Bischoff, diretor da área de combustível da BRASKEM S.A.

O SR. ROBERTO BISCHOFF – Sr. Relator, deixo clara a minha concordância em relação ao tópico levantado pelo Roberto Giannini. Com relação à CIDE sobre solventes partilhamos exatamente da mesma opinião. O efeito sobre o produtor e sobre o distribuidor é perfeitamente absorvido – estamos falando de grandes empresas. Quando se projetar esse efeito, mesmo

que a CIDE seja creditada, no pequeno produtor, certamente significará um aumento de preço na cadeia que algumas empresas não poderão suportar.

Tentarei deter-me nos assuntos que não foram comuns e que, de alguma forma, focaram mais a BRASKEM, como, por exemplo, o controle de produção da empresa. Quando se fala de solventes, combustíveis e sobre a relação entre ambos, é preciso entender que existem duas formas de produzir combustíveis: uma através de refino direto e a outra por blendagem de correntes, que nos remeterá ao assunto seguinte, que é formulação.

Todas as centrais petroquímicas produzem solventes por blendagem. Temos correntes petroquímicas derivadas do processo de produção petroquímica que têm por objetivo básico ter produtos petroquímicos disponíveis. Essas correntes são misturadas, com absoluto controle, para gerar produção de gasolina.

De novo, o solvente usado e disponibilizado para o mercado passa por um processo totalmente diferente de controle, de marcação, na própria BRASKEM, para evitar que o que nós fazemos com absoluto controle da blendagem, para gerar gasolina, de acordo com a regulamentação da ANP, seja feito por pessoas não qualificadas que farão com propósitos puramente econômicos.

O controle da produção vai desde o rigor de controle da massa, dos volumes envolvidos, até o controle de tancagem em terminais, da navegação no Brasil e da eventual distribuição desse produto em outros terminais. Ele é absoluto. Além disso, o controle, já mencionado, é realizado pela ANP quanto à destinação do produto, à liberação de quotas e, mais do que isso, com relação ao conhecimento prévio dos clientes para o qual o produto se destina.

A grande garantia que podemos oferecer é conhecer o cliente, a destinação que ele dará ao produto e acreditar que ele realmente é um produtor industrial, que tem uma destinação específica e que realmente os coeficientes técnicos são compatíveis com o processo produtivo envolvido.

Além disso, a BRASKEM tomou iniciativas de curto prazo para aumentar o controle além do que é estabelecido na agência. Isso significou migrar o processo de entrega do próprio produto de FOB para SIF, para garantir que o seu destino seja efetivamente aquele para o qual ele está comprometido. Também se comprometeu publicamente, num evento nacional do EBDQUIM, com a redução do número de empresas distribuidoras, focando claramente num processo de evolução e maior controle, que eu acho que é compatível com o movimento que todo o mercado vem fazendo.

Com relação a combustíveis, Sr. Relator, a pergunta sobre se a BRASKEM acha que pode vender diretamente, se poderia agregar de alguma forma ou não fazê-lo através de distribuidores, como estabelecido, não vemos nenhuma agregação de valor. Consideramos o modelo desenhado pela ANP adequado. A BRASKEM tem uma distribuidora aberta e não a usa para distribuir, embora pudesse fazê-lo. Acreditamos que são competências diferentes, e a de produtor exige controle, experiência industrial e capacidade de manuseio de grandes volumes. Na distribuição, o ativo logístico começa a ser muito representativo. A BRASKEM não tem interesse em ter essa competência. Entende que o refino deve continuar tendo papel relevante na produção de combustíveis e não as centrais petroquímicas. As centrais enxergam combustíveis como um potencial agregador de resultado e de valor por combinar correntes e gerar mais valor. Não é o Corbusiness, não é a função principal, como é no refino. Portanto, consideramos perfeitamente razoável o modelo de distribuição proposto.

O último tema sobre o qual gostaria de falar é mais polêmico. Há muito tempo nos temos posicionado junto à ANP. Como expliquei anteriormente, a central petroquímica, por definição, é um formulador. Ela mistura correntes que ela não compra, mas gera em seu processo de produção. Por necessidade, somos obrigados a conhecer alternativas de custo de corrente internacional e locais de disponibilidade dessas correntes para que se entenda as alternativas que estas correntes produzidas pela própria central têm de colocação no mercado. E como grandes compradores, como empresa que tem logística de recebimento em larga escala, todas as vezes que fizemos contas, tentando justificar a margem do formulador, mas nunca conseguimos chegar a uma equação econômica razoável. Com toda a franqueza, mesmo sendo grandes importadores de matéria prima, tendo grandes ganhos de escala, nunca conseguimos identificar esse modelo que tem sua lógica em outros locais do mundo. Ele tem lógica quando há correntes abundantes supridas por pipelines, por dutos, mas nunca por formulador independente, pequeno, que traz um produto importado de longe, que recebe num porto ineficiente e que trans-

porta por caminhão para uma fábrica. A BRASKEM, como uma grande compradora, que tem tancagem própria, que bombeia por pipelines faz essa conta e não tem rentabilidade econômica.

Na minha opinião, muito pessoal, que defendo junto à Agência há algum tempo, a figura do formulador, em geral, goza de benefício tributário. Tira vantagem da falta de isonomia tributária entre produtos para tentar, de alguma maneira, viabilizar a venda de produto. De outra forma, pela lógica puramente econômica, nunca conseguimos viabilizar a figura do formulador sustentável de longo prazo. Em momentos específicos, como arbitragens abertas de um mercado ou de outro, pode-se viabilizar, mas como atividade econômica sustentável realmente isso não acontece. É essa opinião que temos manifestado claramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luciano Zica)

– Agradeço a participação aos expositores.

Como já foi iniciada a Ordem do Dia, temos de encerrar esta sessão, embora eu e outros companheiros, como o Relator, desejássemos continuar o debate. Particularmente, tenho um acordo substancial em torno da questão do formulador. Acho que não faz sentido instituir essa figura em um mercado de combustíveis como o nosso. Acredito que teríamos oportunidade de nos aprofundar neste debate. Mas não faltarão oportunidades, já que temos um tempo para elaboração do relatório e queremos contribuir com ele.

Agradeço a presença aos convidados e demais presentes.

Convoco reunião de audiência pública para o dia 5 de setembro de 2006, terça-feira, às 14h30min., com os seguintes convidados: Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo, e Aurélio Virgílio Veiga Rios, Subprocurador-Geral da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral da República.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

SEÇÃO II

MESA DIRETORA

Presidente:

ALDO REBELO - PCdoB - SP

1º Vice-Presidente:

JOSÉ THOMAZ NONÔ - PFL - AL

2º Vice-Presidente:

CIRO NOGUEIRA - PP - PI

1º Secretário:

INOCÊNCIO OLIVEIRA - PL - PE

2º Secretário:

NILTON CAPIXABA - PTB - RO

3º Secretário:

EDUARDO GOMES - PSDB - TO

4º Secretário:

JOÃO CALDAS - PL - AL

1º Suplente de Secretário:

GIVALDO CARIMBÃO - PSB - AL

2º Suplente de Secretário:

JORGE ALBERTO - PMDB - SE

3º Suplente de Secretário:

GERALDO RESENDE - PPS - MS

4º Suplente de Secretário:

MÁRIO HERINGER - PDT - MG

LÍDERES E VICE-LÍDERES

PT

Líder: HENRIQUE FONTANA

Vice-Líderes:

Fernando Ferro (1º Vice), Angela Guadagnin, Anselmo, Carlito Meres, Luiz Couto, Luiz Sérgio, Maria do Carmo Lara, Maurício Rands, Nilson Mourão, Marco Maia, Professor Luizinho, Ricardo Berzoini, Zezéu Ribeiro, Dr. Rosinha, Orlando Desconsi, Tarcísio Zimmermann, Selma Schons, César Medeiros, Luciano Zica, Mauro Passos e Terezinha Fernandes.

PMDB

Líder: WILSON SANTIAGO

Vice-Líderes:

Mendes Ribeiro Filho, Benjamin Maranhão, Asdrubal Bentes, Adelor Vieira, Carlos Eduardo Cadoca, Leandro Vilela, Osmar Serraglio, Mauro Benevides, Zé Gerardo, Pedro Novais, Wladimir Costa, Eliseu Padilha, Jorge Alberto, Hermes Parcianello, Marcelo Castro, Gervásio Oliveira, Gastão Vieira, Marcello Siqueira e João Matos.

PFL

Líder: RODRIGO MAIA

Vice-Líderes:

Kátia Abreu (1º Vice), Luiz Carlos Santos, José Rocha, Antonio Carlos Magalhães Neto, Onyx Lorenzoni, Pauderney Avelino, José Carlos Machado, Moroni Torgan, Corauci Sobrinho, Félix Mendonça, Júlio Cesar, Alberto Fraga, Murilo Zauith, Ronaldo Caiado, Eduardo Sciarra, Roberto Brant e Nice Lobão.

PSDB

Líder: JUTAHY JUNIOR

Vice-Líderes:

Bismarck Maia (1º Vice), Ronaldo Dimas (Licenciado), Antonio Carlos Mendes Thame, Antonio Carlos Pannunzio, Eduardo Barbosa, Nilson Pinto, Zulaiê Cobra, Júlio Redecker, Alberto Goldman, Paulo Bauer, Bosco Costa, Gonzaga Mota, Leonardo Vilela, Arnaldo Madeira e Thelma de Oliveira.

PP

Líder: MÁRIO NEGROMONTE

Vice-Líderes:

Benedito de Lira (1º Vice), Nélio Dias, Feu Rosa, Romel Anizio, João Pizzolatti, Francisco Dornelles, Francisco Appio, Roberto

Balestra, Julio Lopes, Darci Coelho, Antonio Cruz, Professor Irapuan Teixeira e Pedro Henry.

PTB

Líder: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Vice-Líderes:

Fleury (1º Vice), Ricarte de Freitas, Arnaldo Faria de Sá, Nelson Marquezelli, Eduardo Seabra, Josué Bengtson, Pastor Reinaldo, Paes Landim, Jackson Barreto, Jovair Arantes e Edir Oliveira.

PL

Líder: LUCIANO CASTRO

Vice-Líderes:

José Carlos Araújo (1º Vice), Almir Sá, Lincoln Portela, Sandro Mabel, Giacobbo, Humberto Michiles, Coronel Alves, Milton Monti e Reinaldo Betão.

PSB

Líder: ALEXANDRE CARDOSO

Vice-Líderes:

Dr. Ribamar Alves (1º Vice), Luiza Erundina, Marcondes Gadelha, Mário Assad Júnior, Renato Casagrande e Sandra Rosado.

PDT

Líder: MIRO TEIXEIRA

Vice-Líderes:

Álvaro Dias (1º Vice), Manato, Pompeo de Mattos, João Fontes e André Figueiredo.

PPS

Líder: FERNANDO CORUJA

Vice-Líderes:

Rogério Teófilo, Raul Jungmann, Cláudio Magrão e Cezar Silvestri.

PCdoB

Líder: INÁCIO ARRUDA

Vice-Líderes:

Jamil Murad, Vanessa Grazziotin e Agnelo Queiroz.

PV

Líder: JOVINO CÂNDIDO

Vice-Líderes:

Fernando Gabeira e Sarney Filho.

PSOL

Líder: CHICO ALENCAR

Vice-Líderes:

Luciana Genro (1º Vice) e Ivan Valente.

PSC

Líder: PASTOR AMARILDO

Vice-Líderes:

Zequinha Marinho.

Parágrafo 4º, Artigo 9º do RICD

PRONA

Repr.: ENÉAS

PTC

Repr.: CARLOS WILLIAN

Liderança do Governo

Líder: ARLINDO CHINAGLIA

Vice-Líderes:

Beto Albuquerque, Sigmaringa Seixas, Vicente Cascione e Renildo Calheiros.

Liderança da Minoria

Líder: JOSÉ CARLOS ALELUIA

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO**Roraima**

Alceste Almeida - PTB
Almir Sá - PL
Dr. Rodolfo Pereira - PDT
Francisco Rodrigues - PFL
Luciano Castro - PL
Maria Helena - PSB
Pastor Frankembergen - PTB
Suely Campos - PP

Amapá

Badu Picanço - PL
Coronel Alves - PL
Davi Alcolumbre - PFL
Dr. Benedito Dias - PP
Eduardo Seabra - PTB
Evandro Milhomen - PCdoB
Gervásio Oliveira - PMDB
Hélio Esteves - PT

Pará

Anivaldo Vale - PSDB
Ann Pontes - PMDB
Asdrubal Bentes - PMDB
Babá - PSOL
Jader Barbalho - PMDB
José Priante - PMDB
Josué Bengtson - PTB
Nicias Ribeiro - PSDB
Nilson Pinto - PSDB
Raimundo Santos - PL
Socorro Gomes - PCdoB
Vic Pires Franco - PFL
Wladimir Costa - PMDB
Zé Geraldo - PT
Zé Lima - PP
Zenaldo Coutinho - PSDB
Zequinha Marinho - PSC

Amazonas

Átila Lins - PMDB
Carlos Souza - PP
Francisco Garcia - PP
Humberto Michiles - PL
Lupércio Ramos - PMDB
Pauderney Avelino - PFL
Silas Câmara - PTB
Vanessa Grazziotin - PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz - PP
Anselmo - PT
Eduardo Valverde - PT
Hamilton Casara - PSDB
Marinha Raupp - PMDB
Miguel de Souza - PL
Natan Donadon - PMDB
Nilton Capixaba - PTB

Acre

Chicão Brígido - PMDB
Henrique Afonso - PT
João Correia - PMDB
João Tota - PP
Júnior Betão - PL
Nilson Mourão - PT
Perpétua Almeida - PCdoB
Zico Bronzeado - PT

Tocantins

Ana Alencar - PSDB
Darci Coelho - PP
Eduardo Gomes - PSDB
Homero Barreto - PTB

Kátia Abreu - PFL
Maurício Rabelo - PL
Osvaldo Reis - PMDB
Pastor Amarildo - PSC

Maranhão

Albérico Filho - PMDB
Antonio Joaquim - PSDB
César Bandeira - PFL
Clóvis Fecury - PFL
Costa Ferreira - PSC
Dr. Ribamar Alves - PSB
Gastão Vieira - PMDB
João Castelo - PSDB
Luciano Leitoa - PSB
Neiva Moreira - PDT
Nice Lobão - PFL
Pedro Fernandes - PTB
Pedro Novais - PMDB
Remi Trinta - PL
Sarney Filho - PV
Sebastião Madeira - PSDB
Terezinha Fernandes - PT
Wagner Lago - PDT

Ceará

Almeida de Jesus - PL
André Figueiredo - PDT
Aníbal Gomes - PMDB
Antonio Cambraia - PSDB
Ariosto Holanda - PSB
Arnon Bezerra - PTB
Bismarck Maia - PSDB
Eunício Oliveira - PMDB
Gonzaga Mota - PSDB
Inácio Arruda - PCdoB
João Alfredo - PSOL
José Linhares - PP
José Pimentel - PT
Léo Alcântara - PSDB
Manoel Salviano - PSDB
Marcelo Teixeira - PSDB
Mauro Benevides - PMDB
Moroni Torgan - PFL
Pastor Pedro Ribeiro - PMDB
Raimundo Gomes de Matos - PSDB
Vicente Arruda - PSDB
Zé Gerardo - PMDB

Piauí

Átila Lira - PSDB
B. Sá - PSB
Ciro Nogueira - PP
Júlio Cesar - PFL
Marcelo Castro - PMDB
Moraes Souza - PMDB
Mussa Demes - PFL
Nazareno Fonteles - PT
Paes Landim - PTB
Simplício Mário - PT

Rio Grande do Norte

Álvaro Dias - PDT
Betinho Rosado - PFL
Fátima Bezerra - PT
Henrique Eduardo Alves - PMDB
Iberê Ferreira - PSB
Nélio Dias - PP
Ney Lopes - PFL
Sandra Rosado - PSB

Paraíba

Benjamin Maranhão - PMDB
Carlos Dunga - PTB
Domiciano Cabral - PSDB

Enivaldo Ribeiro - PP
Lúcia Braga - PMDB
Luiz Couto - PT
Marcondes Gadelha - PSB
Philemon Rodrigues - PTB
Ricardo Rique - PL
Ronaldo Cunha Lima - PSDB
Wellington Roberto - PL
Wilson Santiago - PMDB

Pernambuco

André de Paula - PFL
Armando Monteiro - PTB
Carlos Batata - PFL
Carlos Eduardo Cadoca - PMDB
Eduardo Campos - PSB
Fernando Ferro - PT
Gonzaga Patriota - PSB
Inocêncio Oliveira - PL
Joaquim Francisco - PFL
Joel de Hollanda - PFL
Jorge Gomes - PSB
José Chaves - PTB
José Mendonça Bezerra - PFL
José Múcio Monteiro - PTB
Luiz Piauhyllino - PDT
Marcos de Jesus - S.PART.
Maurício Rands - PT
Osvaldo Coelho - PFL
Pastor Francisco Olímpio - PSB
Paulo Rubem Santiago - PT
Raul Jungmann - PPS
Renildo Calheiros - PCdoB
Roberto Freire - PPS
Roberto Magalhães - PFL
Salatiel Carvalho - PFL

Alagoas

Benedito de Lira - PP
Givaldo Carimbão - PSB
Helenildo Ribeiro - PSDB
João Caldas - PL
João Lyra - PTB
José Thomaz Nonô - PFL
Maurício Quintella Lessa - PDT
Olavo Calheiros - PMDB
Rogério Teófilo - PPS

Sergipe

Bosco Costa - PSDB
Cleonânicio Fonseca - PP
Helena Silva - PL
Jackson Barreto - PTB
João Fontes - PDT
Jorge Alberto - PMDB
José Carlos Machado - PFL
Mendonça Prado - PFL

Bahia

Alice Portugal - PCdoB
Antonio Carlos Magalhães Neto - PFL
Aroldo Cedraz - PFL
Claudio Cajado - PFL
Colbert Martins - PPS
Daniel Almeida - PCdoB
Edson Duarte - PV
Fábio Souto - PFL
Félix Mendonça - PFL
Fernando de Fabinho - PFL
Geddel Vieira Lima - PMDB
Gerson Gabrielli - PFL
Guilherme Menezes - PT
Jairo Carneiro - PFL
João Almeida - PSDB

João Leão - PP
Jonival Lucas Junior - PTB
Jorge Khoury - PFL
José Carlos Aleluia - PFL
José Carlos Araújo - PL
José Rocha - PFL
Josias Gomes - PT
Jutahy Junior - PSDB
Luiz Alberto - PT
Luiz Bassuma - PT
Luiz Carreira - PFL
Marcelo Guimarães Filho - PFL
Mário Negromonte - PP
Milton Barbosa - PSC
Nelson Pellegrino - PT
Paulo Magalhães - PFL
Pedro Irujo - PMDB
Reginaldo Germano - PP
Robério Nunes - PFL
Roland Lavigne - PSDB
Severiano Alves - PDT
Walter Pinheiro - PT
Zelinda Novaes - PFL
Zezéu Ribeiro - PT

Minas Gerais

Ademir Camilo - PDT
Ana Guerra - PT
Aracely de Paula - PL
Bonifácio de Andrada - PSDB
Cabo Júlio - PMDB
Carlos Melles - PFL
Carlos Mota - PSB
Carlos Willian - PTC
César Medeiros - PT
Cleuber Carneiro - PTB
Custódio Mattos - PSDB
Dr. Francisco Gonçalves - PPS
Edmar Moreira - PFL
Eduardo Barbosa - PSDB
Eliseu Resende - PFL
Fernando Diniz - PMDB
Geraldo Thadeu - PPS
Gilmar Machado - PT
Herculano Anghinetti - PP
Isaías Silvestre - PSB
Ivo José - PT
Jaime Martins - PL
João Magalhães - PMDB
João Magno - PT
João Paulo Gomes da Silva - PSB
José Militão - PTB
José Santana de Vasconcellos - PL
Júlio Delgado - PSB
Lael Varella - PFL
Leonardo Mattos - PV
Leonardo Monteiro - PT
Lincoln Portela - PL
Marcello Siqueira - PMDB
Márcio Reinaldo Moreira - PP
Maria do Carmo Lara - PT
Mário Assad Júnior - PSB
Mário Heringer - PDT
Mauro Lopes - PMDB
Narcio Rodrigues - PSDB
Odair Cunha - PT
Osmânio Pereira - PTB
Paulo Delgado - PT
Rafael Guerra - PSDB
Reginaldo Lopes - PT
Roberto Brant - PFL

Romel Anizio - PP
Romeu Queiroz - PTB
Saraiva Felipe - PMDB
Sérgio Miranda - PDT
Silas Brasileiro - PMDB
Vadinho Baião - PT
Virgílio Guimarães - PT
Vittorio Mediolani - PV

Espírito Santo

Feu Rosa - PP
Irinny Lopes - PT
Jair de Oliveira - PMDB
Manato - PDT
Marcus Vicente - PTB
Neucimar Fraga - PL
Nilton Baiano - PP
Renato Casagrande - PSB
Ricardo Santos - PSDB
Rose de Freitas - PMDB

Rio de Janeiro

Aldir Cabral - PFL
Alexandre Cardoso - PSB
Alexandre Santos - PMDB
Almerinda de Carvalho - PMDB
Almir Moura - PFL
André Costa - PDT
Antonio Carlos Biscaia - PT
Bernardo Ariston - PMDB
Carlos Nader - PL
Carlos Santana - PT
Chico Alencar - PSOL
Deley - PSC
Dr. Heleno - PSC
Edson Ezequiel - PMDB
Eduardo Cunha - PMDB
Eduardo Paes - PSDB
Elaine Costa - PTB
Fernando Gabeira - PV
Fernando Gonçalves - PTB
Fernando Lopes - PMDB
Francisco Dornelles - PP
Itamar Serpa - PSDB
Jair Bolsonaro - PP
Jandira Feghali - PCdoB
João Mendes de Jesus - S.PART.
Jorge Bittar - PT
José Divino - S.PART.
Josias Quintal - PSB
Júzia Denise Frossard - PPS
Julio Lopes - PP
Laura Carneiro - PFL
Leonardo Picciani - PMDB
Luiz Sérgio - PT
Miro Teixeira - PDT
Moreira Franco - PMDB
Nelson Bornier - PMDB
Paulo Baltazar - PSB
Paulo Feijó - PSDB
Reinaldo Betão - PL
Reinaldo Gripp - PL
Renato Cozzolino - PDT
Rodrigo Maia - PFL
Ronaldo Cezar Coelho - PSDB
Sandro Matos - PTB
Simão Sessim - PP
Vieira Reis - S.PART.

São Paulo

Alberto Goldman - PSDB
Aldo Rebelo - PCdoB
Amauri Gasques - PL

Angela Guadagnin - PT
Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB
Antonio Carlos Pannunzio - PSDB
Arlindo Chinaglia - PT
Arnaldo Faria de Sá - PTB
Arnaldo Madeira - PSDB
Ary Kara - PTB
Carlos Sampaio - PSDB
Celso Russomanno - PP
Cláudio Magrão - PPS
Corauci Sobrinho - PFL
Delfim Netto - PMDB
Devanir Ribeiro - PT
Dimas Ramalho - PPS
Dr. Pinotti - PFL
Durval Orlato - PT
Edinho Montemor - PSB
Edna Macedo - PTB
Elimar Máximo Damasceno - PRONA
Enéas - PRONA
Fernando Estima - S.PART.
Fleury - PTB
Gilberto Nascimento - PMDB
Iara Bernardi - PT
Ildeu Araujo - PP
Ivan Valente - PSOL
Jamil Murad - PCdoB
Jefferson Campos - PTB
João Batista - PP
João Herrmann Neto - PDT
João Paulo Cunha - PT
José Eduardo Cardozo - PT
José Mentor - PT
Jovino Cândido - PV
Julio Semeghini - PSDB
Lobbe Neto - PSDB
Luciano Zica - PT
Luiz Carlos Santos - PFL
Luiz Eduardo Greenhalgh - PT
Luiza Erundina - PSB
Marcelo Ortiz - PV
Marcos Abramo - PP
Mariângela Duarte - PT
Medeiros - PL
Michel Temer - PMDB
Milton Monti - PL
Nelson Marquezelli - PTB
Neuton Lima - PTB
Orlando Fantazzini - PSOL
Paulo Lima - PMDB
Professor Irapuan Teixeira - PP
Professor Luizinho - PT
Ricardo Berzoini - PT
Ricardo Izar - PTB
Roberto Gouveia - PT
Robson Tuma - PFL
Salvador Zimbaldi - PSB
Telma de Souza - PT
Vadão Gomes - PP
Vanderlei Assis - PP
Vicente Cascione - PTB
Vicentino - PT
Walter Barelli - PSDB
Walter Feldman - PSDB
Wanderval Santos - PL
Xico Graziano - PSDB
Zulaiê Cobra - PSDB

Mato Grosso

Carlos Abicalil - PT
Celcita Pinheiro - PFL

Lino Rossi - PP
Pedro Henry - PP
Ricarte de Freitas - PTB
Teté Bezerra - PMDB
Thelma de Oliveira - PSDB
Wellington Fagundes - PL

Distrito Federal

Agnelo Queiroz - PCdoB
Alberto Fraga - PFL
Jorge Pinheiro - PL
José Roberto Arruda - PFL
Maninha - PSOL
Sigmaringa Seixas - PT
Tadeu Filippelli - PMDB
Tatico - PTB

Goiás

Barbosa Neto - PSB
Carlos Alberto Leréia - PSDB
Enio Tatico - PTB
João Campos - PSDB
Jovair Arantes - PTB
Leandro Vilela - PMDB
Leonardo Vilela - PSDB
Luiz Bittencourt - PMDB
Neyde Aparecida - PT
Pedro Chaves - PMDB
Professora Raquel Teixeira - PSDB
Roberto Balestra - PP
Ronaldo Caiado - PFL
Rubens Otoni - PT
Sandes Júnior - PP
Sandro Mabel - PL
Vilmar Rocha - PFL

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos Biffi - PT
Antonio Cruz - PP
Geraldo Resende - PPS
João Grandão - PT
Murilo Zauith - PFL
Nelson Trad - PMDB
Vander Loubet - PT
Waldemir Moka - PMDB

Paraná

Abelardo Lupion - PFL
Afonso Camargo - PSDB
Airton Roveda - PPS
Alex Canziani - PTB
André Zacharow - PMDB
Assis Miguel do Couto - PT
Cezar Silvestri - PPS
Chico da Princesa - PL
Colombo - PT
Dilceu Sperafico - PP
Dr. Rosinha - PT
Dra. Clair - PT
Eduardo Sciarra - PFL
Giacobo - PL
Gustavo Fruet - PSDB
Hermes Parcianello - PMDB
Iris Simões - PTB
José Janene - PP
Luiz Carlos Haully - PSDB
Max Rosenmann - PMDB
Moacir Micheletto - PMDB
Nelson Meurer - PP
Odílio Balbinotti - PMDB
Oliveira Filho - PL
Osmar Serraglio - PMDB
Reinhold Stephanes - PMDB
Ricardo Barros - PP

Selma Schons - PT
Takayama - PMDB
Vitorassi - PT

Santa Catarina

Adelor Vieira - PMDB
Carlito Merss - PT
Edinho Bez - PMDB
Fernando Coruja - PPS
Gervásio Silva - PFL
Ivan Ranzolin - PFL
João Matos - PMDB
João Pizzolatti - PP
Jorge Boeira - PT
Leodegar Tiscoski - PP
Luci Choinacki - PT
Mauro Passos - PT
Paulo Afonso - PMDB
Paulo Bauer - PSDB
Vignatti - PT
Zonta - PP

Rio Grande do Sul

Adão Pretto - PT
Alceu Collares - PDT
Beto Albuquerque - PSB
Cezar Schirmer - PMDB
Darcísio Perondi - PMDB
Edir Oliveira - PTB
Eliseu Padilha - PMDB
Enio Bacci - PDT
Érico Ribeiro - PP
Francisco Appio - PP
Francisco Turra - PP
Henrique Fontana - PT
José Otávio Germano - PP
Júlio Redecker - PSDB
Kelly Moraes - PTB
Luciana Genro - PSOL
Luis Carlos Heinze - PP
Marco Maia - PT
Maria do Rosário - PT
Mendes Ribeiro Filho - PMDB
Nelson Proença - PPS
Onyx Lorenzoni - PFL
Orlando Desconsi - PT
Osmar Terra - PMDB
Osvaldo Biolchi - PMDB
Pastor Reinaldo - PTB
Paulo Gouvêa - PL
Paulo Pimenta - PT
Pompeo de Mattos - PDT
Tarcísio Zimmermann - PT
Yeda Crusius - PSDB

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Presidente: Abelardo Lupion (PFL)
 1º Vice-Presidente: Osvaldo Coelho (PFL)
 2º Vice-Presidente: João Grandão (PT)
 3º Vice-Presidente: Francisco Turra (PP)

Titulares

Adão Pretto
 Anselmo
 Assis Miguel do Couto
 João Grandão
 Josias Gomes
 Orlando Desconsi

PT**Suplentes**

Luci Choinacki
 Neyde Aparecida
 Odair Cunha
 Paulo Pimenta
 Vander Loubet
 Vignatti

PMDB

Darcísio Perondi
 Leandro Vilela
 Moacir Micheletto
 Odílio Balbinotti vaga do PTB
 Silas Brasileiro
 Waldemir Moka
 Zé Gerardo

Eliseu Padilha
 Jorge Alberto
 Olavo Calheiros
 3 vagas

Bloco PFL, PRONA

Abelardo Lupion
 Carlos Batata vaga do PSOL
 Eduardo Sciarra
 Enéas vaga do PC do B
 Jairo Carneiro
 Kátia Abreu vaga do PV
 Onyx Lorenzoni vaga do PSC
 Osvaldo Coelho
 Ronaldo Caiado

Alberto Fraga
 Betinho Rosado vaga do PSOL
 Carlos Melles
 Félix Mendonça
 Ivan Ranzolin
 Lael Varella vaga do PC do B
 (Dep. do PPS ocupa a vaga)

PSDB

Leonardo Vilela
 Xico Graziano
 (Dep. do PP ocupa a vaga)
 (Dep. do PP ocupa a vaga)

Anivaldo Vale
 Antonio Carlos Mendes Thame
 Júlio Redecker
 Julio Semeghini

PP

Cleonânicio Fonseca vaga do PSDB
 Dilceu Sperafico vaga do PSDB
 Francisco Turra
 Luis Carlos Heinze
 Nélio Dias
 Roberto Balestra vaga do PTB
 Vadão Gomes vaga do PL
 Zonta

Darci Coelho
 Enivaldo Ribeiro vaga do PSC
 Érico Ribeiro
 Ricardo Barros
 Zé Lima

PTB

Carlos Dunga
 (Dep. do PMDB ocupa a vaga)
 (Dep. do PP ocupa a vaga)

Josué Bengtson
 Nelson Marquezelli
 Tatico

PL

Almir Sá
 Heleno Silva
 (Dep. do PP ocupa a vaga)

Maurício Rabelo
 Wellington Fagundes
 1 vaga

PSB

Iberê Ferreira
 Luciano Leitoa

Sandra Rosado
 1 vaga

PDT

Dr. Rodolfo Pereira
 Pompeo de Mattos

Enio Bacci
 1 vaga

PPS

Cezar Silvestri

Airton Roveda
 Geraldo Resende vaga do Bloco PFL, PRONA

PC do B

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PV

(Dep. do Bloco PFL, PRONA

Edson Duarte

ocupa a vaga)

PSOL

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

PSC

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do PP ocupa a vaga)

Secretário(a): Moizes Lobo da Cunha
 Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 36
 Telefones: 3216-6403/6404/6406
 FAX: 3216-6415

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Presidente: Miguel de Souza (PL)
 1º Vice-Presidente: Wellington Fagundes (PL)
 2º Vice-Presidente: Enio Bacci (PDT)
 3º Vice-Presidente: Maria Helena (PSB)

Titulares

Henrique Afonso
 Zé Geraldo
 Zico Bronzeado

PT**Suplentes**

Anselmo
 Eduardo Valverde
 Nilson Mourão

PMDB

Ann Pontes
 Fernando Lopes vaga do PTB
 Natan Donadon
 1 vaga

Átila Lins
 Gervásio Oliveira
 Lupércio Ramos
 Marinha Raupp vaga do PPS

Bloco PFL, PRONA

Arolde de Oliveira (Licenciado)
 (Dep. do PSC ocupa a vaga)
 1 vaga

Júlio Cesar
 (Dep. do PL ocupa a vaga)
 (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PSDB

Antonio Joaquim
 (Dep. do PL ocupa a vaga)

Anivaldo Vale
 Hamilton Casara vaga do PP
 Zenaldo Coutinho

PP

Agnaldo Muniz
 Carlos Souza

Suely Campos
 (Dep. do PSDB ocupa a vaga)

PTB

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
 (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

Alceste Almeida
 (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)

PL

Miguel de Souza
 Wanderval Santos vaga do PSDB
 Wellington Fagundes

Almir Sá vaga do Bloco PFL, PRONA
 Júnior Betão
 Raimundo Santos

PSB

Maria Helena

1 vaga

PDT

Enio Bacci

Dr. Rodolfo Pereira

PPS

1 vaga

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PCdoB

Perpétua Almeida vaga do PTB

Socorro Gomes vaga do Bloco PFL, PRONA
 Vanessa Grazziotin vaga do PTB

PSC

Zequinha Marinho vaga do Bloco PFL, PRONA
 Secretário(a): Vanderlúcia Bezerra da Silva
 Local: Anexo II - Sala T- 59
 Telefones: 3216-6432
 FAX: 3216-6440

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
 1º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL)
 2º Vice-Presidente: Jorge Bittar (PT)
 3º Vice-Presidente: Wladimir Costa (PMDB)

Titulares**PT****Suplentes**

Durval Orlato <small>vaga do PDT</small>	Angela Guadagnin	Telefones: 3216-6452 A 6458
Jorge Bittar	Fernando Ferro	FAX: 3216-6465
Mariângela Duarte	Guilherme Menezes	
Walter Pinheiro	Josias Gomes	COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
(Dep. do PP ocupa a vaga)	Vicentinho	Presidente: Sigmaringa Seixas (PT)
(Dep. do PL ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1º Vice-Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		2º Vice-Presidente: Osmar Serraglio (PMDB)
		3º Vice-Presidente: Mendonça Prado (PFL)
	PMDB	Titulares
Adelor Vieira <small>vaga do PDT</small>	Eduardo Cunha	PT
Aníbal Gomes	Henrique Eduardo Alves	Antonio Carlos Biscaia
Eunício Oliveira	João Magalhães	João Paulo Cunha
Gilberto Nascimento	Takayama	José Eduardo Cardozo
Jader Barbalho	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Luiz Couto
Nelson Bornier	1 vaga	Maurício Rands
Pedro Irujo <small>vaga do PT</small>		Nelson Pellegrino
Wladimir Costa		Odair Cunha
	Bloco PFL, PRONA	Ricardo Berzoini
Almir Moura <small>vaga do PTB</small>	Arolde de Oliveira (Licenciado)	Rubens Otoni
Corauci Sobrinho	César Bandeira <small>vaga do PMDB</small>	Sigmaringa Seixas
Davi Alcolumbre	Eduardo Sciarra	
Fábio Souto	Murilo Zauith	PMDB
José Mendonça Bezerra	Robson Tuma	Cezar Schirmer
José Rocha <small>vaga do PSC</small>	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Leonardo Picciani
Júlio Cesar <small>vaga do PTB</small>		Mendes Ribeiro Filho
Vic Pires Franco		Michel Temer
	PSDB	Nelson Trad
Alberto Goldman	Lobbe Neto	Osmar Serraglio
Gustavo Fruet	Manoel Salviano	Paulo Lima
Julio Semeghini	Professora Raquel Teixeira	Wilson Santiago
Narcio Rodrigues	Zenaldo Coutinho	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
	PP	1 vaga
João Batista	Antonio Cruz	Bloco PFL, PRONA
Lino Rossi <small>vaga do PT</small>	Francisco Garcia	André de Paula <small>vaga do PP</small>
Marcos Abramo	Romel Anizio	Antonio Carlos Magalhães Neto
Ricardo Barros	Vanderlei Assis	Edmar Moreira
Sandes Júnior		Ivan Ranzolin <small>vaga do PSC</small>
	PTB	Luiz Carlos Santos
Silas Câmara	Aron Bezerra	Mendonça Prado
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Iris Simões	Ney Lopes
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Philemon Rodrigues	Paulo Magalhães
	PL	Roberto Magalhães
Badu Picanço	Almeida de Jesus	Robson Tuma
Carlos Nader	Amauri Gasques	Vilmar Rocha <small>vaga do PSOL</small>
Maurício Rabelo <small>vaga do PT</small>	Remi Trinta	
Raimundo Santos		PSDB
	PSB	Antonio Carlos Pannunzio
Luiza Erundina	Ariosto Holanda	Bonifácio de Andrada
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Mário Assad Júnior	Carlos Sampaio
	Salvador Zimbaldi <small>vaga do PT</small>	Custódio Mattos
	PDT	Helenildo Ribeiro
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Ademir Camilo	Léo Alcântara
(Dep. do PT ocupa a vaga)	Luiz Piauhyllino	
	PPS	PP
Nelson Proença	Raul Jungmann	Agnaldo Muniz
	PC do B	Celso Russomanno
Renildo Calheiros	Jandira Feghali	Herculano Anghinetti
	PV	José Otávio Germano
Jovino Cândido	Leonardo Mattos	Marcos Abramo
	PSOL	Sandes Júnior
Orlando Fantazzini	Ivan Valente	
	PSC	PTB
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Zequinha Marinho	Edna Macedo
	S.PART.	Jefferson Campos
João Mendes de Jesus <small>vaga do PSB</small>	Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	João Lyra
Secretário(a): Myriam Gonçalves Teixeira de Oliveira		Paes Landim
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala 49		Vicente Cascione
		PL
		Almeida de Jesus
		Humberto Michiles
		Neucimar Fraga
		Sandro Mabel <small>vaga do PP</small>
		Coronel Alves
		Giacobo
		Jaime Martins
		José Carlos Araújo

1 vaga					
Alexandre Cardoso	PSB	João Paulo Gomes da Silva			
Renato Casagrande		Marcondes Gadelha			
Sandra Rosado		Pastor Francisco Olímpio			
Luiz Piauhyllino <small>vaga do PMDB</small>	PDT	João Fontes			
Sérgio Miranda		Severiano Alves			
Wagner Lago					
Colbert Martins	PPS	Dr. Francisco Gonçalves			
Roberto Freire		Fernando Coruja			
Jamil Murad	PC do B	Alice Portugal			
Marcelo Ortiz	PV	Sarney Filho			
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PSOL	Chico Alencar			
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PSC	Pastor Amarildo			
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PRB	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)			
José Divino <small>vaga do PRB</small>	S.PART.	Vieira Reis <small>vaga do PRB</small>			
Secretário(a): Rejane Saete Marques					
Local: Anexo II, Térreo, Ala , sala 21					
Telefones: 3216-6494					
FAX: 3216-6499					
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR					
Presidente: Iris Simões (PTB)					
1º Vice-Presidente: Jonival Lucas Junior (PTB)					
2º Vice-Presidente: Júlio Delgado (PSB)					
3º Vice-Presidente: Gervásio Oliveira (PMDB)					
Titulares			Suplentes		
Ana Guerra	PT	João Grandão			
Selma Schons		Maria do Carmo Lara			
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Simplicio Mário			
1 vaga		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)			
Chicão Brígido	PMDB	Edinho Bez <small>vaga do PT</small>			
Gervásio Oliveira		Leandro Vilela <small>vaga do PPS</small>			
Luiz Bittencourt <small>vaga do PT</small>		Max Rosenmann			
Pastor Pedro Ribeiro		Paulo Lima			
		Wladimir Costa			
Bloco PFL, PRONA					
Marcelo Guimarães Filho		Fernando de Fabinho			
Robério Nunes		Kátia Abreu			
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Mussa Demes			
Carlos Sampaio	PSDB	Vicente Arruda			
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Yeda Crusius			
Antonio Cruz	PP	Julio Lopes			
Celso Russomanno		(Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Zé Lima <small>vaga do PL</small>					
Fleury <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	PTB	Alex Canziani			
Iris Simões		Paes Landim <small>vaga do PL</small>			
Jonival Lucas Junior		Ricardo Izar			
Osmânio Pereira <small>vaga do PSDB</small>		Sandro Matos <small>vaga do PP</small>			
José Carlos Araújo	PL	Reinaldo Betão			
(Dep. do PP ocupa a vaga)		(Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Júlio Delgado	PSB	Givaldo Carimbão			
Renato Cozzolino	PDT	Enio Bacci			
Dimas Ramalho	PPS	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)			
Secretário(a): Lilian de Cássia Albuquerque Santos					
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 152					
Telefones: 3216-6920 A 6922					
FAX: 3216-6925					
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO					
Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)					
1º Vice-Presidente: Júlio Redecker (PSDB)					
2º Vice-Presidente: Fernando de Fabinho (PFL)					
3º Vice-Presidente: Nelson Marquzezelli (PTB)					
Titulares			Suplentes		
Jorge Boeira	PT	Jorge Bittar			
Reginaldo Lopes		Luiz Alberto			
1 vaga		Rubens Otoni			
Bernardo Ariston	PMDB	Carlos Eduardo Cadoca			
Edson Ezequiel		Lupércio Ramos			
Paulo Afonso		(Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Bloco PFL, PRONA					
Fernando de Fabinho		Davi Alcolumbre			
Joaquim Francisco		Gerson Gabrielli			
Joel de Hollanda <small>vaga do PTC</small>					
Ana Alencar <small>vaga do PDT</small>	PSDB	Gonzaga Mota			
Anivaldo Vale		Yeda Crusius			
Júlio Redecker					
Léo Alcântara <small>vaga do PP</small>					
Ronaldo Dimas (Licenciado) <small>vaga do PSB</small>	PP	Dr. Benedito Dias			
Ideu Araujo		Vadão Gomes			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PTB	Armando Monteiro			
Nelson Marquzezelli		Romeu Queiroz <small>vaga do PMDB</small>			
1 vaga	PL	Reinaldo Betão <small>vaga do PSB</small>			
		Sandro Mabel			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PSB	(Dep. do PL ocupa a vaga)			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PDT	André Figueiredo			
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PTC				
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)					1 vaga
Secretário(a): Aparecida de Moura Andrade					
Local: Anexo II, Térreo, Ala A, sala T33					
Telefones: 3216-6601 A 6609					
FAX: 3216-6610					
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO					
Presidente: João Leão (PP)					
1º Vice-Presidente: Romel Anizio (PP)					
2º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB)					
3º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)					
Titulares			Suplentes		
Maria do Carmo Lara	PT	João Magno			
Zezeu Ribeiro		Roberto Gouveia			
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Vitorassi			

<p>PMDB</p> <p>Marinha Raupp (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga)</p> <p>Laura Carneiro Murilo Zauith (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)</p> <p>Custódio Mattos Walter Feldman</p> <p>Benedito de Lira <small>vaga do PMDB</small> João Leão <small>vaga do PT</small> João Tota <small>vaga do PL</small> Julio Lopes Romel Anizio</p> <p>Jackson Barreto José Chaves Pedro Fernandes <small>vaga do PMDB</small></p> <p>(Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Barbosa Neto</p> <p>1 vaga</p> <p>Inácio Arruda <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>Secretário(a): Romulo de Sousa Mesquita Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala C, Sala 188 Telefones: 3216-6551/ 6554 FAX: 3216-6560</p> <p>COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS Presidente: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT) 1º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Reinaldo Betão (PL)</p> <p>Titulares</p> <p>Iriny Lopes <small>vaga do PMDB</small> Luci Choinacki Luiz Alberto Luiz Eduardo Greenhalgh</p> <p>(Dep. do PT ocupa a vaga) 2 vagas</p> <p>2 vagas</p> <p>Átila Lira (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p>Nilton Baiano 1 vaga</p>	<p>Rose de Freitas Zé Gerardo (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>Bloco PFL, PRONA (Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p> <p>1 vaga</p> <p>PSDB Domiciano Cabral Gustavo Fruet</p> <p>PP João Pizzolatti Márcio Reinaldo Moreira Nelson Meurer <small>vaga do PTB</small></p> <p>PTB Pastor Frankembergen (Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>PL Chico da Princesa Paulo Gouvêa <small>vaga do PMDB</small> Wellington Roberto <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>PSB (Dep. do PDT ocupa a vaga)</p> <p>PDT Ademir Camilo <small>vaga do PSB</small> Wagner Lago</p> <p>PCdoB</p> <p>PSC Costa Ferreira <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>Suplentes Adão Pretto Ana Guerra Luiz Couto Maria do Rosário <small>vaga do PP</small> Nelson Pellegrino <small>vaga do PDT</small></p> <p>PMDB Hermes Parcianello Nelson Trad (Dep. do PPS ocupa a vaga)</p> <p>Bloco PFL, PRONA Elimar Máximo Damasceno Jairo Carneiro <small>vaga do PP</small> (Dep. do PCdoB ocupa a vaga)</p> <p>PSDB João Almeida (Dep. do PV ocupa a vaga)</p> <p>PP (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PT ocupa a vaga)</p> <p>PTB</p>	<p>Pastor Reinaldo</p> <p>Reinaldo Betão</p> <p>Paulo Baltazar</p> <p>Neiva Moreira (Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>(Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p> <p>PL Vicente Cascione</p> <p>PSB Heleno Silva</p> <p>(Dep. do PCdoB ocupa a vaga)</p> <p>PDT (Dep. do PT ocupa a vaga)</p> <p>PSC (Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p> <p>PRB (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p> <p>PPS Geraldo Thadeu <small>vaga do PMDB</small></p> <p>PCdoB Daniel Almeida <small>vaga do PSB</small> Perpétua Almeida <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small></p> <p>PV Jovino Cândido <small>vaga do PSDB</small></p> <p>PSOL Orlando Fantazzini <small>vaga do PSC</small></p> <p>S.PART. José Divino <small>vaga do PRB</small></p> <p>Vieira Reis <small>vaga do PRB</small> Secretário(a): Márcio Marques de Araújo Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 185 Telefones: 3216-6575 FAX: 3216-6580</p> <p>COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Presidente: Neyde Aparecida (PT) 1º Vice-Presidente: Fátima Bezerra (PT) 2º Vice-Presidente: César Bandeira (PFL) 3º Vice-Presidente: Osvaldo Biolchi (PMDB)</p> <p>Titulares</p> <p>Antônio Carlos Biffi <small>vaga do PL</small> Carlos Abicalil Colombo Fátima Bezerra <small>vaga do PMDB</small> Iara Bernardi <small>vaga do PL</small> Maria do Rosário Neyde Aparecida Paulo Delgado <small>vaga do PTB</small> Paulo Rubem Santiago Professor Luizinho</p> <p>Suplentes Assis Miguel do Couto Gilmar Machado Henrique Afonso Nazareno Fonteles Walter Pinheiro</p> <p>PMDB Gastão Vieira João Matos Osvaldo Biolchi (Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PDT ocupa a vaga)</p> <p>Bloco PFL, PRONA Celcita Pinheiro César Bandeira Dr. Pinotti Nice Lobão</p> <p>PSDB Bonifácio de Andrada <small>vaga do PP</small> Lobbe Neto Nilson Pinto Professora Raquel Teixeira Ricardo Santos <small>vaga do PP</small></p> <p>PP (Dep. do PSDB ocupa a vaga) (Dep. do PT ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)</p> <p>PTB Eduardo Seabra</p> <p>Osmar Serraglio Osmar Terra Paulo Lima Saraiva Felipe 1 vaga</p> <p>Corauci Sobrinho Joel de Hollanda Ney Lopes Osvaldo Coelho <small>vaga do PPS</small> Paulo Magalhães</p> <p>Átila Lira Itamar Serpa Rafael Guerra</p> <p>José Linhares Professor Irapuan Teixeira (Dep. do PSC ocupa a vaga)</p> <p>Fernando Gonçalves</p>
---	--	--

<p>PDT (Dep. do PMDB ocupa a vaga) Maurício Quintella Lessa ^{vaga do PTB}</p>	<p>Renato Cozzolino</p>	<p>Gervásio Silva Jorge Khoury ^{vaga do PDT} Luiz Carreira (Dep. do PV ocupa a vaga)</p>	<p>José Carlos Aleluia ^{vaga do PSC} (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 2 vagas</p>
<p>PPS Juíza Denise Frossard Secretário(a): Maria Linda Magalhães Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 161 Telefones: 3216-6671 A 6675 FAX: 3216-6676</p>	<p>1 vaga</p>	<p>PSDB Antonio Carlos Mendes Thame Hamilton Casara</p>	<p>Affonso Camargo Xico Graziano</p>
<p>COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Presidente: Geraldo Thadeu (PPS) 1º Vice-Presidente: Fernando Estima (S.PART.) 2º Vice-Presidente: Paulo Gouvêa (PL) 3º Vice-Presidente: Pastor Reinaldo (PTB)</p>	<p>Titulares</p>	<p>Suplentes</p>	<p>PP (Dep. do PV ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)</p>
<p>PT Ana Guerra Carlos Abicalil Leonardo Monteiro ^{vaga do PDT} Selma Schons</p>	<p>César Medeiros Fátima Bezerra Fernando Ferro Ivo José ^{vaga do PTB} Vadinho Baião ^{vaga do PPS}</p>	<p>PTB Neuton Lima Sandro Matos ^{vaga do PMDB}</p>	<p>João Lyra</p>
<p>PMDB Almerinda de Carvalho Fernando Diniz Olavo Calheiros</p>	<p>3 vagas</p>	<p>PL Jorge Pinheiro Oliveira Filho ^{vaga do PP}</p>	<p>Badu Picanço ^{vaga do PMDB} Luciano Castro</p>
<p>Bloco PFL, PRONA Mendonça Prado 1 vaga</p>	<p>2 vagas</p>	<p>PSB Givaldo Carimbão</p>	<p>Jorge Gomes</p>
<p>PSDB Antonio Joaquim 1 vaga</p>	<p>2 vagas</p>	<p>PDT (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p>	<p>(Dep. do PTC ocupa a vaga)</p>
<p>PP Enivaldo Ribeiro 1 vaga</p>	<p>2 vagas</p>	<p>PSC (Dep. do PSOL ocupa a vaga)</p>	<p>(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)</p>
<p>PTB Pastor Reinaldo (Dep. S.PART. ocupa a vaga)</p>	<p>Arnaldo Faria de Sá (Dep. do PT ocupa a vaga)</p>	<p>PV Edson Duarte ^{vaga do PP} Sarney Filho ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}</p>	<p>Fernando Gabeira ^{vaga do PP}</p>
<p>PL Paulo Gouvêa</p>	<p>Jaime Martins</p>	<p>PSOL Babá ^{vaga do PSC}</p>	<p>João Alfredo ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}</p>
<p>PSB Luíza Erundina</p>	<p>1 vaga</p>	<p>PTC</p>	<p>Carlos Willian ^{vaga do PDT}</p>
<p>PDT (Dep. do PT ocupa a vaga)</p>	<p>Neiva Moreira</p>	<p>Secretário(a): Aurenilton Araruna de Almeida Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala C, sala 150 Telefones: 3216-6521 A 6526 FAX: 3216-6535</p>	<p>COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA Presidente: Carlos Alberto Leréia (PSDB) 1º Vice-Presidente: Ronaldo Cezar Coelho (PSDB) 2º Vice-Presidente: Marcelo Castro (PMDB) 3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PP)</p>
<p>PPS Geraldo Thadeu (Dep. do PT ocupa a vaga)</p>	<p>(Dep. do PT ocupa a vaga)</p>	<p>Titulares</p>	<p>Suplentes</p>
<p>S.PART. Fernando Estima ^{vaga do PTB} Secretário(a): Miriam Cristina Gonçalves Quintas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Ala A, salas 121/122 Telefones: 3216-6692 / 6693 FAX: 3216-6700</p>	<p>PT César Medeiros Leonardo Monteiro Luciano Zica</p>	<p>PT Eduardo Valverde Fernando Ferro Hélio Esteves Mauro Passos Terezinha Fernandes</p>	<p>Ivo José João Magno Luiz Bassuma Walter Pinheiro Zé Geraldo</p>
<p>COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Presidente: Luiz Carreira (PFL) 1º Vice-Presidente: Gervásio Silva (PFL) 2º Vice-Presidente: Neuton Lima (PTB) 3º Vice-Presidente: Jorge Pinheiro (PL)</p>	<p>Titulares</p>	<p>PMDB Marcelo Castro Rose de Freitas Takayama 2 vagas</p>	<p>Delfim Netto Edinho Bez Marcello Siqueira Marinha Raupp Mauro Lopes</p>
<p>PT César Medeiros Leonardo Monteiro Luciano Zica</p>	<p>Henrique Afonso Luiz Alberto Mauro Passos</p>	<p>Bloco PFL, PRONA Betinho Rosado Gerson Gabrielli (Dep. do PSC ocupa a vaga) 1 vaga</p>	<p>Aroldo Cedraz Carlos Batata Gervásio Silva José Carlos Aleluia</p>
<p>PMDB (Dep. do PTB ocupa a vaga) 2 vagas</p>	<p>Albérico Filho Max Rosenmann (Dep. do PL ocupa a vaga)</p>	<p>PSDB Carlos Alberto Leréia Helenildo Ribeiro ^{vaga do PP} Nícias Ribeiro ^{vaga do PDT} Paulo Feijó Ronaldo Cezar Coelho</p>	<p>João Almeida Paulo Bauer Ronaldo Dimas (Licenciado)</p>
<p>Bloco PFL, PRONA</p>	<p></p>	<p>PP João Pizzolatti Nelson Meurer (Dep. do PSDB ocupa a vaga)</p>	<p>Francisco Appio Romel Anízio Sandes Júnior</p>
<p></p>	<p></p>	<p>PTB</p>	<p></p>

Marcus Vicente Tatico		Pastor Reinaldo	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Medeiros
	PL	1 vaga		
José Santana de Vasconcellos		Aracely de Paula	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
1 vaga		Miguel de Souza		
B. Sá	PSB	Edinho Montemor	Eduardo Campos <small>vaga do PMDB</small>	Alexandre Cardoso
Salvador Zimbaldi		Josias Quintal	João Paulo Gomes da Silva	Júlio Delgado
	PDT		Marcondes Gadelha	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		André Costa		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	PPS		Alceu Collares	
Airton Roveda		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	André Costa <small>vaga do PMDB</small>	
	PC do B		João Herrmann Neto <small>vaga do PMDB</small>	
Evandro Milhomen		Inácio Arruda		Rogério Teófilo
	PSOL		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		(Dep. do PSC ocupa a vaga)	Socorro Gomes	Renildo Calheiros
	PSC		Fernando Gabeira	Vittorio Mediolì
Dr. Heleno <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Deley <small>vaga do PSOL</small>	Maninha <small>vaga do PP</small>	Babá <small>vaga do PDT</small>
Pastor Amarildo <small>vaga do PSOL</small>	S.PART.	Fernando Estima <small>vaga do PPS</small>		
			S.PART.	
Secretário(a): Damaci Pires de Miranda			Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	
Local: Anexo II, Térreo, Ala C, sala 56			Secretário(a): Fernando Luiz Cunha Rocha	
Telefones: 3216-6711 / 6713			Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 125	
FAX: 3216-6720			Telefones: 3216-6739 / 6738 / 6737	
			FAX: 3216-6745	
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	
Presidente: Alceu Collares (PDT)			Presidente: José Militão (PTB)	
1º Vice-Presidente: André Costa (PDT)			1º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PTB)	
2º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB)			2º Vice-Presidente: José Otávio Germano (PP)	
3º Vice-Presidente: Marcos de Jesus (S.PART.)			3º Vice-Presidente: Ademir Camilo (PDT)	
Titulares		Suplentes	Titulares	
	PT			PT
João Magno		Carlito Meres <small>vaga do PTB</small>	Antonio Carlos Biscaia	Assis Miguel do Couto
Luiz Sérgio		Dr. Rosinha	José Eduardo Cardozo	Colombo
Nilson Mourão		Leonardo Monteiro	Paulo Pimenta	Hélio Esteves
Paulo Pimenta		Mariângela Duarte		
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Paulo Delgado	PMDB	
	PMDB	Zico Bronzeado	Cabo Júlio	Gilberto Nascimento
			(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Mendes Ribeiro Filho
André Zacharow		Edson Ezequiel	1 vaga	1 vaga
Átila Lins		João Matos		Bloco PFL, PRONA
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Moreira Franco	Alberto Fraga	Edmar Moreira
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Moroni Torgan	Laura Carneiro
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		1 vaga		Roberto Magalhães <small>vaga do PPS</small>
	Bloco PFL, PRONA			PSDB
Aroldo Cedraz		André de Paula	João Campos	Bosco Costa
Carlos Melles <small>vaga do PL</small>		Antonio Carlos Magalhães Neto	(Dep. do PP ocupa a vaga)	Zulaiê Cobra
Claudio Cajado		Jairo Carneiro		
Francisco Rodrigues		Roberto Brant	José Otávio Germano	Jair Bolsonaro
Salatiel Carvalho <small>vaga do PPS</small>		Vilmar Rocha <small>vaga do PL</small>	Professor Irapuan Teixeira <small>vaga do PSDB</small>	Reginaldo Germano
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Zelinda Novaes <small>vaga do PMDB</small>	(Dep. do PL ocupa a vaga)	
	PSDB			
Antonio Carlos Pannunzio		Alberto Goldman	Arnaldo Faria de Sá	Fleury
Itamar Serpa		Luiz Carlos Haully	Ary Kara <small>vaga do PMDB</small>	Pastor Frankembergen <small>vaga do PDT</small>
João Castelo		Zulaiê Cobra	José Militão	Pastor Reinaldo
Sebastião Madeira <small>vaga do PL</small>				
	PP		Coronel Alves <small>vaga do PP</small>	Neucimar Fraga
Feu Rosa		Francisco Dornelles	Lincoln Portela	
Reginaldo Germano		Francisco Turra		PSB
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		Jair Bolsonaro	Josias Quintal	Gonzaga Patriota
	PTB		Ademir Camilo	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Alceste Almeida		José Chaves		
Arnon Bezerra		(Dep. do PT ocupa a vaga)	Raul Jungmann	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Pastor Frankembergen <small>vaga do PT</small>				
	PL		Secretário(a): Kátia da Consolação dos Santos Viana	

Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 166-C
 Telefones: 3216-6761 / 6762
 FAX: 3216-6770

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Simão Sessim (PP)
 1º Vice-Presidente: Vanderlei Assis (PP)
 2º Vice-Presidente: Nazareno Fonteles (PT)
 3º Vice-Presidente: Dr. Benedito Dias (PP)

Titulares		Suplentes
	PT	
Angela Guadagnin		Durval Orlato
Dr. Rosinha		Orlando Desconsi
Guilherme Menezes		Selma Schons
Luiz Bassuma <small>vaga do PTB</small>		Tarcísio Zimmermann
Nazareno Fonteles		Telma de Souza
Roberto Gouveia		
	PMDB	
Almerinda de Carvalho		Benjamin Maranhão
Jorge Alberto		Chicão Brígido
Osmar Terra		Darcísio Perondi
Saraiva Felipe		Lúcia Braga
Teté Bezerra		Silas Brasileiro <small>vaga do PL</small>
		Waldemir Moka
	Bloco PFL, PRONA	
Elimar Máximo Damasceno		Celcita Pinheiro
Zelinda Novaes		Fernando de Fabinho
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Nice Lobão
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Ronaldo Caiado
	PSDB	
Eduardo Barbosa		Ana Alencar
Rafael Guerra		Antonio Joaquim <small>vaga do PV</small>
Raimundo Gomes de Matos		Eduardo Paes
Thelma de Oliveira		Leonardo Vilela
		Walter Barelli
	PP	
Dr. Benedito Dias		Feu Rosa
José Linhares <small>vaga do PSOL</small>		João Batista
Simão Sessim		Nilton Baiano
Suely Campos <small>vaga do PV</small>		
Vanderlei Assis		
	PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Edir Oliveira
Fernando Gonçalves		Kelly Moraes
(Dep. do PT ocupa a vaga)		Osmânio Pereira
	PL	
Amauri Gasques		Lincoln Portela
Reinaldo Gripp		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Remi Trinta <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
	PSB	
Dr. Ribamar Alves		Iberê Ferreira
Jorge Gomes		Luiza Erundina
	PDT	
Manato		Mário Heringer
	PPS	
Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Colbert Martins
Geraldo Resende		
	PC do B	
Jandira Feghali		Jamil Murad
	PV	
(Dep. do PP ocupa a vaga)		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
	PSOL	
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Maninha
Secretário(a): Gardene Aguiar		
Local: Anexo II, Pav. Superior, Ala A, sala 145		
Telefones: 3216-6787 / 6781 A 6786		
FAX: 3216-6790		

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Presidente: Aracely de Paula (PL)
 1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)
 2º Vice-Presidente: Osvaldo Reis (PMDB)
 3º Vice-Presidente: Vicentinho (PT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Dra. Clair		Carlos Santana
Marco Maia		Luiz Sérgio
Tarcísio Zimmermann		Maurício Rands
Vicentinho		Professor Luizinho
	PMDB	
Henrique Eduardo Alves		Ann Pontes
Lúcia Braga		Leonardo Picciani
Moraes Souza		Osvaldo Biolchi
Osvaldo Reis		2 vagas
(Dep. do PL ocupa a vaga)		
	Bloco PFL, PRONA	
José Carlos Aleluia		Dr. Pinotti
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		Joaquim Francisco
(Dep. do PC do B ocupa a vaga)		Laura Carneiro
	PSDB	
Walter Barelli		Carlos Alberto Leréia
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		Eduardo Barbosa
(Dep. do PL ocupa a vaga)		Narcio Rodrigues
	PP	
Érico Ribeiro		Benedito de Lira
Pedro Henry		Sandes Júnior
	PTB	
Edir Oliveira <small>vaga do PSDB</small>		Arnaldo Faria de Sá
Enio Tatico		Ricarte de Freitas
Jovair Arantes		
	PL	
Aracely de Paula		Sandro Mabel
Coronel Alves		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Luciano Castro <small>vaga do PMDB</small>		
Medeiros <small>vaga do PSDB</small>		
	PSB	
Pastor Francisco Olímpio		Carlos Mota <small>vaga do PPS</small>
		Isaias Silvestre <small>vaga do PL</small>
		Maria Helena
	PDT	
João Fontes		Pompeo de Mattos
	PPS	
Cláudio Magrão		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga
Vanessa Grazziotin <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
	PSOL	
Luciana Genro <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
Secretário(a): Anamélia Ribeiro Correia de Araújo		
Local: Anexo II, Sala T 50		
Telefones: 3216-6805 / 6806 / 6807		
FAX: 3216-6815		
	COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO	
Presidente: Asdrubal Bentes (PMDB)		
1º Vice-Presidente: Hermes Parcianelo (PMDB)		
2º Vice-Presidente: Ricarte de Freitas (PTB)		
3º Vice-Presidente: Marcelo Teixeira (PSDB)		
	Titulares	Suplentes
	PT	
Gilmar Machado		César Medeiros
Ivo José		José Eduardo Cardozo
Vadinho Baião		Simplicio Mário
	PMDB	

Asdrubal Bentes Benjamin Maranhão Carlos Eduardo Cadoca Hermes Parcianelo	vaga do PP	Bernardo Ariston Moacir Micheletto Pastor Pedro Ribeiro	vaga do PL	Francisco Appio Leodegar Tiscoski Mário Negromonte	Dilceu Sperafico João Tota Nilton Baiano (Dep. do PL ocupa a vaga)
Bloco PFL, PRONA		José Mendonça Bezerra José Rocha Marcelo Guimarães Filho		PTB	Carlos Dunga Pedro Fernandes Romeu Queiroz Silas Câmara
(Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSC ocupa a vaga) (Dep. do PTB ocupa a vaga)					
PSDB		Antonio Cambraia 1 vaga		PL	Jorge Pinheiro José Santana de Vasconcellos Oliveira Filho Reinaldo Gripp
Bismarck Maia Marcelo Teixeira					
PP		Ildeu Araujo João Tota			
Herculano Anghinetti (Dep. do PMDB ocupa a vaga)					
PTB		Edna Macedo Jovair Arantes Marcus Vicente		PSB	(Dep. do PPS ocupa a vaga) 1 vaga
Alex Canziani Josué Bengtson Kelly Moraes Ricarte de Freitas 1 vaga	vaga do Bloco PFL, PRONA vaga do PL vaga do Bloco PFL, PRONA				
PL		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		PDT	1 vaga
(Dep. do PTB ocupa a vaga)					
PSB		Dr. Ribamar Alves		PPS	Cezar Silvestri Juíza Denise Frossard
Edinho Montemor					
PDT		(Dep. do PTB ocupa a vaga)		PC do B	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
André Figueiredo					
PPS		Roberto Freire		PSC	Milton Barbosa
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)					
PSC					
Deley	vaga do Bloco PFL, PRONA				
S.PART.					
Fernando Estima Secretário(a): Iracema Marques Local: Anexo II, Ala A, Sala 5, Térreo Telefones: 3216-6831 / 6832 / 6833 FAX: 3216-6835	vaga do PPS				
COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES					
Presidente: Mauro Lopes (PMDB)					
1º Vice-Presidente: Lupércio Ramos (PMDB)					
2º Vice-Presidente: Giacobbo (PL)					
3º Vice-Presidente: Gonzaga Patriota (PSB)					
Titulares		Suplentes			
Carlos Santana Devanir Ribeiro Telma de Souza Vitorassi (Dep. do PL ocupa a vaga)	PT	Hélio Esteves Marco Maia Vadinho Baião Virgílio Guimarães Zezéu Ribeiro			
PMDB		Alexandre Santos Átila Lins Nelson Bornier Osvaldo Reis (Dep. do PTB ocupa a vaga)			
Edinho Bez Eliseu Padilha Jair de Oliveira José Priante Lupércio Ramos Marcelo Siqueira Mauro Lopes Pedro Chaves	vaga do PDT vaga do PC do B vaga do PSC				
Bloco PFL, PRONA		Francisco Rodrigues Robério Nunes (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)			
Eliseu Resende Lael Varella (Dep. do PL ocupa a vaga) (Dep. do PL ocupa a vaga)					
PSDB		Marcelo Teixeira Narcio Rodrigues Paulo Feijó			
Affonso Camargo Domiciano Cabral (Dep. do PSB ocupa a vaga)					
PP					
COMISSÕES TEMPORÁRIAS					
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A "ACOMPANHAR AS NEGOCIAÇÕES DA ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS".					
Presidente:					
1º Vice-Presidente: Edson Ezequiel (PMDB)					
2º Vice-Presidente: Alberto Goldman (PSDB)					
3º Vice-Presidente: Francisco Garcia (PP)					
Relator: Maninha (PSOL)					
Titulares		Suplentes			
José Pimentel Paulo Delgado Rubens Otoni Tarcísio Zimmermann (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 1 vaga	PT	Dra. Clair Henrique Fontana Luci Choinacki Paulo Pimenta (Dep. do PSOL ocupa a vaga) 1 vaga			
PFL		Robério Nunes (Dep. do PTB ocupa a vaga) 3 vagas			
Fábio Souto Ney Lopes Pauderney Avelino Ronaldo Caiado (Dep. do PP ocupa a vaga)					
PMDB		Bernardo Ariston Moacir Micheletto 2 vagas			
Cezar Schirmer Edson Ezequiel Max Rosenmann Silas Brasileiro					
PSDB		Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Luiz Carlos Haully Nilson Pinto 1 vaga			
Alberto Goldman Antonio Carlos Mendes Thame Antonio Carlos Pannunzio Yeda Crusius					
PP					

Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Rafael Guerra Vicente Arruda	Bonifácio de Andrada Bosco Costa Zenaldo Coutinho	1 vaga		
	PP		PP	Nilton Baiano Zé Lima 1 vaga
Enivaldo Ribeiro Romel Anizio 1 vaga	Leodegar Tiscoski Mário Negromonte 1 vaga		PTB	
Jefferson Campos ^{vaga do PMDB} Vicente Cascione (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Arnaldo Faria de Sá Fleury	Eduardo Seabra Jefferson Campos ^{vaga do PMDB} 1 vaga	PTB	Philemon Rodrigues 1 vaga
Lincoln Portela (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Carlos Nader ^{vaga do PFL} Oliveira Filho 1 vaga	Luciano Castro 1 vaga	PL	Medeiros Wellington Fagundes
João Paulo Gomes da Silva ^{vaga do PL} Pastor Francisco Olímpio 1 vaga		Gonzaga Patriota Pastor Francisco Olímpio (Dep. do PP ocupa a vaga)	PSB	2 vagas
Raul Jungmann	Colbert Martins (Dep. do PFL ocupa a vaga)	Alceu Collares	PPS	Geraldo Thadeu
Manato		Alice Portugal	PDT	Pompeo de Mattos
Renildo Calheiros 1 vaga		Jovino Cândido Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207 / 6232 FAX: 216-6225	PC do B	1 vaga
Jovino Cândido	Marcelo Ortiz		PV	Marcelo Ortiz
Chico Alencar ^{vaga do PT} Secretário(a): Ana Lucia R. Marques Local: Anexo II Pavimento Superior s/170-A Telefones: 261-6214/6232 FAX: 216-6225			PSOL	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 54-A, DE 1999, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (DISPONDO QUE O PESSOAL EM EXERCÍCIO QUE NÃO TENHA SIDO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO, ESTÁVEL OU NÃO, PASSA A INTEGRAR QUADRO TEMPORÁRIO EM EXTINÇÃO À MEDIDA QUE VAGAREM OS CARGOS OU EMPREGOS RESPECTIVOS).				
Presidente: Laura Carneiro (PFL) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB)				
	Titulares		Suplentes	
Carlos Abicalil Fátima Bezerra Jorge Boeira Odair Cunha Tarcísio Zimmermann 1 vaga	PT			Hélio Esteves Zico Bronzeado 4 vagas
Laura Carneiro Ney Lopes (Dep. do PP ocupa a vaga) 2 vagas	PFL	Antonio Carlos Magalhães Neto José Roberto Arruda 3 vagas		
Jorge Alberto Leonardo Picciani (Dep. do PTB ocupa a vaga) 1 vaga	PMDB	Adeloro Vieira 3 vagas		
Eduardo Barbosa Hamilton Casara Helenildo Ribeiro	PSDB	Itamar Serpa Zenaldo Coutinho 2 vagas		
			PMDB	Darcísio Perondi João Matos Lupércio Ramos ^{vaga do PPS} Moacir Micheletto Nelson Trad 1 vaga
			Bloco PFL, PRONA	Edmar Moreira ^{vaga do Bloco PL, PSL} Ronaldo Caiado 3 vagas
			PP	José Janene Mário Negromonte 1 vaga
			PSDB	Helenildo Ribeiro

Thame		Manoel Salviano	Carlos Sampaio	Bonifácio de Andrada
Júlio Redecker		Nicias Ribeiro	Nicias Ribeiro	Helenildo Ribeiro
Thelma de Oliveira	PTB		Vicente Arruda	Zenaldo Coutinho
			(Dep. do PPS ocupa a vaga)	1 vaga
Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small>		Iris Simões		PP
Nelson Marquezelli		Silas Câmara	Cleonânncio Fonseca	Antonio Cruz <small>vaga do PTB</small>
Ricarte de Freitas		1 vaga	Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>	3 vagas
1 vaga			Dilceu Sperafico	
	Bloco PL, PSL		1 vaga	
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)			PTB
2 vagas			Fleury	Paes Landim <small>vaga do PFL</small>
			Vicente Cascione	(Dep. do PP ocupa a vaga)
				1 vaga
	PPS			PL
Colbert Martins	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		(Dep. do PFL ocupa a vaga)	José Santana de Vasconcellos
	PSB		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Raimundo Santos
Carlos Mota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		Barbosa Neto		PSB
(Dep. do PP ocupa a vaga)	João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small>	2 vagas
			(Dep. do PTC ocupa a vaga)	
	PDT		1 vaga	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Dr. Rodolfo Pereira		PPS
			Cezar Silvestri	Dimas Ramalho
	PC do B		Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>	
Jamil Murad		1 vaga		PDT
	PSC		Wagner Lago	Severiano Alves
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Zequinha Marinho		PC do B
	PV		Jamil Murad	1 vaga
(Dep. do PP ocupa a vaga)		1 vaga	Sarney Filho	Marcelo Ortiz
Secretário(a): Maria Terezinha Donati			João Alfredo <small>vaga do PT</small>	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A				PSOL
Telefones: 216.6215			Carlos Willian <small>vaga do PSB</small>	PTC
FAX: 216.6225				S.PART.
			José Divino <small>vaga do PMDB</small>	
			Secretário(a): Walbia Vânia de Farias Lora	
			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
			Telefones: 216-6205 / 6232	
			FAX: 216-6225	
				COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).
				Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)
				1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)
				2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)
				3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)
				Relator: Paes Landim (PTB)
				Titulares
				Suplentes
	PT			PT
Antonio Carlos Biscaia		Iriny Lopes	Arlindo Chinaglia	Devanir Ribeiro
Eduardo Valverde		5 vagas	José Pimentel	Fernando Ferro
José Eduardo Cardozo			Luiz Sérgio	Neyde Aparecida
Maurício Rands			Professor Luizinho	Nilson Mourão
Paulo Delgado			Rubens Otoni	2 vagas
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			1 vaga	
	PFL			PMDB
Edmar Moreira <small>vaga do PL</small>		Antonio Carlos Magalhães Neto	Fernando Diniz	Almerinda de Carvalho
José Roberto Arruda		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	Gastão Vieira	Aníbal Gomes
Luiz Carlos Santos		3 vagas	Jader Barbalho	Átila Lins <small>vaga do PPS</small>
Marcelo Guimarães Filho			Nelson Trad	Pastor Pedro Ribeiro
(Dep. do PP ocupa a vaga)			1 vaga	Wilson Santiago
1 vaga				Zé Gerardo
	PMDB			Bloco PFL, PRONA
Nelson Trad		Ann Pontes	Laura Carneiro	Ney Lopes
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Osmar Serraglio	Moroni Torgan	Rodrigo Maia
2 vagas		2 vagas		
	PSDB			

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 92-A, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 101 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DETERMINANDO QUE OS MEMBROS DO STF SERÃO ESCOLHIDOS DENTRE OS MEMBROS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE INTEGREM A CARREIRA DA MAGISTRATURA, MENORES DE SESSENTA E CINCO ANOS DE IDADE, INDICADOS EM LISTA TRÍPLICE PELO PRÓPRIO TRIBUNAL, COM NOMEAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL.

Presidente: Antonio Carlos Biscaia (PT)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: José Divino (S.PART.)

Titulares

Antonio Carlos Biscaia
Eduardo Valverde
José Eduardo Cardozo
Maurício Rands
Paulo Delgado
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

Suplentes

Iriny Lopes
5 vagas

Edmar Moreira vaga do PL
José Roberto Arruda
Luiz Carlos Santos
Marcelo Guimarães Filho
(Dep. do PP ocupa a vaga)
1 vaga

PMDB

Nelson Trad
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
2 vagas

PSDB

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101-A, DE 2003, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 4º DO ART. 57 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (AUTORIZANDO A REELEIÇÃO DOS MEMBROS DAS MESAS DIRETORAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL).

Presidente: Arlindo Chinaglia (PT)

1º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL)

2º Vice-Presidente: Jader Barbalho (PMDB)

3º Vice-Presidente: Luiz Sérgio (PT)

Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares

Arlindo Chinaglia
José Pimentel
Luiz Sérgio
Professor Luizinho
Rubens Otoni
1 vaga

Suplentes

Devanir Ribeiro
Fernando Ferro
Neyde Aparecida
Nilson Mourão
2 vagas

Fernando Diniz
Gastão Vieira
Jader Barbalho
Nelson Trad
1 vaga

PMDB

Almerinda de Carvalho
Aníbal Gomes
Átila Lins vaga do PPS
Pastor Pedro Ribeiro
Wilson Santiago
Zé Gerardo

Bloco PFL, PRONA

Laura Carneiro
Moroni Torgan

Ney Lopes
Rodrigo Maia

Robério Nunes Vic Pires Franco		2 vagas	Bosco Costa Sebastião Madeira Yeda Crusius		Antonio Carlos Pannunzio Zenaldo Coutinho 1 vaga
	PP			PP	
Benedito de Lira Leodegar Tiscoski Professor Irapuan Teixeira		Feu Rosa Romel Anizio 1 vaga	Benedito de Lira Leodegar Tiscoski (Dep. do PDT ocupa a vaga)		3 vagas
	PSDB			PTB	
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) Jutahy Junior Luiz Carlos Haulay		Bismarck Maia Bosco Costa Carlos Alberto Leréia	Arnaldo Faria de Sá Fleury 1 vaga		Paes Landim 2 vagas
	PTB			PL	
José Múcio Monteiro Paes Landim (Dep. do PSC ocupa a vaga)		Iris Simões Jovair Arantes 1 vaga	Almeida de Jesus Badu Picanço 1 vaga		(Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. S.PART. ocupa a vaga)
	Bloco PL, PSL			PPS	
Luciano Castro Sandro Mabel 1 vaga		Medeiros 2 vagas	Fernando Coruja		1 vaga
	PPS			PSB	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	1 vaga		Edinho Montemor ^{vaga do PL} 1 vaga
	PSB			PDT	
Jorge Gomes		1 vaga	Alceu Collares Wagner Lago ^{vaga do PP}		Ademir Camilo ^{vaga do PL} Luiz Piauhyllino
	PDT			PC do B	
Álvaro Dias João Herrmann Neto ^{vaga do PPS}		Mário Heringer	Perpétua Almeida		Jamil Murad
	PC do B			PV	
Daniel Almeida		Jamil Murad	Marcelo Ortiz		1 vaga
	PV			PSOL	
Sarney Filho		Jovino Cândido	Chico Alencar ^{vaga do PT}		
	PSC			S.PART.	
Pastor Amarildo ^{vaga do PTB}					João Mendes de Jesus ^{vaga do PL}
Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6207/6232 FAX: 216-6225			Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 216.6206 FAX: 216.6225		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 106-A, DE 1999, QUE "SUPRIME O § 7º DO ART. 14 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (SUPRIMINDO O DISPOSITIVO QUE TORNA INELEGÍVEL, NO TERRITÓRIO DE JURISDIÇÃO DO TITULAR, CÔNJUGE E OS PARENTES CONSANGÜÍNEOS OU AFINS, DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE GOVERNADOR E DE PREFEITO).			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 115-A, DE 1995, QUE "MODIFICA O PARÁGRAFO 4º DO ART. 225 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INCLUINDO O CERRADO NA RELAÇÃO DOS BIOMAS CONSIDERADOS PATRIMÔNIO NACIONAL".		
Presidente: Alceu Collares (PDT) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: André de Paula (PFL)			Presidente: Ricarte de Freitas (PTB) 1º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 2º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Neyde Aparecida (PT)		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
	PT			PT	
Devanir Ribeiro Henrique Afonso José Mentor Paulo Delgado Zico Bronzeado (Dep. do PSOL ocupa a vaga)		Ana Guerra Rubens Otoni 4 vagas	Antônio Carlos Biffi João Grandão Leonardo Monteiro Neyde Aparecida Rubens Otoni (Dep. do PSOL ocupa a vaga)		Zezeu Ribeiro 5 vagas
	PMDB			PFL	
Almerinda de Carvalho Cezar Schirmer Hermes Parcianello Mauro Benevides Mauro Lopes		5 vagas	Celcita Pinheiro José Roberto Arruda Vilmar Rocha 2 vagas		Eliseu Resende Lael Varela Ronaldo Caiado 2 vagas
	Bloco PFL, PRONA			PMDB	
André de Paula Ney Lopes Roberto Magalhães Vic Pires Franco		4 vagas	Aníbal Gomes Fernando Diniz Luiz Bittencourt Moacir Micheletto		4 vagas
	PSDB			PSDB	
			Carlos Alberto Leréia Professora Raquel Teixeira Ronaldo Dimas (Licenciado) Thelma de Oliveira		Hamilton Casara João Campos 2 vagas

Romel Anizio Zé Lima 1 vaga	PP	Carlos Souza Sandes Júnior 1 vaga	Júnior Betão Reinaldo Betão		Paulo Gouvêa Wellington Fagundes
Ricarte de Freitas Sandro Matos	PTB	2 vagas	Colbert Martins	PPS	1 vaga
Jaime Martins Maurício Rabelo	PL	Jorge Pinheiro Raimundo Santos	Luciano Leitoa	PSB	Barbosa Neto Marcondes Gadelha <small>vaga do PTB</small>
Givaldo Carimbão 1 vaga	PSB	2 vagas	André Costa <small>vaga do PT</small> André Figueiredo Wagner Lago <small>vaga do PP</small>	PDT	Álvaro Dias
Geraldo Resende	PPS	Colbert Martins	Alice Portugal	PC do B	1 vaga
Dr. Rodolfo Pereira	PDT	Enio Bacci	Edson Duarte	PV	Jovino Cândido
Daniel Almeida 1 vaga	PC do B	1 vaga	Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6203/6232 FAX: 216-6225		
Maninha <small>vaga do PT</small> Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6209/6232 FAX: 216-6225	PRONA PSOL	Elimar Máximo Damasceno	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 157-A, DE 2003, DO SR. LUIZ CARLOS SANTOS, QUE "CONVOCA ASSEMBLÉIA DE REVISÃO CONSTITUCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Presidente: Michel Temer (PMDB) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Roberto Magalhães (PFL)		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 138, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS DA JUVENTUDE". Presidente: Júnior Betão (PL) 1º Vice-Presidente: Roberto Gouveia (PT) 2º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 3º Vice-Presidente: Zonta (PP) Relator: Alice Portugal (PCdoB)			Titulares		
Ivo José Reginaldo Lopes Roberto Gouveia Selma Schons Vignatti (Dep. do PDT ocupa a vaga)	PT	Carlos Abicalil João Grandão Maurício Rands 3 vagas	Antonio Carlos Biscaia João Paulo Cunha Luiz Eduardo Greenhalgh Mariângela Duarte Odair Cunha Rubens Otoni	PT	José Eduardo Cardozo Luiz Bassuma Maurício Rands Paulo Rubem Santiago Walter Pinheiro (Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Benjamin Maranhão Leandro Vilela Marinha Raupp Zé Gerardo 1 vaga	PMDB	5 vagas	Albérico Filho Eliseu Padilha Mauro Benevides Michel Temer Moreira Franco	PMDB	Mendes Ribeiro Filho Nelson Trad 3 vagas
Celcita Pinheiro Clóvis Fecury Davi Alcolumbre Laura Carneiro	Bloco PFL, PRONA	4 vagas	Luiz Carlos Santos Paulo Magalhães Roberto Magalhães Vilmar Rocha	Bloco PFL, PRONA	Alberto Fraga Pauderney Avelino Ronaldo Caiado 1 vaga
Eduardo Barbosa Lobbe Neto 1 vaga	PSDB	Bonifácio de Andrada João Campos Thelma de Oliveira	Bonifácio de Andrada Bosco Costa Zenaldo Coutinho	PSDB	Gonzaga Mota Ronaldo Cezar Coelho Vicente Arruda
Sandes Júnior Zonta (Dep. do PDT ocupa a vaga)	PP	1 vaga	Agnaldo Muniz Darci Coelho Professor Irapuan Teixeira	PP	Antonio Cruz Ricardo Barros 1 vaga
Carlos Dunga Kelly Moraes 1 vaga	PTB	(Dep. do PSB ocupa a vaga) 2 vagas	Jefferson Campos Paes Landim Vicente Cascione	PTB	Fleury 2 vagas
Heleno Silva	PL	Humberto Michiles	Coronel Alves Milton Monti Neucimar Fraga	PL	Carlos Nader Maurício Rabelo 1 vaga
			Nelson Proença Sandra Rosado	PPS PSB PDT	Rogério Teófilo 1 vaga

Alceu Collares		Severiano Alves	Secretário(a): Fátima Moreira
Jamil Murad	PC do B	1 vaga	Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
Marcelo Ortiz	PV		Telefones: 216-6216/6232
	PSOL	Samery Filho	FAX: 216-6225
		João Alfredo <small>vaga do PT</small>	
Secretário(a): Maria Terezinha Donati			
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			
Telefones: 3216-6215/6232			
FAX: 3216-6225			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 200-A, DE 2003, QUE "ALTERA O ART. 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, INCORPORANDO OS SERVIDORES DO EXTINTO TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA AOS QUADROS DA UNIÃO".			
Presidente: Miguel de Souza (PL)			
1º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)			
2º Vice-Presidente: Davi Alcolumbre (PFL)			
3º Vice-Presidente: Zico Bronzeado (PT)			
Relator: Agnaldo Muniz (PP)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Anselmo		6 vagas	
Eduardo Valverde			
Fernando Ferro			
Hélio Esteves			
Zé Geraldo			
Zico Bronzeado			
	PMDB		
Leonardo Picciani		Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>	
Marinha Raupp		Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>	
Natan Donadon		5 vagas	
Oswaldo Reis			
1 vaga			
	Bloco PFL, PRONA		
Davi Alcolumbre		4 vagas	
Francisco Rodrigues			
Kátia Abreu			
Pauderney Avelino			
	PSDB		
Carlos Alberto Leréia		3 vagas	
Hamilton Casara <small>vaga do PL</small>			
2 vagas			
	PP		
Agnaldo Muniz		Celso Russomanno	
Darci Coelho		2 vagas	
1 vaga			
	PTB		
Eduardo Seabra		Homero Barreto	
Josué Bengtson <small>vaga do PV</small>		Pedro Fernandes	
Pastor Frankembergen		Philemon Rodrigues	
1 vaga			
	PL		
Coronel Alves		Luciano Castro	
Miguel de Souza		(Dep. do PSB ocupa a vaga)	
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)		1 vaga	
	PPS		
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
	PSB		
Gonzaga Patriota		Carlos Mota <small>vaga do PL</small>	
Maria Helena <small>vaga do PPS</small>		Luciano Leitoa	
	PDT		
Dr. Rodolfo Pereira		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
	PC do B		
Perpétua Almeida		1 vaga	
	PV		
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		1 vaga	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2003, QUE "ACRESCENTA O § 3º AO ART. 42 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL QUE DISPÕE SOBRE OS MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS" (POSSIBILITANDO AOS MILITARES DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS A ACUMULAÇÃO REMUNERADA DE CARGO DE PROFESSOR, CARGO TÉCNICO OU CIENTÍFICO OU DE CARGO PRIVATIVO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE).			
Presidente: Jorge Alberto (PMDB)			
1º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB)			
2º Vice-Presidente: Coronel Alves (PL)			
3º Vice-Presidente:			
Relator: Odair Cunha (PT)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Antonio Carlos Biscaia		6 vagas	
José Eduardo Cardozo			
Maria do Carmo Lara			
Odair Cunha			
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)			
1 vaga			
	PMDB		
Gilberto Nascimento		Darcísio Perondi	
João Correia		Gervásio Oliveira <small>vaga do PDT</small>	
Jorge Alberto		4 vagas	
Mendes Ribeiro Filho			
(Dep. do PSB ocupa a vaga)			
	Bloco PFL, PRONA		
Abelardo Lupion		4 vagas	
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>			
Onyx Lorenzoni			
Ronaldo Caiado			
1 vaga			
	PSDB		
Bismarck Maia		Carlos Sampaio	
Carlos Alberto Leréia		João Campos	
Luiz Carlos Hauly		Vicente Arruda	
	PP		
Agnaldo Muniz		Darci Coelho	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Ildeu Araujo	
1 vaga		1 vaga	
	PTB		
Pastor Reinaldo		3 vagas	
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)			
(Dep. do PPS ocupa a vaga)			
	PL		
Coronel Alves		Luciano Castro	
Jorge Pinheiro		Remi Trinta	
1 vaga		1 vaga	
	PPS		
Colbert Martins		1 vaga	
Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>			
	PSB		
Josias Quintal <small>vaga do PMDB</small>		Givaldo Carimbão	
1 vaga			
	PDT		
Álvaro Dias		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
Wagner Lago <small>vaga do PP</small>			
	PC do B		
Jamil Murad		1 vaga	
	PV		

Marcelo Ortiz		1 vaga		
Maninha <small>vaga do PT</small>	PSOL		PRONA	Elimar Máximo Damasceno
Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz			Secretário(a): Angélica Fialho	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Telefones: 216-6201/6232			Telefones: 216-6218 / 6232	
FAX: 216-6225			FAX: 216-6225	
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 228-A, 255, 285 E 293, DE 2004, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 272-A, DE 2000, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA "C" DO INCISO I DO ART. 12 DA CONSTITUIÇÃO E ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, ASSEGURANDO O REGISTRO NOS CONSULADOS DE BRASILEIROS NASCIDOS NO ESTRANGEIRO".		
Presidente: Mussa Demes (PFL)			Presidente:	
1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)			1º Vice-Presidente:	
2º Vice-Presidente: Pedro Novais (PMDB)			2º Vice-Presidente:	
3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)			3º Vice-Presidente:	
Relator: Virgílio Guimarães (PT)				
Titulares		Suplentes	Titulares	Suplentes
PT			PT	
Carlito Merss		Devanir Ribeiro	Leonardo Monteiro	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Jorge Bittar		José Pimentel	Nilson Mourão	5 vagas
José Mentor		Nilson Mourão	Paulo Delgado	
Paulo Bernardo (Licenciado)		Paulo Delgado	Paulo Delgado	
Virgílio Guimarães		Paulo Pimenta	Telma de Souza	
Walter Pinheiro		Paulo Rubem Santiago	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
Zezéu Ribeiro		1 vaga	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
PFL			PMDB	
Antonio Carlos Magalhães Neto		Abelardo Lupion	Fernando Lopes	Átila Lins <small>vaga do PPS</small>
Gerson Gabrielli		Eduardo Sciarra	João Correia	5 vagas
José Roberto Arruda		Eliseu Resende	Wilson Santiago	
Mussa Demes		José Carlos Machado	Zé Gerardo	
Pauderney Avelino		Luiz Carreira	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	
Vic Pires Franco		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA	
PMDB			Francisco Rodrigues	Edmar Moreira <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
Delfim Netto <small>vaga do PP</small>		Ann Pontes	Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small>	4 vagas
Eduardo Cunha		Benjamin Maranhão	Murilo Zauith	
Henrique Eduardo Alves		José Priante	Vilmar Rocha	
Lupércio Ramos <small>vaga do PPS</small>		Luiz Bittencourt	1 vaga	
Osmar Serraglio		Wilson Santiago		
Pedro Chaves			PP	
Pedro Novais			Feu Rosa	Dilceu Sperafico
PSDB			(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Francisco Dornelles
Antonio Cambraia		Anivaldo Vale	1 vaga	Professor Irapuan Teixeira
Julio Semeghini		Antonio Carlos Mendes Thame		
Luiz Carlos Hauly		Gonzaga Mota		
Walter Feldman		Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small>		
Zenaldo Coutinho		Ronaldo Dimas (Licenciado)		
		Yeda Crusius		
PP			PSDB	
Francisco Dornelles		Enivaldo Ribeiro	Bosco Costa	Antonio Carlos Pannunzio
Romel Anizio		Feu Rosa	Helenildo Ribeiro	Luiz Carlos Hauly
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		Professor Irapuan Teixeira	João Castelo	Manoel Salviano
PTB			PTB	
Armando Monteiro		Jackson Barreto	Arnon Bezerra	3 vagas
José Militão		Pedro Fernandes	Jackson Barreto	
Philemon Rodrigues		Vicente Cascione	1 vaga	
PL			Bloco PL, PSL	
Miguel de Souza		Humberto Michiles	Almeida de Jesus	Jaime Martins
Raimundo Santos		Jaime Martins	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Sandro Mabel		1 vaga	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	1 vaga
PSB			PPS	
Beto Albuquerque		Barbosa Neto	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Renato Casagrande		Gonzaga Patriota	PSB	
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Alexandre Cardoso	1 vaga
PDT			Carlos Mota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	
Manato		Dr. Rodolfo Pereira	João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>	
Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>		João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>	PDT	
		Severiano Alves	João Herrmann Neto	André Costa <small>vaga do PT</small>
PC do B			PC do B	Mário Heringer
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Daniel Almeida	Jamil Murad	1 vaga
			PSC	

Zequinha Marinho 1 vaga	(Dep. do PTC ocupa a vaga) PV PSOL	1 vaga	Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A Telefones: 3216-6205/6232 FAX: 3216-6225
Maninha ^{vaga do PT} Orlando Fantazzini ^{vaga do PT}	PTC S.PART.	Carlos Willian ^{vaga do PSC}	COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334-A, DE 1996, "QUE VEDA A NOMEAÇÃO DE PARENTES DE AUTORIDADES PARA CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES DE CONFIANÇA".
Vieira Reis ^{vaga do PMDB} Secretário(a): -			Presidente: Manato (PDT) 1º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB) 2º Vice-Presidente: Zulaiê Cobra (PSDB) 3º Vice-Presidente: Raul Jungmann (PPS) Relator: Arnaldo Faria de Sá (PTB)
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 333-A, DE 2004, DO SR. POMPEO DE MATTOS, QUE "MODIFICA A REDAÇÃO DO ART. 29A E ACRESCENTA ART. 29B À CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE O LIMITE DE DESPESAS E A COMPOSIÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".			Titulares
Presidente: Mário Heringer (PDT) 1º Vice-Presidente: Mauro Benevides (PMDB) 2º Vice-Presidente: Maria do Carmo Lara (PT) 3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL) Relator: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)			Suplentes
Titulares	PT	Suplentes	
Antônio Carlos Biffi João Grandão Luiz Eduardo Greenhalgh Maria do Carmo Lara Reginaldo Lopes Rubens Otoni		Ana Guerra Anselmo Durval Orlato Eduardo Valverde Leonardo Monteiro Zezéu Ribeiro	
Darcísio Perondi Gilberto Nascimento Mauro Benevides Pedro Chaves 1 vaga	PMDB	Átila Lins Oswaldo Reis 3 vagas	
Bloco PFL, PRONA			
Carlos Batata Fernando de Fabinho Gervásio Silva Ivan Ranzolin		José Carlos Machado 3 vagas	
Átila Lira Carlos Alberto Leréia Gonzaga Mota	PSDB	Ana Alencar Antonio Carlos Pannunzio Yeda Crusius	
Dilceu Sperafico Leodegar Tiscoski Lino Rossi	PP	Feu Rosa Professor Irapuan Teixeira Reginaldo Germano	
Arnor Bezerra Fernando Gonçalves Marcus Vicente	PTB	Jackson Barreto Jefferson Campos 1 vaga	
Almeida de Jesus Milton Monti Neucimar Fraga	PL	Jaime Martins Oliveira Filho 1 vaga	
Cezar Silvestri	PPS	Geraldo Resende	
Jorge Gomes	PSB	Júlio Delgado	
Mário Heringer	PDT	Dr. Rodolfo Pereira	
Daniel Almeida	PC do B	1 vaga	
Leonardo Mattos Secretário(a): Fernando Maia Leão	PV	Jovino Cândido	
			Titulares
	PT		Antonio Carlos Biscaia José Eduardo Cardozo Luiz Couto Rubens Otoni Walter Pinheiro (Dep. do PSOL ocupa a vaga)
	PMDB		Cezar Schirmer Mauro Benevides 3 vagas
	Bloco PFL, PRONA		André de Paula Antonio Carlos Magalhães Neto José Roberto Arruda Onyx Lorenzoni
	PSDB		Yeda Crusius Zenaldo Coutinho Zulaiê Cobra
	PP		Benedito de Lira (Dep. do PDT ocupa a vaga) 1 vaga
	PTB		Arnaldo Faria de Sá Jackson Barreto (Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PL		Medeiros (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PPS		Raul Jungmann
	PSB		Carlos Mota ^{vaga do PL} Edinho Montemor ^{vaga do PL} Isaías Silvestre Marcondes Gadelha ^{vaga do PTB}
	PDT		Manato Wagner Lago ^{vaga do PP}
	PC do B		Perpétua Almeida
	PV		Sarney Filho
	PSOL		Orlando Fantazzini ^{vaga do PT} Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 216-6201/6232 FAX: 216-6225
			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 349-A, DE

2001, QUE "ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTS. 52, 53, 55 E 66 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL PARA ABOLIR O VOTO SECRETO NAS DECISÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL".

Presidente: Juíza Denise Frossard (PPS)

1º Vice-Presidente: Ney Lopes (PFL)

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: José Eduardo Cardozo (PT)

Titulares

PT

José Eduardo Cardozo
Nilson Mourão
Orlando Desconsi
Rubens Otoni
Sigmaringa Seixas
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

Suplentes

6 vagas

PMDB

Cezar Schirmer
Eliseu Padilha
Paulo Afonso
2 vagas

5 vagas

Bloco PFL, PRONA

José Roberto Arruda
Luiz Carlos Santos
Ney Lopes
Ronaldo Caiado

Eduardo Sciarra
Onyx Lorenzoni
2 vagas

PP

Francisco Turra
Romel Anizio
1 vaga

Enivaldo Ribeiro
João Leão vaga do Bloco PL, PSL
Márcio Reinaldo Moreira
1 vaga

PSDB

Bosco Costa
Zenaldo Coutinho
(Dep. do PPS ocupa a vaga)

Antonio Carlos Pannunzio
Bonifácio de Andrada
1 vaga

PTB

Fleury
Ricardo Izar
1 vaga

Jovair Arantes
2 vagas

Bloco PL, PSL

Almir Sá
(Dep. do PSB ocupa a vaga)
1 vaga

Oliveira Filho
(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)

PPS

Juíza Denise Frossard vaga do PSDB
1 vaga

Dimas Ramalho

PSB

Alexandre Cardoso

Mário Assad Júnior vaga do Bloco PL, PSL

João Paulo Gomes da Silva vaga do Bloco PL, PSL

Renato Casagrande

PDT

Ademir Camilo

Enio Bacci

PC do B

Renildo Calheiros

Jamil Murad

PSC

Costa Ferreira

1 vaga

PV

Marcelo Ortiz

Sarney Filho

PSOL

Chico Alencar vaga do PT

Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6203/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 358-A, DE 2005, DO SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS

DOS ARTS. 21, 22, 29, 48, 93, 95, 96, 98, 102, 103-B, 104, 105, 107, 111-A, 114, 115, 120, 123, 124, 125, 128, 129, 130-A E 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ACRESCENTA OS ARTS. 97-A, 105-A, 111-B E 116-A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

(REFORMA DO JUDICIÁRIO).

Presidente: Átila Lins (PMDB)

1º Vice-Presidente: Paulo Afonso (PMDB)

2º Vice-Presidente: Paulo Magalhães (PFL)

3º Vice-Presidente: Rubens Otoni (PT)

Relator: Paes Landim (PTB)

Titulares

PT

Antonio Carlos Biscaia
Irieny Lopes
José Eduardo Cardozo
Luiz Alberto
Maurício Rands
Rubens Otoni

Suplentes

Dra. Clair
Nelson Pellegrino
4 vagas

PMDB

Albérico Filho
Átila Lins
Mauro Benevides
Mendes Ribeiro Filho
Paulo Afonso

Ann Pontes
4 vagas

Bloco PFL, PRONA

Félix Mendonça
José Rocha
Paulo Magalhães
Robério Nunes

4 vagas

PSDB

Bonifácio de Andrada
Bosco Costa
Vicente Arruda

Antonio Carlos Pannunzio
Helenildo Ribeiro
João Campos

PP

Agnaldo Muniz
Benedito de Lira
Darci Coelho

3 vagas

PTB

Fleury
Paes Landim
1 vaga

3 vagas

PL

Aracely de Paula
Milton Monti
1 vaga

Carlos Nader
José Santana de Vasconcellos
Raimundo Santos

PPS

Juíza Denise Frossard

Colbert Martins

PSB

Sandra Rosado

(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

PDT

Luiz Piauhyilino

João Fontes

PC do B

Inácio Arruda

1 vaga

PV

Marcelo Ortiz

1 vaga

PSOL

João Alfredo vaga do PSB

Secretário(a): Heloísa Pedrosa Diniz
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6201/6232
FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 366-A, DE 2005, DO SR. ARNALDO FARIA DE SÁ, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO II DO ART. 98 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E AO ART. 30 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (ESTABELECE O CONCURSO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE JUIZ DE PAZ,

MANTENDO OS ATUAIS ATÉ A VACÂNCIA DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES).

Presidente:
 1º Vice-Presidente:
 2º Vice-Presidente:
 3º Vice-Presidente:

Titulares		Suplentes
5 vagas	PT	5 vagas
André Zacharow	PMDB	Ann Pontes
Cezar Schirmer		Mauro Benevides
Mendes Ribeiro Filho		Pedro Irujo
Nelson Trad		2 vagas
Osmar Serraglio	Bloco PFL, PRONA	
Ivan Ranzolin		4 vagas
Mendonça Prado		
Vilmar Rocha		
1 vaga	PSDB	
João Campos		Antonio Carlos Pannunzio
Vicente Arruda		Átila Lira
Zulaiê Cobra		Bosco Costa
	PP	
Benedito de Lira		3 vagas
Feu Rosa		
Nilton Baiano		
	PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Ary Kara
Edir Oliveira		Fleury
Paes Landim		Jovair Arantes
	PL	
Jaime Martins		Almir Sá
1 vaga		Humberto Michiles
	PSB	
João Paulo Gomes da Silva		2 vagas
Pastor Francisco Olímpio		
	PDT	
Pompeo de Mattos		Sérgio Miranda
	PPS	
Juíza Denise Frossard		1 vaga
	PC do B	
1 vaga		1 vaga
	PV	
1 vaga		1 vaga
	PSC	
1 vaga		1 vaga

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 431-A, DE 2001, QUE "ACRESCENTA PARÁGRAFOS PRIMEIRO E SEGUNDO AO ARTIGO 204 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL", DESTINANDO 5% DOS RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO FEDERAL, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS PARA CUSTEIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Presidente: Jamil Murad (PCdoB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Mário Heringer (PDT)

Titulares

Angela Guadagnin

Jorge Boeira

Maria do Rosário

Selma Schons

Tarcísio Zimmermann

Telma de Souza

PT

Suplentes

6 vagas

André de Paula
 Fábio Souto
 Jairo Carneiro
 Laura Carneiro
 Mendonça Prado

PFL

5 vagas

PMDB

Cezar Schirmer
 Gilberto Nascimento vaga do PSB
 Marcelo Castro
 Max Rosenmann
 Paulo Afonso

André Zacharow vaga do PDT

João Correia
 Osvaldo Reis
 (Dep. do PSB ocupa a vaga)
 1 vaga

PSDB

Antonio Cambraia
 Eduardo Barbosa
 Thelma de Oliveira
 Yeda Crusius

Carlos Alberto Leréia
 Rafael Guerra
 Walter Feldman
 (Dep. do PPS ocupa a vaga)

PP

Benedito de Lira
 José Linhares
 Suely Campos

Zonta
 2 vagas

PTB

Kelly Moraes
 (Dep. do PSB ocupa a vaga)

Arnaldo Faria de Sá
 1 vaga

PL

Almeida de Jesus
 Oliveira Filho

Wanderval Santos
 (Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PSB

Luiza Erundina
 Marcondes Gadelha vaga do PTB
 (Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Sandra Rosado vaga do PMDB
 2 vagas

PPS

1 vaga

Geraldo Resende
 Juíza Denise Frossard vaga do PSDB

PDT

Mário Heringer

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PC do B

Jamil Murad

Alice Portugal

PRONA

Elimar Máximo Damasceno

1 vaga

S.PART.

Marcos de Jesus vaga do PL

Secretário(a): Angélica Maria L. F. Aguiar
 Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
 Telefones: 216-6218 / 6232
 FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 438-A, DE 2001, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 243 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" (ESTABELECENDO A PENA DE PERDIMENTO DA GLEBA ONDE FOR CONSTADA A EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO; REVERTENDO A ÁREA AO ASSENTAMENTO DOS COLONOS QUE JÁ TRABALHAVAM NA RESPECTIVA GLEBA).

Presidente: Isaiás Silvestre (PSB)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente: Bernardo Ariston (PMDB)

3º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)

Relator: Tarcísio Zimmermann (PT)

Titulares

Antonio Carlos Biscaia

Dra. Clair

Leonardo Monteiro

Neyde Aparecida

Tarcísio Zimmermann

1 vaga

PT

Eduardo Valverde

João Grandão vaga do PSB

Jorge Boeira

Zé Geraldo

(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

(Dep. do PSOL ocupa a vaga)

1 vaga

PFL

Enivaldo Ribeiro Feu Rosa José Otávio Germano	PP	Agnaldo Muniz 2 vagas	Cleonânncio Fonseca Márcio Reinaldo Moreira Mário Negromonte	João Leão ^{vaga do PL} 3 vagas
Edir Oliveira Jefferson Campos Paes Landim	PTB	Fernando Gonçalves Fleury Romeu Queiroz	Jackson Barreto (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Jonival Lucas Junior 1 vaga
Almeida de Jesus Sandro Mabel	PL	Almir Sá José Carlos Araújo	Heleno Silva Jaime Martins	José Carlos Araújo ^{vaga do PFL} (Dep. do PP ocupa a vaga) 1 vaga
Carlos Mota Mário Assad Júnior	PSB	2 vagas	Givaldo Carimbão Gonzaga Patriota Marcondes Gadelha ^{vaga do PTB}	PSB 2 vagas
Severiano Alves	PDT	André Figueiredo	Raul Jungmann	PPS Colbert Martins
Juíza Denise Frossard	PPS	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Mário Heringer	PDT Severiano Alves
Vanessa Grazziotin	PC do B	Inácio Arruda	Daniel Almeida	PC do B 1 vaga
Marcelo Ortiz	PV	1 vaga	Elimar Máximo Damasceno	PRONA 1 vaga
Zequinha Marinho	PSC	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	Secretário(a): Angélica Maria L. Fialho Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6218/6232 FAX: 216-6225	
	PSOL	Maninha ^{vaga do PSC}		
	S.PART.	Fernando Estima ^{vaga do PPS}		
<p>Secretário(a): Mário Dráusio de O. Coutinho Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6203/6232 FAX: 3216-6225</p>				
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 524-A, DE 2002, QUE "ACRESCENTA ARTIGO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, A FIM DE INSTITUIR O FUNDO PARA A REVITALIZAÇÃO HIDROAMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO".</p>				
<p>Presidente: Fernando de Fabinho (PFL) 1º Vice-Presidente: Luiz Carreira (PFL) 2º Vice-Presidente: Daniel Almeida (PCdoB) 3º Vice-Presidente: Jackson Barreto (PTB) Relator: Fernando Ferro (PT)</p>				
Titulares		Suplentes		
Fernando Ferro José Pimentel Luiz Bassuma Virgílio Guimarães Walter Pinheiro Zezéu Ribeiro	PT	Josias Gomes 5 vagas	Carlos Abicalil José Eduardo Cardozo Luiz Couto Luiz Eduardo Greenhalgh Maurício Rands	PT 5 vagas
Fernando de Fabinho José Carlos Machado José Rocha Luiz Carreira Oswaldo Coelho	PFL	Eduardo Sciarra Júlio Cesar (Dep. do PL ocupa a vaga) 2 vagas	Adelor Vieira Albérico Filho Alexandre Santos Almerinda de Carvalho André Zacharow Eduardo Cunha ^{vaga do PSC}	PMDB 5 vagas
Jorge Alberto Mauro Lopes Olavo Calheiros Wilson Santiago	PMDB	4 vagas	Jairo Carneiro Mendonça Prado Paulo Magalhães Roberto Magalhães	Bloco PFL, PRONA 4 vagas
Bosco Costa Gonzaga Mota Helenildo Ribeiro João Almeida	PSDB	Antonio Cambraia Narcio Rodrigues Vicente Arruda Walter Feldman	Custódio Mattos Gonzaga Mota Gustavo Fruet	PSDB Antonio Carlos Pannunzio Bosco Costa Ronaldo Cezar Coelho
	PP		Feu Rosa Leodegar Tiscoski	PP 3 vagas

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 533-A, DE 2006, DO SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO, QUE "ACRESCENTA O INCISO VI AO ART. 51, O INCISO XVI AO ART. 52, MODIFICA OS §§2º E 3º DO ART. 55, ACRESCENTA O §5º AO ART. 55 E A ALÍNEA 'S' AO INCISO I DO ART. 102, PARA ATRIBUIR AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL A COMPETÊNCIA PARA JULGAR PARLAMENTAR EM DETERMINADOS CASOS DE PERDA DE MANDATO (ART. 55, I E II), APÓS ADMITIDO O PROCESSO, POR VOTAÇÃO OSTENSIVA E MAIORIA ABSOLUTA, PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS OU PELO SENADO FEDERAL".

Presidente: Jairo Carneiro (PFL)
1º Vice-Presidente: Paulo Magalhães (PFL)
2º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PL)
3º Vice-Presidente: Feu Rosa (PP)
Relator: Fleury (PTB)

Titulares		Suplentes
Carlos Abicalil José Eduardo Cardozo Luiz Couto Luiz Eduardo Greenhalgh Maurício Rands	PT	5 vagas
Adelor Vieira Albérico Filho Alexandre Santos Almerinda de Carvalho André Zacharow Eduardo Cunha ^{vaga do PSC}	PMDB	5 vagas
Jairo Carneiro Mendonça Prado Paulo Magalhães Roberto Magalhães	Bloco PFL, PRONA	4 vagas
Custódio Mattos Gonzaga Mota Gustavo Fruet	PSDB	Antonio Carlos Pannunzio Bosco Costa Ronaldo Cezar Coelho
Feu Rosa Leodegar Tiscoski	PP	3 vagas

Alice Portugal	PC do B	1 vaga	Orlando Fantazzini ^{vaga do PT}
Marcelo Ortiz	PV	1 vaga	PTC
Chico Alencar	PSOL	Ivan Valente	Carlos Willian ^{vaga do PSB}
Secretário(a): Eveline Alminta			Secretário(a): Leila Machado Campos de Freitas
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 3216-6211/6232			Telefones: 216-6212 / 6232
FAX: 3216-6225			FAX: 216-6225
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 544-A, DE 2002, QUE "CRIA OS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS DA 6ª, 7ª, 8ª E 9ª REGIÕES".</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 603, DE 1998, QUE "REVOGA O § 3º DO ART. 49 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" (EXCLUINDO A APLICAÇÃO DA ENFITEUSE AOS TERRENOS DE MARINHA SITUADOS NA FAIXA DE SEGURANÇA NA ORLA MARÍTIMA).</p>
<p>Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB) 1º Vice-Presidente: Custódio Mattos (PSDB) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Eduardo Sciarra (PFL)</p>			<p>Presidente: Feu Rosa (PP) 1º Vice-Presidente: Yeda Crusius (PSDB) 2º Vice-Presidente: Pedro Fernandes (PTB) 3º Vice-Presidente: Alexandre Santos (PMDB) Relator: Telma de Souza (PT)</p>
Titulares		Suplentes	Titulares
	PT		PT
Dra. Clair	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		Carlito Merss
Eduardo Valverde	5 vagas		Luiz Sérgio
Gilmar Machado			Mauro Passos
Guilherme Menezes			Telma de Souza
Iriny Lopes			Zezéu Ribeiro
João Magno			(Dep. do PDT ocupa a vaga)
	PFL		PMDB
Eduardo Sciarra	Murilo Zauith		Alexandre Santos
Fábio Souto	(Dep. do PP ocupa a vaga)		André Zacharow ^{vaga do PDT}
Fernando de Fabinho	3 vagas		Eliseu Padilha
2 vagas			Gilberto Nascimento
	PMDB		Max Rosenmann
André Zacharow ^{vaga do PDT}	4 vagas		Rose de Freitas
Mauro Lopes			Bloco PFL, PRONA
Rose de Freitas ^{vaga do PSDB}			Félix Mendonça
Wilson Santiago			Júlio Cesar
Zé Gerardo			Laura Carneiro
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)			Paulo Magalhães
	PSDB		PSDB
Custódio Mattos	Afonso Camargo		Gonzaga Mota
Gustavo Fruet ^{vaga do PMDB}	Narcio Rodrigues		Luiz Carlos Hauly
João Almeida	Sebastião Madeira		Yeda Crusius
Luiz Carlos Hauly	1 vaga		
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)			PP
	PP		Feu Rosa
Dilceu Sperafico	Darci Coelho ^{vaga do PFL}		João Leão ^{vaga do PL}
Herculano Anghinetti	Mário Negromonte		Julio Lopes
1 vaga	2 vagas		Leodegar Tiscoski
	PTB		PTB
Iris Simões	2 vagas		Jackson Barreto
José Militão			Pedro Fernandes
	PL		1 vaga
Oliveira Filho	Chico da Princesa		PL
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Almir Sá
	PSB		Reinaldo Betão
Mário Assad Júnior ^{vaga do PL}	Carlos Mota ^{vaga do PL}		(Dep. do PP ocupa a vaga)
Pastor Francisco Olímpio	2 vagas		PPS
(Dep. do PTC ocupa a vaga)			1 vaga
	PPS		PSB
Geraldo Thadeu	Cezar Silvestri		Renato Casagrande
(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Mário Heringer		PDT
	PC do B		André Costa ^{vaga do PT}
Jamil Murad	1 vaga		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	PV		PC do B
Leonardo Mattos	Sarney Filho		Alice Portugal
	PSOL		PV
			Sarney Filho
			PSOL
			Jovino Cândido

PSC	Chico Alencar <small>vaga do PT</small>	FAX: 216-6225
<p style="text-align: center;">Dr. Heleno <small>vaga do PP</small></p> <p>Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6209/6232 FAX: 3216-6225</p>		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1399, DE 2003, QUE "DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA MULHER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.144, DE 2003, DA SENHORA MARIA DO CARMO LARA, QUE "INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL, DEFINE DIRETRIZES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Colbert Martins (PPS) 1º Vice-Presidente: Zezéu Ribeiro (PT) 2º Vice-Presidente: Teté Bezerra (PMDB) 3º Vice-Presidente: José Carlos Machado (PFL) Relator: Julio Lopes (PP)</p>		<p>Presidente: Sandra Rosado (PSB) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Dr. Francisco Gonçalves (PPS)</p>
Titulares	Suplentes	Suplentes
PT		PT
Iara Bernardi	Dr. Rosinha	Iriny Lopes
Maria do Carmo Lara	Dra. Clair	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
Orlando Desconsi	Mauro Passos	4 vagas
Simplício Mário	Paulo Rubem Santiago	
Terezinha Fernandes	Walter Pinheiro	
Zezéu Ribeiro	1 vaga	
PMDB		PFL
Alexandre Santos	Darcísio Perondi	(Dep. do PDT ocupa a vaga)
Marinha Raupp	Eduardo Cunha	4 vagas
Moreira Franco	João Magalhães	
Teté Bezerra	Nelson Bornier	
Zé Gerardo	Olavo Calheiros	
Bloco PFL, PRONA		PMDB
Betinho Rosado	Gervásio Silva	Benjamin Maranhão
José Carlos Machado	(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Lúcia Braga
Oswaldo Coelho	2 vagas	Teté Bezerra
Paulo Magalhães		1 vaga
PSDB		PSDB
Antonio Carlos Mendes Thame	Antonio Carlos Pannunzio	Eduardo Barbosa
Julio Semeghini	Domiciano Cabral	Ronaldo Dimas (Licenciado)
Rafael Guerra	Eduardo Barbosa	Sebastião Madeira
PP		Zulaiê Cobra
Julio Lopes	Ildéu Araujo	
Vanderlei Assis	Romel Anizio	
Zé Lima	Vadão Gomes	
PTB		PP
Jackson Barreto	Arnaldo Faria de Sá	Celso Russomanno
Nelson Marquezelli	2 vagas	2 vagas
Pedro Fernandes		
PL		PTB
Jaime Martins	Chico da Princesa	Kelly Moraes
Jorge Pinheiro	Heleno Silva	1 vaga
Sandro Mabel	Paulo Gouvêa	
PPS		PL
Colbert Martins	Geraldo Resende <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	Rogério Teófilo	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
1 vaga	1 vaga	
PSB		PSB
Severiano Alves	André Figueiredo	Carlos Mota <small>vaga do PL</small>
		2 vagas
PDT		PPS
Inácio Arruda	Vanessa Grazziotin	Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>
		Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>
PV		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Fernando Gabeira	Edson Duarte	
Secretário(a): Fernando Maia Leão		PDT
Local: Anexo II, Pavimento Superior - Sala 170-A		Alceu Collares
Telefones: 216-6205/6232		Álvaro Dias
		Renato Cozzolino <small>vaga do PFL</small>
		PC do B
		Alice Portugal
		Jandira Feghali
		PV
		Fernando Gabeira
		Leonardo Mattos
		PSOL
		Ináncia <small>vaga do PT</small>
		S.PART.
		Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small>
		Secretário(a): Fernando Maia Leão
		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
		Telefones: 216-6205/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 146, DE 2003, QUE "REGULAMENTA O ART. 37 INCÍSO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI PRINCÍPIOS E NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente:

1º Vice-Presidente: Enio Tatico (PTB)

2º Vice-Presidente: Eliseu Padilha (PMDB)

3º Vice-Presidente: Abelardo Lupion (PFL)

Relator: Sérgio Miranda (PDT)

Titulares

João Grandão

José Pimentel

Paulo Bernardo (Licenciado)

Paulo Rubem Santiago

Vander Loubet

1 vaga

PT

Suplentes

6 vagas

PMDB

Áttila Lins ^{vaga do PPS}

Eliseu Padilha

Max Rosenmann

Nelson Trad

Zé Gerardo

1 vaga

5 vagas

Bloco PFL, PRONA

Abelardo Lupion

Corauci Sobrinho

Mussa Demes

1 vaga

Edmar Moreira ^{vaga do Bloco PL, PSL}

Eduardo Sciarra

Pauderney Avelino

(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

1 vaga

PP

Ricardo Barros

Zonta

1 vaga

João Leão ^{vaga do Bloco PL, PSL}

3 vagas

PSDB

João Almeida

Léo Alcântara

1 vaga

Julio Semeghini

Luiz Carlos Haully

Paulo Bauer ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}

Walter Feldman

PTB

Elaine Costa

Enio Tatico

José Militão

José Chaves

(Dep. do PPS ocupa a vaga)

1 vaga

Bloco PL, PSL

José Santana de

Vasconcellos

Miguel de Souza

Milton Monti

(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)

(Dep. do PP ocupa a vaga)

1 vaga

PPS

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Dr. Francisco Gonçalves ^{vaga do PTB}

Geraldo Thadeu

1 vaga

PSB

Gonzaga Patriota

PDT

Mário Heringer

Sérgio Miranda ^{vaga do PC do B}

André Figueiredo

PC do B

(Dep. do PDT ocupa a vaga)

Vanessa Grazziotin

PSC

(Dep. do PTC ocupa a vaga)

Zequinha Marinho

PV

Marcelo Ortiz

PTC

Edson Duarte

Carlos Willian ^{vaga do PSC}

Secretário(a): Carla Medeiros

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A

Telefones: 216-6207/6232

FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 203, DE 1991, QUE "DISPÕE SOBRE O ACONDICIONAMENTO, A COLETA, O TRATAMENTO, O TRANSPORTE E A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE".

Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)

1º Vice-Presidente: Max Rosenmann (PMDB)

2º Vice-Presidente: Jorge Alberto (PMDB)

3º Vice-Presidente: Marcos Abramo (PP)

Relator: Cezar Silvestri (PPS)

Titulares

César Medeiros

Dr. Rosinha

Fernando Ferro

Luciano Zica

Orlando Desconsi

Selma Schons

PT

Suplentes

Angela Guadagnin

Colombo

Iara Bernardi

Leonardo Monteiro

Mariângela Duarte

Mauro Passos

PMDB

Benjamin Maranhão

Jorge Alberto

Max Rosenmann

Nelson Trad

Pedro Chaves

Albérico Filho

Alexandre Santos ^{vaga do PP}

Chicão Brígido

Gervásio Oliveira

Marcelo Castro

Natan Donadon

Bloco PFL, PRONA

Betinho Rosado

José Carlos Machado

Júlio Cesar

(Dep. do PP ocupa a vaga)

Alberto Fraga

Eduardo Sciarra

Ronaldo Caiado

(Dep. do PSC ocupa a vaga)

PSDB

Antonio Carlos Mendes Thame

Léo Alcântara

Ronaldo Dimas (Licenciado)

Eduardo Barbosa

Julio Semeghini

Rafael Guerra

PP

Celso Russomanno

Enivaldo Ribeiro

Feu Rosa

Marcos Abramo ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

Dr. Benedito Dias

Leodegar Tiscoski

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PTB

José Militão

Jovair Arantes

Neuton Lima

Fleury

Jefferson Campos

Ricarte de Freitas

PL

Amauri Gasques

Jorge Pinheiro

Remi Trinta

Paulo Gouvêa

(Dep. do PSB ocupa a vaga)

(Dep. S.PART. ocupa a vaga)

PPS

Cezar Silvestri

Geraldo Resende

PSB

Dr. Ribamar Alves

Carlos Mota ^{vaga do PL}

Gonzaga Patriota

PDT

Mário Heringer

Álvaro Dias

PC do B

Jamil Murad

1 vaga

PV

Leonardo Mattos

Edson Duarte

PSC

Dr. Heleno ^{vaga do Bloco PFL, PRONA}

S.PART.

Marcos de Jesus ^{vaga do PL}

Secretário(a): Leila Machado

Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A

Telefones: 3216-6212/6232
FAX: 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 2377, DE 2003, QUE "DISPÕE
SOBRE LINHAS DE CRÉDITO FEDERAIS DIRECIONADAS ÀS
ATIVIDADES TURÍSTICAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Bismarck Maia (PSDB)
1º Vice-Presidente: João Grandão (PT)
2º Vice-Presidente: Josué Bengtson (PTB)
3º Vice-Presidente: Costa Ferreira (PSC)
Relator: Alex Canziani (PTB)

Titulares		Suplentes
	PT	
João Grandão José Pimentel Reginaldo Lopes Rubens Otoni (Dep. do PDT ocupa a vaga) (Dep. do PSOL ocupa a vaga)		César Medeiros 5 vagas
	PMDB	
Carlos Eduardo Cadoca Pedro Chaves (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga) 1 vaga		5 vagas
	Bloco PFL, PRONA	
Fábio Souto Marcelo Guimarães Filho Ney Lopes 1 vaga		4 vagas
	PP	
Dr. Benedito Dias Herculano Anghinetti João Pizzolatti		Francisco Garcia João Tota ^{vaga do Bloco PL, PSL} 2 vagas
	PSDB	
Bismarck Maia Carlos Alberto Leréia Domiciano Cabral Marcelo Teixeira ^{vaga do PMDB}		Eduardo Paes Luiz Carlos Hauly Professora Raquel Teixeira
	PTB	
Alceste Almeida ^{vaga do PMDB} Alex Canziani José Militão Josué Bengtson		Arnon Bezerra Jovair Arantes Marcus Vicente
	Bloco PL, PSL	
Chico da Princesa Reinaldo Betão (Dep. S.PART. ocupa a vaga)		(Dep. do PP ocupa a vaga) 2 vagas
	PPS	
Geraldo Thadeu		Nelson Proença
	PSB	
Isaías Silvestre		Barbosa Neto
	PDT	
André Costa ^{vaga do PT} Severiano Alves		Álvaro Dias
	PC do B	
Perpétua Almeida		1 vaga
	PSC	
Costa Ferreira		1 vaga
	PV	
1 vaga		1 vaga
	PSOL	
Maninha ^{vaga do PT}		
	S.PART.	
João Mendes de Jesus ^{vaga do Bloco PL, PSL} Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 3216.6207		

FAX: 3216.6232

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI 2.671, DE 1989, QUE "DISPÕE SOBRE
O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE POSTO REVENDEDOR
DE DERIVADOS DO PETRÓLEO E ÁLCOOL ETÍLICO
HIDRATADO COMBUSTÍVEL - AEHC, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS" (PL 2316/03 - CÓDIGO BRASILEIRO DE
COMBUSTÍVEIS - APENSADO).**

Presidente: Simão Sessim (PP)
1º Vice-Presidente: Nélio Dias (PP)
2º Vice-Presidente: Moreira Franco (PMDB)
3º Vice-Presidente: José Carlos Araújo (PL)
Relator: Daniel Almeida (PCdoB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Dra. Clair Eduardo Valverde Hélio Esteves Luciano Zica Luiz Alberto Marco Maia		Devanir Ribeiro Fernando Ferro Ivo José Luiz Bassuma Paulo Rubem Santiago 1 vaga
	PMDB	
Eliseu Padilha João Magalhães Lupércio Ramos Moreira Franco Wladimir Costa		Alexandre Santos Eduardo Cunha Max Rosenmann Nelson Bornier Paulo Lima
	Bloco PFL, PRONA	
Betinho Rosado Carlos Melles Eduardo Sciarra Gervásio Silva		Almir Moura Claudio Cajado Fernando de Fabinho Gerson Gabrielli
	PSDB	
Carlos Sampaio Júlio Redecker Paulo Feijó		Antonio Cambraia Julio Semeghini Nicias Ribeiro
	PP	
João Pizzolatti Nélio Dias Simão Sessim		Celso Russomanno Feu Rosa Ricardo Barros
	PTB	
Marcus Vicente Nelson Marquezelli Sandro Matos		Alex Canziani Paes Landim Ricardo Izar
	PL	
José Carlos Araújo Júnior Betão Wellington Roberto		Aracely de Paula Jorge Pinheiro (Dep. S.PART. ocupa a vaga)
	PPS	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Dimas Ramalho
	PSB	
Beto Albuquerque		Josias Quintal ^{vaga do PC do B} Pastor Francisco Olímpio
	PDT	
Mário Heringer		Severiano Alves
	PC do B	
Daniel Almeida		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PV	
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		1 vaga
	PSC	
Deley ^{vaga do PV}		
	S.PART.	
Fernando Estima ^{vaga do PPS} Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 3216-6207/6232 FAX: 3216-6225		João Mendes de Jesus ^{vaga do PL}

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER

AO PROJETO DE LEI Nº 3057, DE 2000, DO SR. BISPO WANDERVAL, QUE "INCLUI § 2º NO ART. 41 DA LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, NUMERANDO-SE COMO PARÁGRAFO 1º O ATUAL PARÁGRAFO ÚNICO" (ESTABELECENDO QUE, PARA O REGISTRO DE LOTEAMENTO SUBURBANO DE PEQUENO VALOR, IMPLANTADO IRREGULARMENTE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E REGULARIZADO POR LEI MUNICIPAL, NÃO HÁ NECESSIDADE DE APROVAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO POR OUTRO ÓRGÃO).

Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)
 1º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)
 2º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PP)
 3º Vice-Presidente: Edinho Bez (PMDB)
 Relator: Barbosa Neto (PSB)

Titulares		Suplentes
	PT	
José Eduardo Cardozo		Durval Orlato
Maria do Carmo Lara		José Mentor
Roberto Gouveia		Luciano Zica
Tarcísio Zimmermann		Mariângela Duarte
Zezéu Ribeiro		1 vaga
	PMDB	
Albérico Filho		Carlos Eduardo Cadoca
Benjamin Maranhão		Cezar Schirmer
Edinho Bez		Mauro Lopes
Leandro Vilela		Max Rosenmann <small>vaga do PP</small>
Marinha Raupp		Nelson Trad
		Osmar Terra
	Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra		4 vagas
Jorge Khoury		
Onyx Lorenzoni		
Pauderney Avelino		
	PSDB	
Custódio Mattos		Bosco Costa
Gustavo Fruet		Paulo Bauer
Walter Feldman		Zenaldo Coutinho
	PP	
Herculano Anghinetti		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
Julio Lopes		2 vagas
Márcio Reinaldo Moreira		
	PTB	
Alex Canziani		Arnaldo Faria de Sá
Jackson Barreto		José Chaves
Ricardo Izar		Ricarte de Freitas
	PL	
Jorge Pinheiro		José Santana de Vasconcellos
Miguel de Souza		1 vaga
	PSB	
Barbosa Neto		2 vagas
Givaldo Carimbão		
	PDT	
Luiz Piauhyllino		1 vaga
	PPS	
Dimas Ramalho		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
	PC do B	
Jamil Murad		1 vaga
	PV	
Sarney Filho		1 vaga
	PSC	
1 vaga		1 vaga
	S.PART.	
		Fernando Estima <small>vaga do PPS</small>

Secretário(a): Regina Veiga
 Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A
 Telefones: 3216-6216/6232
 FAX: 3216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER

AO PROJETO DE LEI Nº 3.337, DE 2004, QUE "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, A ORGANIZAÇÃO E O CONTROLE SOCIAL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997, Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999, Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000, Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000, Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000, E Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Walter Pinheiro (PT)
 1º Vice-Presidente: Eliseu Resende (PFL)
 2º Vice-Presidente: Ricardo Barros (PP)
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Leonardo Picciani (PMDB)

Titulares		Suplentes
	PT	
Fernando Ferro		Devanir Ribeiro
Henrique Fontana		Eduardo Valverde
Luciano Zica		José Pimentel
Mauro Passos		Telma de Souza
Terezinha Fernandes		Zezéu Ribeiro
Walter Pinheiro		1 vaga
	PMDB	
Eliseu Padilha		Almerinda de Carvalho
Leonardo Picciani		Cabo Júlio <small>vaga do PSC</small>
Mauro Lopes		Darcísio Perondi
Moreira Franco		Eduardo Cunha
Osmar Serraglio		Gilberto Nascimento
		José Priante
	Bloco PFL, PRONA	
Eduardo Sciarra		Aroldo Cedraz
Eliseu Resende		Rodrigo Maia
José Roberto Arruda		(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)
Vilmar Rocha		1 vaga
	PP	
Dr. Benedito Dias		Julio Lopes
Francisco Appio		Leodegar Tiscoski
Ricardo Barros		Vadão Gomes
	PSDB	
Alberto Goldman		Julio Semeghini
Antonio Carlos Mendes Thame		Ronaldo Cezar Coelho
Bismarck Maia		Ronaldo Dimas (Licenciado)
	PTB	
Iris Simões		Fleury
Jackson Barreto		Jovair Arantes
Jonival Lucas Junior		Nelson Marquezelli
	Bloco PL, PSL	
José Santana de Vasconcellos		Jaime Martins
Luciano Castro		José Carlos Araújo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Medeiros
		1 vaga
	PPS	
Fernando Coruja		Roberto Freire
	PSB	
Mário Assad Júnior <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>		1 vaga
Renato Casagrande		
	PDT	
André Figueiredo		Severiano Alves
Renato Cozzolino <small>vaga do PSC</small>		
Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small>		
	PC do B	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Inácio Arruda
	PSC	
(Dep. do PDT ocupa a vaga)		Deley <small>vaga do PV</small>
		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)
	PV	
Sarney Filho		(Dep. do PSC ocupa a vaga)
Secretário(a): Leila Machado		

Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6212
FAX: 216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PL Nº 3638, DE 2000, QUE "INSTITUI O ESTATUTO DO
PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".**

Presidente: Leonardo Mattos (PV)

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator: Celso Russomanno (PP)

Titulares		Suplentes
	PT	
Angela Guadagnin		Vadinho Baião
Antônio Carlos Biffi		5 vagas
Assis Miguel do Couto		
Luci Choinacki		
Maria do Rosário		
Neyde Aparecida		
	PMDB	
Almerinda de Carvalho		5 vagas
Marinha Raupp		
Oswaldo Biolchi		
Rose de Freitas		
1 vaga		
	Bloco PFL, PRONA	
Laura Carneiro		4 vagas
Zelinda Novaes		
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		
1 vaga		
	PP	
Celso Russomanno		José Linhares
Ildeu Araujo		Suely Campos
Julio Lopes		1 vaga
	PSDB	
Eduardo Barbosa		Rafael Guerra
João Campos		Walter Feldman
Thelma de Oliveira		(Dep. do PPS ocupa a vaga)
	PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Fleury
Pastor Reinaldo		Marcus Vicente
Ricardo Izar		1 vaga
	Bloco PL, PSL	
Lincoln Portela		Coronel Alves
Maurício Rabelo		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Paulo Gouvêa		1 vaga
	PPS	
Geraldo Thadeu		Cláudio Magrão
		Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>
	PSB	
Luciano Leitoa		1 vaga
	PDT	
Severiano Alves		Enio Bacci
	PC do B	
Daniel Almeida		1 vaga
	PSC	
Milton Barbosa <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		Costa Ferreira
Pastor Amarildo		Deley <small>vaga do PV</small>
	PV	
Leonardo Mattos		(Dep. do PSC ocupa a vaga)
	S.PART.	
		Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>

Secretário(a): Mário Dráusio Coutinho
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 216.6203
FAX: 216.6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER

**AO PROJETO DE LEI Nº 4.212, DE 2004, DO SR. ÁTILA LIRA,
QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 9.394, DE 20 DE
DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E
BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS" (FIXANDO NORMAS PARA A EDUCAÇÃO
SUPERIOR DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS DE
ENSINO).**

Presidente: Gastão Vieira (PMDB)

1º Vice-Presidente: Dr. Pinotti (PFL)

2º Vice-Presidente: João Matos (PMDB)

3º Vice-Presidente: Átila Lira (PSDB)

Relator: Paulo Delgado (PT)

Titulares		Suplentes
	PT	
Carlos Abicalil		Iara Bernardi
Maria do Rosário		Neyde Aparecida
Mariângela Duarte		Paulo Pimenta
Paulo Delgado		Reginaldo Lopes
Paulo Rubem Santiago		Walter Pinheiro
	PMDB	
Gastão Vieira		Almerinda de Carvalho
João Matos		(Dep. do PP ocupa a vaga)
Mauro Benevides		3 vagas
Osmar Serraglio		
Oswaldo Biolchi		
	Bloco PFL, PRONA	
Celcita Pinheiro		4 vagas
Dr. Pinotti		
Onyx Lorenzoni		
1 vaga		
	PSDB	
Átila Lira		Bonifácio de Andrada
Nilson Pinto		Gonzaga Mota
Professora Raquel		Lobbe Neto
Teixeira		
	PP	
Feu Rosa		Ildeu Araujo
Francisco Dornelles		Márcio Reinaldo Moreira <small>vaga do PMDB</small>
José Linhares		Professor Irapuan Teixeira
		Simão Sessim
	PTB	
Eduardo Seabra		Neuton Lima
Fleury		Paes Landim
Jonival Lucas Junior		1 vaga
	PL	
Jorge Pinheiro		Humberto Michiles
Milton Monti		1 vaga
	PSB	
Luiza Erundina		2 vagas
Maria Helena		
	PDT	
Maurício Quintella Lessa		Severiano Alves
	PPS	
Rogério Teófilo		Airton Roveda
	PC do B	
Alice Portugal		Vanessa Grazziotin
	PV	
Marcelo Ortiz		1 vaga
	PSOL	
Ivan Valente		Chico Alencar

Secretário(a): Fernando Maia Leão
Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A
Telefones: 3216-6205/6230
FAX: 3216-6225

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER
AO PROJETO DE LEI Nº 4.530, DE 2004, DE AUTORIA DA
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E
ESTUDAR PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A**

JUVENTUDE, QUE "APROVA O PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Lobbe Neto (PSDB)

1º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)

2º Vice-Presidente: Elaine Costa (PTB)

3º Vice-Presidente: Luciano Leitoa (PSB)

Relator: Reginaldo Lopes (PT)

Titulares

PT	Suplentes
Carlos Abicalil	Fátima Bezerra
Ivo José	Iara Bernardi
Reginaldo Lopes	João Grandão
Roberto Gouveia	Odair Cunha
Selma Schons	Zico Bronzeado
Vignatti	1 vaga

PMDB	André Zacharow ^{vaga do PSB}
Ann Pontes	Marinha Raupp
Benjamin Maranhão	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
Darcísio Perondi	3 vagas
Leandro Vilela	
Rose de Freitas	

Bloco PFL, PRONA	André de Paula
Celcita Pinheiro	3 vagas
Clóvis Fecury	
Davi Alcolumbre	
Murilo Zauith	

PSDB	Ana Alencar
Eduardo Barbosa	Rafael Guerra
Lobbe Neto	Thelma de Oliveira
Zenaldo Coutinho	

PP	Feu Rosa
Nilton Baiano	2 vagas
Zonta	
1 vaga	

PTB	Alceste Almeida ^{vaga do PMDB}
Elaine Costa	Alex Canziani
Homero Barreto	2 vagas
1 vaga	

PL	Jorge Pinheiro
Giacobo	Neucimar Fraga
Júnior Betão	(Dep. S.PART. ocupa a vaga)
Maurício Rabelo	

PPS	Geraldo Thadeu
Rogério Teófilo	

PSB	Sandra Rosado ^{vaga do PC do B}
Luciano Leitoa	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)

PDT	Pompeo de Mattos
André Figueiredo	

PC do B	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Alice Portugal	

PV	1 vaga
Jovino Cândido	

S.PART.	João Mendes de Jesus ^{vaga do PL}
----------------	--

Secretário(a): Ana Clara Fonseca Serejo
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A
Telefones: 216-6235/6232
FAX: 216-6225

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4.679, DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ADIÇÃO DE FARINHA DE MANDIOCA REFINADA, DE FARINHA DE RASPA DE MANDIOCA OU DE FÉCULA DE MANDIOCA À FARINHA DE TRIGO".

Presidente: Moacir Micheletto (PMDB)
1º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PP)
2º Vice-Presidente: João Grandão (PT)
3º Vice-Presidente: Eduardo Sciarra (PFL)

Relator: Nilson Mourão (PT)

Titulares

PT	Suplentes
Assis Miguel do Couto	Reginaldo Lopes
João Grandão	4 vagas
Nazareno Fonteles	
Nilson Mourão	
Roberto Gouveia	

PMDB	Oswaldo Reis
Ann Pontes	4 vagas
Gervásio Oliveira	
Moacir Micheletto	
Rose de Freitas	
Waldemir Moka	

Bloco PFL, PRONA	Moroni Torgan
Eduardo Sciarra	3 vagas
Fernando de Fabinho	
Ivan Ranzolin	
Onyx Lorenzoni	

PSDB	Júlio Redecker
Antonio Carlos Mendes Thame	Leonardo Vilela
Átila Lira	Luiz Carlos Haully
Raimundo Gomes de Matos	

PP	Nélio Dias
Benedito de Lira	2 vagas
Dilceu Sperafico	
Nelson Meurer	

PTB	José Militão
Arnaldo Faria de Sá	2 vagas
Carlos Dunga	
Josué Bengtson	

PL	Almir Sá
Sandro Mabel	Wellington Fagundes
Wellington Roberto	

PSB	2 vagas
B. Sá	
Edinho Montemor	

PDT	Ademir Camilo
Maurício Quintella Lessa	

PPS	Rogério Teófilo
Cezar Silvestri	

PC do B	1 vaga
Daniel Almeida	

PV	Sarney Filho
Edson Duarte	

PSC	1 vaga
1 vaga	
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta	
Local: Anexo II - Pavimento Superior - sala 170-A	
Telefones: 3216-6211	
FAX: 3216-6225	

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 4846, DE 1994, QUE "ESTABELECE MEDIDAS DESTINADAS A RESTRINGIR O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Presidente: Marinha Raupp (PMDB)
1º Vice-Presidente: Osmânio Pereira (PTB)
2º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
3º Vice-Presidente: Enio Tatico (PTB)
Relator: Sandes Júnior (PP)

Titulares	Suplentes
PT	6 vagas
Ana Guerra	
Angela Guadagnin	
Durval Orlato	
Luiz Bassuma	
Nazareno Fonteles	
1 vaga	

PMDB

Leandro Vilela Marinha Raupp Wilson Santiago (Dep. S.PART. ocupa a vaga) 1 vaga	Paulo Lima 4 vagas	Wilson Santiago	
	Bloco PFL, PRONA	Bloco PFL, PRONA	
Dr. Pinotti Gerson Gabrielli José Roberto Arruda Laura Carneiro	4 vagas	José Roberto Arruda José Rocha Marcelo Guimarães Filho Ronaldo Caiado	Claudio Cajado Corauci Sobrinho Onyx Lorenzoni 1 vaga
	PSDB	PP	João Tota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> 3 vagas
Bismarck Maia João Castelo Lobbe Neto	Julio Semeghini Narcio Rodrigues Yeda Crusius	Bismarck Maia Léo Alcântara 1 vaga	Lobbe Neto Nilson Pinto Professora Raquel Teixeira
	PP	PTB	
Julio Lopes Nilton Baiano Sandes Júnior	João Pizzolatti Luis Carlos Heinze 1 vaga	José Militão Jovair Arantes Marcus Vicente	Arnaldo Faria de Sá Josué Bengtson Sandro Matos
	PTB	Bloco PL, PSL	Maurício Rabelo (Dep. S.PART. ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)
Arnon Bezerra Enio Tatício <small>vaga do PL</small> Nelson Marquezelli Osmânio Pereira	Neuton Lima (Dep. do PPS ocupa a vaga) 1 vaga	Reinaldo Betão 2 vagas	
	PL	PPS	Colbert Martins
Miguel de Souza (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	Lincoln Portela 2 vagas	Cláudio Magrão	
	PPS	PSB	Luciano Leitoa
Geraldo Thadeu	Colbert Martins Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>	Dr. Ribamar Alves	
	PSB	PDT	Pompeo de Mattos
Pastor Francisco Olímpio	1 vaga	André Figueiredo	
	PDT	PC do B	1 vaga
Manato	Pompeo de Mattos	Daniel Almeida	
	PC do B	PSC	Costa Ferreira
Alice Portugal	1 vaga	Deley <small>vaga do PV</small> (Dep. do PTC ocupa a vaga)	
	PV	PV	Leonardo Mattos
Marcelo Ortiz	Edson Duarte	(Dep. do PSC ocupa a vaga)	
	S.PART.	PTC	
Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small> Vieira Reis <small>vaga do PMDB</small> Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6206/6232 FAX: 216-6225		Carlos Willian <small>vaga do PSC</small>	
		S.PART.	João Mendes de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small>
		Secretário(a): Eveline de Carvalho Almintá Local: Anexo II - Pavimento Superior s/ 170-A Telefones: 216.6211	
		COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5186, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998, QUE INSTITUI NORMAS GERAIS SOBRE DESPORTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	
		Presidente: Bernardo Ariston (PMDB) 1º Vice-Presidente: Carlos Melles (PFL) 2º Vice-Presidente: Marcus Vicente (PTB) 3º Vice-Presidente: Marcelo Guimarães Filho (PFL) Relator: Enivaldo Ribeiro (PP)	
		Titulares	Suplentes
	PT		
César Medeiros Dr. Rosinha Gilmar Machado João Grandão Jorge Bittar 1 vaga	Antônio Carlos Biffi 5 vagas	Gilmar Machado Ivo José Nelson Pellegrino Simplicio Mário Vadinho Baião 1 vaga	Dr. Rosinha 5 vagas
	PMDB	PMDB	
Aníbal Gomes Darcísio Perondi Gastão Vieira Pedro Chaves	Nelson Bornier Tadeu Filippelli 3 vagas	Bernardo Ariston Mendes Ribeiro Filho Pedro Chaves Wilson Santiago (Dep. do PSC ocupa a vaga)	5 vagas
		Bloco PFL, PRONA	
		Carlos Melles	4 vagas

Claudio Cajado José Rocha Marcelo Guimarães Filho ^{vaga do PL} 1 vaga		1 vaga		
Antonio Cambraia Bismarck Maia 1 vaga	PSDB	Carlos Alberto Leréia Lobbe Neto Nilson Pinto	Bosco Costa João Campos 1 vaga	
Enivaldo Ribeiro 2 vagas	PP	João Pizzolatti 2 vagas	3 vagas	
José Militão Jovair Arantes Marcus Vicente	PTB	Arnaldo Faria de Sá Enio Tatico ^{vaga do PL} Josué Bengtson Sandro Matos	3 vagas	
Giacobo	PL	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Jorge Pinheiro 1 vaga	
Reinaldo Betão (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	2 vagas	
Geraldo Resende	PPS	Cláudio Magrão	André Figueiredo	
Dr. Ribamar Alves	PSB	Edinho Montemor ^{vaga do PL} Luciano Leitoa	Geraldo Thadeu	
André Figueiredo	PDT	João Fontes	1 vaga	
Daniel Almeida	PC do B	1 vaga	Vittorio Mediolio	
Marcelo Ortiz	PV	1 vaga	1 vaga	
Deley ^{vaga do PMDB} Secretário(a): Carla Rodrigues de M. Tavares Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6207/6232 FAX: 3216-6225	PSC			
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5234, DE 2005, DO PODER EXECUTIVO, QUE "INSTITUI A PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS OU ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE, CRIA O PROGRAMA FEDERAL DE PROTEÇÃO ESPECIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".				
Presidente: Thelma de Oliveira (PSDB) 1º Vice-Presidente: Eduardo Barbosa (PSDB) 2º Vice-Presidente: Rose de Freitas (PMDB) 3º Vice-Presidente: Celcita Pinheiro (PFL) Relator: Luiza Erundina (PSB)				
Titulares		Suplentes		
Iara Bernardi Luiz Couto Maria do Carmo Lara Maria do Rosário Terezinha Fernandes	PT	5 vagas		
Almerinda de Carvalho Marinha Raupp Rose de Freitas Teté Bezerra 1 vaga	PMDB	Ann Pontes Lúcia Braga 3 vagas		
Celcita Pinheiro Laura Carneiro Nice Lobão	Bloco PFL, PRONA	4 vagas		
			PSDB	
			Eduardo Barbosa Thelma de Oliveira Walter Barelli	
			Darci Coelho Nilton Baiano Suely Campos	
			Pastor Reinaldo (Dep. do PPS ocupa a vaga) 1 vaga	
			Luiza Erundina Sandra Rosado	
			Severiano Alves	
			Dr. Francisco Gonçalves ^{vaga do PTB} Geraldo Resende	
			Perpétua Almeida	
			Edson Duarte	
			1 vaga Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6214/6232 FAX: 3216-6225	
			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5403, DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES DA INTERNET, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	
			Presidente: Gastão Vieira (PMDB) 1º Vice-Presidente: Reginaldo Germano (PP) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: Julio Semeghini (PSDB)	
			Titulares	Suplentes
			Fernando Ferro Jorge Bittar Luiz Eduardo Greenhalgh Walter Pinheiro 2 vagas	6 vagas
			Gastão Vieira Luiz Bittencourt Wilson Santiago 2 vagas	Cezar Schirmer Jorge Alberto Marcelo Castro Paulo Afonso 1 vaga
			José Carlos Aleluia Laura Carneiro (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)	4 vagas
			Celso Russomanno João Batista ^{vaga do Bloco PFL, PRONA} Marcos Abramo ^{vaga do Bloco PFL, PRONA} Reginaldo Germano 1 vaga	Ricardo Barros 2 vagas
			Carlos Alberto Leréia	Domiciano Cabral

Julio Semeghini Nilson Pinto		Narcio Rodrigues 1 vaga	Gonzaga Mota Julio Semeghini Léo Alcântara Marcelo Teixeira <small>vaga do PMDB</small>	3 vagas
Alex Canziani Pastor Frankembergen Philemon Rodrigues	PTB	Edna Macedo Ricarte de Freitas 1 vaga		PP
Paulo Gouvêa (Dep. S.PART. ocupa a vaga) 1 vaga	Bloco PL, PSL	Lincoln Portela Reinaldo Betão 1 vaga	Celso Russomanno Francisco Dornelles Marcos Abramo <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Romel Anizio (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Benedito de Lira Cleonânio Fonseca Julio Lopes Simão Sessim
Nelson Proença	PPS	Raul Jungmann	Jonival Lucas Junior Marcus Vicente Romeu Queiroz (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Alex Canziani Enio Tatico <small>vaga do PL</small> Paes Landim Pedro Fernandes 1 vaga
Luciano Leitoa	PSB	1 vaga		
André Figueiredo	PDT	João Fontes		
Perpétua Almeida	PC do B	1 vaga	Júnior Betão (Dep. do PSB ocupa a vaga) (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Heleno Silva Lincoln Portela (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)
Costa Ferreira	PSC	1 vaga	1 vaga	
Edson Duarte	PV	1 vaga		
Marcos de Jesus <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Secretário(a): Leila Machado C. de Freitas Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6212/6232 FAX: 216-6225	S.PART.		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Nelson Proença
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 5476, DE 2001, DO SR. MARCELO TEIXEIRA, QUE "MODIFICA A LEI Nº 9472, DE 16 DE JULHO DE 1997, DETERMINANDO QUE A ESTRUTURA TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA, PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO, SEJA FORMADA APENAS PELA REMUNERAÇÃO DAS LIGAÇÕES EFETUADAS".				
Presidente: Francisco Dornelles (PP) 1º Vice-Presidente: Romel Anizio (PP) 2º Vice-Presidente: Selma Schons (PT) 3º Vice-Presidente: Luiz Bittencourt (PMDB) Relator: Léo Alcântara (PSDB)				
Titulares		Suplentes		
Devanir Ribeiro Jorge Bittar José Mentor Professor Luizinho Selma Schons Walter Pinheiro 1 vaga	PT	Fernando Ferro Gilmar Machado Ivo José Nilson Mourão Reginaldo Lopes 2 vagas		
Aníbal Gomes Átila Lins <small>vaga do PPS</small> Delfim Netto <small>vaga do PP</small> Geddel Vieira Lima Luiz Bittencourt Mauro Lopes Moacir Micheletto Zé Gerardo (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PMDB	7 vagas		
Corauci Sobrinho José Carlos Aleluia Mussa Demes Roberto Brant (Dep. do PP ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA	Fernando de Fabinho Marcelo Guimarães Filho <small>vaga do PL</small> Onyx Lorenzoni Robson Tuma Vilmar Rocha 1 vaga		
Eduardo Paes	PSDB	João Castelo		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6222, DE 2005, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 2º DO ART. 46 E AO CAPUT DO ART. 52 DA LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, SOBRE ADOÇÃO INTERNACIONAL". (PL 1756/03 APENSADO)				
Presidente: Maria do Rosário (PT) 1º Vice-Presidente: Zelinda Novaes (PFL) 2º Vice-Presidente: Severiano Alves (PDT) 3º Vice-Presidente: Kelly Moraes (PTB) Relator: Teté Bezerra (PMDB)				
Titulares		Suplentes		
Angela Guadagnin Fernando Ferro Maria do Rosário Rubens Otoni Selma Schons Telma de Souza	PT	Luiz Couto Neyde Aparecida Terezinha Fernandes 3 vagas		
Corauci Sobrinho Laura Carneiro Zelinda Novaes (Dep. do PP ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	PFL	Celcita Pinheiro Kátia Abreu Nice Lobão 2 vagas		
João Matos Marcelo Castro Paulo Afonso Teté Bezerra	PMDB	Ann Pontes Marinha Raupp 2 vagas		

Eduardo Barbosa Helenildo Ribeiro Júlio Redecker Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small> Thelma de Oliveira	PSDB Professora Raquel Teixeira Yeda Crusius 2 vagas	Gonzaga Mota João Almeida	Nilson Pinto Paulo Bauer
Darci Coelho <small>vaga do PFL</small> Francisco Garcia José Linhares 1 vaga	PP 3 vagas	Benedito de Lira Francisco Appio Nelson Meurer	PP Herculano Anghinetti João Pizzolatti Romel Anizio
Kelly Moraes 1 vaga	PTB Jonival Lucas Junior 1 vaga	Arnon Bezerra Jonival Lucas Junior Jovair Arantes	PTB Arnaldo Faria de Sá Iris Simões Neuton Lima
(Dep. S.PART. ocupa a vaga) 1 vaga	PL Almeida de Jesus Lincoln Portela	Jaime Martins Milton Monti	PL Giacobo José Carlos Araújo
Luiza Erundina 1 vaga	PSB 2 vagas	Renato Casagrande (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PSB Isaías Silvestre Josias Quintal
1 vaga	PPS 1 vaga	Maurício Quintella Lessa (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	PDT Sérgio Miranda
Severiano Alves	PDT Enio Bacci	Vanessa Grazziotin	PPS Cezar Silvestri
Perpétua Almeida	PC do B Jamil Murad	Edson Duarte	PC do B Jandira Feghali
Marcelo Ortiz	PV (Dep. do PSC ocupa a vaga)	Babá	PV Leonardo Mattos
Marcos de Jesus <small>vaga do PL</small> Secretário(a): Fernando Maia Leão Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6205/6232 FAX: 216-6225	PSC Deley <small>vaga do PV</small>	Fernando Estima <small>vaga do PPS</small> João Mendes de Jesus <small>vaga do PSB</small> Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho Aguiar Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A Telefones: 3216-6218/6232 FAX: 3216-6225	PSC Dr. Heleno <small>vaga do PSOL</small>
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 6.666, DE 2006, DO SR. LUCIANO ZICA, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, QUE 'DISPÕE SOBRE A POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL, AS ATIVIDADES RELATIVAS AO MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, INSTITUI O CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA E A AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".	S.PART.	S.PART.	S.PART.
Presidente: João Almeida (PSDB) 1º Vice-Presidente: Arnaldo Madeira (PSDB) 2º Vice-Presidente: Luiz Bassuma (PT) 3º Vice-Presidente: Betinho Rosado (PFL) Relator: José Priante (PMDB)	Titulares	Titulares	Suplentes
Luciano Zica Luiz Alberto Luiz Bassuma Mariângela Duarte Tarcísio Zimmermann	PT Durval Orlato Fernando Ferro Luiz Eduardo Greenhalgh Mauro Passos 1 vaga	Carlito Merss José Pimentel Nazareno Fonteles Reginaldo Lopes Selma Schons Vignatti	Eduardo Valverde Jorge Boeira Vitorassi 3 vagas
Albérico Filho Delfim Netto José Priante Lupércio Ramos Marcello Siqueira	PMDB Aníbal Gomes Átila Lins Marcelo Castro Mauro Lopes Natan Donadon	Carlos Eduardo Cadoca Eliseu Padilha Max Rosenmann Wilson Santiago Zé Gerardo	PMDB Alexandre Santos <small>vaga do PP</small> 5 vagas
Betinho Rosado Fernando de Fabinho José Carlos Aleluia José Carlos Machado	Bloco PFL, PRONA Eliseu Resende Júlio Cesar 2 vagas	Carlos Melles Eduardo Sciarra Gerson Gabrielli Luiz Carreira	Bloco PFL, PRONA Fernando de Fabinho Gervásio Silva Joaquim Francisco <small>vaga do PTB</small> José Roberto Arruda Vilmar Rocha
Arnaldo Madeira	PSDB Hamilton Casara	Francisco Dornelles 2 vagas	PP Benedito de Lira Feu Rosa

(Dep. do PMDB ocupa a vaga)		João Campos	(Dep. do PV ocupa a vaga)
PSDB		Leonardo Vilela ^{vaga do PP}	1 vaga
Luiz Carlos Haulay	Júlio Redecker	Professora Raquel Teixeira	
Ronaldo Dimas (Licenciado)	Julio Semeghini		
Walter Barelli	1 vaga	PTB	
Armando Monteiro	Enio Tatico ^{vaga do Bloco PL, PSL}		3 vagas
Arnaldo Faria de Sá	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	Bloco PL, PSL	
José Militão	2 vagas		
Bloco PL, PSL		Jorge Pinheiro	Luciano Castro
Giacobo	Heleno Silva	Lincoln Portela ^{vaga do PV}	Maurício Rabelo
Miguel de Souza	Milton Monti	Sandro Mabel	Miguel de Souza
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	(Dep. do PTB ocupa a vaga)	1 vaga	
PPS		PPS	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
Fernando Coruja	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	PSB	Júlio Delgado ^{vaga do PPS}
PSB			1 vaga
Renato Casagrande	B. Sá ^{vaga do PPS}	PDT	
	Jorge Gomes	PDT	Mário Heringer
Ademir Camilo ^{vaga do Bloco PL, PSL}	Álvaro Dias	PC do B	
Sérgio Miranda		PSC	1 vaga
PC do B		PSC	
Vanessa Grazziotin	1 vaga	PV	Zequinha Marinho
PSC			
Costa Ferreira	1 vaga	(Dep. do Bloco PL, PSL ocupa a vaga)	Vittorio Mediolli ^{vaga do PSDB}
PV			1 vaga
Vittorio Mediolli	Jovino Cândido	PSOL	
Secretário(a): Maria Terezinha Donati			Maninha ^{vaga do PT}
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho	
Telefones: 216-6215/6232		Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
FAX: 216-6225		Telefones: 216-6206/6232	
		FAX: 216-6225	
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 184, DE 2004, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CENTRO-OESTE - SUDECO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".</p> <p>Presidente: Carlos Abicalil (PT) 1º Vice-Presidente: Ronaldo Caiado (PFL) 2º Vice-Presidente: Professora Raquel Teixeira (PSDB) 3º Vice-Presidente: Relator: Sandro Mabel (PL)</p>		<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - SUDENE, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</p> <p>Presidente: 1º Vice-Presidente: José Pimentel (PT) 2º Vice-Presidente: Fábio Souto (PFL) 3º Vice-Presidente: Relator: Zezéu Ribeiro (PT)</p>	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
PT		PT	
Antônio Carlos Biffi	Sigmaringa Seixas	Fátima Bezerra	Josias Gomes
Carlos Abicalil	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	José Pimentel	Luiz Alberto
João Grandão	4 vagas	Leonardo Monteiro	Maurício Rands
Neyde Aparecida		Luiz Couto	Terezinha Fernandes
Rubens Otoni		Paulo Rubem Santiago	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
1 vaga		Zezéu Ribeiro	1 vaga
PMDB		PFL	
Luiz Bittencourt	Leandro Vilela	André de Paula	Fernando de Fabinho
Nelson Trad	4 vagas	César Bandeira	José Carlos Machado
Pedro Chaves		Fábio Souto	Marcelo Guimarães Filho
Teté Bezerra		José Rocha	(Dep. do PL ocupa a vaga)
Waldemir Moka		Luiz Carreira	1 vaga
Bloco PFL, PRONA		PMDB	
Celcita Pinheiro	José Roberto Arruda	Jorge Alberto	Carlos Eduardo Cadoca
Murilo Zauith	Vilmar Rocha	Mauro Benevides	Mauro Lopes
Ronaldo Caiado	2 vagas	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Moraes Souza
1 vaga		1 vaga	Zé Gerardo
PP		PSDB	
Darci Coelho	Pedro Henry	Antonio Cambraia	Gonzaga Mota
(Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Sandes Júnior	Bosco Costa	João Castelo
1 vaga	1 vaga	Helenildo Ribeiro	2 vagas
PSDB			
Carlos Alberto Leréia	Ronaldo Dimas (Licenciado)		

João Almeida			Darci Coelho ^{vaga do PFL}	Zé Lima
Benedito de Lira	PP	Enivaldo Ribeiro	Francisco Garcia	2 vagas
Cleonânncio Fonseca		Márcio Reinaldo Moreira	Suely Campos	
Reginaldo Germano		Zé Lima	1 vaga	
Armando Monteiro	PTB			
Jackson Barreto		2 vagas	Alceste Almeida ^{vaga do PMDB}	PTB
Jaime Martins	PL	José Carlos Araújo ^{vaga do PFL}	Pastor Frankembergen	Josué Bengtson
José Santana de Vasconcellos		Sandro Mabel	Silas Câmara	1 vaga
		1 vaga		
B. Sá ^{vaga do PPS}	PSB	Eduardo Campos	Humberto Michiles	Coronel Alves ^{vaga do PSB}
Isaías Silvestre		1 vaga	Raimundo Santos	Luciano Castro
Sandra Rosado ^{vaga do PMDB}				Maurício Rabelo
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	PPS		Dr. Ribamar Alves	(Dep. do PL ocupa a vaga)
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Rogério Teófilo	1 vaga	1 vaga
Álvaro Dias	PDT		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	
Maurício Quintella Lessa ^{vaga do PSB}		Wagner Lago	Dr. Rodolfo Pereira	PDT
Renildo Calheiros	PC do B	Inácio Arruda	Perpétua Almeida	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
Elimar Máximo Damasceno	PRONA		Sarney Filho	PV
		1 vaga		(Dep. do PSC ocupa a vaga)
	PSOL	João Alfredo ^{vaga do PT}		PSC
Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta			Secretário(a): Maria Terezinha Donati	Deley ^{vaga do PV}
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A	
Telefones: 216-6211 / 6232			Telefones: 216-6215 / 6232	
FAX: 216-6225			FAX: 216-6225	
<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 91, DE 2003, QUE "INSTITUI, NA FORMA DO ART. 43 DA CONSTITUIÇÃO, A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - SUDAM, ESTABELECE A SUA COMPOSIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA, OBJETIVOS, ÁREA DE COMPETÊNCIA E INSTRUMENTOS DE AÇÃO".</p>			<p>COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO TEMA ABRANJA A REFORMA PREVIDENCIÁRIA.</p>	
<p>Presidente: Átila Lins (PMDB) 1º Vice-Presidente: Marinha Raupp (PMDB) 2º Vice-Presidente: Vic Pires Franco (PFL) 3º Vice-Presidente: Hamilton Casara (PSDB)</p>			<p>Presidente: Roberto Brant (PFL) 1º Vice-Presidente: Onyx Lorenzoni (PFL) 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente: Relator: José Pimentel (PT)</p>	
<p>Titulares</p>			<p>Titulares</p>	
Anselmo	PT	Eduardo Valverde	Arlindo Chinaglia	PT
Carlos Abicalil		Nilson Mourão	Dr. Rosinha	Adão Pretto
Hélio Esteves		Zico Bronzeado	Eduardo Valverde	Assis Miguel do Couto
Henrique Afonso		3 vagas	Henrique Fontana	Durval Orlato
Terezinha Fernandes			José Pimentel	Guilherme Menezes
Zé Geraldo			Nilson Mourão	Roberto Gouveia
			(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	(Dep. do PSOL ocupa a vaga)
				1 vaga
	PFL		Alberto Fraga ^{vaga do PMDB}	PFL
Kátia Abreu		Clóvis Fecury	Félix Mendonça ^{vaga do PTB}	Ivan Ranzolin ^{vaga do PP}
Pauderney Avelino		Davi Alcolumbre ^{vaga do PDT}	Gervásio Silva	Luiz Carreira
Vic Pires Franco		Francisco Rodrigues	Murilo Zauith	Vic Pires Franco
(Dep. do PP ocupa a vaga)		3 vagas	Onyx Lorenzoni	Vilmar Rocha
1 vaga			Roberto Brant	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PMDB		Robson Tuma	(Dep. do PP ocupa a vaga)
Asdrubal Bentes		Ann Pontes	(Dep. do PP ocupa a vaga)	1 vaga
Átila Lins ^{vaga do PPS}		Wladimir Costa		
Marinha Raupp		2 vagas	Adelor Vieira	PMDB
Oswaldo Reis			Alexandre Santos ^{vaga do PSDB}	Oswaldo Biolchi
(Dep. do PTB ocupa a vaga)			Darcísio Perondi	4 vagas
	PSDB		Jorge Alberto	
Hamilton Casara		Anivaldo Vale	Mendes Ribeiro Filho	
Nícias Ribeiro		João Castelo	(Dep. do PFL ocupa a vaga)	
Nilson Pinto		Zenaldo Coutinho		
1 vaga		1 vaga	Alberto Goldman	PSDB
	PP		Custódio Mattos	Anivaldo Vale
			Eduardo Barbosa	Bismarck Maia
			Yeda Crusius	João Campos
			(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	(Dep. do PP ocupa a vaga)
				1 vaga
				PP

Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>		Feu Rosa <small>vaga do PSDB</small>		Darci Coelho <small>vaga do PFL</small>	PP	Celso Russomanno
Jair Bolsonaro		Reginaldo Germano <small>vaga do PFL</small>		Feu Rosa		Jair Bolsonaro <small>vaga do PTB</small>
José Linhares		(Dep. do PFL ocupa a vaga)		2 vagas		Nélio Dias
1 vaga		2 vagas				Roberto Balestra
	PTB				PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Ricardo Izar		Fleury		Arnaldo Faria de Sá
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Vicente Cascione		Paes Landim <small>vaga do PFL</small>		(Dep. do PP ocupa a vaga)
(Dep. do PFL ocupa a vaga)		1 vaga		Vicente Cascione		1 vaga
	PL			1 vaga		
Chico da Princesa		Humberto Michiles		José Santana de Vasconcelos	PL	Raimundo Santos
Medeiros		Maurício Rabelo		(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Wellington Roberto
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Wellington Roberto		1 vaga		(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PSB				PSB	
Carlos Mota <small>vaga do PL</small>		Marcondes Gadelha <small>vaga do PFL</small>		Carlos Mota <small>vaga do PL</small>		João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do PL</small>
Paulo Baltazar		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		1 vaga		2 vagas
1 vaga		1 vaga		Renato Casagrande		(Dep. do PTC ocupa a vaga)
	PPS			(Dep. do PTC ocupa a vaga)		
Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>		Geraldo Thadeu			PPS	
Fernando Coruja				Dimas Ramalho		Fernando Coruja
	PDT			Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small>		
Alceu Collares		(Dep. S.PART. ocupa a vaga)			PDT	
	PC do B			Wagner Lago		Pompeo de Mattos
Jandira Feghali		Alice Portugal			PC do B	
	PRONA			Perpétua Almeida		1 vaga
Enéas		1 vaga		1 vaga		
	PSOL				PRONA	
Ivan Valente <small>vaga do PT</small>		Luciana Genro <small>vaga do PT</small>				1 vaga
		Maninha <small>vaga do PSB</small>		João Alfredo <small>vaga do PT</small>		
	S.PART.				PSOL	
		João Mendes de Jesus <small>vaga do PDT</small>				
Secretário(a): Maria Terezinha Donati					PTC	
Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A				Carlos Willian <small>vaga do PSB</small>		
Telefones: 216-6215 / 6232				Secretário(a): Heloisa Pedrosa Diniz		
FAX: 216-6225				Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A		
				Telefones: 216-6201 / 6232		
				FAX: 216-6225		
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM				COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM		
RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO				RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO		
TEMA ABRANJA A REFORMA DO JUDICIÁRIO.				TEMA ABRANJA A REFORMA POLÍTICA.		
Presidente: José Eduardo Cardozo (PT)				Presidente: Alexandre Cardoso (PSB)		
1º Vice-Presidente: João Alfredo (PSOL)				1º Vice-Presidente:		
2º Vice-Presidente: Nelson Trad (PMDB)				2º Vice-Presidente:		
3º Vice-Presidente: João Campos (PSDB)				3º Vice-Presidente:		
Titulares				Relator: Ronaldo Caiado (PFL)		
	PT		Suplentes	Titulares		Suplentes
Antonio Carlos Biscaia		Iriny Lopes		Devanir Ribeiro	PT	César Medeiros
Dra. Clair		6 vagas		Fernando Ferro		Colombo
José Eduardo Cardozo				José Eduardo Cardozo		Luiz Sérgio
José Mentor				Luiz Couto		Maria do Carmo Lara
Maurício Rands				Paulo Delgado		(Dep. do PSOL ocupa a
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)				Rubens Otoni		vaga)
1 vaga				(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		(Dep. do PDT ocupa a vaga)
	PFL				PFL	1 vaga
Jairo Carneiro		Antonio Carlos Magalhães Neto		André de Paula		Antonio Carlos Magalhães
Luiz Carlos Santos		José Mendonça Bezerra		Luiz Carlos Santos		Neto
Mendonça Prado		Robério Nunes		Roberto Magalhães <small>vaga do PTB</small>		Eduardo Sciarra
(Dep. do PP ocupa a vaga)		Vilmar Rocha		Ronaldo Caiado		José Rocha
(Dep. do PTB ocupa a vaga)		2 vagas		Vic Pires Franco		Marcelo Guimarães Filho
1 vaga				(Dep. do PP ocupa a vaga)		Zelinda Novaes
	PMDB			(Dep. do PTB ocupa a vaga)		(Dep. do PSDB ocupa a
Bernardo Ariston		Osmar Serraglio			PMDB	vaga)
Nelson Trad		Paulo Lima		Cezar Schirmer		Almerinda de Carvalho
Wilson Santiago		3 vagas		Osmar Serraglio		Átila Lins <small>vaga do PPS</small>
2 vagas				Oswaldo Biolchi		Jorge Alberto
	PSDB			(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		Leandro Vilela
Aloysio Nunes Ferreira		Bonifácio de Andrada				
(Licenciado)						
João Campos		Bosco Costa				
Vicente Arruda		Nicias Ribeiro				
(Dep. do PPS ocupa a vaga)		Zenaldo Coutinho				
1 vaga		Zulaiê Cobra				

1 vaga		Mauro Benevides (Dep. S.PART. ocupa a vaga)	(Dep. do PSDB ocupa a vaga) 2 vagas
	PSDB		PMDB
Afonso Camargo		Carlos Alberto Leréia	Leonardo Picciani
Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)		Nícias Ribeiro	Wladimir Costa
Bonifácio de Andrada		Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small>	(Dep. do PTB ocupa a vaga)
João Almeida		Thelma de Oliveira	(Dep. do PSDB ocupa a vaga)
Professora Raquel Teixeira		Vicente Arruda	(Dep. do PSB ocupa a vaga)
	PP	1 vaga	PSDB
Leodegar Tiscoski		Francisco Dornelles	Antonio Carlos Pannunzio
Marcos Abramo <small>vaga do PFL</small>		Nélio Dias	Carlos Alberto Leréia
Mário Negromonte		Ricardo Barros	Eduardo Paes
Nilton Baiano	PTB		Marcelo Teixeira <small>vaga do PMDB</small>
Jackson Barreto		Edna Macedo	Paulo Bauer <small>vaga do PFL</small>
Paes Landim <small>vaga do PFL</small>		José Múcio Monteiro	Ronaldo Dimas (Licenciado)
Philemon Rodrigues		Neuton Lima	Zenaldo Coutinho
(Dep. do PFL ocupa a vaga)	PL		PP
Lincoln Portela		Almeida de Jesus	Francisco Dornelles
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		Oliveira Filho	João Batista <small>vaga do PFL</small>
1 vaga	PSB	(Dep. do PSB ocupa a vaga)	Nelson Meurer
Alexandre Cardoso		Mário Assad Júnior <small>vaga do PL</small>	Roberto Balestra
João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do PL</small>		2 vagas	PTB
Luiza Erundina	PPS		Iris Simões
Fernando Coruja		(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	José Chaves <small>vaga do PMDB</small>
Severiano Alves	PDT		José Múcio Monteiro
		João Fontes <small>vaga do PT</small>	(Dep. do PFL ocupa a vaga)
	PC do B	Mário Heringer	Miguel de Souza
Renildo Calheiros		Inácio Arruda	Sandro Mabel
Jovino Cândido	PV		(Dep. do PFL ocupa a vaga)
	PSOL		PSB
Chico Alencar <small>vaga do PT</small>		João Alfredo <small>vaga do PT</small>	Dr. Ribamar Alves
	S.PART.	Vieira Reis <small>vaga do PMDB</small>	Isaías Silvestre
José Divino <small>vaga do PMDB</small>			Maria Helena <small>vaga do PMDB</small>
Secretário(a): Ana Lúcia Ribeiro Marques			Cláudio Magrão
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A			PPS
Telefones: 216-6214 / 6232			PDT
FAX: 216-6225			Pompeo de Mattos
			(Dep. do PSB ocupa a vaga)
			PC do B
			Daniel Almeida
			PRONA
			1 vaga
			PSOL
			Secretário(a): Valdivino Tolentino Filho
			Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A
			Telefones: 216-6206 / 6232
			FAX: 216-6225
			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM
			RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO
			TEMA ABRANJA A REFORMA TRABALHISTA.
			Presidente: Vicentinho (PT)
			1º Vice-Presidente: Maurício Rands (PT)
			2º Vice-Presidente:
			3º Vice-Presidente:
			Relator: José Chaves (PTB)
			Titulares
	PT	Suplentes	
Carlos Santana		Antônio Carlos Biffi	
Dra. Clair		Antonio Carlos Biscaia	
Luiz Alberto		Henrique Afonso	
Maurício Rands		Josias Gomes	
Orlando Desconsi		Neyde Aparecida	
Vicentinho		Tarcisio Zimmermann	
1 vaga		(Dep. do PSOL ocupa a vaga)	
	PFL		
Almir Moura <small>vaga do PL</small>		Celcita Pinheiro	
Joaquim Francisco <small>vaga do PTB</small>		Gerson Gabrielli	
Robson Tuma		Onyx Lorenzoni	
Vilmar Rocha		(Dep. do PTB ocupa a vaga)	
(Dep. do PP ocupa a vaga)		2 vagas	
			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO EM
			RELAÇÃO ÀS MATÉRIAS EM TRAMITAÇÃO NA CASA, CUJO
			TEMA ABRANJA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.
			Presidente: Mussa Demes (PFL)
			1º Vice-Presidente: Gerson Gabrielli (PFL)
			2º Vice-Presidente: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB)
			3º Vice-Presidente: Luiz Carlos Hauly (PSDB)
			Relator: Virgílio Guimarães (PT)
			Titulares
	PT	Suplentes	
Carlito Merss		Paulo Pimenta	
Jorge Bittar		Reginaldo Lopes	
José Mentor		Telma de Souza	
Paulo Bernardo (Licenciado)		Vignatti	
Paulo Rubem Santiago		(Dep. do PV ocupa a vaga)	
Virgílio Guimarães		2 vagas	
Walter Pinheiro			
	PFL		
Edmar Moreira <small>vaga do PL</small>		Aroldo Cedraz	
Gerson Gabrielli		Eduardo Sciarra	

José Carlos Machado José Roberto Arruda Mussa Demes Pauderney Avelino (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Eliseu Resende Gervásio Silva Júlio Cesar Vic Pires Franco	PMDB	Gastão Vieira João Matos Marinha Raupp Oswaldo Biolchi 1 vaga	PMDB Bloco PFL, PRONA	Osmar Serraglio Pedro Irujo <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> 4 vagas
André Zacharow <small>vaga do PDT</small> Carlos Eduardo Cadoca Delfim Netto <small>vaga do PP</small> Luiz Bittencourt Max Rosenmann (Dep. do PTB ocupa a vaga) (Dep. do PSDB ocupa a vaga)	Ann Pontes Jorge Alberto Paulo Afonso Pedro Chaves 1 vaga	PMDB	Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small> César Bandeira Corauci Sobrinho Dr. Pinotti Murilo Zauith	Bloco PFL, PRONA	Almir Moura <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> 4 vagas
Antonio Cambraia Eduardo Paes <small>vaga do PFL</small> Julio Semeghini Luiz Carlos Haully Marcelo Teixeira <small>vaga do PMDB</small> Narcio Rodrigues Walter Feldman	Anivaldo Vale Antonio Carlos Mendes Thame Gonzaga Mota Yeda Crusius (Dep. do PTB ocupa a vaga)	PSDB	Feu Rosa Professor Irapuan Teixeira Simão Sessim Vanderlei Assis	PP	Márcio Reinaldo Moreira Suely Campos (Dep. do PDT ocupa a vaga) 1 vaga
Francisco Dornelles João Leão <small>vaga do PL</small> Romel Anizio (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	Herculano Anghinetti Márcio Reinaldo Moreira 1 vaga	PP	Nilson Pinto Professora Raquel Teixeira 1 vaga	PSDB	Bonifácio de Andrada Lobbe Neto Rafael Guerra
Armando Monteiro <small>vaga do PMDB</small> José Militão Nelson Marquezelli 1 vaga	Arnon Bezerra <small>vaga do PSDB</small> Enio Tatico Pedro Fernandes (Dep. do PSC ocupa a vaga)	PTB	Eduardo Seabra Jonival Lucas Junior (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PTB	Alex Canziani Elaine Costa Paes Landim
Sandro Mabel (Dep. do PFL ocupa a vaga) (Dep. do PP ocupa a vaga)	Jaime Martins Reinaldo Betão (Dep. do PSB ocupa a vaga)	PL	Milton Monti (Dep. do PSB ocupa a vaga) 1 vaga	Bloco PL, PSL	(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga) (Dep. do PMDB ocupa a vaga) 1 vaga
Beto Albuquerque Renato Casagrande	João Paulo Gomes da Silva <small>vaga do PL</small> Pastor Francisco Olímpio 1 vaga	PSB	Rogério Teófilo	PPS	Fernando Coruja
Fernando Coruja	(Dep. do PDT ocupa a vaga)	PPS	Carlos Mota <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Luciano Leitoa	PSB	1 vaga
Sérgio Miranda <small>vaga do PC do B</small> (Dep. do PMDB ocupa a vaga)	André Figueiredo João Herrmann Neto <small>vaga do PPS</small>	PDT	Severiano Alves	PDT	Wagner Lago <small>vaga do PP</small> 1 vaga
(Dep. do PDT ocupa a vaga)	Vanessa Grazziotin	PC do B	Alice Portugal	PC do B	Jamil Murad
Edson Duarte	Fernando Gabeira <small>vaga do PT</small> Leonardo Mattos	PV	Costa Ferreira	PSC	1 vaga
Secretário(a): Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar Local: Anexo II, Pavimento Superior, sala 170-A Telefones: 216-6218 / 6232 FAX: 216-6225	Zequinha Marinho <small>vaga do PTB</small>	PSC	Sarney Filho Secretário(a): -	PV	Marcelo Ortiz
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A OUVIR OS DIVERSOS POSICIONAMENTOS A RESPEITO DO TEMA E PROPOR MEDIDAS VISANDO A REFORMA UNIVERSITÁRIA.			COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR AS SOLICITAÇÕES DE ACESSO A INFORMAÇÕES SIGILOSAS PRODUZIDAS OU RECEBIDAS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES PARLAMENTARES E ADMINISTRATIVAS, ASSIM COMO SOBRE O CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DE PRAZOS DE SIGILO E OUTRAS ATRIBUIÇÕES PREVISTAS NA RESOLUÇÃO N ° 29, DE 1993.		
Presidente: 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:			Presidente: Carlos Melles (PFL) 1º Vice-Presidente: 2º Vice-Presidente: 3º Vice-Presidente:		
Titulares			Titulares		
			Jorge Bittar	PT	Suplentes
				PFL	
			Carlos Melles Roberto Magalhães Secretário(a): Tarciso Aparecido Higino de Carvalho Local: Secretaria Executiva da Cesp de Doc. Sigilosos Telefones: 216-5625 FAX: 216-5605		
6 vagas		PT			6 vagas

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EFETUAR ESTUDO E OFERECER PROPOSIÇÕES SOBRE O TEMA TRABALHO E EMPREGO DOMÉSTICO.

Presidente: Elaine Costa (PTB)

1º Vice-Presidente: Sandra Rosado (PSB)

2º Vice-Presidente: Luiz Alberto (PT)

3º Vice-Presidente: Benjamin Maranhão (PMDB)

Relator: Luci Choinacki (PT)

Titulares

	PT	Suplentes
Iara Bernardi		Dra. Clair
Luci Choinacki		Maria do Rosário
Luciano Zica		Neyde Aparecida
Luiz Alberto		Selma Schons

	PMDB	
Benjamin Maranhão		Leonardo Picciani
Lúcia Braga		Oswaldo Reis
(Dep. do PSB ocupa a vaga)		2 vagas
1 vaga		

	Bloco PFL, PRONA	
Davi Alcolumbre		3 vagas
Zelinda Novaes		
(Dep. do PSC ocupa a vaga)		

	PP	
José Linhares		Érico Ribeiro
Nilton Baiano		Mário Negromonte
1 vaga		Vadão Gomes

	PSDB	
Bosco Costa		Thelma de Oliveira
Walter Barelli		1 vaga

	PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Edna Macedo
Elaine Costa		(Dep. do PPS ocupa a vaga)

	Bloco PL, PSL	
Maurício Rabelo		Wanderval Santos
Medeiros		1 vaga

	PPS	
Cláudio Magrão		Dr. Francisco Gonçalves <small>vaga do PTB</small>
		1 vaga

	PSB	
Jorge Gomes		1 vaga
Sandra Rosado <small>vaga do PMDB</small>		

	PDT	
Alceu Collares		André Figueiredo

	PC do B	
Jandira Feghali		Vanessa Grazziotin

	PSC	
Milton Barbosa <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small>		
Secretário(a): Regina Maria Veiga Brandão		
Local: Anexo II - Pavimento Superior - Sala 170-A		
Telefones: 3216-6216/6232		
FAX: 3216-6225		

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS DO TRÁFICO DE ARMAS.

Presidente: Moroni Torgan (PFL)

1º Vice-Presidente: Laura Carneiro (PFL)

2º Vice-Presidente: Josias Quintal (PSB)

3º Vice-Presidente: Neucimar Fraga (PL)

Relator: Paulo Pimenta (PT)

Titulares

	PT	Suplentes
Luiz Couto		Antonio Carlos Biscaia
Odair Cunha		Iriny Lopes
Paulo Pimenta		José Eduardo Cardozo
1 vaga		Zico Bronzeado

	PMDB	
--	-------------	--

Gervásio Oliveira	Cabo Júlio
Mauro Lopes	Gilberto Nascimento
Nelson Trad	2 vagas
(Dep. do PSB ocupa a vaga)	

	Bloco PFL, PRONA	
Alberto Fraga <small>vaga do PTB</small>		Abelardo Lupion
Laura Carneiro		Eduardo Sciarra
Moroni Torgan		Onyx Lorenzoni
Robson Tuma		

	PSDB	
Carlos Sampaio		Helenildo Ribeiro
João Campos		Julio Semeghini
		Zulaiê Cobra <small>vaga do PTB</small>

	PP	
Nilton Baiano		Francisco Appio
Reginaldo Germano		Mário Negromonte

	PTB	
Arnaldo Faria de Sá		Fleury
(Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)		(Dep. do PSDB ocupa a vaga)

	PL	
Coronel Alves		Medeiros
Neucimar Fraga		1 vaga

	PPS	
Colbert Martins		Raul Jungmann

	PSB	
Josias Quintal <small>vaga do PMDB</small>		Gonzaga Patriota
Paulo Baltazar		

	PDT	
Pompeo de Mattos		Enio Bacci

	PC do B	
Perpétua Almeida		1 vaga

	PV	
Edson Duarte		Jovino Cândido
Secretário(a): Manoel Alvim		
Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 151-B		
Telefones: 216-6210/6252		
FAX: 216-6285		

REQUER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E TOMAR MEDIDAS CABÍVEIS NAS DENÚNCIAS DE DESVIO DE VERBAS FEDERAIS RELATIVAS À SAÚDE NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

	Titulares	Suplentes
	PT	
(Dep. do PSOL ocupa a vaga)		

	PMDB	
(Dep. S.PART. ocupa a vaga)		

	PFL	
Laura Carneiro		

	PSB	
Alexandre Cardoso		

	PC do B	
Jandira Feghali		

	PSOL	
Chico Alencar <small>vaga do PT</small>		

	S.PART.	
José Divino <small>vaga do PMDB</small>		
Secretário(a): -		

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES DO ASSASSINATO DOS AUDITORES FISCAIS E DO MOTORISTA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, NA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS, NA CIDADE DE UNAÍ.

Coordenador: Luiz Eduardo Greenhalgh (PT)	
Relator: Carlos Mota (PSB)	
Titulares	Suplentes
	PT

Eduardo Valverde Luiz Eduardo Greenhalgh Virgílio Guimarães	PFL		Suely Campos	PDT	
José Roberto Arruda	PSDB		Dr. Rodolfo Pereira	PC do B	
Eduardo Barbosa	PTB		Vanessa Grazziotin Secretário(a): -		
Arnaldo Faria de Sá	PSB		COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A REALIZAR VISITAS ÀS INSTALAÇÕES DE ENRIQUECIMENTO DE URÂNIO LOCALIZADAS EM RESENDE - RJ, EM CAITITÉ - BA EM OUTROS MUNICÍPIOS, E ELABORAR RELATÓRIO DESCRITIVO, CONTENDO ANÁLISE E AVALIAÇÃO CIRCUNSTANCIAL DOS PROCESSOS E PRECEDIMENTOS OBSERVADOS NO PROJETO NUCLEAR BRASILEIRO.		
Carlos Mota	PDT		Titulares		Suplentes
Sérgio Miranda	PPS		Moreira Franco	PMDB	
Colbert Martins Secretário(a): Maria de Fátima Moreira Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6204/6232 FAX: 216-6225				PFL	
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE SUCESSIVOS ATAQUES, SEGUIDOS DE MORTE, PRATICADOS CONTRA MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO.			Carlos Melles Ivan Ranzolin Murilo Zauith Robério Nunes	PSDB	
Coordenador: Orlando Fantazzini (PSOL)			Antonio Carlos Pannunzio	PP	
Titulares		Suplentes	Feu Rosa Jair Bolsonaro	PDT	
	PT		João Herrmann Neto	PV	
Luiz Eduardo Greenhalgh (Dep. do PSOL ocupa a vaga)	PMDB		Edson Duarte Fernando Gabeira	PSOL	
Gilberto Nascimento (Dep. do PTB ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA		Maninha	S.PART.	
Dr. Pinotti	PP		Marcos de Jesus Secretário(a): -		
Celso Russomanno	PSDB		COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR OS TRABALHOS RELACIONADOS À CHACINA OCORRIDA NA BAIXADA FLUMINENSE, INCLUSIVE A APURAÇÃO QUE VEM SENDO FEITA PELOS ÓRGÃOS POLICIAIS.		
Zulaiê Cobra	PTB		Presidente: Nelson Bornier (PMDB)		
Arnaldo Faria de Sá Jefferson Campos <small>vaga do PMDB</small>	Bloco PL, PSL		Titulares		Suplentes
Wanderval Santos	PPS			PT	
Geraldo Thadeu	PSB		Antonio Carlos Biscaia (Dep. do PDT ocupa a vaga)	PMDB	
Luiza Erundina	PSOL		Almerinda de Carvalho <small>vaga do PP</small> Nelson Bornier	Bloco PFL, PRONA	
Orlando Fantazzini <small>vaga do PT</small> Secretário(a): -			1 vaga	PSDB	
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VERIFICAR, "IN LOCO", AS CAUSAS DO INCÊNDIO E BUSCAR CONHECIMENTO PARA QUE AS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS POSSAM DESENVOLVER O ESTADO DE RORAIMA.			1 vaga	PP	
Titulares		Suplentes	(Dep. do PMDB ocupa a vaga)	PTB	
	PT		1 vaga	PL	
Josias Gomes Professor Luizinho Zico Bronzeado 1 vaga	PMDB		Reinaldo Betão	PDT	
(Dep. do PTB ocupa a vaga)	PFL		André Costa <small>vaga do PT</small> Secretário(a): -		
Francisco Rodrigues	PTB		COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR A BAHIA E AVERIGUAR AS RAZÕES DO CONFLITO ENTRE OS MÉDICOS BAIANOS E OS PLANOS DE SAÚDE.		
Alceste Almeida <small>vaga do PMDB</small> Pastor Frankembergen	PP		Titulares		Suplentes
				PT	

Angela Guadagnin Guilherme Menezes Nelson Pellegrino	PMDB		
Geddel Vieira Lima Jorge Alberto	Bloco PFL, PRONA		
José Rocha 1 vaga	PP		
Nilton Baiano Vanderlei Assis	PSDB		
João Almeida	PTB		
Jonival Lucas Junior	Bloco PL, PSL		
Amauri Gasques	PPS		
Colbert Martins	PSB		
Jorge Gomes	PC do B		
Alice Portugal Secretário(a): -			
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A AVERIGUAR A SITUAÇÃO DE CONFLITO EXISTENTE ENTRE OS MORADORES E O IBAMA, NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU, NO ESTADO DO PARANÁ.			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Assis Miguel do Couto	PMDB		
Osmar Serraglio	PFL		
Eduardo Sciarra	PSDB		
Luiz Carlos Haulay	PP		
Nelson Meurer	PTB		
Alex Canziani	PV		
Fernando Gabeira Secretário(a): -			
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE O ENVENENAMENTO DE ANIMAIS OCORRIDO NA FUNDAÇÃO ZOOLOGICO DE SÃO PAULO.			
Coordenador: Marcelo Ortiz (PV)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Devanir Ribeiro Roberto Gouveia	PMDB		
Ann Pontes (Dep. do PV ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA		
Robson Tuma (Dep. do PV ocupa a vaga)	PP		
Ildeu Araujo Professor Irapuan Teixeira	PSDB		
Antonio Carlos Mendes Thame	PTB		
Arnaldo Faria de Sá	Bloco PL, PSL		
Amauri Gasques	PPS		
Geraldo Thadeu	PSB		
1 vaga	PV		
Edson Duarte <small>vaga do PMDB</small> Marcelo Ortiz Sarney Filho <small>vaga do Bloco PFL, PRONA</small> Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 3216-6209/6232 FAX: 3216-6225			
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR AS INVESTIGAÇÕES SOBRE OS CONFRONTOS ENTRE OS GARIMPEIROS E ÍNDIOS CINTA-LARGA PELA EXPLORAÇÃO ILEGAL DO GARIMPO DE DIAMANTES NA RESERVA ROOSEVELT, SITUADA NO SUL DE RONDÔNIA.			
Coordenador: Alberto Fraga (PFL) Relator: Luis Carlos Heinze (PP)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Carlos Abicalil Eduardo Valverde	PFL		
Alberto Fraga	PP		
Agnaldo Muniz Luis Carlos Heinze	PTB		
Nilton Capixaba	PL		
Miguel de Souza	PCdoB		
Perpétua Almeida	PV		
Edson Duarte Secretário(a): Eveline de Carvalho Alminta Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6211/6232 FAX: 216-6225			
COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A VISITAR AS UNIDADES PRISIONAIS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E DESENVOLVER DIÁLOGO COM AS AUTORIDADES DO ESTADO PERTINENTES À ÁREA, COM VISTAS A BUSCAR SOLUÇÃO PARA A GRAVE CRISE DO SETOR.			
Coordenador: Mário Heringer (PDT)			
Titulares		Suplentes	
	PT		
Antonio Carlos Biscaia (Dep. do PSOL ocupa a vaga)	PMDB		
Gilberto Nascimento (Dep. do PSB ocupa a vaga)	Bloco PFL, PRONA		
Almir Moura <small>vaga do Bloco PL, PSL</small> Laura Carneiro	PP		
Reginaldo Germano	PSDB		
(Dep. do PPS ocupa a vaga)	Bloco PL, PSL		
Wanderval Santos (Dep. do Bloco PFL, PRONA ocupa a vaga)	PPS		
Geraldo Thadeu			

<p>Juíza Denise Frossard <small>vaga do PSDB</small></p> <p>Alexandre Cardoso PSB</p> <p>Josias Quintal <small>vaga do PMDB</small></p> <p>Mário Heringer PDT</p> <p>Chico Alencar <small>vaga do PT</small> PSOL</p> <p>Secretário(a): José Maria Aguiar de Castro Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 3216-6209/6232 FAX: 3216-6225</p> <p>COMISSÃO EXTERNA COM A FINALIDADE DE AVERIGUAR AS CAUSAS E A EXTENSÃO DOS DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE PELO VAZAMENTO DE UMA BARRAGEM DE REJEITOS DA INDÚSTRIA CATAGUASES DE PAPEL LTDA., ATINGINDO MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E DO RIO DE JANEIRO.</p> <p>Coordenador: César Medeiros (PT) Relator: Renato Cozzolino (PDT)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>César Medeiros PT</p> <p>Leonardo Monteiro PMDB</p> <p>Luiz Bittencourt PP</p> <p>Nelson Bornier PTB</p> <p>Julio Lopes PDT</p> <p>Sandro Matos PV</p> <p>Renato Cozzolino PSC</p> <p>Edson Duarte</p> <p>Fernando Gabeira</p> <p>Jovino Cândido</p> <p>Leonardo Mattos</p> <p>Marcelo Ortiz</p> <p>Sarney Filho</p> <p>Deley</p> <p>Secretário(a): .</p> <p>GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A EFETUAR ESTUDO EM RELAÇÃO AOS PROJETOS EM TRAMITAÇÃO REFERENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E OFERECER INDICATIVO À CASA SOBRE A MATÉRIA.</p> <p>Presidente: Osmar Serraglio (PMDB) Relator: Vicente Cascione (PTB)</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>Durval Orlato PT</p> <p>Jorge Boeira</p> <p>Maria do Rosário</p> <p>Terezinha Fernandes PFL</p> <p>Ivan Ranzolin <small>vaga do PP</small> PMDB</p> <p>Laura Carneiro</p> <p>Zelinda Novaes (Dep. do PP ocupa a vaga)</p> <p>Ann Pontes</p> <p>Osmar Serraglio</p> <p>Rose de Freitas PSDB</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado)</p> <p>Eduardo Barbosa</p>	<p>Thelma de Oliveira PP</p> <p>Darci Coelho <small>vaga do PFL</small> (Dep. do PFL ocupa a vaga) 1 vaga PTB</p> <p>Fleury PL</p> <p>Vicente Cascione PSB</p> <p>(Dep. do PSB ocupa a vaga)</p> <p>Carlos Mota <small>vaga do PL</small> PPS</p> <p>Luiza Erundina PDT</p> <p>Rogério Teófilo PDT</p> <p>Severiano Alves</p> <p>Secretário(a): Angélica Fialho Local: Anexo II, Pavimento Superior, Sala 170-A Telefones: 216-6276/6232 FAX: 216-6225</p> <p>GRUPO DE TRABALHO DESTINADO A, NO PRAZO DE 20 DIAS, EXAMINAR E OFERECER UM INDICATIVO AO PLENÁRIO REFERENTE AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 383, DE 2003, QUE "SUSTA O DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR, A AVALIAÇÃO DE CURSOS E INSTITUIÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", INCLUINDO O RECADASTRAMENTO DAS UNIVERSIDADES.</p> <p>Titulares Suplentes</p> <p>Iara Bernardi PT</p> <p>Gastão Vieira PMDB</p> <p>Paulo Magalhães PFL</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (Licenciado) PSDB</p> <p>Professora Raquel Teixeira</p> <p>Secretário(a): -</p>
--	--

CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

TÍTULOS PUBLICADOS — 2002

**POLÍTICAS DE INCENTIVO AO COMÉRCIO
EXTERIOR**



ISBN: 85-7365-254-3

R\$ 2,20

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-
ÁRIDO BRASILEIRO: SEMINÁRIO**



ISBN: 857365-256-X

R\$ 5,50

UM PANORAMA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL



ISBN: 85-7365-164-4

R\$ 1,10

RELATÓRIO FINAL



ISBN: 85-7365-222-5

R\$ 9,90

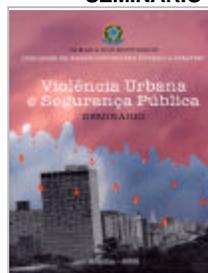
**CARTILHA DE ORIENTAÇÃO SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA LEI Nº 10.287/01**



ISBN: 85-7365-252-7

R\$ 2,20

**VIOLÊNCIA URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA:
SEMINÁRIO**



ISBN: 85-7365-227-6

R\$ 7,70



EDIÇÃO DE HOJE: 330 PÁGINAS